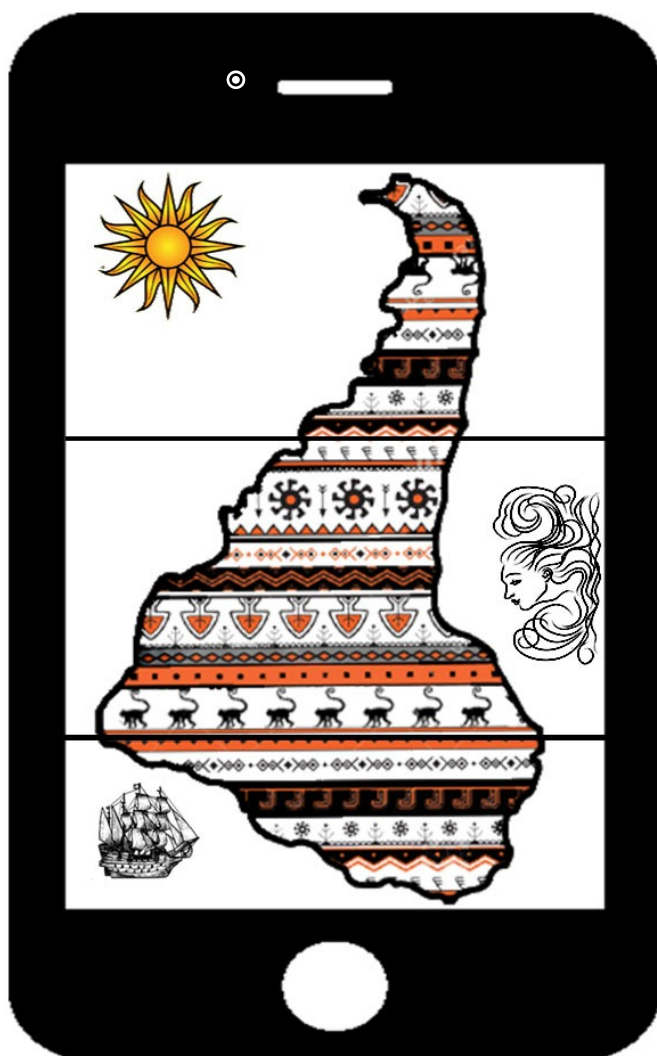


ANAIS

XVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

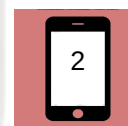


XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA – 2021
“Decolonialidade, Posicionalidade e
Ensino Remoto”

Universidade Estadual de Ponta Grossa
23 a 26 de Fevereiro
Evento Online

ISSN 2317-9759

Ponta Grossa
2021



Capa

João Paulo Leandro de Almeida

Projeto Gráfico e Diagramação

Prof. MSc. Brendo Carvalho

João Paulo Leandro de Almeida

Comissão Organizadora

Prof. Dr. Almir Nabozny

Prof. MSc. Brendo Carvalho

Prof.^a Dr.^a Karina Fioravante

Alison Diego Leajanski

Ana Cristina Costa Siqueira

Ana Paula Meira

André de Moraes

Bruna dos Santos

Bruna Iara Lorian Chagas

Emilyn Diniz

Ianny Gabrieli de Souza Santos

Ingrid Aparecida Zambilo

Ingrid Cristina Ligoski de Avila

Isabelle de Siqueira Tavares

João Paulo Leandro de Almeida

João Vítor de Mello

Judite Bueno de Camargo

Maira Alejandra Amaris Buelvas

Maria Helena Sansana

Vagner André Moraes Pinto

Comissão Científica

Prof.^a MSc. Adriana Gelinski

Prof.^a Dr.^a Anna Paula Lombardi

Prof. Dr. Aparecido Ribeiro de Andrade

Prof.^a Dr.^a Carla Silvia Pimentel

Prof. MSc. Carlos Alexandre Rogoski

Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas

Prof.^a MSc. Cleusi Teresinha Bobato Stadler



Prof. Dr. Ederson do Nascimento
Prof.^a Dr.^a Edinéia Vilanova Grizio-Orita
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza
Prof.^a MSc. Elmarilene Walk
Prof.^a Dr.^a Fabelis Manfron Pretto
Prof. Dr. Francisco de Assis Gonçalves Junior
Prof. Dr. Gilson Burigo Guimarães
Prof. Dr. Gilson Campos Ferreira da Cruz
Prof.^a MSc. Ingrid Aparecida Gomes
Prof. Dr. Julio Cesar Botega do Carmo
Prof. Dr. Julio Manoel França da Silva
Prof. MSc. Luis Antonio Mello
Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
Prof. Dr. Marcelo Barreto
Prof.^a Dr.^a Marcia Alves Soares da Silva
Prof.^a Dr.^a Márcia da Silva
Prof. Dr. Marcio José Ornat
Prof. MSc. Mario Cezar Lopes
Prof. Dr. Paulo Rogério Moro
Prof.^a MSc. Telma Regina Stroparo
Prof. Dr. Valdemir Antoneli
Prof.^a Dr.^a Wanda Terezinha Pacheco dos Santos
Prof.^a Dr.^a Zíngara Rocio dos Santos Eurich



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Reitor
Miguel Sanches Neto

Vice-Reitor
Everson Augusto Krum

SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS

Diretor
Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

Chefe
Gilson Burigo Guimarães

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Coordenação
Edson Belo Clemente de Souza

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA EaD

Coordenação
Almir Nabozny

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Coordenação
Maria Ligia Cassol Pinto

CURSO DE BACHARELADO EM GEOGRAFIA

Coordenação
Marcio Jose Ornat



SUMÁRIO

A Ação Antrópica e os Ambientes Aquáticos: Reflexões Sob a Perspectiva da Limnologia / Geografia.....	12
Análise Integrada dos Componentes Geoambientais da Cuesta da Ibiapaba: Uma Pesquisa Partindo da Comunidade Queimadas em Ubajara - CE.....	17
Ecologia de Saberes e Práticas e a Territorialização da Agroecologia como Dispositivos para a Autonomia Socioambiental em Comunidades Faxinais do Paraná	22
Faxinal Charqueada dos Betim e a Legislação: Relato de Experiência	26
O Plano Diretor de Ponta Grossa - PR como Instrumento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável	30
Pinturas Rupestres do Sítio Arqueológico Cassandoca, Ponta Grossa, Paraná	35
O Estado da Arte das Pesquisas Icnntaxonômicas da Formação Furnas da Bacia do Paraná.....	39
Descrição Preliminar de Novo Sítio Paleontológico da Área Urbana de Ponta Grossa, Paraná	43
Valores da Paisagem da Escalada na APA da Escarpa Devoniana	47
Compreendendo o Avanço Capitalista e a Urbanização na Amazônia no Século XX a partir do Caso de Marabá/PA	52
Identidade e Referência na Africanidade Manifesta: Um Olhar Sobre a Territorialidade Angolana	58
A Reivenção da Amazônia: Discurso, Espaço e Lugar	63
Expansão Urbana e Negócios Imobiliários em Marabá: Elaboração de Banco de Dados sobre Preço da Terra, Empreendimentos Imobiliários e Expansão Urbana Recente	67
Observatório Polonês da UNESPAR e o Estudo do Cemitério Étnico	71
O Impacto da Pandemia nas Cervejarias: A Heineken como Estudo de Caso	76



A Valorização das Lideranças Feminina nas Religiões Afro-Brasileiras: A Produção Geográfica Relacionada a Artigos, Dissertações e Teses	81
Quantificação das Associações Canábicas do Paraná	84
O Shopping Center e Suas Implicações na Dinâmica Espacial da Cidade de Natal/RN	89
Dinâmica Urbana e Desigualdades: Das Metrôpoles às Pequenas Cidades	94
Uma Análise Sobre a Geografia e as Questões de Saúde Pública Frente ao Coronavírus Covid-19	99
“Tao Te King”(道德經): Uma Poética do Espaço	104
Apontamentos Teóricos Acerca das Práticas Espaciais Juvenis no Contexto Urbano	108
Os Bailes de Voguing como Território da Comunidade LGBTQIA+, Negra e Latina	112
Uma Abordagem do Livro Geografia é Destino? Lições da América Latina	117
A Crescente Insegurança Alimentar no Brasil Atrelados aos Impactos da Pandemia do Novo Coronavírus	121
A Perspectiva Geográfica de Ibn Khaldun: عمران (Asabiya) e عصبية (Umran)	126
A Metodologia Atmosférica Como Possibilidade de Interpretação da Paisagem do Museu Interativo do Parque Histórico de Carambeí, Paraná	130
Relação Campo Cidade nos Campos Gerais: Os Grupos Agroecológicos e sua Caracterização	135
O Conceito de Quilombo na Contemporaneidade: Uma Análise Sobre Identidade e Território	138
A Geohistoria da Covid -19 no Estado do Paraná e sua Relação Com os Frigoríficos	142



Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para o Mapeamento do Mercado de Produtos Orgânicos em Chapecó/SC1	146
EaD e TICs: O Multi Território do Ciberespaço e a Formação Inicial de Professores	151
Impactos do Ensino Remoto Emergencial no Trabalho Docente: Concepções de Professores de Geografia	156
Análise da Efetivação do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino de Geografia Através dos Percursos Urbanos	161
O Ensino Remoto de Geografia na Educação Básica: Socializando Experiências de Uma Instituição Privada	166
Biomassas no Ambiente Escolar e o Desenvolvimento de Recursos Didáticos	172
Ensino de Geografia Mediado por Obras Literárias: Uma Perspectiva Possível	175
Estágio de Docência Remoto na UEPG/PR: Uma Experiência em Tempos de Pandemia	179
Correlação Estratigráfica da Seção Bosque Mistral, PR, Brasil	184
Organização do Acervo Técnico Paleontológico Impresso do Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia da UEPG	189
Reclassificação do Sistema Fluvial de Ponta Grossa: “Um Novo Olhar Sobre as Nascentes Fluviais na Área Urbana”	194
Mapeamento e Identificação de Espécies Arbóreo-Arbustivas para o Catálogo de Fauna e Flora da UEPG	198
Relato de Experiência: Inserção do Geógrafo como Gestor Ambiental e Territorial por meio de Organizações Não Governamentais	203
Caracterização da Atuação da Covid-19 no Município de Ponta Grossa - PR	207
Vermes Tubícolas no Devoniano da Bacia do Paraná Brasil: Taxonomia e Implicações Paleoautoecológicas e Bioestratigráficas	212



Educação para a Gestão Ambiental: O Processo de Formação dos Gestores Ambientais na Construção da Cidadania na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri	216
Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente dos Municípios da Bacia do Rio Piracicaba/MG	221
Análise sobre Educação Prisional de Acordo com a Legislação Vigente	226
Gênero e Planejamento Urbano - Apontamentos sobre a Participação Feminina na Revisão do Plano Diretor - Ponta Grossa/PR	231
Invisibilidades e (Des)Reconhecimento do Povo de Santo em Goiás	236
A Constituição do Futebol no Paraná como Reflexo do Avanço Urbano e Industrial no Início do Século XX	241
A Constituição Geográfica do Futebol no Norte Pioneiro	246
Relação Entre a Geografia e a Economia no Município de Ponta Grossa-PR	251
Consumo Consciente, Sustentabilidade e Pandemia do Ano de 2020	256
Economia Do Compartilhamento: 'Uberização' Ou Alternativa Sustentável? ¹	261
A Mulher Instrumentista em Espaços de Música Popular em Ponta Grossa (PR): Empoderamento e Resistência	266
Perfil Sócio-econômico-político dos Participantes da 2ª Parada Cultural LGBT+ dos Campos Gerais	271
Geo-História e a Obra de um Viajante no Início do Século XX	276
Cemitério Harmonia: Uma Aproximação entre Arquitetura e Patrimônio Cultural no Município de Telêmaco Borba (PR)	280
Primeira Experiência Socialista no Brasil - Distrito de Tereza Cristina em Cândido de Abreu (PR) – E sua Relação com Mito de Lugar	285
Produção do Espaço Urbano: A Verticalização do Bairro Oficinas – Ponta Grossa (PR)	290



Por uma Geografia Sensível: Uma Reflexão sobre Lugares e a Vida a partir da Experiência de uma Pessoa com Deficiência	295
Consequências Socioeconômicas da Pandemia: A Indústria no Município de Ponta Grossa - PR	298
Periurbanização e Transporte Coletivo de Passageiros: Notas Iniciais sobre a Rodovia PA-370, Santarém-PA	304
Dinâmica Populacional da Região Imediata de Irati	309
O Peso da Forma do Solo Rural na Morfologia Urbana de Jussara e Japurá - PR	314
Pedagogia Urbana: A Possibilidade de uma Outra Discussão Urbana no Ensino de Geografia	319
E se o Norte Fosse o Sul? Análise e Propostas sobre a Cartografia no Ensino de Geografia	324
Estratégias de Ensino: O teatro nas aulas de Geografia do 2º ano do Ensino Médio integrado ao Técnico do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí	329
O Lúdico como Recurso Pedagógico na Disciplina de Geografia na Primeira Fase do Ensino Fundamental	334
A Fotografia como Proposta Lúdica no Ensino Remoto de Geografia: Relato de Experiência em Tempos de Covid-19	339
Cultura, Currículo e o Ensino de Geografia na Rede Estadual do Paraná: Uma Análise da Implementação da BNCC no Ensino Fundamental	344
A Pedagogia de Projetos na Construção do Conhecimento Geográfico na Escola E.E.M Francisco de Almeida Monte, Alcântaras, CE	349
O Pensar Geográfico na Literatura Infantil de Monteiro Lobato	353
A Educação Ambiental no Contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bacacheri: Um Estudo de Caso com os Professores de Geografia	358
Geografia e Literatura: O Uso das Obras Literárias no Estudo das Regiões Brasileiras	362

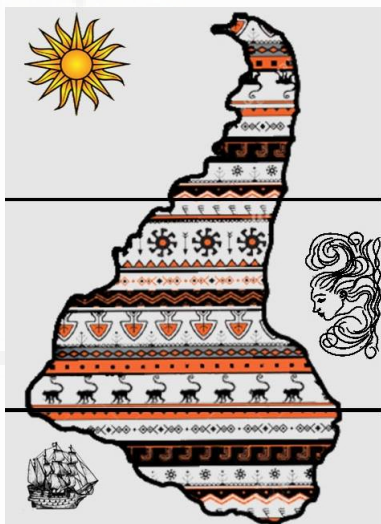


A Concepção de Cidade para Pré-Adolescentes: Análise de Dados de Alunos do Ensino Fundamental em Escola de São Paulo/SP	366
Jogos de Tabuleiro e o Ensino de Geografia: Perspectivas Sobre o BIAM ..	371
O Ensino de Solo e o Livro Didático de Geografia	375
Ensino de Geografia: A Charge como Recurso Didático	379
A Educação e os Desafios das Aulas Remotas no Ensino de Geografia em Tempos de Pandemia no Bairro de Chã do Pilar - Alagoas	384
Ensino de Geografia e Currículo: Um Olhar sobre a Proposta Curricular na Área de Geografia do Estado do Espírito Santo	389

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Ação Antrópica e os Ambientes Aquáticos: Reflexões Sob a Perspectiva da Limnologia / Geografia

Nayara Barreto da Costa
Universidade Federal de Alagoas,
Campus A. C. Simões
nayara.costa@igdema.ufal.br

José Marcelo Lopes Júnior
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Centro de
Previsão do Tempo e Estudos Climáticos
josemarcelolopesjunior@hotmail.com

Introdução

A água é um dos principais recursos essenciais à vida no planeta Terra, seu uso se dá desde pequenas espécies de microorganismos até uma biota de grandes ecossistemas. O uso da água pela humanidade tem aumentado ao longo dos anos, uma vez que o crescimento da população está atrelado ao aumento do uso dos recursos hídricos. A água possui papel fundamental para o sustento e funcionamento dos ecossistemas, comunidades e populações de todo o planeta (TUNDISI, 2014).

Um dos principais problemas no uso dos recursos hídricos pelos seres humanos encontra-se na forma em como a água é distribuída, tratada e preservada. De acordo com o relatório de desenvolvimento mundial da água da UNESCO (2020), os principais usos da água se dão através da agricultura, energia, indústria e uso público e pessoal em áreas urbanas. Ainda de acordo com o relatório, é através dessa utilização comum da água por toda a humanidade que surgem problemas como a poluição hídrica e a escassez de água em muitas regiões do mundo. Esses problemas, de acordo com o mesmo relatório, são em grande parte causados pela infraestrutura de manejo da água e pela falta de preservação.

Dessa forma, são necessários estudos detalhados acerca das formas de preservação e

A Ação Antrópica e os Ambientes Aquáticos: Reflexões Sob a Perspectiva da Limnologia/Geografia

melhoramento do uso e distribuição dos ambientes aquáticos, especialmente os de água doce, que são o foco da utilização de água pelos seres humanos, como é o caso dos rios, lagunas e reservatórios artificiais, sendo este último mais amplamente utilizado no ramo energético.

Tendo isso em vista, a eficiência de utilização e consumo sustentável desses recursos é conduzida principalmente por meio do emprego de técnicas educacionais ou de pesquisas de mapeamento ambiental, assim cabe a Limnologia (área de estudo da geografia), a avaliação das características dos ambientes aquáticos. Tal ciência avançou ao longo dos anos e atualmente possui maior integração com diversas outras áreas como a hidrologia, hidrografia, geologia, química, botânica, zoologia, etc. A sua principal unidade de estudo e gestão são as bacias hidrográficas, uma vez que abrigam parte majoritária dos ambientes aquáticos do mundo (BUSS; OLIVEIRA; BAPTISTA, 2008).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo avaliar as principais influências das atividades humanas nos ambientes aquáticos, suas consequências, sob a perspectiva da Limnologia/Geografia.

Metodologia

Uma pesquisa bibliográfica foi conduzida para a realização deste trabalho a qual resultou na leitura e análise de artigos com temática voltada à análise geográfica da ação antrópica e suas influências ao Meio Ambiente, em especial nos ambientes aquáticos. Os artigos eletrônicos foram encontrados através dos sites de busca: Google, Google Acadêmico e Scielo. A consulta dos artigos foi feita através dos sites de seus respectivos periódicos no período de 05 a 12 de fevereiro de 2021.

Resultados e Discussão

A ação antrópica e o Meio Ambiente

Sabe-se que a ação antrópica é um processo decorrente da utilização dos recursos naturais para consumo humano. Contudo, é importante destacar que tal ação existe a milhares de anos e aos poucos veio e vem transformando a superfície terrestre. Ressalta-se que a ação antrópica vem sendo mais proeminente a partir da revolução industrial, quando houve a expansão acelerada das indústrias. Essa expansão contribuiu e foi contribuída pelo crescimento populacional que alcançou os maiores níveis da história. Com uma população cada vez maior, os níveis de consumismo em prol de um crescimento econômico subiram quase que exponencialmente até os dias atuais, situação decorrente do sistema capitalista implantado na sociedade a mais de um século (BORSATO; SOUZA FILHO, 2006).

De acordo com Borsato e Souza Filho (2006) as alterações causadas pela ação antrópica ao meio ambiente ou geossistemas podem afetar o seu equilíbrio ou sua dinâmica, ou seja, podem causar modificações naturais alterando suas paisagens e trocas energéticas através das liberações de calor que ocorrem no sistema terrestre e oceânico. Os geossistemas, de acordo com

A Ação Antrópica e os Ambientes Aquáticos: Reflexões Sob a Perspectiva da Limnologia/Geografia

os autores, são compostos pelo clima, topografia, rochas, águas, vegetação e solos, ou seja, tudo que se encontra na superfície terrestre.

É nesses sistemas que grande parte da ação antrópica é desenvolvida, atrelada aos processos de ocupação e produção humana que varrem o globo terrestre causando diversas complicações ao meio ambiente como o desmatamento, queimadas, erosão, perda da fauna e flora, compactação do solo e redução da qualidade e quantidade dos ambientes aquáticos através da poluição hídrica (SILVA et al., 2018).

Influência da ação antropogênica nos ambientes aquáticos numa perspectiva da Limnologia/Geografia

Os ecossistemas aquáticos, que referem-se aos ambientes de água, comportam desde pequenos corpos hídricos até os maiores, como os mares e os oceanos, os quais estabelecem os mais variados tipos de interações ecológicas que envolvem tanto os fatores bióticos como os abióticos. Esses ambientes são alvo de inúmeras modificações sofridas ao longo dos anos, em todo o mundo, em que as atividades provocadas pelos seres humanos são tidas como o principal agente transformador. Tais transformações, em virtude da ação antrópica, são refletidas negativamente nas populações, sobretudo àquelas situadas nas regiões próximas a estes ambientes aquáticos, as quais são diretamente afetadas.

Numa perspectiva da Geografia, sobretudo a Geografia de caráter mais ambiental, é possível se analisar a influência exercida nos ambientes aquáticos em razão da ação antropogênica, assim como as consequências geradas, de maneira que medidas que visem o melhoramento sustentável desses ambientes e/ou o seu equilíbrio podem ser desenvolvidas e executadas. No contexto da Limnologia, que de acordo com Esteves (2011) diz respeito ao estudo ecológico de todas as massas de água continentais, essa questão pode ser discutida e analisada de forma ainda mais significativa, uma vez que esta preocupa-se em entender as principais funcionalidades desses ambientes e as relações estabelecidas entre os seus parâmetros químicos, físicos e biológicos, os quais denunciam, ao serem analisados, a dinâmica e condição de um determinado ecossistema aquático.

No que tange as alterações na qualidade e no funcionamento dos ecossistemas aquáticos, devido às atividades antrópicas, Marotta, Santos e Prast (2008, p. 69) afirmam que “as alterações na qualidade da água dos ecossistemas podem ser causadas por processos predominantemente naturais ou antropogênicos”, de maneira que enquanto as modificações naturais são mais graduais, as modificações de origem antrópica são configuradas de maneira mais rápida (ESTEVES, 2011), de modo que

o lançamento de efluentes domésticos sem tratamento inviabiliza diversos usos humanos dos ecossistemas aquáticos continentais. Essa redução do potencial de uso é decorrente da degradação ecológica (redução da diversidade de espécies biológicas) e sanitária (redução da qualidade da água para o uso humano) causada pelo aporte de esgotos nos rios e lagos (MAROTTA; SANTOS e PRAST, 2008, p. 69).



Rios, córregos, lagunas, os quais constituem-se como ambientes naturais de água, “são ecossistemas frequentemente influenciados pela intensificação da degradação ambiental causadas por atividades humanas, especialmente associadas ao aumento da densidade populacional” (ABREU; CUNHA, 2015, p. 119). Dessa forma, que tais impactos acabam elevando as cargas dos nutrientes, fazendo com que estes passem de nutrientes para poluentes, como o fósforo e o nitrogênio, provocando um desequilíbrio ecológico no ambiente, além de aumentar os níveis das cargas de efluentes domésticos e industriais, das áreas agrícolas, e a perda de habitat que na maioria dos casos é influência pela construção de barragens.

Essa situação é ainda mais agravante em ambientes aquáticos que se encontram próximos e/ou inseridos nos grandes centros urbanos, em que as atividades antropogênicas são configuradas de maneira ainda mais acentuada. A presença inapropriada de casas às margens de rios, lagoas e lagunas é também um fator que merece ser destacado, pois a probabilidade dessa população ser afetada por enchentes e inundações, muitas vezes provocadas por essa ocupação inadequada, a impermeabilidade do solo, chuvas intensas, até mesmo problemas de drenagem, é ainda mais preocupante, uma vez que durante esses eventos, as águas adentram nos espaços dessas moradias, levando consigo muita lama e esgoto, intensificando o risco de infecção e doenças como a leptospirose, devido à água poder estar contaminada.

Considerações Finais

É evidente a importância que os ecossistemas aquáticos exerce quanto à sobrevivência humana, assim como a conservação da biodiversidade de espécies animais que vivem direta ou indiretamente nesses ambientes. Os impactos originários das inúmeras e mais variadas atividades provocadas pelos seres humanos, e que consequentemente afetam aos ecossistemas aquáticos, desde muitos anos continua sendo um fator de extrema preocupação e que tem estado em pauta, porém medidas que visem o equilíbrio e/ou mitigação dessa situação podem e devem ser tomadas, como ações de educação ambiental, no intuito de construir, individual e coletivamente, habilidades que promovam a conservação do meio ambiente, dos ambientes aquáticos, de maneira sustentável.

Referências

ABREU, C. H. M.; CUNHA, A. C. Qualidade da água em ecossistemas aquáticos tropicais sob impactos ambientais no baixo Rio Jari-AP: revisão descritiva. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 5, n. 2, p. 119-131, jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/biota>. Acesso em: 11 fev. 2021.

BORSATO, V. A.; SOUZA FILHO, E. E. Ação antrópica, alterações nos geossistemas, variabilidade climática: contribuição ao problema. **Revista Formação** (online), v. 2, n. 13, 2006.

A Ação Antrópica e os Ambientes Aquáticos: Reflexões Sob a
Perspectiva da Limnologia/Geografia

BUSS, D. F.; OLIVEIRA, R. B. BAPTISTA, D. F. Monitoramento biológico de Ecossistemas aquáticos continentais. **Oecologia Brasiliensis**, v. 12, n. 3 p. 339-345, 2008.

ESTEVES, F. A. **Fundamentos de Limnologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. 826 p.

MAROTTA, H.; SANTOS, R. O.; ENRICH-PRAST, A. Monitoramento limnológico: um instrumento para a conservação dos recursos hídricos no planejamento e na gestão urbano-ambientais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 67-79, jan-jun. 2008.

SILVA, J. L. C. *et al.* Aspectos da degradação ambiental no nordeste do Brasil. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p.180-191, 2018.

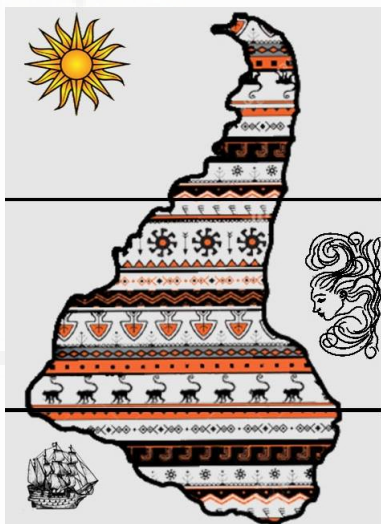
TUNDISI, J. G. **Recursos Hídricos no Brasil**: problemas, desafios e estratégias para o futuro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2014. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-5923.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2021.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **United Nations World Water Development Report: Water and Climate Change**, Paris: 2020. 234 p.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Análise Integrada dos Componentes Geoambientais da Cuesta da Ibiapaba: Uma Pesquisa Partindo da Comunidade Queimadas em Ubajara - CE

Daniel Carneiro Mendes
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA
danielmendes2090@gmail.com

Introdução

O trabalho a seguir, visa discutir a análise integrada dos componentes geoambientais, partindo na cuesta da Ibiapaba, local este, localizado na zona rural do município de Ubajara, Ceará, nas proximidades da Comunidade Queimadas. Eventualmente, na década passada, a área em estudo, foi estrategicamente, escolhida para abrigar o primeiro empreendimento Eólico, fora da faixa litorânea cearense. Outrossim, sabe-se que o estado do Ceará, - como o Nordeste como um todo - é a região que possui o maior potencial de fabricação de energia Eólica do Brasil, energia esta, considerada, uma das mais limpas e sustentáveis do planeta.

A cuesta residual da Ibiapaba, é uma área que comporta 09 municípios, sendo que, nos últimos anos, por meio do curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, houve inúmeras pesquisas geofísicas que, de algum modo, contribuíram para o conhecimento geográfico, partindo de uma análise integrada do ambiente, ou seja, não estudando apenas a partir de uma perspectiva geofísica – revelando, clima, geologia

Análise Integrada dos Componentes Geoambientais da Cuesta da Ibiapaba: Uma Pesquisa Partindo da Comunidade Queimadas em Ubajara - CE

geomorfologia e hidrografia - , mas de três ou quatro, para assim, ter uma melhor compreensão do todo do ambiente em estudo.

Em consonância à custa da Ibiapaba, a pesquisa a seguir, visa descrever os impactos socioambientais, ocasionados na Comunidade Queimadas, pela ação da empresa energética Ventos de Tianguá/Ubajara.

Desenvolvimento

Segundo Souza (1988) a análise integrada, na perspectiva ambiental, envolve as características estruturais geológicas e a organização morfológica do relevo, assim como os aspectos climáticos, pedológicos e biogeográficos.

Para estabelecer uma melhor compreensão geoambiental da área, é preciso compreender que a análise integrada, funciona como componente estratégico com base em referencial sistêmico, enquanto instrumento capaz de estudar a morfodinâmica da paisagem.

A compartimentação geomorfológica presente na Cuesta da Ibiapaba, é responsável pela ocorrência de diferentes altitudes na paisagem local. Sob tal contexto, o clima, que é um dos principais fatores de modelagem do relevo, apresenta uma diversidade em consequências das altitudes, ocorrendo condições semiáridas e subúmidas, ambas caracterizadas pela existência de duas estações climáticas, uma chuvosa e uma outra seca. Tal contexto perpetua uma tendência diferenciada na área de pesquisa, expressa pela ocorrência de processos mecânicos nos setores mais rebaixados, e de processos de morfogênese química nos setores mais elevados.

Geograficamente, o maciço ibiapabano está situado no grupo Serra Grande no contexto tectônico da província Parnaíba. Depositados durante o siluriano, o grupo Serra Grande é composto, a partir da base, pelas formações Ipú, Tianguá e Jaicós. (SALES E LIRA, 2011, p.4)

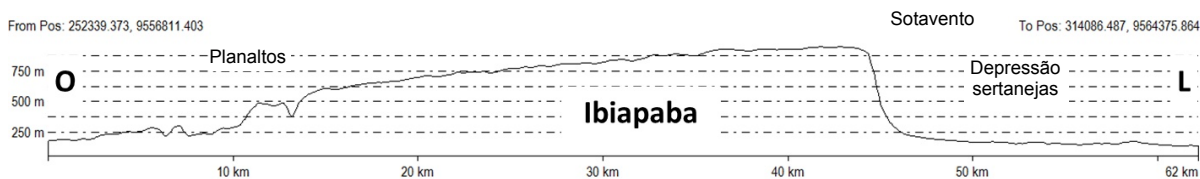
Segundo Moura-Fé (2015) a formação Ipú é mais antiga, possuindo estrato de arenito do fino ao grosso, assim como, silícios e folhetos (ambos de granulação muito fina). A formação Tianguá é composta de folhetos cinza-escuro, de arenito cinza claro. Sua deposição ocorreu em ambiente raso. Já a formação Jaicós, é formada a partir de arnitos cinza com tonalidades claras, creme ou amarronzados, grossos, mal selecionados.

É bastante comum ouvir o termo “Planalto da Ibiapaba”, seja no senso comum, ou em estudos da área geoambiental, porém, é mesmo correto empregar tal termo a Ibiapaba? Geograficamente, um planalto sedimentar, representa uma superfície muito regular, levemente ondulada, constituída de rochas, normalmente horizontal ou levemente sub-horizontal. Guerra e Guerra (1997) argumentam que tal termo é inaplicável para o modelo como um todo, pelo fato de a Ibiapaba não ser, no seu total, um relevo plano, entre outras características geomorfológicas.

Mas de fato, o que ocorre? Nada mais que um macro caimento no relevo de leste a oeste, em direção ao território piauiense, fortemente inclinado. A análise da imagem 2, permite verificar a parte sotavento do Maciço da Ibiapaba, sendo fundamental sua análise, já que se configura, enquanto área de localização, tanto da Comunidade Queimadas como do empreendimento Eólico Ventos de Ubajara/Tianguá.

Análise Integrada dos Componentes Geoambientais da Cuesta da Ibiapaba: Uma Pesquisa Partindo da Comunidade Queimadas em Ubajara - Ce

Figura 01: Perfil topográfico da Ibiapaba

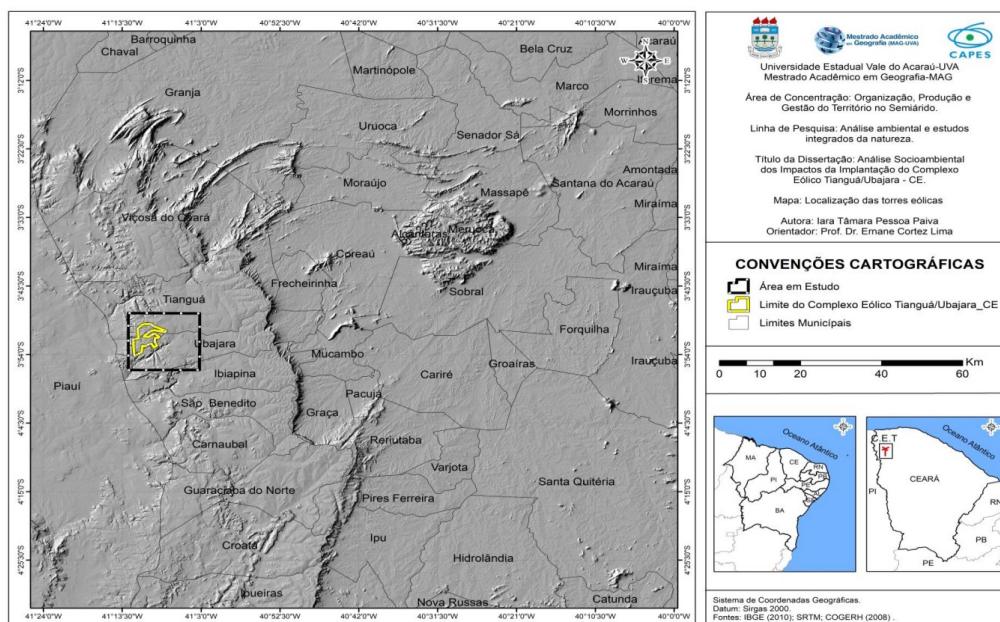


Fonte: Moura-Fé, 2015.

De origem mexicana, cuesta, refere-se a uma forma de relevo dissimétrico constituída por uma sucessão alternada das camadas com diferentes resistências ao desgaste e que se inclinam numa direção, formando um declive suave no reverso, e um corte abrupto ou íngreme na chamada frente de cuesta. (GUERRA e GUERRA, 1997, p. 178).

Em relação ao clima e ao relevo, o ar que vai em direção a cuesta (isso no caso da Ibiapaba), à barlavento é forçado a subir e condensa-se, provocando chuvas orográficas. Após passar as montanhas, já sem umidade, o ar passa à sotavento da montanha. Por isso, na cuesta, encontra-se uma área mais úmida e fértil na parte à barlavento de uma formação montanhosa e semiárido à sotavento. No caso, a Comunidade Queimadas, está a sotavento, juntamente, com a empresa de energia eólica. Na imagem a seguir, é possível visualizar a área em estudo, marcado por um polígono amarelado, do mesmo modo, é possível observar toda a formação geomorfológica do maciço residual da Ibiapaba.

Figura 02 - Mapa de localização do complexo de Tianguá



Fonte: PAIVA, 2018.

A Comunidade Queimada é um vilarejo de pescadores aposentados, sendo que tal lugar é considerado, tradicional. O empreendimento Eólico é fruto da persistência do governo do estado, em parcerias com grandes empresas energéticas. O local é estratégico para a instalação de usinas que visa a eliminação de gás carbono (CO_2) no ar, todavia, a crítica a ser realizada, não é

Análise Integrada dos Componentes Geoambientais da Cuesta da Ibiapaba: Uma Pesquisa Partindo da Comunidade Queimadas em Ubajara - Ce

sobre a enérgica fabricada no local, já que é limpa, e sim, o processo de instalação e manutenção dos equipamentos e máquinas, responsável pela obtenção de energia.

A Comunidade, constantemente, queixa-se, contra as ações que intensificam o processo de degradação ambiental, que afetam, diretamente, os moradores locais. Como exemplo, pode-se citar o barulho provocando pelos aerogeradores, ou a privatização de determinadas áreas, que agora fazem parte da empresa.

Considerações Finais

Diante dos fatos apresentados, verificou-se a necessidade institucional, de uma investigação científica mais detalhada e empírica. Em detrimento da pandemia de Covid- 19, no Brasil e no mundo, as pesquisas realizadas em campo, infelizmente, ficaram mais restritas, em virtude do fácil contágio do novo Coronavírus.

Em meio as dificuldades, percebeu-se a importância da análise integrada, realizada na perspectiva geoambiental, principalmente, no que se refere a proteção de determinadas áreas do acesso humano, já que, necessitam de investigações mais avançadas, realizadas por profissionais da área (geólogo, geomorfólogo, biólogo e pedólogo), acreditando que o local possa possuir grandes contribuições científicas para o estado do Ceará.

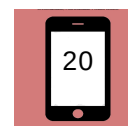
Por fim, fica visível, a necessidade imediata da proteção legal da Comunidade Queimadas, contra os impactos socioambientais, ocasionados em decorrência do empreendimento Eólico, Ventos de Tianguá/Ubajara. Lamentavelmente, o judiciário, vem sendo, segundo os relatos dos moradores, o mais omissor, entre os três poderes da federação, criando todo um cenário favorável ao empreendimento Eólico. O Ministério Público está investigando possíveis irregularidades, partindo do poder jurídico. O poder executivo (Prefeitura) e o legislativo (Câmara de Vereadores), visitaram o local nos últimos meses, com a promessa de construir um projeto de lei que fosse favorável para ambos os lados, sendo que posteriormente, haveria a apresentação desse PL (Projeto de Lei) aos moradores.

Referências

CLAUDINO-SALES, V. e LIRA, M. C. Megageomorfologia do Noroeste do estado do Ceará, Brasil. **Revista Caminhos de Geografia** – UFU (Uberlândia-MG), v. 12, n 38, p. 200-209, 2011.

GUERRA, A. T. e GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1997.

LIRA, V. M; SALES, C, V. **Megageomorfologia do noroeste do Ceará**: glint da Ibiapaba, Depressão Sertaneja e Maciços Cristalinos em Questão. São Paulo, 2011.

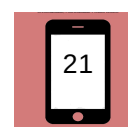


Análise Integrada dos Componentes Geoambientais da Cuesta da Ibiapaba:
Uma Pesquisa Partindo da Comunidade Queimadas em Ubajara - Ce

MOURA-FÉ, M. M. **Caracterização geológica-geomorfológica da Ibiapaba Setentrional (Ceará, Brasil)**. Volume 05, número 01. Ceará, 2015.

PAIVA, Iara Tâmara Pessoa. **Análise Socioambiental dos Impactos da implantação do complexo eólico de Tianguá/Ubajara – Ceará**. (Recurso eletrônico) / Iara Tâmara Pessoa Paiva. – Sobral, 2018.

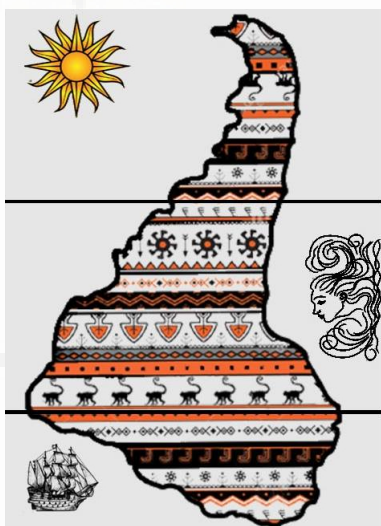
SOUZA, M. J.N. Contribuição ao Estudo das Unidades Morfo-estruturais do Estado do Ceará. **Revista de Geologia UFC**, vol. 1, n. 1, pp. 73-91, 1988..



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Ecologia de Saberes e Práticas e a Territorialização da Agroecologia como Dispositivos para a Autonomia Socioambiental em Comunidades Faxinais do Paraná

Gustavo Conceição Bahr
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Instituto Federal do Paraná - IFPR
gustavo.bahr@ifpr.edu.br

Introdução

Os povos faxinalenses são uma das comunidades tradicionais existentes no Paraná, que ocupam territórios do centro-sul do estado e estão associados a presença da Floresta de Araucária. De acordo com levantamento realizado por Souza (2009), foram identificados 227 faxinais no estado, que se encontram distribuídos por 39 municípios.

Essas comunidades enfrentam intensas mudanças, sobretudo como resultado do ingresso do capital no campo. As principais alterações são no sentido de cercamento das áreas do criadouro comunitário, retirada de “mata-burros”, venda de áreas para pessoas externas ao sistema, sobretudo para utilização como chácaras de lazer, e a substituição de uma agricultura tradicional por monocultivo agrícola e florestal.

Tais alterações resultam em uma descaracterização das comunidades, onde muitas dessas não conseguem se enquadrar na dinâmica do sistema capitalista, e essas tentativas também levam ao rompimento com muitas questões tradicionais. Mesmo diante de

Ecologia de Saberes e Práticas e a Territorialização da Agroecologia como Dispositivos para a Autonomia Socioambiental em Comunidades Faxinais do Paraná

intensas pressões, muitas dessas comunidades tem mantido ou resgatado seus saberes tradicionais, e associadas à práticas agroecológicas conseguem resistir em seus territórios.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar os resultados da territorialidade de projetos agroecológicos em comunidades faxinalenses no Estado do Paraná, como dispositivo da autonomia socioambiental.

Territórios Faxinalenses e os Saberes e Práticas Tradicionais

As comunidades faxinais do Estado do Paraná tem como principal característica o uso compartilhado do território, sendo esse o objeto principal de luta dos faxinalenses, junto com o direito de uso dos recursos naturais e a manutenção de sua territorialidade. Partindo da definição de Souza (2006, p. 78), onde território é um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, podemos ver que os conflitos existentes com os faxinalenses são resultado de diferentes interesses, onde de um lado temos uma população tradicional e de outro o grande capital.

Conforme Haesbaert (2016, p. 1) território tem a ver com poder, mas não somente o poder político, mas tanto o mais concreto, de dominação, quanto o poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Essa dominação tem sido foco do capital nos territórios tradicionalmente ocupados, como ocorre com as empresas fumageiras, a silvicultura e a agricultura de exportação.

Mesmo diante dessa disputa territorial, diversos grupos conseguiram resistir, e ainda resistem, às pressões dos processos modernizantes empreendidos pelo capital. Uma característica importante que temos observado, através da bibliografia e trabalhos de campo, é que as comunidade que continuam desenvolvendo práticas tradicionais, ou mesmo aquelas que resgatam essas práticas, que vão de encontro à agroecologia, conseguem se manter em seus territórios.

Existem casos onde o resgate e manutenção dos saberes e práticas tradicionais, visando a autonomia socioambiental das comunidades faxinais do Estado do Paraná, estão sendo uma excelente proposta para o desenvolvimento local. A ecologia dos saberes e práticas, “tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (DE SOUSA SANTOS, 2010, p. 54).

Saquet *et al.* (2010, p. 239) em defesa sobre a importância da agroecologia na estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial, falam que “degradar o ambiente significa degradar o território”, e ainda que a

natureza é um patrimônio territorial e precisa ser gerida pela sociedade local articulada a outros grupos sociais, com capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultural-identitário, a biodiversidade, as microempresas, enfim, a vida (SAQUET *et al.*, 2010, p. 241).

Ecologia de Saberes e Práticas e a Territorialização da Agroecologia como Dispositivos para a Autonomia Socioambiental em Comunidades Faxinais do Paraná

Furtado e Bezerra (2014) destacam como exemplos de que a prática agroecológica é viável, vem avançando ao longo dos anos e apresenta bons resultados, os casos presentes no Faxinal dos Telles, município de Pitanga, Saudade Santa Anita, em Turvo e Faxinal dos Kruger município de Boa Ventura de São Roque. Ainda com relação ao Faxinal Saudade Santa Anita, Bertussi (2006, s/p.)

conclui-se que no âmbito da produção a AGAECO (Associação de Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo) tem um relativo ganho de autonomia, pois foi relatada uma redução frente à dependência de tecnologias externas, de insumos e técnicas de trabalho exteriores à propriedade, e principalmente porque afirmou métodos próprios de trabalho.

Sendo assim, presente trabalho tem como objetivo avaliar os resultados da territorialidade de projetos agroecológicos em comunidades faxinalenses no Estado do Paraná, como dispositivo da autonomia socioambiental. Ou seja, que essas comunidades possam garantir seus territórios e suas territorialidades, diante de uma “(re)construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e ao desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos”. (ACOSTA, 2016, p. 69).

Diante do exposto, foi determinado como recorte espacial três comunidades faxinais do estado do Paraná, sendo Faxinal Charqueada dos Betim, no município de Imbaú, Faxinal dos Galvão em Guamiranga e Sete Saltos de Cima, que pertence ao município de Ponta Grossa. Nas referidas comunidades, foram estabelecidos parceiros, proprietários de unidades produtivas dentro das comunidades faxinais, as quais chamamos de Unidades de Referências (URs), onde a pesquisa está sendo desenvolvida. Esses parceiros já desenvolvem atividades que levam em conta o uso de saberes e práticas tradicionais, e se dispuseram a realizar uma transição agroecológica, visando a autonomia socioambiental.

A metodologia adotada no projeto consiste na aplicação de um plano de avaliação e diagnóstico dos saberes e práticas locais, capacitação sociotécnica junto aos agricultores, dias de campo, criação de uma rede on line para troca de experiências (aplicativo de mensagens, blog e redes sociais) e a promoção de feiras agroecológicas. Em um segundo momento será aplicado a Matriz de Indicadores de Mobilização do Patrimônio Biocultural para a avaliação dos graus de autonomia socioambiental em cada Unidade de Referência do projeto.

Considerações Finais

As experiências trazidas pela bibliografia e o que verificamos em campo, é que a agroecologia é uma alternativa viável, no que tange a autonomia socioambiental das comunidades faxinalenses. Essa viabilidade é do ponto de vista social, pois evita, por exemplo, o êxodo rural; cultural, visto que ocorre uma manutenção e resgate dos saberes e práticas tradicionais; ambiental, onde as práticas são sustentáveis resultando em preservação do meio ambiente; e econômica, pois ocorre a geração de renda.

Ecologia de Saberes e Práticas e a Territorialização da Agroecologia como Dispositivos para a Autonomia Socioambiental em Comunidades Faxinais do Paraná

Como as URs encontram-se em fase de transição agroecológica, os resultados são parciais, com algumas capacitações já executadas e a rede de troca de experiências bastante ativa. Ainda, todos os produtores já se encontram em fase de produção, sendo que o escoamento ainda não ocorre através das feiras agroecológicas.

Destaca-se ainda, que no transcorrer do trabalho, outros parceiros se interessaram e aceitaram fazer parte do grupo, baseando-se sobretudo nos resultados parciais já alcançados. Esperamos que com a cristalização do projeto, isso se expanda, e mais comunidades possam também atingir a autonomia socioambiental

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Leterária, Elefante, 2016.

BERTUSSI, M. L. Faces da autonomia – um estudo de caso na Associação de Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo / PR (AGAECO). In: 58º Reunião Anual da SBPC. Florianópolis, SC. **Anais**. Julho/2006.

DE SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: DE SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31 – 83.

FURTADO, A. C. G. F. da.; BEZERRA, I. Semeando a agroecologia e colhendo práticas alimentares saudáveis: um olhar sobre os faxinalenses. In: **Demetria**, Rio de Janeiro. 9 (1): 23 – 40, 2014.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SAQUET, M. A.; ALVES, A. F.; CANDIOTTO, L. P.; SANTOS, R. A. dos.; GRIGOLO, S. C.; BIANCO, V.; BONELLI, C.; GAIOVICZ, E. F.; SOUZA, P. de.; CASIRAGHI, C. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

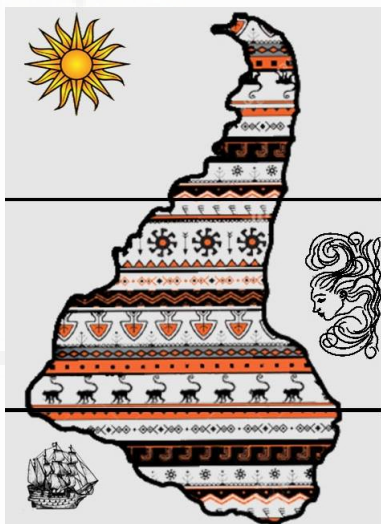
SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. *et al.* (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, R. M. de. Mapeamento social dos faxinais do Paraná. In: ALMEIDA, A. W. B. DE.; SOUZA, R. M. de. (Orgs.). **Terras de faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Faxinal Charqueada dos Betim e a Legislação: Relato de Experiência

Gustavo Conceição Bahr
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Instituto Federal do Paraná - IFPR
gustavo.bahr@ifpr.edu.br

Maristela Pelissaro
Colégio Estadual Maria das Graças D'Mario-
Imbaú
maristela.pelissaro@escola.pr.gov.br

Introdução

Os faxinais são comunidades tradicionais presentes no estado do Paraná, e apresentam características culturais muito peculiares, sendo o criadouro comunitário a sua principal característica, que além de ser o local onde os animais de diferentes donos são criados, é também onde se localizam as residências e se desenrolam as atividades sociais. Ao redor do criadouro encontram-se as áreas de plantar, onde o trabalho é desenvolvido com ajuda mútua, o puxirão, e nessas se desenvolvem uma policultura de subsistência. Ainda, temos uma série de características dentro do sistema, principalmente envolto de questões culturais, sobretudo ligadas a um catolicismo rudimentar, como as danças, rezas e as festividades.

Esse sistema agrosilvopastoril é presente no centro-sul do Estado do Paraná a pelo menos 300 anos, já ocupou cerca de $\frac{1}{4}$ de toda área do estado, mas a algumas décadas encontra-se em processo de desagregação. De acordo com Souza (2010), existem 227 comunidades, espalhadas por 33 municípios do Paraná.

Essas comunidades tem sofrido diversas alterações, sobretudo devido ao avanço do capital, principalmente ligadas ao agronegócio, como ocorre com o monocultivo agrícola

Faxinal Charqueada dos Betim e a Legislação: Relato de Experiência

e florestal, ou mesmo o parcelamento do criadouro para uso como chácaras de lazer. Mesmo diante dessas questões, as comunidades vêm resistindo, utilizando algumas estratégias para se manterem em seus territórios, sendo esses ocupados de longa data.

O presente trabalho tem como objetivo trazer a experiência e os resultados obtidos pelos faxinalenses da Charqueada dos Betim, município de Imbaú – PR, no enquadramento da comunidade diante da legislação que atende aos seus anseios, principalmente visando a preservação de sua cultura, identidade, e manutenção de seu território.

Desenvolvimento

O Faxinal Charqueada dos Betim está localizado no município de Imbaú, região centro – leste do Estado do Paraná, possui em torno de 150 anos, e cerca de 40 famílias vivem na localidade.

Os aspectos culturais relacionados a comunidade estão envoltos a um catolicismo rudimentar, presente nas danças, rezas e festividades, ainda com a presença de rezadores da dança de São Gonçalo, que é uma mistura de oração, crença, devoção e principalmente uma reunião da comunidade que se encontra para agradecer pelo alimento, pela fartura da colheita e pela saúde das pessoas. A crença ao santo, sobretudo com a presença da música, é muito marcante, visto que em sua imagem a divindade faz uso de um violão. Complementa-se ainda, os bingos realizados durante as festas e o famoso leilão de prendas que são doadas pelos devotos e pela comunidade em geral, sendo que nas festas são oportunidades de arrecadar fundos para melhorar a infraestrutura de alguns espaços na comunidade, como a igreja, o cemitério entre outros.

Na perspectiva de frear o processo de desagregação, que é algo presente em diversas comunidades tradicionais, e no caso em questão não é diferente, surgiu uma demanda dos faxinalenses em enquadrar a comunidade perante algumas legislações, visando uma maior segurança jurídica, principalmente relacionada ao uso e ocupações de seu território. Sendo assim, foi realizada uma pesquisa pelo Instituto Federal do Paraná – Campus Telêmaco Borba, com apoio da Associação dos Povos Faxinalenses do Paraná (APF), do Instituto Água e Terra (antigo IAP) e do Legislativo Municipal de Imbaú, junto com a comunidade, com a finalidade de atender esse objetivo.

No Paraná os faxinais podem ser reconhecidos enquanto Unidade de Conservação intitulada ARESUR (Área Especial de Uso Regulamentado), que visa à preservação da Mata de Araucária, além do modo de vida, organização da produção/criação e das práticas tradicionais, onde essas comunidades recebem do governo do Estado do Paraná o ICMS ecológico, conforme Decreto nº 3.446, de 14/08/1997 (PARANÁ, 1997). Nos municípios, os faxinalenses dependem de elaboração de legislação própria, criada dentro da esfera municipal.

A metodologia adotada se baseou em revisão da literatura pertinente a questão, reuniões na comunidade e intercâmbios para conhecer in loco outras realidades. Diversas foram as reuniões realizadas na comunidade, sempre contando com número expressivo de moradores da comunidade. Nesses momentos foram tiradas diversas dúvidas sobre legislação e benefícios dos

Faxinal Charqueada dos Betim e a Legislação: Relato de Experiência

faxinalenses quando ao processo de reconhecimento.

O primeiro contato dos faxinalenses com outra comunidade ocorreu em 04 de Abril de 2019, quando foi realizada uma visita ao Faxinal Saudade Santa Anita, no município de Turvo – PR. A referida comunidade é uma ARESUR, momento em que os faxinalenses puderam conhecer outras realidades e sanar suas dúvidas.

Outro momento importante ocorreu no dia 29 de Agosto de 2019, uma reunião no Faxinal Charqueada dos Betim que contou com a presença de representantes da Associação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF), professores do IFPR Campus Telêmaco Borba e Paranaguá, UFPR Litoral e cerca de 40 faxinalenses locais. Nessa oportunidade os moradores puderam tirar dúvidas e como resultado concreto foi elaborado o abaixo assinado de auto reconhecimento, documento importante visando os objetivos propostos.

No mês de setembro de 2019 foi elaborado o Certificado Ambiental Rural (CAR) da área de faxinal, material esse que integra todo arcabouço de documentação para a ARESUR. O certificado foi feito por uma empresa que presta serviço para o IAP.

No dia 19 de Outubro de 2019 integrantes da comunidade participaram do 8º Encontro Estadual dos Faxinalenses, no município de Rebouças – PR, oportunidade onde os faxinalenses tiveram um panorama sobre a situação atual dos faxinais do Paraná, bem como acompanharam debate sobre estratégias futuras. Nesse momento também realizou-se uma visita guiada ao Faxinal Marmeleiro de Cima, caminhada essa realizada por toda área do criadouro comunitário, conhecendo assim outra ARESUR.

No ano de 2009 duas frentes de trabalho caminhavam juntas: 1) a ARESUR, lei em esfera estadual que reconhece o território faxinalense; 2) a lei municipal, que reconhece os faxinalenses que ocupam território no município de Imbaú. Essas duas frentes de trabalhos são independentes, e obviamente se complementam.

No que tange ao reconhecimento do Faxinal Charqueada dos Betim enquanto ARESUR, alguns fatores impediram a continuidade do processo, como problemas pessoais da funcionária responsável pelo setor, mas principalmente a pandemia de COVID – 19, que ainda se encontra presente, e que inviabilizou até o momento o processo.

Já a outra frente de trabalho, na esfera municipal, as questões caminharam. Os vereadores municipais de Imbaú, Maristela Pelissaro e David José Antunes Teixeira, foram os responsáveis pelo projeto, que se tornou lei municipal, reconhecendo os faxinalenses da Charqueada dos Betim, bem como seus acordos comunitários. No dia 11 de Dezembro de 2019 foi realizada a primeira votação do projeto de lei, onde por unanimidade esse foi aprovado. A segunda votação ocorreu no dia 16 de Dezembro de 2019, e em 17 de Dezembro de 2019 a Lei Municipal nº 640 foi sancionada e publicada pelo Prefeito Municipal (IMBAÚ, 2019).

Considerações Finais

O principal resultado do trabalho é a aprovação da Lei Municipal nº 640, de 17 de Dezembro de 2019 (IMBAÚ, 2019), que:

Faxinal Charqueada dos Betim e a Legislação: Relato de Experiência

Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus Acordos Comunitários, que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum, nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema Faxinal no Município de IMBAÚ, Estado do Paraná, e dá outras providências.

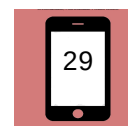
O enquadramento das comunidades tradicionais perante a legislação visa uma segurança jurídica, além é claro, de poder dar uma maior visibilidade para os faxinalenses. Esperamos que em breve o Estado do Paraná de continuidade em seus trabalhos, para que a comunidade também se enquadre enquanto ARESUR, e que com o recebimento do ICMS Ecológico possa proporcionar melhor qualidade de vida para os faxinalenses do local.

Referências

IMBAÚ. Prefeitura Municipal de Imbaú. Lei nº 640, de 17 de Dezembro de 2019. Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses. **Diário Oficial do município de Imbaú**, Imbaú, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/imbau>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2021.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. Decreto nº 3.446, de 14 de agosto de 1997. Cria as áreas especiais de uso regulamentado no Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do estado do Paraná nº 5.067**, Curitiba, 14 ago. 1997. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_estadual/DECRETOS/DECRETO_ESTADUAL_3446_1997.pdf. Acesso em: 10 de Janeiro de 2021.

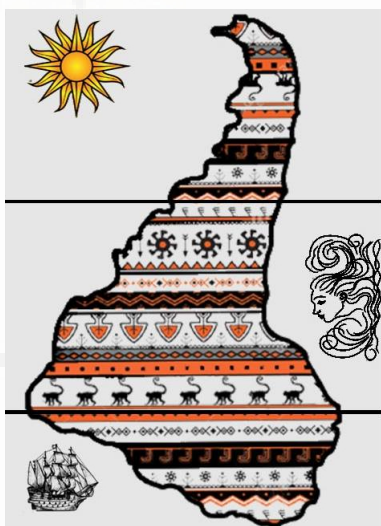
SOUZA, R. M. Mapeamento social dos faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, A. W. B de.; SOUZA, R. M. (Orgs.). **Terras de faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009. p. 89 – 112.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Plano Diretor de Ponta Grossa - PR como Instrumento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Alison Diego Leajanski
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
alisondiego3@gmail.com

Gabandez
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
imeneguzzo@hotmail.com

Introdução

Nas últimas décadas, os impactos antrópicos sobre os ambientes naturais têm sido discutidos mais intensamente, novas propostas e modelos de desenvolvimento são pensados, com objetivo de estabelecer uma relação mais harmônica com a natureza. Com isso, surge o chamado desenvolvimento sustentável. Pensar em um desenvolvimento sustentável a nível global é interessante, mas é preciso destacar a importância das ações propostas localmente.

Nos municípios, é possível estar mais próximo à realidade das populações e de suas necessidades. Um dos principais instrumentos da política urbana dos municípios é o Plano Diretor, definido como instrumento de planejamento e gestão para os municípios, norteador para as tomadas de decisão da administração pública e da iniciativa privada. Assim, pode-se pensar o Plano Diretor como um possível instrumento promotor do desenvolvimento sustentável nos municípios.

No município de Ponta Grossa-PR, o Plano Diretor vigente é regulamentado pela Lei Municipal nº 8.663, de 09 de Outubro de 2006. O presente trabalho tem por objetivo analisar o Plano Diretor Municipal de Ponta Grossa-PR e suas possibilidades como instrumento de promoção ao desenvolvimento sustentável. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com caráter descritivo.

Desenvolvimento

Os rumos do desenvolvimento das sociedades vem sendo alvo de questionamentos em relação a disponibilidade e as formas que os recursos são explorados. A partir da década de 1980, os debates no meio acadêmico e institucional passaram a propor mudanças em relação as formas tradicionais de se pensar o desenvolvimento econômico e social e com isso, surge a ideia de um desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2000).

Para Pontes (2009), a ideia de desenvolvimento sustentável, surgiu da necessidade em aliar crescimento econômico e conservação ambiental, como uma forma de equilibrar o desenvolvimento. Suas origens estão na base do conceito de ecodesenvolvimento formulado em 1973, por Maurice Strong (PONTES, 2009).

Em 1984, foi apresentado o Relatório Brundtland ou Relatório Nosso Futuro Comum, como resultado do trabalho de uma comissão voltada à analisar o meio ambiente e o desenvolvimento. Um dos principais destaques deste documento foi a proposição de uma definição para o desenvolvimento sustentável.

Segundo o Relatório, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). Este conceito estabelecido no relatório é um dos mais conhecidos, é utilizado quando discutem-se mudanças de paradigmas, de postura e de relação com o meio ambiente (PONTES, 2009).

Segundo Carvalho (2000), o desenvolvimento sustentável relaciona questões ambientais e sociais, questionando a própria noção de desenvolvimento e as relações de poder entre os países mais e menos desenvolvidos, mas a visão principal ainda está relacionada com a questão ambiental.

Além disso, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável tornam-se importantes. Nos municípios, um dos instrumentos mais importantes da política urbana é o Plano Diretor. O Estatuto da Cidade regulamenta o Plano Diretor como um dos instrumentos da política urbana nos municípios, obrigatório para os municípios com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas, integrantes de áreas de interesse turístico, inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, devendo ser revisado a cada dez anos (BRASIL, 2001).

Para Saboya (2007), o Plano Diretor é um documento que apresenta os objetivos, estabelece princípios, diretrizes e normas que vão servir como base para as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano no âmbito dos municípios. A partir disso, pode-se considerar a relevância destes também em relação ao desenvolvimento sustentável.

Por este motivo, analisou-se o Plano Diretor de Ponta Grossa-PR. O Plano Diretor vigente foi regulamentado pela Lei Municipal nº 8.663, de 09 de Outubro de 2006. Conforme estabelecido pelo Estatuto da Cidade, a revisão dos planos deve ocorrer a cada dez anos, porém, a revisão e aprovação do novo

O Plano Diretor de Ponta Grossa - PR como Instrumento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

Plano Diretor, encontra-se em processo de tramitação na Câmara Municipal, até o momento.

O objetivo principal do Plano Diretor de Ponta Grossa é “ordenar e disciplinar o desenvolvimento municipal, em seus aspectos físico-ambiental, econômico, social, cultural e administrativo, dentre outros, garantindo qualidade de vida à população, preservando e conservando os recursos naturais e culturais” (PONTA GROSSA, 2006b, p. 4). Dentre as suas finalidades, estabelece “o Direito à cidade sustentável” (PONTA GROSSA, 2006b, p. 3).

Dos objetivos do Plano Diretor, em relação as diretrizes do desenvolvimento no município, aponta que serão estabelecidos “com base na implementação de políticas setoriais integradas, visando ordenar o Município, permitindo o seu desenvolvimento planejado e ambientalmente sustentável, com melhoria da qualidade de vida” (PONTA GROSSA, 2006b, p. 7).

As diretrizes para o Plano Diretor, foram elencadas nos seguintes eixos: gestão ambiental; gestão socioeconômica; gestão socioespacial; gestão da infraestrutura e serviços públicos e gestão institucional (PONTA GROSSA, 2006a). O Plano pontua ações específicas a serem tomadas pelo poder público, a seguir destacam-se algumas, relacionadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Para o eixo de gestão ambiental, as ações específicas são: monitoramento da qualidade hídrica e do ar; controle do desmatamento; preservação de remanescentes florestais; eliminação de espécies exóticas invasoras; substituição gradativa da frota de transporte coletivo por veículos menos poluentes; programa de despoluição dos arroios; restrição de atividades potencialmente poluidoras; recuperação de áreas degradadas e ampliação de áreas verdes urbanas (PONTA GROSSA, 2006a).

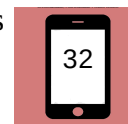
Para o eixo de gestão socioeconômica, as ações específicas são: programas de qualificação rural; promoção da conscientização rural para a utilização de técnicas de produção alternativas; estímulo à produção de produtos orgânicos; legalização fundiária e estabelecimento do zoneamento minerário e diretrizes para a extração de recursos minerais (PONTA GROSSA, 2006a).

Para o eixo de gestão socioespacial, relativo à política de sustentabilidade, as ações específicas são: ordenamento do espaço urbano e rural; regularização da ocupação e de melhoria da habitabilidade; melhora da permeabilidade do solo urbano e realocação de populações que vivem em áreas de risco (PONTA GROSSA, 2006a).

Para o eixo de gestão da infraestrutura e serviços públicos, as ações específicas são: criação de ciclovias que protejam o transporte ciclístico; implantação de vias exclusivas para transporte coletivo; fiscalização das ligações de esgoto; realização do plano de despoluição anual e escolha da nova área do aterro sanitário (PONTA GROSSA, 2006a).

Para o eixo de gestão institucional, relativo à políticas de articulação administrativa e legal, as ações específicas são: projeto de organização comunitária; criação de uma secretaria exclusiva para o Meio Ambiente e direcionamento dos recursos da multas e do ICMS Ecológico para o Fundo Municipal de Meio Ambiente (PONTA GROSSA, 2006a).

Dessa maneira, pode-se observar que no Plano Diretor, algumas das ações estabelecidas para efetivação pela administração pública, estão relacionadas



O Plano Diretor de Ponta Grossa - PR como Instrumento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

aos objetivos do desenvolvimento sustentável no município, pois tratam do meio ambiente, da qualidade de vida da população e da infraestrutura da cidade, de maneira a estabelecer uma relação menos impactante sobre o meio ambiente.

O Plano Diretor de Ponta Grossa-PR não traz explicitamente o conceito de desenvolvimento sustentável, mas propõe diretrizes e ações para a administração pública e iniciativa privada, que estão em consonância com tais ideias. Em suas diretrizes, projetos e ações, é perceptível a existência de preocupações com o meio ambiente, com a qualidade de vida da população e com uma infraestrutura inteligente. Portanto, pode ser considerado como um instrumento relevante para a promoção do desenvolvimento sustentável no município.

Considerações Finais

Para haver um município sustentável, é preciso considerar diversos aspectos em seu contexto, como as funções sociais da cidade, os instrumentos de proteção ambiental, a regulamentação do uso do solo e dos recursos, a redução das desigualdades sociais, a infraestrutura, além da participação popular na tomada de decisões. Nos municípios, os Planos Diretores apresentam-se como um dos principais instrumentos da política urbana, por meio deles, são estabelecidas as diretrizes e ações para o poder público municipal e a iniciativa privada atuarem localmente.

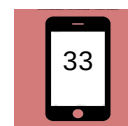
No presente trabalho, analisou-se o Plano Diretor de Ponta Grossa-PR. Observou-se que mesmo não apresentando explicitamente o conceito de desenvolvimento sustentável em suas diretrizes, as ações propostas fornecem subsídios para a promoção do desenvolvimento sustentável no município, pois são consideradas as dimensões social, ambiental e econômica em suas inter-relações.

Urge a necessidade de atualização do mesmo, com base nos pressupostos legais e epistemologicamente amparado no conceito de desenvolvimento sustentável, para que desta forma, impactos ambientais, exploração de recursos naturais e qualidade de vida sejam efetivamente alcançados.

Referências

BRASIL, Presidência da República. **Lei no 10.257, de 10 de Julho de 2001.** Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, R. G. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável no nordeste em confronto com o plano de desenvolvimento sustentável da Paraíba.** 2000. Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Rural e Regional, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2000.



O Plano Diretor de Ponta Grossa - PR como Instrumento de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Participativo Município de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: [s.n], 2006a. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/1283>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PONTA GROSSA, Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos. **Lei no 8.663, de 09 de Outubro de 2006b**. Atualiza a Lei do Plano Diretor do município de Ponta Grossa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-ponta-grossa-pr>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PONTES, M. S. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável: análise dos instrumentos de ordenamento territorial da faixa litorânea do Ipojuca**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

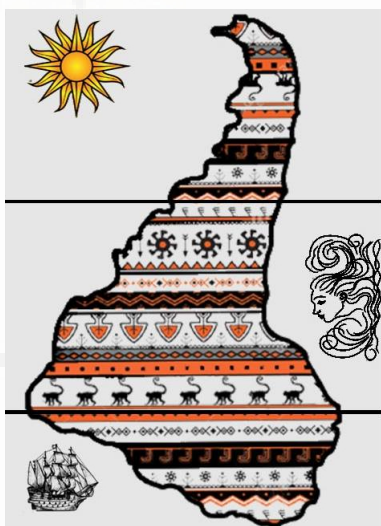
SABOYA, R. T. de. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Pinturas Rupestres do Sítio Arqueológico Cassandoca, Ponta Grossa, Paraná

Ricardo Letenski
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ricardoletenski@uepg.br

Introdução

A Região do Vale do Rio Pitangui nos limites entre Ponta Grossa e Carambeí, situada no reverso proximal da Escarpa Devoniana, na transição do 1º para o 2º Planalto Paranaense, é conhecida do público em geral pelas suas belas paisagens que incluem campos e bosques com araucárias, afloramentos rochosos, cânions, rios, corredeiras e cachoeiras que atraem muitos visitantes.

Situada, geologicamente, na borda leste da Bacia do Paraná e sustentada pelos arenitos fluviomarinhos da Formação Furnas, que favorecem a existência de abrigos naturais, a região é objeto de estudo pela comunidade científica por conter diversos sítios arqueológicos importantes (SILVA; PARELLADA; MELO, 2007; MELO et. al 2007; PONTES; SILVA; MASSUQUETO, 2020).

O presente estudo tem por objetivo caracterizar o sítio arqueológico encontrado no Ribeirão Cassandoca, além de documentar a presença de pinturas rupestres pouco conhecidas.

Justifica-se esse trabalho por contribuir para o conhecimento arqueológico da Escarpa Devoniana, uma vez que o sítio não aparece registrado em mapeamentos e trabalhos anteriores e que no contexto regional pode indicar rotas de deslocamentos dos grupos humanos pré-históricos

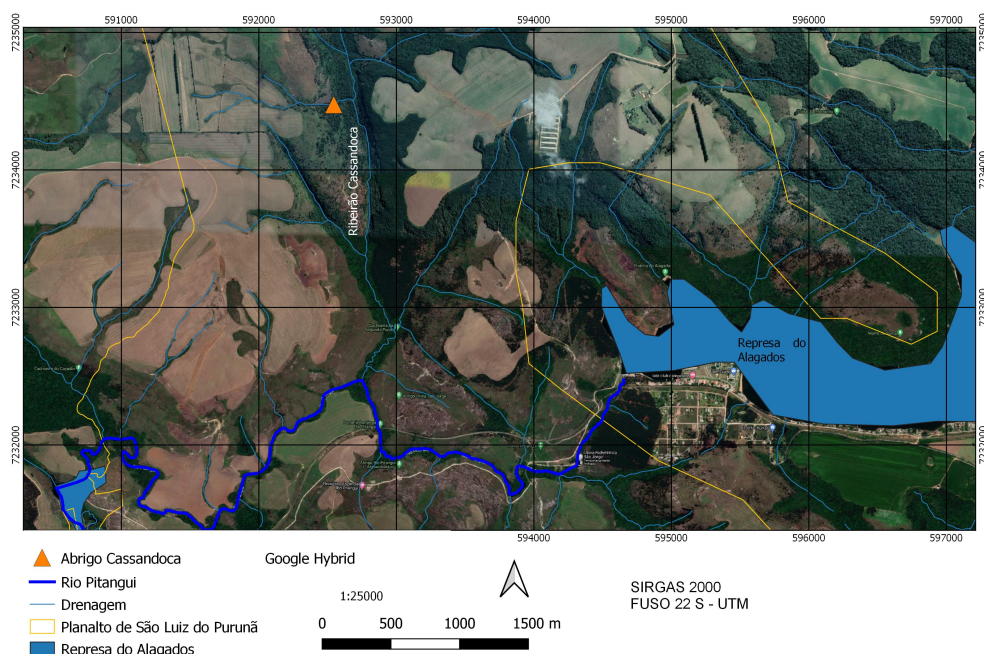
Desenvolvimento

O trabalho pauta-se em levantamento e pesquisa bibliográfica; fotointerpretação (extensão QuickmapServices do QGis 3.10, fotos aéreas do ITC-PR 1980, escala 1:25.000); levantamento de campo realizado com o auxílio de receptor GNSS, bússola e trena; registro fotográfico do abrigo e das pinturas rupestres e sua posterior caracterização.

A região do cânion do Ribeirão Cassandoca, afluente da margem direita do Rio Pitanguí, desenvolve-se em duas partes: a primeira mais ao sul em Ponta Grossa com 3 km de extensão é orientada por uma falha típica do Arco de Ponta Grossa, no sentido noroeste-sudeste. Neste trecho a profundidade média é de 50 m, pois o leito do rio está menos entalhado do que na porção principal do cânion, apresentando um gradiente menor com 20 m (entre as altitudes de 990 e 970 m). A segunda porção, que se estende mais ao norte tem, uma parte em Ponta Grossa e outra em Carambeí, com 4 km de extensão é orientada por uma falha no sentido norte-sul. O leito do rio está mais entalhado e a sua profundidade média é de 100 m, apresentando gradiente de 100 m (entre as altitudes de 970 e 870 m, desembocando no Rio Pitanguí).

O Sítio Arqueológico Abrigo Cassandoca, onde foram caracterizadas as pinturas rupestres, situa-se nas coordenadas UTM da Zona 22 S, N 7.234.473 e E 592.547, ao lado de uma bela cachoeira, com cerca de 10 m de altura que atravessa o abrigo, formando um pequeno sumidouro. O Abrigo está situado a 200 m da margem direita do Ribeirão Cassandoca, aproximadamente 18 km a nordeste do centro da cidade de Ponta Grossa (figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização do Abrigo Cassandoca



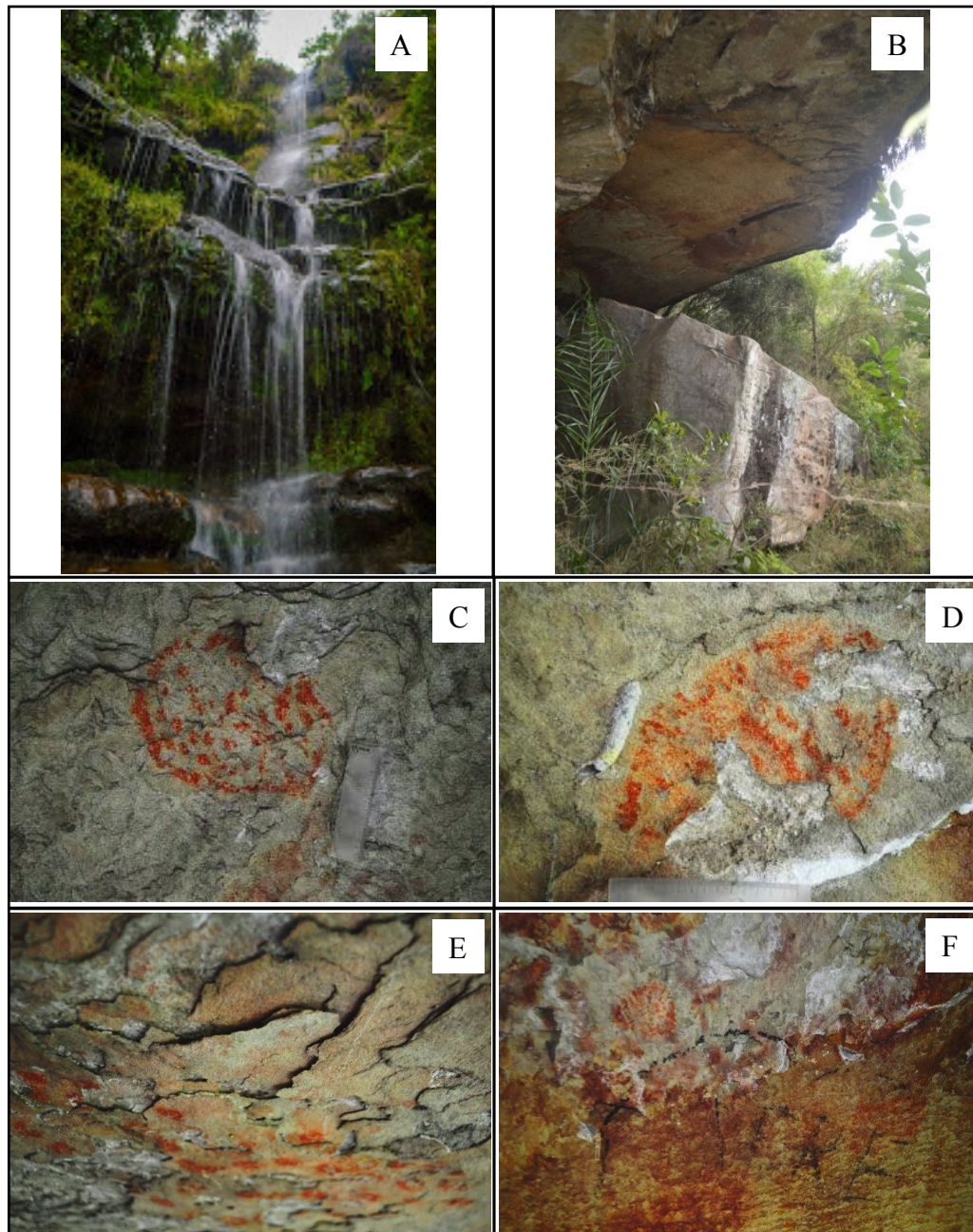
Fonte: o autor.

Pinturas Rupestres do Sítio Arqueológico Cassandoca, Ponta Grossa, Paraná

O sítio arqueológico apresenta uma lapa voltada para leste com o teto estimado em cerca de 25 m², com um bloco desabado no chão com 3 m de altura e 8 m de comprimento, com uma parede de fundo de cerca de 5 m.

No teto do abrigo num painel com 3,5 m de extensão por 1 m de largura foram identificadas 6 pinturas geométricas, apresentam contorno elíptico e são preenchidas com marcas pontilhadas, com eixo menor variando entre 15 e 23, e o eixo maior variando 16 e 35 cm, todas com tonalidade alaranjada.

Figura 2 - Mapa de localização do Abrigo Cassandoca



legenda: A- Cachoeira ao lado do abrigo; B- vista lateral; C- pintura melhor preservada; D- degradação biológica; E- descamação do arenito; F- degradação antrópica

Fonte: o autor.

Pinturas Rupestres do Sítio Arqueológico Cassandoca, Ponta Grossa, Paraná

Observa-se no painel degradações naturais provocadas pela descamação de camadas argilosas presentes no arenito e biológicas provocadas por pequenas plantas e casulos de insetos. Nota-se também a gravação antrópica predatória e recente, como marcações de carvão e nomes arranhados nas proximidades das pinturas rupestres (figura 2).

Considerações Finais

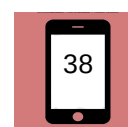
Este trabalho buscou apresentar para a comunidade científica um provável novo sítio arqueológico na região do Vale do Pitangui, visando contribuir para o melhor conhecimento arqueológico regional. Os resultados apresentados são estudos iniciais e demandam revisão e maior aprofundamento, seja obtenção de medidas mais precisas, na elaboração de perfis do abrigo ou na interpretação e contextualização de seu conteúdo. As pinturas apresentadas são extremamente frágeis e causa preocupação que o lugar mesmo com acesso relativamente difícil apresente depredações, sendo imprescindível um registro detalhado com urgência do painel de pinturas rupestres e medidas que visem a sua conservação.

Referências

MELO, M.S. de.; MORO, R.S. & GUIMARÃES, G.B.. 2007. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. UEPG, Ponta Grossa. 230 p.

PONTES, H. S.; MASSUQUETO, L. L.; SILVA, A. G. C. Caracterização, impactos e gestão de sítios arqueológicos do vale do rio Pitangui, Ponta Grossa, região dos Campos Gerais do Paraná. **Caderno de Geografia**, v.30, n.63, p. 975-1001, 2020.

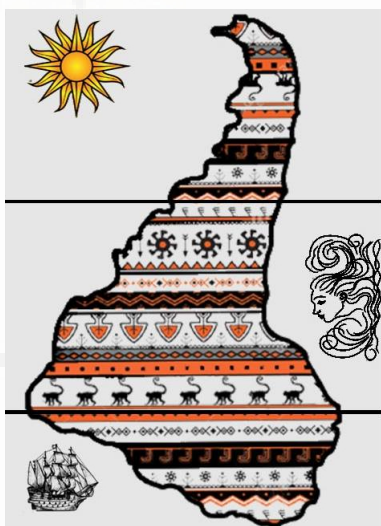
SILVA, A. G. C.; PARELLADA, C. I.; MELO, M. S. Pinturas rupestres do sítio arqueológico abrigo Usina São Jorge, Ponta Grossa, Paraná. **Publ. UEPG Exact Earth Sci., Agr. Sci. Eng.**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 25-33, 2007.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Estado da Arte das Pesquisas Icnotaxonômicas da Formação Furnas da Bacia do Paraná

Kevin William Richter
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
kevinwilliamrichter@gmail.com

Daniel Sedorko
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
sedorko@ufu.br

Gabrieli Goltz
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
gabrieligoltz@gmail.com

Elvio Pinto Bosetti
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
elviobosetti@gmail.com

Introdução

Os estratos do Siluro-Devoniano paranaense são relativamente bem conhecidos sob os aspectos sedimentológicos, estratigráficos e paleontológicos que englobam suas três formações: Furnas, Ponta Grossa e São Domingos (GRAHN *et al.*, 2013).

A Formação Furnas, unidade basal do Grupo Campos Gerais, possui vários registros de atividade biogênica ou icnofósseis, que foram cruciais em sua interpretação paleoambiental (ASSINE, 1996, 1999; SEDORKO *et al.*, 2017). Os registros partem do início do século passado, quando Oliveira (1912) descreveu a ocorrência de tubos de vermes Arenicolites no Arroio Grande, próximo da cidade de Ponta Grossa, Paraná. Mas é entre as décadas de 1980 e 1990 que se tem uma intensificação dos estudos sobre a

O Estado da Arte das Pesquisas Icnotaxonômicas da Formação Furnas da Bacia do Paraná

icnologia nos depósitos da Formação Furnas, tais trabalhos realizados enfatizando características icnotaxonômicas (SEDORKO *et al.*, 2013).

Recentemente Sedorko *et al.* (2017) avaliaram alguns icnotaxa com valor icnoestratigráfico para as unidades inferior e média da formação, possibilitando o reposicionamento dessas unidades no início do Siluriano (Siluriano Inferior), enquanto a unidade superior é estabelecida como Devoniano inicial por evidências de palinomorfos e macrofósseis de plantas vasculares (DINO e RODRIGUES, 1995; MUSSA *et al.*, 1996; GRAHN *et al.*, 2013). Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre o registro icnológico das unidades inferior e média da Formação Furnas.

Desenvolvimento

Metodologia

O presente trabalho constitui-se de uma abordagem de revisão bibliográfica sobre o registro icnofossilífero do Siluriano inferior da Formação Furnas da Bacia do Paraná. O levantamento sucedeu-se a partir de trabalhos publicados entre a década de 1990 até à atualidade, visando o reconhecimento da icnofauna descrita nas unidades inferior e média da Formação Furnas.

Resultados e Discussão

A Formação Furnas passou por diversas interpretações paleoambientais e de idade dos seus depósitos que foram subdivididos em três unidades distintas da base para o topo denominadas de unidades inferior, média e superior. Variados autores identificaram a presença de icnofósseis para a formação, totalizando cerca de 23 icnotaxa distribuídas entre as duas primeiras unidades. Na porção inferior foram descritos *Arenicolites*, *Cruziana*, *Cylindrichnus*, *Didymaulichnus lyelli*, *Diplocraterion*, *Planolites*, *Palaeophycus*, *Palaeophycus tubularis*, *Rusophycus*, *Rusophycus acacensis*, *Skolithos* e *Thalassinoides* (ASSINE, 1996; 1999; ASSINE e GÓIS, 1996; CIGUEL, 1996; FERNANDES, 1996; TOGNOLLI *et al.*, 2002; NETTO *et al.*, 2012; 2014; SEDORKO *et al.*, 2017). Na unidade média foram identificados *Arenicolites*, *Arthropycus alleghaniensis*, *A. brongniartii*, *Cruziana*, *Cruziana acacensis elongata*, *Didymaulichnus lyelli*, *Didymaulypnomos rowei*, *Heimdallia chatwini*, *Lockeia siliquaria*, *Palaeophycus*, *Palaeophycus tubularis*, *Paleobullia*, *Psammichnites implexus* e *Rhizocorallium commune*, *Rusophycus*, *Rusophycus acacensis*, *Skolithos* e *Thalassinoides* (ASSINE, 1996; 1999; ASSINE e GÓIS, 1996; CIGUEL, 1996; FERNANDES, 1996; TOGNOLLI *et al.*, 2002; NETTO *et al.*, 2012; 2014; SEDORKO *et al.*, 2017). Algumas destas icnotaxa foram recorrentes entre as duas unidades, sendo associadas as icnofácies *Skolithos* (*Arenicolites* e *Skolithos*) e *Cruziana proximal* (*Cruziana*, *Didymaulichnus lyelli*, *Palaeophycus*, *Palaeophycus tubularis*, *Rusophycus*, *Rusophycus acacensis* e *Thalassinoides*) caracterizando um ambiente deposicional marinho raso ao longo da formação.

O reconhecimento do amplo registro icnológico da Formação Furnas contribui significativamente na compreensão dos aspectos paleoecológicos, fornecendo informações detalhadas sobre os parâmetros ambientais. No

O Estado da Arte das Pesquisas Icnotaxonômicas da Formação Furnas da Bacia do Paraná

entanto, tem-se muito acrescentar sobre a distribuição dos icnofósseis durante seus processos de colonização e identificação dos principais fatores de controlavam os ecossistemas presentes nos estratos da Formação Furnas.

Considerações Finais

Os icnofósseis permitem inferências paleoambientais para as unidades em que se preservam, principalmente porque evidenciam o comportamento de seu produtor. Os conjuntos de icnofósseis descritos nas unidades inferior e média da Formação Furnas são caracterizadas pela predominância de traços verticais e horizontais associados as icnofácies de *Skolithos* e *Cruziana proximal* que proporcionaram a indicação de um ambiente deposicional marinho raso.

Quando comparado o registro icnofossilífero entre as unidades, nota-se uma variação da distribuição dos icnofósseis. A unidade inferior é representada por doze icnotaxa, enquanto, a unidade média apresenta um maior registro de icnofósseis, essa diferença das unidades, possivelmente indica uma mudança de aspectos paleoecológicos no ambiente (por exemplo, variação na energia hidrodinâmica, oxigenação, salinidade, clima, turbidez da água, batimetria, disponibilidade de alimentos, substrato e taxa de sedimentação), sendo os possíveis fatores que controlavam a composição dos icnofósseis ao longo da deposição desses estratos.

Referências

ASSINE, M.L. 1996. **Aspectos da estratigrafia das seqüências pré-carboníferas da Bacia do Paraná no Brasil**. Tese de Doutorado, IG-USP.

ASSINE, M.L. e GÓIS, J.R. 1996. Traços fósseis de trilobita na Formação Furnas, Bacia do Paraná, Brasil. *In: SIMPÓSIO SULAMERICANO DO SILURO-DEVONIANO*, 1, Ponta Grossa. **Anais**. Ponta Grossa: UEPG-UFPR, v. 1, p. 371-373.

ASSINE, M.L. 1999. Fácies, icnofósseis, paleocorrentes e sistemas deposicionais da Formação Furnas no flanco Sudeste da Bacia do Paraná. **Revista Brasileira de Geociências** 29(3):357-370.

CIGUEL, J.H.G. *et al.*, 1996. Os icnofósseis da localidade de Sitio Cercado, estado do Paraná, Brasil – Formação Furnas. (Siluriano-Devoniano), flanco oriental da Bacia do Paraná. *In: SIMPÓSIO SULAMERICANO DO SILURO-DEVONIANO*, 1, Ponta Grossa. **Anais**. Ponta Grossa: UEPG-UFPR, v. 1.

CLARKE, J.M. 1913. **Fósseis devonianos do Paraná**. Monografia do serviço geológico e mineralógico do Brasil. 353 p.

DINO, R. e RODRIGUES, M.A.C. 1995. Palinomorfos eodevonianos da Formação Furnas, Bacia do Paraná: **Anais da Academia Brasileira de Ciências** 67, 107–116.

FERNANDES, A.C.S. 1996. Conteúdo icnológico das Formações



O Estado da Arte das Pesquisas Icnotaxonômicas da Formação
Furnas da Bacia do Paraná

Ordoviciano-Devoniano da Bacia do Paraná, Brasil. **Boletim Museu Nacional, N.S., Geologia**, Rio de Janeiro, 46:1-12.

GRAHN, C.Y. *et al.*, 2013. Palynology and sequence stratigraphy of three Devonian rock units in the Apucarana Subbasin (Paraná Basin, south Brazil): additional data and correlation: **Review of Palaeobotany and Palynology** 198, 27–44.

MUSSA, D. *et al.*, 1996. Estudo preliminar da taoflora da Formação Furnas, bacia do Paraná, Brasil: **Anais da Academia Brasileira Ciências** 68, 65–89.

NETTO, R.G. *et al.*, 2012. Ichnology of the phanerozoic deposits of southern Brazil: synthetic review. In: NETTO, Renata Guimarães; CARMONA, Noelia Beatriz; TOGNOLI, Francisco Manoel Wohnrath (orgs). **Ichnology of Latin America: Selected Papers**. Monografias da Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2, p. 37-68.

NETTO, R.G. *et al.*, 2014. **Crowded Rosselia ichnofabric in the Early Devonian of Brazil**: An example of strategic behavior: Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology, 395, 107–113. doi: dx.doi.org/10.1016/j.palaeo.2013.12.032.

OLIVEIRA, E. P. 1912. O terreno Devoniano do sul do Brasil. **Annaes da Escola Minas de Ouro Preto**, 14: 31-41.

SEDORKO, D. *et al.*, 2013. Paleoicnologia do Siluro-Devoniano do estado do Paraná e a obra de John Mason Clarke. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.7, Número Especial, p. 59-73, jul./dez. 2013.

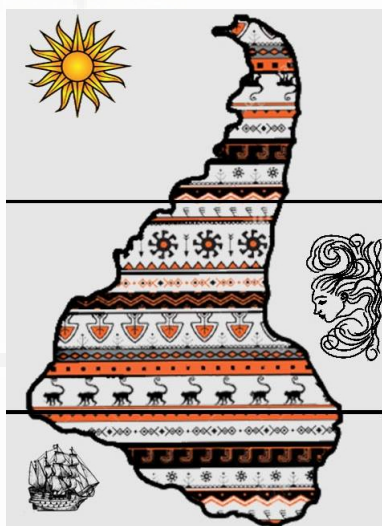
SEDORKO, D. *et al.*, 2017. **Chronostratigraphy and environment of Furnas Formation by trace fossil analysis**: Calibrating the lower Paleozoic Gondwana realm in the Paraná Basin (Brazil), Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology. 2017, doi: 10.1016/j.palaeo.2017.09.016

TOGNOLI, F.M.W. *et al.*, 2002. **Roteiro Icnológico do Grupo Paraná**. Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, 27 p.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Descrição Preliminar de Novo Sítio Paleontológico da Área Urbana de Ponta Grossa, Paraná

Gabrieli Goltz

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
gabrieligoltz@gmail.com

Roberto Videira-Santos

Universidade Estadual de Goiás
robvidsan@yahoo.com.br

Kevin William Richter

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
kevinwilliamrichter@gmail.com

Elvio Pinto Bosetti

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
elviobosetti@gmail.com

Introdução

Os estratos Siluro-Devonianos da Bacia do Paraná que compreendem a Supersequência Paraná, são representados por ciclos transgressivos-regressivos ligados as oscilações do nível relativo do mar durante o Paleozoico (MILANI *et al.*, 2007). Essa sucessão é representada pelo Grupo Campos Gerais, o qual envolve da base para o topo, as Formações Furnas, Ponta Grossa e São Domingos (*sensu*: GRANH *et al.*, 2013).

Durante o período Devoniano, a Bacia do Paraná foi sede da Província Malvinocáfrica. Esta fauna se desenvolveu particularmente no hemisfério sul (América do Sul, Antártida e África do Sul) e caracterizou-se pela baixa diversidade faunística e notável endemismo.

Descrição Preliminar de Novo Sítio Paleontológico da Área Urbana de Ponta Grossa, Paraná.

Ademais, esta fauna habitou regiões de águas plataformais, presumivelmente frias, que abrangiam porções do atual território brasileiro, sul do Peru, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e Ilhas Malvinas (*Falklands*), Antártida e África do Sul (MELO, 1985). No Brasil a província distribui-se ao longo dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Paraná (MELO, 1985). A província é composta por braquiópodes, equinodermas, anelídeos, moluscos bivalves, gastrópodes, tentaculitídeos, artrópodes, dentre outros, além disso, também são presentes fragmentos de plantas e traços fósseis (CARBONARO; GHILARD, 2016; HORODYSKI, 2014).

Recentemente, uma nova seção contendo rochas deste período foi levantada no Município de Ponta Grossa, Paraná. A nova seção denomina-se Bosque Mistral e localiza-se no interior de um empreendimento entre dois importantes sítios paleontológicos (Curva I e Curva II) na área urbana do Município. No interior do empreendimento foram diagnosticados pontos onde afloram rochas fossilíferas, correspondentes aos depósitos da Formação Ponta Grossa que foram alvo de um Salvamento Paleontológico.

Levando em consideração que a área prospectada é inédita, o presente trabalho tem como objetivo realizar o estudo taxonômico preliminar do topo da seção Bosque Mistral.

Desenvolvimento

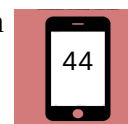
Área de Estudo

A Seção Bosque Mistral localiza-se no interior de um empreendimento (Bosque Mistral Condomínio) na Vila Baraúna, área urbana de Ponta Grossa, Paraná, próximo ao cruzamento com a Avenida Monteiro Lobato, saída para Castro-PR. Além disso, a nova seção encontra-se nas adjacências de dois importantes sítios paleontológicos a Curva I (25°03'55,88"S; 50°08'00,06"W) e a Curva II (25°03'58,97"S; 50°07'39"W), os quais são expostos ao longo da Ferrovia Central do Paraná.

O perfil litológico da área consiste em 40m de empilhamento de rochas, dos quais aproximadamente 30 metros dos pacotes sedimentares ainda não foram descritos na literatura. O topo do perfil, foco deste estudo, corresponde aos últimos 10m da seção e inicia-se com uma fina camada de arenito fino a médio, maciço, de coloração negra. Sobrepostos a estes ocorrem camadas de siltitos de cor cinza escuro a cinza médio, contendo fósseis. No topo, ocorre uma camada de folhelho negro, também fossilífero. Nas camadas silticas ocorrem nódulos e concreções ferrificadas, que geralmente contêm fósseis piritizados e bem preservados. A seção corresponde estratigraficamente ao topo da Formação Ponta Grossa (Sequência B de BERGAMASCHI, (1999), e possui idade relativa ao Emsiano (sensu: GRANH *et al.*, 2013).

Materiais e Métodos

O trabalho inicial consistiu na limpeza e numeração das amostras depositadas no Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Para a análise das amostras foram utilizados microscópios e lupas, seguido pelo registro fotográfico com a



Descrição Preliminar de Novo Sítio Paleontológico da Área Urbana de Ponta Grossa, Paraná.

utilização da câmera *Canon* modelo *PowerShot SX520 HS*.

A identificação taxonômica foi realizada a partir da literatura especializada como Clarke (1913) e trabalhos que abordassem a descrição taxonômica das espécies ocorrentes na Bacia do Paraná, sobretudo na Formação Ponta Grossa. Ademais, foram consultados especialistas.

Taxonomia

Cerca de 60 amostras foram analisadas, sendo contabilizados aproximadamente 226 espécimes. Salienta-se que a taxonomia aqui apresentada é ainda preliminar. Entretanto, foi possível identificar na seção representantes dos seguintes filos: 1) Brachiopoda - *Australocoelia* sp., *Australospirifer* spp., *Derbyina* spp., *?Kentronetes* sp., *Pleurochonetes* spp., *Shuchertella* spp., *Orbiculoidea* sp. e Lingulídeos infaunais; 2) Mollusca - *Tentaculites* spp., Bivalvia; 3) Arthropoda (trilobita) – Calmoniidae; 4) Echinodermata – Crinoidea.

Os representantes do filo Mollusca e Arthropoda, encontram-se em menor quantidade, apenas (6) *Tentaculites* spp., (6) bivalves e (2) trilobitas Calmoniidae foram identificados. Ademais, também foram descritos dois icnotaxa, *Trichichnus* isp. e *Planolites* isp. Os braquiópodes apresentam-se mais diversificados e abundantes, salienta-se a presença do táxon *?Kentronetes* sp. Esta ocorrência ainda não foi descrita formalmente para o Devoniano da Bacia do Paraná, entretanto, Souza (2007) e Videira-Santos (2020), em suas respectivas dissertações, registraram a presença do mesmo para o Devoniano da Bacia do Paraná na Formação Ponta Grossa. Os fósseis identificados no topo da seção Bosque Mistral pertencem ao Domínio Malvinocáfrico Clímax, ou seja, no momento de sua maior diversidade (*sensu*: BOSETTI, 2012).

Considerações Finais

A distribuição dos fósseis varia de acordo com a litologia, portanto a paleofauna não se apresenta de modo randômico na seção. Na base da seção aqui perfilada ocorrem arenitos médios a finos, nesta fácies os fósseis são pouco abundantes e dispersos pela matriz. Na porção média ocorrem siltitos e é onde se registrou uma maior quantidade de fósseis, sobretudo, de braquiópodes epifaunais. Na porção superior, formada por folhelhos argilosos, os fósseis declinam em abundância.

Em termos paleoambientais, isso pode ser explicado pela passagem de um ambiente de *shoreface* inferior na base para *offshore* no topo, pois lamas negras e euxínicas limitam a sobrevivência de determinados organismos.

Referências

BERGAMASCHI, S. **Análise estratigráfica do Siluro-Devoniano (Formações Furnas e Ponta Grossa) da Sub-bacia Apucarana, Bacia do Paraná, Brasil.** Unpublished Dr.Sc. 1999. Tese - Universidade de São Paulo. Instituto de Geociências, São Paulo, 1999.

Descrição Preliminar de Novo Sítio Paleontológico da Área Urbana de Ponta Grossa, Paraná.

BOSETTI, E. P. *et al.*, The first recorded decline of the Malvinokaffric Devonian fauna in the Paraná Basin (southern Brazil) and its cause; taphonomic and fossil evidences. **Journal of South American Earth Sciences**, v. 37, p. 228-241, 2012.

CARBONARO, F. A.; GHILARDI, R. P. Fósseis do Devoniano de Goiás, Brasil (Sub-bacia Alto Garças, Bacia do Paraná). **Papéis Avulsos de Zoologia**, v. 56, n. 11, p. 135-149, 2016.

CLARKE J.M 1913. **Fósseis Devonianos do Paraná**. Monografia do serviço geológico e mineralógico do Brasil. 353 p.

GRAHN, C.Y. *et al.*, Palynology and sequence stratigraphy of three Devonian rock units in the Apucarana Sub-basin (Paraná Basin, south Brazil): additional data and correlation. **Review of Palaeobotany and Palynology**, v. 198, p. 27-44, 2013.

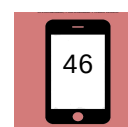
HORODYSKI, R. S. **Análise tafonômica, bioestratigráfica e paleoambiental dos Invertebrados Marinhos da Região de Tibagi-PR (Devoniano inferior e médio da bacia do Paraná)**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

MELO, J. H. G. **A Província Malvinocáfrica no Devoniano do Brasil – estado atual dos conhecimentos**. 1985. Tese (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.

MILANI, E. J. *et al.*, **Bacia do Paraná**. **Boletim de Geociências da Petrobrás**, 16: 265-287, 2007.

SOUZA, V.F.G. **Chonetoidea (Brachiopoda, Productida, Chonetidina) do Devoniano da Bacia do Paraná**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Instituto de Geociências). Rio de Janeiro, 2007.

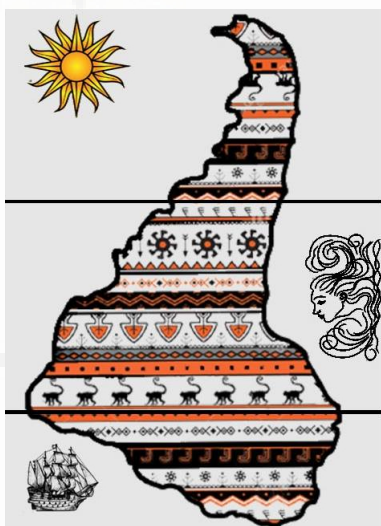
VIDEIRA-SANTOS, R. **Revisão Taxonômica dos Chonetoidea (Brachiopoda) do Devoniano da Bacia do Paraná, Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geociências: Patrimônio Geopaleontológico) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional). Rio de Janeiro, 2020.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Valores da Paisagem da Escalada na APA da Escarpa Devoniana

Ricardo Letenski

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ricardoletenski@uepg.br

Introdução

As Unidades de Conservação de uso sustentável, devido as suas amplas áreas de abrangência e a busca pela conciliação entre as atividades humanas e a conservação ambiental, apresentam grandes desafios para compatibilizar - gestão, proteção e desenvolvimento. Acredita-se que os estudos do uso dessas paisagens como locais para esporte de aventura podem contribuir para um melhor entendimento territorial, auxiliando na tomada de decisões e ações que visem a sua conservação. A referência é para a APA Escarpa Devoniana.

Conforme Melo et. al (2007) a Escarpa Devoniana marca a transição do 1º para o 2º Planalto Paranaense, situada na borda leste da Bacia do Paraná e sustentada pelos arenitos fluviomarinheiros da Formação Furnas. Esta encerra um significativo número de locais reconhecidamente importantes à realização da Escalada em Rocha, um esporte de aventura que tem se difundido nas 1ª décadas dos anos 2000, reunindo um grupo crescente de praticantes.

O presente estudo, em desenvolvimento, tem por objetivo analisar os valores atribuídos pela comunidade de escalada em rocha nas paisagens da APA da Escarpa Devoniana. Incluem-se também: a) investigar as práticas de escalada em rocha b) Identificar e caracterizar a paisagem da escala em rocha c) identificar os valores atribuídos pelos escaladores as paisagens da escalada em rocha.

Justifica-se esse trabalho por buscar promover o reconhecimento patrimonial da

Valores da Paisagem da Escalada na APA da Escarpa Devoniana

paisagem da escalada, na APA da Escarpa Devoniana, entendendo as atividades de escalada como aliadas na gestão e proteção da paisagem das unidades de conservação, especificamente as pertencentes ao grupo de uso sustentável.

Desenvolvimento

O trabalho pauta-se na compilação de dados e informações registradas nos guias de escalada; na identificação, agrupamento e caracterização das unidades de paisagem e na identificação dos valores da paisagem da escalada, pela aplicação de questionários a diferentes membros da comunidade relacionados à prática de escalada em rocha a partir da orientação teórico-metodológica proposta de (NOGUÉ; SALA; GRAU, 2016).

Potencialidades da Escarpa Devoniana à Prática da Escalada

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana tem como principal objetivo:

assegurar a proteção do limite natural entre o Primeiro e o Segundo Planaltos Paranaenses, inclusive faixa de Campos Gerais, que se constituem em ecossistema peculiar que alterna capões da floresta de araucária, matas de galerias e afloramentos rochosos, além de locais de beleza cênica como os canyons e de vestígios arqueológicos e pré-históricos. (PARANÁ, 2004, p.9)

A faixa de afloramento do Arenito Furnas, na APA, aparece em forma de escarpa, morros testemunhos, cânions e furnas, representando oportunidade para a prática de escalada em rocha. Na investigação preliminar esse trabalho constatou que o Segundo Planalto Paranaense concentra a grande maioria do número de vias de escalada, separadas nas seguintes subunidades morfoesculturais: Os Planaltos de São Luiz do Purunã, de Ponta Grossa e de Jaguariaíva, sustentados pelos arenitos fluviomarinheiros da Formação Furnas, representam (47%) das vias de escalada analisadas. Na transição para o Terceiro Planalto, os arenitos eólicos Triássicos da Formação Botucatu representam (17%) das vias, seguidos pelos Diques e Soleiras de Diabásio, que representam (6%) das mesmas (LETENSKI; PINTO, 2020)

A escalada é uma das especialidades do montanhismo. Entendida como a:

Prática esportiva e de lazer que se caracteriza pela ascensão em obstáculos íngremes com diferentes graus de dificuldade e tempos de duração, utilizando equipamentos e técnicas específicas. O termo “escalada” abrange as seguintes atividades e suas práticas derivadas: escalada em rocha (esportiva e tradicional); escalada em gelo e neve; bouldering e escalada em muros artificiais. (CBME, 2013, p.7)

As modalidades de escalada em rocha variam em função: das técnicas utilizadas (aderência, em agarras, fendas e chaminés), dos tipos de proteções para segurar quedas (fixa e/ou móvel), dos estilos de escalada (artificial e/ou

Valores da Paisagem da Escalada na APA da Escarpa Devoniana

em livre) e das extensões das vias (DAFLON, 2016).

As vias de escalada são, normalmente, registradas em croquis, que contêm uma série de informações relevantes aos escaladores, como: os nomes das vias, as posições e os tipos de proteções, aspectos das rochas, graus de dificuldade, entre outros. Um guia de escalada é um livro, que reúne croquis, mapas, fotografias e informações sobre uma área ou região equipada para a prática dessa atividade esportiva. Esses podem ser analisados geograficamente, pois fornecem um registro espacial da escalada (NETTLEFOLD; STRATFORD, 1999).

Comumente as áreas de escalada apresentam paisagens singulares do ponto de vista estético, científico e ambiental. No caso da escalada em rocha, a atividade esportiva é estritamente dependente das características geológicas e geomorfológicas da paisagem, pois as diferentes técnicas, estilos e níveis de dificuldade, em geral, dependem de elementos fisiográficos, como: litologias, estruturas e feições de relevo (BOLLATI *et al.*, 2014).

Sauer (1998 [1925]) cunhou o termo paisagem cultural, na qual uma paisagem natural é transformada por um grupo cultural. Nesse sentido a paisagem pode ser entendida como o ambiente natural moldado pela ação humana. Apresentando assim pelo menos uma dimensão material e outra imaterial (cultural ou simbólica). O termo paisagem cultural foi incorporado pela Unesco e pelo IPHAN, para classificação do patrimônio sob seu reconhecimento e proteção.

A dimensão material da paisagem da escalada em rocha apresenta identidade visual, dominada pelas rochas e os seus conjuntos de formas. Nesta perspectiva, Alvarenga e Ruchkys (2020), atribuem ao ambiente natural descrito pela perspectiva que se refere a geologia com o termo paisagem geológica.

Uma paisagem do ponto de vista da geomorfologia Dantas e Coelho Netto (1995) é aquela área que tem uma gênese comum; uma contiguidade espacial e uma história geoecológica relacionada, o que permite afirmar que há uma paisagem da Escarpa Devoniana. E que, na dimensão simbólica ou cultural é representativa da interação da comunidade da escalada por meio de suas práticas, marcas e memórias que atribuem um significado a paisagem.

Desafios à conservação da Paisagem Da Escarpa Devoniana

Contudo, o grande aumento de pedidos de pesquisa mineral no interior da APA, principalmente, para exploração de substâncias com areia, arenito e caulim é um fator de grande preocupação com a proteção da área. A Formação Furnas, dominante na região, é composta basicamente por arenitos que podem facilmente serem desmontados, resultando em areia quartzosa e caulim, componentes básicos da rocha. De acordo com Cimento Itambé (2014), com o fortalecimento da construção civil, a demanda por agregados como areia e pedra brita estão em alta, mas devido à distância das jazidas dos centros consumidores, o setor tem buscado maneiras alternativas a extração de areia a partir de depósitos de sedimento inconsolidados, como a retirada direta da rocha fonte, denominada de areia brita.

Considerações Finais

De acordo com o exposto a paisagem da escalada em rocha pode ser entendida como a paisagem geológica e geomorfológica representativa das práticas dos escaladores que imprimiram marcas e atribuíram valores a essas paisagens. Conforme a orientação teórico-metodológica proposta de Nogué, Sala y Grau (2016) os valores podem ser determinados pelas seguintes características:

'Valores estéticos': elementos estéticos ligados ao sentimento de beleza que a paisagem pode transmitir, dependendo do seu significado cultura que adquiriu ao longo da história. 'Valores naturais e ecológicos': elementos que determinam a qualidade do ambiente natural, relacionada a áreas especiais interesse natural. 'Valores Produtivos': elementos relacionados à capacidade de uma paisagem fornecer benefícios econômicos nos diferentes setores, como turismo, agrícola, industrial, mineral. 'Valores históricos': elementos materiais produzidos pelo ser humano na paisagem, as construções mais relevantes realizadas pela sociedade ao longo da história. 'Valores de uso social': elementos relacionados ao lazer, prazer, esportes e terapia. 'Valores religiosos e espirituais': relacionados às práticas e crenças religiosas. 'Valores simbólicos e identitários': elementos que possuem uma forte carga simbólica ou de identidade para as populações locais, tendo em conta a relação de pertencimento. Entende-se, nesta investigação, os valores como os atributos multidimensionais da paisagem reconhecidos pela sociedade, no caso específico, dos escaladores, dos gestores e dos proprietários das áreas onde estas práticas são desenvolvidas.

Referências

ALVARENGA, Luciano J.; RUCHKYS, Úrsula. Paisagens geológicas: conceituação e proteção jurídica. In: **Direito de Paisagem: aspectos jurídicos e interdisciplinares**.

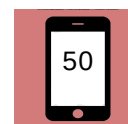
BOLLATI, I. *et al.* Geoheritage and sport climbing activities: using the Montestrutto cliff (Austroalpine domain, Western Alps) as an example of scientific and educational representativeness. **Italian Journal of Geosciences**, v. 133, n. 2, p. 187–199, 2014.

CUSTÓDIO, Marluce M.; SANTOS, Fernando Barotti dos.; MÁXIMO, Maria Flávia Cardoso (orgs.). São Paulo: D' Plácido, 2020.

CBME – Confederação Brasileira de Montanhismo e Escalada. Manejo da Visitação em Áreas Naturais – Conceitos para o Planejamento.

CIMENTO-ITAMBÉ, **Mineradores de areia tentam reinventar mercado**. Disponível em: www.cimentoitambe.com.br/mineradores-de-areia-tentam-reinventar-mercado/ Acesso em: 11/02/2021

DAFLON, Flavio; DAFLON, Cintia. **Escale melhor e com mais segurança**. Rio de Janeiro: Companhia da Escalada, 2017. 336 p.



Valores da Paisagem da Escalada na APA da Escarpa Devoniana

DANTAS M.E., COELHO NETTO A.L. 1995. O impacto do ciclo cafeeiro na evolução da paisagem geomorfológica do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul. IBGE, **Cadernos de Geociências**, 15:65-72

LETENSKI, Ricardo; PINTO, Maria Ligia Cassol. Análise Geológica e Geomorfológica dos Setores de Escalada em Rocha, no Estado do Paraná. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 7., 2020, Pelotas. **Anais...** Pelotas, Ufpel, 2020. p.183 - 187.

MELO, M.S. de.; MORO, R.S. & GUIMARÃES, G.B. 2007. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais do Paraná**. UEPG, Ponta Grossa. 230 p

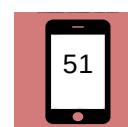
NETTLEFOLD, P. A.; STRATFORD, E. The production of climbing landscapes-as-texts. **Australian Geographical Studies**, v. 37, n. 2, p. 130–141, 1999.

NOGUÉ, Joan; SALA, Pere; GRAU, Jordi. **Els catàlegs de paisatge de Catalunya: metodologia**. Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya. 2016.

PARANÁ, Secretária do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Plano de Manejo da APA da Escarpa Devoniana**. Curitiba, 2004.

PARANÁ, Secretária da Comunicação Social e da Cultura. **Processo de tombamento da Escarpa Devoniana do Paraná**. Curitiba, 2014.

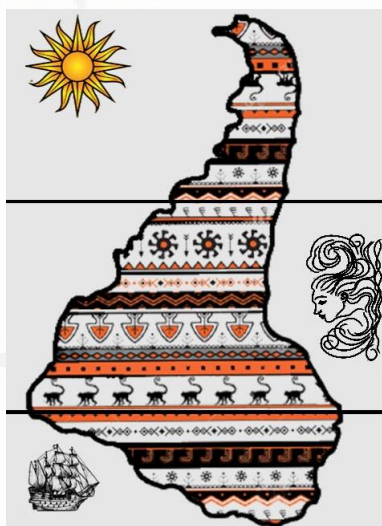
SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925).



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Compreendendo o Avanço Capitalista e a Urbanização na Amazônia no Século XX a partir do Caso de Marabá/PA

Magno Ricardo Silva de Carvalho
Universidade Federal do Ceará - UFC
magno.ricardo9@gmail.com

Introdução

Marabá (Figura 1) é uma cidade média amazônica (TRINDADE JÚNIOR *et al*, 2010; SOUZA, 2017), classificada como “capital regional C” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007; 2020). É cidade polo de uma das regiões geográficas intermediárias do Pará, conjunto de 23 municípios que recebe o nome de Região Intermediária de Marabá (IBGE, 2017), e é responsável pelo terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) do estado.

O município paraense contava com população de 233.669 pessoas em 2010, segundo o último censo do IBGE, das quais 186.270 residiam na zona urbana, tendo população estimada em 2019 de 279.349 habitantes (IBGE, 2019).

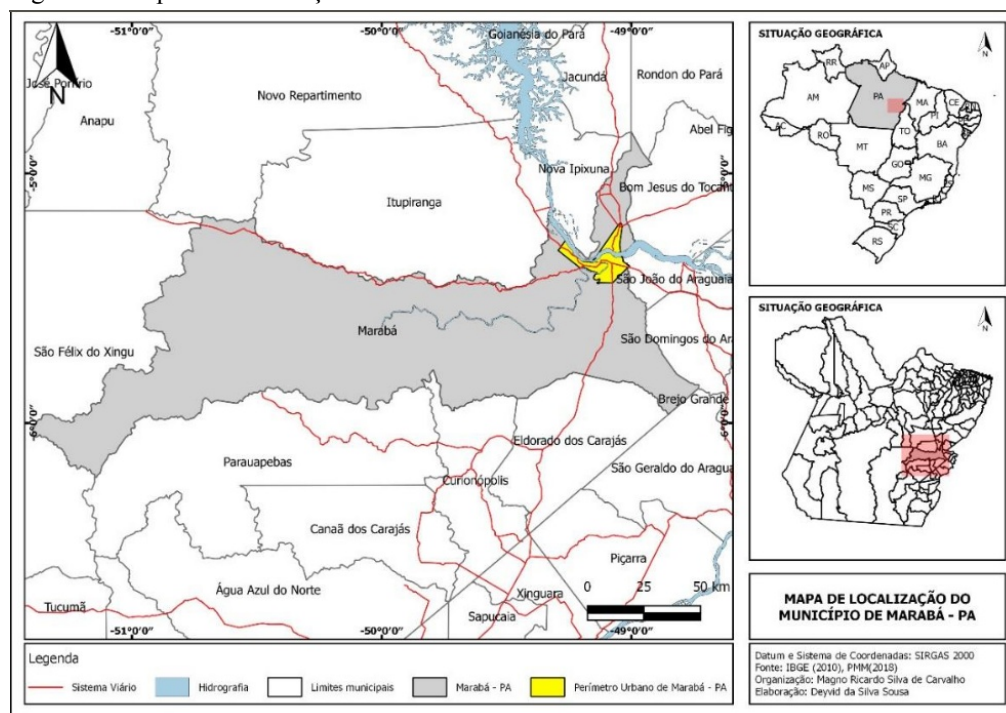
O crescimento demográfico e produção do espaço urbano em Marabá, se deu no âmbito dos processos da urbanização amazônica de forma que suas características econômicas, geográficas, históricas, políticas e sociais estão, de algum modo, relacionadas com o avanço da modernização capitalista na região e a respectiva inserção dessa região na divisão territorial do trabalho. Desse modo, o objetivo do trabalho é compreender, de forma geral, o avanço capitalista na região e as reverberações na urbanização, especialmente na porção oriental, a partir do caso de Marabá, ao passo em que também visualizamos e entendemos as transformações nessa cidade a partir de tais processos.

O percurso metodológico trilhado é, majoritariamente, pautado em levantamento bibliográfico. Algumas relevantes leituras desses processos na região nos ajudam a

Compreendendo o Avanço Capitalista e a Urbanização na Amazônia no Século XX a partir do Caso de Marabá/PA

compreender Marabá, dos quais aqui elegemos a de Porto-Gonçalves (2001). Também escritos sobre Marabá nos auxiliam no entendimento do espaço regional e dos processos a que foi submetido, dos quais aqui destacamos Almeida (2008), (2010), Souza *et al* (2013), Trindade Júnior *et al* (2010) e Trindade Júnior e Pereira (2007).

Figura 1 - Mapa de Localização de Marabá



Organização: O autor. Elaboração: SOUSA (2020).

Desenvolvimento

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001) identifica a ocupação, ordenamento e exploração da região amazônica em dois sistemas, representados no que ele chama de padrões de organização do espaço amazônico: o primeiro é o rio – várzea¹ – floresta, e o segundo denominado de Estrada – Terra firme – subsolo.

Em síntese, quanto ao primeiro, refere-se às vias de todo o transporte e comunicação em um primeiro longo período de exploração capitalista na Amazônia; os espaços próximos a esses rios onde se localizavam os povoados, os barracões, as casas aviadoras e a pouca agropecuária (se comparada à extração vegetal) – a várzea –; e a floresta onde ocorria a extração vegetal, com intensificação a partir da segunda metade do século XIX com a exploração da borracha. Quanto ao segundo padrão, o autor faz referência às novas (a partir dos anos 1960 e, sobretudo, 1970) e bem mais fluídas vias de circulação de transporte e comunicação, as rodovias; a maior intensidade de ocupação e exploração capitalista das áreas não alagáveis; e nesse processo a ênfase à importância da mineração.

1 Terreno localizado próximo às margens dos rios, e baixo se comparado a chamada “terra firme”, portanto sujeito às cheias no período chuvoso.

Compreendendo o Avanço Capitalista e a Urbanização na Amazônia no Século XX a partir do Caso de Marabá/PA

Tais processos podem ser observados no Sul e Sudeste do Pará, especialmente, em Marabá, se atentarmos para sua história e formação socioespacial. A ocupação não-indígena do sítio inicia-se com a chegada de goianos e maranhenses no final do século XIX, com o objetivo de explorar as riquezas do entorno do rio Itacaiúnas, bem como, praticar a pecuária e a agricultura. Entre tais riquezas, uma se sobressaiu primeiro, o caucho², que tão logo foi descoberto na região, já foi iniciada sua exploração e exportação para atendimento de demandas internacionais. Assim que a demanda por borracha brasileira diminuiu e as exportações arrefeceram-se, Marabá se apresenta enquanto proeminente produtor e exportador de Castanha-do-Pará (ALMEIDA, 2008).

Milhares de migrantes foram atraídos para o extrativismo nas terras pertencentes ao município de Marabá [...] O interesse pelas duas atividades se impôs e promoveu adaptações por parte das populações locais às adversidades naturais, principalmente ao construir uma cidade em um local inadequado como o pontal (ALMEIDA, 2008, p.34).

Houve relativa demora em investimentos estruturais nessas primeiras décadas, pois, a cidade estava sendo construída na confluência de dois rios e sujeita às periódicas cheias. No entanto, por razões econômicas não se abria mão da estratégica localização. Em síntese, a

[...] importância no cenário comercial regional refletia-se no espaço urbano de Marabá a partir da localização das casas comerciais. Até 1969 não existia acesso a Marabá por vias terrestres, o que fazia dos rios que cortam a cidade a sua principal via de comunicação e também de transporte de mercadorias. Desta feita, a atividade comercial estava localizada às margens do Rio Tocantins, no que hoje conhece-se como Núcleo Marabá Pioneira. [...] Assim, até a década de 1960, podemos caracterizar Marabá, do ponto de vista da estrutura comercial, como uma cidade monocêntrica, com suas principais atividades comerciais e de serviços localizadas na Marabá Pioneira, com importância devida aos rios como meios de interligação da cidade ao mundo exterior (SOUZA *et al*, 2013, p. 7 e 8).

As políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia realizadas pelo Estado, reestruturaram a rede urbana da região. No sistema rio-várzea-floresta predominava o padrão dendrítico, com Belém sendo a metrópole regional. Com a implantação do sistema estrada-terra firme-subsolo, percebe-se uma mudança de padrão, com esse novo momento sendo caracterizado por um maior dinamismo das cidades de beira de estrada, sobretudo, das que já possuíam alguma importância. A partir daí, estas cidades assumem papéis de centros regionais, umas dessas é Marabá (TRINDADE JÚNIOR e PEREIRA, 2007).

Com os investimentos do Estado Brasileiro na região, na década de 1970, juntamente com a implantação do projeto Grande Carajás, não só o espaço regional passou por uma intensa reestruturação, como houve também intenso

2 A *Castilla Ulei Warb* ou caucho como é vulgarmente conhecida, é uma árvore produtora de látex de qualidade inferior a da seringueira (*Hevea Brasiliensis*).

Compreendendo o Avanço Capitalista e a Urbanização na Amazônia no Século XX a partir do Caso de Marabá/PA

processo de reestruturação da cidade (ALMEIDA, 2008; TRINDADE JÚNIOR *et al*, 2010).

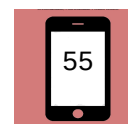
Com o advento das redes tecno-políticas (rede rodoviária, rede de transporte, redes elétricas, redes de comunicações, rede urbana) (BECKER, 1982; 1991), a partir da década de 1970, provenientes de intensos investimentos governamentais, o avanço do capital financeiro e industrial, bem como de outras frentes de expansão atreladas ou não a atividades econômicas como a pecuária, a extração madeireira, a agricultura camponesa etc. (HÈBETTE, 2004), contribuiu para uma nova configuração de Marabá cujas marcas se fizeram presentes notadamente na sua paisagem urbana, quando então novos núcleos, além da Velha Marabá, onde se originou a cidade, passaram a constituir a estrutura da cidade (TRINDADE JÚNIOR *et al*, 2010, p.19).

Foi pensado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e planejado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), um novo núcleo urbano, em “terra firme”, denominado “Nova Marabá”. Este novo espaço tinha como um de seus principais propósitos servir ao Estado como base para os grandes empreendimentos, além de atender ao contingente populacional que chegava à cidade. O novo núcleo foi criado em 1975 e cresceu, sobretudo, a partir de ocupações, principalmente, na década seguinte.

A reestruturação mencionada não implicou apenas na criação do núcleo Nova Marabá, pois, no mesmo período, surgia e se consolidava o núcleo urbano Cidade Nova, tendo também o Estado, direta e indiretamente, como um dos principais agentes responsáveis:

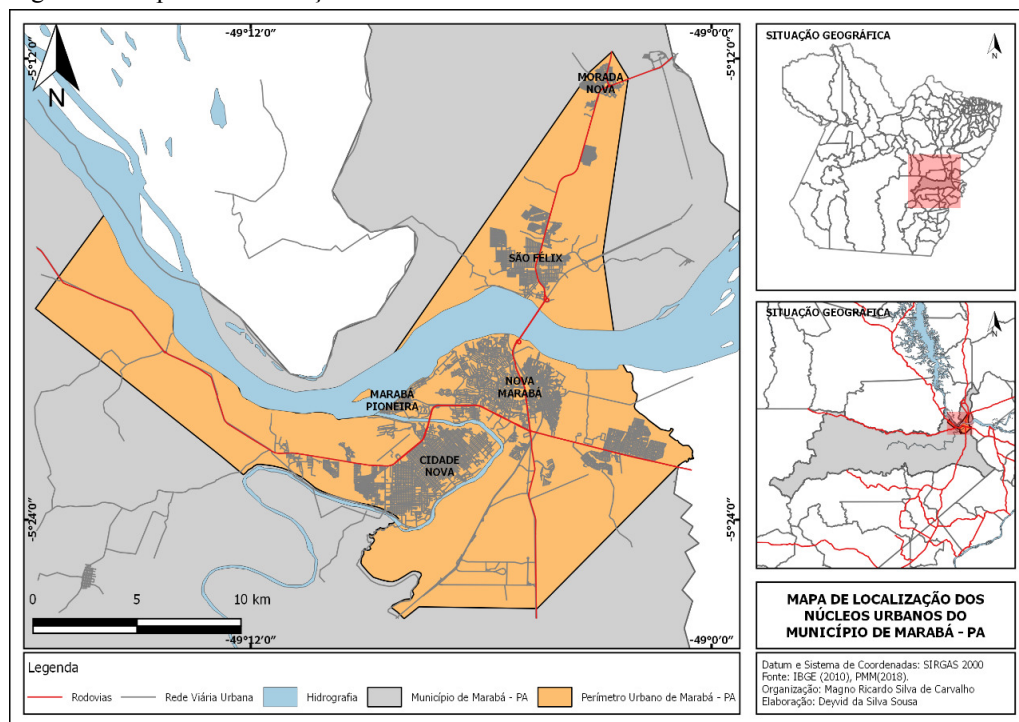
A constituição do Núcleo Integrado Cidade Nova [...] está relacionado inicialmente ao processo de expansão espontânea da cidade de Marabá, devido ao intenso fluxo migratório que se estabeleceu dos núcleos urbanos planejados (agrovilas, agrópolis) em direção à Marabá, diante do fracasso da política de colonização oficial empreendida pelo governo federal via INCRA, ao longo da Rodovia Transamazônica, na sub-região do Sudeste Paraense. Diante da crescente expansão que este núcleo de ocupação espontânea apresentou, bem como, em razão do intenso aumento das demandas e reivindicações sociais dos moradores deste espaço de expansão, o Núcleo Urbano Cidade Nova foi inserido no perímetro urbano da sede do Município, através da Lei nº 742, de 15 de dezembro de 1976 (IDESP, 1977). Configurava-se, assim, a cidade tripartite de que nos fala Becker (1990a), com três núcleos bem definidos e descontínuos, ainda que compondo uma só unidade urbana: a Velha Marabá ou Marabá Pioneira, a Nova Marabá e a Cidade Nova (TRINDADE JÚNIOR. *et al*, 2010, p.20).

Para além da cidade tripartite, de que fala Bertha Becker, Marabá é, atualmente, formada também por mais dois núcleos, o São Félix, na margem direita do Rio Tocantins e Morada Nova, a doze quilômetros da Nova Marabá, como podemos ver na Figura 2, a seguir.



Compreendendo o Avanço Capitalista e a Urbanização na Amazônia no Século XX a partir do Caso de Marabá/PA

Figura 2 - Mapa de Localização dos núcleos urbanos de Marabá



Organização: O autor. Elaboração: SOUSA (2020).

Considerações Finais

Em síntese, é possível afirmar que compreender a realidade urbana de Marabá nos auxilia na compreensão também, em linhas gerais, dos processos relacionados ao avanço capitalista e da urbanização na região. Por seu turno, compreender tais processos colabora no entendimento do fenômeno urbano Marabá. Isso porque essa urbe é, não apenas parte importante, como também deveras representativa dos processos socioespaciais a que foi submetida a Amazônia no século XX, sobretudo, se tratando da porção oriental.

Referências

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 273f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

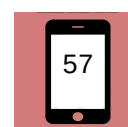
SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de *et al.* “**Centro, centralidade e descentralização em cidades médias: avaliação da dinâmica das atividades de comércio e serviços em Ituiutaba (MG) e Marabá (PA)**”. ReCiMe, Projeto de Pesquisa Edital MCT/CNPq n. 14/2011, Relatório de Pesquisa, 2013.

Compreendendo o Avanço Capitalista e a Urbanização na
Amazônia no Século XX a partir do Caso de Marabá/PA

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. Grandes projetos e transformações urbano-regionais na Amazônia Oriental: consolidação de uma cidade média e reestruturações contemporâneas a partir de Marabá/PA. *In*: OLIVEIRA, Hélio carlos Miranda de; CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; SOARES, Beatriz Ribeiro. (org.). **Cidades Médias e Região**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. P. 245-280.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da *et al.* **Uma cidade média na Amazônia Oriental**: a centralidade urbano-regional de Marabá no Sudeste Paraense. ReCiMe, Relatório de pesquisa, 2010.

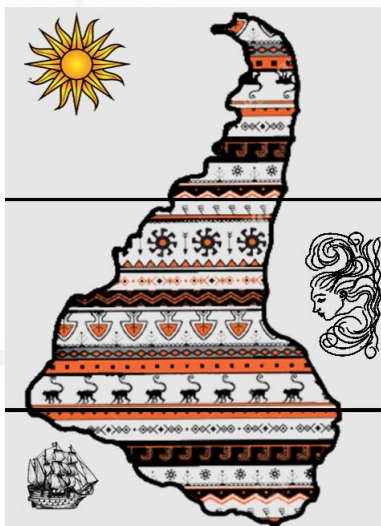
TRINDADE JR., S-C. C. ; PEREIRA, J. C. M. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Identidade e Referência na Africanidade Manifesta: Um Olhar Sobre a Territorialidade Angolana

Catarine Gomes de Oliveira
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
caatygomesgv@hotmail.com

Jônatas Reis da Silva
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
jonatas.reis009@gmail.com

Introdução

Este artigo, é fruto de uma atividade avaliativa da disciplina de Geografia da África, realizada por alunos de graduação da Universidade do Estado da Bahia, e apresenta uma discussão sobre as análises teóricas que partem da descoberta e da identificação de símbolos identitários que circundam o território Angolano, na qual, fora mistificado conforme a dominação e, da resignação de uma nova identidade, pelos portugueses colonizadores, como única, estática e verdadeira. Para a construção do presente trabalho foi empregado método de pesquisa qualitativo com a finalidade de analisar e entender o que é identidade e referência na africanidade manifesta para isto utilizamos livros, artigos científicos indexados em periódicos e trabalhos acadêmicos. Nisso, o trabalho trará a frente, questões como, a importância da reflexão acerca da elaboração de uma nova África empoderada, livre e decolonial. No mais, a categoria geográfica abarcada, se dará na corrente do território, ainda, que este venha acompanhado de teorias espaciais que organizam e estruturam povos e etnias. No mais, será entendido, o conceito de povos, etnias e identidades, de modo que, entendendo todos estes conceitos, finaliza-se a real importância de dar referência ao continente africano, sobretudo, o território angolano. O objetivo deste trabalho é refletir sobre uma possível relação entre o processo de levantamento dos “edifícios históricos”, assim chamado pela professora Isabel Castro

Identidade e Referência na Africanidade Manifesta: Um Olhar Sobre a Territorialidade Angolana

Henrique (2004) e os processos de construção identitária no continente africano, sobretudo, na Angola moderna e independente. Procurando entender também, suas etnias, meio a organizações territoriais e, como esta é vista fora do continente. O objetivo também é mostrar as relações históricas entre estes povos, responsáveis pela organização dessa parte do continente, e como estes influenciaram determinantemente outras civilizações africanas.

Desenvolvimento

No presente trabalho, será abordada uma análise acerca das diversas territorialidades que cercam o continente africano, em específico o território angolano, e, sobretudo, buscar caminhar junto a compreensão dos autores citados nesta pesquisa, e, entender nas suas múltiplas visões, sendo elas, voltadas ao estudo das ciências geográfica, da sociologia e também na antropologia. Ainda, se discutirá através de fundamentos teóricos, autores que em suas obras, carregam diferentes análises embasadas em revisões decorrentes das produções etnográficas, presentes em inúmeras literaturas de documentação.

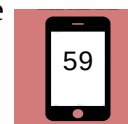
Pautada na geografia, o referencial teórico em questão, analisará o objeto geográfico, amplamente discutido, o território, na qual, buscará entender a sociedade e seus elementos concretos e idealizados. Assim para Henrique (2004), neste quadro de pesquisa que privilegia a construção do território, espaço indispensável a instalação das estruturas e das coletividades inventadas por homens, mas também necessário à criação, manutenção e reforço da identidade, fornecerá ao objeto, chamado território, a garantia do direito à nação, florindo sempre o respeito e reconhecimento do meio em que acampam.

Com isso, vê-se que a conceituação geográfica intitulada território, age como um elemento importante que constrói a manifestação do meio, no qual se articula as relações de poder e conflitos, construindo assim, de alguma forma, uma identidade individual ou meramente coletiva. Nesta perspectiva, Claude Raffestin (1993) sugere que refletindo sobre os tipos de territórios definidos a partir dos conflitos sociais. As relações sociais e de controle substantivam diferentes territórios. É uma concepção que facilita o entendimento das diferenciadas historicamente instituídas.

Á princípio como afirma SAQUET e SPOSITO (2009, p. 7) “ O conceito de território tem sido, também, objeto de interesse de outros cientistas sociais, preocupados em compreender o nosso período, a partir das tendências de circulação das pessoas, das informações e dos bens, que geram mobilidade, fluidez, instabilidade e imponderabilidade que, articuladas entre si, produzem a complexidade que nos cerca.”

Quando se fala em territorialidade angolana, volta-se ao conceito de territorialidade, que em sua totalidade significa o espaço de identificação, ou seja, um produto originado das relações sociais ali presentes, que com algum intuito de cooperação social, ou, meramente, involuntário, contextualizam uma específica identidade, diferente das demais.

“A territorialidade consiste em uma ação apropriativa de um determinado espaço por um indivíduo ou um grupo de indivíduos que desenvolvem, em relação a um objeto ou símbolo, uma relação de posse” (COMIBRA e



Identidade e Referência na Africanidade Manifesta: Um Olhar Sobre a Territorialidade Angolana

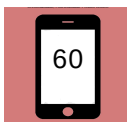
SARAIVA, 2013). A Angola colonizada, assim como qualquer estado-nação hoje e no passado, tem a sua territorialidade, e sua identidade própria. À vista disso, identidade e territorialidade estão indissolúvelmente ligadas, uma vez que, trazendo aspectos importantes da Angola, como ações econômicas e culturais, percebe-se que um povo de um determinado território, está a todo tempo, tecendo, construindo e modelando, sua vivência, sua história. O que se vê, na Angola contemporânea, descolonial, é um povo economicamente moderno, culturalmente rico, cheio de “estruturas simbólicas”, que refletem e trazem à tona, a importância do passado, que vislumbra no presente. Seu mercado hoje, globalmente ligado. Contudo, conforme o avançar do tempo, a modernidade, frente à era global, trouxe modificações, que passando despercebida pelas vias urbanas e rurais da Angola contemporânea, impossibilitam a visualização da história. Contudo, é voltado ao passado histórico, e com o uso da subjetividade, aspectos da história antiga, renascem na memória.

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX, muito ficou perdido no avançar da história. Como se observa, autores externos ao continente, se debruçaram em compreender o continente africano com base na visão de suposições, e não da própria visão africana.

Assim, é apenas no século XIX que a antropologia passou a existir como uma disciplina acadêmica. Este momento foi responsável por dar início às pesquisas antropológicas, que por sua vez, deram maior espaço ao estudo da africanidade e seus povos. A história da África consiste, antes de tudo, em uma ideia das histórias e das antigas civilizações que sempre estiveram presentes no continente africano. No mais, entende-se, pois, que fora no século XIX que a era neocolonial deu seu início, conhecida também como o período “pré-colonial”.

Muito embora, desde o início das relações com os africanos que os portugueses se dão conta das realidades territoriais locais e da relação sacralizante que as populações africanas mantêm com a terra em que vivem. De acordo com Serrano (2007, p.1), conforme citado por Waldeman, (2004, e. 2006b) Compreender a África é sumamente um exercício crítico. Uma das suas metas aponta para o desenvolvimento de realidades encobertas por mitos, ficções e imagens fantasiosas. [...] ainda que existam visões estereotipadas cultivadas contra outros povos e regiões, a África, mais do que qualquer continente, terminou encoberta por um véu de preconceitos que ainda hoje marcam a percepção da sua realidade.”

A Angola desde de muito antiga consistia e consiste em inúmeros conflitos, desde de a sua independência houve contextos diferentes, em que grandes populações guerreavam por territórios. Em meados do século XIV, estipulava-se uma Angola chamada do que se constituía como Reino do Congo, decorrente de inúmeras migrações, no mesmo período, povos conhecidos como “bantus” se localizavam na África Central, no entanto, fixaram-se no norte e ao sul da parte inferior do Rio Congo, sendo hoje a parte noroeste da atual Angola.



Identidade e Referência na Africanidade Manifesta: Um Olhar Sobre a Territorialidade Angolana

Doravante, o presente trabalho parte da inquietação surgida a partir das leituras acerca da Historiografia da África, seus povos e como se dá o entendimento das suas organizações e como estes se estruturaram e se estruturam ao longo do tempo, e dos processos de intervenção eurocêntrica, como a partilha e o colonialismo. Através de livros que discorrem sobre contexto e história geral do continente, será feita uma minuciosa leitura acerca da estruturação do determinado território litorâneo, tal chamado Angola, entendido como um dos principais e mais importante, mercados de escravos do período colonialista.

Como observado, nisto, entende-se suas múltiplas territorialidades, ainda, é louvável ressaltar que nem todos os povos serão estudados aqui, visto que, existiu e existe uma gama de culturas e estruturas territoriais, na qual necessita de um maior aprofundamento. Mas, a partir disso, utiliza-se como método de pesquisa uma análise puramente teórica, na qual, referências bibliográficas são buscadas, a fim de explicar e construir hipóteses acerca do fato histórico evidenciado, de modo que, aprimore ideais e quebre paradigmas e dogmas que estereotipa estes indivíduos, no qual contribui incessantemente para o preconceito que paira sobre o mundo. Para tanto, esse tipo de pesquisa pode ser considerado descritivo, uma vez que possibilita a exploração da descoberta envolvendo um levantamento bibliográfico.

Considerações Finais

Em finalidade, buscou-se nesta pesquisa mostrar análises teóricas que explanam relatos e relações organizadas no espaço, frente à um continente central e um território em sua especificidade, na qual durante anos viveu acorrentado pelos responsáveis, que propondo ideais de superioridade, implantam habilidosamente, uma ideologia de dominação. Daí que uma nova África, desmistificada e esperançosa, pode surgir do estudo deste trabalho.

Uma África que, mostrando o jogo de relações sobre os territórios, no final das contas, associa-se também às expectativas de muitos outros milhões de humanos excluídos e crescentemente privados de segurança social, política e economia, como por exemplo, localidades da Ásia. Portanto, que o estudo do continente africano, junto a investigação territorial da Angola tanto no passado como no presente, possa conduzir à melhor compreensão do mundo e da sociedade brasileira, contribuindo para a sua transformação, instigando o leitor ainda mais o desejo para com estas relações antecedentes as ideias tidas como únicas e puramente verdadeiras.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. de. O estudo como forma de pesquisa. *In.*: CARVALHO, M. C. de (org). **Construindo o saber**. 10. ed. Campinas – SP, Papirus Editora. 2000.

FRANÇA, J. L. *et al.* **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 6. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

Identidade e Referência na Africanidade Manifesta: Um Olhar
Sobre a Territorialidade Angolana

HENRIQUES, I. C. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos. **Textos de história**, v. 12. n ½, 2004.

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. ed Ática S.A. São Paulo.1993

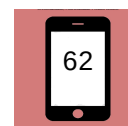
RODRIGUES, J. C. **Pequena história da África negra**. São Paulo. Ed Globo, 1990.

SAQUET, M. A., SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos / (organizadores) 1.ed. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SERRANO, C. **Memória da África**: a temática África em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. **História geral da África, II**: África antiga / editado por Gamal Mokhtar. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010.

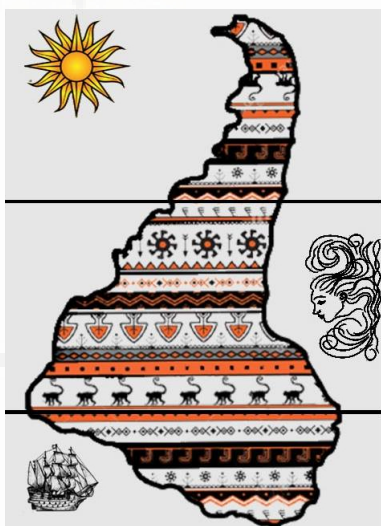
UNESCO. **História geral da África, VI**: África do século XIX à década de 1880 / editado por J. F. Ade Ajayi. – Brasília : UNESCO, 2010.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Reivenção da Amazônia: Discurso, Espaço e Lugar

Jefferson Henrique Cidreira
Universidade Federal de Rondônia - UNIR
jeffersonhenriquecidreira@gmail.com

Introdução

A Pan-Amazônia, como lugar de heterogeneidade, as “Amazônias” têm sido um tópico muito presente na agenda dos encontros, simpósios, colóquios, seminários e Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em escala planetária. Os olhares de pesquisadores, críticos e teóricos espriam-se pelas camadas discursivas as mais diversas possíveis: cultura, geografia, literatura, historiografia, filosofia, antropologia, textualidades indígenas, corpos negros, falas brancas, diáspora, hibridismo, mestiçagem, fronteira, margem, deslocamento, entre-lugar, regional, nacional, global, dentre tantas outras vertentes de leitura.

Para evitar uma discussão muito geral e abstrata, o presente resumo sob o título A reinvenção da Amazônia: discurso, espaço e lugar, delimita como tema de pesquisa à figuração do outro na escrita literária que instituiu, forjou efeitos de verdade em relação a este território, de como o imaginário do outro reforçou e influenciou o discurso de constituição de uma identidade à Amazônia e foi o lugar fundador do mito de isolamento. Torna-se importante demonstrar um breve relato sobre a construção discursiva que se tem da Amazônia e como essa “representação” perdura por séculos no imaginário social, cultural e geográfico sobre o espaço amazônico. Logo, partimos do pressuposto que a construção da ideia de uma Amazônia geograficamente isolada se deu através da formação de um complexo discursivo de objetivação da região, desde o século XVI, com viajantes, cientistas, comerciantes, vista como “inferno verde”, “deserto ocidental”, “exótica” etc. Contudo, foi no século XX que essa figuração se tornou mais nítida,

partindo sempre da orquestração ideológica do seu lugar, assim como nos remete Bakhtin, onde através dele, observamos que a palavra, a enunciação, “não existe fora de um contexto social, portanto é ideológica” (BAKHTIN, 1995, p. 16), conforme esclarece Marina Yaguello na introdução que faz à obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, do referido autor.

Desenvolvimento

A origem do discurso de isolamento produzida sobre a Amazônia poderia estar no texto do espanhol Gaspar de Carvajal, 1541, traduzido por Antônio Porro, no entanto, coube a Euclides da Cunha a consolidação da ideia de isolamento do espaço amazônico a partir de sua expedição de reconhecimento ao Alto Purus, 1905, e, posteriormente, a publicação do seu livro *À margem da história*.

De acordo com Michel Foucault (ano?), em seu texto *O que é um autor?*, existe uma reflexão de que há autores que fundam características tão marcantes que dão origem e/ou consolidam discursos, sendo assim, trazemos como tese, no presente projeto, a origem e/ou consolidação desse discurso de isolamento, ou seja, a origem do mito fundador do isolamento da Amazônia em Euclides da Cunha (1975; 2000).

Euclides era engenheiro, republicano, defensor das ideias liberais e do progresso. A partir dessas perspectivas (que refletem sua visão de mundo) e de sua viagem ao Purus, formulou umas das mais significativas análises sobre a região amazônica: “terra sem história”, “selvagem”, “rincão solitário” (ALBUQUERQUE, 2015). Nela, o homem “amazônico” está à mercê do rio e da natureza, um “Judas ahsverus”, condenado a não ter cultura e a nada produzir, isolado na imensidão daquele “deserto verde”, envolto de perigos.

E como um intelectual que seria lido, ouvido e reproduzido pelos anos seguintes, assim como o foi, deixou de herança ecos em outros escritores, tais como Abguar Bastos (1934), Alberto Rangel (2001); Craveiro Costa (1974), Samuel Benchimol (2009), Leandro Tocantins (1983; 2003), dentre outros, que continuaram a hegemonizar a região e representá-la isolada. Logo, nossa proposta ampara-se em examinar o tema das figurações instituídas à Amazônia - como “inferno verde”, lugar de insulamento - e, elaborar, trazer estratégias discursivas que o descortine, que o subverta, que o negue. Tendo como intuito compreender que tais construtos sobre a região eram carregados de interesses econômicos, civilizatórios e ideológicos.

Para dar conta do percurso de leitura dos pressupostos teóricos e dos objetivos desse estudo, adotam-se os seguintes procedimentos metodológicos, enveredamos então por uma lista enorme de documentos escritos como os jornais amazônicos, desde 1906 a 1980, encontrados nas repartições do governo e no site da Biblioteca Nacional, além de relatórios de prefeitos, governos e ministeriais datados de igual época. Além destes, usaremos referências bibliográficas como relatos orais, fotografias e entrevistas.

Esse é, portanto, o problema de pesquisa que definimos para meditar nos textos euclidianos, e autores por ele influenciados. Além, é claro, de analisá-los no prisma da AD Francesa, dos Estudos Culturais, fenomenológicos e da crítica pós-colonial com a ideia de descortinar as representações do “outro”,

A Reivenção da Amazônia: Discurso, Espaço e Lugar

que, segundo Homi Bhabha (1998), ao observar e analisar os modos de vida, a cultura, e, logo, o espaço (grifo nosso), emite suas percepções, suas representações erguidas em suas culturas de origem, carregadas de juízos de valores, por consequência, interferindo na compreensão do espaço, dos costumes e modos de vida estranhos a sua cultura.

Considerações Finais ou Ponto Inicial de Uma Nova Démarche (?)

Destarte, tendo como base teórica e crítica os estudos culturais, fenomenológicos e a Análise do Discurso francesa, fizemos uma análise das narrativas euclidianas, que são interpretadas aqui, como espaços ficcionais onde se mesclam distintas histórias, olhares de outro lugar, e temporalidades representadas nas cenas literárias do trânsito dos migrantes “nordestinos” e das paisagens fantasmagóricas, lugar À margem da história. Logo, ao nos reapropriarmos dessas narrativas, os resultados esperados/atingidos são os de (des) construirmos tais efeitos de verdade, proporcionando uma “nova” visão sobre a Amazônia, fazendo tessituras com o intuito de embater o mito fundador do isolamento amazônico através, também, dos depoimentos, da subversão, da visão da mulher/homem amazônica, de suas vivências na resignificação e/ou construção do espaço que direcionam-se a um *buen vivir*.

Referências

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica de progresso. In **Revista Tropos**. Rio Branco: v.1 n.4 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BASTOS, Abguar. **Terra de Icamiba (romance da Amazônia)** Hersen Editor: Rio de Janeiro, 1934.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. 3.a ed. – Manaus: Editora Valer, 2009.

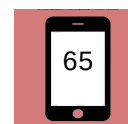
BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC; Ed. Or., La géographie culturelle. Paris, Nathan, 1995.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Cultrix, 1975.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. Brasília, Senado Federal, 2000.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.



A Reivenção da Amazônia: Discurso, Espaço e Lugar

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? *In Ditos e escritos* - Estética, literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária 2001.

LIMA, Simone de Souza. **Amazônia babel**: línguas, ficção, margens, nomadismos e resíduos utópicos. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Sociabilidade, Justiça e Violência**: práticas e representações culturais no cone sul (século XIX e XX). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PORTELLI, Alessandro. **A morte de Luigi Trastulli e outras histórias**: formas e significados na História oral. Hincó, tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro, 2009.

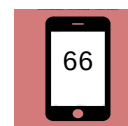
SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde**: cenas e cenários do Amazonas. Valer (edições do Governo do Estado). 5. ed. Manaus: 2001.

TOCANTINS, Leandro. **Estado do Acre**: geografia, história e sociedade. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

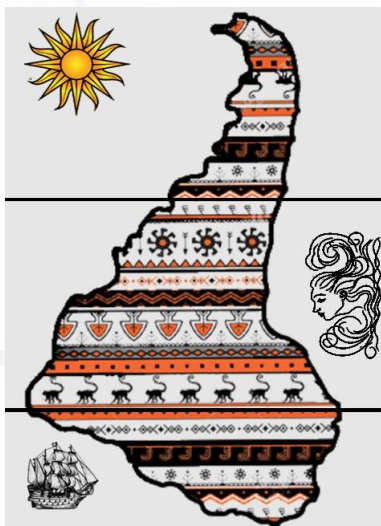
TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Expansão Urbana e Negócios Imobiliários em Marabá: Elaboração de Banco de Dados sobre Preço da Terra, Empreendimentos Imobiliários e Expansão Urbana Recente

Elna Nasario de Sousa

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

elnnasousa462@gmail.com

Marcus Vinicius Mariano de Souza

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

marcussouza@unifesspa.edu.br

Dionel Barbosa Ferreira Junior

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

dioneljunior41@gmail.com

Introdução

Durante as primeiras décadas do século XXI tem se debatido, sobretudo após a crise financeira internacional de 2008, o capitalismo contemporâneo que, para alguns autores como Ana Fani Carlos (2015) tem se caracterizado pela passagem da predominância do capital financeiro sobre o capital industrial e isto tem causado reflexos na constituição da cidade contemporânea, levando ao que a mesma autora chamou de um novo espaço sob a forma de produto imobiliário. Esse “novo” momento na construção material das cidades, marcado pela importância dos produtos imobiliários, tem tido como consequências em diversas cidades brasileiras a aceleração do processo de dispersão urbana, cujo estudo

Expansão Urbana e Negócios Imobiliários em Marabá: Elaboração de Banco de Dados sobre Preço da Terra, Empreendimentos Imobiliários e Expansão Urbana Recente

também tem tido mais atenção pelos pesquisadores brasileiros na atualidade. Segundo Brandão (2009), a dinâmica imobiliária, é entendida como processo permanente de produção da cidade, na sua dimensão material, como ambiente construído herdado do passado, em sua diversidade de funções lógicas de apropriação e uso do solo

O presente trabalho demonstra-se de fundamental importância para a compreensão do momento atual de reprodução econômica do espaço urbano no município de Marabá no Pará, visto que nos últimos anos, especificamente a partir do ano de 2008 na qual se foi anunciado a instalação do empreendimento siderúrgico da ALPA (Aços laminados do Pará) a cidade expandiu seu tecido urbano de modo significativo, com cerca de 35% de aumento da mancha urbana, entre 2009 e 2013, segundo Souza (2015).

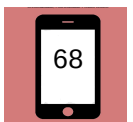
Portanto através de tal pesquisa, pretende-se entender como se deu a dinâmica dos negócios imobiliários do município a partir de 2014, correlacionando agentes hegemônicos, preço da terra e expansão urbana e tentar fazer uma análise, tanto da produção do espaço quanto da dinâmica interna da cidade, a partir do preço da terra urbana.

Desenvolvimento

Para a criação da base de dados, foi necessária a coleta de informações relativas ao preço do metro quadrado, construído e da terra nua, adotando como recorte espacial os bairros de Marabá e/ou os loteamentos/empreendimentos imobiliários (que não se configura legalmente enquanto bairros). A coleta de dados foi realizada a partir de uma fonte principal de dados secundários: A plataforma online OLX. A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril a dezembro de 2019, sendo que a coleta era feita uma vez na semana. Ao final da coleta de dados, foi produzido o “Mapa de Preços da Terra Urbana em Marabá”. Para a realização do mapeamento da Expansão, foram utilizados como referência a base de dados já disponível no Laboratório de Estudos Urbanos (LEURB) da Faculdade de Geografia, que dispõe da expansão urbana de Marabá para o período compreendido entre os anos de 2009 e 2013.

A partir da base cartográfica do ano de 2013, foi feito o acompanhamento da expansão da mancha urbana de Marabá de 2014 a 2019. Para este levantamento foi utilizado imagens de satélite disponíveis gratuitamente em softwares e plug-ins como *Open Street Maps*, que foram processadas através do programa Qgis. Ao final da coleta dos dados foi produzido o “Mapa da Expansão Urbana de Marabá – 2014 a 2019”. Para a coleta de dados necessária à realização da atualização da base de dados dos negócios imobiliários e agentes hegemônicos na cidade, foram utilizados como fonte os Relatórios Anuais do Conselho Gestor do Plano Diretor Participativo de Marabá (CGPDP), que foram solicitados junto ao referido órgão. A partir destes relatórios foi possível acompanhar a dinâmica dos negócios imobiliários realizados em Marabá de 2014 a 2019, no que diz respeito àqueles empreendimentos que foram aprovados pelo CGPDP.

Com relação aos terrenos, foi possível verificar que os preços mais altos na cidade estão concentrados em bairros dos Núcleos Nova Marabá (Folha 17, Folha 26, Folha 31 e Folha 32) na cidade Nova (Nova Horizonte) e Marabá



Expansão Urbana e Negócios Imobiliários em Marabá: Elaboração de Banco de Dados sobre Preço da Terra, Empreendimentos Imobiliários e Expansão Urbana Recente

Pioneira (Santa Rosa). Nesse ponto, é interessante perceber que apesar do grande número de loteamentos surgidos em Marabá na última década, os lotes mais valorizados são aqueles existentes em áreas consolidadas da cidade. As Folhas 17, 26, 31 e 32 são bairros importantes da Nova Marabá, que concentram atividades e serviços nesse núcleo. Além disso, as Folhas 26, 32 e o bairro Novo Horizonte são as áreas com maior renda per capita de Marabá conforme Souza (2015).

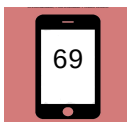
Em contraposição aos bairros mais valorizados, é possível verificar que os menores preços são os dos terrenos localizados em bairros periféricos do núcleo Cidade Nova (Laranjeiras, Vale do Itacaiúnas, Bairro da Paz e Filadélfia), que margeiam o rio Itacaiúnas (exceto o Laranjeiras) e são classificados pelo IBGE como “Aglomerados Subnormais” (Bairro da Paz, Filadélfia). No caso do Morumbi e do Novo Progresso, são loteamentos mais antigos, que surgiram com infraestrutura de qualidade inferior a alguns dos novos empreendimentos imobiliários (por exemplo, o Morumbi possuía algumas vias sem asfaltamento). Os grupos sociais que moram nos bairros cujo o preço do solo é mais baixo, é a população que não possui renda suficiente para garantir sua habitação, ou uma habitação com acesso aos equipamentos e bens necessários a uma melhor qualidade de vida. Corrêa (1989) afirma que as possibilidades para esses grupos habitarem são: os cortiços, as casas construídas pelos próprios moradores nas periferias em loteamentos destinados a essas classes sociais, ou como prefere Corrêa (1989), as favelas.

A partir da proposta de entender como que continuou a se comportar essa dinâmica da cidade, foi possível elaborado o mapa de expansão urbana do município de Marabá entre os anos de 2014 e 2019. Entre 2014 e 2019 a expansão da mancha urbana, apesar de ter ocorrido, não manteve o mesmo ritmo de crescimento apresentado anteriormente. Nesse período mais recente, a mancha cresceu 16%, o que demonstra um ritmo menor de crescimento. Um dos fatores que pode explicar essa desaceleração é justamente a queda vertiginosa do número de empreendimentos imobiliários lançados no período recente.

Considerações Finais

Através do que já foi coletado no decorrer do ano de 2019, foi possível compreender a influência que os agentes hegemônicos desempenham sobre a cidade a partir da dinâmica do mercado fundiário e imobiliário, onde tal lógica exerce uma forte relação com o preço da terra e dos imóveis edificadas em conjunto com a expansão urbana no município de Marabá. Sendo assim, foi possível identificar que a exclusão socioespacial está presente quando nos referimos aos espaços na cidade em que se encontram com valores baixos dos imóveis e dos terrenos, e dos espaços em que o preço dos mesmos se encontram com um valor mais alto (incluído majoritariamente os empreendimentos imobiliários), nessa lógica os grupos sociais estão claramente divididos entre os excluídos e os inseridos na lógica do capital imobiliário presente em Marabá.

Conforme Melazzo (2019, p.79) “as rendas fundiárias urbanas, expressam, através da forma do preço, as características específicas de uma dada porção de terreno, seus usos possíveis, relacionados às camadas sociais com poder de



Expansão Urbana e Negócios Imobiliários em Marabá: Elaboração de Banco de Dados sobre Preço da Terra, Empreendimentos Imobiliários e Expansão Urbana Recente

compra para adquiri-la”. Nesse sentido, a avaliação sobre o preço da terra urbana e dos imóveis construídos em Marabá, no permitiu considerar: Os núcleos Cidade Nova e Nova Marabá são aqueles que apresentam os maiores preços do metro quadrado da terra urbana, seja ela nua ou construída. Em contrapartida, vê-se que a Marabá Pioneira, núcleo pioneiro da cidade, não possui uma dinâmica imobiliária significativa, aja vista suas condições ambientais, que impedem a expansão do referido núcleo. Já os núcleos São Félix e Morada Nova, mais distantes das principais centralidades de Marabá, são aqueles que apresentam os menores preços, mesmo tendo sido locais de expansão urbana no período recente. Nesse sentido, a Cidade Nova e a Nova Marabá exemplificam bem a “seletividade” que algumas áreas oferecem em função de seu preço. Como disse Melazzo (2019, p.80) “As rendas fundiárias urbanas, por serem expressões da propriedade da terra, expressam, através da forma do preço, as características específicas de uma dada porção de terreno, seus usos possíveis, relacionados às camadas sociais com poder de compra para adquiri-la”.

Referências

ABRAMO, Pedro. O mercado informal e a produção da segregação espacial na América: a cidade COM-FUSA informal. *In: LEAL, S.; LACERDA, N. (Org.). Novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil-França*. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2010. p. 211-240.

BRANDÃO, Carlos (2009). O necessário dialogo entre a economia política do desenvolvimento e a geografia critica em momento de crise estrutural do capitalismo. Em: **Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política**, vol. 1, nº 14, São Paulo. p. 1-23.

CARLOS, Ana Fani. **Crise Urbana**. Editor Contexto, 2015, São Paulo.

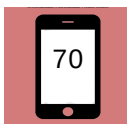
CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 11-35.

OLX. **Região de Marabá**. Disponível em: <https://olx.com.br>. Último acesso em: 11 de dez. 2019.

MELAZZO, Everaldo. **Terra urbana e dinâmica imobiliária: elementos para uma interpretação crítica no Brasil**. Semestre Econômico, 22(50), p. 71-86, jan.-mar. 2019.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano. **O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá (PA): a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais**. 2015. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

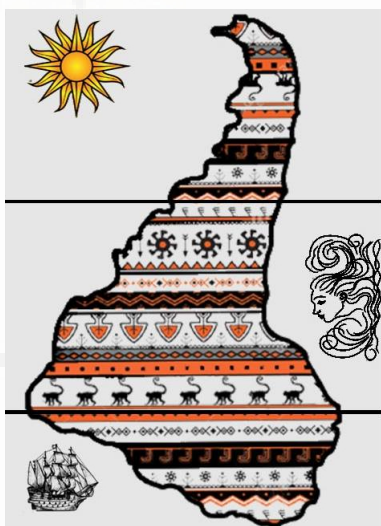
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. *In: Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, Cidade do México, n.54, p.114-139, 2004.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Observatório Polonês da UNESPAR e o Estudo do Cemitério Étnico

Alcimara Aparecida Foetsch
Universidade Estadual do Paraná - Unespar
alcimara.foetsch@unespar.edu.br

Everton Luis Batili
Universidade Estadual do Paraná - Unespar
evertonluisbatili@gmail.com

Felipe Luiz Mokochi
Universidade Estadual do Paraná - Unespar
felipemokochi@gmail.com

Bruna Eduarda Gonçalves dos Santos
Universidade Estadual do Paraná - Unespar
brunawnneduarda@hotmail.com

Introdução

O Programa de Extensão intitulado “Observatório Polonês da Unespar” foi criado no ano de 2019, vincula-se à Área Temática “Cultura” do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX) por meio da linha “Patrimônio Cultural, histórico, natural e imaterial” e objetiva integrar colaborativamente uma série de ações por meio de sete Projetos de Extensão dos cursos de Geografia, História, Pedagogia, Letras Português/Inglês, Letras Português/Espanhol e Matemática. Dentre as inúmeras ações e atividades desenvolvidas, discutiremos nesta proposição o Projeto de Extensão chamado “O discreto encanto do cemitério na colônia polonesa” que objetiva identificar, catalogar e analisar cemitérios de origem polonesa nas antigas colônias do Sul do Brasil.

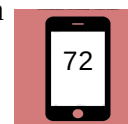
Para tanto, percorremos o caminho da investigação geográfica em seu aporte cultural apoiados pela Pesquisa Qualitativa nos trabalhos de campo a fim de dialogar sobre memória (CATROGA, 2010; NORA, 1993; CANDAU, 2014), simbolismo (VOVELLE, 1997; VALLADARES, 1972), patrimônio (POULOT, 2009; TAVARES, RIBEIRO e BRAHM, 2019) e turismo (MOTTA, 2010; GRASSI, 2018). Tal discussão se apresenta relevante à medida em que descortina não apenas a insuficiência de fontes históricas acerca do surgimento dos cemitérios, mas igualmente suscita a discussão em relação ao direito à memória étnica dos lugares que, ameaçados em sua existência, carecem do reconhecimento patrimonial como possível garantia de continuidade, sendo imperioso aventar perspectivas que garantam não somente sua valorização como também sua reciclagem simbólica. Assim sendo, elencamos quatro perspectivas de interlocução: i) a valoração do direito à memória étnica ancestral e ao fazer recordar; ii); a simbologia da comunicação, o campo das emoções, sentidos e significados; iii) a urgência do reconhecimento da patrimonialização destes espaços e das práticas rituais/performativas do bem cultural; iv) a proposição da reciclagem simbólica do campo santo por meio de sua turistificação.

Desenvolvimento

Ao relatar impressões de suas visitas às colônias polonesas na América do Sul (em 1929 e em 1930-31) Padre Ignacy Posadzy narra uma procissão a um cemitério catarinense: “Velas acesas, vozes chorosas, sinos ressoando, estandartes se agitando e a Cruz de Cristo abrindo caminho” (p. 147). Entrelaçando a premissa de Camara Cascudo (1971) de que “Morre-se em qualquer parte do Mundo, sob a condição preliminar de estar-se vivo” (p. 93) à inegável constatação do Padre polonês Ignacy Posadzy (2018) de que “também sob o lindo céu brasileiro as pessoas morrem” (p. 66) nos propomos a discutir o discreto encanto dos cemitérios nas antigas colônias polonesas do Sul do Brasil. Intentamos defender esses campos santos enquanto lugares de memória que alimentados constantemente por uma rede de significados, devem transcender sua função utilitária se tornando um bem cultural, repositório tangível de identidade e espaço privilegiado de educação patrimonial.

Compreendemos a memória enquanto testemunho histórico construtivo da origem e identidade étnica dos lugares ao consolidar o enraizamento territorial e explicar (e justificar!) contextos sociais. Enquadramos o cemitério enquanto “lugar de memória” que reforça o sentimento de patriotismo, nacionalidade. Analisamos os frontispícios, a localização nas antigas colônias, histórias de família, personagens imortalizados, mortos não-santificados, iconografias e seus valores artísticos, a memória linguística por meio do bilinguismo, as memórias de tragédia, mortos anônimos, visitas e datas comemorativas.

Acreditamos que o cemitério dota de linguagem comunicativa e o percebemos enquanto grandioso teatro que retrata cenas da vida humana nos dispendo a analisar a simbologia presente neste espaço de sociabilidades. Para tanto, é necessário calibrar o olhar para o campo dos significados, dos sentidos e dos valores percebendo o caráter funcional e simbólico que não está na materialidade, mas sim no espetáculo performativo intangível. Investigamos a



representação tumular e o altar: a arquitetura, o estilo construtivo, o jardim funerário, discutindo protestos, expressões, regionalismos neste palco de consagração e prestígio. Analisamos as habitações familiares e a nuclearização do espaço após a morte, discutimos o retrato mortuário, as fotografias e a representação da imagem ideal por meio da personificação visual. Percebemos as oferendas e os presentes “do outro” para os falecidos, suas expressões e significados que se sacralizam aos serem presenteadas e evidenciam a diversidade cultural étnica presente nesses espaços. Apreciamos a botânica funerária, viva ou representada, sua linguagem cromática e sensível esconde a morte na beleza do túmulo, são afetos sensoriais para além de elementos decorativos com papel essencial de significado e mensagem. Por fim, notamos os recordatórios, despojos e relicários cujas recordações guardam valor afetivo dos falecidos, são informações dos ofícios em vida, referências ao passado vivido, significações de notoriedade.

Defendemos a categorização dos cemitérios enquanto patrimônio dos lugares, ao os consideramos frutos de distintos momentos históricos e reveladores de conjunturas sociais sendo, portanto, cenários culturais. Estando sob a guarda e proteção da Igreja ou do Poder Público, a sobreposição de suas camadas revela a ritualização do luto e a teatralidade da morte: são epitáfios, dizeres, iconografias, mensagens, saudações, imagens, estilos construtivos tumulares, adornos, recordatórios e relicários que revelam as práticas performativas atreladas à signos materiais que podem ser discutidos pela Educação Patrimonial.

Enquanto patrimônio, é viável, possível e essencial sua inclusão (e valorização) nos roteiros turísticos publicizando e irradiando tanto a estética de sua paisagem quanto sua linguagem imaterial, ambas reveladoras da história e da memória dos lugares. Os elementos post mortem, os estilos construtivos, as hagiografias, as figuras santificadas, biografias póstumas, benfeitores e mortos emblemáticos justificam um turismo cemiterial de base artística, genealógica, étnica, guiada e educativa, assim sendo, defendemos a reciclagem simbólica dos cemitérios e sua museificação para o turismo, o reconhecimento de seus espaços para além do depósito de restos humanos.

Propomos uma “Uma geografia da morte” (REIS, 1997, p. 127) alimentada por bases interdisciplinares com vistas a analisar a complexidade do cemitério em sua riqueza de possibilidades investigativas, para além de uma zona cinzenta na memória.

Considerações Finais

Na diversa literatura que explica a formação/evolução das colônias polonesas nessa região encontramos, comumente, textos e textos, páginas e páginas, retratando, com detalhes, a construção de igrejas, casas, galpões e armazéns; da mesma forma, são enriquecedoras as menções ao cultivo, roças, recursos da natureza, vida social comunitária e religiosidade. São muitos os relatos das dificuldades de adaptação ao ambiente, enfermidades, moléstias e até narrativas de despedida e luto, entretanto, são custosas as referências minuciosas acerca da espacialidade dos cemitérios. Quem sabe se deva ao ressentimento da perda, às dolorosas vivências da despedida sem assistência,

às inconformidades com a finitude precoce, às dificuldades de socorro e amparo no “Novo Mundo”, à dissolução de esperançosos sonhos, à não aceitação da morte, ou, a composição de todas as razões. Talvez o cemitério tenha sido o espaço material escolhido por esse povo, inconscientemente, para abrigar todas as frustrações e mágoas de um processo migratório desafiador, árduo e aflito, tornando-o campo santo onde foram sendo, ao longo dos anos, materialmente depositados os corpos sem vida dos primeiros que se dispuseram a, corajosamente, transpor as fronteiras.

Arquivo testemunhal, é elemento difusor que alimenta o imaginário ao ser arquitetada individual e coletivamente, revelando a intimidade das práticas culturais, em especial, religiosas. As reminiscências associadas aos primeiros campos santos das colônias polonesas do Paraná e de Santa Catarina os elevam à condição de cenários de encontro e sociabilidade, espaços de homenagem, saudosismo, distanciamento e ausência. Neste sentido, os cemitérios, espaços de mediação concreta perante a morte, são vivíssimos em práticas sociais, nos apresentam a territorialidade dos mortos enquanto elemento agregador da identidade étnica polonesa e, por isso, os compreendemos enquanto artefatos materiais, campos teatrais, de memória oficial com forte vigor identitário-nacionalista.

Referências

CAMARA CASCUDO, L. da. **Tradição, Ciência do Povo**. Pesquisa na Cultura Popular do Brasil. Editora Perspectiva: São Paulo, 1971.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

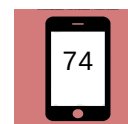
CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. In: **ArtCultura**. Uberlândia, v. 12, n. 20, jan./jun., 2010. (p. 163-182).

GRASSI, C. Ressignificando o espaço urbano: educação patrimonial no cemitério municipal São Francisco de Paula. In: **Paisagens Híbridas**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 90 a 113, out. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufjf.br/index.php/ph/article/view/22035>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MOTTA, A. Estilos mortuários e modos de sociabilidade em cemitérios brasileiros oitocentistas. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 16, nº. 33, jan./jun. 2010. (p. 55-80).

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. v.10, 1993. (p.07-28). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>, acesso em 30/09/2020.

POSADZY, I. **Na trilha dos peregrinos**: impressões de uma visita às colônias polonesas na América do Sul. Tradução de Mariano Kawka. Wydawnictwo Agape, Poznań, 2018.



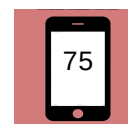
POULOT, D. **Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil Oitocentista. *In*: ALENCASTRO, L. P. de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil/Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (p. 95-141).

TAVARES, D. K.; RIBEIRO, D. L.; BRAHM, J. P. S. **Cemitério e Museu**: Aproximações eletivas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

VALLADARES, C. do P. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros**: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catatumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

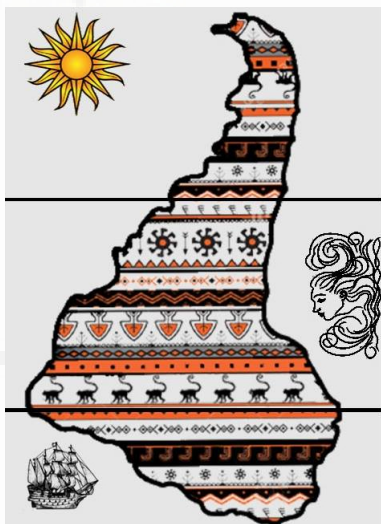
VOVELLE, M. **Imagem e imaginário na História**: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. São Paulo: Ática, 1997.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Impacto da Pandemia nas Cervejarias: A Heineken como Estudo de Caso

Maria Letícia Machado

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
legis2906@gmail.com

Edson Belo Clemente de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ebelosouza@uepg.br

Introdução

Instalada em Ponta Grossa- Pr, a Heineken, 2ª maior cervejaria do mundo, vinha proporcionando geração de emprego e riqueza ao município até ser prejudicada pela pandemia. Porém, a pandemia da Covid-19 está gerando vários impactos na sociedade, como é do conhecimento de todos e em estudos específicos demonstram que muitas empresas tem sido atingidas com mais intensidade, o presente resumo expandido tem como objetivo analisar a cervejaria Heineken nesse contexto de impactos.

Metodologicamente, em termos de variáveis técnicas, os materiais utilizados para a pesquisa foram levantamento bibliográfico, notícias divulgadas pela mídia local e nacional. Espera-se futuramente criar um roteiro de entrevista com funcionários da empresa, visita à fábrica e dados secundários a respeito do crescimento do número de atingidos pela pandemia e os dados obtidos à luz da teoria dos Circuitos Espaciais de Produção de Milton Santos que nos permitem entender a organização econômica da empresa em termos de sua espacialidade. O texto está estruturado em três seções, além desta breve introdução: histórico da chegada ao Brasil é a primeira seção; a segunda seção identifica os fatores que afetam o consumo da cerveja; na terceira seção coloca a Heineken na globalização, diante do seu potencial cervejeiro e, por último, as Considerações Finais.

A chegada da Heineken ao Brasil

A chegada do grupo Heineken ao Brasil foi em maio de 2010, após a aquisição da divisão de cerveja do Grupo Femsa e, em 2017, que conforme Henriques (2017) o grupo gerava mais de 13 mil empregos e tem 15 fábricas localizadas em Alagoinhas (BA), Alexânia (GO), Araraquara (SP), Benevides (PA), Blumenau (SC), Campos de Jordão (SP), Caxias (MA), Igarassu (PE), Igrejinha (RS), Itu (SP), Jacareí (SP), Manaus (AM), Pacatuba (CE), Ponta Grossa (PR) e Recife (PE). A Heineken opera 170 cervejarias em mais de 70 países, demonstrando sua enorme presença global. Atualmente a cervejaria produz diversas marcas, como os rótulos: Kaiser, Amstel, Bavaria, Heineken e Sol. Segundo Rogala (2021) no ano passado a unidade passou a produzir a Heineken 0.0, novidade que já foi fruto desse investimento anunciado no início do ano passado.

Porque as cervejarias vêm sendo prejudicadas

Todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social, conforme dito por Santos (1979:p.14). As relações de produção existentes têm como intuito de agregar valor ao produto final, portanto é fato que o resultado da diferença entre o que se compra e o que se vende tem que ser suficiente para pagar todas as despesas e não causar prejuízos, diante da circunstância do Covid-19 a Heineken demonstra ter sido afetada por tal situação.

Embora a comercialização da cerveja não tenha sido interdita as atividades de varejo foram afetadas devido a enorme redução da demanda e consequentemente da produção (Guia da Cerveja, 2020). No entanto, a busca pelos serviços dos fornecedores também foi prejudicada em função da redução de procura dos clientes, uma vez que a preferência daquele produto demandado atende a necessidade humana e para satisfazer essas necessidades devem ser distribuídos, repartidos e consumidos, portanto, não adianta produzir se não vão ser consumidos.

A proibição de aglomerações como forma de combate à contaminação da covid-19 em todo o mundo tem afetado toda a economia, principalmente aquelas que dependem da reunião de pessoas para se desenvolver. As restrições no atendimento de bares, restaurantes, realização de festas e demais confraternizações têm assolado a produção e faturamento das cervejarias, desde as grandes até as micro produtores situação que pode ser bem percebida em Ponta Grossa, que conta com representantes de ambos os portes, para que as produções sejam eficientes é necessário que haja o consumo daquele produto. (DCMAIS, 10 de julho de 2020).

O circuito superior mantém sua base diretamente relacionada à modernização tecnológica e aos grandes monopólios, detentores das novas tecnologias e de poder no mercado financeiro, com uma economia urbana que apresenta um elevado grau de capitalização (Santos, 2004, p. 4). A empresa



O Impacto da Pandemia nas Cervejarias: A Heineken como Estudo de Caso

Heineken se encontra em uma posição vantajosa se comparada a pequenas empresas que com o desenvolvimento capitalista possuem mais dificuldades para sua sobrevivência. A vantagem das grandes empresas incorpora-se aquelas conquistadas pela sua atuação no mercado, tais como: compras de grandes lotes; redução nas tarifas de transportes; e ganhos adquiridos pelos gastos em propaganda (Satos, 1977).

Com relação a Heineken houve uma suspensão das projeções para o ano de 2020. Conforme Brandão (2020), a Heineken registrou queda de 68,56% no lucro líquido do primeiro trimestre na comparação com mesmo período do ano anterior, para 94 milhões de euros. A empresa diz que o volume de cerveja vendido caiu em março e os benefícios gerados pelas ações para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19 foram limitados. Em todo o mundo o volume de cerveja vendido caiu 2,1%, sendo uma queda de 14% em março, mês mais atingido pela pandemia. No Brasil, que se tornou o principal mercado da marca principal da empresa a Heineken, o volume total de cerveja vendida caiu cerca de 5%.

A empresa diz que entrou na crise com um forte balanço patrimonial e uma linha de crédito rotativo não utilizada de 3,5 bilhões de euros, com vencimento em 2024. Mas se as grandes empresas dispõem de rentabilidade mais elevada e maior liquidez, elas fortalecem ainda mais sua capacidade de acumulação por meio de fontes externas (Steindl, 1945), uma vez que a Heineken possui uma enorme presença global e com relações econômicas com diversas empresas da Heineken ao redor do mundo, sendo assim a decadência das grandes empresas só podem ser lentas; caso contrário nada haveria quem as substituísse.

A globalização da Heineken

De fato, empresas multinacionais podem possuir uma enorme capital, sendo uma característica marcante no desenvolvimento da globalização. No ranking empresas não financeiras do mundo com alto poder de capitalização de mercado a Heineken ocupa a posição 159 acumulando US\$43.746.000 de valor de mercado (Wikipédia, 2016). “Embora a pandemia tenha prejudicado o cronograma de obras da empresa é mantido, ocorrendo um aumento da produção e as obras deverão ser concluídas ainda neste ano. A cervejaria Heineken em Ponta Grossa já está com uma capacidade instalada de produção maior do que iniciou o ano de 2020” (aRede, 2021). Essa ampliação é resultado do investimento da multinacional para expandir a fábrica em Ponta Grossa, que será finalizada neste ano de 2021. Ao final do aporte de aproximadamente R\$ 865 milhões, a capacidade total da planta fabril na cidade estará ampliada em 75%. Com isso, a unidade de Ponta Grossa passará a ser a 3ª maior operação do Grupo Heineken no Brasil. As obras foram iniciadas em 2020, e como informa Rodrigo Bressan, diretor industrial da Cervejaria de Ponta Grossa, do Grupo Heineken no Brasil, apesar das restrições e cuidados especiais demandados pela pandemia, o cronograma está sendo seguido à risca “Os planos estão mantidos e as obras de expansão da Cervejaria de Ponta Grossa seguem conforme o cronograma planejado”, relatou ao Portal aRede e Jornal da Manhã.

O Impacto da Pandemia nas Cervejarias: A Heineken como Estudo de Caso

No entanto, após registrar prejuízo de 204 milhões de euros em 2020, a holandesa Heineken anunciou recentemente, que vai demitir oito mil funcionários ao longo deste ano. Atualmente a companhia emprega quase 85 mil pessoas. Para reverter a situação, a Heineken pretende fazer uma grande reestruturação de sua marca, além de investir em produtos sem álcool e no segmento de hard seltzers (refrigerantes leves com álcool). Por outro lado, a companhia informou que focará menos no mercado de cervejas artesanais nos próximos anos. (Revista: Menu, 2021)

Todas as crises são internacionais, no dizer de Noam Chomsky (2021) em recente participação do Fórum Social Mundial (FSM), de maneira que mesmo em ritmo de obras na Heineken em Ponta Grossa a empresa tem sido impactada pela pandemia em curso.

Considerações Finais

A teoria dos Circuitos Espaciais de Produção nos permite compreender a organização econômica das empresas, sob o ponto de vista de quatro esferas: produção propriamente dita, distribuição, comercialização e consumo. Quando uma destas esferas é obstruída compromete, consequentemente, as outras. De maneira que, com bares e restaurantes fechados, as vendas de cerveja da empresa Heineken também foram atingidas no contexto da pandemia da Covid-19, repercutindo em demissões que geraram efeitos sociais e econômicos.

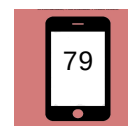
Referências

BRANDÃO, Raquel. **Coronavírus faz lucro da Heineken cair quase 70% no 1º trimestre**. Valor, São Paulo 22 de abril de 2020, Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/rendavariavel/empresas/noticia/2020/04/22/coronavirus-faz-lucro-da-heineken-cair-quase-70percent-no-1o-trimestre.ghtml>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

CHOMSKY, Noam. **A sociedade global pós-pandemia**. 9 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.bancariosrio.org.br/index.php/opinioes/item/5805-a-sociedade-global-pos-pandemia>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

DCMAIS. **Pandemia reduz consumo de cerveja e afeta micro e grandes cervejarias de Ponta Grossa**. 10 de julho de 2020, Disponível em: <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/pandemia-reduz-consumo-de-cerveja-e-afeta-micro-e-grandes-cervejarias-de-ponta-grossa>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.

Guia da cerveja. **11 fornecedores avaliam o impacto da Covid-19 na indústria da cerveja**. 21 de maio de 2020, disponível em: <https://guiadacervejabr.com/fornecedores-impacto-coronavirus-cerveja/>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.



O Impacto da Pandemia nas Cervejarias: A Heineken como Estudo de Caso

HENRIQUES, Amanda. SENNE, Anderson. **Heineken Completa Aquisição da KIRIN – Veja Comunicado Oficial**. Site: Maria Cevada, 2017 Disponível em: <https://www.mariacevada.com.br/2017/06/heineken-completa-aquisicao-da-kirin.html#:~:text=A%20HEINEKEN%20Brasil%20chegou%20ao,no%20mercado%20brasileiro%20de%20cervejas.&text=A%20HEINEKEN%20opera%20170%20cervejarias%20em%20mais%20de%2070%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 31 de janeiro de 2021.

Menu. **Após prejuízo milionário, Heineken vai demitir 8 mil funcionários**. 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/dinheiro/economia-e-negocios/ap%C3%B3s-preju%C3%ADzo-mil%C3%A7%C3%A3o-heineken-vai-demitir-8-mil-funcion%C3%A1rios/ar-BB1dzHid>. Acesso em 12 fevereiro de 2021.

ROGALA, Fernando. **Capacidade de produção da Heineken é ampliada em PG**. ARede, 15 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://d.aredo.info/ponta-grossa/363404/capacidade-de-producao-da-heineken-e-ampliada-em-pg>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

SATO, A. **Pequenas e Médias Empresas no Pensamento Econômico**. Campinas: Unicamp, 1977. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279793/1/Sato_AdemarKyotoshi_M.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979]. 433 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes. 1979.

STEINDL, J. **Pequeno e Grande Capital**: Problemas Econômicos do Tamanho das Empresas. São Paulo: HUCITEC/Unicamp, ([1945] 1990). Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279793/1/Sato_AdemarKyotoshi_M.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

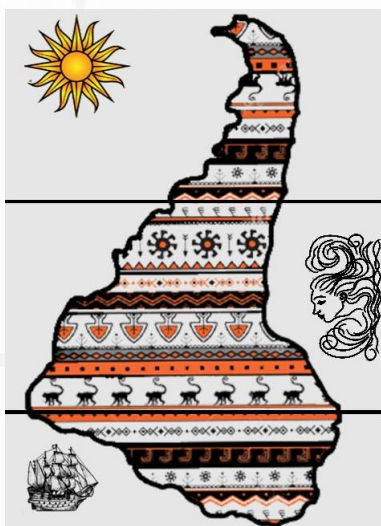
Wikipédia. **Lista das maiores empresas do mundo**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_das_maiores_empresas_do_mundo. Acesso em: 29 de janeiro de 2021.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Valorização das Lideranças Feminina nas Religiões Afro-Brasileiras: A Produção Geográfica Relacionada a Artigos, Dissertações e Teses

Aline Beatriz da Veiga

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
alinebveiga@gmail.com

Marcio Jose Ornat

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
geogenero@gmail.com

Introdução

Com o objetivo de compreender a valorização das lideranças femininas nas religiões afro-brasileiras na cidade de Ponta Grossa, Paraná, realizamos esta pesquisa em três etapas. Inicialmente, mapeamos a produção geográfica brasileira, relacionada a dissertações, teses e artigos sobre as temáticas da Umbanda e do Candomblé, e realizamos buscas através do Observatório da Produção Geográfica Brasileira as temáticas de religião (prefixo 'religi') e espiritualidade (prefixo 'espirit') que foram objeto de pesquisa da produção geográfica brasileira, publicada em artigos científicos. A segunda e terceira etapa estariam relacionadas a aplicação de questionário e a realização de entrevistas com as lideranças femininas da umbanda e do candomblé pontagrossense. De um lado, em termos da produção geográfica brasileira, temos um silêncio considerável da Geografia brasileira no que se refere a compreensão geográficas destas práticas religiosas. De outro lado, mesmo que seja pequeno o percentual de pessoas que participam da Umbanda e do Candomblé no Brasil, as mulheres tem participado ativamente desta atividade religiosa. A produção de conhecimento sobre as temáticas da religião e da espiritualidade compoem a produção geográfica brasileira publicada nos periódicos geográficos nacionais alimenta um empreendimento acadêmico que além de ser científico, é também político.

Desenvolvimento

Esta pesquisa teve por objetivo compreender a valorização das lideranças femininas nas religiões afro-brasileiras na cidade de Ponta Grossa, Paraná. O Censo Demográfico IBGE 2010 apontou um total de 130 pessoas que se autointitularam umbandistas/candomblecistas na cidade de Ponta Grossa, coloca-se esta pesquisa como de grande importância na compreensão tanto do funcionamento destas práticas religiosas, como a participação de lideranças femininas nestes espaços. Para a execução desta pesquisa, em um primeiro momento realizamos um levantamento de dados no Observatório da Produção Geográfica Brasileira (GETE-UEPG) para compreender como a Geografia tem tratado as religiões afro-brasileiras. Em um segundo momento será feito um levantamento de dados referente às mulheres que atuam nos centros de religiões afro-brasileiras na cidade de Ponta Grossa. O último momento será a realização de entrevistas com essas mulheres de liderança religiosa.

O desenvolvimento apresenta o trabalho em si, com metodologia e resultados. Podem ser atribuídos um ou mais subtítulos. Os mapas, imagens, gráficos, tabelas e quadros devem estar inseridos no corpo do texto, com alinhamento justificado, respeitando as margens do texto.

Para compreender como a Geografia Brasileira tem tratado das temáticas relacionadas a Umbanda e o Candomblé, realizamos uma busca sistemática no Banco de Teses da Capes, encontrando a partir do termo de busca Umbanda 8 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado. A partir do termo de busca Candomblé, foram encontradas 12 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado. Como evidenciado pelo Observatório da Produção Geográfica Brasileira (GETE-UEPG, 2020), entre 1935 e 2019 foram publicados nos 97 periódicos geográficos nacionais um total de 21.274 artigos. Destes, 327 artigos (1,59%) tinham no título, resumo ou palavras-chave o prefixo ‘religi’. Utilizando o prefixo ‘espirit’, encontramos nesta mesma produção geográfica nacional um total de 48 artigos (0,23%), percentuais estes paradoxais, frente a participação religiosa brasileira. Desse total de 375 artigos com os termos ‘religi’ e ‘espirit’, apenas 26 artigos se trata de religião afro-brasileira. Dos 327 artigos com o termo ‘religi’ apenas 5 artigos se trata da religião afro –brasileira Umbanda, e 7 artigos se trata da religião afro Candomblé.

Considerações Finais

A partir das reflexões realizadas por Silva (2009), podemos afirmar que a não proporcionalidade entre este percentual e o volume de produção geográfica brasileira sobre religião e espiritualidade evidencia que estas temáticas constituem ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro. Segundo a autora, a Geografia produzida por nós é engendrada por relações de poder. Apenas quando assumimos que a Ciência é também uma construção social, desenvolvendo uma atitude crítica sobre os modos de fazer Geografia, duvidando da consagração das verdades é que compreendemos as razões das ausências de determinadas temáticas do discurso científico geográfico. Assim, a partir da análise dos 327 artigos relacionados ao prefixo ‘religi’ e os 48 artigos que apresentam nos títulos, resumos ou palavras-chave o prefixo

A Valorização das Lideranças Feminina nas Religiões Afro-Brasileiras: A Produção Geográfica Relacionada a Artigos, Dissertações e Teses

‘espirit’, bem como os 26 artigos relacionados especificamente a religião afro-brasileira, compreenderemos como a religião e a espiritualidade constituem-se enquanto temáticas que compõe a produção geográfica brasileira publicada nos periódicos geográficos nacionais.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Uma projeção linear da transição religiosa no Brasil: 1991-2040**. Disponível em:

<<https://www.ecodebate.com.br/2017/01/11/uma-projecao-linear-da-transicao-religiosa-no-brasil-1991-2040-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em 25 de junho de 2020.

CAVAS, Claudio de São Thiago; NETO, Maria Inácia D`Ávila. Atravessando fronteiras: um estudo sobre mães-de-santo e a “África imaginada” nos terreiros de candomblé do Rio de Janeiro. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 52 - 70, 2011.

SILVA, Joseli Maria; JUNCQUES, Ivan Jairo. Construindo a pluriversalidade epistêmica da geografia: uma contribuição da geografia feminista. In: VII Encontro Nacional da ANPEGE, 2007, Niterói. **Espacialidades contemporâneas: o Brasil, a América Latina e o Mundo**. Niterói, 2007. v. 1. p. 1-18.

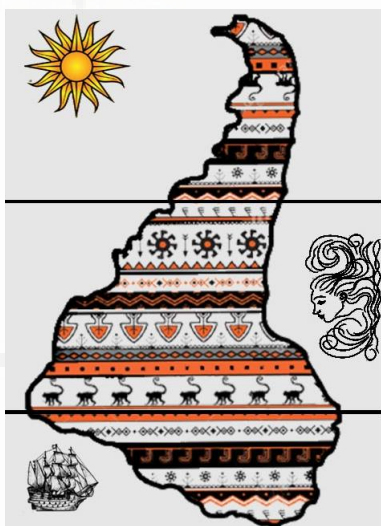
SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: Discursos sobre Espaço, Gênero e Sexualidades**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009, p. 55 – 92.

WILLEMANN, Estela Martini. Candomblé no Brasil: Traçando uma Nova Geografia Social de Gênero, Raça e Classe a Partir de uma Proposta de Sociabilidade Outra. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 2, p. 108 – 120, 2011.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Quantificação das Associações Canábicas do Paraná

Rafael Follmann dos Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
rafaelfollmann@gmail.com

Celbo Antonio Ramos da Fonseca Rosas

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
celboantonio@uepg.br

Introdução

O modelo de associações canábicas cada vez mais se constitui uma tendência como via de fornecimento cannabis. Apesar da expressão do modelo, pouco tem sido estudado sobre associações canábicas no Brasil, especialmente em relação às suas problemáticas territoriais. Assim, esta temática se tornou objeto de pesquisa de dissertação de mestrado que busca investigar sobre a territorialização das associações canábicas no Paraná. Este resumo, resultado da fase exploratória da dissertação, busca quantificar as associações canábicas no estado. Para tanto é abordado sucintamente a noção de associações canábicas como territorialidades em disputa pela cannabis, e então identificadas as associações canábicas paranaenses. Acredita-se que as associações canábicas estejam inseridas em disputas territoriais em torno da cannabis, e a dissertação como estudo de caso do Paraná tratará de investigar suas implicações territoriais.

Desenvolvimento

Associações canábicas (AC) são modelos de produção e distribuição não-lucrativa de cannabis entre um circuito fechado de adultos usuários de cannabis (DECORTE *et al.*, 2017). Dito por surgir na Espanha na década de 90, que hoje conta com mais de 1.000 associações canábicas registradas, este modelo hoje está presente em todo o país e em

Quantificação das Associações Canábicas do Paraná

outros da Europa e do mundo. Embora produzir e fornecer maconha continue sendo uma ofensa jurídica em boa parte do continente, as AC's se formam por ativismos que estudam brechas nas leis para enquadrar o cultivo associado como uma atividade legal (DECORTE *et al.*, 2017; ALONSO, 2011).

As associações canábicas, ou clubes sociais de cannabis, surgem como fonte alternativa de fornecimento de cannabis buscando desvincular os usuários dos circuitos econômicos da cannabis. O modelo é autogestionado pelos membros, onde o controle sobre a produção de cannabis é decidido por assembleias democráticas entre os membros, realizados à preço de custo que é repartido entre os associados, reduzindo os danos de consumo de um produto com produção controlada e tornado acessível àqueles mais desfavorecidos economicamente (ALONSO, 2011).

Por disputarem formas de acesso ao território, como por mudanças na lei em relação ao cultivo e produção de cannabis ou pela tentativa de enquadrar o cultivo associado como uma atividade legalizada; ou por implicarem a desterritorialização das empresas privadas e ilegais de fornecimento de cannabis, como pelo rompimento com estas atividades, entende-se que as associações canábicas estão inseridas nas disputas territoriais expressas por Bernardo Mançano (2009), em torno da cannabis. Neste sentido, o território é o conceito elencado para compreender as disputas que tangem as associações canábicas.

Apesar do território ser frequentemente interpretado como um espaço delimitado por e a partir de relações de poder, ele está muito mais para as relações de poder que definem a apropriação espacial do que o espaço apropriado (SOUZA, 1995). Além disso, a formação territorial pode conter mais significados. Relações de poder se estabelecem tanto por dominação funcional quanto por apropriação identitária, sobretudo, o território na sociedade atual implica multiterritorialidade, há territórios que se comportam como redes com processos imateriais, bem como podem existir territorialidades sem território (HAESBAERT, 2004).

No Paraná, quatro associações canábicas foram identificadas em diferentes municípios do interior. Para encontra-las, foram realizadas pesquisas na internet com as palavras-chave “associações canábicas Paraná” e derivados, a fim de identificar possíveis endereços eletrônicos que propiciassem alguma forma de contato com as associações. Além disso, as associações e outros contatos pessoais foram questionados sobre a possível existência de outras associações no estado.

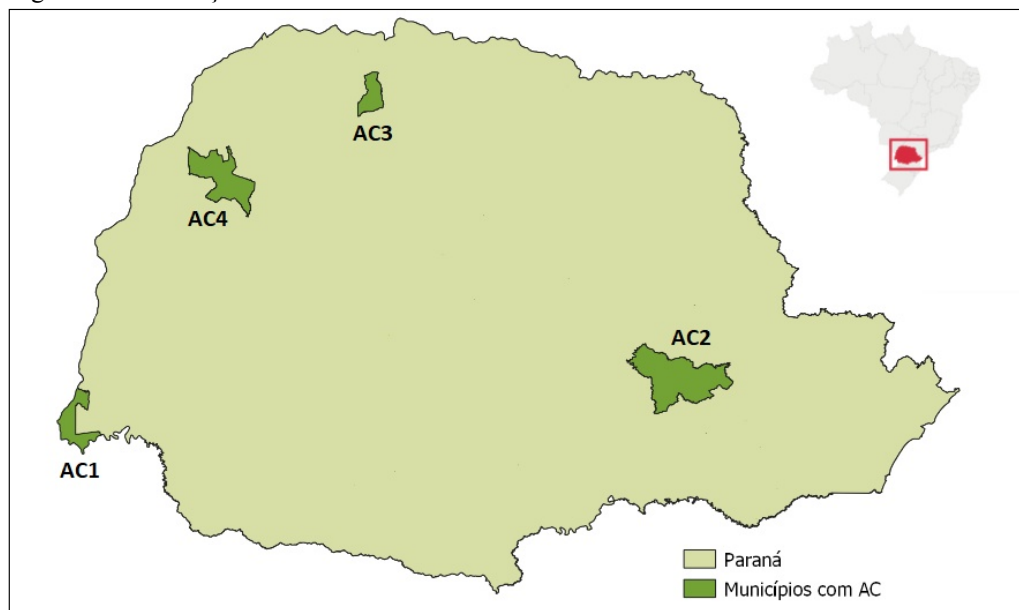
No primeiro contato com as associações, foram interrogadas sobre o interesse em participar da pesquisa e então agendadas entrevistas que foram gravadas, conduzidas como conversas informais que tocassem em alguns pontos centrais, como seria em uma entrevista semiestruturada. Todas as AC's concederam entrevista e licença para citar seus nomes no trabalho e entrevistar seus membros para futuras etapas da dissertação de mestrado.

Entre as associações identificadas (Figura 1), a amostra conta com a ACASF (Associação Cannabis Sem Fronteiras, fundada no município de Foz do Iguaçu – PR em 2019, identificada pelo código AC1, conta com cerca de 60 membros associados); a FLORESCER (Associação Cultural e de Apoio Cannábico dos Campos Gerais, no município de Ponta Grossa – PR em 2018,

Quantificação das Associações Canábicas do Paraná

AC2 conta com cerca de 40 indivíduos colaboradores e cerca de 10 associados); a ACANPA (Cânhamo Norte Paranaense, no município de Alto Paraná – PR em 2017, AC3 conta com cerca de 150 associados) e a APRACAM (Associação Paranaense de Apoio a Cannabis Medicinal, Umuarama – PR em 2019, AC4 com 17 associados). Todas possuem estatuto baseado em outras AC do país que distribuem cannabis legalmente. Entre elas, apenas a primeira ainda não conseguiu seu registro em cartório, mas o processo ainda está em trâmite. As restantes, todas estão registradas em cartório com CNPJ.

Figura 1 – Associações canábicas no Paraná



Fonte: O autor.

Apesar das associações no mundo serem voltadas ao fornecimento de cannabis recreativa (DECORTE *et al.*, 2017), as associações no Brasil e no Paraná se unem pela causa da cannabis medicinal, além disso, a maioria das associações do país e todas do estado ainda não estão autorizadas a produzir e fornecer o medicamento, e portanto não o fazem. Vale lembrar que existem territorialidades sem território, e que a territorialização das AC's são precedidas pelo ativismo que estuda a possibilidade de sua instauração, relações de poder identitárias em conflitos com outras territorialidades funcionais.

De modo geral, todas as associações relataram promover contato entre associados e médicos prescritores de cannabis, o que permite o paciente de importar o remédio do exterior ou de alguma associação do país, ou mesmo adquirir Habeas Corpus autorizando o cultivo medicinal. Este processo implica relações espaciais de produção de cannabis, formações territoriais e disputas territoriais que serão mais exploradas na dissertação após entrevistados os membros.

Todas as associações da amostra alegam ser de natureza não-lucrativa com exceção de uma, que além de promover o acesso à cannabis medicinal para seus membros, deseja ampliar a atividade ao mercado e tornar o Paraná em um grande produtor e exportador de cannabis medicinal e seus derivados para todo

Quantificação das Associações Canábicas do Paraná

o mundo. A AC1 conta com colaboração voluntária de seus membros, a AC2 quando propôs mensalidade para expandir suas atividades, isto resultou em abandono da associação pelos membros que não queriam expor seus nomes com o movimento, a AC3 não informou se cobra mensalidade durante a entrevista, e a AC4 cobra mensalidade de 30 a 50 reais, que também é isenta para aqueles associados que não possuem condição financeira de colaborar mensalmente.

Considerando o número de membros das associações do Paraná, pode-se alegar que estão nos padrões dimensionais das AC's no mundo. No Uruguai, as associações de cannabis por lei devem registrar no mínimo 15 membros e no máximo 45, enquanto, com exceção dos maiores clubes da Espanha que chegam a ter milhares de membros, na Europa, a maioria dos clubes possuem algumas dezenas ou centenas de membros. Um dos diretores alegou que fundar uma associação no interior é mais fácil porque os trâmites judiciais são mais rápidos, bem como é mais fácil adquirir apoio da população local, o que revela uma característica geográfica das associações no Paraná serem constituídas em cidades do interior.

Por fim, as associações mencionaram a possível existência de outras associações no Paraná não registradas em cartório, no decorrer da dissertação serão realizados esforços para alcançarmos essas associações. Além disso, alguns dos entrevistados, representantes dos clubes, mencionaram que no Brasil há um movimento pela formação de uma federação de associações, uma associação de associações que visa aprimorar o contado entre as AC's registradas no país.

Embora não atuem produzindo e distribuindo cannabis, finalidade do modelo, as associações na Espanha também surgiram como um grupo de estudos em busca pela normalização de suas atividades. A ausência da prática principal não renega a implicação territorial das associações. O modelo de associações possui potencial de romper com os territórios funcionais de cannabis. Este processo começa pela promoção da informação e contato com médicos prescritores promovido pelas AC's que liberta os pacientes do mercado de cannabis ou do tráfico de drogas.

Considerações Finais

Este resumo apresenta brevemente as associações canábicas identificadas no Estado do Paraná, sujeitos de pesquisa de dissertação de mestrado. Alegar a implicação territorial deste modelo, também como forma de romper territorialidades funcionais, atesta a necessidade de investigação nesta área de pesquisa. Este resumo é um convite ao tema e a apresentação da quantificação das associações instituídas no Paraná. Espera-se durante a dissertação se revelem mais implicações territoriais relacionadas às AC's paranaenses.

Referências

ALONSO, M. B. Cannabis social clubs in Spain. **Series on Legislative Reform of Drug Policies**, nr. 9. 2011.

Quantificação das Associações Canábicas do Paraná

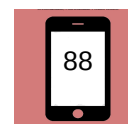
DECORTE, T. *et al.* Regulating cannabis social clubs: a comparative analysis of legal and self-regulatory practices in Spain, Belgium and Uruguay. **International Journal of Drug Policy**, v. 43, p. 44-56. 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.

MANÇANO, B. F. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. 365 p.

SEDDON, T.; Floodgate, W. **Regulating cannabis**: a global review and future directions. 1. ed. London: Palgrave Macmillan, 2020. 132 p.

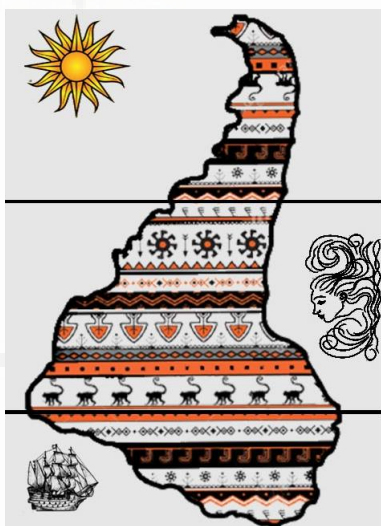
SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTROM, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia**: conceitos e temas. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 352 p.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Shopping Center e Suas Implicações na Dinâmica Espacial da Cidade de Natal/RN

Airon Sarug Ferreira Dantas

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
aironsarug@gmail.com

Juliana de Souza Xavier

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
juxavier.tga@gmail.com

Introdução

O processo de surgimento dos centros comerciais nos remete aos primeiros registros de atividades econômicas baseadas no câmbio de mercadorias, em ambientes de reprodução do trabalho e na construção da identidade social. Compreendendo o crescente destaque, os Shoppings Centers são considerados como produto histórico das relações sociais que incorporaram os espaços de uso público dos mercados e feiras livres, ganharam novas funcionalidades estabelecidas pela expansão capitalista, representam alternativas destinadas ao consumo, lazer, sociabilidade e estão cada vez mais presentes na realidade urbana.

Desse modo, a dinâmica apresentada é capaz de influir em aspectos socioeconômicos ao viabilizar novos hábitos consumeristas e potencializar o desenvolvimento de uma infraestrutura em seu entorno. Sendo assim, a partir da teoria de Christaller (1966), representam possíveis centralidades urbanas interpretadas com relação peculiar de integração a estrutura citadina pela criação de locais para investimentos específicos, atrelada ao aproveitamento do movimento diário que se realiza entre corredores viários. Sposito (1991) caracteriza tamanho vínculo como o nó de um sistema de circulação — fluxos, informações, indivíduos, produtos, o lugar ao qual as pessoas são atraídas para realizar determinadas ações e, como reflexo, reordena os deslocamentos para outros lugares na cidade.

O Shopping Center e Suas Implicações na Dinâmica Espacial da Cidade de Natal/RN

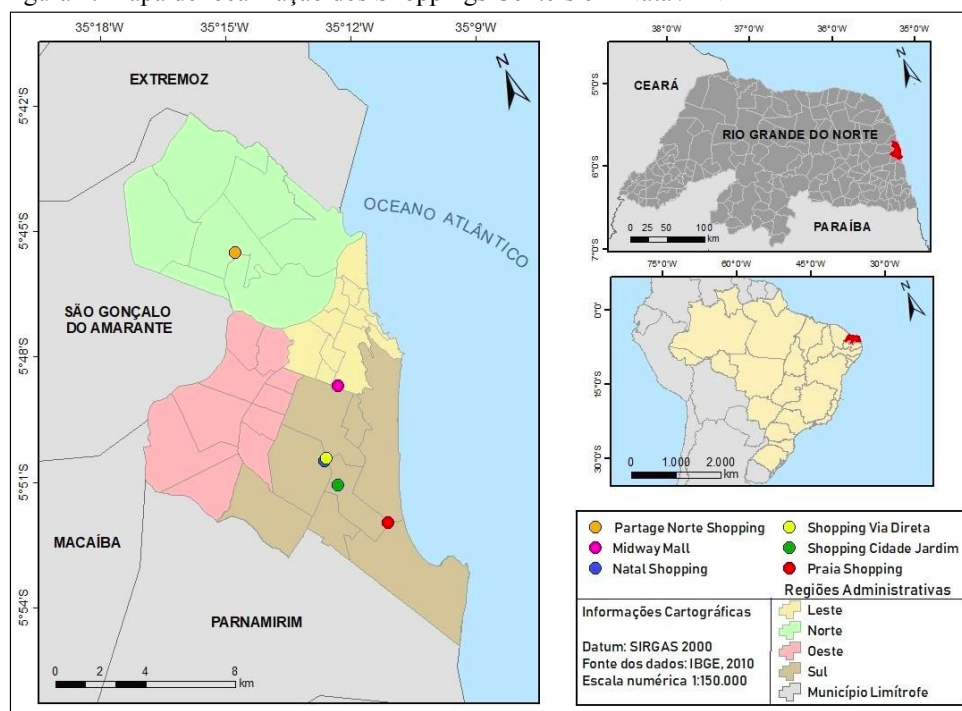
A preocupação central que surge no tocante ao assunto abordado é retratar o papel desses equipamentos enquanto uma materialidade possível de criar sua própria polarização e acumular atividades na dinâmica da cidade de Natal-RN, ao compreender as suas relações no contexto integrador do espaço urbano e discutir o processo centralizador provocado por tais infraestruturas.

Desenvolvimento

Os Shopping Centers são considerados por Frúgoli Jr. E Pintaudi (1992) novas formas organizacionais dos empreendimentos imobiliário-comerciais, lócus de lazer, sociabilidade, provedor da representatividade simbólica da urbanidade capitalista. O segmento transmite uma função central ao oferecer vantagens para quem vive na redondeza, a partir do seu alcance espacial que, quanto mais especializado forem os serviços prestados, maior será a cobertura influenciada por tal estabelecimento.

Considerada as definições promulgadas pela Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), que compartilha de uma determinada convenção para categorização em território nacional, encontram-se o Cidade Jardim e o Praia Shopping de pequeno porte, o Natal Shopping e o Partage Norte Shopping como portes médios, o Shopping Via Direta de porte regional e, por último, o Midway Mall segue a classificação de mega porte (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização dos Shoppings Centers em Natal/RN



Organização: Elaboração cartográfica pelos autores.

A análise se debruçou prioritariamente sobre fontes secundárias, com a exploração de conteúdos bibliográficos fundamentais para a compreensão da problemática abordada. O trabalho foi constituído em uma pesquisa do tipo qualitativa, executada através do estudo de campo “in loco” apoiado pela observação da paisagem, realizadas ao longo do ano de 2019, para obter materiais essenciais a interpretações subjetivas de determinados fenômenos.

O Shopping Center e Suas Implicações na Dinâmica Espacial da Cidade de Natal/RN

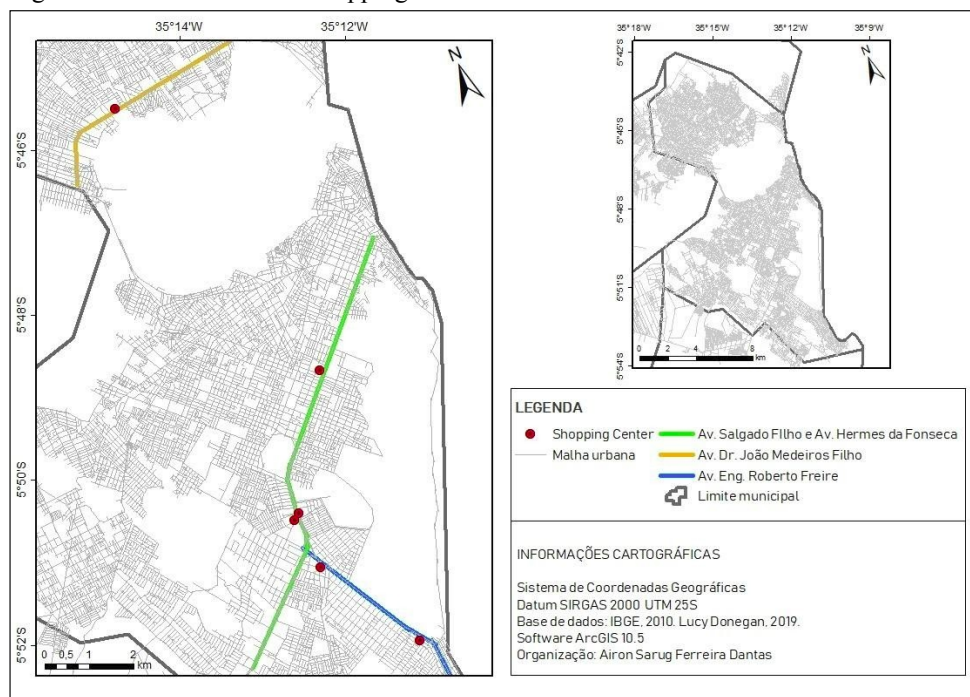
Posterior a execução de todos os levantamentos, realizou-se uma apuração de todas as informações coletadas, onde foram registradas mediante a proporcionalidade dos fatos e, analisadas baseada na reflexão e síntese dos dados durante todo o processo.

Em linhas gerais, apurou-se que estes segmentos são visados pela facilidade de acesso, além de diversas opções de serviços e lazer. Sobre a origem dos visitantes, o Midway Mall e Natal Shopping cobriu principalmente as zonas Leste e Sul, já o Partage atrai em sua maioria a atenção dos moradores da região Norte de Natal. No que diz respeito ao Via Direta, Cidade Jardim e o Praia Shopping expõem a predominância do público oriundo da Zona Sul, nas imediações do empreendimento, este último fortalecido pela proximidade com a orla turística de Ponta Negra.

Proveniente das novas configurações surgidas com a instalação dos Shopping Centers no território, o dinamismo provocado por esses equipamentos propicia marcantes alterações no arranjo dos espaços urbanos, estejam eles em áreas consolidadas ou de expansão. Podemos então, perceber que compõem uma rede de influência socioeconômica que envolve praticamente todo o município e, pela forma singular como estão distribuídos permitem ligá-los diretamente à população, sobretudo no que se refere ao deslocamento interno. A inserção desses empreendimentos no espaço geográfico é capaz de gerar cenários distintos frente ao processo de reprodução da vida social.

Para compreender o conjunto dos deslocamentos, atenta-se ao modelo de planejamento para instalações entre vias de grande circulação, dando maior fluidez e visibilidade ao empreendimento que facilitam o acesso e viabilizam o uso por pessoas vindas do entorno, ao repararmos disponibilidade de linhas coletivas de transporte público que cruzam as principais avenidas (Figura 2).

Figura 2: Cruzamento entre shoppings e eixos viários em Natal/RN



Organização: Elaboração cartográfica pelos autores.

O Shopping Center e Suas Implicações na Dinâmica Espacial da Cidade de Natal/RN

Nesse sentido, apresentam grande destaque na paisagem urbana natalense devido ao caráter dinâmico e centralizador que exercem, atuando como uma das esferas responsáveis por acelerar as transformações do meio, onde sua localização estratégica o torna interessante na dinamização territorial, por meio da concentração de atividades, serviços, informações e pessoas.

O arranjo espacial destaca uma condição característica dos empreendimentos, onde mantêm uma intrínseca relação ao conceber novos fluxos e vivências dotadas de sentidos, permitindo uma nova forma de sociabilidade, além de recriar espaços que atraem pessoas oriundas de diferentes localidades. Assim, produzem influências na organização da cidade, redirecionando os núcleos polarizadores para as novas áreas promissoras da cidade, alvo da lógica capitalista e da especulação imobiliária.

Considerações Finais

As observações nos levam a crer que os Shoppings Centers da cidade propiciam marcantes implicações na organização espacial. Em síntese, a variedade de operações deste segmento abrange em seu atendimento pessoas de diferentes classes, procedentes da cidade e de outros municípios. Todavia, impõe contradições nítidas aos habitantes de áreas periféricas, dada pela ampliação das distâncias e a valorização de áreas limítrofes, ou seja, a cidade cresce e se torna um produto cada vez mais fragmentado.

Por esse motivo, Natal possui complexos comerciais que apresentam múltiplos atributos e demonstram dinâmicas impactantes ao cenário urbano, além de despertarem interesse cultural e comercial pelo aspecto atrativo de investimentos e atividades. Tendo em vista o aumento das interações socioespaciais, a organização segue um nexos direcionado ao aumento no número de clientes a partir da aglomeração de serviços, comercialização de bens de consumo e vantagens pelo fácil acesso, para assim consolidar tanto o caráter centralizador, resultante do alvo da lógica capitalista e da especulação imobiliária, quanto o traço concentrador de capital em favor dos grandes grupos empresariais.

Portanto, concluímos que os centros comerciais multifuncionais ocasionam profundas mudanças na estrutura interna da cidade, de maneira direta ou indireta, ao modificar o uso do espaço e viabilizar novos fluxos, agregando elementos específicos que os tornam únicos e redirecionando os núcleos polarizadores para essas áreas consideradas promissoras na cidade, tornando-se parte integrante dos movimentos capazes de alterar os hábitos da população e os modos de circulação, o viver urbano.

Em suma, reforça-se a necessidade de análises detalhadas relacionadas aos impactos gerados por tais sujeitos, além das discussões sobre o comportamento dos viajantes baseado nos fluxos de deslocamento. Trata-se de sugestões para futuros estudos, na busca de novos parâmetros e variáveis que complementem e fortifiquem a temática aqui abordada.

O Shopping Center e Suas Implicações na Dinâmica Espacial da Cidade de Natal/RN

Referências

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

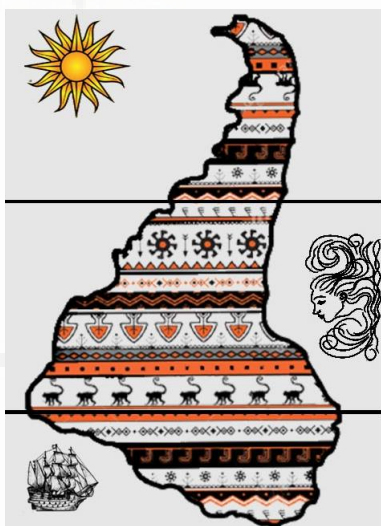
FRÚGOLI Jr., Heitor; PINTAUDI, Silvana Maria. **Shopping centers – Espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: UNESP, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n3/a13v34n3.pdf>. Acesso em: 9 de fevereiro de 2021.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, 1991. p. 01-18.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Dinâmica Urbana e Desigualdades: Das Metrópoles às Pequenas Cidades

Juliana de Souza Xavier

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
juxavier.tga@gmail.com

Airon Sarug Ferreira Dantas

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
aironsarug@gmail.com

Thiago França Simonetti

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
thiagofsimonetti@gmail.com

Introdução

A cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, onde preside às relações de um espaço maior, em seu redor, que é a sua zona de influência. Sendo assim, consoante a Sposito (1988), compreende-se que o espaço é fruto do acúmulo social sobreposto as materialidades concomitantemente acumuladas ao longo da história e, nesta perspectiva, a cidade é o resultado pluricumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações. Logo, o espaço, que representa a totalidade, só pode ser operacionalizado, para uma análise coesa, através de sua fragmentação, para só então, reconstituir o todo social.

Para Rolnik (1988) a cidade é um espaço marcado por uma aglomeração humana, que se apresenta mais ou menos organizada em ruas, marcada pela presença de atividades econômicas não-agrícolas e que na maioria dos casos funcionam como um campo

magnético que atrai, reúne e concentra pessoas. Com isso, as transformações em direção ao urbano, determinadas pela institucionalização das cidades, encontram-se inerentes à chegada das revoluções industriais, reunindo as condições necessárias para produção de inovações técnicas capazes de ressignificar a maneira de consumir, pensar e agir da sociedade.

Nesse sentido, discute-se no presente trabalho o impacto desse processo de urbanização no aumento das desigualdades socioespaciais vivenciadas pelo território brasileiro, em virtude da intensa segregação provocada pelo avanço técnico-científico. Para tanto, utilizou-se de revisão bibliográfica acerca da temática como forma de sistematização das dinâmicas ocorridas no país, contudo não se pode refletir sobre o contexto atual sem entender as materialidades pretéritas de um território e, para esforço de análise, a fim de trazer à luz do olhar geográfico, busca-se reconstruir de maneira breve a trajetória da urbanização brasileira.

Desenvolvimento

No Brasil, a dinâmica urbana surgiu a partir das primeiras vilas criadas no território. Diferentemente das cidades, as vilas são consideradas como aglomerados de população que possuem atividades econômicas quase autossuficientes e, que estão classificadas entre aldeias e cidades. De modo que sua caracterização e sua passagem de aldeia para vila se dão pelo setor terciário — comércio e serviços — presente no local. As primeiras cidades brasileiras, por sua vez, começaram a aparecer quando esses povoados já não davam conta da população que abrigavam e as atividades envolvidas passaram exigir maior mão-de-obra, bem como, exportar o que era produzido para o exterior.

Para Santos (1993) o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, polos dinâmicos internos que tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. Desse modo, a metrópole encontra-se relacionada à capital ou principal cidade de um determinado estado, região ou país. Todavia, o que de fato a define como tal é a sua principal característica, bem como a influência social, econômica, política e cultural que ela exerce sobre as demais cidades circunvizinhas.

Nesse sentido, a dinâmica urbana brasileira se deu em três diferentes processos, sendo o primeiro deles durante o período do Brasil Colônia (1500-1822), onde diante da agricultura de exportação e subsistência, bem como da pecuária, que foi essencial para que se descobrissem as minas de ouro e diamante mais adiante, surgiu a classe média urbana.

O segundo momento ocorre entre os anos de 1822-1930, em que houve uma maturidade na urbanização nacional, de modo que no final do século XIX aconteceu a primeira aceleração do fenômeno urbano, devido principalmente à intensa atividade cafeeira nos estados do sudeste brasileiro, que propiciou a chegada de diversos imigrantes do Japão e de países da Europa. Cabe ressaltar que o crescimento populacional brasileiro foi acompanhado de grandes mudanças em sua distribuição regional e de um rápido processo de urbanização que se iniciou no terceiro período na década de 1930, onde

começaram os incentivos para a industrialização brasileira.

Mediante essas abordagens, o fenômeno da urbanização no Brasil foi estreitamente intensificado a partir do início dos anos 1960 e tendo, inicialmente, como principal área de atração a região Sudeste, que concentrava as melhores oportunidades de emprego, em decorrência da concentração das principais atividades econômicas então existentes no país. A implantação de redes ferroviárias e de comunicação nessas localidades constituíram-se em elementos significativos ao processo de urbanização, os quais viabilizaram São Paulo emergir como polo dinâmico nacional.

A urbanização na região Sul foi lenta até a década de 1970, as mudanças estruturais na economia rural, com modificações profundas nas relações de trabalho, resultaram em intensos fluxos migratórios, inicialmente em direção às fronteiras internas e posteriormente às externas, fundamentalmente na busca de opções no mercado de trabalho urbano. O crescimento urbano coexiste com uma atividade agrícola proporcionalmente muito forte que se modernizou nas últimas décadas e favoreceu o processo de expulsão populacional do campo, inclusive em áreas que representavam espaços de expansão da fronteira agrícola.

Para Santos (1993), no pós-guerra, a região Centro-Oeste apresentava-se receptiva aos novos processos de urbanização, já que não possuía infraestrutura ou investimentos que pudessem dificultar a implantação de inovações. O novo urbano chega com a redescoberta do cerrado e, graças à revolução técnico-científica, criam-se as condições locais para a agricultura moderna. Assim sendo, o processo de urbanização teve como principal fator a construção de Brasília, em 1960, que atraiu milhares de trabalhadores, a maior parte deles advindos das regiões Norte e Nordeste.

Segundo Cano (1985), a urbanização no Nordeste caracterizou-se, principalmente, por ter se manifestado de forma e período distintos das demais regiões brasileiras, iniciando-se no Brasil Colônia em virtude do fato de abrigar as primeiras localidades colonizadas e onde se instalaram as principais atividades econômicas no período. Cidades como Recife e Salvador foram, desde a colonização, cidades portuárias responsáveis pelo escoamento da produção ao exterior. O dinamismo de suas atividades levou com que, historicamente, a maior parte da população se concentrasse no litoral – situação que não se alterou significativamente até os dias de hoje.

O processo urbano verificado na região Norte, em consonância com Corrêa (1987), inicia-se com a implantação da cidade de Belém e a conquista do território. A formação das cidades amazônicas teve a marca dos ciclos da exploração dos recursos naturais da região. Uma das características da rede urbana formada a partir da economia da borracha é sua orientação pelos sentidos dos rios que compõem as bacias hidrográficas, tendo como ponto de convergência o eixo principal formado pelo Solimões-Amazonas.

Mediante essas abordagens, verifica-se uma fragmentação produzida pelo acelerado crescimento do espaço urbano em grandes centros, onde as últimas décadas são caracterizadas pelo elevado aumento da exclusão espacial e a migração dos cidadãos para os polos mais atrativos. Como consequência, observa-se uma desagregação das classes nos espaços da cidade de acordo com o poder aquisitivo, onde a população mais carente tende a ser marginalizada,

residindo em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana e de lazer.

A maior parte desses problemas se agravou porque o crescimento populacional e a expansão das cidades não foram acompanhados de políticas públicas efetivas, que garantissem o mínimo de bem-estar à população seja entre as pequenas ou grandes cidades. Em suma, o obstáculo empregado pelas desigualdades não está aparente para as pessoas.

É importante que as cidades gerem diversidade, pois bairros homogêneos e segregados corroboram com os centros urbanos cada vez mais desiguais, seja por questões associadas a renda, raça, gênero ou qualquer outra situação que reflita o verdadeiro processo de exclusão. Por isso, é fundamental ressaltarmos a segregação socioespacial enquanto um produto do capitalismo materializado no espaço brasileiro, que apenas com a análise das materialidades pretéritas podemos encontrar soluções para nossas ações futuras.

A cidade é um organismo vivo dinâmico em suas contradições, disputas e conflitos. De modo orgânico, no modelo brasileiro as cidades tendem a crescer de forma horizontal em direção conforme as novas frentes imobiliárias e, conseqüentemente, expulsando as famílias mais carentes das áreas periféricas. O centro acaba sendo o local onde o investimento de capital é verdadeiramente empregado. O padrão de crescimento e formação das cidades é muito caro e concentrado porque o mercado se impõe ao direcionar o ordenamento do espaço urbano, aprofundando as desigualdades e dificultando as dinâmicas das sociabilidades aos locais nos quais estão associados os direitos dos cidadãos.

Considerações Finais

Esse trabalho buscou deixar evidente o processo de urbanização do território brasileiro, admitindo-se que ocorreu em uma velocidade demasiadamente rápida, temos no decorrer da história um acúmulo de imperfeições no que tange o seu curso. Diante das exposições citadas, buscou-se refletir sobre a construção das cidades e metrópoles nacionais e das diferentes formas de urbanização nas regiões, que acarretaram um modelo de desenvolvimento urbano que privou as pessoas de menor poder econômico.

Perante a discussão proposta, ainda fica claro a necessidade de repensar as práticas de planejamento no Brasil, visando um projeto de desenvolvimento urbano e regional que tenha como meta a redução das disparidades e um melhor ordenamento do território. Portanto, concluímos que, infelizmente, a desigualdade brasileira tem cor, classe e endereço.

Referências

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930- 1970**. Campinas, 1985. Tese (Doutorado) – Unicamp.

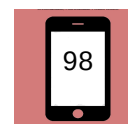
CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE n. 49, v. 3, p. 39-68, 1987.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1988.

Dinâmica Urbana e Desigualdades: Das Metrôpoles às Pequenas Cidades

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda. 1993.

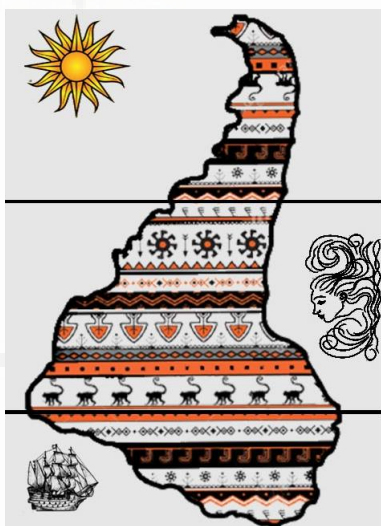
SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Editora Contexto. 1988.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Uma Análise Sobre a Geografia e as Questões de Saúde Pública Frente ao Coronavírus Covid-19

Leandro Soares Machado

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
leandrosoaresmachado@gmail.com

Andreia Vanessa de Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
vanessaadvog@hotmail.com

Desenvolvimento

No presente artigo busca-se estabelecer uma relação entre a climatologia e as questões de saúde pública diante da pandemia do vírus SARS-CoV-2, denominado de coronavírus (COVID-19). Neste sentido buscou-se apresentar recentes estudos que demonstram a relevância do fator climático e das variações meteorológicas e os efeitos significativos para a redução ou a propagação do COVID-19, apontando estudos internacionais e nacionais que demonstram a relevância da pesquisa.

A pesquisa visa analisar referências bibliográficas, abordando autores que discorrem sobre o tema proposto, buscando compreender novas técnicas e teorias para o enfrentamento da COVID-19. De acordo com Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de material já elaborado, a partir de livros e artigos científicos.

Primeiramente é importante definir a palavra vírus, em sentido amplo, é “substância orgânica capaz de transmitir doença”. (MICHAELIS, 2020). Em sentido específico apresentado por Brasil (2020a), o vírus da COVID-19 e o patógeno da Síndrome Respiratória Aguda Grave Sars-CoV-2, denominada 2019-nCoV, conhecido como coronavírus COVID-19.

Segundo a OMS (2020), em 31 de dezembro de 2019, ocorreram comunicações a Organização Mundial da Saúde (OMS), sobre inúmeros casos de pneumonia identificados

Uma Análise Sobre a Geografia e as Questões de Saúde Pública Frente ao Coronavírus Covid-19

na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Após essas ocorrências constatou-se um novo tipo de novo de coronavírus, que até o momento não havia sido identificado em seres humanos, surgindo em propagação a nível global.

Neste ínterim, é fundamental apresentar algumas informações que servirão para contextualizar o tema e apresentar o objeto da pesquisa e sua projeção em termos nacional e global.

O Ministério da Saúde emite a portaria nº 188 com a “declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020”. (BRASIL, 2020b).

Ainda segundo a OMS (2020), relata que a disseminação da COVID-19 se trata de uma situação de caráter emergencial e em 11 de março de 2020, emite um sinal de alerta de âmbito internacional, passando a tratar a situação como pandemia.

A partir desses acontecimentos, como descreve Souza (2020, p. 2970), foram tomadas uma série de medidas, pelas autoridades em saúde a nível nacional e internacional, dentre elas estão os cuidados básicos de higiene, o uso de máscaras, protegendo as vias respiratórias e o isolamento social, como forma de frear o crescimento acelerado da propagação da COVID-19.

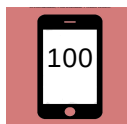
Outro ponto que merece destaque, de acordo com Brasil (2020c), é o reconhecimento pelo Congresso Nacional de estado de calamidade pública ocasionada pela COVID-19, esse fato ocorreu através do Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Conforme matéria do Jornal Ponta Grossa (2020), no dia 04 de novembro de 2020 o Brasil já registrava mais 600 mortes em 24 horas, totalizando mais de 160 mil óbitos, mais de 5 milhões contaminados e mais de 23 mil infectados por dia.

As datas apresentadas, visam caracterizar os marcos históricos no Brasil e no mundo, busca-se analisar as interfaces desse problema global, que se instalou na sociedade causando novas formas de vida em sociedade, seja no trabalho, na educação, ou nas relações individuais e coletivas.

Recente estudo publicado por docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na renomada revista científica Science of The Total Environment de âmbito internacional, o artigo denominado Evidências de que altas temperaturas e umidade relativa intermediária podem favorecer a disseminação da COVID-19 em clima tropical: Um estudo de caso para as cidades brasileiras mais afetadas. (AULER, CÁSSARO, SILVA e PIRES, 2020, tradução nossa).

A pesquisa supracitada, refere-se a um recorte de variação meteorológica em cinco capitais brasileiras com maior incidência da COVID-19, Brasília, Fortaleza, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo, o estudo buscou identificar as cidades que tinham temperatura média aproximada em 27 graus celsius (°C) e com umidades relativas do ar em média de 79%, e definir que as mesmas tiveram maior números de transmissões, levando em consideração o acumulado e de novos casos dia, o comparativos dos dados compreendeu o período de 13 de março a 13 de abril de 2020. Definindo que o clima seria um dos fatores que contribui para a transmissão da doença, reforçou que as medidas sanitárias e o isolamento social seriam formas positivas para



Uma Análise Sobre a Geografia e as Questões de Saúde Pública Frente ao Coronavírus Covid-19

contrapor os efeitos nocivos da propagação do vírus devido as variações climáticas.

No mesmo sentido, cita-se o trabalho realizado pelo Departamento de Geografia da UFPR, através do Laboratório de Climatologia (LABOCLIMA), que estuda temperatura, umidade relativa média e precipitação pluvial, passando a conduzir os trabalhos para compreendam a relação do COVID-19 e o clima. Criando o Sistema de Alerta Climático para Enfermidades Respiratórias (SACER), composto de boletins apresentados por mapas climáticos, tendo por referência a semana epidemiológica, alertando para as condições climáticas no Estado do Paraná, trazendo informações sobre a transmissão do COVID-19, conforme a variação de clima nas cidades. Este boletim utiliza os dados do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) e conceitos internacionais.

Outros estudos sobre o tema vêm sendo desenvolvidos, segundo Franca (2020), que propõe a pesquisa através do Laboratório de Climatologia Geográfica do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (GEA/UnB), com o tema, correlações entre variações climáticas e a disseminação do novo coronavírus no Brasil.

O cenário atual, nos convida a tecer um breve comentário sobre o contexto da pandemia. Busca-se realizar uma reflexão sobre as questões que superam a área epidemiológica, analisando os impactos causados no âmbito social e econômico. Dessa forma, observa-se que a COVID-19 desencadeou uma crise global, na medida que impactou todos os indivíduos, causando um desajuste em toda sociedade, devido ao alcance e a velocidade pelo qual se disseminou.

No presente trabalho analisou-se a relação da COVID-19 com os diversos climas encontrados no Brasil, embora incipiente, em pesquisa sobre o assunto dentre as pesquisas localizadas destaca-se a do LABOCLIMA da UFPR, que já está em pleno funcionamento, possibilitando a proposta de novos estudos.

Portanto, vale citar a relevância do estudo sobre a geografia envolvendo questões climáticas e a relação com o vírus COVID-19. Destacando a necessidade de novos estudos sobre o tema, seus desdobramentos ao longo da pandemia enfatizando a importância de uma análise aprofundada sobre os dados da pandemia, pois, somente através do desenvolvimento da pesquisa científica será possível compreender se a disseminação ou a redução do vírus, assim, como o de outras doenças respiratórias, podem estar atreladas as variáveis meteorológicas e características geográficas de cada região.

Referências

ANSBACH, Reinaldo; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves e HORNES, Karin Linete. **Licenciatura em Geografia: Geografia Econômica I. 2.** reimpr. Ponta Grossa :UEPG/NUTEAD, 2017.

AULER, André Carlos; CÁSSARO, Fabio Augusto Meira; SILVA; Vinício Oliveira da; PIRES, Luiz Fernando. Evidence that high temperatures and intermediate relative humidity might favor the spread of COVID-19 in tropical climate: A case study for the most affected Brazilian cities. **Science of The Total Environment**. Volume 729, 10 August 2020, 139090. Disponível em:

Uma Análise Sobre a Geografia e as Questões de Saúde Pública Frente ao Coronavírus Covid-19

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048969720326073>>.
Acesso em: 30 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)**. Boletim Epidemiológico, COE 02, fev. 2020. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/07/BE-COECoronavirus-n020702.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020a.

_____. Ministério da Saúde (MS). Portaria GM/MS nº188, de 3 de fevereiro de 2020. **Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV)**. Diário Oficial da União 4 fev. 2020b.

_____. Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020**. Diário Oficial da União, 20 mar. 2020c.

FRANCA, Rafael Rodrigues da. **Correlações entre variações climáticas e a disseminação do novo coronavírus no Brasil**. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF. 2020. Disponível em: <<http://repositoriocovid19.unb.br/repositorio-projetos/correlacoes-entre-variacoes-climaticas-e-a-disseminacao-do-novo-coronavirus-no-brasil/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JORNAL PONTA GROSSA. **Brasil volta a registrar mais de 600 mortes por Covid-19 em 24h**. Ponta Grossa, PR. nov. 2020. Disponível em: <<https://www.jornalpontagrossa.com.br/noticia/3296/brasil-volta-a-registrar-mais-de-600-mortes-por-covid-19-em-24h>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/virus/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-americana da saúde (OPAS). **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA/PR). **Panorama da COVID-19**. 2020. Disponível em:



Uma Análise Sobre a Geografia e as Questões de Saúde Pública
Frente ao Coronavírus Covid-19

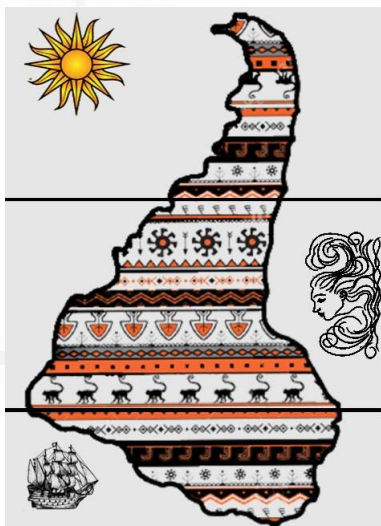
<http://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-06/INFORME_EPIDEMIOLOGICO_24_06_2020.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, Diego de Oliveira. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Volume: 25, páginas: 2469-2477 Suplemento: 1, jun. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v25s1/1413-8123-csc-25-s1-2469.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020..

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



“Tao Te King” (道德經): Uma Poética do Espaço

Jahan Natanael Domingos Lopes
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Jahan_natanael@hotmail.com

Introdução

Para esclarecer filosoficamente o problema da imagem poética é preciso voltar a uma fenomenologia da imaginação. Esta seria um estudo do fenômeno da imagem poética no momento em que ela emerge na consciência como um produto direto do coração, da alma, do ser do homem tomado na sua atualidade.

(Bachelard, S/D, p. 184)

Em uma análise poética, a partir da epistemologia viquiniana, pode-se situar que o conhecimento poético é basilar na construção do pensamento científico. Por exemplo, em uma “geografia poética” (VICO, 1979, p. 106; p. 147; p. 150), a episteme da geografia está inserida em um contexto que se distancia da racionalidade, evocando uma sabedoria originária, poética. Neste caminho, trilha-se um modo de se analisar obras de literatura, quer seja em verso ou prosa, ainda que não se constitua em uma ciência lapidada, mas, em uma poiesis bruta a ser trabalhada. Acura-se que:

a sabedoria poética, que foi a primeira sabedoria da gentildade, precisou de começar de uma metafísica, não racional e abstrata (qual a dos nossos doutrinadores), mas sentida e imaginada (qual deve ter sido dos tais homens primevos, já que eles não dispunham de raciocínio algum e eram apenas robustos sentidos e vigorosíssimas fantasias, como ficou dito nas Dignidades). Esta foi para eles a própria poesia, que para eles constituiu uma faculdade que lhes era conatural (dotados que eram de tais sentidos e de tais fantasias), provinda de uma ignorância de razões, sendo-lhes a matriz de maravilharem-se de todas as coisas. E eles, justamente por ignorantes de todas essas coisas, fortemente se

“Tao Te King” (道德經): Uma Poética do Espaço

encantavam delas [...] Tal poesia começou neles por ser divina, pois ao mesmo tempo em que eles imaginavam as razões das coisas, contemporaneamente as sentiam e admiravam como divinas (VICO, 1979, p. 75).

Com isso, permite-se uma leitura poética do que concerne às citações do Espaço na obra de Lao-Tsé (1989), que compreende um conjunto de poemas da antiguidade chinesa, o qual não possui idade definida, mas permite situar ao menos 2500 anos de idade. As menções ao Espaço são consideráveis na obra, em volume e importância sendo assim, analisar-se-ão algumas delas à busca de conhecer a sabedoria poética espacial que se apresenta interessante para o que diz respeito ao pensamento geográfico, sendo, inclusive, um modo decolonial de se analisar essa categoria tão fundamental para a ciência geográfica.

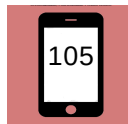
A In-Portância do Espaço

Lao-Tsé, cujo nome significa “novo-velho”, foi um grande sábio, inclusive curador da biblioteca de Zhou, contemporâneo de Confúcio – em uma visão distinta, ainda que não excludente: “Lao Tsé pregou o afastamento, a negação e a rebeldia, enquanto Confúcio pregou o restabelecimento da ordem.” (MAMIGONIAN, 2008, p. 50) –, construiu uma filosofia em que permitia uma reflexão benévola ao espaço social chinês que, em sua época, encontrava-se em um estado de calamidade. Assim, o pensamento laosiano orientou não apenas visões políticas, mas, sobretudo religiosas, sendo o principal precursor do conceito de Tao e que origina o Taoísmo. Destarte, acrescenta-se:

Lao Tsé viu a natureza como um conjunto indissociável, onde a água macia e fraca acaba vencendo a pedra, aparentemente forte, assim como a fêmea vence o macho, usando sua passividade, sua aparente fraqueza. Tomado de simpatias pelos camponeses, Lao Tsé estabeleceu nítida distinção entre natureza e civilização, pregando uma volta à simplicidade e ao igualitarismo que existiu na Idade de Ouro, que precedeu as primeiras dinastias (comunismo primitivo). Valorizando o trabalho manual e criticando os intelectuais, como desligados da simplicidade e pré-dispostos a impor uma geometria à sociedade. (MAMIGONIAN, 2008, p. 49).

Encontram-se, no autor, não apenas preceitos filosóficos, mas também, geográficos. Em toda sua obra 道德經 (lê-se: Tao Te King), que significa “o livro do Tao”, muitas reflexões acerca do Espaço podem ser situadas. A partir da episteme viquianiana, orientar-se-á uma breve elocubração de alguns poemas de Lao-Tsé (1989) os quais evidenciam uma interessante posição do Espaço vivido. Em primeiro lugar, reflete-se sobre este poema:

Trinta raios convergem ao cubo da roda.
É no espaço que há a origem deles
Que está a eficiência da roda.
Molda-se o barro para fazer o vaso.
É oco o interno
Que dá utilidade ao vaso.
Portas e janelas são talhadas para se fazer um quarto.



É no vazio
Que reside a finalidade do quarto.
Valorizamos o ser,
Mas sua utilidade está no não-ser.
(LAO-TSÉ, 1989, p. 33)

Há uma interessante reflexão que relaciona o ser e o nada. Sendo conivente com a exata posição de Sartre (2015, p. 247) em que “o espaço não poderia ser uma forma, porque é nada”. Entretanto, mais que isso, permite-se entender que a importância do Espaço, para Lao-Tsé, está interligada com a vivacidade que se adequa em sua fundamentação, ou seja, é-se interessante perceber que a permissividade nadificante da espacialidade é o que outorga dar vida à técnica. Assim, muda-se o foco, o Espaço não é; contudo, possibilita o que é de existir e, inclusive, a existência.

Outro poema de posição geográfica é o que segue; contudo, atenta-se em que entre o Céu e a Terra encontra-se o Tao, sendo o mais importante, uma posição monista – que não descarta os dualismos, apenas é o mais importante – e que está em nós, humanos, no que concerne à energia dinâmica da vida. Lê-se:

Céu e Terra são impassíveis:
Tratam as dez mil coisas como cães de palha.
O sábio demonstra indiferença,
Compara o povo a cães de palha.
O espaço entre Céu e Terra
É como o fole de uma forja
Embora vazio, nunca se esgota
E, quando acionado, gera sempre mais formas
(LAO-TSÉ, 1989, p. 21)

Esse poema elucida interessantes concepções, entre elas, as “dez mil coisas” (ou, “dez mil formas”, como orienta o tradutor), e que toda essa magnitude de coisas-formas é como cães de palha – importante para rituais de solenidades fúnebres, mas que, após o ritual, perde o valor, pois, encontra-se esvaziado da utilidade que o poema enlaça –, ou seja, destituídas de valor. Portanto, evidencia-se que toda a diversidade de coisas-formas, do Céu à Terra, não tem importância. Consagra-se, desse modo, uma ousada afirmação como a de ser uma ilusão atribuir-lhes valor, pois ele só existe aos homens, ao povo, que também é sem valor. Outrossim, tais assertivas sobre o Espaço são positivas, pois ele é como uma “forja” e é só por ele que muitas maravilhas – e isso independe de valor – existem.

Considerações Finais

Esse breve estudo acerca de Lao-Tsé, e a elucidação de alguns de seus poemas tiveram, como finalidade, conduzir uma análise da poiesis à scientia, seguindo a episteme viquiniana. Expuseram-se interessantes perspectivas, tais como a importância do Espaço vivido estar muito mais no vivido que no Espaço, ainda, que o valor no Espaço seja uma posição humana e nefasta, ou melhor, inútil, mas, ainda assim – forja do Espaço – continua sendo um

“Tao Te King” (道德經): Uma Poética do Espaço

verdadeiro e belo milagre por ser e não por valer. Com isso, houve uma discussão simples, mas ratificadora de que, pela poética, muitas análises interessantes podem ser homologadas. Dessa forma, esse estudo apenas abriu uma discussão, ao posicionar-se como uma fonte de inspiração.

Referências

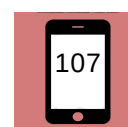
BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de: Antonio da Costa Leal e Lúcia do Valle Santos Leal. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, [S./D.].

LAO-TSÉ. **Tao Te King**. Trad. Pedro Tornaghi. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MAMIGONIAN, Armen. As bases naturais e sociais da civilização chinesa. In: MAMIGONIAN, Armen; BASTOS, José. **Geografia econômica**: Anais de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: Impressão no Departamento de Geociências, 2008. p. 41-65.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e O Nada**: ensaio de Ontologia Fenomenológica. 24a Ed. Trad. Paulo Perdigão, Petrópolis: Vozes, 2015.

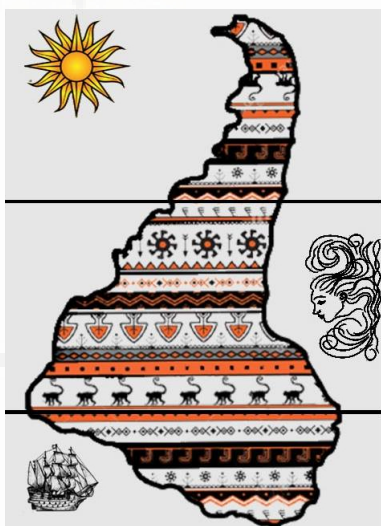
VICO, Giambattista. **Princípios de (uma) Ciência Nova**: acerca da natureza comum das nações. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Apontamentos Teóricos Acerca das Práticas Espaciais Juvenis no Contexto Urbano

Rafael Ribeiro dos Santos

Universidade Estadual de Goiás - UEG
rafaelribeiro.geografia@gmail.com

Mary Anne Vieira Silva

Universidade Estadual de Goiás - UEG
mary.silva@ueg.br

Introdução

A juventude se apresenta como um campo de estudo em construção no âmbito das ciências humanas, isso porque se configura como um tema de ricas possibilidades de pesquisa e que ainda, requer um maior aprofundamento científico. Trata-se de um tema complexo e amplo, logo ao incorporá-lo na perspectiva interdisciplinar (a qual nos amparamos) possibilitará a análise multifocal do assunto e reflexões densas sobre a realidade juvenil.

Embora haja diferentes entendimentos sobre juventude, é preciso destacar que a categoria possui imprecisão quanto a sua definição. Há concepções que para muitos são as oficiais, como é o caso do apresentado pelo IBGE¹ (1999) e pelo Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013). Todavia, diferentes pesquisadores têm demonstrado discordâncias quanto a essas definições, não no que tange a idade prevista para se identificar um sujeito como jovem, mas na designação do que é a juventude. As divergências se dão, principalmente, no escopo de pesquisas práticas que dialogam com esses indivíduos, em uma fase complexa em relação às condições socioeconômicas e culturais que lhes são particulares e inerentes.

Para Souza e Santos (2009) o termo juventude não se restringe a idade dos sujeitos, nem mesmo a uma perspectiva das relações geracionais, o que incute a noção de divisão social por classes, mas sim em um coletivo com especificidades únicas, os chamados

Apontamentos Teóricos Acerca das Práticas Espaciais Juvenis no Contexto Urbano

“agregados sociais”. Essa questão “[...] implica na análise sobre formas específicas de transição, deslocamento de ações, condutas e expressões de atores sociais juvenis e suas influências na sociedade contemporânea” (SOUZA; SANTOS, 2009, p. 3). Portanto, é no âmbito das práticas sociais e espaciais, nas relações entre a multiplicidade de sujeitos advindos de diferentes contextos histórico-culturais, é que se produz e reproduz o fenômeno da juventude.

A dimensão do jovem como sujeito social e cultural (DAYRELL, 2003), no presente resumo é tratada a partir de um breve olhar teórico-conceitual, no contexto da cidade, visto como espaço marcado por inúmeras contradições e conflitos. É nesse ambiente que os jovens (em sua maioria) vivem e desempenham práticas espaciais, mesmo diante das restrições imputadas àqueles que advêm das classes sociais inferiorizadas. Portanto, o resumo parte de uma metodologia alicerçada no método qualitativo, em que estabelecemos uma concepção sobre o tema por meio de uma revisão bibliográfica em um âmbito interdisciplinar, dialogando com autores da Geografia, Sociologia e Educação.

Desenvolvimento

Dayrell (2001, p. 147) afirma que os jovens “se apropriam dos espaços, que a rigor não lhes pertencem, [criando e] recriando neles novos sentidos e suas próprias formas de sociabilidade [...]”. Isto é, eles são produtores do espaço urbano, compõe e dão vida a esse lugar, o qual é construído por elementos materiais e simbólicos, e nesse contexto esses sujeitos desenvolvem e ampliam as suas redes de sociabilidade e estabelecem as suas práticas espaciais cotidianas.

Para Raffestin (1993), na medida em que os indivíduos se identificam com um determinado espaço, eles acabam realizando um processo de apropriação do mesmo, de forma concreta ou não. Esse processo de fragmentação social também determina as experiências cotidianas dos jovens, principalmente porque ele é fruto da divisão de classes, o que resulta em uma distinção entre os jovens ricos e pobres, uma preservação do modo de vida capitalista na cidade e no espaço (CASSAB, 2009).

Ao refletir sobre a inserção do jovem na cidade e como esse processo de desenvolve, Cardoso e Turra Neto (2011, p. 15-16, grifo dos autores) afirmam que

A juventude cria geografias da cultura que abraçam a cidade e chutam tudo o que é normativo, repressivo, monótono e que lembra o tempo do trabalho. Em um ponto de vista fenomenológico e existencial, o espaço urbano é a via, horizonte e morfologia onde os diferentes grupos juvenis nela inseridos experimentam e experienciam a complexa e ambivalente vida e cultura moderna. Através de relações com os objetos espaciais (praça, shopping, cinema, bar, atrativos turísticos, eventos de entretenimento) e com os corpos sociativos, os jovens negociam, se ajustam e constroem uma interação complexa e instável com a cidade que, em consequência, produzirá

1 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Apontamentos Teóricos Acerca das Práticas Espaciais Juvenis no Contexto Urbano

múltiplas territorialidades e significados que abre o urbano para a revisão constante de suas regras, “etiquetas” e modos de sociabilidade.

Nesse sentido, de acordo com os autores, entende-se que a juventude busca, a partir de suas práticas espaciais, romper com aquilo que é considerado normativo. Os jovens estabelecem seus espaços de acolhimento e pertença, a partir de sociabilidades com outros jovens que dividem os mesmos anseios, partilham aspectos existenciais comuns, bem como experiências de vida. Torna-se um sujeito em construção, mas dialeticamente se reconstrói e desconstrói na medida em que seus desejos se alteram no plano do vivido, designando possíveis vínculos de identidade que lhe são impostos, pela vida urbana cotidiana.

Desse modo, de acordo com Paula (2013) é impossível buscar compreender a dinâmica da cidade, sem que se leve em consideração os sujeitos jovens. É preciso tentar entender como esses grupos se inserem e apropriam-se do espaço urbano, especialmente por meio de suas redes de sociabilidade, suas práticas espaciais.

Considerações Finais

Em vias de finalização, é preciso destacar que o objetivo do texto não foi o de estabelecer uma análise aprofundada do tema, mas de evidenciar as questões que perpassam a lógica da juventude e da cidade a partir da sua interlocução. Portanto, a ênfase das práticas espaciais juvenis se dá por considerar que essas, em um processo relacional do jovem com a cidade, são fundamentais, pois é por meio delas que se pode também compreender como ele internaliza a dinâmica da cidade e se manifesta.

Assim, se o espaço é construído pelos homens e é por meio deles que ele passa por distintas alterações ao longo do tempo, na medida em que esses sujeitos estabelecem as suas relações, seus elos, eles também estão compondo essa dinâmica espacial. E é nesse interim que os jovens, a partir de suas práticas espaciais vivenciam a cidade, a sua condição juvenil, bem como a construção de sua cidadania, embora isso se dê em um contexto de adversidades e de uma realidade que o desafia diariamente.

Destarte, é preciso enfatizar a necessidade de mais estudos que busquem tratar da juventude por meio de diferentes aspectos. Pois, na medida em que se estabelecem pesquisas, especialmente de caráter interdisciplinar, percebe-se cada vez mais que essa temática não se esgota, principalmente por dialogar com uma série de fenômenos, sobretudo no âmbito da cidade, tais como segregação, formas de apropriação do território, entre outros.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Casa Civil,



Apontamentos Teóricos Acerca das Práticas Espaciais Juvenis no Contexto Urbano

Presidência da República, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

CARDOSO, Diogo da Silva; TURRA NETO, Nécio. Juventude, cidade e território: esboços de uma Geografia das juventudes. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA: JUVENTUDES E CIDADE, 1., 2011, Juiz de Fora. **Anais** Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 1-19, 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nugea/files/2019/09/JUVENTUDE-CIDADE-E-TERRIT%c3%93RIO-ESBO%c3%87OS-DE-UMA-GEOGRAFIA-DAS-JUVENTUDES.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CASSAB, Clarice. **(Re)Construir utopias: jovem, cidade e política**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DAYRELL, Juarez. O jovem como um sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, s./v., n. 24, p. 40-52, set./dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em: 12 set. 2019.

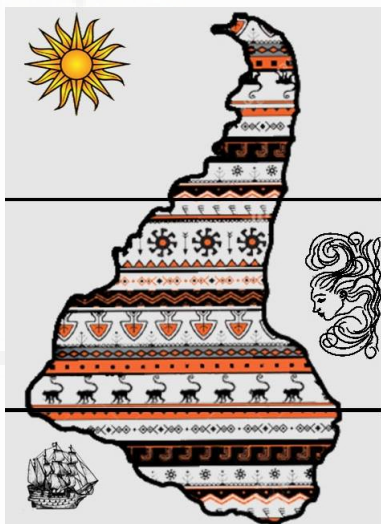
DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 136-161.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Os Bailes de Voguing como Território da Comunidade LGBTQIA+, Negra e Latina

Carolina Silva Rodrigues
Graduanda em Geografia/UFMG
geocarlinasr@gmail.com

Gabriela Regina da Silva Fernandez
Graduanda em Geografia/UFMG
gabi.rsfernandez@gmail.com

Ícaro Belém Horta
Graduanda em Geografia/UFMG
oracibh@gmail.com

Introdução

Quando tudo fracassar e você desejar ser
Algo melhor do que é hoje
Eu conheço um lugar para onde você pode fugir
Chama-se pista de dança
(Vogue - Madonna, tradução livre).

A letra da canção Vogue, da Madonna, sintetiza a ideia dos Ballrooms, também conhecidos como “Bailes de Voguing”, locais reconhecidos como um meio da comunidade LGBTQIA+, principalmente negros e latinos, se organizarem de maneira a praticarem a dança/movimento artístico conhecido como Voguing. Tal movimento visava reproduzir poses de fotos, principalmente das grandes revistas de moda, como a Vogue,

Os Bailes de Voguing como Território da Comunidade LGBTQIA+, Negra e Latina

que nomeia o movimento, enquanto também promoviam a dança. Esses Bailes tiveram suas origens nos anos 1980, pelas comunidades negras e latinas LGBTQIA+ do Harlem, sendo uma evolução das competições de drag dos bailes de estilo pageantry (SCHIJEN, 2019). Remontada suas origens, com o lançamento da música Vogue, da Madonna, e do documentário Paris is Burning, o movimento se difundiu para outros países, como o Brasil. Recentemente, o canal de televisão FOX lançou a série Pose, produzida e dirigida por Ryan Murphy, a qual retrata a realidade vivenciada na década de 1980 e traz à tona um modo de reforçar a cultura Vogue. Outras produções, como os reality shows RuPaul's Drag Race e Legendary, também trouxeram de volta às mídias a cultura dos Bailes de Voguing.

Os Bailes se tornaram um meio de reunião e socialização da comunidade LGBTQIA+, principalmente, estadunidense, com grande participação de afro-americanos e latinos. Vale-se pensar em como tais comunidades eram tratadas na época, uma vez que o preconceito em relação ao grupo ainda era grande e destacava estigmas vinculados ao surto do vírus HIV e a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), por exemplo. A partir disso, busca-se compreender como tais Bailes se estabelecem como um território frente à sociedade que se era posta, uma vez que estes se estabeleciam como meio de resistência entre essa relação de poder x opressão – dada entre a população LGBTQIA+, negros e latinos e grupos dominantes – tendo como análise os Bailes de Nova York.

Desenvolvimento

Para além de toda arte e cultura envolvidas, os Bailes decorrentes da década de 1980 – sobretudo aqueles que ocorriam em Nova York – trazem ainda hoje uma ideia muito forte enquanto forma de territorialização da comunidade LGBTQIA+, negra e latina, frente a comunidade hétero nova-iorquina.

Conforme aponta Souza (2001), apud Soares (2010, p. 16), a categoria de análise território é vista como uma das expressões do espaço sendo definida e delimitada a partir de relações de poder, em que não necessariamente se limita ao Estado. Essa relação de poder pode se apresentar como grupos “dominantes” e “dominados”. Tomando essa ideia por pressuposto, buscamos compreender as relações entre os Bailes de Voguing e a constituição de territórios pela marginalizada comunidade LGBTQIA+, que passa(va) pelo processo de segregação. Para tanto, este trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica sobre os Bailes de Voguing (Ballrooms) de Nova York. Para seleção de artigos, através do Google Acadêmico, tomamos como palavras-chave: Bailes de Voguing, ballroom, voguing e território. Sobre os Bailes, Bailey (2013), Guerra e Gusmão (2019) e Schijen (2019) nos auxiliam a pensá-los como movimento cultural e político que age na (re)afirmação dessas comunidades frente à sociedade opressora. Além disso, nos auxiliam nesta análise a discussão territorial e de relações de poder levantadas por Souza (2001 apud SOARES, 2010) e Santos e Silveira (2008).

A ideia dos espaços que mandam e dos que obedecem, apresentada por Santos e Silveira (2008), nos possibilita compreender a perspectiva de um espaço – considerando a organização social – e como ele pode atuar na criação

Os Bailes de Voguing como Território da Comunidade LGBTQIA+, Negra e Latina

de territórios. Dentro desta ideia, pensa-se nas repressões sofridas pela comunidade LGBTQIA+ e também afro-americanas e latinas, em que sua marginalização respondia a uma forma de obediência frente a sociedade na qual se encontrava. Essa obediência não se dava de forma totalmente passiva, como se pode ver pela Rebelião de Stonewall, em 1969, além das outras constantes formas de luta por direitos de tal comunidade. Milton Santos (1988) também reforça essa noção da existência de um movimento que nem sempre é aceito pelo grupo hegemônico:

O novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Para esta, há o novo que convém e o que não convém. [...] A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelecem outras. (SANTOS, 1988, p. 106-107, grifo nosso)

Posta tal ideia, reforça-se as relações de poderes estabelecidas na sociedade como forma de analisar os locais onde realizavam os Bailes de Voguing como meio de resistência LGBTQIA+ e também de formação de território. Gusmão e Guerra (2019), nos permitem compreender como os Bailes se tornaram um espaço de legitimação frente àqueles que eram negados devido às políticas higienistas, decorrentes da explosão de casos de AIDS nos anos 1980: “Como até então a doença estava muito associada à prática homossexual, os gays se refugiaram em espaços guetificados e ali encontraram a oportunidade de legitimação” (GUERRA e GUSMÃO, 2019, p. 2938).

Outro aspecto necessário de ser compreendido nesse processo de territorialização dos Bailes é o fato da segregação histórica e estrutural ocorrida nos EUA contra a população não branca, especialmente a negra. Pepper LaBeija, um dos grandes nomes e referências da arte do voguing, no documentário Paris is Burning (1989), reforça a visão dos Bailes como um meio de reviver aquilo que foi tirado da população marginalizada – em especial a negra – e como forma de se opor ao processo de invisibilização e negação da suas existências:

Esta é a América Branca. Qualquer outra nacionalidade que não for branca sabe e aceita isso até o dia da sua morte. É o sonho e a ambição de todos - viver e parecer tão bem quanto uma pessoa branca é representada como sendo americana. [...] E em relação às minorias, especialmente negras, nós, nos últimos 400 anos, somos o grande exemplo de mudança de comportamento na história da civilização. Tivemos tudo tirado de nós e ainda aprendemos a sobreviver. É por isso que no circuito de Bailes é tão óbvio que, se você consegue capturar a grande forma branca de viver, ou parecer... ou vestir ou falar, você é maravilhoso. (LIVINGSTON, 2005 [1990], grifo nosso)¹

Ainda apontando a resistência de membros do Bailes, Bailey (2013) nos apresenta uma perspectiva de como as performances são uma forma de responder aos meios de exclusão e marginalização, principalmente pelos membros negros da comunidade LGBTQIA+ – esse movimento cria tensões, essas tensões acabam gerando alteridades: os territórios. Ela ainda pontua

Os Bailes de Voguing como Território da Comunidade LGBTQIA+, Negra e Latina

que, para este grupo, o espaço se constitui mais como uma produção cultural fluida do que uma localização fixa – podendo ser este espaço enquanto as relações existentes e não como algo concreto e imutável, tendo possibilidades de se pensar os Bailes como lugares:

Os membros dos Bailes [Ballroom] costumam responder às formas de exclusão e marginalização usando a performance para esculpir – para engendrar – e transformar geografias normativas em espaços comuns de celebração, afirmação e apoio. Para os membros dos Bailes [Ballroom], o espaço é uma produção cultural ao invés de um local fixo concretizado. (BAILEY, 2013, p. 490, tradução livre)²

Com essas colocações, podemos pensar também sobre a resignificação do termo ballroom que, ao longo da história, fez referência aos bailes da aristocracia europeia – resumido a brancos e ricos. Nessa nova perspectiva, com o contexto mais recente da comunidade LGBTQIA+, temos os Bailes de Voguing que se destacam pela presença de grupos que, além de saírem do padrão heteronormativo esperado, compreendem afro-americanos e latinos – buscando trazer consigo uma forma de resignificação do referido termo.

Considerações Finais

A partir das ideias apresentadas, o estudo buscou compreender e analisar perspectivas da ocupação de espaços por grupos socialmente marginalizados e como suas expressões artísticas podem se configurar como um movimento social e político – promovendo consigo a formação de territórios. É preciso pensar nesse espaço que dialeticamente se sustenta: é constituído por grupos que causam incômodo e são “espalhafatosos” – trazendo tais características como suas marcas –, ao mesmo tempo em que são invisibilizados e sofrem recusa de uma sociedade repressiva.

Ressaltamos que este debate não se encerra apenas nesta questão, uma vez que os Bailes de Voguing são um interessante objeto de estudo, ao poder se configurar como um lugar de expressão dessas comunidades – LGBTQIA+, negra e latina – e se relacionam, também, com as demais categorias de análise geográfica. Aspectos envoltos nas relações que eram (e são) tidas nesses Bailes, como pertencimento, conflitos e subjetividades, possibilitam novas análises nas mais diversas áreas de estudo. Acabamos ousando em dizer que existem variadas possibilidades de traçar paralelos entre a época que tivemos o auge dos eventos e os dias atuais – ainda que tenhamos nos limitado a não

1 *This is white America. Any other nationality that is not of the white set, knows this and accepts this till the day they die. That is everybody's dream and ambition as a minority - to live and look as well as a white person. It is pictured as being in America. And when it comes to the minorities; especially black - we as a people, for the past 400 years - is the greatest example of behavior modification in the history of civilization. We have had everything taken away from us, and yet we have all learned how to survive. That is why, in the ballroom circuit, it is so obvious that if you have captured the great white way of living, or looking, or dressing, or speaking - you is a marvel.* (LIVINSGTON, 2005 [1990]).

2 *Ballroom members often respond to forms of exclusion and marginalization by using performance to carve out – to engender – and transform normative geographies into spaces of communal celebration, affirmation, and support. For Ballroom members, space is a cultural production rather than a concretized fixed location.* (BAILEY, 2013, p. 490).

Os Bailes de Voguing como Território da Comunidade LGBTQIA+, Negra E Latina

realizar tal aproximação neste trabalho. Produções, como séries e reality shows que abordam o contexto, também proporcionam a perspectiva de compreender os produtos gerados e que estão em gestação – na medida em que demonstram diferentes maneiras de perceber seus impactos na sociedade.

Referências

BAILEY, Marlon M.. Engendering space: ballroom culture and the spatial practice of possibility in detroit. **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 489-507, 9 maio 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/0966369x.2013.786688>.

GUSMÃO, Roney; GUERRA, Paula. VOGUING: alteridade e subversão na pós-modernidade. In.: **Anais XIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO: Distopia, Barbárie e Contraofensivas no mundo contemporâneo**. Vol. 13, nº 1, 2019. Vitória da Conquista: E. Santana, 2019. p. 2936 - 2941 Disponível em: anais.uesb.br/index.php/cmp/issue/view/298/showToc. Acesso em: 28 jan. 2021.

LIVINGSTON, Jennie. **Paris Is Burning**. Burbank: Miramax Home Entertainment, 2005 [1990].

MADONNA. **Vogue**. Los Angeles: Sire, Warner Bros. 1990. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GuJQSAiODqI>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. [S.l: s.n.], 2008.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

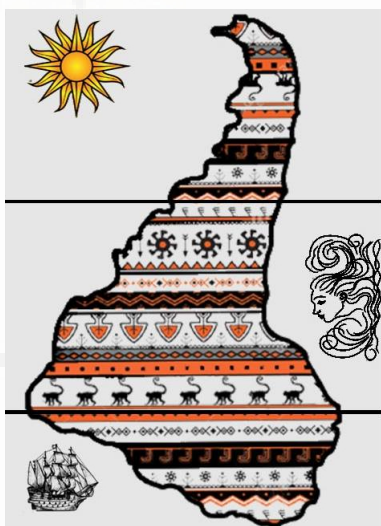
SOARES, Weber. **Formação territorial do Brasil** / Weber Soares. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 141 p. : il. (Educação a Distância).

SCHIJEN, Sarah. **Uma breve história sobre o voguing, contada pela Vogue**. 2019. Disponível em: vogue.pt/voguing-historia-danca. Acesso em: 28 jan. 2021.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Uma Abordagem do Livro Geografia é Destino? Lições da América Latina

Andreia Vanessa de Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
vanessaadvog@hotmail.com

Leandro Soares Machado

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
leandrosoaresmachado@gmail.com

Desenvolvimento

O presente ensaio tem o escopo de analisar as questões pertinentes aos pilares fundamentais para o sistema da América Latina com base na obra *Geografia é destino? lições da América Latina* de acordo com a tradução de Fernando Santos. A referida obra é composta pela introdução e três capítulos. No prefácio os autores convidam os leitores a refletirem sobre questões relacionadas a localização, clima e solo, indagando se esses fatores representam uma diferença significativa?

Nesse contexto, os escritores evidenciam se esses elementos podem ser considerados como os únicos fatores que importam para o desenvolvimento? Outro ponto que merece destaque na obra, diz respeito a seguinte questão: Até que ponto a geografia teve a ver com as diferenciações de níveis de renda e condições de saúde nas diferentes regiões analisadas?

Busca-se tecer breves comentários da obra em questão, trazendo as abordagens feitas pelos autores, o primeiro capítulo é denominado “Os canais de influência da geografia: a América Latina vista de uma perspectiva internacional”; o segundo capítulo aborda o tema “O outro lado da montanha: a influência da geografia nos países”; o terceiro capítulo é intitulado de “Políticas para superar as limitações da geografia”. Essa breve análise da obra objetiva-se abordar de forma superficial as questões geográficas que influenciam no

atraso ou desenvolvimento da América Latina, asseverando as ideias dos autores.

Ao discorrer sobre o livro busca-se responder a reflexão estabelecida pelo autor se a geografia é destino? Para atingir o presente objetivo realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico. Segundo os ensinamentos de Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é realizada por meio de material já elaborado, a partir de livros e artigos científicos.

Já na introdução da obra Geografia é destino? os autores destacam três autores, dentre os quais eles denominam como “líderes da redescoberta da geografia”, senão vejamos:

Após várias décadas de indiferença e desconfiança, economistas e outros cientistas sociais redescobriram a geografia. Os líderes dessa redescoberta foram intelectuais do porte de David Landes, Jared Diamond e Jeffrey Sachs, para citar alguns. (GALLUP; GAVIRIA; LORA, 2005, p. 15).

A partir do estudo desses teóricos os autores Gallup; Gavira e Lora (2007) desenvolveram uma pesquisa sobre a influência da geografia nas questões relacionadas ao desenvolvimento dos países da América Latina.

Na obra os autores discorrem sobre a influência da geografia enquanto ciência humana é de suma importância, para a sociedade, pois, suas informações podem influenciar nos fenômenos climáticos e sanitários. Dito isso, se torna relevante o uso de técnicas utilizadas pela geografia, com a finalidade de promover informações fundamentadas em dados científicos.

Nesse sentido, oportuno trazer a abordagem de países subdesenvolvidos que se “organizam e reorganizam em função de interesses distantes, e mais frequentemente na escala mundial” (SANTOS, 1979, p.15). Essas forças de transformação emanadas do exterior atingiam o território em pontos específicos e não se difundiam pelo território com facilidade, permanecendo relativamente concentradas. Outro ponto que merece destaque é “as variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção” (SANTOS, 1979, p.15).

No capítulo um os autores Gallup; Gaviria; Lora, (2007), discorrem sobre os fatores geográficos, através deles buscam explicar as diferenças de desenvolvimento entre os países da América Latina, nessa abordagem evidenciam fatores como a agricultura, condições de saúde, desastres naturais, os autores buscam destacar o modo de acesso aos mercados e urbanização, eles acreditam que esses elementos representam os eixos em que a geografia é capaz de realizar influência sobre o desenvolvimento econômico e social.

O segundo capítulo da obra em questão, os autores realizam uma análise mais condensada, enquanto no primeiro capítulo Gallup; Gaviria; Lora, (2007, p. 82) discorrem que as condições geográficas podem estar relacionadas com os fatores responsáveis pelas diferenças de desenvolvimento encontradas nos países e regiões do mundo, o capítulo dois procura elencar a influência da geografia dentro dos países. Gallup; Gaviria; Lora, (2007) concentram sua pesquisa em cinco países latino-americanos: Bolívia, Brasil, Colômbia e México. Os estudiosos justificam a escolha desses países, por eles possuírem duas características importantes para desenvolver o estudo das relações entre

condições geográficas e desenvolvimento econômico, as quais são: desigualdades regionais e diversidade geográfica Gallup; Gaviria; Lora, (2007, p. 82).

Um ponto relevante destacado pelos autores é que apesar da força das instituições históricas por meio das quais a geografia exerce influência, pode-se dizer que embora as instituições históricas redimensionarem, reforcem ou reduzam os efeitos da geografia, estes mecanismos demonstram que apesar da importância da geografia ela não é o destino GALLUP; GAVIRIA; LORA, (2007, p. 136).

No capítulo três os autores Gallup; Gaviria; Lora, (2007) lançam um desafio que é o que pode ser feito para superar as desvantagens geográficas, destacando que os problemas podem na maioria das vezes serem superados, isso pode ocorrer através da adoção de adequadas políticas de emprego e tecnologia, ressaltando a importância de levantamento de dados dos fatores humanos e geográficos que afetam o desenvolvimento GALLUP; GAVIRIA; LORA, (2007, p. 139).

Em relação aos países da América Latina estavam atrasados em relação a substituição de importações. Bolívia, Brasil, Colômbia, México e Peru, vivenciavam perspectivas históricas diferenciadas. De acordo com Gallup; Gaviria; Lora, (2007, p. 19) os países latino-americanos possuíam uma divisão clara da produção destinada para mercado externo e interno. Assim, observa-se uma relação complexa entre a geografia e as instituições de fatores climáticos.

Dessa forma, segundo Gallup; Gaviria; Lora, (2007, p. 31) observa-se que quando os Europeus trouxeram os Africanos, para serem escravizados, eles trouxeram doenças até então desconhecidas, esses fatores geram significativas transformações na composição da população, na capacidade de explorar determinadas terras e nos padrões de desenvolvimento institucional do país que absorveram grande quantidade de escravos, nesse sentido a divisão mais comum era realizada por meio da localização geográfica.

De acordo a obra estudada, os fatores geográficos influenciam no desenvolvimento de determinada região, essas relações uma das justificativas para a riqueza ou pobreza na América Latina. Asseveram Gallup; Gaviria; Lora, (2007, p. 41-57) que há uma grande variação do crescimento entre a América Latina e os países industriais, mas esse resultado não se verifica entre a América Latina e o Leste da Ásia. Nesse contexto, observa-se que os países industriais são favorecidos por elementos geográficos, físicos e humanos. Assim, pode-se dizer que os países industriais são privilegiados por estarem localizados em zonas temperadas, além, de contarem com índice mais elevados de urbanização. A América Latina e o Leste da Ásia, apresentam características geográficas semelhantes, a pequena fração de crescimento entre as duas regiões, fator que pode estar relacionado a geografia.

Desse modo, Gallup; Gaviria; Lora, (2007, p. 12) relatam que fatores geográficos tenderiam a fazer com que o Leste da Ásia crescesse menos do que a América Latina. Outro ponto a ser destacado, é em relação as evidências da Bolívia, que demonstram que nem sempre climas tropicais são sinais de estagnação, por exemplo, o crescimento observado em Santa Cruz e áreas ao seu redor, nos mostram que condições climáticas não são barreiras insuperáveis.

Uma Abordagem do Livro Geografia é Destino? Lições da América Latina

As condições da Bolívia e do México, corroboram para o entendimento de que, apesar das vantagens em relação ao comércio internacional, as cidades portuárias e as áreas litorâneas nem sempre se destacam em relação às de localização central. No caso do Brasil, vale dizer que apresenta condições complexas em relação à saúde e condições climáticas. Já no caso do México, demonstra que as instituições podem carregar a influência da Geografia por décadas ou séculos GALLUP; GAVIRIA; LORA, (2007, p. 25)

Destarte a leitura nos leva a desenvolver reflexões, pois, apresenta a geografia como uma ciência de extrema importância, observa-se que a Geografia não se limita a mera construção de mapa, ela vai muito além, demonstrando que essa ciência não é destino, ou seja, com informações e políticas adequadas são capazes de compensar seus efeitos adversos.

Com efeito, vale observar que, a geografia é uma ciência capaz de fornecer informações através de técnicas, que são capazes de avaliar o impacto da infraestrutura sobre a possibilidade de crescimento e se é possível contrabalancear as condições geográficas adversas.

Portanto, o trabalho visou tecer breves comentários da obra Geografia é destino? Elaborada pelos autores Gallup; Gaviria; Lora, (2007). Ressaltando a importância da obra para o meio acadêmico, valendo nossa reflexão e amplitude da abordagem. Destacando que a geografia traçar estratégias para minimizar os impactos causados pelo clima e impactos causados no âmbito econômico, entretanto, não é capaz de solucionar todos os problemas relacionados a esses fatores. Vale destacar que, os breves comentários da obra Geografia é destino? Servem de pilar para a redescoberta da geografia.

Referências

GALLUP, J. J.; GAVIRIA, A.; LORA, E. **Geografia é destino?** lições da América Latina. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

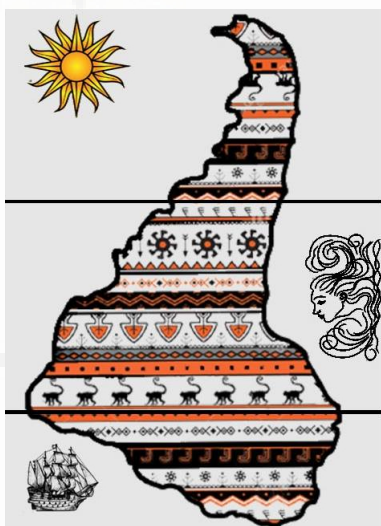
SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Crescente Insegurança Alimentar no Brasil Atrelados aos Impactos da Pandemia do Novo Coronavírus

Guilherme Francisco da Silva
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
guilherme.francisco@ufpe.br

Ester Claudino Gomes da Silva
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
ester.claudino@ufpe.br

Maria Vitoria Andrade
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
mariavitoria.andrade@ufpe.br

Introdução

Através do método analítico são expostas as principais preocupações a respeito da problemática da fome no país na última década e os impactos e consequências advindas da pandemia do coronavírus em 2020, que evidenciou as questões a respeito da fome e a (in) segurança alimentar como problemáticas ainda não contornadas no Brasil e no mundo, salientando a vulnerabilidade econômica e as desigualdades sociais pré-existentes à pandemia. É a partir da crise sanitária mundial que é escancarado no país as rupturas sociais, pela qual se agrava pela crescente onda de desemprego e a carência de suporte para a população em situação de pobreza. É enfatizado, o papel do governo na gestão, controle e prevenção ao enfrentamento de novas crises decorrentes das consequências dos flagelos do novo coronavírus no país e no mundo e a necessidade de pôr em foco a busca de soluções para o combate da fome e da crescente insegurança alimentar.

O conceito de fome e suas causas sociais

Agnes Heller (1983) explica que o homem se move a partir de um “impulso” para garantir a satisfação dessa necessidade biológica. Darwin (1969) sugere na sua Teoria da Seleção Natural que a busca do alimento por parte do ser humano, seria a manutenção da vida pela sobrevivência da espécie. Logo, se o ser humano não consegue se alimentar, a causa estaria relacionada aos limites impostos no ambiente em que ele vive. Levando em consideração a referência ao lado animal do homem, e observando o lado social. O filósofo Aristóteles (1973), no livro IX “Ética a Nicômaco”, fala que o homem é um ser político e sua natureza é viver em sociedade. Então, parte da sobrevivência da espécie humana, também está atrelada a sociedade em que ele vive.

Por se falar de fome, percebe-se o grau de complexidade do tema, sendo possível defini-la como algo biológico e social, e na contemporaneidade a pobreza sendo uma marca das disputas e desigualdades existentes na sociedade. Ademais, a carência alimentar está fortemente ligada a fatores como a má gestão de recursos naturais, política, conflitos, distribuição de renda e condicionantes geográficos (BARROS, 2000). Josué de Castro (1984), na obra Geografia da Fome expõe a dificuldade de outros autores para reunir materiais para a construção de trabalhos voltados a esse tema:

Já outros estudiosos se tinham espantado diante deste inexplicável vazio bibliográfico: não há muito, Gregório Marañon, recolhendo material para a elaboração de um trabalho sobre a regulação hormonal da fome, se surpreendeu com o número insignificante de fichas que conseguiu reunir acerca deste problema fundamental. Registrando o fato, o escritor espanhol, interessado no momento noutra ordem de ideias, não se deu ao trabalho de buscar as razões ocultas que determinaram esta quase que abstenção de nossa cultura em abordar o tema da fome. (CASTRO, 1984. pág.19)

Castro ainda explica que existe um silêncio, principalmente das culturas ocidentais, sobre esse tema. A motivação, segundo ele, estaria ligada aos interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental.

Adentrando ao contexto mais atual, na última década de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, *Food and Agriculture Organization*), a maior porcentagem de pessoas em situação de fome na América Latina e o Caribe possuem o número de 47 milhões de pessoas sendo afetadas pela fome. Esses resultados são provenientes de um relatório realizado pela FAO, em conjunto com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicado em 2017. As principais causas desses números, são resultados de conflitos.

Além da problemática da fome em si, existe também a insegurança alimentar caracterizada quando o acesso e a disponibilidade dos alimentos são escassos e abrangendo também situações de má alimentação ou fome severa,

A Crescente Insegurança Alimentar no Brasil Atrelados aos Impactos da Pandemia do Novo Coronavírus

podendo ainda ser uma situação crônica ou transitória. Com a Pandemia do novo coronavírus o Brasil assim como outras partes do mundo se vêem diante de um crescente número de pessoas em estado de insegurança alimentar, não tendo uma alimentação rica com todos os nutrientes devidos.

Insegurança alimentar em ascensão durante a pandemia

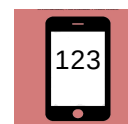
O Brasil saiu do Mapa mundial da Fome no ano de 2014, segundo dados expostos pelo relatório de insegurança alimentar no mundo da FAO. Contudo, deixar o mapa mundial da fome não significa que a problemática foi extinguida, com o contexto atual - impactos advindos da pandemia do novo coronavírus - o país se insere em uma situação de incerteza alimentar ainda maior, as consequência da decorrente da crise sanitária mundial já é perceptível na mesa dos brasileiros. De acordo com o mais recente relatório da Fao:

Após sete anos de crescimento lento, a América Latina e Caribe poderão ver a maior queda no PIB regional em um século (-5,3%), o que trará em 2020 um aumento da pobreza extrema de 16 milhões pessoas em relação ao ano anterior, o que representa 83,4 milhões no total. O impacto na fome também será muito significativo, considerando que em 2016-2018 já havia 53,7 milhões de pessoas em grave insegurança alimentar na América Latina. (FAO, 2020)

É fundamental reconhecer que das pessoas em situação de emergência alimentar e insegurança durante a pandemia do Covid-19 muitas já se encontravam em quadro de vulnerabilidade social e econômica¹. Desta maneira, as estratégias para combater a fome devem voltar-se para esta população. Autores como BELIK, WALTER; SILVA, JOSÉ GRAZIANO DA; TAKAGI (2001), buscam propostas eficazes ao combate à fome, argumentando a utilização de mecanismo emergenciais e permanente os quais geram renda suficiente para garantir uma alimentação digna ao brasileiros. Com isso, somente com políticas de assistência social, segurança alimentar e nutricional o país pode evitar entrar novamente no Mapa da Fome Mundial.

Devido ao grande impacto da crise gerada pela pandemia, o acesso a medidas de proteção social é fundamental para proteger quem permanece em situação desigualdade no Brasil e no mundo: “Durante a pandemia, o espectro da fome se espalhou para países de renda média, como Índia e Brasil, e até mesmo em um país de alta renda como os EUA” (BERKHOUT, 2021). A situação de desamparo atrelada ao aumento das altas inflações cria uma população má nutrida e desprovida de empregos, segurança e suporte alimentar.

1 Pandemia pode ampliar fome e jogar 49 milhões de pessoas na extrema pobreza, alerta a ONU. Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura. 09 de jun. de 2020. Disponível em < <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1280495/>> acesso em: 17 de jan. de 2021.



Considerações Finais

Portanto, a falta de suporte para a população vulnerável economicamente, atrelada ao quadro de insegurança alimentar e da fome no cenário anterior e atual da pandemia no Brasil foram agravados com a crise sanitária do novo COVID19. Nesse contexto, as falhas governamentais relacionadas ao combate da epidemia do coronavírus podem ser o estopim para a decadência social e futuras grandes crises nutricionais no país. Desta maneira as estratégias para suporte social e alimentar se mostram de grande importância para contornar a situação, sendo também a assistência econômica determinante para o desenvolvimento do país e mitigação das desigualdades. O risco do Brasil entrar novamente no Mapa mundial da Fome não está descartado, pelo contrário, se torna mais próximo a cada momento em que famílias permanecem sem segurança alimentar e assistência adequada.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1973, v.4.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, Feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 Feb. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>.

BERKHOUT, Esme. *et al.* **O vírus da desigualdade**: Unindo um mundo dilacerado pelo coronavírus por meio de uma economia justa, igualitária e sustentável. Oxfam GB, 2021, 89p.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. **Políticas de combate à fome no Brasil**, 2001.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: O dilema pão ou aço. Rio de Janeiro. Andares, 1984.

CRISTINA, Ana. IBGE: insegurança alimentar grave atinge 10,3 milhões de brasileiros. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 17 de set. de 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/ibge-inseguranca-alimentar-grave-atinge-103-milhoes-de-brasileiros>> Acesso em 04 de fev. de 2020

DARWIN, C. **El origen de las especies**. Tomo I. México: UNAM, 1969

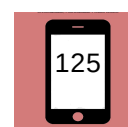
FAO e CEPAL: Milhões de pessoas podem cair em extrema pobreza e fome até 2020 na América Latina e no Caribe devido ao impacto da pandemia. **FAO**.

A Crescente Insegurança Alimentar no Brasil Atrelados aos
Impactos da Pandemia do Novo Coronavírus

Brasília, 16 de jun. de 2020 disponível em
<<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1293730/>> acesso em:
05 de fev de 2020.

FAO. **Food and Agriculture Organization.** Disponível em:
<<http://www.fao.org/about/en/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

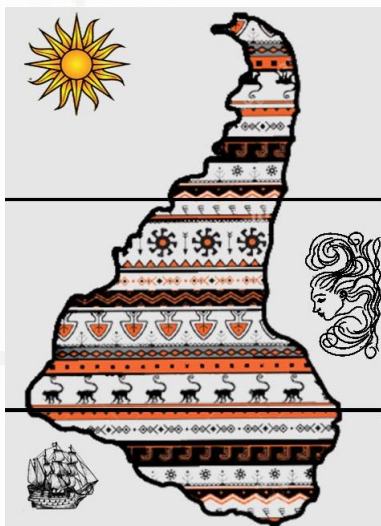
HELLER, Agnes. **Sobre os instintos.** Lisboa: Editorial Presença, 1983.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Perspectiva Geográfica de Ibn Khaldun: عمران (Asabiya) e عصبية (Umran)

Jahan Natanael Domingos Lopes
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Jahan_natanael@hotmail.com

Introdução

Pergunto: “Onde estão as ciências dos Persas, cujos escritos, na época da Conquista, foram destruídos por ordem do Califa Oma? Que foi feito das ciências dos Caldeus, dos Assírios, dos habitantes da Babilônia? Onde estão os resultados e os vestígios deixados pelas ciências entre estes povos? Onde estão a brilhante cultura dos Coptas e outras gerações de eras mais remotas?” Há uma única nação, a dos Gregos, cujas produções científicas estão em nosso poder, e isto, graças ao empenho d’Al-Mamum, que os mandou traduzir do idioma original (para o árabe). Este príncipe pôde levar a cabo semelhante proeza, porque encontrou grande número de tradutores e gastou muito dinheiro. Quanto aos outros povos, nada conhecemos de suas ciências.

(Khaldun, 1958, p. 95)

Adentrando-se na geografia árabe do medievo, encontra-se, na ampla gama de autores, um célebre polímata chamado Ibn Khaldun (1334-1406). Em sua principal obra “História universal”, situam-se os primeiros três livros de “Os prolegômenos”, que significa “A introdução” em grego clássico ou, em sua versão árabe, intitula-se مقدمة ابن خلدون (lê-se: Muqaddimah). Esses três volumes de Khaldun (1958; 1959; 1960), somando 1469 páginas, tecem os principais conceitos e ideias trabalhadas pelo autor, construindo uma verdadeira filosofia social que arraiga construções econômicas, políticas, históricas e geográficas, fruto de um estudo empírico de dezenas de impérios – dispersos na África setentrional, Península Ibérica e Península arábica. Percorrendo um pouco mais o contexto

A Perspectiva Geográfica de Ibn Khaldun: عمران (Asabiya) e عصبية (Umrān)

do autor, pontua-se que:

Ibn Khaldun (1332-1406) é um pouco posterior, mas faz sua carreira numa época em que o declínio do Islão árabe se acentua: nascido em Espanha, viaja até o Médio Oriente e passa a maior parte da sua vida na Tunísia. Em *Os prolegômenos e História dos Bérberes* propõe uma interpretação já moderna de geo-história do Norte de África e inicia a reflexão geopolítica. (CLAVAL, 2015, p. 34).

O estudo dessa obra visa, além de sua compreensão em uma análise hermenêutica – do latente contextual ao manifesto escrito (RICŒUR, 1968; 1977) –, a encontrar os pontos que tangem à geografia. Assim, apresentar-se-á, primeiramente, uma breve revisão do que motiva a inserção do Ibn Khaldun na geografia e sua metodologia de estudo por meio de dois conceitos: asabiya e umran. Com isso, espera-se, brevemente, despertar a importância do autor em contribuições, por vezes, abafadas devido à hegemonia de proposições anglo-saxãs.

Metodologia Khalduniana

Deste modo, faz-se importante situar o contexto que leva o autor ao encontro dos estudos que interessam à ciência geográfica. Neste escopo muitos são os geógrafos que recapitulam a importância desse autor; por exemplo, vê-se a seguinte posição no livro “A Geografia na Idade Média” de Kimble (2005):

Ibn Khaldun, um dos maiores filósofos, chegou até a formular uma teoria do desenvolvimento histórico que informava sobre o clima e a topografia assim como as forças morais e espirituais em ação. Nesse esforço em investigar as leis do progresso nacional e sua decadência, Ibn Khaldun pode ser considerado o descobridor – como ele mesmo afirma – do verdadeiro campo e da real natureza da pesquisa geográfica. (KIMBLE, 2005, p. 218).

Ainda, pode-se mencionar o livro “Ibn Khaldun” feito por Lacoste (1991) em que constrói uma análise que contém o contexto do medievo árabe, com uma diversidade de impérios que possuíam uma existência perecível, ou seja, em um ciclo dos impérios – inclusive um dos principais temas de Ibn Khaldun – concernindo em uma assertiva decadência. Além disso, edifica uma apreciação sobre a vida do autor e de suas principais ideias, sobretudo os conceitos de عمران (lê-se: umran) e عصبية (lê-se: asabiya). Em ambos, encontrar-se-ão as definições aristotélicas que definem o homem como animal social, inclusive, a fala de Ortega y Gasset (1927, p. 679) definindo Ibn Khaldun como “un africano genial, de mente tan clara y tan pulidora de ideias como la de un griego”.

Desses conceitos, entende-se que o umran “traduz a mesma ideia geral de politeia de Aristóteles e abrange, ao mesmo tempo, diversos fenômenos sociais que as línguas europeias de hoje designam por termos especiais: Sociedade, Sociologia, Organização Política, Organização Social, Civilização etc.” (KHALDUN, 1958, p. 105, N. T.), enquanto asabiya, “a asabiya, solidariedade tribal, seria o elemento oposto ao umran, solidariedade cognática [...]” (LACOSTE, 1991, p. 129). Acrescenta-se, inclusive, que comumente a tradução do conceito é situada como: espírito de grupo. Esses são os dois

A Perspectiva Geográfica de Ibn Khaldun: عمران (Asabiya) e عصبية (Umrān)

conceitos primordiais que tecem o nascimento, desenvolvimento e a quebra dos impérios, haja vista a asabiya ser um elemento que possui intensidades e que, quanto mais intensa, favorece e, quanto mais rarefeita, enfraquece o determinado grupo humano, quer seja nômade ou sedentário (em uma umran).

Tal compreensão, para a leitura geográfica, é muito fortuita, a fim de realçar o que compele compreender o Espaço social em suas dinâmicas, de perceber que a sociedade é modulável, ou seja, que a asabiya é uma questão que, por vezes, é mais intensa ou mais fraca, evidenciando o funcionamento humano que oscila entre sociabilidade e aversão social em diversos graus. Destarte, o autor traz, com muita sagacidade, o porquê de uma civilização surgir, justamente, sendo pela asabiya fortalecida. Por seu contexto, há uma coletividade tão forte que vem a se tornar, em gradação: uma cidade, um Estado e um Império e que logo entrará em declínio pelo enfraquecimento da asabiya, por conta do sedentarismo, sobretudo, unido ao modo de vida cujo Outro se torna, cada vez menos, necessário – ao menos não tanto quanto, por exemplo, em uma situação de nomadismo. Essa leitura espacializada, evidencia o comportamento dos territórios unido às dimensões superestruturais no que concerne ao social situado em seus contextos histórico e existencial.

Considerações Finais

O andamento do trabalho – encartado como uma iniciação científica PICV/CNPQ –, possui uma complexa abertura de dimensões hermenêuticas a serem fundamentadas; contudo, atentou-se, neste breve resumo, em situar alguns importantes geógrafos que fazem menção ao autor trabalhado e, sinteticamente, apresentar seus dois principais conceitos: asabiya e umran. Nisso, orienta-se uma possibilidade de conceitos decoloniais que abrem margem a uma leitura de mundo distinta da transpassada comumente na academia. Por fim, ainda que sucinto, espera-se estimular a curiosidade do leitor.

Referências

CLAVALL, Paul. **História da geografia**. Lisboa (Portugal), Ed. Edições. 70, 2015.

KIMBLE, George. **A geografia na Idade Média**. Tradução de: Márcia Siqueira de Carvalho. 2a. ed. Londrina: Eduel, São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo 2005.

KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. Tradução e notas José Khoury & Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Safady Ltda, 1958. v. 1.

KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. Tradução e notas José Khoury & Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo: Safady Ltda, 1959. v. 2.

A Perspectiva Geográfica de Ibn Khaldun: عمران (Asabiya)
e عصبية (Umrān)

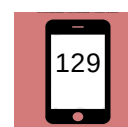
KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. Tradução e notas José Houry & Angelina Bierrenbach Houry. São Paulo: Safady Ltda, 1960. v. 3.

ORTEGA Y GASSET, José. **Obras completas**. Tomo II. [s.n.]: [s.l.], 1927.

LACOSTE, Yves. **Ibn Khaldun**: nascimento da história – passado do terceiro mundo. São Paulo: Ática, 1991.

RICŒUR, Paul. **História e verdade**. Trad. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

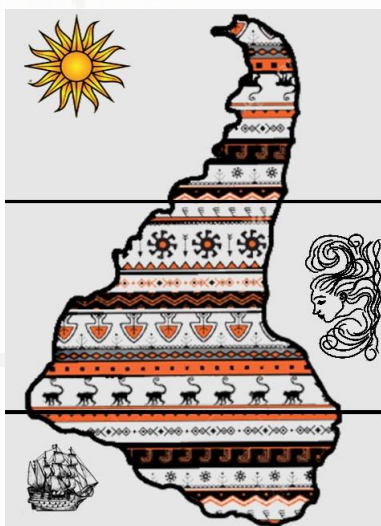
RICŒUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Metodologia Atmosférica Como Possibilidade de Interpretação da Paisagem do Museu Interativo do Parque Histórico de Carambeí, Paraná

Ana Cristina Costa Siqueira

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
anacostasiqueira@gmail.com

Bruna Iara Lorian Chagas

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
brunaiarachagas@gmail.com

Almir Nabozny

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
almirnabozny@yahoo.com.br

Introdução

Nesta reflexão buscamos compreender a paisagem construída do museu interativo do Parque Histórico de Carambeí a partir da interpretação do método atmosférico de Paiva (2017). Para tanto, entendemos que as emoções estão interligadas aos seres humanos, e são formadas mediante a relação dos indivíduos com o mundo.

Nessa perspectiva, podemos compreender que as paisagens podem ser modificadas e apreendidas através de ações emocionais que são formadas pelo enlace de sujeitos, emoção e experiência.

Especificamente tratando das paisagens relacionadas ao museu interativo do Parque Histórico de Carambeí, consideramos que essas paisagens não somente se tornam formas

A Metodologia Atmosférica Como Possibilidade de Interpretação da Paisagem do Museu Interativo do Parque Histórico de Carambeí, Paraná

para que os atores que realizam a representação revivam as raízes de seus antepassados imigrantes holandeses, mas também são formas de atratividade turística que conduzem visitantes a entrarem em contato com a cultura do outro, em outras palavras, podem presenciar pessoalmente e interagir com a cultura do imigrante holandês, sendo essa uma forma de estimular as emoções oriundas do contato direto dos sentidos proporcionado pela experiência única devida à interação dos visitantes com os atores e com o ambiente.

A interpretação proposta contou com a utilização da metodologia atmosférica descrita por Paiva (2017), que consiste na experiência direta com os fatores de análise, bem como sua descrição crítica, evidenciando os fluxos afetivos e possíveis relações com as atmosferas dos indivíduos, *in situ*. Para tanto, indicamos a experiência da primeira autora enquanto estagiária no Parque Histórico de Carambeí durante os anos de 2015 a 2017 como crucial para interpretar os registros fotográficos de 2019 e compreender o contexto do museu interativo, bem como a congregação de emoções que podem ocorrer neste espaço.

Assim, esta reflexão divide-se em introdução, posteriormente se realiza uma discussão sobre o museu interativo como uma paisagem construída para emoções e por fim, as considerações finais.

Museu Interativo, uma Paisagem Construída para Emoções?

O museu interativo, conforme o Núcleo de Mídia e Conhecimento (2016) é constituído por uma encenação realizada em dias de festividades do Parque Histórico de Carambeí, onde os próprios habitantes do município que são compostos por descendentes de imigrantes holandeses, realizam encenações e procuram representar o cotidiano do ano de 1911 que se refere à chegada dos imigrantes holandeses no município.

Lindón (2012) explica a importância do cotidiano na vivência dos sujeitos que habitam os lugares. Para ela, o cotidiano consiste em um modo de curso da vida, em que o social se manifesta, se faz e se reconfigura. O cotidiano é uma forma particular para obter determinadas formas que variam conforme as práticas espaciais de cada sujeito a cada circunstância. Nesse aspecto, atrelando a afirmação da autora às práticas do museu interativo, podemos perceber que aquele convívio diário entre a comunidade se converteu em algo memorável, que fez com que as práticas e costumes tornassem a comunidade única.

Deste modo, o presente estudo contou com a escolha de dois registros fotográficos realizados pela instituição Parque Histórico de Carambeí no ano de 2019 durante as encenações do museu interativo, realizadas no evento do “Natal no Parque”. As fotografias escolhidas foram aquelas que demonstram emoções entre visitantes e atores.

A realização do estudo teve estes registros fotográficos como base e foi enlaçada à experiência *in situ* da autora principal, constituído a metodologia atmosférica, conforme descrita por Paiva (2017). Segundo o autor, a metodologia atmosférica consiste na experiência direta com os fatores investigados, bem como sua descrição crítica, evidenciando os fluxos afetivos e possíveis relações com as atmosferas dos indivíduos.

A Metodologia Atmosférica Como Possibilidade de Interpretação da Paisagem do Museu Interativo do Parque Histórico de Carambeí, Paraná

Em vista disso, a interpretação também contou com as observações das encenações do museu interativo da primeira autora que teve experiência direta no período de estágio com os eventos do museu interativo nos anos de (2015 a 2017). Estas observações foram cruciais para buscar uma reflexão crítica e possibilitar a apreensão dos fluxos afetivos que constam nas duas fotografias de 2019 tiradas durante as apresentações do museu, com a finalidade de constituir possibilidades de compreensão a partir das atmosferas nos indivíduos, relacionando a paisagem fabricada do Parque Histórico de Carambeí, pensando em contextos emocionais.

Essa paisagem, torna-se propícia para a manifestação de emoções, principalmente porque ocorre uma interatividade entre os participantes da encenação com os visitantes, que ao visitar as casas livremente, possuem uma relação do corpo com o espaço, proporcionando a experiência. Alegria, curiosidade, espanto, são algumas das emoções que podemos presenciar nesse ambiente constituído a partir de um imaginário de imigrantes holandeses, como pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1: As emoções no Museu Interativo do Parque Histórico de Carambeí

Fotografia	Descrição	Atmosferas Afetivas (Emoções)
	Na primeira fotografia, a descendente de imigrante mostra para os visitantes como é realizada um trabalho manual artesanal.	- Curiosidade; - Alegria; - Surpresa; - Espanto.
	Na segunda foto, a descendente de imigrante vestida com traje típico, realiza uma dança com a visitante.	- Alegria; - Surpresa.

Fonte: Imagens: Parque Histórico de Carambeí, 2019
Paiva (2017) organizado pelos autores.

Por isso é que Silva (2016) destaca que a nossa relação para com o espaço não é somente visual ou corpórea, mas também é repleta de emoções que são provenientes de nossas experiências e vivências. Essas experiências podem ser encontradas em nosso cotidiano, ou em lugares distintos em que nossas emoções possam ser despertadas.

Podemos relacionar o pensamento de Silva (2016) com as encenações do museu interativo, visto que as emoções podem ser aguçadas através da experiência proporcionada pela visita turística, sendo que o parque propriamente dito oferece a oportunidade do visitante em vivenciar a cultura do imigrante ao interagir com os atores da representação.

Segundo Lindón (2012), possuímos trajetórias biográficas que fazem parte

da nossa essência ao qual nos debruçamos por interesse. É nas biografias do cotidiano que a memória é formada para posteriormente ser atualizada, como é caso também das visitas realizadas em lugares turísticos. Os corpos, os gestos exteriorizam parte dessa memória do vivido. É nos sujeitos que entrelaçam o cotidiano, a subjetividade, as corporeidades e as emoções, através da experiência que é formada de maneira social, espacial e temporal.

Nogué (2009) reafirma isso, ao mencionar que a experiência somente é possível através da apreensão proporcionada pelos nossos sentidos que passam a ser estimulados em determinadas situações. Para ele, esses estímulos são possibilitados pela audição, paladar, tato, olfato e visão, que se transforma em uma experiência de forma multidimensional devido a presença de aspectos estéticos, intelectuais entre muitos outros.

A partir da afirmação de Nogué (2009), compreendemos que a atmosfera viabilizada ao visitante pelo museu interativo afeta os cinco sentidos, sendo o olfato e o paladar pela possibilidade de experimentação das comidas oferecidas na encenação, a audição, possibilitada pela escuta das canções, bem como os barulhos que os atores realizam durante as encenações; o tato, através do contato com os atores e até mesmo ao tocar os objetos que estão dispostos no acervo do museu e pôr fim a visão, viabilizada pelas representações das arquiteturas das casas, a vegetação, os trajes dos atores, a estética que constitui a paisagem deste local.

Considerações Finais

As emoções são inerentes à existência humana e são constituídas por afetividade, sendo um fruto da relação que estabelecemos com o mundo e determinam nosso comportamento. Desse modo, destacamos o Parque Histórico de Carambeí que possui atratividades no museu interativo, como a encenação teatral, com a perspectiva de manter vivos os costumes, e em paralelo possui o intuito comercial, como um viabilizador de experiências por meio de sua atmosfera, de sua paisagem fabricada. A partir das experiências oferecidas através dos sentidos humanos como o paladar, a visão, a audição, o olfato e o tato é possível adentrar o mundo do outro, isto é, o visitante consegue compreender o contexto em que ocorreu a imigração holandesa, bem como sua cultura e costumes.

Sendo assim, a paisagem elaborada do museu interativo do Parque Histórico de Carambeí é dicotômica. Possibilita recordação das práticas culturais dos antepassados, e também possui cunho turístico por ser uma estratégia para atrair pessoas a contemplarem o local, ao passo que acabam incentivando a manifestação de emoções entre os participantes do teatro, como também entre os próprios visitantes que ficam encantados com reconstituição dos costumes dos imigrantes obtendo uma experiência inovadora e única no atrativo.

Referências

LINDÓN, Alicia. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia um renovado betweenness. **RBSE –Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, p. 698-723, 2012.

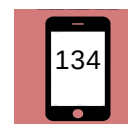
A Metodologia Atmosférica Como Possibilidade de Interpretação da Paisagem
do Museu Interativo do Parque Histórico de Carambeí, Paraná

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra- Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v.52, n.106, p.159-168, 2018.

NOGUÉ, Joan. Emoción, lugar y paisaje. *In*: LUNA, Toni; VALVERDE, Isabel. **Teoría y paisaje II: paisaje y emoción**. El resurgir de las geografías emocionales. Observatorio del Paisaje de Cataluña. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, 2009, p.137-148.

NÚCLEO DE MÍDIA E CONHECIMENTO. **Parque Histórico de Carambeí: catálogo**. Curitiba: Farol dos Reis, 2016.

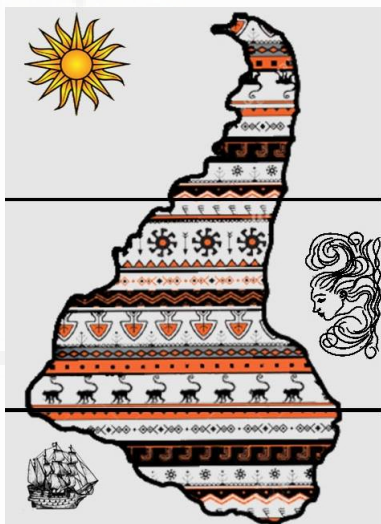
SILVA, Marcia Alves Soares da. Por uma geografia das emoções. **GEOgraphia**, Niterói, v.18, n.38, p.99-119, 2016.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Relação Campo Cidade nos Campos Gerais: Os Grupos Agroecológicos e sua Caracterização

Ianny Gabrieli de Souza Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
iannysses1@gmail.com

Celbo Antonio Fonseca Rosas

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
celboantonio@yahoo.com.br

Wagner da Siva

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
geo.wagner92@yahoo.com.br

Introdução

A relação campo-cidade é a chave para se compreender o desenvolvimento da dinâmica espacial de determinado território. Por conseguinte, este estudo tem como objetivo analisar como se dá essa relação a partir das bases territoriais, da organização de comunidades com produção agroecológica nos últimos 5 anos, nos Campos Gerais do Paraná. A presente encontra-se em caráter de desenvolvimento nos entremeios do grupo de estudos de Geografia Agrária e Território – GEGATE.

Para se alcançar tais objetivos, no que tange a produção agroecológica, está sendo realizado um resgate da discussão conceitual, abandonando a visão dicotômica e excludente, a fim de compreender os espaços rurais e urbanos como relacionais, sob a perspectiva agroecológica. Conjuntamente, serão elaborados roteiros de entrevistas a serem aplicadas aos moradores das comunidades encontradas, visando a compreensão dos elementos formadores e estruturadores do espaço local, além de elaborar um mapeamento

Relação Campo Cidade nos Campos Gerais: Os Grupos Agroecológicos e sua Caracterização

de seus territórios.

Por fim, serão utilizadas fotografias e softwares buscando a verificação da estrutura e o movimento territorial expresso nas paisagens locais. Dado o exposto, o presente trabalho se apresenta como uma forma de contribuição na análise da relação campo-cidade no contexto da agroecologia, sobre o ponto de vista geográfico, fundamentado na dinâmica espacial.

Desenvolvimento

O campo e a cidade na atualidade, em seu contexto relacional, demandam uma análise fundamentada em diversos aspectos. Conforme estudado em Rosas (2014, 2016), essa relação pode ser enfocada a partir de diversos direcionamentos, como econômico, político, ambiental, cultural e social entre outros. O presente estudo almeja promover um enfoque múltiplo, a partir da construção de territórios e fronteiras entre os espaços rural e urbano, consubstanciados como periurbanos.

Visto isso, os territórios seriam os espaços de relação entre as especulações urbanas, assim como rurais. O campo e a cidade passaram por profundas transformações a partir da segunda metade do século XX, transformações estas que resultaram em novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas) nas relações entre esses recortes territoriais, impondo a necessidade de ressignificações aos conteúdos de rural e urbano (WHITACKER, 2010).

O espaço rural não pode ser entendido em oposição ao espaço urbano, mas em sua relação de complementaridade com as cidades, “em que cada um não perde a sua identidade socioeconômica e cultural” (TAVARES, 2003, p. 38).

A expansão territorial urbana de diversos municípios dos Campos Gerais – PR vem ganhando destaque na década de 2010, o que torna a especulação e uso desses territórios um tanto controversos, pois as disputas territoriais se apresentam como base na construção desses espaços, assim como o predomínio de atividades rurais baseadas na lógica do capital.

No contexto dessas relações, surge a necessidade de se conhecer e compreender as ações da agroecologia e os grupos que realizam tais atividades, no que tange a produção em uma vertente local, baseada no consumo consciente e sustentável ambientalmente e socialmente, viabilizando o acesso a produtos sem o uso de agrotóxicos.

O presente estudo objetiva principalmente promover uma compreensão de como se dá a relação campo cidade nos municípios dos Campos Gerais – PR, a partir das bases territoriais, considerando os diversos elementos estruturantes, com o enfoque principal voltado à agroecologia. Sendo assim, faz-se necessário promover um mapeamento e caracterização das comunidades que produzem agroecologia nos Campos Gerais, aliada a uma verificação da forma de comercialização de produção dessas comunidades, e claro, sua relação entre o campo e a cidade.

Para se alcançar tais objetivos, será necessário, antes de tudo, compreender os espaços rurais e urbano como relacionais. A partir dessa compreensão, estão sendo promovidas leituras relacionadas às temáticas em questão, assim como trabalhos já realizados sobre a temática em outras localizações.

Outra necessidade, é do conhecimento da produção agroecológica, da

Relação Campo Cidade nos Campos Gerais: Os Grupos Agroecológicos e sua Caracterização

produção convencional e da produção apenas orgânica, para que se possa realizar tal mapeamento e caracterização.

As informações oficiais secundárias serão essenciais para a quantificação dessa análise, e essas serão obtidas junto ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), associações e cooperativas, além de se utilizar da metodologia de indicação, com sugestões de outras comunidades produtoras pelos membros da comunidade já contabilizada.

Além dos dados secundários, serão elaborados e aplicados, de acordo com cada objetivo, roteiros de entrevistas a serem aplicadas aos membros das comunidades, visando a compreensão dos elementos capazes de explicar os elementos formadores e estruturadores do espaço local.

Para expressar tais condições, serão elaborados cartogramas para territorializar os grupos encontrados, através de elementos simbólicos, a ser elaborado por software livre.

Os simbolismos serão visualizados com a utilização de fotografias a serem tiradas nos espaços, de acordo com cada objetivo, para verificar a estrutura e o movimento territorial expresso nos territórios.

Considerações Finais

Em suma, a presente pesquisa almeja promover a verificação em diversos aspectos (político, econômico, social, cultural), e apresentá-los como forma de contribuição à comunidade acadêmica, resultantes que demonstrem como o campo e a cidade se relacionam, por meio de mapeamento e caracterização dos grupos que produzem agroecologia na região dos Campos Gerais, a fim de proporcionar resultados que possam contribuir na elaboração de demais pesquisas, e trazer à sociedade, elementos que compõe o cotidiano social.

Referências

ROSAS, C. A. R. F. Considerações sobre a questão agrária paranaense, territorialidades e realidades no contexto dos Campos Gerais. **Boletim DATALUTA**, v.1, p.2 - 5, 2016.

TAVARES, L. A. As fronteiras físicas do espaço rural – uma concepção normativo-demográfica. **Revista RA&GA**, Curitiba, nº 7, p. 33-46, 2003.

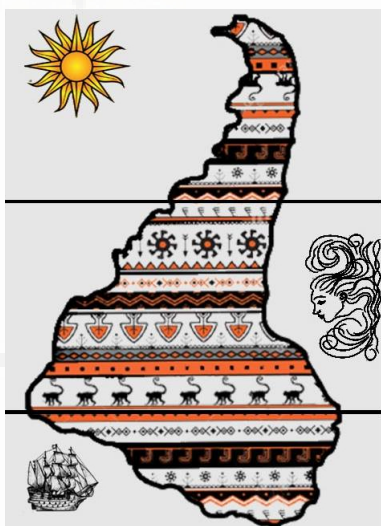
WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

_____. As Interfaces da Relação Rural - Urbano no Brasil: Notas Para Debate. **Terr@ Plural** (UEPG. Online). , v.8, p.165 - 184, 2014.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Conceito de Quilombo na Contemporaneidade: Uma Análise Sobre Identidade e Território

Karleison Coelho da Paixão
Universidade Federal de Goiás - UFG
karleisoncoelho@gmail.com

Estevane de Paula Pontes Mendes
Universidade Federal de Goiás - UFG
estevaneufg@gmail.com

Robson Alves dos Santos
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
robson.alves@msn.com

Introdução

Para entendermos o conceito de quilombo na contemporaneidade é necessário analisarmos a relevância científica e social que esta pesquisa aborda, levando em consideração tamanha relevância com que este tema é tratado hoje em diversas pesquisas científicas, afim de discutir e analisar de que modo o conceito de quilombo se insere no contexto social atual a partir de sua relação com o território e levando em consideração sua identidade, e como este é reproduzido dentro de uma comunidade quilombola, sendo está o espaço geográfico/território onde este conceito se desenvolve. A metodologia se consiste em revisão bibliográfica sobre o objeto estudado, dialogando com autores, Almeida (2011), Lima (2017), Salles (1988) e Schmitt, Turatti e Carvalho (2002). Tendo como objetivo, analisar e compreender os processos formativos deste conceito, seus agentes e elementos a partir dos moradores residentes na Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai – Breu Branco/Pa. Levando em consideração o processo histórico formativo da comunidade.

Desenvolvimento

É evidente que o conceito de quilombo é composto por muitas faces, ou melhor, talvez este termo não se enquadre somente a um conceito, tudo depende dos processos formativos, históricos e atuais que moldam e complementam o mesmo, cabe agora entendermos qual conceito relacionado a quilombo se enquadra a temática e problema desta pesquisa levando em consideração o processo formativo da Comunidade Remanescente Quilombola Vila Nova Jutai, juntamente ao perfil dos moradores da comunidade. De antemão, caba destacar Lima (2017), que classifica o termo quilombo como uma categoria e que este desde o início vem passando por processos formativos e conceituais de acordo com as complexidades, agentes e fenômenos temporais contemporâneos.

É baseada nesta observação que buscaremos dialogar com um conceito (definição) de quilombo que responda as exigências atribuídas a esta pesquisa. Para entendermos melhor, é necessário analisar o quilombo a partir de sua historicidade, junto ao seu processo formativo, pois bem, em busca do entendimento da própria natureza social quanto quilombo levando em consideração os elementos que moldaram e moldam este espaço, é que buscaremos entender o significado de quilombo a partir de sua identidade e território, pois estes elementos são determinantes para esta pesquisa e para o que buscamos encontrar.

Por conseguinte, é possível entender a importância da identidade quanto um elemento fundamental na definição de quilombo hoje, a partir de Almeida (2011), afirma que a identidade é o ponto de partida para entender e conceitualizar o quilombo a partir de seus agentes sociais, se reconhecer quanto representação e parte do quilombo, para assim dar vida ao espaço onde habitam, formando uma identidade coletiva, esta identidade quilombola deve-se basear na definição destes agentes sociais por meio da capacidade político-organizativa que será construída a partir dos interesses do coletivo. Essa ressemantização se altera de acordo com os processos atuais que, hoje podem ser diferentes de amanhã, modificando totalmente ou parcialmente este significado.

Um exemplo desta análise e definição é a Comunidade Remanescente Quilombola Nova Jutai, localizada no município de Breu-Branco no estado do Pará, a comunidade ao longo de sua formação passou por vários processos históricos tendo que ser realocada de sua antiga localização para a atual, isso se deu devido uma cheia histórica do Rio Tocantins na década de 80, afetando diretamente a vida social e identitária da comunidade. Atualmente a comunidade encontra-se a margem direita do Rio Tocantins, e o processo de formação neste novo território se deu de forma miscigenada, outrora não acontecera com tamanha expressão, isto foi possível devido a nova localização da vila ser mais acessível, e antes se localizar em uma ilha.

Essa miscigenação joga por terra o conceito de quilombo apresentado por Salles (1988), agora o quilombo de Nova Jutai é composto por raças, crenças, culturas e costumes diversificados, no entanto, não deixa de ser quilombo, pois o território constituído mantém relações, estas relações criam novas

O Conceito de Quilombo na Contemporaneidade: Uma Análise Sobre Identidade e Território

identidades neste espaço, estas novas identidades, são munidas de historicidades e parentescos, já existentes aqui, e vindo de outros espaços, trata-se de uma fusão. É o que afirma Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), estamos, portanto, diante da incorporações de identidades que, em decorrência de eventos históricos, introduzem novas relações de diferença, as quais passam a ser fundamentais na luta dessas populações negras em detrimento do direito de continuar ocupando e transmitindo as gerações vindouras o território conformado por diversas gerações de seus antepassados.

Portanto, todos esses processos ocorrem de forma exacerbada, estes por sua vez, se relacionam e reproduzem vínculos afetivos dentro de um determinado espaço, este espaço é o território, que por sua vez, acaba sendo o palco desta relação onde a identidade acabará sendo fruto deste relacionamento, alimentada por descendentes de moradores da antiga vila e moradores de outras origens que agora fazem parte desta nova comunidade. Isto porque, Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), afirmam que, se por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiando-se em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída. Por isto, agora este território que a princípio era homogêneo acaba se tornando um espaço heterogêneo, onde diversos agentes através de seus costumes e culturas acabam criando uma nova identidade ou agregando de algum modo na continuidade da antiga, exercida com propriedade no antigo território, ou seja, na antiga vila, e por conta deste processo de formação, construído por moradores da antiga vila juntamente ao moradores da atual, alguns conceitos e definições acerca de quilombo, não cabem mais nesta análise.

Logo o conceito atribuído a quilombo ou mocambo como comunidades formadas majoritariamente por remanescentes de fugitivos da escravidão no Brasil, como afirma Salles (1988), sendo este um “povoado de ex escravos negros foragidos, coletivo de mocambo, que é a habitação propriamente dita,” já não consegue responder suas múltiplas formas, peculiaridades e complexidades de seu processo formativo. Portanto nos debruçaremos sobre o conceito atribuído por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 4), sendo assim, em consonância com o moderno conceito antropológico aqui disposto, a condição de remanescente de quilombo é também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica: "a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico". Portanto, este lugar acaba sendo o território, palco dessa relação que agora é composta por moradores de variadas origens que juntos aos moradores da antiga vila, dão vida ao quilombo de Vila Nova Jutai, influenciando no desenvolvimento identitário e social deste espaço, logo, por todos pertencerem a este território, tendo em vista a ligação com o mesmo, levando em consideração o novo vínculo afetivo e identitário, todos são quilombolas. Pois são esses indivíduos através de seus modos, costumes e culturas, que concebem o território, que por sua vez acaba sendo o espaço dessas práticas identitárias

Considerações Finais

Portanto, aqui remetemo-nos a identidade quilombola, e quanto o território agrega na sua formação ressignificando seus conceitos, tendo em vista a influência de alguns elementos e processos que alimentam essa formação, falo claro da ressemantização e miscigenação ocorrida durante a formação da nova comunidade, levando em consideração a importância de se auto reconhecer remanescente quilombo apesar dos árduos processos históricos de sua formação, e o quanto isto pode ser fundamental para a vida e continuidade de cultura e identidade quilombola. Por fim, devemos ressaltar que os estudos e pesquisas ligados a esta temática, tem buscado rediscutir, reanalisar e recharacterizar o conceito de quilombo e seus complexos elementos, afim de contribuir para as discussões que norteiam e englobam essa questão.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombolas e novas etnias**. UEA Edições, Manaus – AM. 2011.

LIMA, W. C. O samba de cacete na comunidade quilombola de Nova Jutai. VIII Simpósio Nacional de História Cultural. **Anais...** Universidade Federal do Tocantins – UFT Araguaína – TO. 2017.

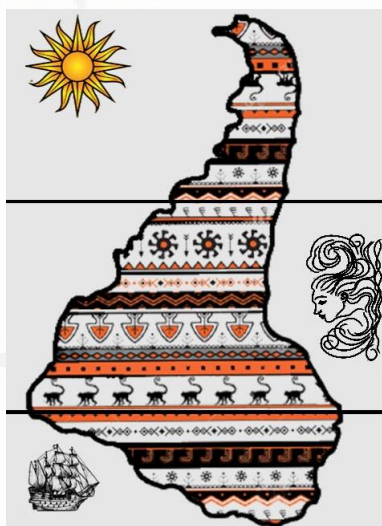
SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambient. soc.**, Campinas ,n. 10,p. 129-136,Junho 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03/03/2021

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. MIC/SECULT, Brasília – DF. 1988.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Geohistoria da Covid -19 no Estado do Paraná e sua Relação Com os Frigoríficos

Christyan Stresser Ciriaco

Universidade Estadual de Maringá - UEM
christyanstresser@gmail.com

Introdução

O Novo Corona vírus tem como característica a rápida difusão espacial da doença, é notável que o vírus tem mais condições de se distribuir espacialmente hoje do que teria um século atrás, isso se deve principalmente ao aparato dos meios de transportes e aos intensos fluxos de pessoas. Esse caráter, associado à maior aceleração e interligação entre os lugares, verificada nas condições espaciais de um mundo globalizado, é interpretado a partir da importância das infraestruturas de mobilidade, como transporte aéreo, os portos internacionais e as malhas rodoviárias, que se tornam fatores fundamentais para a proliferação e propagação do vírus.(GUIMARÃES E SPOSITO, 2020)

A rede de cidades é, mais do que nunca, a rede sobre a qual se estruturam todas as demais (CORREA, 2001), nelas acontece às relações entre as pessoas, seja nos ambientes de trabalho ou de lazer. O nosso foco de estudo partiu justamente do contágio da COVID-19 nos locais de trabalho, mais especificadamente nos frigoríficos e abatedouros de aves localizados no Estado do Paraná.

O trabalho tem como objetivo demonstrar que houve uma relação do aumento de casos de COVID-19 por 1000 habitantes nos municípios que apresentam frigoríficos. Nota-se também que não somente o município sede dos abatedouros foi afetado, mas também os municípios menores que tiveram um drástico aumento do número de casos. Trata-se de uma proposta de análise espacial, que se expressa pela localização dos vínculos e unidades produtivas do setor frigorífico e a difusão da COVID-19 no âmbito local e regional no período de junho de 2020.

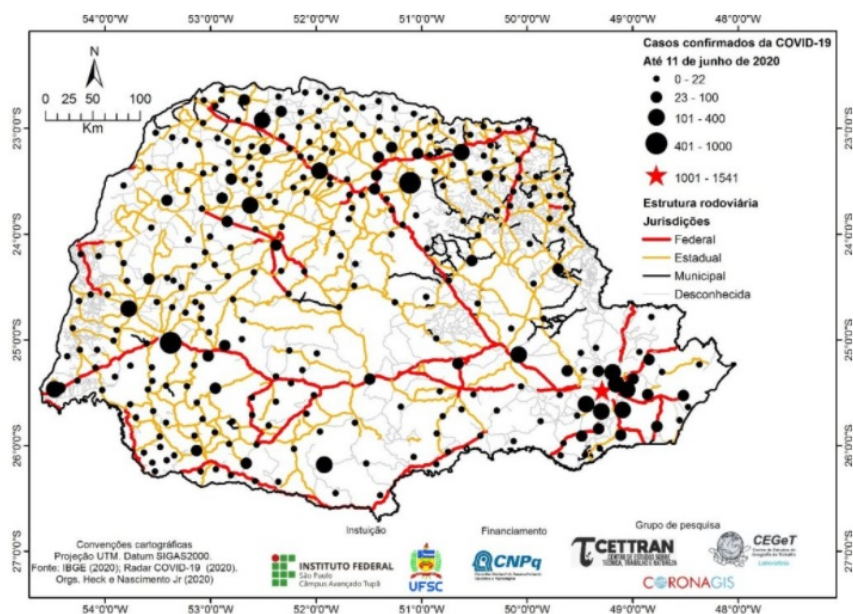
Os Frigoríficos Como Centro De Disseminação

Quando analisamos os números absolutos dos casos de COVID-19 no Estado do Paraná no período de junho de 2020, observamos que a lista das cidades que possuem os maiores números de pessoas contaminadas não seguem a mesma ordem dos números de habitantes que as mesmas possuem. Isso nos leva a pensar que há algum fator nestes municípios com maiores números de casos por habitante que fez com que a disseminação do vírus fosse maior.

Os dez municípios com o maior número de casos da COVID-19 em 11 de junho de 2020 foram: Curitiba (1541), Cascavel (930), Londrina (752), Maringá (319), Toledo (190), Cornélio Procópio (185), Cianorte (179), São José dos Pinhais (175), Pinhais (146) e Foz do Iguaçu (136). Sendo que a ordem desses municípios por população absoluta (IBGE 2020) é: Curitiba (1 948 626 hab.) Londrina (575 377 hab.) Maringá (430 157 hab.) Cascavel (332 333 hab.) São Jose dos pinhais (329 058 hab.) Foz do Iguaçu (258 248) Toledo (142 645 hab.) Pinhais (133 490 hab.) Cianorte (83 816 hab.) e Cornélio (Procópio (47 842hab.), sendo que entre esses municípios há ouros com populações maiores que não entraram no ranking de casos como por exemplo Ponta Grossa com 355 336 habitantes.

O mapa representado na figura a seguir nos mostra os números de confirmados da doença. Isso nos permite analisar que há algumas regiões, principalmente a Oeste e Norte em que há maiores incidências de casos, e que não necessariamente são as regiões de maior população absoluta como já detalhado anteriormente.

Figura 1:

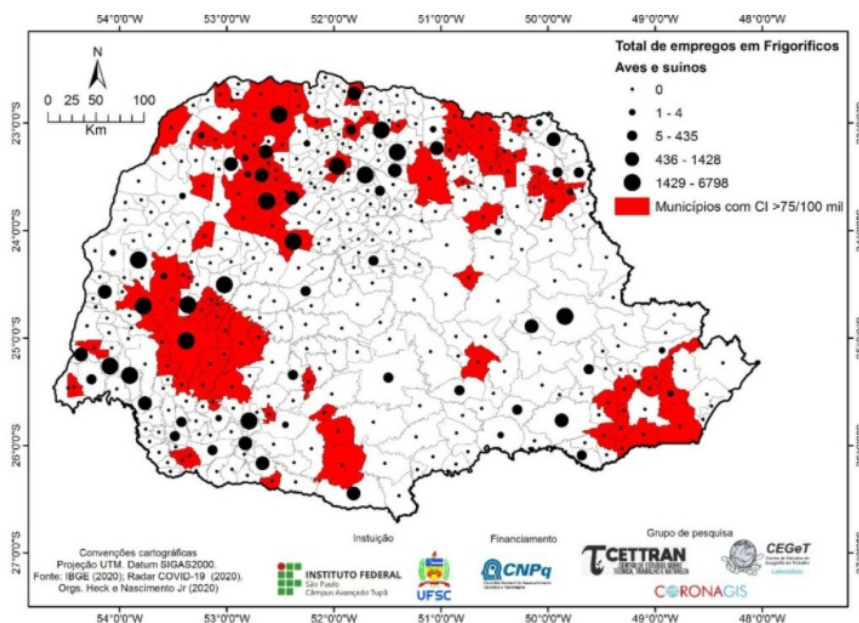


Fonte: Heck, 2020.

A partir desses dados de casos confirmados, consideramos que a disseminação espacial da Covid-19 no Paraná, pôde ser vinculada, além do caráter urbano-regional, a dispersão da doença relacionada aos setores produtivos (HECK, 2020). Dentre os setores de produção mais presentes e em comum com as cidades apresentadas com maiores casos de Covid-19 por número de habitantes temos destaque para os frigoríficos e abatedouro de aves.

A Geohistória da Covid-19 no Estado do Paraná e sua Relação Com os Frigoríficos

Figura 2:



Fonte: Heck, 2020.

Os casos da Covid-19 são mais significativos na região Metropolitana de Curitiba, que pode ser explicado pela alta concentração e fluxo de pessoas, uma vez que na região esta localizada a Capital do Estado. Também há uma significativa incidência de casos nos municípios da região Norte e Oeste, em que as cidades em destaque que apresentam maiores índices de contaminação – CI (medida para avaliar quantidade de casos a 100 mil habitantes por município, obtida pela razão entre os casos confirmados e a população residente) são também, em sua maioria as que apresentam grandes números de trabalhadores em frigoríficos de aves e suínos.

O processo produtivo de frigoríficos aglomera um número muito significativo de trabalhadores e trabalhadoras na Região Sul. São, no total, 168.119 empregos vinculados a 340 empreendimentos somente no abate de aves e suínos (RAIS, 2018). Segundo a Cest (Centro Estadual de Saúde do Trabalhador), o Paraná possui 103.415 trabalhadores em indústrias de proteína animal distribuídos em 106 frigoríficos com mais de 50 funcionários.

Esta semelhança dos casos de COVID-19 e a concentração de trabalhadores em frigoríficos podem ser explicadas por algumas características desse setor produtivo, como o entendimento do governo federal de que os frigoríficos fazem parte do setor essencial de serviços; a própria linha de produção existente no interior dos frigoríficos com a aglomeração de trabalhadores próximos um do outros; e também podemos destacar o movimento de migração pendular muito comum. Como já analisado anteriormente pelos mapas, não são somente as cidades que apresentam os frigoríficos que contêm os maiores índices de incidência, mas também os municípios menores que ficam ao entorno, as conhecidas cidades dormitórios.

Considerações Finais

Com este estudo permitiu-se indicar a importância da reflexão dos territórios da degradação do trabalho, pôde-se verificar a importância de indicar áreas críticas e/ou potencialmente críticas considerando a similaridade e a difusão espacial da doença no âmbito local e regional, uma vez que os municípios com frigoríficos podem ser vistos como centros de propagação da doença, devido o papel de conexão com os municípios vizinhos. O objetivo do trabalho foi de estabelecer uma relação geohistorica dos dados de casos de Covid-19 no período de Junho de 2020 com a localização dos frigoríficos e abatedouros de aves no Estado do Paraná. É indispensável um acompanhamento dos casos já existentes em parceria com a secretaria municipal, e um plano de contingencia no modelo de produção, sem que ocorram prejuízos aos funcionários, para que não ocorra uma maior propagação do vírus.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IX, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, vol. 1, 2001.

GUIMARÃES, R. B. SPOSITO, M. E. B. Por que a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia. **Unesp Notícias**, São Paulo, 26 mai. de 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/porta1#!/noticia/35626/por-que-a-circulacao-de-pessoas-tem-peso-na-difusao-da-pandemia>.

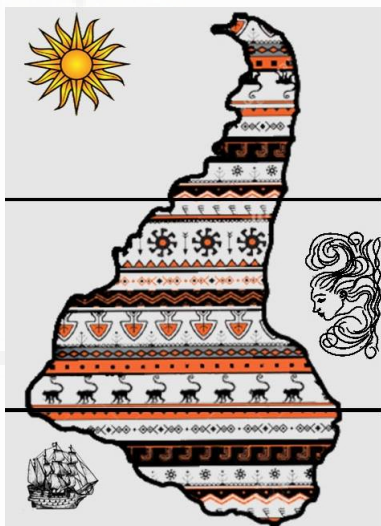
HECK, F. M; NASCIMENTO JR, L; RUIZ, R. C; MENEGON, F. A. Os territórios da degradação do trabalho na Região Sul e o arranjo organizado a partir da COVID-19: a centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da doença. **Revista Metodologias e Aprendizado**. v. 3, p. 54-68, 2020.

HECK, F. M; O novo coronavírus no Paraná e os frigoríficos como centros de propagação. **Observatório do Trabalho István Mészáros**, julho de 2020..

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para o Mapeamento do Mercado de Produtos Orgânicos em Chapecó/SC¹

Cleder Fontana

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
clerderfontana@yahoo.com.br

Janilson Loterio

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
janilson.loterio@ifsc.edu.br

Fábiner Fugali

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
fabiner.fugali@ifsc.edu.br

Marcos Virgílio

Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC
marcos.virgilio@ifsc.edu.br

Introdução

A alimentação sempre foi uma preocupação para todas as sociedades. Atualmente, em termos mundiais, muitas pesquisas apontam que a obesidade tem crescido rapidamente. O que contrasta com a persistência da fome.

No Brasil, a ampliação do número de agrotóxicos liberados tem sido motivo de discussão no Congresso e na mídia, mas também entre as pessoas de um modo geral. Como se pode ver em Carneiro (2015), esse problema não é apenas de agora e, suas consequências, conforme Bombardi (2016), se revelam nas mais diversas dinâmicas da vida.

No meio urbano é sensível o crescimento de estabelecimentos voltados para uma alimentação mais saudável, do tipo *fitness*. Porém, de um modo geral, essa alimentação é

Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para o Mapeamento do Mercado de Produtos Orgânicos em Chapecó/SC

cara e nem sempre é a mais indicada do ponto de vista nutricional, pois é industrializada (esse tipo de alimentação exige um acompanhamento nutricional orientado, o que grande parte da população não consegue fazer).

Ao contrário disso tudo, o 'Guia alimentar para a população brasileira' (Brasil, 2014), indica uma alimentação à base de produtos naturais. Por sua vez, a alimentação a base de produtos naturais e, sobretudo, se orgânicos, não está ao alcance de toda a população. São vários os motivos que contribuem para isso: a limitação da oferta; os preços altos; o desconhecimento da população do mercado alternativo, que são as feiras de produtos orgânicos e as vendas diretas. As feiras e as vendas diretas estão associadas à dinâmicas de produção e de comercialização composta por pequenos produtores/comerciantes que, em muitos casos são descapitalizados para fazer divulgação e, portanto, não se tornam conhecidos pela população de um modo geral.

No Brasil, sobre o consumo de produtos orgânicos, recente pesquisa realizada pelo Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis, 2019), demonstra o crescente consumo desse tipo de produtos e, entre os motivos para não consumir, em segundo lugar, os entrevistados apontando a “dificuldade de encontrar os produtos” (21% dos entrevistados. Em primeiro lugar, com 43%, os entrevistados apontam os preços altos como motivo para não consumir produtos orgânicos).

Segundo reportagem publicada pela EPAGRI (2019), Santa Catarina é o 4º maior produtor de orgânicos do Brasil. Além disso, no estado, a produção tem aumentado rapidamente: “o número de produtores catarinenses que se dedicam ao cultivo de orgânicos aumentou 12,9% entre 2017 e 2018”.

Seja potencial ou já existente, no município de Chapecó, nosso campo de estudo, existe uma grande quantidade de iniciativas de produção e de comércios de produtos orgânicos. De toda forma, os atores envolvidos nesse processo encontram-se dispersos e desarticulados e, de um modo geral, a população não tem conhecimento dessa dinâmica de produção e de comércio. Como já dizia Santos (1991, p. 73), é necessário estabelecer a “organização da circulação” dos alimentos no meio urbano.

O poder legislativo municipal de Chapecó/SC já se demonstrou preocupado com isso, como se pode ver na Audiência Pública, solicitada pelo vereador Claudiomiro da Silva (PT), intitulada de “Produção, comercialização e consumo de produtos orgânicos no município de Chapecó”, realizada no dia 02/09/2019, na Câmara Municipal de Vereadores. Nas falas dos agricultores, dos atores envolvidos com cooperativas de comercialização, bem como de vereadores e de secretários municipais, ficou clara a necessidade de ações que coloquem em contato as demandas de venda (os agricultores) com o desejo da compra (a população urbana que busca uma alimentação saudável a preços justos).

No Brasil, de forma acelerada, propagam-se feiras de produtos orgânicos, agroecológicos, de economia solidária, bem como as vendas com entregas

1 O presente trabalho é resultado de projeto de pesquisa, de título homônimo, que foi financiado pelo Instituto Federal de Santa Catarina, através do Edital 23/2019 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação em conjunto com o Departamento de Assuntos Estudantis.

Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para o Mapeamento do Mercado de Produtos Orgânicos em Chapecó/SC

diretas no próprio domicílio ou em grupos, em forma de CSA (*Commynity Suported Agriculture*) etc. Na esteira da busca por uma alimentação saudável, do consumo consciente e do comércio justo, proliferam-se formas de comercialização alternativa, são os chamados circuitos curtos (chama-se de circuitos curtos as forma de comércio local, com um mínimo de atravessadores, o que diminui os custos e as perdas e, portanto, permite as vendas a preços justos), como as feiras de orgânicos e as entregas de cestas de orgânicos nos próprios domicílios. Além das vendas diretas por meio online, com entrega em domicílio.

Assim, conhecer a dinâmica espacial desse tipo de mercado, além de ser um importante objeto de estudo, é uma forma de intervir na realidade, mapeando e divulgando para a sociedade essa dinâmica econômica e alimentar, estimulando a economia local e buscando segurança e soberania alimentar.

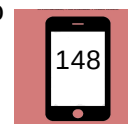
Frente a isso, o presente trabalho tem por objetivo mapear o mercado de produtos orgânicos na cidade de Chapecó/SC, identificando os pontos de produção e de comércio, a sua frequência de ocorrência e que tipos de produtos são produzidos e comercializados. Além disso, visa produzir e disponibilizar, de modo online, uma ferramenta informacional para divulgação do mapeamento, conectando produtores e consumidores.

Desenvolvimento

O desenvolvimento do sistema SIG foi iniciado com a pesquisa de plataformas gratuitas de programação *web* e mapas, que permitissem a criação de um site *web* e inclusão de coordenadas geoespaciais com ícones personalizados. Para a sistematização técnica do projeto computacional, utilizou-se fundamentos e *frameworks* de programação *web* da área de informática. Assim, os temas como *HTML*, *CSS*, *JavaScript*, *Wordpress* e *Bootstrap* foram amplamente estudados para possibilitar a criação de um design responsivo e adaptativo para qualquer resolução e tamanho de tela, dessa forma o sistema se adequa ao acesso tanto através de celular como de computador pessoal. Também foi adquirido para o projeto um domínio público para permitir que o site esteja na internet e disponível para o acesso dos produtores e usuários interessados nos produtos orgânicos a serem comercializados. Este site *web* está disponível publicamente no link: oesteorganicos.com.br.

Outro módulo, não menos importante do desenvolvimento do projeto, foi produzir um estudo para operar com mapeamento da localização das áreas rurais e feiras de comércio realizadas pelos produtores dos produtos orgânicos. A personalização dos ícones é um requisito para o sistema, porque a proposta do projeto é apresentar tanto os pontos de produção de orgânicos, como feiras agroecológicas e mercados de orgânicos, onde cada um deve ter seu ícone distinto, facilitando a identificação no mapa.

Após a equipe estudar, analisar e desenvolver protótipos funcionais do sistema nas plataformas *Google Maps* e *OpenStreetMap*, o *OpenStreetMap* foi escolhido pela equipe, por ser um sistema colaborativo, gratuito e aberto de edição do mapa entre usuários e ter configurações que permitem a desativação da apresentação de informações concorrentes as que o projeto tem como



Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para o Mapeamento do Mercado de Produtos Orgânicos em Chapecó/SC

objetivo de apresentar.

Também decidiu-se operar em conjunto com a biblioteca *leafletjs* (leafletjs.com), tornando a criação do mapeamento mais dinâmica e livre das interfaces de programação para criação personalizada de mapas que as plataformas como *Google Maps* e *OpenStreetMap* disponibilizam. *Leafletjs* é uma biblioteca *JavaScript* de código aberto para mapas interativos compatíveis com dispositivos móveis e computadores pessoais. Projetada com simplicidade, desempenho e usabilidade, pode-se criar ícones personalizados do próprio projeto e definir diversos componentes simplificada e para tornar o sistema mais amigável possível.

Com a plataforma GIS definida, a equipe iniciou a parametrização de um mapa para o projeto, o desenvolvimento dos ícones e o levantamento das coordenadas e informações dos produtores de orgânicos, feiras agroecológicas e mercados de orgânicos da cidade, dentro das limitações impostas pelas regras de isolamento social, devido a pandemia de COVID-19. Neste contexto de cenário de isolamento social, a coleta de informações em campo, principalmente dos produtores de orgânicos, ficou comprometida, reduzindo o número de informações registradas no sistema GIS desenvolvido. O mapa está disponível e público no seguinte link: <http://oesteorganicos.com.br/Mapa-Organicos/Mapa-Chape.html>.

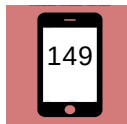
Considerações Finais

Se por um lado a pandemia impôs dificuldades para desenvolver o projeto e identificar os pontos de produção e de comércio, por outro ressalta a importância do mesmo. Isso porque, frente a esse contexto, uma das importantes formas de comercialização dos produtos orgânicos são as entregas de cestas à domicílio. Forma de comercialização crescente nesse contexto de restrição social. Além disso, pelo fato de que tanto tem se falado da importância do fortalecimento do nosso sistema imunológico, que tem nos alimentos in natura e, preferencialmente, na sua forma orgânica, um importante aliado.

A busca por uma alimentação saudável, a preços justos está longe de ser uma realidade possível para a grande maioria da população. Porém, isso se deve mais a uma questão de mercado do que de possibilidade de ser efetivada. Frente a isso, as instituições de pesquisa e o poder público têm um papel decisivo. Respectivamente, de trazer à luz e de oportunizar/incentivar o comércio local, das vendas diretas, que são de interesse tanto dos pequenos agricultores, que precisam comercializar o que produzem e, da população que, crescentemente urbana, deseja consumir produtos alimentícios de qualidade, a preços justos.

Referências

BOMBARDI, Larissa Mies. **Pequeno ensaio cartográfico sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária – USP, 2016.



Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para o Mapeamento
do Mercado de Produtos Orgânicos em Chapecó/SC

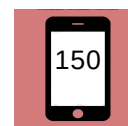
BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

EPAGRI. **SC é o 4º maior produtor de orgânicos**. 2019. Disp. em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2019/10/29/sc-e-o-4o-maior-produtor-de-organicos/>>. Acessado em 30 de out. de 2019.

ORGANIS – Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável. **Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019**. Curitiba: Organiss, 2019. Disp. em: <<http://organiss.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/PESQUISA-ORGANIS-2019-B3.pdf>>. Acessado em 20 de out. de 2019.

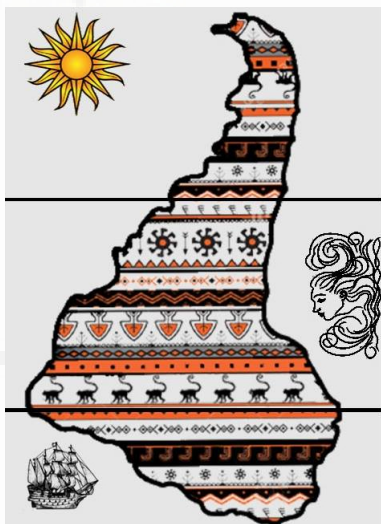
SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1991..



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



EaD e TICs: O Multi Território do Ciberespaço e a Formação Inicial de Professores

Priscila Meier De Andrade Tribeck

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
pmtribeck@utfpr.edu

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
julianathaisa@hotmail.com

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
llagc2@yahoo.com.br

Introdução

A formação de professores no Brasil historicamente é permeada de desafios. Dentre as reflexões sobre a práxis e a busca por um ensino de qualidade e que garanta a formação sob uma perspectiva emancipadora, as questões metodológicas são um dos componentes do processo.

As inovações tecnológicas são elementos da contemporaneidade que se apresentam como um caminho para construção de fazeres pedagógicos. Refletir sob este aspecto, na formação de licenciadas e licenciados é parte da construção dos saberes da atualidade. É preciso criar intervenções, aliadas a ferramentas tecnológicas capazes de favorecer apropriações de saberes de forma que permitam a reflexão das questões voltadas para a sociedade e para a cultura.

A essas inovações no campo educacional atribui-se o nome de TICs (Tecnologias da informação e comunicação). Elas se apresentam como uma alternativa eficiente de

disseminação do conhecimento numa esfera “atemporal”, no sentido de que o tempo e o espaço do ensino não sejam necessariamente os mesmos exercidos pelos alunos e pelos professores.

Cavalcanti (1998), ressalta que o conceito de espaço exerce importante função na discussão e implantação de cursos oferecidos a distância, com o uso das TICs.

Haesbaert (2007) usa o termo desterritorialização para explicar a supressão de espaço e tempo. Adequando sua teoria para a EaD, criamos um multi território, em que o físico e o digital se entrelaçam com objetivos específicos de formação, ensino e aprendizagem. Surge então, o termo “espaço-rede”, em que a conectividade permite uma interação entre seus interlocutores que acontecerá a distância. Esta distância, tanto espacial como temporal, estabelece uma complexidade de ações. Ela permite que se amplie e ressignifique a relação espaço-tempo no ensino.

Neste contexto surge um novo espaço. O *ciberespaço*, não mais materializado pela informação como era produzida anteriormente pela sociedade (usando madeira, pedra, papel), mas numa gama de informações (bits e bytes) que se dissipam por ondas magnéticas.

Castells (1999, p. 505) reforça que “a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social”. Desta forma, o *ciberespaço* se organiza com um fluxo muito grande de informações. Sua materialização é por meio de códigos digitais universais. Tudo isso só se torna possível com o avanço das tecnologias de informação e comunicação.

Os ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) são um conjunto de elementos técnicos e humanos criados no *ciberespaço* com um contexto e intenção de aprendizagem.

A construção dos saberes se dá pela interação e pelo trabalho colaborativo. Surge um novo paradigma em termos educacionais. Embora haja uma tentativa de transpor para este ambiente os espaços físicos presenciais - como salas virtuais, seminários, mural de avisos - a estrutura é bastante distante de uma escola tradicional.

Dadas estas especificidades, a formação do professor para a EaD deve respeitar as necessidades, advindas desta outra modalidade de educação. A discussão sobre a práxis no *ciberespaço* é papel da formação inicial dos docentes de todas as áreas, principalmente no que tange seus significados e intencionalidades, sem deixar de considerar os aspectos práticos e operacionais desta nova (ou nem tanto) perspectiva de ensino.

Das TICs na Educação Brasileira e a Mediação Pedagógica

O uso das TICs na educação no Brasil iniciou-se na década de 60 com a vinda das grandes empresas multinacionais. Num contexto sócio-político determinante que promovia um uso mecânico exauridos de qualquer reflexão crítica, a educação pelos meios digitais se dá da mesma forma. Recebida com resistência pelo campo educacional, as TICs em muitos casos não são apresentadas, refletidas e apropriadas pelos docentes em formação. As TICs

EaD e TICs: O Multi Território do Ciberespaço e a Formação Inicial de Professores

foram por longos anos apresentadas para os futuros professores ou mesmo para professores em formação continuada como um mero instrumento de transmissão de conhecimentos.

As TICs enquanto ferramenta de ensino deve ser considerada com uma postura mais exploratória, em que seja capaz de promover e interação entre áreas e conteúdos de uma forma que rompa com o engessamento curricular disciplinarizador que compartimenta saberes ao invés de os integrar.

Milton Santos (2004) é otimista ao pensar as técnicas contemporâneas (e cabe-se aqui as TICs) em que será possível um renascimento da técnica. É preciso garantir que professores e alunos sejam levados a refletir o uso das tecnologias convencionais e usá-las com a finalidade educacional e de aprendizagem.

Uma atitude ativa e reflexiva na construção dos conteúdos para serem ensinados por meio de plataformas digitais, é um passo assertivo e necessário para articular os saberes da técnica, da cultura e da reflexão das questões sociais e políticas.

Os AVAs não podem ser analisados apenas como um banco de dados. Mas como realmente um ambiente capaz de propiciar interação, instrução e cooperação. A interação precisa acontecer como uma mediação pedagógica. A instrução se dá, nestes ambientes, centrados nos conteúdos das áreas. A cooperação só acontecerá se os dois primeiros elementos estiverem conectados entre si e constituindo sujeitos capazes de criar uma rede colaborativa de aprendizado.

O *ciberespaço* apresenta muitas potencialidades, mas também desafios acerca de sua implantação. Os maiores desafios são a democratização do acesso à informação, a formação de profissionais que dominem o conhecimento empírico e o uso do *ciberespaço* e suas ferramentas e, principalmente a falta de políticas públicas efetivas para formação de profissionais para atuar nesta área.

As tecnologias digitais que já vinham sendo utilizadas nas escolas, ganham destaque no cotidiano dos professores no ensino remoto com a pandemia, a suspensão das aulas presenciais fez com que os professores se adaptassem a essa nova realidade. Para o referido estudo analisamos os dados obtidos no Relatório Técnico: Trabalho Docente em Tempos de Pandemia, UFMG (2020).

O referido relatório tem como público alvo os professores da Educação Básica nas redes estaduais e municipais, a amostra da pesquisa foi constituída por 15.654 professores que responderam o questionário on-line, sendo que 65% está na faixa etária de 30 a 49 anos e 78% desta faixa é composta por mulheres. Com abrangência em todos os estados brasileiros. (UFMG, 2020).

Com o ensino remoto e o isolamento social foram impostas novas dinâmicas de trabalho, utilizando se de meios tecnológicos o que se apresentou um grande desafio a maioria dos professores, apenas 28,9% dos respondentes afirmaram facilidade para o uso. “A proporção de professores(as) das Redes Municipais de Ensino (53,6%) que NÃO recebeu nenhum tipo de formação para uso de tecnologias digitais é mais que o dobro que a dos(as) professores(as) das Redes Estaduais de Ensino (24,6%).” (UFMG, 2020, p. 9) E que essa formação está ligada às atividades oferecidas pelas Secretarias de Educação.

EaD e TICs: O Multi Território do Ciberespaço e a Formação Inicial de Professores

O relatório apontou que mesmo com acesso a recursos tecnológicos, 53% dos professores não possuem preparo para ministrar aulas não presenciais. Na realidade da Educação Básica 3 a cada 10 professores possuem recursos tecnológicos e preparo necessário à realização das atividades remotas. (UFMG, 2020).

Um fator importante a ser considerado em relação aos recursos tecnológicos é o equipamento utilizado para a prática da docência, sendo o celular o meio mais utilizado (91,1%) seguido por notebooks (76%), e o meio de acesso a rede mais utilizado é a banda larga 65%, seguida da modalidade Plano de dados do celular 24%, 10,4% utilizam rádio ou discada. (UFMG, 2020).

Assim, o desafio da formação de professores para o uso das TICs e dos AVAs é ensiná-los a criar e intervir nos processos e na produção e socialização de conteúdos em interfaces livres e gratuitas, gerando assim uma verdadeira sociedade da informação e do conhecimento.

Em igual medida, a formação para a mediação pedagógica no *ciberespaço*, gerenciando as interações e tendo domínio da estrutura do ambiente virtual se faz necessário. E torna-se cada vez mais uma emergência para o ensino remoto.

É fundamental que os profissionais saiam para o mercado de trabalho com um domínio dos elementos da EaD e dos AVAs, pois é a mediação assertiva com um plano bem definido que as interações vão acontecer expandindo o *ciberespaço* e transpondo as barreiras virtuais, a fim de que o conhecimento e a interação que começam no ambiente virtual se torne significativo no ambiente real.

Considerações Finais

A EAD e as novas tecnologias estão nas pautas de discussões como uma possibilidade facilitadora de aprendizagem e de ligação entre a educação e as áreas antes não atendidas, a educação a distância ganha cada vez mais força principalmente na educação superior. Porém, ressalta-se os desafios na implantação de sistemas de ensino utilizando tecnologias novas e a identificação de profissionais capacitados. A educação a distância torna-se relevante no processo de socialização da educação e do desenvolvimento de novas tecnologias e ambientes de aprendizado..

Referências

CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus; 1998

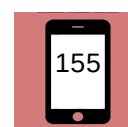
HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EaD e TICs: O Multi Território do Ciberespaço e a Formação Inicial
de Professores

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp; 2004.

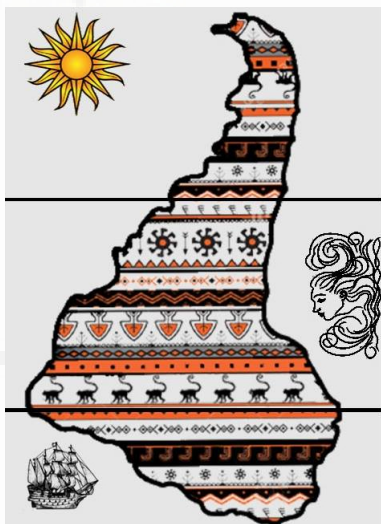
UFMG. **Relatório Técnico: Trabalho Docente em tempos de Pandemia**. 2020. Disponível em:
https://anped.org.br/sites/default/files/images/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v02.pdf.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Impactos do Ensino Remoto Emergencial no Trabalho Docente: Concepções de Professores de Geografia

Francisco Alves da Costa Neto
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
- UERN
franciscoalves258@gmail.com

Raiany Priscila Paiva Medeiros Nonato
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN
raianypriscila18p@gmail.com

Introdução

A pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) tem alterado profundamente a dinâmica socioespacial mundial e consequentemente, impactado nas relações de produção, no sistema econômico e financeiro mundial, na circulação de pessoas, produtos e informações.

Sendo o vírus manifestado inicialmente na China, no final do ano de 2019, este foi responsável por se espacializar pelo mundo e forçar a adoção de mecanismos de proteção e distanciamento social, adotados ao longo do ano de 2020 e agora em 2021, em várias localidades do planeta.

Diante desse cenário, a educação brasileira se viu forçada a repensar seu modelo de ensino, adotando para isso, o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Iniciado em diferentes espaços e tempos no território nacional, fruto de uma falta de direcionamento do órgão gestor principal, o Ministério da Educação.

Com a adoção do ERE como modelo de ensino para o ano de 2020, emergem vários debates sobre sua semelhança com o modelo de Educação à Distância (EaD). Por isso, se torna importante, traçar a diferença entre os dois modelos apresentados, visto que, há em

Impactos do Ensino Remoto Emergencial no Trabalho Docente: Concepções de Professores de Geografia

alguns discursos, a tentativa de assemelhar o ERE à EaD. Para tanto, Valente *et al.* (2020, p. 4), entendem o ERE como:

Uma adaptação curricular temporária como alternativa para que ocorram as atividades acadêmicas relacionadas às diversas disciplinas [...] devido às circunstâncias de crise; a mesma envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas, que de outra forma seriam ministradas presencialmente.

No que tange à conceituação sobre a EaD, Daros (2020, s.p.) destaca que esse modelo de educação “foi desenhado para prestar atendimento, aplicar atividades, aulas e outras demandas em um ambiente de aprendizado, com apoio de tutores e recursos tecnológicos que favorecem o ensino”. Sendo assim, compreende-se que enquanto a EaD é um modelo previamente pensado para ser a distância com o auxílio de tutores, o ERE se caracteriza como um mecanismo de adoção temporária de transposição do ensino presencial para o acompanhamento remoto.

Essa recente realidade educacional nos lembra Lévy (1993, p.7), quando o autor diz que “novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática”. Em conformidade com esse pensamento, Lévy (1999), fala do ciberespaço enquanto um conjunto de instrumentos relevantes para a formação de uma inteligência coletiva. O ciberespaço é então, um ambiente criado de forma virtual por intermédio dos meios de comunicação, entre os quais destaca-se a internet e a área de telecomunicação. Meios esses que têm sido essenciais ao ERE.

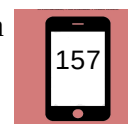
Compreende-se que a pandemia trouxe inúmeras modificações para o cotidiano dos professores e dos alunos, principalmente, no que se refere às práticas pedagógicas, a partir da utilização dos recursos remotos e das aulas virtuais. E sob esta perspectiva, busca-se nesse trabalho investigar a concepção de professores de Geografia a respeito de como a pandemia tem impactado no trabalho docente.

Desenvolvimento

Desde o primeiro trimestre de 2020, o mundo está enfrentando a propagação do novo coronavírus de forma cada vez mais acelerada, o que resultou na suspensão de inúmeras atividades, inclusive as escolares presenciais. No Brasil, o funcionamento presencial dos sistemas de ensino (público e privado) está suspenso desde de março e tem trazido uma dinâmica bastante diferenciada para a educação do país.

Diante da impossibilidade de contato físico entre alunos e professores no espaço presencial da sala de aula, surge a oportunidade do uso das tecnologias para continuação das atividades escolares, cyberterritorializando agora através das plataformas digitais, relações anteriormente territorializadas no chão da escola. “Assistimos, em construção, o elevado e instantâneo uso e aplicação do ensino remoto como forma de integração virtual entre a comunidade escolar, por meio do ciberespaço” (CARVALHO FILHO e GENGNAGEL, 2020, p. 89).

Sob esta óptica, essa investigação se debruça sobre os impactos da pandemia no trabalho docente, na concepção de professores de Geografia. Para



Impactos do Ensino Remoto Emergencial no Trabalho Docente: Concepções de Professores de Geografia

a construção dos dados, faz-se uso de uma pesquisa com abordagem qualitativa, combinando com pesquisa bibliográfica e questionário.

Entendendo a necessidade de reflexões acerca das concepções dos profissionais docentes sobre o ensino remoto no contexto da Geografia, utiliza-se um questionário estruturado com questões fechadas e abertas, compartilhado através de um Formulário Online *Google Docs*. As questões fechadas compreendem a primeira etapa do questionário e buscou caracterizar o perfil dos colaboradores. A segunda etapa, buscou apreender a concepção dos professores de Geografia sobre os impactos do ERE em suas práticas docentes.

A pesquisa contou com a colaboração de dois (2) professores da Educação Básica, os quais são identificados respectivamente como P1 e P2. Os dados construídos são analisados sob um olhar analítico-interpretativo.

Quanto ao perfil dos professores, estes são Licenciados em Geografia e atuam na Educação Básica, possuem faixa etária entre 20 e 30 anos de idade. P1 atua no Ensino Fundamental II da rede pública, há 2 anos e meio. P2 atua nos níveis de Ensino Fundamental II e Ensino Médio da rede privada, há quatro (4) anos.

Trabalhamos com três questionamentos, onde o primeiro procurou compreender como tem sido a experiência dos professores durante o ensino remoto emergencial. Para P1 (dados da pesquisa, 2020), “Tem sido bem desafiador, não estávamos preparados, tanto como corpo docente, como instituição escolar. É um ano atípico pelo qual estamos aprendendo a ser professor à distância e ainda assim, permanecer perto e acessível aos nossos alunos”. P2 (2020), considera “extremamente desafiador, levando em consideração o fato de jamais ter lidado com aulas completamente remotas”.

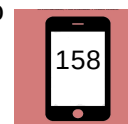
As falas de P1 e P2 reafirmam aquilo que já prevíamos, a realidade desafiadora do ERE. Uma vez que, continua sendo uma realidade nova e nada convencional, onde professores e alunos precisam dar continuidade às atividades escolares, em um formato totalmente diferente do que estavam habituados. O que em nossa concepção, torna o trabalho do professor ainda mais intenso, tendo que se fazer presente e acessível aos alunos através das telecomunicações, em diferentes momentos do dia.

Com o segundo questionamento, buscamos identificar quais os principais desafios em volta do ensino remoto emergencial no âmbito da disciplina de Geografia. Deste modo, P1 e P2 (dados da pesquisa, 2020) ressaltaram:

O principal desafio é chegar nas casas dos alunos. Com esse ensino remoto ficou mais perceptível as desigualdades sociais dos nossos alunos. Tenho uma sala completa em que o único meio de comunicação é a apostila, limitando demais esse diálogo, como também a explanação dos conteúdos. Onde muitos têm apenas o Livro Didático como base de pesquisa (P1, DADOS DA PESQUISA, 2020).

Os desafios são inúmeros, desde as diferentes metodologias que tiveram de ser remodeladas, a falta de contato com os alunos presencialmente e a mediação de determinados conteúdos que necessitariam de aulas mais práticas (P2, DADOS DA PESQUISA, 2020).

Percebemos que há uma preocupação dos professores com a comunicação



Impactos do Ensino Remoto Emergencial no Trabalho Docente: Concepções de Professores de Geografia

entre eles e os alunos e a forma como os conteúdos têm sido explorados. P1 cita a questão da desigualdade social, cada vez mais expressiva no ERE; na percepção dele, essa desigualdade reflete na limitação de conteúdos e de diálogo entre aluno e professor. Outra questão evidenciada por P2, relaciona-se à dificuldade de mediação dos conteúdos que demandam aulas práticas, como no caso da Geografia Física, por exemplo. Acreditamos que essa ideia está muito ligada ao trabalho de campo, impossibilitado pela pandemia.

A terceira questão procurou verificar quais as metodologias de ensino-aprendizagem estão sendo utilizadas pelos professores no ERE.

Para os alunos que acessam a plataforma da escola, tento variar e utilizar diversas ferramentas, observando as que podem ou não dar certo para adotar em outras aulas. Uso de aplicativos que gerem nuvens de palavras e mural virtual como por exemplo, o software Jamboard; jornal informativo para abordar as queimadas no Pantanal, confecção de maquetes e uso de músicas. Vou variando e observando o que deu e o que não deu certo. Também envio uma explicação por meio de vídeo (gravação de tela). Todas essas atividades são inseridas na plataforma própria da escola. Os alunos fazem uso de uma apostila também (P1, DADOS DA PESQUISA, 2020).

Aulas mais dialogadas, melhor aproveitamento do conteúdo. Uso de alguns recursos de forma diferenciada, tais como: slides interativos, imagens, vídeos mais didáticos (P2, DADOS DA PESQUISA, 2020).

Como pode ser visto nas falas de P1 e P2, eles buscam diversificar as atividades trabalhadas com os alunos. A escola em que P1 trabalha possui uma plataforma para o ERE e todo o material trabalhado é postado através dessa ferramenta para os alunos. Além disso, é disponibilizado uma apostila com os conteúdos. P2 cita que procura trabalhar com diferentes recursos de forma didática e interativa, procurando aproveitar melhor o conteúdo.

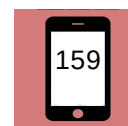
Considerações Finais

Diante das breves reflexões apresentadas neste trabalho, ressaltamos que o ERE se apresenta como um desafio para a profissão docente e que o ensino de Geografia encontra percalços para sua melhor efetivação nesse contexto, tanto no que diz respeito ao acesso às tecnologias pelos alunos, como no risco em se criar abstrações de conteúdos práticos.

Ademais, estamos cientes que as reflexões aqui levantadas, nem de longe dão conta da amplitude que envolve a problemática em tela, entretanto, consideramos a relevância dessas discussões para que possamos tratar dos impactos da pandemia no contexto educacional.

Referências

DAROS, Thuinie. Quais são as diferenças entre ensino remoto e EAD? **UniCesumar Educação a Distância**, 2020. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/blog/diferenca-entre-ensino-remoto-e-ead/>. Acesso em: 12 nov. 2020.



Impactos do Ensino Remoto Emergencial no Trabalho Docente:
Concepções de Professores de Geografia

CARVALHO FILHO, Odair Ribeiro de.; GENGNAGEL, Claudionei Lucimar. Ensino de geografia em tempos da Covid-19: tecnologias e uso de plataformas de educação para o ensino remoto em Ribeirão Preto/SP e em Passo Fundo/RS. **Revista Ensaios de Geografia**, v. 5 n. 10, p. 88-94. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42445. Acesso em: 15 nov. 2020.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da Inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

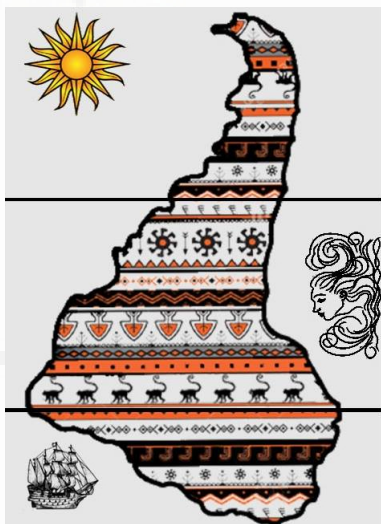
LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999

VALENTE, Geilsa Soraia Cavalcanti. *et al.* O ensino remoto frente às exigências do contexto de pandemia: Reflexões sobre a prática docente. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, p. 1-13. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8153>. Acesso em: 02 dez. 2020.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Análise da Efetivação do Ensino de História e Cultura Africana e Afro- brasileira no Ensino de Geografia Através dos Percursos Urbanos

Rafael Ferreira da Silva
Universidade Regional do Cariri - URCA
rafaelferreira688@yahoo.com.br

Meryelle Macedo da Silva
Universidade Regional do Cariri - URCA
meryellerodrigues@hotmail.com

Introdução

Esse trabalho problematiza a relação entre ensino de Geografia e a aplicabilidade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, considerando a Lei Federal 10.639/03. Tal normativa favorece o conhecimento e reconhecimento das produções socioculturais da população negra através da desconstrução do eurocentrismo presente na matriz curricular da educação básica o que também incide sobre os cursos de formação de professoras/es, haja vista a obrigatoriedade do trabalho acerca da temática.

O ensino de Geografia deve despertar através do espaço geográfico a consciência crítica, cuja análise espacial não pode estar descontextualizada da questão étnico-racial. É preciso indagar sobre a geo-historicidade dos lugares, problematizando os grupos sociais responsáveis pela formação social, cultural e econômica. Importa-nos apreender a escrita do lugar enquanto espacialidade negra, como instrumento de efetivação da Lei Federal 10.639/03. Desse modo à práxis docente valoriza o ato político de busca pela superação do racismo, colocando a negritude como protagonista da história. Para tanto é preciso uma visão sensível acerca da realidade cotidiana e da forma-essência dos objetos presentes nos espaços vividos.

Nesse contexto, objetivamos analisar a efetivação da Lei Federal 10.639/03 no ensino de Geografia através da metodologia dos percursos urbanos, esta, consiste no andar pelas

Análise da Efetivação do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino de Geografia Através dos Percursos Urbanos

ruas com um olhar sistemático e também afetivo acerca da cotidianidade.

Para concretude do trabalho, nos fundamentamos no método da afrodescendência, pelo qual, é possível descortinar as produções culturais no tempo-espaço geográfico, no qual a essência é parte do legado africano. Desse modo, as transformações no espaço geográfico realizadas pelos africanos e afrodescendentes podem ser identificado nos objetos materiais e imateriais no urbanismo brasileiro (CUNHA JUNIOR, 2013). Nesse contexto realizamos a pesquisa bibliográfica, utilizando autoras/es necessários para a discussão como Cunha Junior (2010), Nunes (2011), Petit (2016), Callai (2000) e Souza (2016).

Compreendemos a necessidade de redimensionar o ensino de Geografia para as questões étnico-raciais, tendo em vista a aplicação da Lei Federal 10.639/03 e também a ação cidadã de transformação social. Nessa empreitada os percursos urbanos se convertem num instrumento de problematização da formação social dos lugares, do açambarcar das africanidades que despertam as/os estudantes para a consciência étnico-racial no espaço. Assim, a práxis geográfica pode promover a superação do racismo, a valorização da diversidade cultural e a construção da identidade afrodescendente.

A Lei 10. 639/03 no Ensino de Geografia

A colonização africana no Brasil condicionou a espacialização dos saberes e fazeres africanos no espaço geográfico. Conhecimentos acerca da agropecuária, da mineração, da arquitetura e demais artefatos materiais e imateriais da cultura africana permitiram a formação de uma sociedade (QUERINO, 1918). Esse processo decorreu do escravismo criminoso, entendido como a diáspora forçada de povos oriundos de diversas partes da África aos territórios dominados pelos europeus (CUNHA JUNIOR, 2010).

Para entender a espacialização da cultura africana no Brasil nos fundamentamos no conceito de afrodescendência e africanidades. A afrodescendência parte da apreensão da história e cultura africana, o que leva a uma ressignificação da identidade étnico-racial para além do fenótipo, permitindo o resgate ancestral. Por sua vez, a africanidade, compreendida como a produção cultural de matriz africana no Brasil, propicia a análise de uma diversidade cultural africana que encontra uma unidade através dos valores transmitidos, da cosmovisão, da circularidade, da oralidade e etc. (CUNHA JUNIOR 2013).

Esse debate deve ser introduzido na ambiência escolar como ferramenta para o conhecimento e reconhecimento das espacializações negras, sobretudo, quando pensamos a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede básica enquanto lei federal. De acordo com Petit (2016) a Lei Federal 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB de 1996, é fruto da luta do movimento social negro e pode repercutir em mudanças estruturais em torno da visibilidade da população negra, sua história e cultura.

A Lei Federal 10.639/03 na educação básica leva a reformulação curricular dos cursos de formação de professoras/es. Para Nunes e Santos (2011) a formação de professoras/es ainda sofre uma forte deficiência no que

Análise da Efetivação do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino de Geografia Através dos Percursos Urbanos

tange ao conhecimento da história e cultura da população negra, considerando a inexistência de disciplinas e ações efetivas destinadas a tal finalidade. A falta de sistematicidade da lei na academia dificulta o trabalho docente no espaço escolar, emoldurando de forma simples as discursões acerca da população afrodescendente.

As dinâmicas culturais advindas da África podem ser identificadas no espaço geográfico, em seus objetos e na circularidade de ideias. Segundo Nunes (2011) é notória a necessidade de abordagens mais amplas no ensino educacional que atentem as especificidades culturais da população negra, havendo de fato um reconhecimento da diversidade étnico-cultural.

As/os estudantes precisam se ver no espaço. Pois, “compreender o lugar em que vive, permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem” (CALLAI, 2009, p. 85). Esse conhecimento/reconhecimento pode ocorrer por meio da análise dos objetos materiais que carregam significados. Nesse processo a orientação das/os professoras/es, em espacial de Geografia, condicionará as leituras espaciais sobre os objetos fixos que estão incorporados às vivências das/os alunas/os.

As/os professoras/es de Geografia precisam atentar-se as questões étnicas no espaço escolar, para isso, é fundamental que exista um suporte na formação inicial e continuada (SOUZA, 2016). Tal suporte promoverá um rompimento com a naturalização do racismo na escola, seja através da representação inferiorizada da/o negra/o no livro didático ou na inexistência de representatividade nos murais da escola.

As práticas pedagógicas das/os professoras/es de Geografia se encontram num contexto de negação das produções culturais da população negra, quando considera a história da África sobre a ótica da miséria, onde nos deparamos com uma limitação do conhecimento acerca das/os africanas/os e afrodescendentes e, do próprio continente (SOUZA, 2016).

Para que haja o rompimento com práticas racistas na ambiência escolar é fundamental a incorporação da diversidade étnico-racial na base do ensino. Essa integração envolve aceitar que existe um problema estrutural, que é o racismo sobre os corpos negros e que precisa ser superado. A escola consiste de uma estrutura de “raça, classe e gênero”, o que redireciona uma importante discussão acerca da corporeidade no espaço educativo, haja vista que o corpo é uma centralidade acerca da “[...] representação social da raça e do gênero que, geralmente produz uma percepção estereotipada e calada numa visão entre superioridade e inferioridade [...]” (SOUZA 2016, p. 10).

Para superar essas deficiências do ensino geográfico com a falta de sensibilidade sobre a população afrodescendente no ambiente escolar, é preciso refletir sobre as formas de apreensão do espaço geográfico. Para tanto, propomos a metodologia dos percursos urbanos. Para Silva e Cunha Junior (2019) os percursos urbanos tem como fio condutor o andar pela rua em busca da consciência espacial, problematizando os objetos materiais em sua essência espacial, que marcam um momento da história.

Por meio dos percursos urbanos podemos apreender a forma-essência de matriz africana dos lugares, a exemplo da arquitetura, dos terreiros de religiões de matriz africana, das feiras livres, do trabalho com o couro, das manifestações culturais, como as congadas, e etc.

Análise da Efetivação do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino de Geografia Através dos Percursos Urbanos

Através dos percursos urbanos poderemos açambarcar as africanidades problematizando a formação social e a elaboração do urbanismo local, tendo em vista a efetivação da Lei 10.639/03 no ensino de geografia. A geografia deve possibilitar a consciência étnico-racial do espaço, como instrumento de superação do racismo, de valorização das diferenças culturais e de alcance da identidade afrodescendente.

Considerações Finais

A efetivação da Lei Federal 10.639/03 no ensino de geografia é de suma importância para a consciência étnico-racial do espaço, permitindo o conhecimento/reconhecimento das africanidades, colocando a população negra e suas produções no cerne no debate escolar e científico. Nesse contexto, a metodologia dos percursos urbanos se converte num instrumento necessário à medida que auxilia a suplantação de ideias eurocentradas, de negação e/ou inferiorização da população negra no espaço. O ensino de Geografia, objetivando a consciência espacial, deve evidenciar a geo-historicidade dos lugares em relação à questão étnico-racial, valorizando a produção cultural negra, propiciando a valorização da diversidade cultural e o alcance identitário afrodescendente.

Referências

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOANNI, Antonio. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 83-134.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afrodescendência e Africanidades: Um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. **Interfaces de Saberes (FAFICA. Online)**. v. 1, p. 14-24, 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

NUNES, Cicera. A cultura de base africana e sua relação com a educação escolar. **Revista Metáfora Educacional**, n. 10, jun., p. 38-50, 2011.

NUNES, Cicera; SANTOS, Risomar Alves. A formação de professores e a inclusão da Lei nº 10.639/2003 nas práticas educativas no cariri cearense. In: CUNHA JUNIOR *et al* .(Orgs.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 56-72.

PETIT, Sandra Haydée. Práticas pedagógicas para a lei nº 10.639/2003: a criação de nova abordagem de formação na perspectiva das africanidades. **Educ. Foco**, Juiz de Fora, v.21, n.3, p. 657-684, set. /dez., 2016.

QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização brasileira**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

Análise da Efetivação do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino de Geografia Através dos Percursos Urbanos

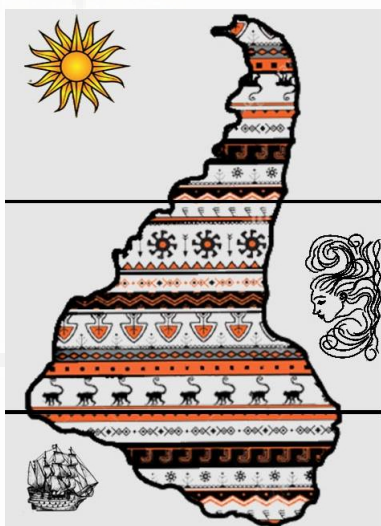
SILVA, Meryelle Macedo da.; CUNHA JUNIOR, Henrique. Percursos urbanos como forma de pesquisar o patrimônio afrocratense. **GeoTextos**, vol. 15, n. 2, dez., p. 199-215, 2019.

SOUZA, Lorena Francisco de. As relações etnicorraciais na geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. **Revista produção acadêmica – núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ NURBA**, Vol. 2 N 2. p. 04-19, dez., 2016.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Ensino Remoto de Geografia na Educação Básica: Socializando Experiências de Uma Instituição Privada

Adriana Salviato Uller

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

adri.uller@yahoo.com.br

Amanda Weridyana Uller Barbosa

Colégio Integração

amandawuller@hotmail.com

Tiago Augusto Barbosa

Colégio Integração

tiagoaugustobarbosa@gmail.com

Kleverson Maieski

Colégio Integração

klevomaieski@gmail.com

Pedro Crist

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

cristpedro@gmail.com

Introdução

Este trabalho narra experiências escolares desenvolvidas na Geografia em diferentes níveis de ensino da Educação Básica, do Colégio Integração, instituição da rede privada do município de Ponta Grossa, que vivenciou, este momento de Pandemia, ocorrido no ano de 2020 (ainda não superado). Desse modo, correlaciona os aspectos ligados à ciência geográfica e a área pedagógica que permeia as práticas adotadas.

O objetivo deste é socializar e refletir as experiências adotadas no ensino, tendo como pressuposto a importância da tomada de decisão emergencial no problema que afetou à todos em escala mundial. Tais práticas desenvolvidas e reflexões apresentadas são

O Ensino Remoto de Geografia na Educação Básica: Socializando Experiências de Uma Instituição Privada

embasadas em pesquisadores da área de educação e da geografia, apresentadas por estudiosos em materiais e eventos diversos.

Conforme pesquisadores como Fraiman *et al* (2020) pensar a educação no formato remoto é algo bastante complexo. Tivemos uma exigência imposta à todos, em caráter emergencial, face à Pandemia do COVID-19 que atingiu o mundo todo, chegando ao Brasil com maior expressividade em março de 2020. Tal fenômeno, ainda bastante obscuro para os profissionais da saúde, obrigou a elaboração de protocolos bastante restritivos, fechando algumas instituições, reduzindo o horário e formato de atendimento de outras, e nos casos de forte contágio e carência hospitalar, forçou o lockdown (confinamento) das pessoas em suas casas.

Para o setor educacional o efeito deste emaranhado de informações foi algo drástico, desde a educação infantil até à universidade (ainda com experiência em Educação à Distância). Fraiman (2020;10 - 12) explica “não há uma solução única ou pronta... a busca por soluções não pode ocorrer de maneira única ou isolada”.

Percebemos que principalmente na educação infantil e séries iniciais o problema atingiu fortemente aos pais, que muitas vezes sem formação em algo relacionado à educação e sem jeito para acompanhar os filhos neste processo de estudo por meio remoto, se viram em desespero, haja vista que se depararam com a realidade de que as habilidades e competências não são necessariamente desenvolvidas só no interior da escola. Fraiman (2020; 31) traz importantes reflexões a cerca dessa nova visão dos pais sobre si mesmos, seus deveres, potencialidades e também de certa forma auto desenvolvimento inimagináveis.

Nossa experiência junto à um grupo nacional de contingência das escolas particulares, nos permite afirmar que para as instituições educacionais a coisa não foi nada fácil. Muitas foram obrigadas a deixar seus serviços, encerrar contratos e dispensar seus funcionários.

Neste interim, podemos afirmar que a equipe do Colégio Integração foi bastante ágil, pois era preciso, conforme narra Perrenoud (2001). De imediato reuniu todos os professores e funcionários (de forma seriada, devido aos protocolos que já se implantavam), repassou a situação, a tomada de decisão de agir no que fosse possível e evitar demissões, agregou novas funções aos cargos administrativos no processo de comunicação (digital) e aos cargos de apoio para o serviço de mídias, que iam desde o filmar aulas, até a edição do material e lançamento na plataforma e canal digital, de modo que não ficaram um só dia parados, mantendo todo o calendário regular, mudando apenas suas ações.

Primeiros Encaminhamentos

Os professores que já vinham se capacitando ao trabalho com a Plataforma Iônica, do sistema de ensino adotado (FTD), tiveram neste momento um super intensivo de orientações para conduzir todo o processo de ensino pela plataforma. Os mesmos gravaram inicialmente suas aulas explicativas em casa, se restringindo ao essencial, de modo que o vídeo não ficasse muito intenso e cansativo.

Posteriormente, como a situação perdurava e não se tinha perspectiva de retorno, a coordenação achou prudente agendar horários para que cada professor viesse gravar na escola um bloco de aulas que passava por edição e ia para o

O Ensino Remoto de Geografia na Educação Básica: Socializando Experiências de Uma Instituição Privada

canal. A instituição preparou uma sala, com equipamentos de mídia, adaptou o pessoal para as gravações, sempre curtas (sem ultrapassar 20 minutos). Com as aulas os alunos realizavam as atividades direcionadas pelo professor na plataforma.

Com os problemas que iam surgindo a equipe pedagógica buscava encontrar meios para fazer algo melhor, adotar uma metodologia extra de apoio, para seguir em frente. Tais enfrentamentos serão descritos na sequência. Destarte que, com todos os caminhos tomados, o trabalho se desenvolveu, e apesar da angústia de não se retornar ao ensino presencial, nem mesmo em julho que era a perspectiva a princípio mais distante, conseguimos vencer o calendário proposto.

Enfrentamentos e Busca de Soluções

Apesar de se tratar de uma instituição privada, nem todas as famílias detêm de condições para ter computadores e/ou celulares com acesso à internet para esta finalidade, ou quando tem não possui o número necessário para que todos os filhos acompanhem as aulas ao mesmo tempo. Isso fez com que se abrisse um canal no youtube com as aulas gravadas para os alunos assistirem quando fosse possível. A Plataforma Iônica, criada na Espanha e vendida para o Sistema FTD, apesar de ser um excelente material, jamais imaginou ter ao mesmo tempo 700.000 navegadores (número de alunos atendidos pelo sistema no Brasil). Isso causou um congestionamento da plataforma saturando sua capacidade. Tais problemas de sobrecarga foram imediatamente identificados pelos alunos e famílias, comunicados à escola, que por sua vez acionou a equipe responsável na FTD pelo sistema digital.

Viu-se com isso que necessitava buscar outras alternativas, até porque os alunos pediam momentos de interação com o professor e colegas. O *Google Meet* parecia um tanto frágil assim, a coordenação aderiu ao sistema *Go-Brunch* que permitiu aulas interativas, bem como reuniões de professores e pais.

Para as avaliações, como a Plataforma Iônica estava fragilizada, a coordenação trouxe para a gestão a proposta da Plataforma Mestre, que possibilitava a realização de avaliações, auxiliava misturando questões e alternativas, cronometrando tempo, fazendo correção das questões objetivas, e alertando os alunos sobre a possibilidade de fechamento da prova quando este acessava do mesmo aparelho outro site para consulta.

Como último desafio, para conectar à todos no processo comunicativo adotou-se o CLIP ESCOLA, espécie de agenda digital, logada ao celular dos pais e alunos, onde todas as informações da instituição e/ou professores podem ser vistas.

E a Geografia = Ciência do Espaço (agora é Digital?)

Se já parecia contraditório falar dentro de uma sala de aula sobre uma ciência que tem por objeto de estudo o espaço, o que dizer de fazer isso agora em um espaço virtual? Pois bem, foi o que passou a ser feito com a passagem do ensino presencial para o remoto. Isso nos fez pensar sobre as reflexões de Lacoste, sobre nosso momento míope e de sonambulismo no passado. O que diria ele diante deste novo formato de transmitir/apreender sobre o espaço de modo on

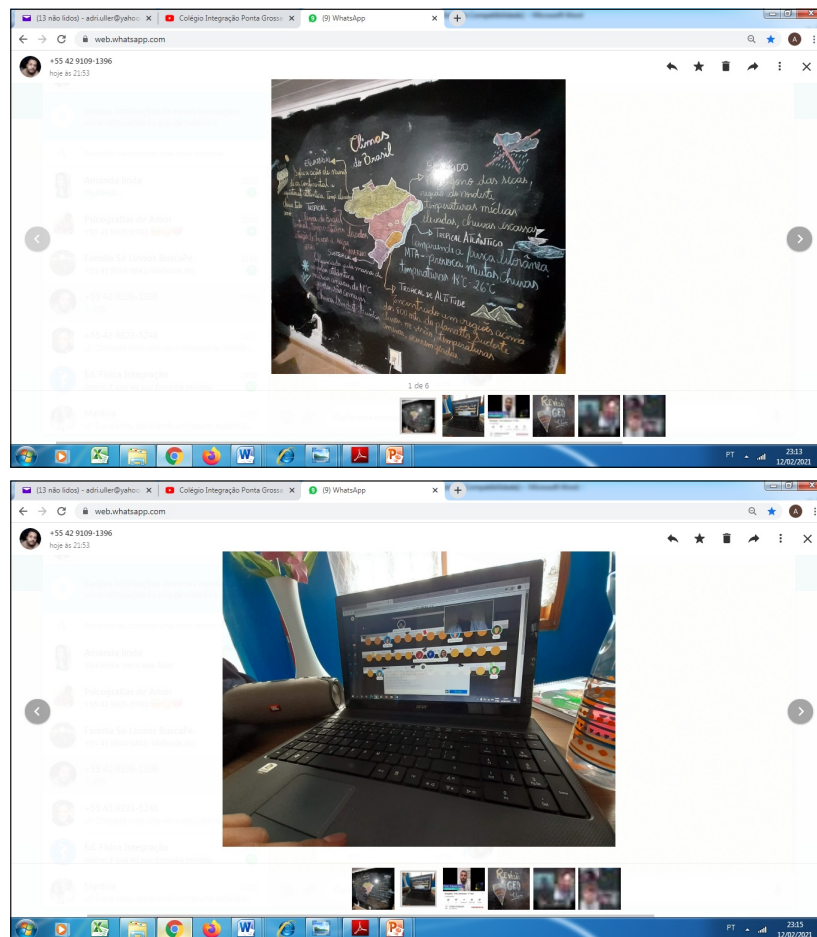
O Ensino Remoto de Geografia na Educação Básica: Socializando Experiências de Uma Instituição Privada

line?

Talvez tenha sido o momento de colocar em prática o pensar de Morin (2000), sobre a capacidade de superar os desafios presentes na dinâmica mundial que torna por sua vez complexa toda a compreensão do que se achava ser dominado pelo conhecimento, principalmente quanto ao saber fazer, ao saber ensinar, que é nossa questão principal. Não adiantava nesta situação ter qualquer titulação, pois a situação era inédita e tinha que ser resolvida da melhor forma possível nas condições que se tinha.

Foi deste modo, que os professores se reinventaram. Narra o Professor Kleverson, do Ensino Fundamental, que os alunos sempre adoravam suas aulas pelo modo de explicar com desenhos em um quadro todo colorido. A princípio ele tentou um quadro branco em casa, mas não deu certo. O jeito foi pintar a parede de preto e fazê-la de quadro de giz. Deste modo garantia sempre a participação dos alunos com suas perguntas no chat, ou em áudio, mas com as atividades sempre realizadas e bons resultados nas avaliações.

Figura 1 e 2: Aulas do Professor Kleverson, gravadas do quadro providenciado em sua casa e transmitido pelo Go Brunch aos alunos em tempo real.

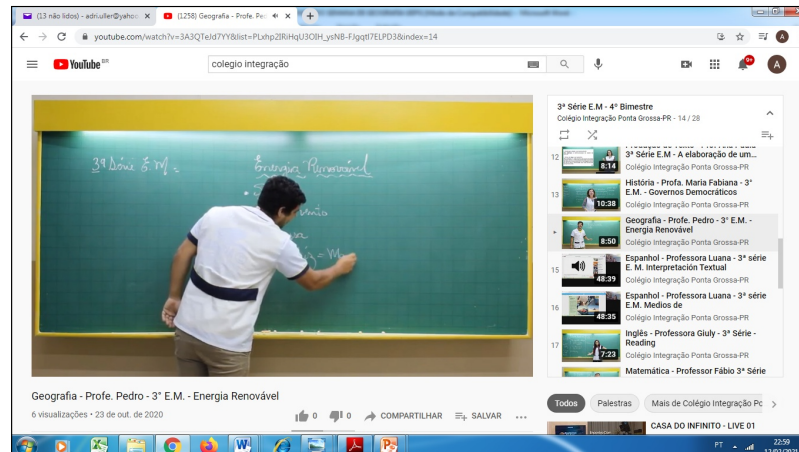


Para o Professor do Ensino Médio o ensino-aprendizado continuou sendo praticamente igual, a única coisa é que os alunos não estavam presentes no mesmo espaço. Segundo ele a tecnologia até permitia ir além no sentido em que ao explicar muitas vezes pedia-se para os alunos acessarem uma imagem encontrada em determinado site, fazer comparações, resolver questões

O Ensino Remoto de Geografia na Educação Básica: Socializando Experiências de Uma Instituição Privada

mostrando como acessar as mesmas, que foram presentes em vestibulares e exames seletivos diversos. Os alunos do Ensino médio chegaram a realizar não só as provas e simulados habituais como também se submeteram ao teste simulado do ENEM, aplicado pela FTD, no intuito de permitir aos mesmos avaliarem suas condições de aprendizado.

Figura 3: Prof. Pedro do Ensino Médio na gravação de uma de suas aulas no espaço do Colégio.



É importante destacar que em nosso relato pudemos descrever sucintamente apenas algumas de nossas experiências apenas, mas enfatizamos que todas as temáticas abordadas sobre a Geografia teve o trabalho preocupado com a parte teórica e também prática. Salienta-se que o feedback dos alunos foi positivo, dando suporte motivacional aos professores que trabalharam incessantemente. Tais experiências são rememoradas nos encontros pedagógicos, oportunidade de formação continuada. Isso nos move a continuarmos mergulhados nesta preocupação com a formação e prática docente e sua consequente repercussão sobre o aprendizado escolar dos alunos da educação básica.

Considerações Reflexivas

A experiência com diversas metodologias durante o processo de educação propiciou uma ampla compreensão sobre o papel do professor na aprendizagem dos alunos, no sentido de identificar possíveis dificuldades no momento de aquisição e consolidação das informações, tendo como facilitador diferentes recursos metodológicos/tecnológicos, experienciando maior efetividade no trabalho remoto. Estes vão desde o pensar sobre o que vem a ser o ensino remoto, quais os elementos essenciais da geografia em cada série, quais as formas de trabalho com diferentes faixas etárias e até mesmo com alunos portadores de deficiência, possíveis de desenvolver neste método de comunicação e ensino.

Os resultados obtidos foram de nosso lugar de vivência (conforme enfatiza Tuan -1983), porém importante de ser compartilhado, uma vez que foram considerados positivos, fomentando até o interesse dos profissionais em expandir suas pesquisas sobre essa situação de se fazer o ensino-aprendizagem, avaliando as limitações e as possíveis conquistas. Refletimos sobre a complexidade das dinâmicas no meio educacional oriundas das transformações sociais no mundo, pois estas afetam sobremaneira o pensar dos sujeitos, os

O Ensino Remoto de Geografia na Educação Básica: Socializando Experiências de Uma Instituição Privada

modos de aquisição das informações e as demandas da vida prática. Isso recai na escola de modo que o profissional docente precisa estar em constante atualização, não mais da ciência apenas, mas também da evolução sobre o pensar, das pesquisas e descobertas diante dos desafios de aprendizagem, e sobre as potencialidades de recursos que vão sendo socializados e aprimorados pelos estudiosos.

Os relatos apresentados, e os resultados obtidos são fruto da construção do pensar a educação e a ciência geográfica numa prática diferenciada, fora do espaço escolar, num propósito de assumir ao máximo o compromisso na formação dos sujeitos através do processo educativo, pensando suas necessidades e particularidades, entendendo que a educação não se faz sozinha pela escola, mas em união com a família. Encerramos com a importante reflexão de Fraiman:

(...) adultos que estão na dianteira da formação das futuras gerações têm missão significativa, que inclui apresentar maneiras de lidar com a complexidade do mundo atual, com as incertezas colocadas pela vida, como fazer melhores escolhas e tomar decisões mais assertivas. A aliança entre escola e família não é uma alternativa, mas uma necessidade... (2020, p.11).

Referências

FRAIMAN, L. *et al.* **O efeito COVID-19 e a Transformação da Comunidade Escolar**. São Paulo: FTD: Autêntica, 2020.

LACOSTE, Y. **A Geografia: Isso serve em Primeiro Lugar para fazer a Guerra**. São Paulo: Ed. Papirus, 1988.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo : Cortez e Brasília, DF : UNESCO, 2000.

PERRENOUD, P. **Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza**. Porto Alegre, Artmed, 2001.

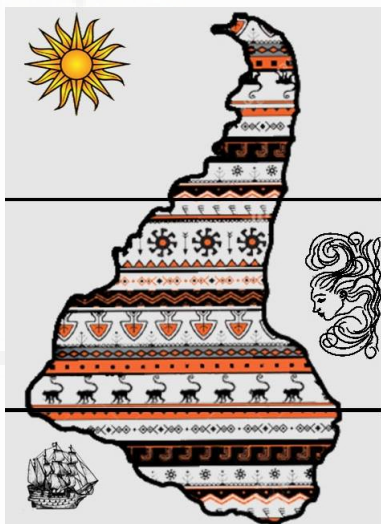
TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Biomas no Ambiente Escolar e o Desenvolvimento de Recursos Didáticos

Christyan Stresser Ciriaco
Universidade Estadual de Maringá - UEM
christyanstresser@gmail.com

Introdução

A interdisciplinaridade do conhecimento científico se apresenta de fundamental importância para o entendimento de conteúdos propostos para as experiências em sala de aula. No caso das ciências naturais, isso se torna mais perceptível, devido ao fato da natureza em geral estar regulada como um sistema, onde qualquer alteração em um dos seus elementos acarreta em mudanças em todos os outros, ou seja, é necessário entender as partes para entender o todo e vice-versa. Este projeto foi desenvolvido antes da pandemia do novo corona vírus.

Os procedimentos metodológicos consistiram na apresentação dos Biomas em sala de aula para alunos do 6º, 7º e 8º anos nas aulas de Geografia e Ciências, no plantio de mudas das árvores características de cada Bioma brasileiro em locais estratégicos do colégio, na extensão do projeto para fora da sala de aula, levando os alunos para conhecer as espécies no ambiente em que foram plantadas e a relação com os demais elementos da natureza presentes no colégio.

Baseando-se no conceito apresentado por Moreira & Masini (2001) de associar os conteúdos apresentados em sala de aula com o ambiente não formal é que fundamentamos a ideia de que levando os alunos para conhecerem os locais onde as espécies foram plantadas dentro do próprio colégio seria mais fácil a assimilação dos conteúdos propostos em livros didáticos e aulas expositivas.

Os Biomias Brasileiros para Dentro da Escola

O trabalho teve início com a apresentação dos biomias aos alunos em sala de aula, foram expostos os temas de forma explicativa não apenas com o intuito de introduzir o tema, mas também de relacioná-lo com outras disciplinas, explicando o porquê de cada bioma possuir sua característica única e quais os principais processos que influenciam para que esse bioma seja assim. De acordo com o IBGE, o Brasil apresenta seis Biomias: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampas.

Figura 1



Fonte: acervo do autor.

Após ter dado a introdução dos conteúdos dentro da sala de aula sobre os biomias brasileiros, os alunos foram para o local onde as espécies foram plantadas mostrando que foram divididas conforme os biomias as quais pertencem: da Mata Atlântica foi plantado o Imbé, a Aroeira salsa, o Palmito e a Araucária. Do bioma da Caatinga foram plantado o Angico, e a Gurucaia. Do bioma do Cerrado foi plantado o Ipê Amarelo, o Ipê rosa, o Ipê Branco (ainda será plantado) e o Oiti. Do bioma da Amazônia foi plantado o Jambolão. Com o plantio das árvores, justificamos o porquê da escolha da área selecionada para cada bioma explicando sobre o faceamento do terreno, e a incidência solar na área, pois algumas espécies necessitariam de maior luz solar que outras.

Figura 1



Fonte: acervo do autor.

Elaboração de Materiais Didáticos

Por fim como um dos resultados, a elaboração de materiais didáticos, que consistiu na “desconstrução” de uma espécie característica de um bioma, apresentando as partes da árvore, como fruto, folhas, flores, sementes, tronco, altura e solo com o qual ela está adaptada. Foram realizados impressões de cada parte da árvore e juntamente com pequenos quadros explicativos, essas partes foram coladas em papel EVA. Então, o aluno relacionou os termos dos quadros explicativos com as partes constituintes da árvore, em uma espécie de jogo de associação. Após essa dinâmica, foram passadas algumas questões acerca do tema para a fixação do conteúdo.

Considerações Finais

Com o trabalho que foi desenvolvido no colégio, pode-se perceber a importância da produção de recursos didáticos para o diálogo interdisciplinar, e das diversas possibilidades de leitura que os trabalhos de campo permitiram para o ensino de Geografia, Biologia e Ciências.

O trabalho que foi realizado, apesar de abranger questões naturais, teve seu papel, ainda que pequeno, na formação crítica e social de um cidadão, no cuidado, preservação e pertencimento à Natureza. O tratamento ambiental desses aspectos da natureza, como os biomas, buscou transmitir um conhecimento no espaço escolar que poderá ser levado por eles às suas casas.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Biomias e de Vegetação**, 2014. Disponível em :<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtml>> OLIVEIRA

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5ª ed. São Paulo, Brasília DF: Cortez / UNESCO, 2002

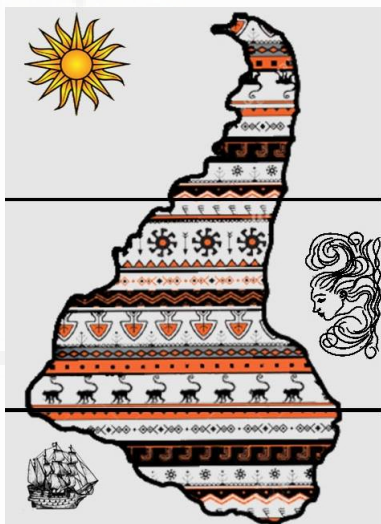
OLIVEIRA, R. I.; GASTAL, M. L. A. Educação formal fora da sala de aula: olhares sobre o ensino de Ciências utilizando espaços não formais. In: VII ENPEC Encontro Nacional de Pesquisa em Ciências. **Anais** [...]. Florianópolis, 2009.

ROSA, A. B. **Aula diferenciada e seus efeitos na aprendizagem dos alunos: o que os professores de Biologia têm a dizer sobre isso?** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação do Curso de Ciências Biológicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Ensino de Geografia Mediado por Obras Literárias: Uma Perspectiva Possível

Francisca Linara da Silva Chaves

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
linarachaves@hotmail.com

Francisco Alves da Costa Neto

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
franciscoalves258@gmail.com

Introdução

O presente trabalho aborda a temática do ensino de geografia juntamente com a literatura, buscando apresentar os conhecimentos geográficos que podem ser adquiridos por meio da leitura de livros literários. Essa é uma temática que nos causa inquietação e nos motiva a pesquisar desde a época da graduação, se estendendo a pós-graduação, onde objetivamos trabalhar com o público do ensino médio por meio dos clubes de leituras presentes nas escolas de tempo integral.

Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é contribuir para o ensino de geografia por meio da literatura, instigando nos alunos um senso interpretativo e crítico acerca do que foi lido, com isso, buscamos analisar a obra “A mocinha do mercado central” da escritora brasileira Stella Maris Resende, onde destacamos alguns conceitos que podem ser trabalhados por meio da narrativa vivenciada pela personagem de Maria Campos.

O Ensino de Geografia Mediado pela Literatura

Se fizemos uma busca em bases de dados tanto relacionadas a publicação de artigos, quanto teses e dissertações, utilizando os descritores “Geografia, ensino e literatura”, nos deparamos com alguns trabalhos relacionados a essa temática, que trazem obras literárias dos mais variados gêneros, desde romances, aventuras, cordéis, crônicas e contos.

Ensino de Geografia Mediado por Obras Literárias: Uma Perspectiva Possível

Isso se justifica pelo fato de que essa relação se sustenta desde a época que data das grandes navegações, onde na França, viajantes realizavam expedições que resultavam em uma vasta quantidade de conhecimentos geográficos, que depois eram transformados em obras da literatura de aventura e ficção, como o escritor Júlio Verne que possui uma grande quantidade de obras publicadas nessa perspectiva, como destaca Amorim Filho (2010).

Dessa forma, esse trabalho se configura como uma pesquisa bibliográfica e documental, onde realizamos uma análise geográfica da obra 'A Mocinha do Mercado Central', publicada no ano de 2011, que tem como cenário principal na narrativa, o município de Dolores do Indaiá, localizado no estado de Minas Gerais, cidade natal da escritora da obra, Stella Maris Rezende. O título da obra faz referência ao mercado central de Belo Horizonte/MG, que tem um grande significado para a personagem.

As Aventuras de Maria Campos na Obra 'A Mocinha Do Mercado Central'

Ao ler a obra, encontramos trechos em que a Geografia está presente nas entrelinhas, por meio do sentimento de pertencimento em que a personagem tece por Dolores do Indaiá, mesmo viajando por diferentes cidades. Ao se acostumar a uma nova rotina, as suas práticas culturais não são deixadas, pois, transporta marcas de sua história, que influenciavam diretamente em quem ela era, por mais que trocasse de nome a cada cidade.

Um fato marcante na vida da personagem ocorre quando lhe é revelado por sua mãe, que em uma viagem de ônibus saindo de Belo Horizonte com destino a São Paulo, foi surpreendida por assaltantes e um deles a abusou e violentou, e Maria Campos era filha desse abusador, um caso de violência urbana que marcou a vida dela para sempre.

Após o episódio a mãe dela nunca mais viajou, e também teve receio em permitir que sua filha viajasse e sofresse o mesmo abuso mas, como Maria Campos era muito insistente acabou convencendo-a. Assim entendemos que o ônibus que é um não-lugar, acabou se tornando um lugar indesejável, a qual a mãe de Maria Campos vivenciou momentos terríveis e jamais conseguiu superar. Entrando na discussão do não-lugar, citamos Augé (1994), que aponta uma definição:

[...] Os não-lugares, contudo, são a medida da época, medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas conversões entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados “meios de transporte” (aviões, trens, ônibus), os aeroportos e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies da distribuição, a medida complexa [...]. (AUGÉ, 1994, p. 74)

O ônibus, depois do abuso sofrido, trazia lembranças negativas, e este meio de transporte que as pessoas utilizam apenas para deslocamento, acabou se tornando um lugar e ambas personagens passaram a associar a imagem do ônibus, a algo negativo.

Em um momento da narrativa, quando ainda estava no ônibus, a personagem de Maria Campos sonhou e imaginou-se em Brasília, como sendo

Ensino de Geografia Mediado por Obras Literárias: Uma Perspectiva Possível

sua primeira parada. Nessa época Brasília estava sendo construída e ela relata a chegada de várias pessoas, principalmente do Nordeste para trabalhar na construção civil da cidade mencionada, conforme apresenta o trecho abaixo:

A primeira aventura deu de ser na Cidade Livre, cerrado e poeira com homens que haviam chegado de todas as partes do Brasil, principalmente do Nordeste, todos decididos a construir a capital da esperança, Brasília, nome que parecia o feminino de Brasil, e seria inaugurada como a nova capital, no lugar do Rio de Janeiro, que não gostou nem um pouco dessa substituição (REZENDE, 2011, p. 32).

Percebemos o relato de um acontecimento histórico, a construção de Brasília, assim como, um fenômeno geográfico, as migrações. Migrações essas que tinham como região de saída, o nordeste, onde várias pessoas saíam com o intuito de melhorar de vida e sustentar a família que haviam deixado.¹

Após esse sonho, ela seguiu por outros destinos, dessa vez de maneira real, e não imaginada. Durante suas andanças por essas cidades, descrevia paisagens que a encantavam e conhecia lugares que acabaram adquirindo significados.

Em Belo Horizonte, por já ter estado ali com sua mãe na infância, ela conhece algumas das principais ruas da cidade, “Tinha a rua da Bahia. Tinha os bairros Calafete, Carlos Prates, Prado, Gameleira, Amazonas, Pompeia, Funcionários. Tinha a praça Raul Soares” (REZENDE, 2011, p. 57). Percebe-se nesse trecho, um conhecimento sobre espaço e localização.

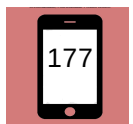
Já na cidade do Rio de Janeiro a personagem realiza a descrição da paisagem de uma cidade urbana, que pode ser percebida pelo visitante não só através da visão, como também pela emissão de sons. Apontando assim o contraste percebido por ela, entre sua cidade no interior de Minas, e aquele grande centro urbano:

Ficou ouvindo o barulho dos carros e dos ônibus na Avenida Nossa Senhora de Copacabana. Palavras soltas, gritos e conversas em voz alta. Olhou para o cristo redentor e se lembrou da mãe. Que de repente estava ali ao lado dela, também olhando para o cristo redentor, também se refrescando um pouco (REZENDE, 2011, p.76).

Há momentos, também, em que a autora narra à personagem principal vislumbrando as estatuas de bronze espalhados na cidade do Rio de Janeiro, apontando “[...] Assim que terminou de percorrer a parte da avenida que dava para o Jardim Botânico, viu que havia uma pracinha e nela uma outra estátua de homem com um livro na mão. Também de poucos cabelos. [...]” (REZENDE, 2011, p. 79).

Percebemos assim que a autora realiza uma descrição minuciosa dos lugares, permitindo ao leitor imaginar o cenário através da percepção da personagem, que as observa. Ao sair do Rio de Janeiro, seu próximo destino foi São João Del Rey, onde teve uma conversa calorosa com um sujeito que estava hospedado na mesma pousada que ela:

– Eu sou mineira, de Dores do Indaiá. Já ouviu falar?
Ela sentia vontade de conversar com ele e isso era muito estranho.



Ensino de Geografia Mediado por Obras Literárias: Uma Perspectiva Possível

– A terra do poeta Emílio Moura, claro que já ouvi falar (REZENDE, 2011, p. 89).

. Nesse dialogo percebemos o destaque que é dado aos símbolos que muitas vezes são associados a uma cidade, sejam símbolos arquitetônicos assim como foi destacado no cenário do Rio de Janeiro com as estatuas, como também figuras simbólicas de pessoas que viveram ali, que nesse caso, foi o escritor Emilio Moura. Com isso lembramos Tuan (2013, p. 211) que afirma que “A cidade é um lugar, um centro de significados, por excelência. Possui muitos símbolos bem visíveis. Mais ainda, a própria cidade é um símbolo [...]”

Essa obra permite ao leitor viajar por meio das falas da personagem, e conhecer com ela, de modo artificial, os locais descritos no livro. Para os geógrafos, esse livro se torna uma ferramenta, que permite realizar uma correspondência com os conceitos de espaço, lugar, não-lugar e paisagem. O aluno poderá identificar na obra os sentimentos vivenciados pela personagem, e através do seu olhar, ter uma noção da paisagem visualizada em cada espaço mencionado na trama.

Considerações Finais

A obra analisada nesse trabalho nos fornece a possibilidade de realizar diversas correspondências geográficas com o seu enredo, escrito pela autora, que buscava provocar no leitor a leitura das paisagens pelas quais a personagem passou em suas andanças, além de dar destaque a alguns temas que marcaram/marcam a sociedade ainda hoje, como a violência urbana e as migrações.

Esperemos por meio deste, contribuir para que professores das mais variadas séries que lecionam geografia possam ver nessa análise uma chance de unir essas duas áreas, trazendo o universo da literatura para a sala de aula numa perspectiva geográfica, e quem sabe despertando em seus alunos um olhar novo acerca daquilo que eles veem e leem cotidianamente.

Referências

AMORIM FILHO, O. B. Literatura de explorações e aventuras: as “viagens extraordinárias” de Júlio Verne. In: MARANDOLA JUNIOR, E.; GRATÃO, L. H. B (org.). **Geografia e literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: EDUEL, 2010. p. 79-98.

MARC, A. Dos lugares aos não-lugares. In: _____. **Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994. p. 71-106.

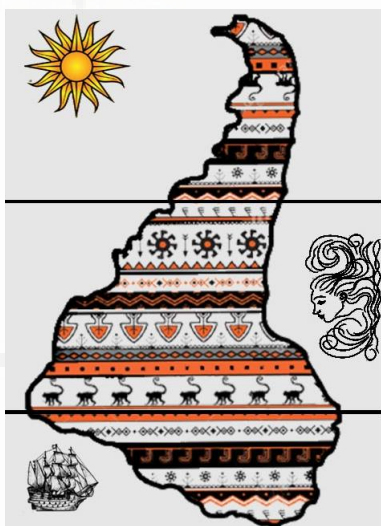
REZENDE, S. M. **A mocinha do mercado central**. São Paulo: Editora Globo, 2011. 105 p.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Estágio de Docência Remoto na UEPG/PR: Uma Experiencia em Tempos de Pandemia

Isabelle de Siqueira Tavares
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
isabelletavares597@gmail.com

Camila Priotto Mendes
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
camilapriottomendes@gmail.com

Maria Ligia Cassol Pinto
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ligialihc@gmail.com

O estágio de docência - disciplina obrigatória aos pós-graduandos bolsistas-tem por objetivo experienciar o fazer didático sob a orientação de professor, num curso de graduação. Em tempo de COVID-19, essa experiência ganhou um formato remoto, mostrando desafios tanto aos discentes da graduação, aos estagiários quanto os professores. O aprendizado foi coletivo, tanto quanto o foram a insegurança e as surpresas. O estágio remoto, a partir de casa, exigiu criatividade, tolerância, e oportunizou um repensar do que deva ser o ensino não apenas durante a pandemia, mas a partir dela e frente aos novos contextos tecnológicos mundiais.

Introdução

Como requisito para ser professor universitário o pós-graduando deve realizar o Estágio de Docência, uma disciplina semestral no mestrado (1) e no doutorado (2), cujo objetivo é lhe proporcionar uma experiência de docência junto aos alunos de graduação,

Estágio de Docência Remoto na UEPG/PR: Uma Experiência em Tempos de Pandemia

sob a coordenação de seu orientador ou outro professor doutor. Essa experiência deve oferecer situações de ensino que o torne apto a assumir a docência no ensino superior.

Esse resumo tem como objetivo mostrar uma experiência não comum de Estágio de Docência ocorrida durante o ano de 2020, durante a pandemia do COVID-19, com os pós-graduandos dos cursos de mestrado e doutorado em Geografia da UEPG. Apresenta alguns relatos de surpresa, medo e aprendizado e reflete sobre a necessidade de se estar atento às mudanças de contexto a que os futuros professores em geral, devem encontrar: seja por um episódio de pandemia, seja pelos contínuos avanços tecnológicos e, em especial, pelas diferenças de comportamento das gerações de estudantes que se apresentam a cada década.

Ensino Presencial, Ensino Remoto e Ensino a Distância: Concepções Distintas

Devido ao avanço da pandemia mundial de COVID-19, medidas de restrição de contato social foram implementadas, impossibilitando o ensino presencial de forma física, sendo transferido de maneira emergencial para o Ensino remoto, utilizando os meios digitais disponíveis.

A proposta se valeu do avanço dos meios de comunicação, ou seja, em:

[...] decorrência da utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação a distância no processo de produção de cursos, pois com o avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, torna-se possível o acesso a grande número de informações, permitindo a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados. (ALVES, 2011)

Vale ressaltar que apesar de semelhantes, o modelo de Ensino Remoto Emergencial, se difere da modalidade de Ensino a Distância. Sobre a última, de acordo com o Decreto 9.057/2017, em seu Art. 1º:

considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Sobre o Ensino Remoto emergencial, conforme apontam Silva *et al.* (2020), distingue-se de modalidades de ensino totalmente projetadas e planejadas para serem online, sendo uma resposta repentina em situações de crise, que voltarão ao sistema presencial quando a emergência diminuir. Ou seja, apresenta como principal objetivo possibilitar o acesso temporário ao ensino e suportes instrucionais de forma rápida e fácil.

Apesar do caráter emergencial, e da velocidade de implementação do modelo, assim como afirma Yumiko Yokozeki (2020), diretora do Instituto de Capacitação da UNESCO, na África, num Seminário para 33 países, “... a

Estágio de Docência Remoto na UEPG/PR: Uma Experiência em Tempos de Pandemia

necessidade é a mãe da invenção, esta situação pode ser uma oportunidade para que professores e estudantes se tornem mais empoderados, criativos e inovadores”.

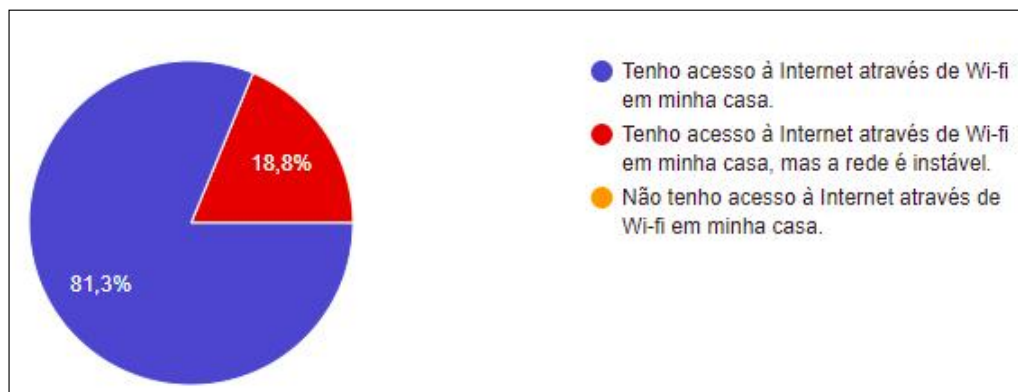
Pela primeira vez a frase “distantes geograficamente e próximos virtualmente” foi proferida e concluída. Foram raros os momentos que todos os discentes puderam presenciar os professores de seu curso unidos em único só momento, mas a pandemia nos proporcionou este momento. Fez-nos repensar sobre nossas práxis: Freire (2003 p. 11) coloca que o “... autorreconhecimento plenifica-se no reconhecimento do outro; no isolamento, a consciência modifica-se. A intersubjetividade, em que as consciências se enfrentam, dialetizam-se, promovem-se, é a tessitura última do processo histórico de humanização”.

Estágio De Docência Remoto: Relato De Experiência

O Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG/UEPG) da Universidade Estadual de Ponta Grossa conta com cursos em nível de Mestrado em Gestão do Território (desde 2005) e Doutorado em Geografia (desde 2012), ambos recomendados pela CAPES com conceito 5. A área de concentração do PPGG/UEPG é a “Gestão do Território: Sociedade e Natureza” e atualmente existem duas linhas de pesquisa contempladas pelo programa: Dinâmicas Naturais e Análise Socioambiental e Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas. Os vinte alunos que ingressaram no ano de 2020 para o PPGG/UEPG participaram do processo seletivo nº36/2019 e, desses, 45% foram matriculados para o curso de doutorado e os outros 55% para o de mestrado – e do número total de ingressantes, 70% (18 alunos) realizaram a disciplina de Estágio de Docência.

Devido à pandemia, a disciplina de Estágio de Docência ocorreu na modalidade remota e para avaliar a experiência dos alunos foi elaborado um formulário on-line através do Google contendo oito questões para caracterizar os participantes e suas experiências. A devolutiva foi de 88% dos alunos (12 matriculados no curso de mestrado e 4 matriculados no curso de doutorado). Os Gráficos 1 e 2 demonstram informações a respeito do acesso à internet e dos recursos disponíveis aos alunos para a realização da disciplina de Estágio de Docência.

Gráfico 1. Percentual de acesso à internet na residência dos alunos



Fonte: Formulário Google disponibilizado aos alunos matriculados na disciplina de Estágio de Docência em 2020.

Estágio de Docência Remoto na UEPG/PR: Uma Experiência em Tempos de Pandemia

Gráfico 2. Percentual materiais disponíveis aos alunos para a realização da disciplina de Estágio de Docências



Fonte: Formulário Google disponibilizado aos alunos matriculados na disciplina de Estágio de Docência em 2020.

Como demonstram as informações, os alunos dispõem de acesso à internet e dos materiais básicos para a realização da disciplina. No entanto, quando indagados sobre a avaliação da experiência do Estágio de Docência na modalidade remota, os desafios foram além da questão operacional. Há um padrão de palavras e termos que se repetem nas respostas: “pouca participação dos graduandos”; “falta de presença dos graduandos”; “falta de interação”; “problemas técnicos de internet”; “distanciamento social não permitiu avaliar a aprendizagem”; “adaptação”; “ansiedade”; “serviço doméstico”; “maternidade”. Os alunos também foram levados a refletir quais são as suas sugestões para um melhor aproveitamento da disciplina e as respostas também tiveram um padrão de palavras e termos: “controle efetivo da presença”; “mais participação dos alunos”; “mais atividades em grupo”; “aperfeiçoar a plataforma técnica”. Diante deste cenário, a avaliação da eficácia da experiência remota é extremamente delicada, pois vai além da avaliação somativa. Silva *et al.* (2020) sugerem que questões como interesse e motivação também precisam entrar no contexto avaliativo. E quanto a isso, os pós-graduandos demonstraram que a participação dos alunos em aula foi uma das principais dificuldades encontradas.

Considerações Finais

Apesar das dificuldades encontradas, está foi uma experiência atípica para os estagiários de pós-graduação, trazendo à tona a experiência de docência em ensino superior de forma totalmente diferente do esperado. Os relatos demonstram que apesar das dificuldades, o processo foi importante, possibilitando refletir como essa realidade também afeta os professores e estudantes de graduação, de diferentes maneiras. O novo assusta, causa dor, mas releva o quanto se pode ser criativo e desenvolver o senso de empatia nestas situações.

Assim sendo, este cenário deve ser observado além das dificuldades, considerando também a oportunidade de capacitação de todos, seja para o uso das ferramentas digitais, seja para a adaptação dessa forma de aprendizagem, frente aos novos contextos tecnológicos mundiais.

Estágio de Docência Remoto na UEPG/PR: Uma Experiência em Tempos de Pandemia

Além disso, outra questão se destaca nesse contexto de ensino remoto, a importância do professor no processo de ensino aprendizagem, sendo o docente elemento fundamental no desenvolvimento, que envolve além da transmissão do conteúdo, a formação de atitudes e de valores.

Por fim é importante destacar que, apesar desta compreensão da importância do professor, o processo de ensino aprendizagem é uma via de mão dupla, que depende também do aluno, por isso a necessidade de uma reflexão constante sobre isso, principalmente neste momento tão delicado.

Referências

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *In: RBAAD – UFRJ*, v. 10, 2011.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acessado em 26 jan. 2021.

CUNHA, Leonardo Ferreira de Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo** #22, v. 7, n. 3. Agosto de 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 37 ed. Rio de Janeiro: Paz e Tema, 2003.

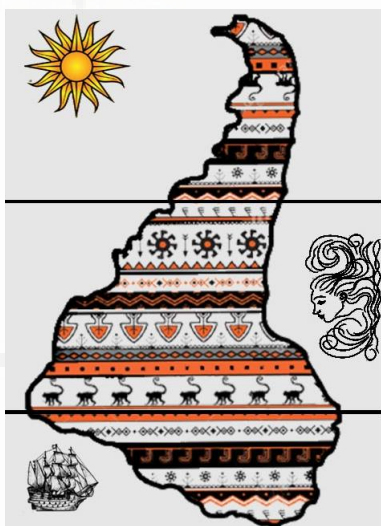
SILVA, Silvio Luiz Rutz da; ANDRADE, André Vitor Chaves de; BRINATTI, André Maurício. **Ensino remoto emergencial** [livro eletrônico] - Ponta Grossa, PR: Ed. dos Autores, 2020.

YUMIKO YOKOZEKI. *In: Webinar COVID 19: um novo mundo para professores, trabalhadores da linha de frente da educação*. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/webinar-covid-19-um-novo-mundo-professores-trabalhadores-da-linha-frente-da-educacao>. Acessado em 05 de dez. de 2020.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Correlação Estratigráfica da Seção Bosque Mistral, PR, Brasil

Luana Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
luanaoliveira84@hotmail.com

Elvio Pinto Bosetti

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
elviobosetti@gmail.com

Lucinei José Myszynski Junior

Instituto Federal do Paraná - IFPR
lucinei.junior@ifpr.edu.br

Introdução

Na região dos Campos Gerais do Paraná a aceleração e expansão do processo de urbanização resulta na perda de muitas áreas fossilíferas, entretanto, este mesmo processo a partir do corte no relevo para a construção de estradas e loteamentos tem revelado camadas fossilíferas até então encobertas. A execução da presente proposta buscou a correlação estratigráfica das camadas basais da Sequência B (Neopraguiano/Eoemsiano), Formação Ponta Grossa, com enfoque na Seção Bosque Mistral, Ponta Grossa, Paraná, que até então não era conhecida da comunidade científica. Nesta mesma região outros afloramentos já foram descritos e interpretados com diferentes enfoques, são eles: Curva I, Curva II, Franco da Rocha, Francelina I, II e III e Seção Campus UEPG, (MYSZYNSKI, 2012).

Os estratos Siluro-Devonianos da Bacia do Paraná que compreendem a Supersequência Paraná, são representados por ciclos transgressivos-regressivos ligados as oscilações do nível relativo do mar durante o Paleozoico (MILANI *et al.*, 2007). Essa sucessão é

Correlação Estratigráfica da Seção Bosque Mistral, PR, Brasil

representada pelo Grupo Campos Gerais, o qual envolve da base para o topo, as Formações Furnas, Ponta Grossa e São Domingos (sensu: GRANH *et al.*, 2013).

A região de Ponta Grossa, Paraná, destaca-se no cenário da Paleontologia brasileira por apresentar excelentes afloramentos representantes do Período Devoniano (aproximadamente 400 milhões de anos) e tem sido objeto de trabalho de diversos autores em mais de um século e meio de pesquisas, sendo o trabalho de CLARKE (1913) o marco inicial das pesquisas paleontológicas nessa região.

Desenvolvimento

Métodos de trabalho

Primeiramente foi realizado levantamento bibliográfico e iconográfico das características geológicas e paleontológicas da área e adjacências de prospecção.

A metodologia utilizada em acompanhamento diário in loco das obras propiciou o acesso a rocha fresca o que possibilitou a coleta de material em excelente estado de preservação.

Foi realizada coleta de fósseis nas camadas preestabelecidas seguindo os horizontes da base ao topo da seção colunar. O material foi encaminhado para o Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa onde foi catalogado e armazenado. Em seguida pelo registro fotográfico das amostras com a utilização da câmera Canon modelo *PowerShot SX520 HS*.

Para produção do mapa foi utilizado o *software* Qgis, com Escala de 1:150.000, DATUM: Sirgas, 2000, Projeção Cartográfica: UTM – Zona 22 S, as fontes de dados IGBE, 2019; IPLAN, 2019.

Localização da área de estudo

A área estudada encontra-se no entorno imediato de dois importantes sítios paleontológicos da Formação Ponta Grossa na cidade homônima. Esses sítios estão localizados nas margens da linha férrea (Estrada de Ferro Central do Paraná - Curva I (25° 03' 56" S, 50° 08' 00" W) e Curva II (25° 03' 57" S, 50° 07' 58" W) e não foram atingidos diretamente pelas obras executadas no local.

Descrição Geológica e Paleontológica da área

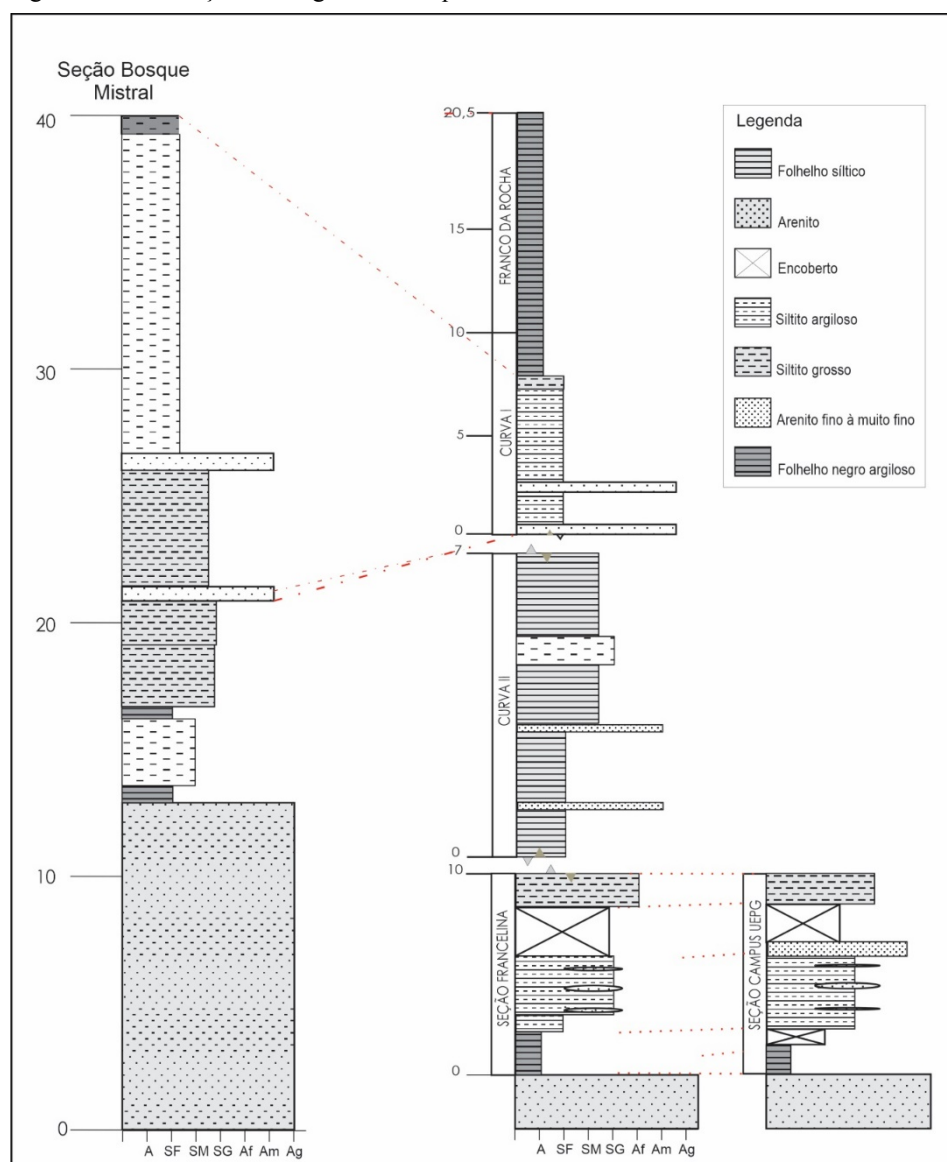
As rochas sedimentares atribuídas à Formação Ponta Grossa (Grahnh *et al.*, 2013) são constituídas predominantemente de folhelhos e argilitos fossilíferos com estratificação sub-horizontal, dispostos na forma de camadas com espessura métrica a decamétrica. Secundariamente ocorrem leitos de arenito fina, com espessura métrica a submétrica. Apresentam-se na forma de camadas relativamente delgadas, ou lentes lateralmente descontínuas. A Formação Ponta Grossa é uma unidade que consiste em depósitos litorâneos e de plataforma, formada por folhelhos e siltitos cinzentos, localmente

Correlação Estratigráfica da Seção Bosque Mistral, PR, Brasil

betuminosos, com intercalações de arenitos. Apresenta estruturas como laminação paralela, ondulada e flaser que são estrutura sedimentar lenticular alongada de argila formada pela deposição de lama em calhas das marcas de onda ou de corrente durante fases de quiescência da correnteza ou das oscilações de ondas e que, posteriormente, são recobertas por novas deposições de areia cobrindo essas lentes e originando laminações cruzadas).

O perfil litológico construído durante o salvamento aqui relatado consiste de 40m de empilhamento de rochas que inicia em um espesso pacote de arenitos médios a finos, sobrepostos por siltitos grossos a finos com intercalação de folhelhos cinzas a pretos. Com exceção dos arenitos da base as demais fácies são abundantemente fossilíferas. O perfil encaixa-se no arcabouço geológico regional, possuindo pelo menos 30 metros de pacotes sedimentares ainda não registrados na literatura (figura 1).

Figura 1 – Correlação estratigráfica Bosque Mistral



Fonte: Adaptado de Myszyński Jr. (2012). Correlação estratigráfica entre a Seção Bosque Mistral e as seções adjacentes.

Correlação Estratigráfica da Seção Bosque Mistral, PR, Brasil

A seção corresponde estratigraficamente ao topo da Formação Ponta Grossa (Sequência B de BERGAMASCHI, (1999), e possui idade relativa ao Emsiano (sensu: Grahn *et al.*, 2013).

Considerações Finais

A seção colunar aqui denominada “Bosque Mistral”, apresenta dois ciclos sedimentares bem definidos. O primeiro ciclo é marcado por relevantes variações do nível do mar, com tendência predominante à subida (sistema retrogradacional). A base é mais proximal à linha de costa e o topo representa uma superfície de inundação máxima onde o nível do mar atinge sua maior amplitude.

A biodiversidade varia de acordo com a litologia, nas camadas arenosas e siltosas ocorrem organismos diferentes das camadas argilosas. Nas primeiras a fauna epibionte (trilobitas e braquiópodes principalmente) é predominante enquanto nas camadas siltosas o predomínio é da fauna endobionte e semi-endobionte (moluscos bivalves e braquiópodes infaunais). Ou seja, a distribuição dos táxons pelas camadas não se dá de maneira randômica.

A baixa abundância relativa de bioclastos nos arenitos da base pode estar relacionada à episódios de alta energia em ambientes mais proximais, onde há remoção do fundo e do material biogênico presente, sofrendo erosão mecânica e/ou transporte para regiões mais distais.

As camadas intermediárias são as que apresentam a maior biodiversidade e abundância relativa, a abundância declina novamente em direção ao topo da seção marcada por ambientes de offshore constituídos por lamas negras depositadas em condições de baixa oxigenação que restringe em parte a sobrevivência de alguns grupos ou indivíduos.

Referências

BERGAMASCHI, Sérgio. **Análise estratigráfica do Siluro-Devoniano (Formações Furnas e Ponta Grossa) da sub-bacia de Apucarana, Bacia do Paraná, Brasil.** 1999. 167 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CLARKE, J.M. Fósseis devonianos do Paraná. *In: Monographias do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 1:353, 1913.

GRAHN, Y.; MAULLER, P. M.; BERGAMASCHI, S.; BOSETTI, E. P. Palynology and sequence stratigraphy of three Devonian rock units in the Apucarana Sub-basin (Paraná Basin, south Brazil): additional data and correlation. **Review of Palaeobotany and Palynology**, p. x-x, 2013.

MILANI, E. J. et al., Bacia do Paraná. **Boletim de Geociências da Petrobrás**, 16: 265-287, 2007.

MYSZYNSKI, JUNIOR, Lucinei, José. **Inserção Do Afloramento Curva II no Contexto Tafonômico e Estratigráfico da Sequência Neopraguiana –**

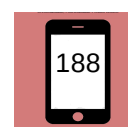
Correlação Estratigráfica da Seção Bosque Mistral, PR, Brasil

Eoemsiana: Interpretação Paleoambiental do Setor Nordeste do Sítio Urbano de Ponta Grossa, Paraná, Brasil. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território: Sociedade e Natureza) - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, Ponta Grossa, 2012.

Páginas Eletrônicas acessadas

<https://www.ibge.gov.br/>

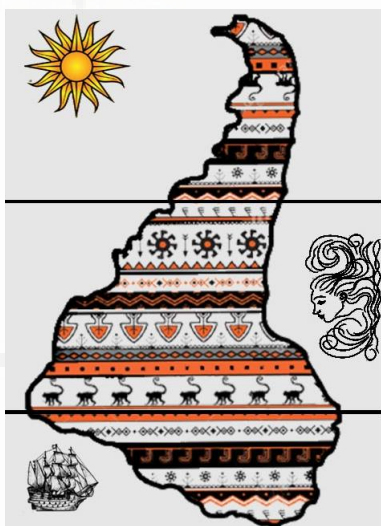
<https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/> .



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Organização do Acervo Técnico Paleontológico Impresso do Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia da UEPG

Rafael dos Santos Libanio

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
rafaellibaniof1@gmail.com

Luana Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
luanaoliveira84@hotmail.com

Elvio Pinto Bosetti

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
elviobosetti@gmail.com

Introdução

O objetivo dessa pesquisa foi promover a digitalização dos documentos, livros e separatas presentes, na versão impressa, no Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

A pesquisa, que foi iniciada em 2019, segue sendo desenvolvida e tem intuito de digitalizar o maior número possível de documentos a fim de disponibiliza-los para a comunidade em geral, sobretudo a acadêmica de diversas áreas do conhecimento, incluindo a Geografia.

Digitalizar os documentos da biblioteca traz um melhor aproveitamento destes, visto que ficará mais acessível além de ocupar menos espaço e ser mais bem preservado.

O acervo impresso do Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia, na sua grande maioria, é composto por obras, separatas e mapas que se dedicam ao estudo das seguintes áreas: Geologia geral, Geologia sedimentar, Geologia histórica, Estratigrafia,

Organização do Acervo Técnico Paleontológico Impresso do Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia da UEPG

Paleontologia, Paleoecologia dentre outros, na grande maioria são obras que abordam o período Devoniano (objeto principal da pesquisa promovida pelo Laboratório).

Desenvolvimento

Materiais e Métodos

Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, em seguida teve início a parte prática.

Os materiais utilizados para a digitalização foram: um scanner da marca Canon e um computador do laboratório, além de softwares como o Adobe Acrobat, o Foxit Reader e o editor Foxit PDF Reader Portable. As separatas já estavam organizadas em pastas o que facilitou na digitalização e armazenamento, visto que foram salvas com os mesmos nomes.

A imagem a seguir mostra o andamento do processo:

Imagem 1



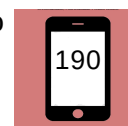
Fonte: autores.

Os documentos foram codificados e salvos no formato pdf, armazenados em pastas no computador, além de serem salvos na nuvem da UEPG e ficarão disponíveis para o público geral, no momento adequado.

Resultados e Discussão

Apesar da interrupção na metade do processo, por conta da pandemia (COVID-19), grande parte do que foi previsto (organizar as pastas contendo separatas, organizar e elencar o material a ser digitalizado, organizar e elencar o material iconográfico e proceder a digitalização.), foi cumprido. Também foi realizado um upload desses arquivos na nuvem da UEPG. Todo o material digitalizado está descrito no projeto.

Como estamos vivendo em uma chamada “era digital”, faz-se necessário



Organização do Acervo Técnico Paleontológico Impresso do Laboratório de Estratigrafia e Paleontologia da UEPG

usufruir do que ela nos possibilita. Para PENA & SILVA (2008) “Hoje vivemos uma verdadeira revolução digital. Os computadores se tornaram ferramentas importantíssimas para todos os ramos da ciência através do desenvolvimento de softwares específicos cada vez mais detalhistas.” Mostra-se, então, a importância dessa pesquisa, visto que a tecnologia está cada vez mais presente em nosso cotidiano.

Foram digitalizados e upados em nuvem 64 arquivos. Como é mostrado na tabela abaixo.

Tabela com material já digitalizado

Nº	Autor (es)	Nº	Autor (es)
1	BALDIS, B.; VACA, A. 1979	33	ITEN, H.; et. al. 2003
2	BARBOSA, O. 1947	34	ITEN, H.; LEME, J.; RODRIGUES, S. 2003
3	BARBOSA, O. 1949	35	ISAACSOM, P. 1996
4	BERTINI, R.; TOLEDO, C. 2003	36	JANVIER, P. 1976
5	BIRENHEIDE, R. 1986	37	JARDINE, S. 1978
6	BITTENCOURT, A.; DOMINGUEZ, I.; SILVA, I. 1992	38	KESLING, R. 1971
7	BOEHM, K. 1937	39	KOTZIAN, C. 1999
8	BOEKEL, N. 1963	40	LAUFELD, S. 1978
9	BOEKEL, N.; SOMMER, F. 1963	41	LEFORT, J.; TEUNFF, J. 1971
10	BOEKEL, N.; SOMMER, F. 1963	42	LEINZ, V. 1941
11	BOSETTI, E. 1989	43	LEME, J.; et. al. 2002
12	BOSETTI, E. 1995	44	LEME, J.; RODRIGUEZ, S. 2000
13	BOSETTI, E. 1996	45	LEME, J.; RODRIGUEZ, S.; SIMÕES, M. 2000
14	BOSETTI, E. 2000	46	LEME, J.; RODRIGUEZ, S.; SIMÕES, M. 2001
15	BOSETTI, E. 2005	47	MEETING, L. 1974
16	BOSETTI, E. 2007	48	MEETING, L. 1980
17	BOSETTI, E.; MORO, R. 2009	49	MELLO, L.; SIMÕES, M. 2000
18	BRITO, I. 1966	50	MENENDEZ, C. 1949
19	BRITO, I.; CARVALHO, M.; RODRIGUES, M. 1995	51	OPPENHEIN, V. 1935
20	CAMPANHA, V.; MABESOONE, J. 1987	52	OWENS, B. 1958
21	COPPER, P. 1976	53	OWENS, B.; STREEL, M. 1966
22	CRUZ, N.; QUADROS, L. 1841	54	PICKETT, J. 1972
23	DAVIES, R. 1995	55	PINTO, I.; PURPER, I. 1986
24	DOUBINGER, 1963	56	REYSEL, K. 1994
25	FERNANDES, A.; SHEFFER, S. 2001	57	RIBEIRO, L. 1995
26	FILHO, C. 1973	58	RIVAS, S. 1977
27	GHILARD, R.; SALES, A.; SIMÕES, M. 2002	59	SILVA, L. 1944
28	GODOY, L. 1995	60	SIMÕES, M.; et. al. 2000
29	GODOY, L. 1996	61	SIMÕES, M.; et. al. 2001
30	HEINTZ, N. 1970	62	SOARES, O. 1991
31	HESS, M.; KAISER, V. 1980	63	STIPANICIC, P. 1949
32	HOLZ, M. 1998	64	STRELL, M. 1981

Fonte: autores.

Considerações Finais

A digitalização é a alternativa mais viável no contexto atual, visto que a tecnologia nos ajuda de diversas maneiras, sendo uma ferramenta mais rápida e mais prática no que se refere à pesquisa e armazenamento de informações.

O objetivo do trabalho foi o de fornecer a informação contida nos materiais físicos para um maior número de pessoas, além de preservar esses documentos.

É importante mostrar o quanto a tecnologia é uma aliada há ciência, pois os problemas de espaço e tempo são reduzidos. Com a digitalização desses documentos, acadêmicos e professores que necessitam dos mesmos para suas pesquisas terão um acesso mais rápido. A atividade não está concluída e continua mediante novo projeto já em andamento.

Referências

ANDRADE R; BORGES, J; JAMBEIRO, O. **Digitalizando a memória de Salvador: nossos presente e passado têm futuro?**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n2/v11n2a08.pdf> > acesso em: 22 de Março de 2020.

BARÓ, M; MAÑA, T; VELLOSILO, I. **Bibliotecas escolares, para quê?** Madrid: Anaya, 2001.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BLICK, E. C. **Uma reflexão sobre as atividades referentes à documentação museológica no museu histórico Emílio da Silva**. Santa Catarina, 2017.

CAMPELLO, B. *et al.* **A Biblioteca Escolar: Temas para uma prática pedagógica**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 62 p.

CRUZ, K. R.; FEEITAS, J. D. **A importância da digitalização dos documentos memoriais da biblioteca central Zila Mamede (BCZM)**. Rio Grande do Norte, 2013.

DIEMER, V. M. A. **Digitalização de obras raras: estudo comparativo do Senado Federal e Supremo Tribunal Federal**. Monografia, UnB, 2010. 89 p.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: Conceitos, estratégias e Actuais consensos**. Guimarães (Por). Escola de Engenharia da Universidade do Minho. 2006.

GREENHALGH, R. D. **Digitalização de obras raras: algumas considerações**. Minas Gerais, 2011.

OLIVEIRA, S. T. D. **Digitalização de documentos**. Porto Alegre, 2008.



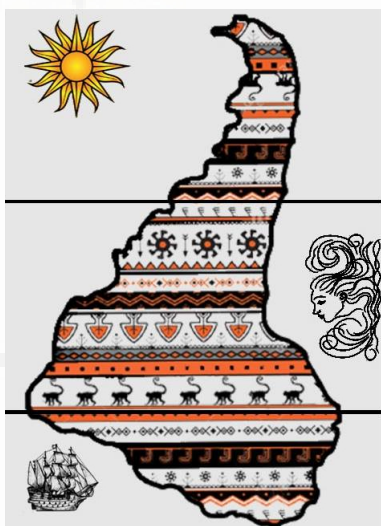
PENA, M. G.; SILVA, A. C. **A Digitalização de Documentos Históricos e a Gestão Eletrônica de Documentos para Disponibilização On Line.** Valença. 2008.

SCHÄFER, M. B. FLORES, D. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2013.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Reclassificação do Sistema Fluvial de Ponta Grossa: “Um Novo Olhar Sobre as Nascentes Fluviais na Área Urbana”

Marcelo Mendes

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
mendesmarcelo470@gmail.com

Maria Ligia Cassol Pinto

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ligialihc@gmail.com

Introdução

Já dizia poeta que os rios são caminhos antigos que, para o político “são linhas vivas entre nações”, para o biólogo “são artérias dos ecossistemas que compõem a bacia hidrográfica”, e para o geógrafo eles são isso e mais, são agentes modeladores do relevo e elementos fundamentais da natureza de qualquer paisagem (SCHWARZBOLD, 2010)

Os rios são parte do ciclo hidrológico e sua existência-permanência está diretamente relacionada às questões climáticas, geológica-morfológica e cobertura florestal. Os rios são os estoques de água mais afetados pela ação humana, não apenas na quantidade, mas especialmente na qualidade (STEVANUX & LATRUBESSE, 2017)

Os rios são sistemas abertos, linhas vivas da paisagem, que apresentam um curso-canál constituído de nascentes, tributários e uma foz ao longo de um vale – nível de base local - margeado por encostas/vertentes e seus divisores ou interflúvios, que formam a bacia hidrográfica (CHRISTOFOLETTI, 1980).

As nascentes devem ser vistas como um “sistema ambiental em que o afloramento da água subterrânea ocorre naturalmente de modo temporário ou perene, e cujos fluxos hidrológicos na fase superficial são integrados à rede de drenagem”. Como sistema a nascente se configura como uma totalidade composta por variáveis externas (condicionantes) e subsistemas (estruturantes) (FELIPPE, 2013 apud MAGALHÃES JR., BARROS, 2020, p. 105).

Reclassificação do Sistema Fluvial de Ponta Grossa:

“Um Novo Olhar Sobre as Nascentes Fluviais na Área Urbana”

No Brasil, o conceito oficial de nascente é dado pela Lei Federal nº 12.651/2012 (Art. 3º, XVII), que a considera como o “afloramento natural do lençol freático que apresenta perenidade e dá início a um curso d’água”.

A preservação das nascentes é antiga na legislação brasileira (Código Florestal 1934- Decreto 23.793/34), apesar deste fato, nas áreas urbanas, em geral, isto não é obedecido, mesmo que sejam urbanizações posteriores a tal legislação. As áreas de nascentes são, em grande maioria, invisibilizadas pelos diferentes atores urbanos, ou são interrompidas por pontes, canalizações, ruas (...) e, raramente são visíveis e desempenham suas funções naturais dentro do sistema fluvial.

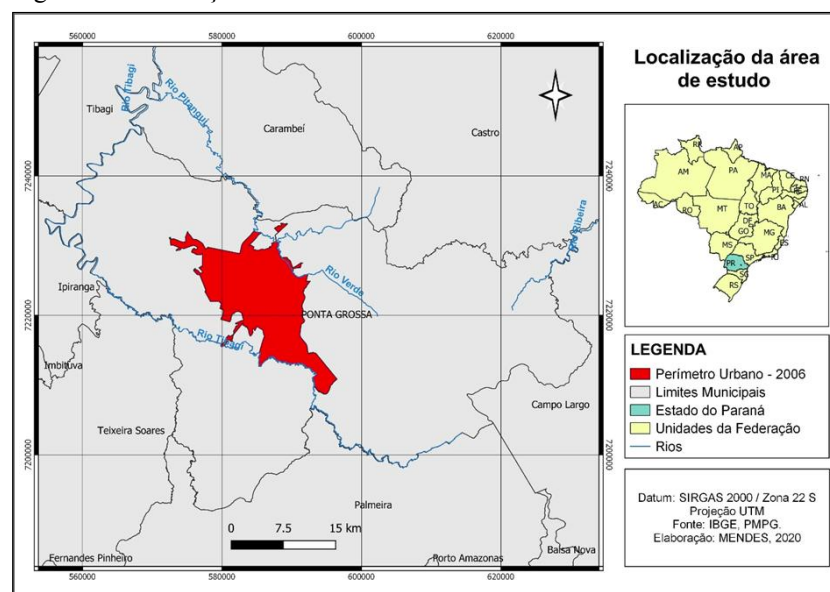
A partir do exposto, o objetivo desta pesquisa é classificar as nascentes no urbano de Ponta Grossa, a partir da noção de sistema fluvial e em relação a densidade urbana. Mais especificamente, busca-se discutir uma nova classificação para as nascentes urbanas, identificar o conjunto de nascentes que atendem a legislação ambiental e relacionar áreas de nascentes com a densidade de urbanização.

A metodologia de pesquisa inclui revisão de literatura; trabalhos de campo; utilização de cartas topográficas (1:50.000) e ortofotos (1:25.000) disponibilizadas pelo ITCG; emprego do software de código aberto Qgis; técnicas de Sensoriamento Remoto (segmentação e classificação de imagens do satélite Landsat 7) e Cartografia Temática (confeção de cartogramas).

A Geografia das Nascentes no Urbano de Ponta Grossa -PR

O município de Ponta Grossa, situado no Segundo Planalto Paranaense, possui uma população de 355.366 habitantes (IPARDES, 2021), sendo a quarta maior cidade do Estado do Paraná e a nona maior do Sul do Brasil. As coordenadas geográficas da sede municipal são 25° 5' 40" S e 50° 9' 48" O, com altitude de 956 m. No entanto, a área de estudo desta pesquisa limita-se ao perímetro urbano municipal proposto pelo Plano Diretor de 2006, com uma área total de 199,27 Km².

Figura 1: Localização da área de estudo



Org. Mendes (2020).

Reclassificação do Sistema Fluvial de Ponta Grossa:

“Um Novo Olhar Sobre as Nascentes Fluviais na Área Urbana”

Os rios de Ponta Grossa, bem como suas nascentes, foram impactados pelos efeitos do crescimento urbano, em alguns casos pela alteração da morfologia de seus leitos, em outros pela ocupação desordenada de margens desprotegidas – como majoritariamente tem ocorrido em Ponta Grossa desde 1960 (MADALOZZO, 2019, p. 94). Hoje, os rios urbanos não desempenham as mesmas funções de outrora e muitos deles já perderam sua principal característica: ser um agente modelador do relevo.

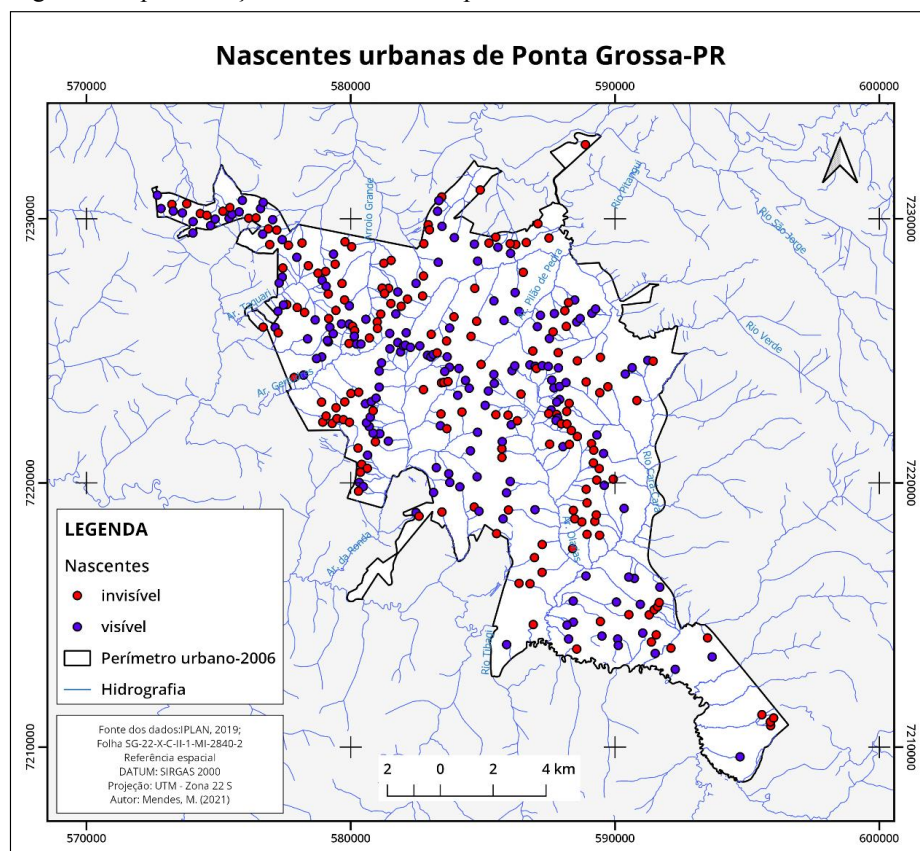
Segundo dados da carta topográfica de Ponta Grossa (Folha SG-22-X-C-II-1-MI-2840-2) o perímetro urbano conta com 349,56 Km de rios e 333 nascentes. No entanto, grande parte destes rios, sobretudo canais de 1ª ordem, encontram-se invisibilizados pelo uso do solo urbano (RIBEIRO, 2018).

Apesar da existência de legislação específica para a proteção das nascentes, como a Lei Federal nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal) que determina a demarcação de áreas de preservação permanente num raio mínimo de 50 metros das nascentes, em Ponta Grossa a infraestrutura urbana é anterior a aprovação da lei e as faixas de preservação não são efetivamente respeitadas.

Considerações Finais

Até o momento a pesquisa tem como resultado preliminar o mapeamento de 333 nascentes urbanas (Figura 2). Destas, verificou-se que 167 encontram-se invisíveis, enquanto 166 estão visíveis do ponto de vista geomórfico. A principal causa da invisibilidade constatada é o processo de urbanização.

Figura 2: Espacialização das nascentes no perímetro urbano de Ponta Grossa



Org. Mendes (2020).

Reclassificação do Sistema Fluvial de Ponta Grossa:

“Um Novo Olhar Sobre as Nascentes Fluviais na Área Urbana”

A delimitação das APP's indica que o desrespeito à legislação ambiental é um problema frequente na cidade, tanto no centro quanto na periferia. Das 333 nascentes mapeadas, em apenas 16 o raio de 50 metros previsto em lei é respeitado efetivamente. Em outras 200 nascentes este raio é cumprido parcialmente e em 117 ele sequer existe.

Em relação a densidade de urbanização, constatou-se que as bacias hidrográficas localizadas próximas da área central da cidade, justamente aquelas mais urbanizadas, são as que concentram o maior número de canais de primeira ordem invisibilizados. Estas bacias são Pilão de Pedra, Lajeado Grande, Ronda e Olarias.

Referências

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico**: Município de Ponta Grossa. 2021. 49 f. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=84000&btOk=ok>> Acesso em: 02 fev. 2021.

MADALOZZO, N. **Rio e ferrovia: a produção social do espaço urbano em Ponta Grossa – PR**. 2019. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

MAGALHÃES JR., A.P.; BARROS, L.F.P. O estudo hidrogeomorfológico de nascentes. In: ____ . (org.). **Hidrogeomorfologia**: formas, processos e registros sedimentares fluviais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. p. 103-120.

RIBEIRO, C. A. **Reclassificação de rios em ambientes urbanos: Proposta a partir do urbano de Ponta Grossa**. 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

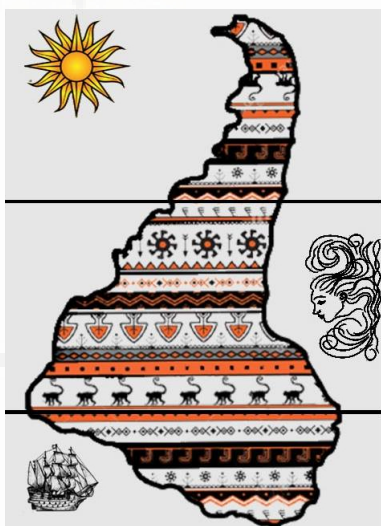
SCHWARZBOLD, A. Teorias ecológicas sobre os rios. **Ciência & Ambiente/UFSM** v. 41 (Jul/dez) 2010.

STEVAUX, J. C. & LATRUBESSE, E. M. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017, 336 p.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Mapeamento e Identificação de Espécies Arbóreo- Arbustivas para o Catálogo de Fauna e Flora da UEPG

Bárbara de Carvalho Macedo

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
barbaracarvalhomacedo@gmail.com

Silvia Méri Carvalho

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
silviauepg@gmail.com

Melissa Koch F. de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
melissaknog@yahoo.com.br

Introdução

Existem diversos debates acerca da qualidade ambiental, alguns ligados à arborização urbana, um elemento presente nos centros urbanos, disposto em parques, praças, vias públicas e em Campus Universitários.

Para Biondi (2008) a arborização urbana tem como conceito toda vegetação, independente de porte (plantas lenhosas e herbáceas), que compõe o cenário ou a paisagem urbana. A arborização urbana é um dos componentes bióticos mais importantes da cidade porque está diretamente relacionado com o conforto ambiental.

Sanhotene (1994) afirma que a arborização urbana passou a ser reconhecida como um serviço público, já que influencia a qualidade de vida das populações das cidades. Segundo Tadenuma (2019, p. 18), a arborização urbana, portanto, “é capaz de restabelecer uma relação harmoniosa entre o homem e o meio natural, garantindo uma melhor qualidade de vida para os ambientes com elevados índices de urbanização, como é o caso do município de Ponta Grossa/PR”.

Mapeamento e Identificação de Espécies Arbóreo-Arbustivas para o Catálogo de Fauna e Flora da UEPG

Esse trabalho compõe uma das etapas da elaboração do catálogo Fauna e Flora do Campus Universitário de Uvaranas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), desenvolvido por uma equipe multidisciplinar de docentes e discentes com o intuito de divulgar as espécies mais frequentes inseridas na área do Campus, além de integrar o projeto Campus Parque, proposto pela presente reitoria.

O Campus Universitário de Uvaranas/UEPG conta com uma área de 1.161.192.26m², sendo 83.085.06m² de área física edificada (UEPG, 2014), situado no bairro de Uvaranas, na porção leste da área urbana de Ponta Grossa. Possui um amplo espaço arborizado que revitaliza a paisagem, além de influenciar a dinâmica local, atuando nas funções que equilibram a paisagem urbana.

Portanto, o conhecimento e a divulgação da composição arbórea-arbustiva tornam-se importante para que seja conhecida e valorizada tanto na sua gestão quanto na sensibilização ambiental da comunidade acadêmica, dos visitantes e turistas, no âmbito do projeto Campus Parque.

Para avaliar a arborização urbana é necessária, por exemplo, a realização de inventário, tendo como objetivo geral conhecer o patrimônio arbóreo-arbustivo de uma localidade. Tal levantamento é fundamental para o planejamento e manejo da arborização, fornecendo informações sobre a necessidade de poda, tratamentos fitossanitários, remoção e/ou plantio, bem como para definir prioridades de intervenções (COSTA *et al.*, 1996).

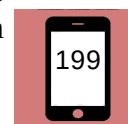
Portanto, os objetivos desse trabalho foram mapear e levantar a composição florística das espécies mais frequentes no Campus Universitário de Uvaranas/UEPG, para a elaboração do Catálogo de Fauna e Flora da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Desenvolvimento

Procedimentos Metodológicos

Para definir a área de estudo foram utilizados dados Geoespaciais Oficiais, disponibilizados pela Pró-Reitoria de Planejamento da UEPG (PROPLAN), utilizados no aplicativo FUI-UEPG, tais como: limites do Campus Universitário de Uvaranas, ruas, estacionamentos, edificações e zoneamento pré-existente. Utilizou-se o aplicativo GIS gratuito *SW Maps* para coletar os dados geográficos das amostras específicas (um indivíduo por espécie) em formato vetorial armazenados e transformados em dados shapefile pelo próprio aplicativo e trabalhados para gerar informações utilizando o software livre Quantun Gis Versão 2.18 Las Palmas.

Esse levantamento florístico preliminar foi realizado por método de caminhamento (FILGUEIRAS *et al.*, 1994), todos os indivíduos foram demarcados, amostrados e realizado registro de informações a respeito do hábito, planta nativa ou exótica (considerando a Floresta Ombrófila Mista) e dados fenológicos. Em seguida, as amostras foram herborizadas no Herbário HUPG/UEPG, seguindo o Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012) e determinadas por comparação com o acervo do Herbário, com a literatura especializada e consulta a especialistas na área botânica. Os nomes científicos das espécies seguiram o enquadramento do APG IV (2016), com



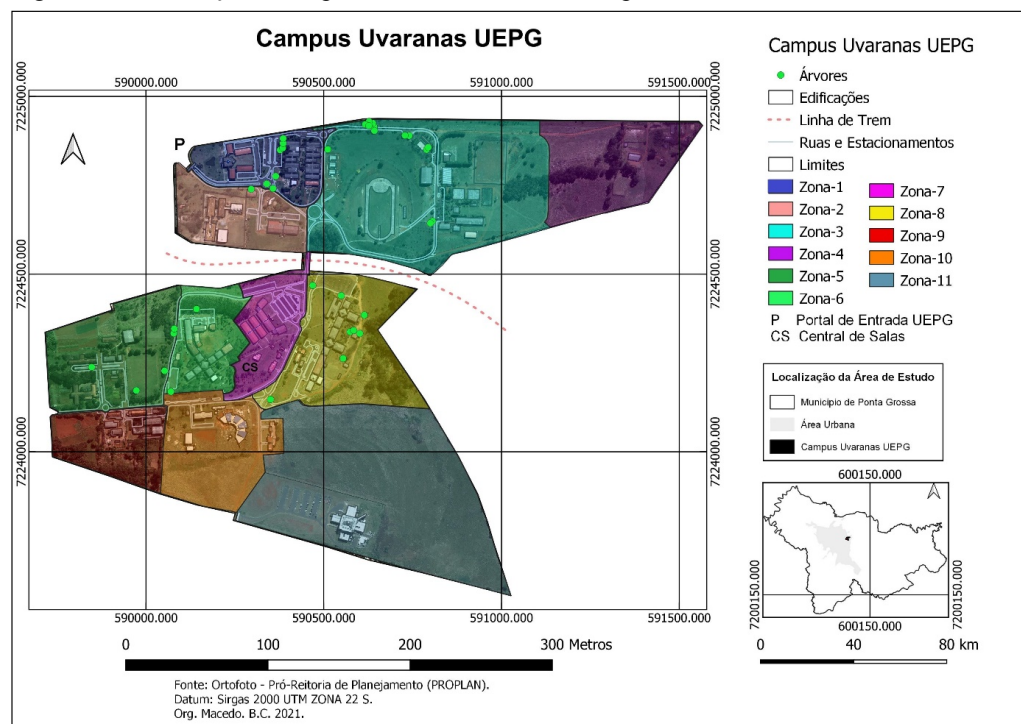
Mapeamento e Identificação de Espécies Arbóreo-Arbustivas para o Catálogo de Fauna e Flora da UEPG

revisão nomenclatural na base de dados do site *The Plant List*®, além de levantamento bibliográfico buscando informações a respeito do local de estudo e seu contexto regional.

Resultados

O zoneamento inicial foi redefinido em 11 zonas para uma melhor localização da vegetação arbóreo-arbustiva. Tendo como base cartográfica uma ortoimagem cedida pela PROPLAN, foi elaborado o mapa temático com a localização das amostras (Figura 1). Para uma melhor visualização das amostras, as zonas foram definidas por cores e as ruas, estacionamentos e edificações foram evidenciadas.

Figura 1 - Localização das espécies identificadas no Campus Universitário de Uvaranas/UEPG

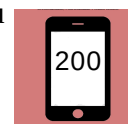


Org. MACEDO, B.C. 2021.

Foram levantados 36 táxons arbóreo-arbustivos, pertencentes a 34 gêneros e a 22 famílias botânicas, desse total 24 espécies são espécies nativas e 12 exóticas, ou seja, originárias de outras formações fitogeográficas, 3 espécies pertencem ao Grupo *Gymnosperma* e 33 ao Grupo *Angiosperma* (Tabela 1).

A família mais frequente foi *Fabaceae* (8 spp.), seguida por *Anacardiaceae*, *Arecaceae*, *Bignoniaceae*, *Malvaceae*, *Meliaceae*, *Myrtaceae* e *Rosaceae* (2 spp.) e as demais famílias apresentaram apenas uma espécie. A zona que apresentou maior quantidade de árvores foi a zona 3 (14 táxons), seguida por zona 8 (8 táxons); zona 1 (7 táxons); zonas 5 (5 táxons); zona 6 (2 táxons) e zona 2 (1 táxon). As demais zonas apresentaram carência de indivíduos arbóreos-arbustivos.

O arbusto com mais frequência nas zonas do Campus foi a espiroleira (*Nerium oleander* L.) com espécies que produzem flores rosas ou brancas, seguidos das leucenas (*Leucaena leucocephala* (Lam.) de Wit) que demonstrou



Mapeamento e Identificação de Espécies Arbóreo-Arbustivas para o Catálogo de Fauna e Flora da UEPG

ser uma espécie exótica com grande capacidade de dispersão.

As árvores mais regulares foram as tipuanas (*Tipuana tipu* (Benth.) Kuntze), ipê amarelo (*Handroanthus chrysotrichus* (Mart. ex D.C.) Mattos), aroeira vermelha (*Schinus terebinthifolius* Raddi) e fedegoso (*Cassia occidentalis* L.).

Tabela 1 – Lista de espécies arbóreo-arbustivas mais frequentes no Campus Universitário de Uvaranas/UEPG

Família	Espécie	Nome Popular
Anacardiaceae	<i>Schinus molle</i> L.	aroeira salsa
	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	aroeira vermelha
Apocynaceae	<i>Nerium oleander</i> L.	espirradeira
Aquifoliaceae	<i>Ilex paraguariensis</i> A. St. Hil.	erva mate
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	pinheiro-do-paraná
Arecaceae	<i>Butia leiospatha</i> Becc.	butiazeiro
	<i>Syagrus romanzoffiana</i> Glassman.	jerivá
Asparagaceae	<i>Cordyline spectabilis</i> Kunth & Bouché	uvarana
Bignoniaceae	<i>Tabebuia avellanadae</i> Lor. Ex Griseb	ipê-roxo
	<i>Handroanthus chrysotrichus</i> (Mart. ex D.C.)	ipê-amarelo
Fabaceae	<i>Cassia occidentalis</i> L.	fedegoso
	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	angico-branco
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i> (Vell.) Morong.	orelha-de-macaco
	<i>Tipuana tipu</i> (Benth.) Kuntze	tipuana
	<i>Poincianella pluviosa</i> (DC.) L.P. Queiros	sibipiruna
	<i>Bauhinia variegata</i> L.	pata-de-vaca
	<i>Leucaena leucocephala</i> (Lam.) de Wit	leucena
	<i>Senna multijuga</i> (Rich.) H.S.Irwin & Barneby	pau-cigarra
Lythraceae	<i>Lafoensia pacari</i> A. St.-Hil.	dedaleiro
Magnoliaceae	<i>Magnolia grandiflora</i> L.	magnólia-branca
Malvaceae	<i>Luehea divaricata</i> Mart. & Zucc.	açoita-cavalo
	<i>Ceiba speciosa</i> (A. St.-Hil.) Ravenna	paineira
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	cedro-rosa
	<i>Melia azedarach</i> L.	cinamomo
Moraceae	<i>Morus nigra</i> L.	amoreira
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i> L.	pitangueira
	<i>Psidium cattleianum</i> Sabine	araçazeiro
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W.T.Aiton	alfeneiro
Pinaceae	<i>Pinus elliottii</i> Engelm.	pinus
Pittosporaceae	<i>Pittosporum undulatum</i> Vent.	pau-incenso
Podocarpaceae	<i>Podocarpus lamberti</i> Klotz.	pinheiro-bravo
Proteaceae	<i>Grevillea robusta</i> A. Cunn. ex R. Br.	grevilea
Rhamnaceae	<i>Hovenia dulcis</i> Thunb.	uva-do-japão
Rosaceae	<i>Prunus campanulata</i> Maxim.	cerejeira-do-japão
	<i>Prunus myrtifolia</i> L.	pessegueiro-bravo
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	café-bugre

Fonte: as autoras, 2021.

Considerações Finais

Com o mapeamento e levantamento de mais elementos arbóreo-arbustivos no Campus Universitário de Uvaranas/UEPG torna-se viável divulgar as espécies que compõem os espaços verdes do Campus para os visitantes, para quem vivencia a área no dia a dia, favorecendo a consciência ambiental, além de colaborar na gestão das mesmas.



Referências

APG IV. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV. **Bot. J. Linn. Soc.**, v. 181, n. 1, p. 1-20, 2016.

BIONDI, D. **Arborização Urbana**: aplicação à educação ambiental nas escolas. Curitiba: O Autor, 2008.120p.

COSTA, L. M. S. A.; MELLO FILHO, L. E.; FARAH, I. M. C.; CAMISÃO, C. Arborização das ruas do bairro de Copacabana. *In*: III Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 1996, Salvador. **Anais do III CBAU**, 1996. p. 79-88.

FILGUEIRAS, T. S. Caminhamento: um método expedito para levantamento florísticos qualitativos. **Cadernos de Geociências**, v.12, p.39-43, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro, 2012. (Série Manuais Técnicos em Geociências).

SANCHOTENE, M.C.C. Desenvolvimento e Perspectivas da Arborização Urbana no Brasil. *In*: **Congresso Brasileiro de Arborização Urbana**, 1994. São Luis. Anais, São Luis. P15-25. 1994.

TADENUMA, S. S. K. **Espacialização da arborização de vias públicas por densidade e níveis de atenção na área urbana de Ponta Grossa (PR)**. 2019, 198 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Geografia) UEPG, Ponta Grossa, 2019.

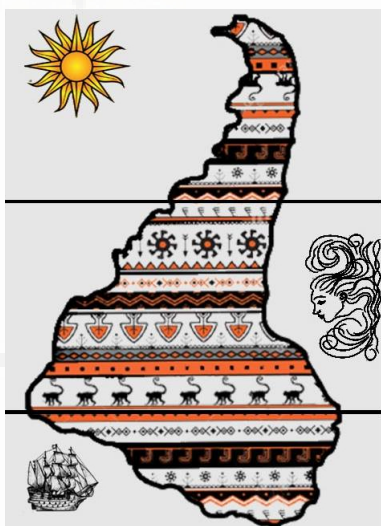
THEPLANTLIST®. **The Plant List**. Disponível em: <<http://www.theplantlist.org/>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

UEPG. **Relatório de Gestão Universidade Estadual de Ponta Grossa**. Ponta Grossa PR, 2014. Disponível em: https://proplan.sites.uepg.br/wpcontent/uploads/2018/05/Numeros_UEPG_2014

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Relato de Experiência: Inserção do Geógrafo como Gestor Ambiental e Territorial por meio de Organizações Não Governamentais

Miguel Paes Crispim

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
miguel.crispim@hotmail.com

Henrique Simão Pontes

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
henriquegeografo@gmail.com

Laís Luana Massuqueto

Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas - GUPE
lais.massuqueto@gmail.com

Introdução

Durante a década de 1970 a visão de planejamento territorial foi estruturada a partir da criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), visando à criação de complexos regionais de inovação, com foco no desenvolvimento regional sob sistema de características endógenas (THEIS, 2016; BRITO *et al.*, 2017). Este modelo ganhou força na década de 1990, mas o conhecimento científico dificilmente chegou às políticas públicas. Como aponta Verdum (1998) é por esta razão, somada a um Estado negligente com as questões ambientais, que a sociedade civil tem agregado forças em busca de desenvolvimento econômico com bases sustentáveis (ambiental e socialmente), sobretudo a partir da criação das Organizações Não Governamentais – ONGs.

Em vista dos desafios enfrentados pelos Profissionais Geógrafos e equipes multidisciplinares na gestão do território e criação de políticas públicas, o tema deste trabalho se insere como um relato de experiência de atuação do Geógrafo ainda em fase de formação acadêmica em uma ONG (Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas

Relato de Experiência: Inserção do Geógrafo como Gestor Ambiental e Territorial por meio de Organizações Não Governamentais

– GUPE) em cumprimento do estágio curricular obrigatório no GUPE. O estágio tem como objetivo a digitalização de levantamentos topográficos de cavidades naturais subterrâneas mapeadas pelo grupo; 2) a redigitalização e atualização de mapas espeleológicos antigos e; 3) compreensão das técnicas de mapeamento espeleológico.

O GUPE é uma entidade sem fins lucrativos declarada de Utilidade Pública Municipal e Estadual. Fundada há 36 anos a instituição realiza atividades educacionais e de pesquisas com auxílio de profissionais de diversas áreas. Tem como objetivo a proteção de cavidades subterrâneas e de seus sistemas ambientais associados, assim demonstrando sua importância como entidade não governamental e para a gestão ambiental e territorial do município de Ponta Grossa e região dos Campos Gerais. Tais características justificam a escolha da referida ONG para a realização do estágio, além do fato de que o GUPE atua em áreas que complementam a formação profissional e acadêmica.

Métodos

O estágio tem como objetivo aplicar junto ao Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (GUPE) os conhecimentos adquiridos em disciplinas do curso de Bacharelado em Geografia, tais como cartografia, sistemas de informação geográfica, sensoriamento remoto, geologia, geomorfologia e hidrologia.

Como metas a serem cumpridas durante o estágio estão: 1) a digitalização de levantamentos topográficos de cavidades naturais subterrâneas mapeadas pelo grupo; 2) a redigitalização e atualização de mapas espeleológicos antigos e; 3) compreensão das técnicas de mapeamento espeleológico.

Para cumprimento das metas 1 e 2 foi utilizado o programa livre Inkscape versão 1.0.1-x64, para realização do trabalho vetorial envolvendo a adequação dos elementos cartográficos. A digitalização foi executada manualmente, respeitando as simbologias e graus de detalhamento propostos pela Union Internationale de Speleologie (UIS) e as orientações contidas no trabalho de Pontes (2016).

Leituras direcionadas e participação em cursos online especializados envolvendo os temas mapeamentos espeleológico, métodos e técnicas de topografia de cavernas e digitalização de dados topográficos espeleológicos possibilitaram atingir o exposto na meta 3.

Resultados e Discussões

O vínculo do Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas – GUPE com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) aufere determinada predominância da produção científica do grupo na região dos Campos Gerais, local de grande relevância espeleológica no estado do Paraná e onde se localiza a referida instituição de ensino.

Os cartogramas desenvolvidos (o estágio ainda se encontra em desenvolvimento) referem-se a cavidades subterrâneas localizadas no município de Ponta Grossa, e até o presente momento foi realizada digitalização da base cartográfica de 6 croquis, os quais ainda necessitam de informações do levantamento topográfico para união dos diferentes segmentos

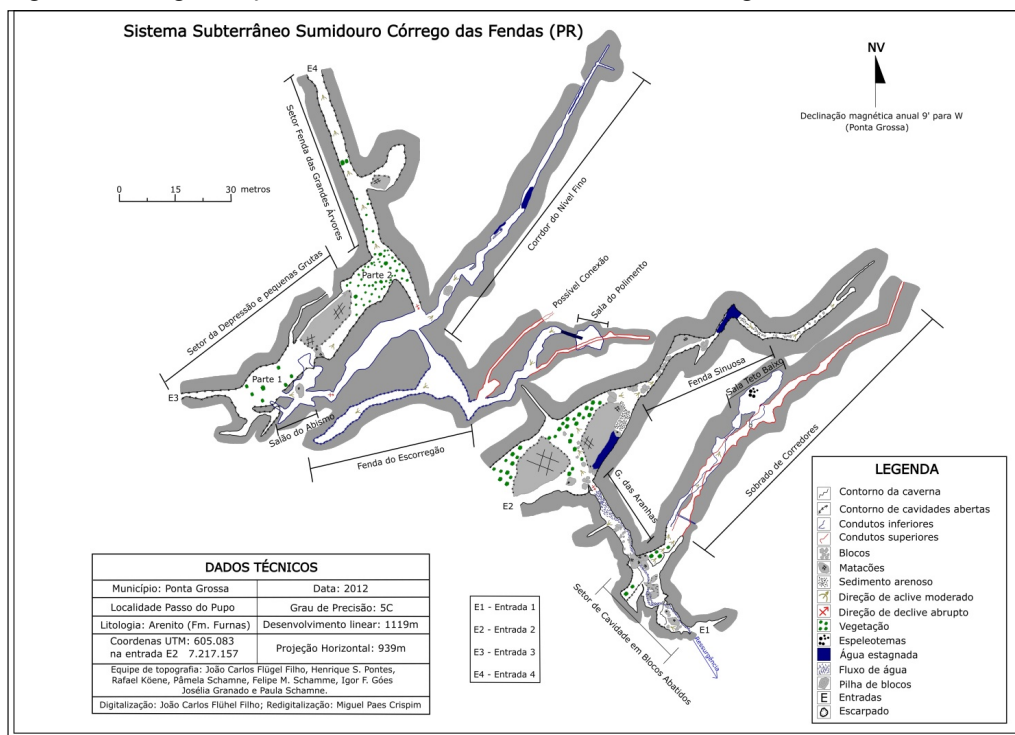


Relato de Experiência: Inserção do Geógrafo como Gestor Ambiental e Territorial por meio de Organizações Não Governamentais

das cavidades e finalização. Quanto às adequabilidades de layouts foram finalizadas as redigitalizações de duas cavidades subterrâneas, o Sumidouro do Rio Quebra Perna e o Sistema Subterrâneo Córrego das Fendas, ambas localizadas na APA da Escarpa Devoniana no município de Ponta Grossa.

O Sistema Subterrâneo Sumidouro Córrego das Fendas é uma cavidade natural desenvolvida em arenitos da Formação Furnas. Possui um desenvolvimento linear conhecido de 1.119 m, quatro entradas distintas e condutos inferiores e superiores, aclives, declives, blocos de rocha soltos e empilhados, matacões, sedimentos arenosos, espeleotemas variados, áreas escarpadas, presença de água estagnada e em fluxo, vegetação, áreas de teto baixo e fendas sinuosas (Figura 1).

Figura 1 – Redigitalização do Sistema Subterrâneo Sumidouro Córrego das Fendas



Org. Crispim, 2021.

Observa-se que este sistema subterrâneo apresenta possíveis conexões entre os condutos superiores e inferiores, os quais ainda não foram explorados. Além da APA da Escarpa Devoniana, a cavidade também está situada dentro do Parque Nacional dos Campos Gerais, e apresenta relevantes valores intrínsecos de destaque na região, por se tratar do maior sistema subterrâneo regional e devido ao seu significado enquanto sistema ambiental local.

O resultado deste trabalho conforme mostra a figura 1, representa o produto final das redigitalizações. Os mapas espeleológicos são importantes ferramentas de gestão territorial e ambiental, uma vez que para qualquer tipo de estudo e para a compreensão das dinâmicas dos ambientes subterrâneos, o mapeamento é fundamental. A boa representação cartográfica, autoexplicativa, ou seja, com convenções cartográficas (legendas) e desenhos de fácil compreensão por qualquer pessoa, possibilita o uso para várias finalidades e, conseqüentemente, por diferentes gestores, formados nas mais diferentes áreas.

Considerações Finais

A inserção do profissional Geógrafo dentro do mercado de trabalho, considerando a aplicação de suas faculdades curriculares, se apresenta válida dentro das organizações não governamentais (ONGs). No caso em específico, de estágio curricular obrigatório em desenvolvimento junto ao Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (GUPE), a experiência tem se mostrado positiva tanto para o estagiário, como para a instituição cedente.

O estágio tem possibilitado a atuação prática em uma área correlata à Geografia (espeleologia), o aprendizado do estagiário e também a contribuição para o planejamento ambiental e territorial do Paraná, uma vez que o GUPE tem atuado fortemente em várias áreas do Estado.

A execução e elaboração do estágio obrigatório têm apresentado desafios quanto ao aprendizado de atividades técnicas práticas e em escritório, devido às condições de isolamento social impostas pela pandemia de COVID-19. Entretanto, as metas estão sendo cumpridas e o objetivo principal previsto no projeto de estágio também está sendo atendido.

Referências

BRITO, V. C.; METTEDI, M. A.; SANTOS, G. F. O uso de múltiplas escalas geográficas no planejamento do desenvolvimento regional. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-30, janeiro/junho 2017.

THEIS, I. M. Desenvolvimento desigual e planejamento regional no Brasil. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, v.37, n.131, p.79-97, jul./dez. 2016.

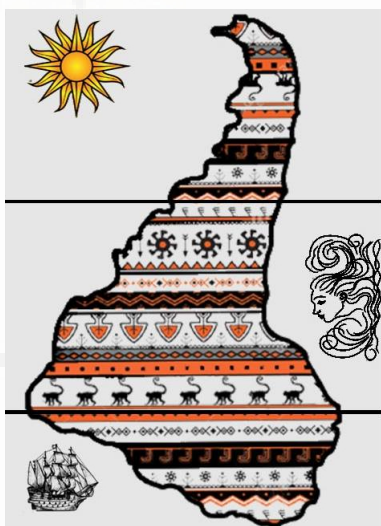
PONTES, H. S. Guia prático para realização de mapeamento de cavidades subterrâneas: métodos e técnicas utilizadas pelo Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (GUPE). **GUPE**, 2ª ed. - janeiro de 2016.

VERDUM, R. A ação das ONGs e as novas formas de inserção profissional da geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 23, p.121-124, março, 1998.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Caracterização da Atuação da Covid-19 no Município de Ponta Grossa - PR

Adriano Kapp Junior

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
adrianokapp@gmail.com

Karin Linete Hornes

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
karinhornes@yahoo.com.br

Introdução

A geografia da saúde dentro de seu arcabouço teórico permite relacionar e compreender as dinâmicas socioambientais e espaciais envolvidas nas enfermidades. O conhecimento das especificidades de determinada virologia em conjunto com elementos socioambientais dirimidos no tempo e no espaço são fundamentais para que o poder público compreenda a manifestação da doença em sua população vulnerável, bem como realize estratégias de prevenção e proteção para a resiliência da mesma.

O Ministério da Saúde do Brasil informa que a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2. Este vírus apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Na atual conjuntura de sua iminência adveio uma pandemia que obrigou as instituições Estatais a mudarem suas organizações.

A doença tem afetado grandemente o município de Ponta Grossa que além de apresentar a quarta população do Estado do Paraná com 355.336 habitantes (IBGE, 2020), também é a 3ª regional de saúde, atendendo Arapoti, Carambeí, Castro, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Porto Amazonas, São João do Triunfo e Sengés, o que lhe torna um centro de grande atenção (SESA, 2021).

Por este motivo o presente trabalho se dedica a caracterização quantitativa mensal da COVID-19 no município de Ponta Grossa. Com o intuito de apresentar a evolução dos casos confirmados e óbitos por COVID-19. O período de referência foi de 1º de março de

Caracterização da Atuação da Covid-19 no Município de Ponta Grossa - PR

2020 a 31 de janeiro de 2021. Os dados de morbidade e mortalidade foram obtidos junto a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná (SESA), a análise das informações permitiu averiguar a evolução da pandemia no município.

Os dados utilizados para o desenvolvimento do trabalho foram coletados dos informes da SESA. Após a coleta eles foram tabulados em um software. Em seguida, estes, foram trabalhados através da subtração com o intuito de verificar os casos confirmados e óbitos de COVID-19 diários, pois os dados disponíveis nos informes são cumulativos. Foi realizada então a soma de todos os dados de casos confirmados e posteriormente de óbitos de cada dia para se verificar o total mensal de cada mês. De posse da tabulação realizou-se os gráficos mensais de casos confirmados de mortalidade e morbidade. Foi realizado também o cálculo da mortalidade da COVID-19 no município.

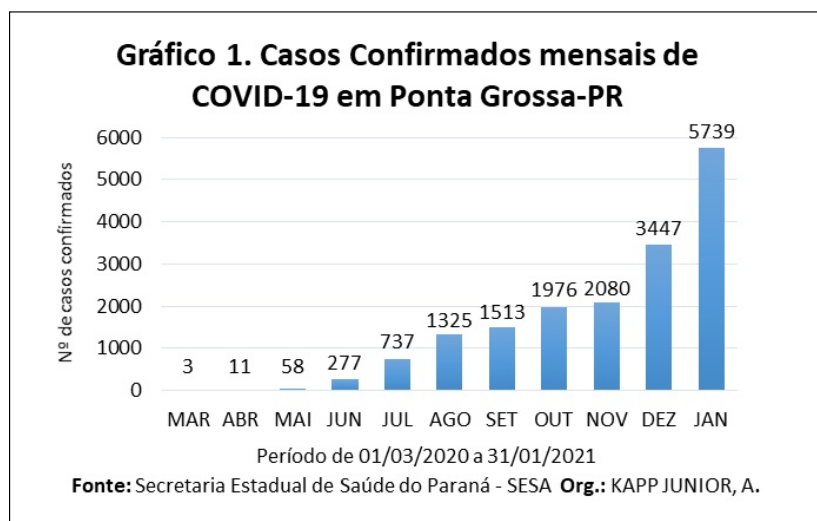
Desenvolvimento

O primeiro caso confirmado de coronavírus no Brasil foi registrado no dia 26 de janeiro de 2020 (BRASIL, 2021). Após se passarem dois meses na data de 21 de março o município de Ponta Grossa-PR registrou o seu primeiro caso confirmado, após quatro dias, mais dois casos, totalizando 3 no mês (SESA, 2021). Constatou-se forte atuação da doença nos meses consecutivos.

Após realizar a análise do avanço dos casos confirmados de COVID-19 no período de 1º de março de 2020 a 31 de janeiro de 2021, constatou-se que o centésimo caso confirmado é registrado em junho. No mês seguinte (julho) o total de casos ultrapassou 1.000, e cinco meses após (dezembro), já eram contabilizados 10.000 casos. No último dia do período de referência (31 de janeiro de 2021), o município contabilizava 17.166 casos confirmados da doença (SESA, 2021).

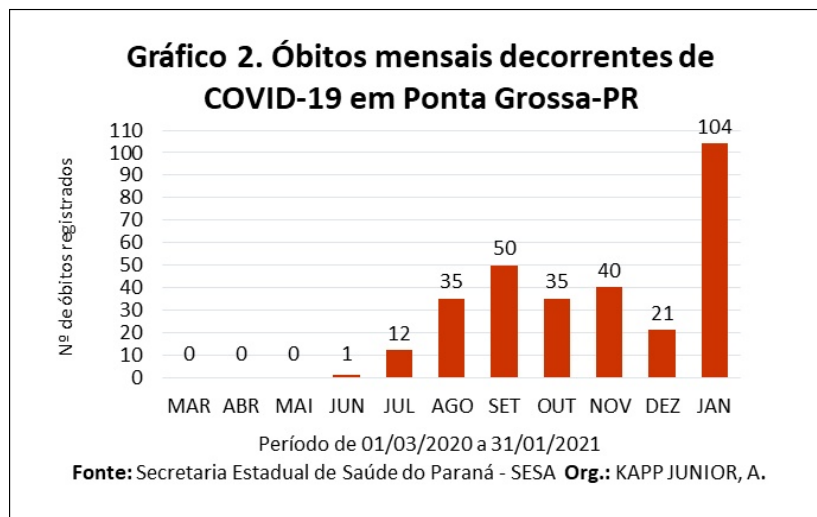
Com relação ao registro de óbitos decorrentes de COVID-19 no período do estudo, verifica-se que o primeiro falecimento ocorre em junho e, em outubro já haviam sido registrados 100 mortes. Cabe destacar que no mês de janeiro há 104 registros, contabilizando no período 298 óbitos (SESA, 2021).

Os dados mensais dos casos confirmados de COVID-19 (Gráfico 1) permitem verificar um grande avanço da doença, pode-se destacar os meses de dezembro e janeiro como períodos de forte crescimento nos registros.



Caracterização da Atuação da Covid-19 no Município de Ponta Grossa - PR

Os dados mensais dos óbitos decorrentes de COVID-19 (Gráfico 2) permitem verificar o crescimento dos registros ao longo da pandemia. Existem dois picos no período de estudo, um em setembro (50 óbitos) e outro em janeiro, sendo este último muito proeminente, o qual contabiliza 104 óbitos.



A taxa de mortalidade da Covid-19 em Ponta Grossa corresponde a 0,84%. O número de recuperados no período de estudo foi de 10.438, sem considerar os 3.015 casos que estavam em análise (SESA, 2021, p. 23).

A Organização Mundial da saúde afirma que 80% dos acometidos por COVID-19 apresentam sintomas leves sem complicações, 15% necessitam de hospitalização e oxigenoterapia e 5% carecerão de unidade de terapia intensiva (UTI) (NORONHA, *et al.*, 2020). Assim dependendo da propagação do vírus na população, os sistemas de saúde de Ponta Grossa podem sofrer pressão uma vez que o município não atende apenas a sua demanda, incluindo outros municípios da 3ª regional que nem sempre dispõem de leitos hospitalares com capacidade e especialidade para suas populações, tendo que recorrer as regiões geográficas intermediárias. Atualmente o município concentra os casos de Covid-19 no Hospital Universitário que possui 46 leitos de UTI e 64 clínicos para tratamento da doença. Além disso, o HU também tem quatro leitos de emergência, totalizando 114 vagas. Destaca-se que esta quantidade de leitos é para atender a demanda do município e as necessidades da 3ª Regional de saúde nos casos de coronavírus (G1, 2021). Os Parâmetros para a propagação básica da saúde do Ministério da Saúde e Secretaria de Políticas de saúde (2001) sugerem uma quantidade Geral 3 a 4 leitos/ 1.000 habitantes, destes de 4% a 10% devem ser reservados para caso de UTI. Considerando que em janeiro registrou-se 5739 casos e que destes casos 5% necessitariam de UTI conforme as informações da OMS o número necessário de leitos apenas para atender o município de Ponta Grossa seria de aproximadamente 277, fica evidente a defasagem de 162 leitos no entanto existem elementos que minimizam esta pressão que não foram considerados tais como tempo de permanência na UTI, número de casos diários e leitos privados, que aqui não foram contemplados o que diminuem o quadro de possível colapso.

Considerações Finais

Através da análise dos dados da SESA foi possível caracterizar a atuação da COVID-19 em Ponta Grossa-PR, pode-se concluir que a pandemia do coronavírus vem atuando fortemente no município de Ponta Grossa. Até o presente período estudado o mês de janeiro de 2021 representa o maior número de casos, servindo como um alerta de atenção para a população e poder público. O levantamento revelou que 17.166 pessoas foram infectadas no período analisado, ocasionando 298 óbitos e, 10.438 se recuperaram da doença, sem considerar os 3.015 casos que ainda estavam em análise. A tendência positiva de crescimento de casos confirmados é clara e contínua, uma vez que a vacina ainda não foi implantada na grande parcela da população assim recomenda-se parcimônia.

Referências

G1. GLOBO. **Hospital Universitário de Ponta Grossa abre seis novos leitos de UTI para Covid-19.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2021/01/10/hospital-universitario-de-ponta-grossa-abre-seis-novos-leitos-de-uti-para-covid-19.ghtml>. Acesso em: 8 fev. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **IBGE Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Políticas de Saúde - Departamento de Atenção Básica. **Parâmetros para programação das ações básicas de saúde.** Fevereiro de 2001. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=atencao-primaria-em-saude-944&alias=556-parametros-para-programacao-das-acoes-basicas-saude-6&Itemid=965. Acesso em: 8 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/#fev2020>. Acesso em: 4 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 28 jan. 2021.

NORONHA, K.V.M.DE S., GUEDES, G.R. TURRA, C. M., ANDRADE M. V., BOTEAGA, L. NOGUEIRA, D. CALAZANS. J. A., CARVALHO, L. SERVO L. FERREIRA M. F. **Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários.** Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1089/pandemia-por-covid-19-no-brasil-analise-da-demanda-e-da-oferta-de-leitos-hospitalares-e-equipamentos>



Caracterização da Atuação da Covid-19 no Município de Ponta Grossa - PR

de-ventilacao-assistida-segundo-diferentes-cenarios/autores. Acesso em: 2 fev. 2021.

SESA (Secretaria da Saúde do Estado do Paraná). **3ª Regional de Saúde - Ponta Grossa**. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/3a-Regional-de-Saude-Ponta-Grossa>. Acesso: 08 fev. 2021.

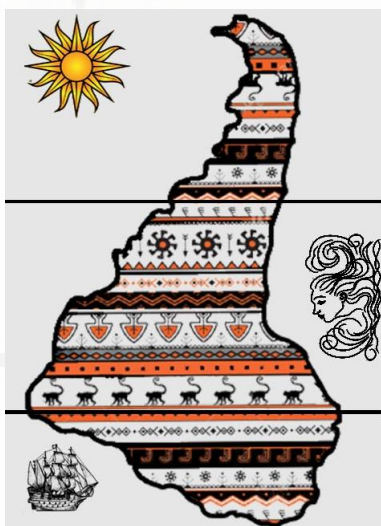
SESA (Secretaria da Saúde do Estado do Paraná). **Boletim - Informe Epidemiológico (COVID-19)**. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Coronavirus-COVID-19>. Acesso em: 28 a 08 jan. 2021.

SESA (Secretaria da Saúde do Estado do Paraná). **Boletim - Informe Epidemiológico (COVID-19)**. Disponível em: https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202101/INFORME_EPIDEMIOLOGICO_31_01_2021.pdf. Acesso em: 8 fev. 2021.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Vermes Tubícolas no Devoniano da Bacia do Paraná Brasil: Taxonomia e Implicações Paleoautoecológicas e Bioestratigráficas

Isabelle de Siqueira Tavares

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

isabelletavares597@gmail.com

Jeanninny Carla Comniskey

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

comniskey@gmail.com

Elvio Pinto Bosetti

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

elvio.bosetti@pq.cnpq.br

Introdução

Vermes tubícolas compreendem um grupo de animais marinhos de corpo mole associados à característica de produção de tubos rígidos para sua sobrevivência. Segundo Rupert & Barnes (2005) o tubo produzido pode servir como um abrigo protetor ou como uma cova para a captura de presas, permitindo também que o animal habite superfícies duras, como conchas, rochas e corais.

O grupo engloba organismos de táxons diferentes (VINN & MUTVEI, 2009), e apresenta ampla distribuição estratigráfica que vai do Proterozoico ao Holoceno (CORTIJO *et al.*, 2015).

Na Bacia do Paraná os primeiros registros datam do Devoniano e foram referidos no início do século XX, no pioneiro trabalho de John Mason Clarke de 1913, que descreve a espécie *Serpulites sica* Salter, 1840. Posteriormente, foram feitas referências à ocorrência de possíveis Vestimentíferas (BOSETTI *et al.*, 2014a), poliquetas aglutinantes (BOSETTI

Vermes Tubícolas no Devoniano da Bacia do Paraná Brasil: Taxonomia e Implicações Paleoautoecológicas e Bioestratigráficas

et al., 2014b), Cornulídeos do gênero *Cornulites* (BOSETTI *et al.*, 2016) e poliqueta de novo gênero e espécie *Annulitubus mutveii* (VINN *et al.*, 2016). Entretanto, todas essas proposições necessitam de revisão, pois esse grupo de animais sempre gerou discussões de cunho taxonômico e bioestratigráfico e isso perdura ainda na literatura moderna.

O presente estudo encontra-se em fase inicial, e propõe revisar tanto a taxonomia bem como as implicações paleoautoecológicas e bioestratigráficas de vermes tubícolas durante o Devoniano da bacia do Paraná.

Resultados e Discussões

Levando em consideração o hábito de vida relacionado à produção de tubos, vários organismos preservados no registro paleontológico se encaixam nesse tipo de descrição, entre eles: Ordens *Microconchida* Weedon, 1991 e *Tripanoporida* Weedon, 1991; Família *Cornulitidae* Fisher, 1962 e os Gêneros *Anticalyptraea* Quenstedt, 1867 e *Tymbochoos* Okulitch, 1937. Esses táxons apresentam posições taxonômicas incertas (VINN & MUTVEI, 2009). Além disso, apresentam composição calcária do tubo, sendo mencionados na bibliografia como “vermes tubícolas problemáticos paleozoicos” (VINN & MUTVEI, 2009), devido à sua preservação restrita à era em questão.

Todavia, merecem destaque os anelídeos da classe *Polychaeta*, devido ao grande número de representantes que apresentam o hábito de vida tubícola. O registro não é restrito ao Paleozoico, com representantes também no Mesozoico e Cenozoico (GEORGIEVA *et al.*, 2019).

Entre os diferentes materiais que compõem os tubos dos poliquetas tubícolas, bem como seus respectivos representantes, tem-se: calcários (Famílias *Serpulidae*, *Cirratulidae*, *Sabellidae*); mucosas (Famílias *Alvinellidae*, *Eunicidae*, *Chaetopteridae*, *Maldanidae*, *Nereididae*, *Onuphidae*, *Siboglinidae* e *Sabellidae*); enlameados (Família *Sabellidae*); aglutinados (Famílias *Ampharetidae*, *Owenidae*, *Petcinaridae*, *Sabellariidae* e *Terebellidae*) (DAY, 1967; FAUCHALD, 1977; RUPERT & BARNNES, 2005; BERKE & WOODIN, 2008; GEORGIEVA *et al.*, 2019).

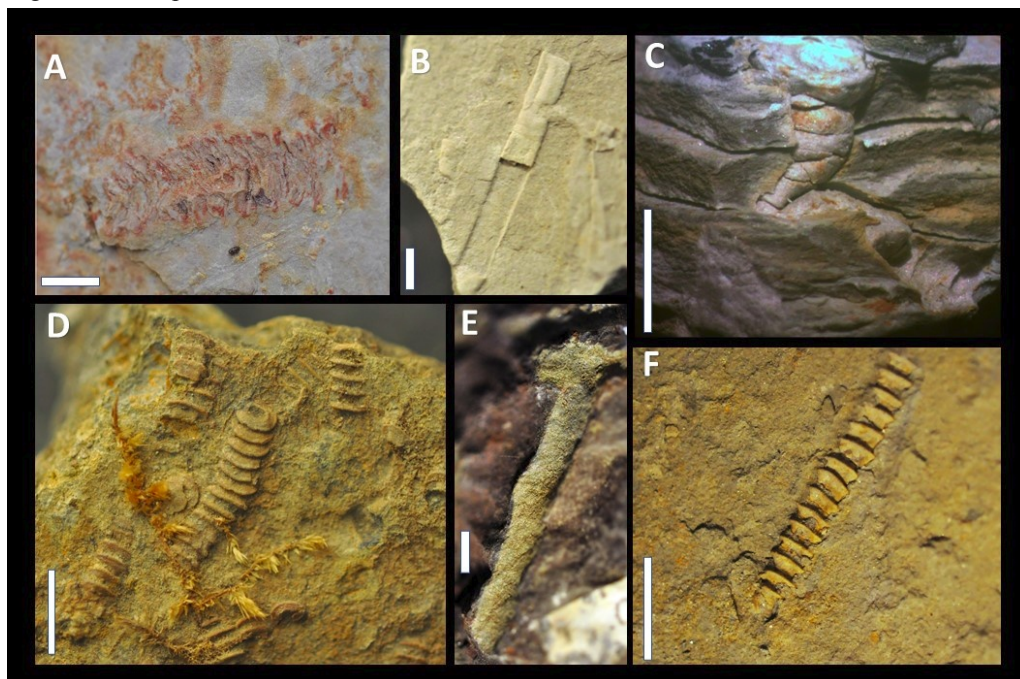
Em relação às amostradas depositadas no Laboratório da UEPG, foram contabilizados até o momento 1967 espécimes de vermes tubícolas (Figura 1). Dentre esses, as identificações anteriores possibilitam classificar os fósseis, até o momento, como possíveis Vestimentíferas e *Polychaeta* aglutinante, além de espécimes dos gêneros *Serpulites* e *Cornulites*.

Sobre a distribuição estratigráfica das amostras selecionadas, as mesmas são provenientes de afloramentos dos Municípios de Tibagi e Arapoti, ambos do estado do Paraná que datam do Praguiano ao Givetiano. A distribuição estratigráfica de alguns dos táxons de vermes tubícolas registrados na região parece seguir um padrão que merece atenção, relacionada à interpretação dos paleoambientes em que foram preservados. Verifica-se que normalmente a presença desses fósseis é aparentemente escassa no Devoniano Inferior do Paraná, e são abundantes em ambientes pós-extinção no Devoniano Médio (BOSETTI *et al.*, 2014a), quando a província faunística declina e há a presença de assembleia reliquiar da Província Malvinocáfrica, porém esse fato pode ser ainda um tendenciamento tafonômico.



Vermes Tubícolas no Devoniano da Bacia do Paraná Brasil: Taxonomia e Implicações Paleoautoecológicas e Bioestratigráficas

Figura 1. Exemplos de vermes tubícolas estudados



Legenda: A – MPI 9574 contendo Polychaeta aglutinante, B – MPI 12056 Serpulites sp., C – MPI 10576 Cornulites sp., D – MPI 13152 possível Vestimentífera, E – MPI 11537 tubícola indeterminado, F – MPI 13799 possível Vestimentífera. (Escala: 0,5 cm).

Sendo assim, além da análise das amostras depositadas no Laboratório, para compreender tais fatos relacionados às mudanças paleoambientais, será necessário revisitar os pontos de coleta do material, para análises tafonômicas.

Considerações Finais

O material encontra-se em fase de processamento e análises, entretanto, discussões em torno desse grupo na bibliografia, bem como a possibilidade de amostras contendo organismos semelhantes serem classificadas de formas divergentes, demonstram fortes indícios da necessidade da revisão taxômica do grupo enfocado. Como embasamento para o entendimento de suas ocorrências, além da realização de análises tafonômicas para a interpretação paleoambiental, estão sendo consideradas ainda as interações paleossinecológicas do grupo como indicador de paleoambientes ecologicamente estressados, tipicamente estabelecidos em situações imediatamente posteriores a eventos de extinção.

Referências

BERKE, S. K.; WOODIN, S. A. Tube decoration may not be cryptic for Diopatra cuprea (Polychaeta: Onuphidae). **Biology Bulletin**, v. 214, p. 50–56. 2008. <http://dx.doi.org/10.2307/25066659>

BOSETTI, E.P.; COMNISKEY, J. C.; MYSZYNSKI JUNIOR, L.; GHILARDI, R. P.; Primeiro relato de Cornulites sp. nas camadas Devonianas da Sub-bacia Apucarana, Paraná, Brasil. In: XVIII Paleo PR/SC, 2016, União

Vermes Tubícolas no Devoniano da Bacia do Paraná Brasil: Taxonomia e Implicações Paleoautoecológicas e Bioestratigráficas

da Vitória. **Banner...** União da Vitória: Paleo PR/SC, 2016.

BOSETTI, E. P.; HORODYSKI, R. S.; COMNISKEY, J. C.; GHILARDI, R. P.; SEDORKO, D. Tubos vestimentíferos no Eogivetiano da formação São Domingos, Bacia do Paraná? *In: II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PALEOINVERTEBRADOS*, 2014, Ponta Grossa. **Resumos expandidos...** Ponta Grossa: II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PALEOINVERTEBRADOS, 2014a.

BOSETTI, E. P.; HORODYSKI, R. S.; SEDORKO, D. Novas evidências de bioerosão e vermes tubícolas no Devoniano da bacia do Paraná e seu significado paleoambiental. *In: II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PALEOINVERTEBRADOS*, 2014, Ponta Grossa. **Resumos expandidos...** Ponta Grossa: II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PALEOINVERTEBRADOS, 2014b.

CLARKE, J.M. 1913. **Fósseis devonianos do Paraná**. Monografia do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, 1913. 353 p.

CORTIJO, I.; CAI, Y.; HUA, H.; SCHIFFBAUER, J. D.; XIAO, S. Life history and autecology of an Ediacaran index fossil: Development and dispersal of Cloudina. **Gondwana Research**, v. 28, p. 419–424. 2015. <http://dx.doi.org/10.1016/j.gr.2014.05.001>

DAY, J. H. A monograph on the Polychaeta of Southern Africa. **British Museum (Natural History)**, v. 656, p. 1–878. 1967.

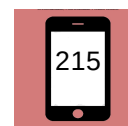
FAUCHALD, K. The polychaete worms. Definitions and keys to the orders, families and genera. **Natural History Museum of Los Angeles County, Science Series**, v. 28, p. 1–188. 1977.

GEORGIEVA, M. N.; LITTLE, C. T. S.; WATSON, J. S.; SEPHTON, M. A.; BALL, A. D.; GLOVER, A. G. Identification of fossil worm tubes from Phanerozoic hydrothermal vents and cold seeps, **Journal of Systematic Palaeontology**, v. 17, n. 4, p. 287–329. 2019.

RUPPERT, E. E.; BARNES, D. 2005. **Zoologia de Invertebrados**. Editorial Rocca, 7 ed, São Paulo, Brasil: 1168p

VINN, O.; MUTVEI, H. Calcareous tubeworms of the Phanerozoic. **Estonian Journal of Earth Sciences**, v. 58, p. 286–296. 2009. <http://dx.doi.org/10.3176/earth.2009.4.07>

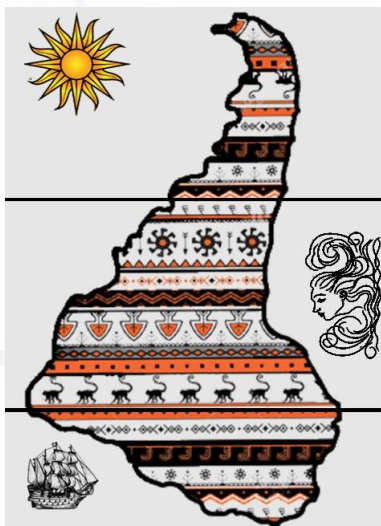
VINN, O.; ZABINI, C.; SILVA, G. S.; KIRSIMÄE, K.; MARCOS, L. S. Possible polychaete tube worms from the Late Emsian (Early Devonian) of the Parana Basin, Brazil. **ActaPalaeontologicaPolonica**, Warszawa, v. 61, p. 51–55. 2016.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Educação para a Gestão Ambiental: O Processo de Formação dos Gestores Ambientais na Construção da Cidadania na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri

Brenda Almeida Lima
Universidade Federal do Sul e
Sudeste do Pará- UNIFESSPA
brenda.almeidalima@outlook.com

Dionel Barbosa Ferreira Júnior
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA
dioneljunior41@gmail.com

Patrícia da Silva Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA
patriciadasilvasilva2302@gmail.com

Paloma Cristina Bezerra Campos
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio
palomacristina922@gmail.com

Vitória dos Santos Banina
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- ICMBio
vicck.bayma@gmail.com

Introdução

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia ambiental do governo federal, foi criado por meio da Lei Federal nº 11.516 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007), o nome do instituto é uma homenagem ao ativista ambiental Chico Mendes o mesmo lutava pelo desenvolvimento sustentável associado a conservação da biodiversidade (JÚNIOR *et al.*, 2018). O órgão é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), setor responsável pela gestão das

Educação para a Gestão Ambiental: O Processo de Formação dos Gestores Ambientais na Construção da Cidadania na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri

unidades de conservação federais, assim como o desenvolvimento de atividades que visam à conservação da biodiversidade (ICMBIO, 2018).

No Estado do Pará a maior área contínua protegida de responsabilidade do ICMBio é o Mosaico de Carajás que é compreendido como um conjunto de Unidades de Conservação (UC) federais localizadas no sudeste do estado, com 1 milhão e 207 mil hectares (ICMBio, 2017), composto por um conjunto de seis unidades de conservação e uma terra indígena, são elas: Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado, Floresta Nacional de Carajás, Floresta Nacional do Itacaiúnas, Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, Reserva Biológica do Tapirapé e Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, e a terra indígena Xikrin do Cateté compõe o Mosaico e possui gestão da FUNAI (ICMBIO, 2018; JÚNIOR *et al.*, 2018).

Em 2009 foi criado o Programa de Voluntariado do ICMBio que tem o propósito de promover o engajamento da sociedade na conservação da biodiversidade na atualidade são aproximadamente 160 unidades aderidas e o programa permanece em expansão (ICMBIO, 2017).

No mosaico de Carajás a primeira unidade que aderiu ao programa foi a Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri (FLONATA) em 2016. Os voluntários formados participam de diversas atividades de educação ambiental, como conduzir visitas guiadas ao interior das áreas protegidas, assim como eventos de educação ambiental, pesquisa, tabulação de dados, produção de materiais didáticos e ações de divulgação da UC.

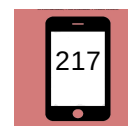
A atividade mais desenvolvida é conduzir pessoas dos municípios vizinhos para conhecer o interior das unidades de conservação do Mosaico de Carajás, através do Programa Comunidade vai à Floresta. Esse programa tem como objetivo a aproximação da sociedade com as UC's, em estímulo à gestão participativa e a sensação de pertencimento.

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência dos discentes do curso de Tecnólogo em Gestão Ambiental do Instituto Federal do Pará (IFPA) e dos monitores voluntários da FLONATA, por meio do Programa Comunidade Vai à Floresta, sobre o processo de formação superior e o despertar do sentimento de pertencimento individual e coletivo das áreas protegidas através da construção da cidadania.

Desenvolvimento

O IFPA a partir do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Tecnólogo em Gestão Ambiental e da Política de Educação Ambiental aborda nas disciplinas e conteúdos curriculares as questões ambientais, através de discussões contínuas e permanentes sobre a temática, com a execução de atividades práticas pedagógicas, como as atividades de campo e visitas técnicas integradas, abordando temas relacionados com a sustentabilidade e defesa do meio ambiente.

Duas turmas (2018 e 2019) do curso Tecnólogo em Gestão Ambiental do IFPA, acompanhados do docente responsável, dos monitores voluntários do Programa de Voluntariado da FLONATA e um técnico ambiental do ICMBio, foram conduzidos da cidade de Marabá (PA), para o interior do circuito de trilhas ecológicas da FLONATA que compõe o Mosaico de Carajás.



Educação para a Gestão Ambiental: O Processo de Formação dos Gestores Ambientais na Construção da Cidadania na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri

Anteriormente a saída destes para a visita, ocorreu uma palestra prévia que tem como função apresentar o órgão gestor, as UC's, e as trilhas ecológicas que estes iriam participar, com intuito de promover o início do debate sobre a importância das UC's para a dinâmica socioambiental regional, relacionando com o PPC e do papel de futuro gestores ambientais acerca nas UC's.

Foram visitadas a FLONATA, que compunha de trilhas ecológicas, como a da Paxiúba, que se encontra dentro do Projeto Salobo da empresa Vale S.A. Essa trilha possui grande quantidade de paxiúba, que com o passar do tempo essas raízes antigas caem ou quebram e dão lugar a novas formações de raízes, dando a impressão que a essa espécie anda, cujo objetivo é que isso possibilite o seu encontro com a luz do sol para que estas possam crescer.

Essa trilha é muito conhecida por possuir um pequeno córrego de água cristalina que anteriormente era usada como fonte de captação da Companhia Vale do Rio Doce e das formações rochosas chamadas de pedras gêmeas, que no início eram apenas uma, mas com o processo de intemperismo, acabou dividindo ao meio, e que popularmente chamam de toca da onça.

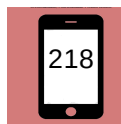
Já a trilha da Castanheira, destaca-se pela grande reboleira/quantidade de castanheira e a incidência desta na beira do rio. Os índios fazem coleta da castanha no final de fevereiro até início de maio, e neste período a trilha não fica aberta para a visitação. No final da trilha encontra-se as corredeiras do Rio Itacaiúnas em meio a uma formação rochosa na área denominada de Caldeirão, que com a incidência do sol sobre as rochas fazem com que as águas sejam termais.

Em ambas as trilhas, os discentes andaram sobre pontes suspensas com cordas de cabo de aço, e em alguns trechos tiveram o apoio dessas mesmas cordas para auxiliar na subida e descida de trechos mais difíceis durante o percurso e pontos de parada para descanso e lanche que tinham troncos de árvores que caíram naturalmente, e foram cortados previamente na confecção das trilhas ecológicas para servir de assento durante as visitas na UC.

Durante a visita técnica, os alunos fizeram vários apontamentos, principalmente no que tange acerca do desconhecimento das UC's que compõem o Mosaico de Carajás, e principalmente da FLONATA que compreende os municípios de Marabá e Parauapebas, em que se encontra inserido a instituição de ensino.

Os questionamentos levantados por eles focaram a respeito de se ter um empreendimento minerário na área de abrangência da FLONATA, visto que essa é uma UC de Uso Sustentável, e citaram sobre os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Gerenciamento de Unidades de Conservação, Legislação Ambiental, Avaliação de Impactos Ambientais e Economia Ambiental, e como a formação superior em Gestão Ambiental pode implicar no desenvolvimento sustentável da UC afim de preservá-la, sem que o projeto minerário não venha totalmente suprimi-la.

O ponto mais relevante ao final da visita nas margens do Rio Itacaiúnas, foi sobre a sensação de pertencimento de preservar a UC e de falar para as outras pessoas sobre a existência da FLONATA, assim como outras UC's na região e que estão abertas à visitação pela comunidade em geral. Estes também citaram sobre a disciplina de Educação e Ética Ambiental e Gestão Ambiental Integrada e Participativa, correlacionando a educação ambiental crítica voltada



Educação para a Gestão Ambiental: O Processo de Formação dos Gestores Ambientais na Construção da Cidadania na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri

para a cidadania, para que este se sinta envolvido nas ações relacionadas ao meio ambiente, sendo considerado a realidade social, econômica, cultural e ecológica do espaço de vivência dos alunos.

Salientando a educação para a cidadania como um elemento determinante na formação de indivíduos participantes e ativos para assumirem a responsabilidade de cumprir seus deveres e lutar por seus direitos, destacando a educação ambiental como um componente de uma cidadania abrangente, ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade.

Considerações Finais

O processo de formação dos discentes em Tecnólogo em Gestão Ambiental do IFPA, nos faz refletir sobre a educação ambiental para o exercício da cidadania representando a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida através da preservação e defesa do meio ambiente. Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover o desenvolvimento sustentável, e que a cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade.

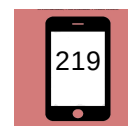
Deste modo, a educação ambiental como processo de formação e exercício de cidadania, refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada na educação ambiental crítica e emancipatória, assumida na proposta de educação no processo de gestão socioambiental.

Referências

BRASIL. **Lei n. 11.516**, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm. Acesso em: 27 jan. 2021.

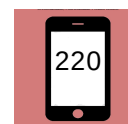
ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **O Instituto**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitut>. Acesso em: 27 jan. 2021.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Programa de Voluntariado do ICMBio celebra conquistas e se prepara para novos desafios**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/voluntariado/icmbioemfoco_especialvoluntariado_2017.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.



Educação para a Gestão Ambiental: O Processo de Formação dos Gestores
Ambientais na Construção da Cidadania na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri

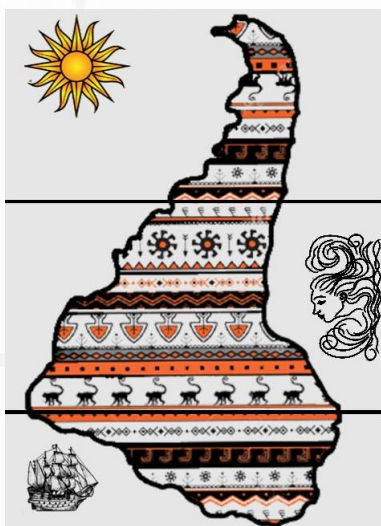
JÚNIOR, Marcelo Mendes Braga *et al.* (RE) CONHECENDO AMAZÔNIA: A ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NO MOSAICO DE CARAJÁS. **Anais do III Congresso Internacional das Ciências Agrárias (COINTER PDVAgro)**. 2018. Disponível em: <https://cointerpdvagro.com.br/wp-content/uploads/2019/01/RE-CONHECENDO-AMAZ%C3%94NIA-A-ATIVIDADE-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O-AMBIENTAL-CR%C3%8DTICA-NO-MOSAICO-DE-CARAJ%C3%81S-1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente dos Municípios da Bacia do Rio Piracicaba/MG

Ewerton Ferreira Cruz

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas
ewertonengambiental@yahoo.com.br

Alecir Antônio Maciel Moreira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas
alecirmoreira@hotmail.com

José Henrique Izidoro Apezteguia Martinez

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas
josehiam@gmail.com

Introdução

A Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba - BHRP constitui um microcosmo interessante do território de Minas Gerais. Ela ocupa uma área de aproximadamente 5.706 km² localizada em duas mesorregiões: a Metropolitana de Belo Horizonte e Vale do Rio Doce (IGAM, 2010). Ele tem suas nascentes localizadas no município de Ouro Preto e foz no Rio Doce, na divisa dos municípios de Ipatinga e Timóteo (IGAM, 2010). A BHRP abrange total ou parcialmente 20 municípios mineiros.

De acordo com Paula (1997), a ocupação da bacia teve como propulsor o início da extração de ouro no século XVII nos municípios de Ouro Preto e Mariana. Com a busca intensa desse mineral em diversas áreas próximas a esses municípios, diversas vilas foram fundadas. Posteriormente, no século XX, houve a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas, fazendo com que novas ocupações surgissem. A descoberta de novas jazidas de minério de ferro atraiu empresas do ramo minerário para a região, realimentando o processo de ocupação, assim as siderúrgicas foram para aí atraídas (BRAGA, 1998).

Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente dos Municípios da Bacia do Rio Piracicaba/MG

Logo, induziu-se a necessidade de produção de carvão vegetal para o tratamento do minério de ferro. Favorecidas por incentivos fiscais e políticas públicas, empresas investiram na monocultura de eucalipto, dessa maneira o processo de produção do espaço da região condicionou a existência de um conjunto de problemas socioambientais de grande monta.

No ano de 2015, a bacia do rio Doce foi fortemente impactada pelo desastre do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG). Entre os impactos do desastre incluem-se a poluição e assoreamento de cursos d'água, a supressão de vegetação ciliar e a contaminação de solos.

De acordo com Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos Piracicaba (IGAM, 2010), a bacia do Rio Piracicaba foi a que apresentou o maior ritmo de crescimento populacional da bacia do Rio Doce, apresentando crescimento médio de 1,2% ao ano (2000 a 2007).

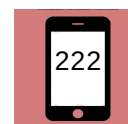
Em relação ao saneamento básico da BHRP, quase 97% da população possuem abastecimento e menos de 20% dos esgotos são tratados. O abastecimento de água na bacia contava, no ano de 2007, com um índice médio de 96,7% da população urbana atendida. Em relação ao esgotamento sanitário, os municípios da BHRP coletam, aproximadamente, 84,6% do esgoto produzido. Apenas 3 dos 17 municípios com cede dentro da BHRP tratam 100% do esgoto produzido (IGAM, 2010). Diante do exposto, constitui objetivo geral deste estudo caracterizar as condições de suscetibilidade de saneamento e meio ambiente.

Desenvolvimento

O Índice de Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente (IVIMA) é um índice que engloba a infraestrutura do município, principalmente àquelas relacionadas ao saneamento ambiental. O IVIMA teve como origem no trabalho desenvolvido por Maciel *et al.* (2005) e foi apresentado à Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia – ANPEC no mesmo ano.

O modelo possui as seguintes variáveis: origem do abastecimento de água no domicílio (rede geral, poço, outro tipo); forma de abastecimento de água (canalizada em pelo menos um cômodo, canalizada só na propriedade, não canalizada); tipo de esgotamento (rede geral, fossa séptica, fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar); destino do lixo domiciliar (coletado por serviço de limpeza, caçamba, queimado, enterrado, terreno baldio, jogado em rio, lago, mar); existência de iluminação elétrica no domicílio; existência de linha telefônica no domicílio.

Os critérios de valoração das variáveis qualitativas do modelo do IVIMA foram realizados de acordo com o modelo proposto por Maciel *et al.* (2005) de forma adaptada. Sendo assim, os critérios foram divididos em não vulnerável (peso 0) e vulnerável (peso 1), conforme o quadro 1. Com o intuito de considerar a real situação dos municípios da bacia, foi considerado o percentual das residências que possuem características inadequadas, ou seja, consideradas vulneráveis.



Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente dos Municípios da Bacia do Rio Piracicaba/MG

Quadro 1: Critérios para Construção do Índice de Vulnerabilidade em Infraestrutura e Meio Ambiente

Variável	Indicador	Não vulnerável = 0	Vulnerável = 1
V1	origem do abastecimento de água no domicílio	Rede Geral	Poço ou outro tipo
V2	forma de abastecimento de água	Canalizada em pelo menos um cômodo, canalizada só na propriedade.	Não canalizada
V3	tipo de esgotamento	Rede Geral	Fossa séptica, fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar
V4	destino do lixo domiciliar	Coletado por serviço de limpeza	Caçamba, queimado, enterrado, terreno baldio, jogado em rio, lago ou mar

Fonte: Adaptado de Maciel *et al*, 2005.

Os dados do Censo demográfico do IBGE de 2010 foram utilizados para caracterizar origem e forma do abastecimento de água. Como variáveis para essas duas características tem-se a quantidade de casas que recebem água da rede geral de distribuição, de poços ou nascentes em suas propriedades, bem como outras formas de abastecimento que não estão incluídas nas duas anteriores. Para a caracterização da origem de abastecimento, foi considerado como inadequadas aquelas que não advém das redes de distribuição geral, ou seja, as de poços, nascentes ou outras formas.

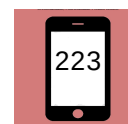
Para quantificar o esgotamento sanitário foi considerado como inadequado o esgotamento sanitário realizado em fossas sépticas, residências que não possuem banheiros e outros tipos de esgotamento. Apenas o esgotamento sanitário da rede coletora foi considerado adequado.

Para a caracterização do destino do lixo domiciliar também foram utilizados os dados do Censo demográfico de 2010 do IBGE. Nesse aspecto, de acordo com a pesquisa, foram subdivididos os tipos de destino do lixo domiciliar em: diretamente por serviço de limpeza, em caçamba de serviço de limpeza e outros (não coletados). Portanto, para determinar a porcentagem de destino inadequado de cada município foi considerado como inadequado as residências que não são contempladas com o serviço de coleta.

Para a obtenção do mapa síntese de vulnerabilidade de infraestrutura e saneamento foram somados os valores das variáveis e transformados em porcentagem através da equação:

$$IVIMA = \frac{(V1 + V2 + V3 + V4 + V5 + V6)}{6} \times 100$$

As variáveis V5 e V6 foram desconsideradas pois não se adequam no diagnóstico ambiental para a conservação, conforme exposto por Moreira (2015). A partir do resultado da equação, foi possível reclassificar os municípios segundo o grau de vulnerabilidade (Quadro 2).



Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente dos Municípios da Bacia do Rio Piracicaba/MG

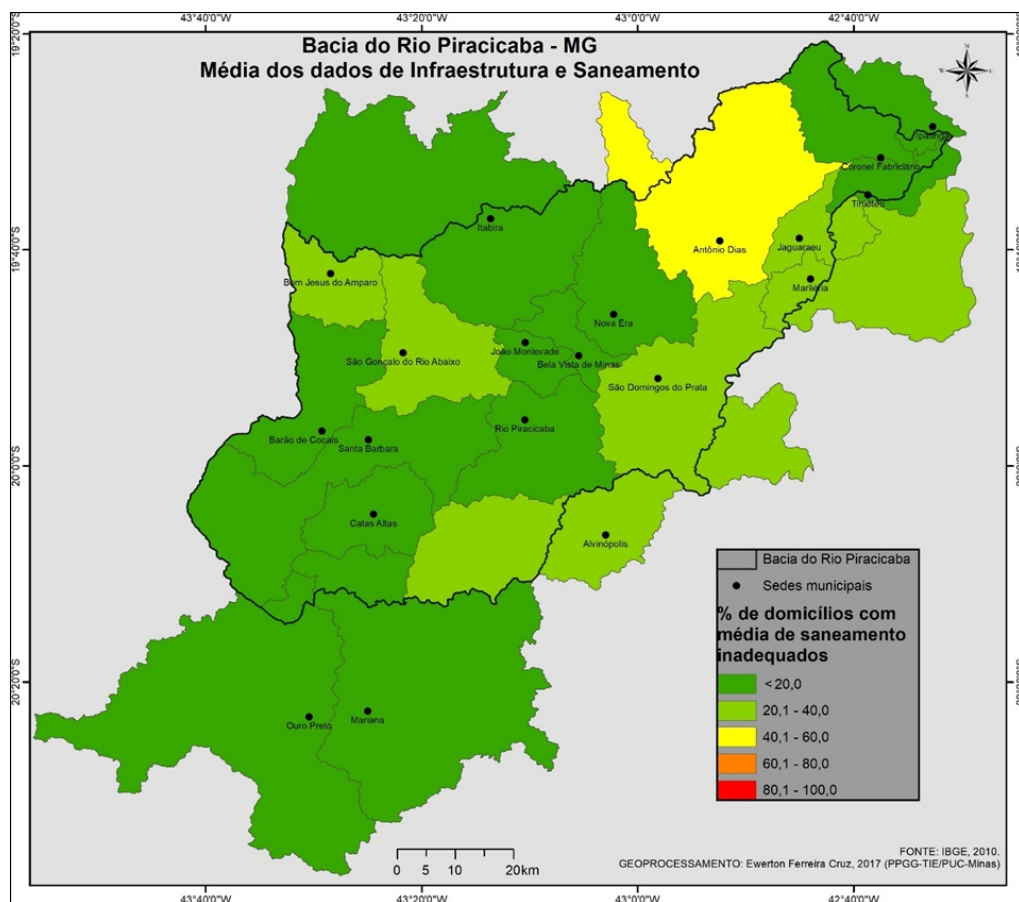
Quadro 2: Escala de Vulnerabilidade a Infraestrutura e Meio Ambiente

(%)	Grau de Vulnerabilidade
0	Estável
1-25	Medianamente Estável
26-50	Medianamente Estável/Vulnerável
51-75	Medianamente Vulnerável
76-100	Vulnerável

Fonte: Dos autores.

A partir da média aritmética dessas variáveis foi produzido o mapa de vulnerabilidade de infraestrutura e saneamento dos municípios da Bacia do Rio Piracicaba, que pode ser observada na Figura 1.

Figura 1: Vulnerabilidade de infraestrutura e meio ambiente dos municípios da bacia do rio Piracicaba



Fonte: Dos autores.

Grande parte dos municípios (13) possui vulnerabilidade de infraestrutura e saneamento baixos, com menos de 20% dos domicílios com saneamento inadequado. Os municípios que possuem entre 20 e 40% dos domicílios com saneamento inadequado estão localizados na região leste (Alvinópolis, São

Vulnerabilidade de Infraestrutura e Meio Ambiente dos Municípios da Bacia do Rio Piracicaba/MG

Domingos do Prata, Marliéria e Jaguaraçu) e na região ocidental da bacia (Bom Jesus do Amparo e São Gonçalo do Rio Abaixo). O município que possui o pior índice é Antônio Dias, onde 52,91% dos domicílios possuem infraestrutura de saneamento e meio ambiente inadequados.

Considerações Finais

Apesar dos resultados apresentarem, em sua maior parte, como municípios de baixa vulnerabilidade em relação à infraestrutura de saneamento e meio ambiente através da metodologia adotada, é necessário ressaltar que os resultados não demonstram o ideal. O ideal, para minimizar os problemas ambientais relacionados com o saneamento, é que todos os domicílios sejam contemplados por infraestrutura de saneamento adequado.

Este estudo foi utilizado como parte de uma metodologia para identificar áreas prioritárias para conservação, considerando que municípios que possuem maior universalização do acesso às infraestruturas de saneamento são mais adequados para a implantação de áreas para a conservação da natureza.

Referências

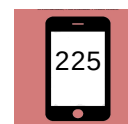
BRAGA, T. **Conflito Sócio-Ambiental e Constituição de Agentes Sociais Ambientais: um estudo sobre as cidades industriais da bacia do Rio Piracicaba (MG)**. Belo Horizonte, 1998.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM. **Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos Piracicaba**- PARH Piracicaba. Consórcio ECOPLAN Engenharia e LUME Estratégia Ambiental. Maio de 2010. 100 p.

MACIEL, V. F.; KUWAHARA, M. Y.; SILVA, R. da; OLIVEIRA, K. Vulnerabilidades urbanas: uma alternativa de mensuração. Em: Encontro Nacional de Economia, 33, 2005, Natal. **Anais...** Natal: ANPEC, 2005.

MOREIRA, A. A. M.. **Desafios à conservação na Bacia do Paraobeba-MG: identificando valores**. Tese de doutorado. PUC-Minas. PPG em Geografia – Tratamento da Informação Espacial. Belo Horizonte, 2015, 287 p.

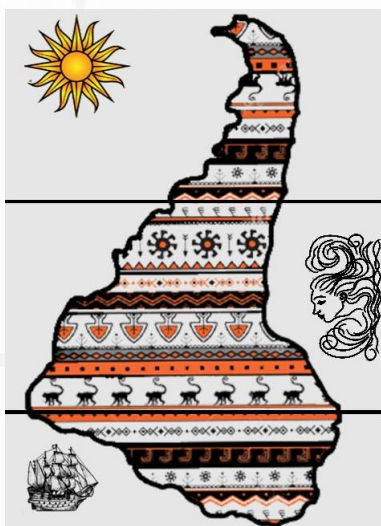
PAULA, J. A. **Biodiversidade, população e economia: uma região de mata atlântica**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar; ECMVC; PADCT/CIAMB , 1997.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Análise sobre Educação Prisional de Acordo com a Legislação Vigente

Andreia Vanessa de Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
vanessaadvog@hotmail.com

Leandro Soares Machado

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
leandrosoaresmachado@gmail.com

Desenvolvimento

O presente artigo trata da modalidade de educação de jovens e adultos no sistema prisional, a relação entre as questões de gênero envolvendo as mulheres apenas inseridas no sistema prisional e as políticas educacionais adotadas. Esse tema cada vez mais vem ganhado visibilidade. Indubitavelmente se trata de pauta merecedora não apenas de discussões acadêmicas mas também de ações concretas voltadas à transformação desse delicado cenário. Objetiva-se analisar as políticas e surgimento da EJA nos estabelecimentos prisionais do Paraná, através de leis do âmbito federal, estadual e municipal voltadas à educação prisional. Assim, apresentou-se um breve comentário sobre o surgimento das prisões na Europa e o surgimento da modalidade da educação de jovens e adultos no Brasil.

Segundo Scott (1988) “frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita, mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade (SCOTT, 1988, p.7). Assim, a abordagem de gênero no ambiente carcerário poderá trazer novos meios de subversão da mulher nesse espaço e na sociedade como um todo.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, visto ser a que melhor se enquadra a este tipo de investigação. Segundo Vergara (1988, p. 47): “pesquisa bibliográfica, é um

estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Utilizou-se autores que tratam o tema, bem com as leis que dispõe modalidade de ensino de jovens em adultos, tratando da ressocialização, reinserção social, destacando a adoção de políticas públicas em atenção aos direitos e garantias fundamentais, dentre os quais destaca-se o direito à educação.

Quanto ao surgimento da instituição prisional, afirma Moreira (2007, p. 28-29) “surgem no século XVI na Europa e, no século XIX, foram disseminadas pelo mundo todo. [...] No caso específico do Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, vão surgir em São Paulo estabelecimentos que vão originar as prisões tal como conhecemos”.

Sobre o surgimento das prisões, discorre Foucault (2010) que a prisão tinha como função extinguir a punição corporal, ou seja, deixa-se de aplicar os suplícios, acreditando-se que seria preciso a punição da mente, tirando o indivíduo criminoso do convívio social, para que não prisão ele pudesse refletir sobre o crime que havia cometido, e por fim tornar-se um sujeito gentil e dócil. Para Foucault a prisão serviria para promover a transformação e reabilitação dos indivíduos em sociedade, no entanto o autor assevera que as prisões acabaram por se tornar depósitos de criminosos ou aperfeiçoá-los na criminalidade (FOUCAULT, 2010, p. 131-132).

Conforme abordado, a prisão era destinada à contenção, detenção, não sendo observado o caráter de reinserção do encarcerado na sociedade, fato que passou a ser realizado após a criação de programas direcionados ao treinamento profissional dos apenados. Segundo Perrot (1988) não havia projetos nas prisões, pois, acreditava-se que a prisão por si só seria capaz de levar o indivíduo a refletir e mudar o seu comportamento. Contudo, passou a ocorrer reincidência e fracasso do sistema prisional, razão pela qual foi inserida a educação no sistema prisional.

Santos (2005) discorre que a educação prisional foi iniciada no sistema prisional brasileiro na década de 1950, destaca-se que após a inserção da educação nos estabelecimentos prisionais, no Estado de São Paulo ela passa a ser responsabilidade da Secretaria de Educação, sendo realizada por professores comissionados. Contudo, a escola na prisão seguia os mesmos moldes adotados para as crianças e adolescentes do ensino regular.

Desta forma, a Constituição de 1988, assegurou que a Educação constitui-se como uma garantia constitucional de todo cidadão brasileiro, assim, a CRFB/1988 determina que o Brasil é um Estado Democrático de Direito objetivando a garantia de direitos sociais, dos quais destaca-se educação, esse direito está disposto na Seção III, artigos 205 a 214.

Desse modo, observa-se que a Carta Magna, estabelece um ensino gratuito e obrigatório, devendo o Estado assegurar esse direito a todos, e tem como princípio a “I a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988). Observando o dispositivo supracitado, por analogia têm-se que o direito é extensivo às pessoas em privação de liberdade, sobre o tema leciona Boiago, 2013, p. 107 com base nesses fundamentos, pode-se afirmar que a educação prisional é um direito garantido pela Constituição.

Destarte, verifica-se que o estado do Paraná, especificamente a Secretaria

de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania do Paraná, instituíram em 2012 o ‘Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná’ (PEESPP). Paraná, 2012, p. 05 a garantia da escolarização básica, no nível fundamental e médio, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação profissional às pessoas em privação de liberdade.

Perante o exposto, a população carcerária teve uma garantia expressa de oferta de educação, contudo, as propostas pedagógicas apresentadas as mulheres em situação de privação de liberdade, encontra-se uma real necessidade de investigação, visto o caráter ressocializador da pena e a possibilidade de reinserção das apenadas a sociedade, através do acesso amplo a educação. (SCOTT, 1999).

Segundo o mesmo autor, nota-se a importância do estudo sobre a mulher encarcerada e o sistema punitivo brasileiro. Aponta-se a necessidade de políticas educacionais voltadas a concepção de gênero, tendo em vista a discriminação e inferiorização da mulher frente a sociedade, mercado de trabalho e sistema carcerário.

Neste contexto, Gênero é definido como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1999, p.12).

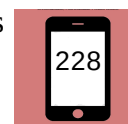
De acordo com (ESPINOZA 2002), a mulher reclusa faz parte de estatísticas que evidenciam marginalidade e exclusão: a maioria delas não são brancas, possuem filhos, contam com baixo nível de escolaridade e salvo exceções, cometeram delitos de menor gravidade. Tal fato corrobora com a ideia de que a prisão pode ser associada com a desigualdade social, discriminação e seletividade do sistema de justiça penal, que pune os mais vulneráveis de acordo com critérios relacionados à raça, renda e gênero (ESPINOZA, 2004, p.127).

Embora, a educação seja um direito social garantido pela (CRFB/88) a todos, inclusive aqueles que encontram-se em privação de liberdade, observa-se que uma discrepância entre a educação e a quantidade de remição de pena concedido pelo estudo, podendo ser considerado fora do contexto da função ressocializadora da pena, uma vez que o sistema prisional trata a educação como benesse, não tratando como direito e dando a real importância merecida por ela (BRASIL, 2011).

Nesse ínterim, a Lei de Execução Penal (LEP), além de prever a remição da pena pelo trabalho, também a prevê no caso de estudo. Dessa forma, de acordo com a redação dada pela Lei nº 12.433 de 2011 a cada 12 (doze) horas de frequência escolar (esta entendida por atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional) deve ser descontado 1 (um) dia de pena. (BRASIL, 2011).

Com efeito, desde o surgimento das penitenciárias femininas, já observa-se “a criminalização feminina não estava atribuída somente aos desvios de ordem sexual, mas também intrinsecamente ligada à criminalização da pobreza, da miséria e da falta de oportunidades”, (ANGOTTI, 2012, p. 109).

Dessa forma, vale observar que, “os investimentos necessários para que estas mulheres possam cumprir suas penas em condições dignas nas quais elas sejam o centro do processo de ressocialização”, ou seja, elas não são foco dos



presídios masculinos, mas meros “apêndices” (HELPE, 2014, p.73).

Portanto, a prisão de mulheres pode ser entendida como se fosse a segunda linha de uma engrenagem de produção, ou seja, não é prioridade e nem de longe o foco principal dos responsáveis pelo sistema carcerário, nem tampouco do Estado que se mantém inerte no campo da aplicação de políticas públicas que fomentem a oferta de educação no sistema carcerário (FOUCAULT 2010).

Segundo o mesmo autor, para que a execução penal possa realmente cumprir o seu papel “ressocializador” previsto na legislação penal, porém, não sendo aplicado efetivamente, os educadores, pesquisadores, a sociedade em geral deve estar engajada em projetos que levem aprendizado, escolaridade, cursos profissionalizantes e atenção a população carcerária feminina, pois caso não exista um esforço coletivo a mulher em situação de privação de liberdade não conseguirá sua reinserção na sociedade.

A educação uma das possibilidades de ressocialização e reinserção das mulheres em situação de privação de liberdade, ao deixar os estabelecimentos prisionais poderiam ter uma nova oportunidade frente ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, observou-se que apesar da legislação assegurar que a educação é um direito de todos, pode-se supor que há lacunas a serem preenchidas na modalidade de educação prisional. Destaca-se a relevância da mulher em privação de liberdade ser tratada por todos os elementos que compõe o sistema carcerário como sujeito detentor de direitos e garantias fundamentais.

Portanto, a finalidade da pena não deve ser exclusivamente a ressocialização, mas seja observada as garantias dos direitos humanos, dentre os quais encontra-se o direito à educação, não podendo ser negligenciado pelas autoridades de segurança e educação.

Referências

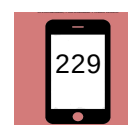
ANGOTTI, Bruna. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, p. 281, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº. 7.210, de 11 de julho de 1984**, que institui a Lei de Execução Penal Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 01 ago. 2020.

_____. **Lei nº. 12.433, de 29 de julho de 2011**, que permite a remição da pena pelo tempo de estudo. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

BOIAGO, D. L. **Políticas públicas internacionais e nacionais para a educação em estabelecimentos penais a partir de 1990: regulação social no contexto da crise estrutural do capital**. 2013. Tese (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá 2013.



Análise sobre Educação Prisional de Acordo com a Legislação Vigente

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, p. 180, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. 38.ed. Petrópolis, Vozes, p. 291, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1ª edição, 2008.

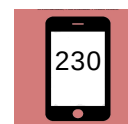
HELPEZ, Sintia Soares. **Vidas em jogo**: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas. São Paulo: IBCCRIM, p. 210, 2014.

MOREIRA, Fabio A. **A política de educação de jovens e adultos em regime de privação de liberdade no Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**: Operários, Mulheres e Prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://archive.org/details/scott_gender>. Acesso em: 30 jul. 2020.

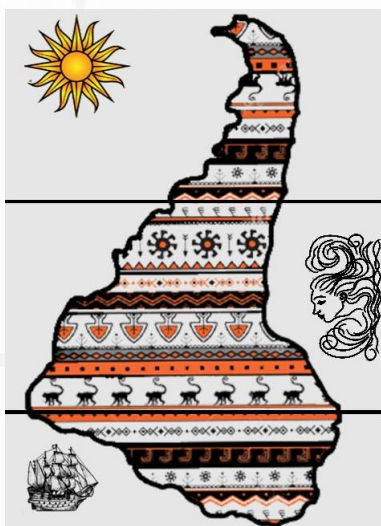
VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Gênero e Planejamento Urbano - Apontamentos sobre a Participação Feminina na Revisão do Plano Diretor - Ponta Grossa/PR

Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
julianathaisa@hotmail.com

Sandra Maria Scheffer

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
sandrascheffer@uol.com.br

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
llagc2@yahoo.com.br

Introdução

A participação feminina em espaços públicos decisórios é historicamente repleta de lutas e desafios, essa participação é resultado da conquista da cidadania e igualdade de direitos. O presente trabalho teve por objetivo compreender quem foram os sujeitos que participaram das discussões da revisão do Plano Diretor no município de Ponta Grossa – Paraná, num viés de gênero, buscando identificar a participação feminina em espaços de discussão urbana. O trabalho constitui-se na identificação da participação feminina como um dos atores envolvidos nas quatro audiências públicas e nas sete oficinas comunitárias.

O Plano Diretor é o instrumento da política urbana que objetiva compreender a totalidade do território municipal previsto no Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257/2001 (BRASIL, 2001). O Plano Diretor estabelece diretrizes gerais sobre o desenvolvimento territorial e a elaboração de políticas públicas, objetivando o desenvolvimento sustentável e igualitário. Para Milaré (2010) o Plano Diretor contribui para o fortalecimento do processo democrático descentralizado, delegando autonomia e responsabilidade institucionais aos municípios, com o intuito de atender as demandas das comunidades locais. Essa autonomia permite aos municípios elaborar e executar as

políticas urbanas, nesse contexto se faz primordial a participação popular para refletir e planejar a cidade e na efetivação do controle social.

Para o referido estudo utilizou-se a metodologia de pesquisa exploratória e descritiva como forma de expor os dados coletados, os quais foram sistematizados quantitativamente com base nas listas de presenças e na observação participante direta dos pesquisadores.

Desenvolvimento

O planejamento urbano no Brasil ganha lugar a partir da Constituição Federal de 1988, a temática passa a integrar as discussões em órgãos públicos, instituições de pesquisa, universidades entre outros. A política urbana é tratada nos artigos 182 e 183 da CF/88 e somente regulamentada em 2001 na Lei nº 10.257 – Estatuto da Cidade, que trouxe diretrizes e instrumentos legais para o planejamento urbano.

A lei Estatuto da Cidade tem por finalidade estabelecer normas de ordem pública e interesse social, regulamenta o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental. A lei prevê diversos instrumentos da política urbana para as esferas federal, estaduais e municipais. O Plano Diretor é um dos instrumentos previstos para a esfera municipal, disposto no capítulo III, é obrigatório nas cidades com mais de vinte mil habitantes, e devem ser revistos pelo menos a cada dez anos.

Para a elaboração do plano diretor é fundamental a participação de uma equipe técnica de qualidade e com competências técnicas variadas, para a elaboração, implantação e acompanhamento. Com o Estatuto da Cidade inclui-se a obrigatoriedade da participação popular em diversas etapas da elaboração, como audiências públicas, oficinas comunitárias e o acesso aos documentos, previsto no art. 40, parágrafo 4. (Duarte, 2011)

A participação popular no processo de elaboração e revisão do plano diretor se coloca um como importante meio de democratização do processo decisório para se pensar a cidade, quanto mais ativa e participativa for a população mais próxima de se atender as demandas dessa.

Refletir sobre a participação feminina em momentos decisórios de planejamento urbano e de como se vivencia a cidade para os diferentes gêneros, a inclusão da mulher na vida pública e na tomada de decisão. Segundo dados da PNAD (2018) apenas 10% dos assentos dos deputados são ocupados por mulheres em 2017, numa visão global apenas 23,6% dos assentos e em cargos gerenciais 37,8% são ocupados por mulheres. Considerando que a população brasileira é composta por 51,8% de mulheres.

A participação política feminina tem como ponto de partida as reivindicações ao direito ao voto feminino e o direito a disputar eleições. No caso da participação feminina significaria considerar as relações de gênero no cotidiano da vida social e os entraves informais à participação nos espaços institucionais, porém essa complexidade não se esgota apenas pelas relações de sexo e gênero, pode-se analisar as condições de participação das mulheres mais pobres, negras, indígenas e das trabalhadoras rurais. (BIROLI, 2018)

Conforme Biroli (2018) os obstáculos remetem a dinâmicas sociais de desvantagem, a partir da divisão sexual do trabalho, com seus componentes

Gênero e Planejamento Urbano - Apontamentos sobre a Participação Feminina na Revisão do Plano Diretor - Ponta Grossa/PR

materiais e simbólicos. Elas remetem à reprodução de papéis, competências e julgamentos no cotidiano familiar, escolar e nos meios de comunicação e, com diferentes ênfases, à conformação masculina e sexista das campanhas e do ambiente político. Os obstáculos materiais, simbólicos e institucionais criam barreiras que dificultam a atuação das mulheres e alimentam os circuitos da exclusão.

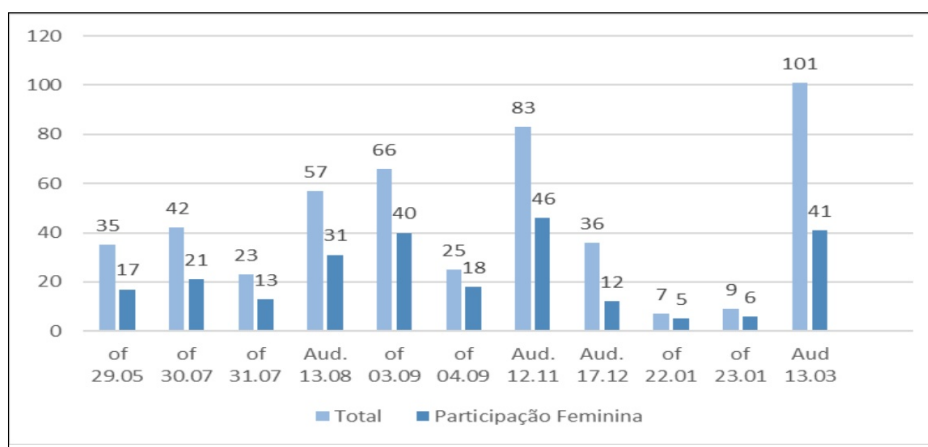
Diante desse contexto pontua-se a necessidade de inserção de mulheres nos momentos decisórios e no campo político que anteriormente era predominantemente masculino e para isso deve se garantir espaço para as mulheres dentro do debate político, social e urbano.

Para os autores Cymbalista, Cardoso e Santoro o modelo brasileiro de crescimento urbano desigual e periférico sem infraestrutura, equipamentos públicos, qualidade ambiental e urbanística, reduz a circulação feminina e acaba estabelecendo um padrão de vida precário. Tendo em vista que as mulheres são responsáveis pela esfera da reprodução e dos cuidados com os filhos, cidades mal planejadas e sem a infraestrutura básica impactam diretamente na vida cotidiana, desde a precariedade de serviços públicos ou a inexistência de equipamentos comunitários e a precariedade do sistema de transporte. “Conforme diminui a presença do estado nos bairros e vilas mais pobres, aumenta a carga social assumida pelas mulheres nesses mesmos lugares” (CYMBALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p.1)

Assim, evidencia-se que as mulheres são mais afetadas pelas desigualdades socioterritoriais. Se nossas cidades são desiguais, são diferentemente desiguais para homens e para mulheres. Em outras palavras: a pobreza urbana tem endereço, sexo e cor: mulheres, na maioria negras, chefes de família que moram nas periferias. (CYMBALISTA; CARDOSO; SANTORO, 2008, p. 1)

Para o referido estudo analisamos a participação feminina na revisão do Plano Diretor do município de Ponta Grossa- Pr de 2018 e 2019 nas audiências públicas e oficinas comunitárias. O referido município contou com três Planos Diretores (1967, 1992, 2006), sendo que atualmente encontra-se em processo de revisão, conforme estabelecido pela Lei Federal Nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade. Concomitantemente, o município vem elaborando o Plano de Mobilidade Urbana.

Gráfico 1



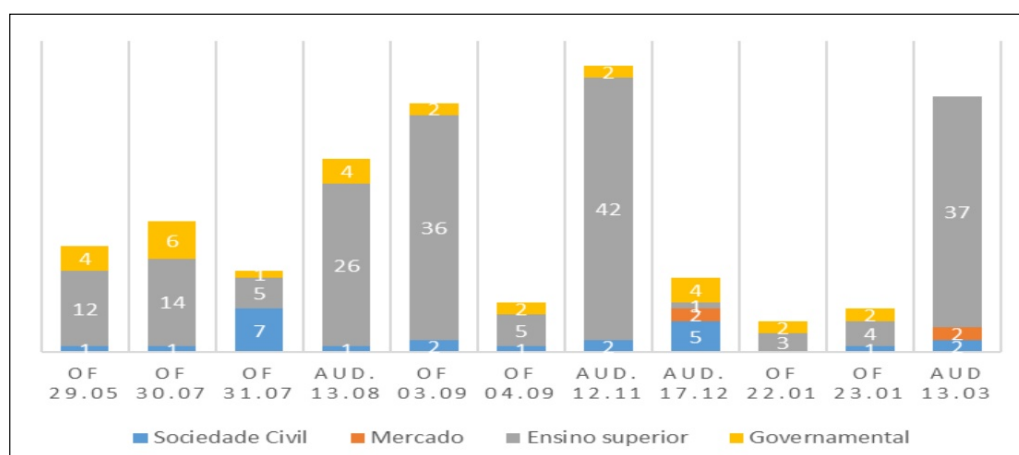
Gênero e Planejamento Urbano - Apontamentos sobre a Participação Feminina na Revisão do Plano Diretor - Ponta Grossa/PR

Na etapa da revisão do Plano Diretor participativo, analisamos o índice de participação feminina a partir das listas de presença. Identificamos no gráfico 1 que a adesão feminina em valores absolutos é maior nas audiências públicas, o que corresponde ao percentual de participação variando de 43% a 54%.

No caso das oficinas comunitárias um fator que pode influenciar nessa adesão feminina é o local de realização, em áreas mais centrais percebe-se aumento de participantes femininos, como verificamos nos dias 29.05 - local Centro de Cultura, 30.07 e 03.09 - local Biblioteca Municipal e nas audiências públicas que foram todas realizadas no Centro de Cultura

Cruzando os dados do gráfico 1 e 2 identificamos que outro fator de baixa adesão é o período de realização dos eventos, há baixa participação nos meses de dezembro e janeiro que coincidem com o período de recesso universitário, visto que esse é o grupo predominante dos participantes.

Gráfico 2



Destaca-se que a participação feminina está ligada à formação profissional, tendo em vista que as mulheres que participaram das audiências públicas possuíam vínculo acadêmico com instituições de ensino superior, onde nota-se a participação entre 84% e 91% nas audiências que ocorreram no período letivo, e apenas 8% de participação dessa categoria período de recesso acadêmico. Na categoria mercado identificamos que apenas 4 mulheres se identificaram nas audiências públicas dos dias 17.12 e 13.03. Nota-se a baixa adesão feminina da sociedade civil, a exceção na oficina comunitária do dia 31.07 realizada no bairro de Uvaranas.

Considerações Finais

A participação popular é um elo da construção da cidadania no processo democrático de se pensar o espaço urbano como um todo. Mesmo com a efetivação da participação popular não se mostrou uma participação efetiva feminina nos debates da sociedade. Identificamos uma maior representatividade da participação feminina ligada ao ensino superior, a participação da mulher universitária demonstra uma ruptura num contexto societário de uma sociedade patriarcal, por outro lado reflete-se a moderada participação das mulheres vinculadas aos demais segmentos.

Referências

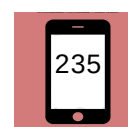
BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 6. ed. rev. – São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2010.

PNAD. **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. (2018).

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades** – limites da democracia no Brasil. SP: Boitempo, 2018.

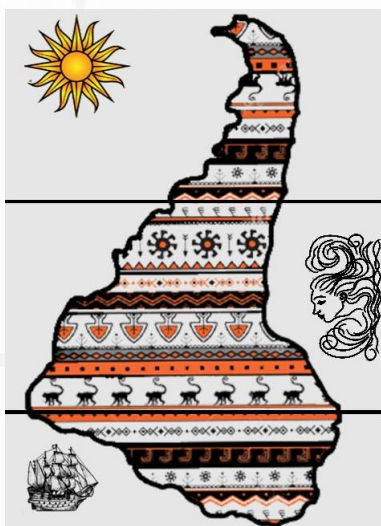
CYMBALISTA, R.; CARDOSO, P. M.; SANTORO, P. F. **Plano Diretor Participativo e o direito das mulheres à cidade**. 2008.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Invisibilidades e (Des)Reconhecimento do Povo de Santo em Goiás

Mary Anne Vieira Silva

Universidade Estadual de Goiás - UEG
mary.silva@ueg.br

Marcos Antônio Ferreira dos Santos

Universidade Estadual de Goiás - UEG
marcosdavila@hotmail.com

Rafael Ribeiro dos Santos

Universidade Estadual de Goiás - UEG
rafaelribeiro.geografia@gmail.com

Introdução

O presente resumo se insere como parte dos desdobramentos de projetos aprovados e financiados pela Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de Goiás (FAPEG), a saber: “Igbadu: história do Candomblé em Goiás” e “Mães de Santo: domínios territoriais do sagrado em Goiás”; executados no âmbito do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas (CIEAA), que é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Os principais questionamentos dessas pesquisas centraram-se em analisar os discursos que desvelam os dilemas da invisibilização social e cultural vivenciada por sujeitos subalternizados por sua raça, religião, sexualidade e outros. As discussões sobre os processos de colonialidades, intolerâncias e desigualdades socioculturais experienciadas pelas religiões de matriz africana e afro-brasileiras em Goiânia e Região Metropolitana resultaram em agendas de ações coletivas que tinham a finalidade de identificar e analisar os encobrimentos causados pela ausência de políticas

públicas para as comunidades de terreiro.

Entre a execução e finalização dos projetos em 2013, surgiram várias publicações sobre os desconhecimentos da existência de casas de Candomblé, Umbanda e Omolocô, de práticas ritualísticas e de usos de elementos simbólicos inerentes às cosmologias e cosmogonias desses segmentos no território goiano resultaram em teses, dissertações e artigos. No conjunto dessa produção ressaltam-se os estudos de Santos (2019), Torres (2009; 2015), Ulhôa (2011) e Nogueira (2009) no campo da História; Teixeira (2009), Silva (2013) e Pena (2014) na Geografia; Correia (2009) na Educação, Moraes Junior (2014) nos domínios da linguística e, por fim, Silva et.al (2019) no âmbito interdisciplinar.

Essa diversidade permite ampliar olhares e fortalecer o campo interdisciplinar para alcançarmos interpretações ajustadas, nessa perspectiva, usou-se de caminhos metodológicos plurais, como a geoetnografia e a etnogeografia. Reconhece-se que a etnogeografia devido ao emprego de entrevistas, mapas, permite penetrar no vivido dos grupos possibilitando compreender como as organizações espaciais são delimitadas pelos padrões culturais. Os caminhos metodológicos possibilitaram a interpretação dos símbolos dos grupos em questão, além de garantir sua decodificação por linguagens diversas, descortinando o espaço em sua heterogeneidade de significados. Os trabalhos de campo dos projetos estavam assentes em caminhos investigativos que valorizavam tanto fontes qualitativas, quanto as quantitativas.

Desenvolvimento

A questão que permeia a invisibilização social e cultural parte da seguinte pergunta: por que alguém gostaria de ser, ou tornar-se invisível? Nos postulados dos anos 2006, muitos desconheciam a presença das religiões de matriz africana em Goiás, além de existir um profundo silenciamento de pessoas e grupos invisíveis de que indicamos como um possível processo invisibilizador das comunidades de terreiros e o alijamento das comunidades LGBTQIA+.

A ação capaz de tornar grupos inteiros de pessoas em seres invisíveis é denominada de invisibilização social. Ora, se a invisibilização é uma ação, logo ela é praticada por alguém. E quem é capaz de tornar alguém invisível? E por que o faria? Uma pessoa, ou grupo de pessoas poderiam também se autoinvisibilizar? Em primeiro momento, durante os trabalhos de campo, percebemos total desconhecimento por parte do poder público a respeito da existência das comunidades ou povo de santo na metrópole goiana. Em segundo, os fatores propulsores do processo de expansão urbana, vistos pela periferização das pessoas pobres, segregação socioespacial dos serviços, exclusão na cidade afetam e dificultam o acesso das comunidades de terreiro no que se refere à busca pelo direito ao espaço, em termos de infraestrutura, acessibilidade de serviços, conservação e preservação dos recursos naturais, isenções de impostos e outros.

Devido ao poder de colonialidade¹ exercido por parte da sociedade civil e do poder público, os estudos citados apontam que o processo de

marginalização espacial e religiosa existente na cidade de Goiânia e Região Metropolitana promovem situação de subalternidade, e ainda requer a organização de uma agenda de ações de reconhecimento social do povo de santo e de suas culturas. Sabe-se que os costumes das religiões de matriz africana são, de certa forma, distintos das demais religiões. É recorrente nelas a tradição de tocar os atabaques, realizar festas por longos períodos, sacrificar animais, despachar alimentos em locais sagrados e outros. Entretanto, os valores eurocêntricos cristãos da sociedade ocidental que se perpetuam no espaço urbano, agem enquanto obstáculos para a livre expressão religiosa do povo de santo e promovem retaliações e ofensas ao campo do sagrado afro-brasileiro.

Destarte, a intolerância religiosa é visto como violência simbólica praticada por uma considerável parcela da população. Existem muitos registros de manifestações em repúdio aos terreiros de Candomblé e Umbanda na cidade de Goiânia e Região Metropolitana, resultando em vários atos de preconceito fomentados pelo discurso maniqueísta do bem e do mal, em que esse “mal” é justamente os praticantes dos cultos de matriz africana.

Considerações Finais e Resultados

Após a finalização das pesquisas citadas junto a FAPEG, vimos no passar de 15 anos, que a invisibilidade da cultura e ausência de políticas públicas de reconhecimento das identidades são ainda mantidas nas instituições goianas. Podemos ressaltar que os cadastros dos terreiros nos órgãos oficiais se constituem como um mecanismo de invisibilidade. Nesses cadastros, boa parte estão como “centros espíritas”, o que dificulta o reconhecimento da diversidade dos grupos de matriz africana e afro-brasileira na metrópole. Tal fato impossibilita realizar uma classificação dos segmentos presentes no recorte espacial. A invisibilidade também é fortalecida pela ausência de elementos visuais que identificam os locais. Geralmente nas fachadas dessas casa/terreiros, não se colocam os elementos simbólicos necessários para tal reconhecimento, elas se apresentam com modelos iguais às de casas comuns e poucos sinais de axé são exibidos publicamente, esses dados foram publicados e registrados nos relatórios junto a FAPEG em formatos de artigos, livros e outros.

A ausência de ações e políticas públicas fortalece o encobrimento das religiões de matriz africana em Goiás. A laicidade estatal prevista em lei fica comprometida com o modelo que mediam as relações sociais, esse admite e perpetua a hegemonia do “eu” sobre o “outro”. Além disso, não há registro algum, em termos de legislação goiana, que garanta às comunidades de terreiro alguns direitos básicos, como o tombamento das Casas de Santo como patrimônio público, medidas sanitárias em prol dos zeladores e zeladoras dessas casas, ações de preservação do meio natural em regiões próximas a terreiros, etc. Devido a essa ausência do poder público para com o patrimônio religioso de matriz africana em Goiás, muitos terreiros sofrem com situações

1 Conceção tratada Quijano, de que para o autor a colonialidade de poder, “esteve e está de todo modo ativa, pois faz parte do contexto global dentro do qual ocorrem os processos que afetam todos os espaços concretos de dominação” (QUIJANO, 2002, p. 10).

de precariedade na estrutura física de seus espaços, além de fragilidades de manutenção do espaço sagrado.

Referências

CORREIA, Paulo Petronilio. **Agô Orixá! Gestão de uma jornada afro-estética-trágica**: o relato de um aprendizado e de uma formação pedagógica vivida no Candomblé. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56435>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MORAES-JUNIOR, Mário Pires de. **Candomblé – Discurso em transe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4369>. Acesso em: 28 jan. 2021.

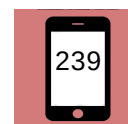
NOGUEIRA, Léo Carrer. **Umbanda em Goiânia**: das origens ao movimento federativo (1948-2003). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2346>. Acesso em: 28 jan. 2021.

PENA, Rodolfo Ferreira Alves. **As múltiplas espacialidades contextuais do Candomblé**: estudos de Geografia da religião. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35884>. Acesso em: 28 jan. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, Marília, n. 37, p. 4-28, jan./abr., 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SANTOS, Marcos Antônio Ferreira dos. **Fronteiras religiosas híbridas**: o entre-lugar da prática do Umbandomblé goiano. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanidades) – Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2019. Disponível em: <https://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/382>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SILVA, Mary Anne Vieira. **Dinâmicas territoriais do sagrado de matriz africana**: o Candomblé em Goiânia e Região Metropolitana. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/browse?type=author&value=Silva%2C+Mary>



Invisibilidades e (Des)Reconhecimento do Povo de Santo em Goiás

+Anne+Vieira. Acesso em: 30 jan. 2021.

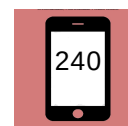
SILVA, Mary Anne Vieira *et al.* **Desconstruir o invisível**: pequeno atlas do Candomblé em Goiás. Anápolis: Editora UEG, 2019. Disponível em: <http://www.editora.ueg.br/referencia/11296>. Acesso em: 3 fev. 2021.

TEIXEIRA, José Paulo. **Paisagens e territórios religiosos afro-brasileiros no espaço urbano**: terreiros de candomblé em Goiânia. 2009. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/browse?type=author&value=TEIXEIRA%2C+Jos%C3%A9+Paulo>. Acesso em: 31 jan. 2021.

TORRES, Marcos Antônio Cunha. **Olhos brancos sobre o sagrado negro**: a construção da africanidade nas imagens de Pierre Verger. 2015. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/5227>. Acesso em: 28 jan. 2021.

TORRES, Marcos Antônio Cunha. **O silenciar dos atabaques**: trajetória do candomblé de ketu em Goiânia. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2009. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3788>. Acesso em: 28 jan. 2021.

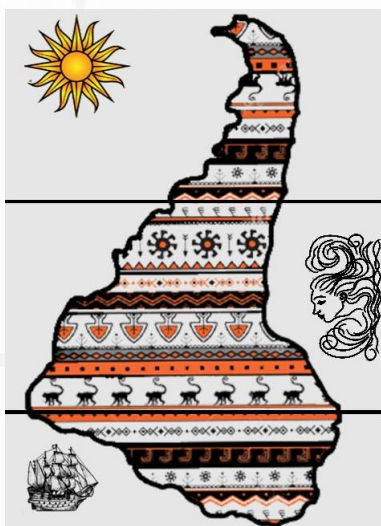
ULHÔA, Clarissa Adjuto. **“Essa terra aqui é de Oxum, Xangô e Oxóssi”**: um estudo sobre o candomblé na cidade de Goiânia. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/2327>. Acesso em: 26 jan. 2021.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Constituição do Futebol no Paraná como Reflexo do Avanço Urbano e Industrial no Início do Século XX

Rafael Balieiro Crestani
Universidade Estadual de Maringá - UEM
rafaelgeopolitica@gmail.com

Introdução

O futebol é o esporte de maior aceitação nacional. Sua constituição no Brasil remonta ao final do século XIX e início do século XX, acompanhando as correntes migratórias que se direcionaram ao país, especialmente de ingleses que vinham estabelecer negócios ou trabalhar no Brasil. No Paraná, esse processo não foi diferente e, assim como outras localidades do país, o desenvolvimento de pequenas indústrias e das vias de comunicação, especialmente os trilhos, possibilitaram a formação de clubes esportivos locais e o intercâmbio futebolístico entre núcleos urbanos do estado, contribuindo para a formação dos primeiros campeonatos estaduais. A crescente industrialização, a imigração e o avanço dos meios de comunicação foram determinantes para que cidades como Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá fossem pioneiras na constituição de um campeonato “estadual” no início da década de 1920. Este trabalho busca compreender como o fenômeno cultural, de modo geral, e o futebol, mais especificamente, são fortemente condicionados pelo próprio desenvolvimento técnico das sociedades e, portanto, pelas características territoriais.

Desenvolvimento

Para a realização do trabalho, foram consultados referenciais teóricos acerca do desenvolvimento do transporte, da urbanização, da industrialização e do futebol no estado do Paraná.

No Brasil, a evolução do futebol esteve relacionada com a urbanização da sociedade e com a crescente industrialização dos centros urbanos (MASCARENHAS, 2014, p.13). Aos poucos, o esporte começou a sair das mãos das elites, se tornando popular também entre os trabalhadores urbanos. Mascarenhas defende que as condições locais propiciaram as condições para que o esporte se desenvolvesse. (MASCARENHAS, 2014, p.14). Dessa forma, as diferenças geográficas internas do Brasil logo foram perceptíveis a nível esportivo, representado principalmente pelo futebol. O futebol, numa perspectiva geográfica, acompanha, em parte, o desenvolvimento territorial do país nas suas inúmeras distinções locais. Concentrar-se apenas nos níveis estaduais, evidencia a diferença na evolução e propagação do esporte. No estado de São Paulo, por exemplo, no final do século XIX e início do século XX, os rendimentos oriundos do café possibilitaram a existência de capital para uma crescente industrialização e a expansão de ferrovias para o interior, contribuindo para o surgimento de centros urbanos com populações cada vez maiores. Nos centros urbanos, a diversidade começou a imperar, contribuindo para a formação de agremiações esportivas, que também foram vistas como lugares de pertencimento. (ALMEIDA, 2017, p.19)

Neste trabalho, tomou-se como ponto de partida para a análise, o Paraná do final do século XIX e início do século XX. Foi nesse período que o futebol chegou ao estado e que uma incipiente indústria começava a surgir, ainda que relacionada aos processos extrativistas, como o da erva mate (OLIVEIRA, 2017 p.25). Curitiba, como principal centro urbano do estado, concentrou boa parte das atividades econômicas relacionadas à indústria que surgia.

O chamado “Ciclo do Mate” no Paraná inicia-se por volta de 1820, quando o estado começou a exportar a erva para outras nações, especialmente aos vizinhos sul-americanos. O Mate exerceu um importante papel na economia paranaense por quase 100 anos. Mesmo sendo um produto extrativo, influenciou a formação de pequenas indústrias, que buscavam beneficiar o produto antes de ser enviado ao exterior pelo porto de Paranaguá. A necessidade de comunicação entre o litoral e a capital do estado, motivou a construção da Estrada da Graciosa, terminada em 1873, dando ainda mais impulso à economia do mate (OLIVEIRA, 2017, p.27). Além da cultura do mate, a extração de madeira e correlatos, como o papel, também exerceram importância considerável na economia paranaense nessa época.

A política nacional de imigração contribuiu com a urbanização e, também, com a incipiente industrialização de alguns centros urbanos do estado. Italianos, alemães, ucranianos, poloneses e outros chegaram ao Paraná desde o final do século XIX, principalmente para formar as colônias rurais, numa tentativa de povoamento de espaços tidos como “vazios”. Entretanto, outros imigrantes acabaram nos centros urbanos. Trindade e Andreazza (2017, p.55) identificaram que alguns imigrantes já possuíam ligações com o mundo urbano e contribuíram para o desenvolvimento do comércio e das pequenas e médias

A Constituição do Futebol no Paraná como Reflexo do Avanço Urbano e Industrial no Início do Século XX

indústrias, sobretudo em cidades como Curitiba e Ponta Grossa que, juntamente com Paranaguá, eram os principais centros urbanos do Paraná no início do século XX.

Ainda que os números populacionais não sejam, por si só, fatores que comprovem a urbanização, contribuem para que se tenha uma noção dos locais que eram povoados pela população não indígena no Paraná no início do século XX. Nessa época, o Paraná contava com 40 municípios e a capital era o mais populoso com aproximadamente 50 mil habitantes.

Ponta Grossa, por sua vez, foi beneficiada com a chegada dos trilhos em 1894, ligando a cidade à capital e ao porto de Paranaguá. Em 1900, os trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande chegaram à cidade, transformando-a em um entroncamento ferroviário que logo apresentou certo desenvolvimento urbano.

Frente a todo esse dinamismo pelo qual o Paraná tradicional passava, o futebol, como manifestação urbana, também começava a surgir nos principais centros urbanos do estado, principalmente em Ponta Grossa, Curitiba e Paranaguá. Ponta Grossa é tida como a cidade pioneira na prática do esporte no estado do Paraná. Com a construção da ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, funcionários da American S. Brazilian Engineering Co. se juntaram e formaram uma equipe de futebol. Como conta José Cação Ribeiro Júnior, “Em maio de 1909, foram dados os primeiros chutes no Paraná” (RIBEIRO JÚNIOR, 2004, p.11). Assim como em outras localidades do país, foram os estrangeiros ou brasileiros que haviam passado pela Europa, que incentivaram a prática do esporte. Em Ponta Grossa, a principal figura era Charles Wright, que havia praticado o futebol na Inglaterra, enquanto em Curitiba, Frederico Fritz Essfelder foi o principal incentivador (RIBEIRO JÚNIOR, 2004, p.13).

Com a facilidade de comunicação proporcionada pela ferrovia, logo iniciou-se o intercâmbio entre Ponta Grossa e Curitiba, com o primeiro amistoso oficial sendo disputado em outubro de 1909. O movimento esportivo nas duas cidades cresceu na segunda década do século XX. Em Ponta Grossa, surgiu o Operário, fundado em 1912, oriundo dos trabalhadores da ferrovia, enquanto os comerciantes e parte da elite da cidade se reuniram para formar o Guarani. No início, os jogos “princesinos” eram realizados no Jockey Club Pontagrossense (RIBEIRO JÚNIOR, 2004)

Em Curitiba, o Curitiba Foot Ball Club foi fundado em 1910 e o Internacional Foot Ball Club em 1912. Em 1915 foi disputado o primeiro campeonato paranaense que se tem notícia, que apesar do nome, não possuía um caráter essencialmente estadual, já que apenas equipes de Curitiba e Paranaguá participaram. Em razão das dificuldades de transporte, mesmo com a linha férrea, as equipes de Ponta Grossa disputaram uma espécie de segunda divisão que concentrou equipes da cidade (RIBEIRO JÚNIOR, 2004, p.16). Para se ter uma ideia, os jogos realizados entre equipes de Paranaguá e Curitiba precisavam de horários muito bem estabelecidos, já que o trem aos domingos partia da cidade portuária às 15:30, obrigando os jogos a serem realizados no período da manhã para que os curitibanos conseguissem voltar à capital no mesmo dia. (MACHADO; CHRESTENZEN, 1990, p.10). Na cidade princesina, foi criada em 1917 uma liga regional, que contou com equipes de outras cidades, como Castro e Irati. Era a presença do futebol se

A Constituição do Futebol no Paraná como Reflexo do Avanço Urbano e Industrial no Início do Século XX

alastrando pelo Paraná Tradicional, acompanhando o desenvolvimento urbano, industrial e agrícola do estado.

Figura 2- Linhas Férreas no estado do Paraná em 1920



Figura 2- Linhas Férreas no estado do Paraná em 1920

O intercâmbio futebolístico entre cidades do Paraná Tradicional e entre outros estados, como os confrontos de equipes do Paraná e de Santa Catarina, só foi possibilitado pela existência dessas linhas férreas, já que as estradas eram precárias e sem pavimentação e o automóvel pouco utilizado, devido à dificuldade de acesso. Entretanto, mesmo com a disponibilidade das linhas férreas, outro problema entrou em jogo: a dificuldade de horários e atrasos nos trens. Em 1920, o Operário não participou da liga regional de Curitiba devido à indisponibilidade de horários de trens que partissem da capital para Ponta Grossa aos domingos (MACHADO; CHRESTENZEN, 1990, p.28). Todos esses entraves impossibilitaram a realização de um campeonato essencialmente estadual. A falta de vias de comunicação em todo o estado contribuiu para que as equipes das cidades do norte só começassem a disputar o estadual na década de 1950 e o primeiro campeonato “unificado” só ocorreu na década de 1960.

Considerações Finais

Pôde-se perceber, no presente trabalho, como o processo de urbanização e de constituição de indústrias, assim como a expansão dos meios de transporte, como as ferrovias, foram importantes para a que as aglomerações urbanas crescessem e que fosse possível a formação de agremiações esportivas de futebol, que logo estabeleceram intercâmbios com agremiações de outras cidades do Paraná e de outros estados da federação, como Santa Catarina. O

A Constituição do Futebol no Paraná como Reflexo do Avanço Urbano e Industrial no Início do Século XX

futebol, como uma manifestação urbana, chegou aos trabalhadores urbanos principalmente pela mão dos imigrantes, espalhando-se pelas diversas localidades do Paraná Tradicional.

Referências

DE ALMEIDA, Marco Bettine. **Os caminhos da bola pelas estradas de São Paulo**. São Paulo : Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017.

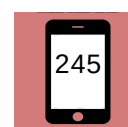
CHRESTENZEN, Levi Mulford; MACHADO, Heriberto Ivan. **Futebol Paraná história**. Curitiba 1990.

DE OLIVEIRA, Dennison. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Seed, 2001.

MASCAREHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Eduerj, 2014.

RIBEIRO JUNIOR, José Cação. **Futebol Ponta-Grossense: Recortes da História**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2004.

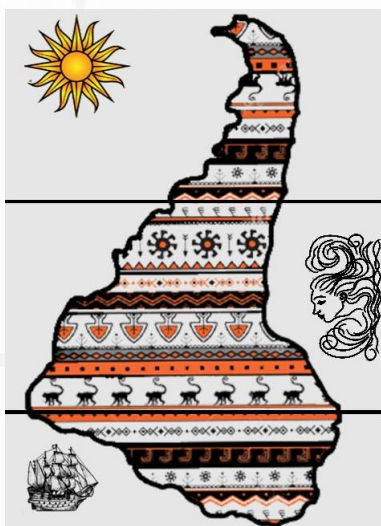
TRINDADE, Etelvina Maria de Castro,; ANDREAZZA, Maria Luíza. **"Cultura e educação no Paraná"**. Curitiba: Seed, 2017.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Constituição Geográfica do Futebol no Norte Pioneiro

Rafael Balieiro Crestani
Universidade Estadual de Maringá - UEM
rafaelgeopolitica@gmail.com

Introdução

Durante boa parte da história do Paraná, o problema das comunicações entre norte do estado e o chamado Paraná Tradicional entravaram as trocas comerciais, sociais e culturais entre essas duas regiões. Mesmo com a (re)ocupação crescente do norte pioneiro no início do século XX, tardou-se a construção de uma via de comunicação eficaz que pudesse conectar a capital e o litoral com a nova área de ocupação estadual. A comunicação com o estado de São Paulo, especialmente por meio da ferrovia São Paulo-Paraná, contribuiu para que o norte paranaense, como um todo, alcançasse números expressivos de população e produção agrícola. Com a constituição de núcleos cada vez mais urbanos no norte pioneiro, o futebol, expressão urbana de lazer, se mostrou presente nesses núcleos. Os meios de transporte, historicamente, se mostraram como elos de propagação populacional e, em muitos casos, de propagação do fenômeno urbano. Dentre os elementos da vida cultural urbana, estão os esportes e, no caso do Brasil, o

A Constituição Geográfica do Futebol no Norte Pioneiro

futebol. Este trabalho busca compreender como a rede de transportes do estado do Paraná no século XX, especialmente a rede ferroviária, e o crescimento demográfico e econômico resultante, contribuiu para o surgimento de clubes de futebol no norte pioneiro.

Desenvolvimento

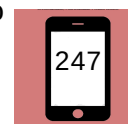
Como metodologia, foram consultados referenciais teóricos acerca do desenvolvimento do transporte, da urbanização, da industrialização e do futebol no estado do Paraná, especialmente no chamado Norte Pioneiro. Mapas históricos que representassem o avanço desses aspectos pelo território paranaense também foram consultados. A partir desses materiais, buscou-se retratar a evolução territorial paranaense, relacionando-a com a evolução do fenômeno do futebol profissional no norte pioneiro.

Um dos temas que permeiam as discussões geográficas, especialmente após a década de 1970, é a questão do avanço das técnicas e a fluidez por estas ocasionada. Acerca das discussões geográficas que envolvem a região, o espaço, a técnica e a fluidez, Moreira (2007) explica que até a década de 1950, as transformações nas paisagens eram lentas por conta da inexistência de técnicas que possibilitassem a interligação entre os lugares de forma rápida. A falta de uma rede que unificasse os espaços, fez com que o conceito tradicional de região fosse, por muito tempo, figura central na Geografia. Moreira (2007) fala de realidades esparsas, distintas, para se referir aos diferentes espaços anteriores ao século XVIII. Com a Revolução Industrial e o progresso das técnicas, os espaços, que antes eram esparsos, passaram a ser unificados por esse progresso. O espaço começa a se organizar em redes e as antigas regiões, passam a se diluir.

Dessa forma, com a fluidez cada vez maior detectada em uma era de redes, os espaços, mais conectados, também passam a se modificar mais rapidamente. Após a década de 1970, a rede, além de global, vai se tornando cada vez mais instantânea, com o advento dos computadores e da internet. De acordo com Moreira (2007), “É junto à rede que se descobre a globalização”. Nessa rede que se formou, a cidade exerceu um papel muito importante, sendo o ponto inicial de expansão de diversas redes, como as ferrovias, as redes de telefonia, estradas e outros, com algumas localidades ocupando papéis centrais em uma espécie de hierarquia de cidades. A cidade também foi beneficiada, uma vez que a chegada dessas técnicas dinamizou seu funcionamento, possibilitando novas formas de viver para seus habitantes, criando, inclusive, tempos e espaços para o lazer.

O processo de ocupação do norte pioneiro do estado do Paraná, por sua vez, chama a atenção por ser um importante ponto de ocupação efetiva não-indígena além dos limites do chamado “Paraná Tradicional” no século XIX. Diversas foram as tentativas realizadas visando a posse efetiva da região povoada apenas por indígenas até a primeira metade do século XIX.

O norte paranaense, entretanto, despertou o interesse de agentes privados, representados, inicialmente, na figura do Barão de Antonina, dono de latifúndios e incentivador do povoamento na região e, posteriormente, por fazendeiros Mineiros e Paulistas. A fertilidade das terras no norte pioneiro



A Constituição Geográfica do Futebol no Norte Pioneiro

começou a ser de conhecimento de paulistas e mineiros interessados na agricultura e na criação de animais em meados do século XIX. Existem registros de migrantes mineiros na região já na década de 1840. Logo os primeiros núcleos começaram a surgir na região do Itararé. Nos últimos anos do século XIX, os paulistas já dominavam o processo de (re)ocupação da área (TOMAZI, 1997, p.145) com suas fazendas e as ligações que tinham com as casas bancárias paulistas e a chegada de cafeicultores paulistas com visão empreendedora mudaria a economia do norte pioneiro.

Alguns fazendeiros e figuras importantes juntaram esforços para construir uma ferrovia que ligasse a estrada de ferro Sorocabana, a partir de Ourinhos, até próximo de suas propriedades, em Cambará. A ferrovia foi de grande importância para o povoamento, a formação e o crescimento dos núcleos urbanos no norte pioneiro. De acordo com Massulam (1974, p. 37):

A atuação das vias de comunicação - no caso, a linha férrea - foi de vital importância para o desenvolvimento econômico da região (...), mas limiar a ação da estrada de ferro a esfera econômica, situa-la por assim dizer - como posterior ao povoamento, faria negligenciar um dos aspectos clássicos do trilho como agente de povoamento.

Com o avanço dos cafezais, da ferrovia e do povoamento, outros núcleos surgiram. Em 1940, já existiam, 11 municípios no norte pioneiro. Em 1950, por sua vez, eram 18 municípios, chegando a 25 no final desta década.

A população do norte pioneiro, dessa forma, apresentou crescimento considerável entre as décadas de 1940 e 1950. Na década de 1920, a população do norte pioneiro possuía pouco mais de 70 mil habitantes, em 1940, a população ultrapassava 200 mil habitantes. Em 1960 e 1970, o norte pioneiro alcançou os números de 442.523 e 512.224 habitantes respectivamente.

Com todo esse crescimento populacional e a multiplicação de centros urbanos, algumas atividades passam a se constituir nessas localidades. Nesse sentido, as organizações de lazer passam surgir nas localidades do norte pioneiro, buscando atender à crescente população.

O futebol, como expressão urbana de lazer, não demorou muito para se destacar no norte pioneiro. Já na década de 1940, algumas cidades já chamavam a atenção com o esporte. Machado e Chrestenzen, 1990 (p.111) apontam que em Cambará e em Jacarezinho, o futebol começava, em 1944, a se destacar. Algumas equipes da capital começaram a visitar as cidades nortistas para amistosos na década de 1940, como o Coritiba, que visitou Jacarezinho em 1945 (Machado; Chrestenzen, 1990, p.115).

Rapidamente, as equipes do norte começaram a surpreender as demais equipes do estado. A Esportiva de Jacarezinho sagrou-se campeão do “interior” em 1948 e 1949. Em 1950, a mesma equipe disputou o campeonato estadual pela primeira vez. Em seguida, no certame de 1951, o Monte Alegre de Telêmaco Borba, equipe ligada às indústrias Klabin, também disputou o campeonato (Machado e Chrestenzen, 1990, p.137-42). Essa mesma equipe se sagraria campeã estadual em 1955, levando o título estadual para o interior pela primeira vez.

Com o avanço populacional e urbano, além dos bons rendimentos oriundos

A Constituição Geográfica do Futebol no Norte Pioneiro

do café, tornou-se possível que novas práticas urbanas e de socialização ocorressem, sendo o futebol um exemplo.

Em 1951 foi criada a 2ª Divisão de profissionais da zona norte. Dentre as equipes que disputaram o campeonato, estavam o Operário de Cambará, o Guarani de Arapoti e a A. A. Cambarense, campeã do torneio.

Dessa forma, Mezzadri (2000, p.36) aponta que

a forma embrionária como foi sendo estruturado o esporte, reproduziu o próprio desenvolvimento econômico, político e social do Estado, pois até a década de 50 a maior concentração populacional estava localizada nas regiões de Curitiba, Campos Gerais e Litoral, onde as ações esportivas também se concentravam com mais intensidade, principalmente em Curitiba, pois era na capital que estava o maior volume urbano do Estado.

Todos esses clubes representaram suas cidades a nível estadual, sendo motivo de orgulho local, especialmente nos jogos ante às equipes tradicionais da capital. Muitos desses clubes tinham íntima relação com a exploração do meio, sendo mantidos por indústrias extrativas, de beneficiamento ou até mesmo pelos rendimentos do café.

A falta de vias eficientes de transporte entre o norte do estado e o chamado Paraná Tradicional não dificultou apenas as comunicações entre essas duas regiões nos aspectos econômicos, mas também se refletiu no futebol. No final da década de 1950, as equipes do norte realizam certames profissionais envolvendo as equipes locais, culminando na divisão do campeonato estadual, ocorrido em 1962, em zonas Sul, Norte e Setentrão, sendo esta última destinada às equipes do norte pioneiro. A competição só seria “unificada” em 1966, após a inauguração da rodovia do Café, em 1965. A riqueza gerada pela exploração do meio no estado do Paraná tem relação com as práticas esportivas do estado, uma vez que motivou a urbanização e todos seus costumes por diversas localidades.

Após a década de 1970, os municípios pequenos do Norte Paraná passam a perder população e o futebol, como um todo, começou a estabelecer-se como um espetáculo lucrativo. Isso acabou culminando com o que Mascarenhas (2014) chamou de metropolização do futebol. Com essas transformações, inúmeros clubes no Paraná declararam falência ou se retiraram do futebol profissional, tornando raras as participações de clubes de cidades pequenas em campeonatos de maior expressão.

Considerações Finais

Percebe-se como a lentidão paranaense em conectar seus principais centros à zona de grande desenvolvimento no Norte contribuiu para que o Paraná não se desenvolvesse de forma única. O futebol, como uma expressão urbana de lazer, acompanhando o desenvolvimento urbano do norte pioneiro, foi praticado por seus moradores e clubes foram formados para a sociabilização, para o lúdico e para o lazer de sua população. Curiosamente, a falta de uma via de transporte barata e de fácil acesso entre o Paraná Tradicional e o norte do estado, contribuiu para que os campeonatos estaduais do Paraná fossem

A Constituição Geográfica do Futebol no Norte Pioneiro

realizados em zonas ou que simplesmente não contassem com equipes oriundas do norte do estado. Não só no aspecto econômico, mas também no aspecto social e cultural, o Paraná tornou-se uno apenas após a constituição de suas principais vias de comunicação internas.

Referências

MACHADO, H. I. CHRESTENZEN, L. M. **Futebol Paraná história**. Curitiba: Dígito, 1990.

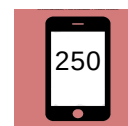
MASCAREHAS, G. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná**: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais. 2000.(Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. Etc, **Espaço, Tempo e Crítica**. Niterói, v.1, Nº1(3), p.55-70, 2007.

MUSSALAN, R. **Norte pioneiro do Paraná –formação e crescimento através dos censos**. 1974. Dissertação (Mestrado em História)- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes-Departamento de História, UFPR, Curitiba.

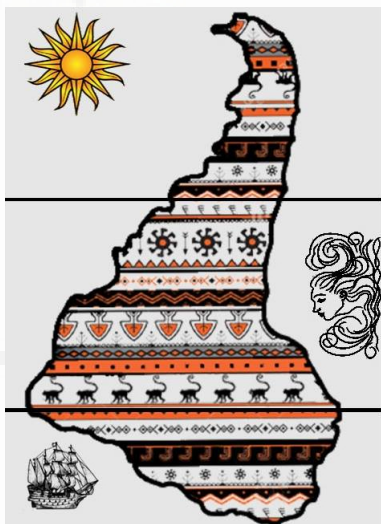
TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná**: História e Fantasmagorias. 1997. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes-Departamento de História, UFPR, Curitiba.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Relação Entre a Geografia e a Economia no Município de Ponta Grossa-PR

Leandro Soares Machado

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
leandrosoaresmachado@gmail.com

Andreia Vanessa de Oliveira

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
vanessaadvog@hotmail.com

Desenvolvimento

No presente artigo buscou-se tecer um breve comentário sobre a Teoria dos dois circuitos abordados por Milton Santos, baseia-se nos conceitos de circuito inferior e superior, recorrendo sobre as questões de segregação socioespacial.

A abordagem fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, em obras desses e em outros autores, buscou abordar questões sobre o desenvolvimento econômico.

A metodologia utilizada foi de cunho bibliográfico, através de livros, jornais, redes eletrônica, que de acordo com Cervo e Bervian (1983, p. 35) “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva experimental”.

A pesquisa justifica-se pela relevância da compreensão dos processos de formação da sociedade no aspecto econômico e social, orientados por estudos que auxiliam na observação do desenvolvimento da sociedade, sob o enfoque da teoria do circuito da economia urbana apresentada por Milton Santos (1979).

Nesse cenário, destaca-se as condições econômicas e geográficas em espaço central e periférico, teoria centro-periferia e a outra de circuito inferior e circuito superior com enfoque nas empresas e indústrias e a que circuito elas pertencem. Apresenta-se um breve

recorte da ocupação urbana da cidade de Ponta Grossa –PR, particularmente em seu circuito inferior.

No decorrer desse ensaio procurou-se compreender o modo de como a ocupação urbana de Ponta Grossa contribui para criar condições para a formação e reestruturação dos circuitos e seu entrelaçamento.

Nessa visão, vale discorrer sobre o conceito de segregação sob o enfoque da geografia, que carecem serem analisados em diferentes escalas, sendo analisada não apenas pela distância física de determinada área até o polo, e sim em questão de acessibilidade, tomando um viés socioeconômico conforme nos ensina Santos (1979):

A partir desses fatores, vale discorrer sobre o espaço urbano e a segregação socioespacial da cidade de Ponta Grossa, de acordo com Monastirsky (1997) o processo de urbanização da cidade ocorreu pela construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande do Sul, atrelado ao incentivo à industrialização ocorrido no Brasil em 1970. Esse fator levou a cidade a ser considerada um entroncamento ferroviário no âmbito nacional, razão que atrai pessoas para a região em busca de colocação no mercado de trabalho e melhor qualidade de vida.

Dito isso, destaca-se os ensinamentos de Wlodarski (2007) abordando um acontecimento no setor econômico desencadeado pelos incentivos à industrialização do agronegócio, pautado na mecanização e escassa necessidade de mão-de-obra, assim, houve um processo de migração da população para centros urbanos onde o comércio não absorve todo esse contingente, ocorrendo dessa população passar a habitar as favelas e beira de córregos.

Em relação ao espaço urbano da cidade assevera Sahr (2001), que essa região era habitada pelas classes com maior poder aquisitivo que serviam-se de toda infraestrutura necessária, regalia assegurada a elite. Segundo o mesmo autor essa dinâmica dos agentes produtores do espaço urbano resultou no fato de colocar muitas famílias em situação de miséria extrema, ocasionada pela falta de renda, assim, em condições econômicas desfavoráveis se obrigavam a habitar fundos de vale, beira de arroio e regiões distantes do centro urbano.

Desse modo, a teoria proposta pelo autor, leva em consideração dois circuitos de produção, que dizem respeito a distribuição e consumo de bens e serviços na sociedade urbana, nesse viés, o circuito superior é composto por atividades econômicas de grandes dimensões, que estão vinculadas aos processos modernos, e assim, possuem estrita relação com a economia global, por outro lado encontra-se o circuito inferior voltado a pequena dimensão, apresentando uma maior influência em âmbito local (SANTOS, 1979).

Cumprе evidenciar que, a existência dos circuitos da economia urbana está atrelada com as especificidades do espaço nos países subdesenvolvidos. Esta relação das especificidades dizem respeito a questão de que os elementos que constituem o espaço são os mesmos existentes em outros países, porém, a maneira que se combinam em países subdesenvolvidos é diferente, conforme explicado por (SANTOS, 1979, p. 15).

De acordo com Santos (1979) a teoria dos circuitos destaca que a cidade localizada em país subdesenvolvido como o Brasil deve ser compreendida como uma totalidade, a partir do entrelaçamento dos dois circuitos o superior e

o inferior.

Nesse contexto, de acordo com os circuitos da economia urbana apresentados por Milton Santos, observa-se que as condições econômicas e geográficas classificam a cidade de Ponta Grossa como periférica, se enquadrando no circuito inferior, isto é, a distribuição de bens e serviços na sociedade urbana, acontecem em pequena dimensão, ficando numa escala de maior influência local.

Destarte, observa-se a existência de desigualdade de renda, fator que desencadeia dificuldade de acesso ao consumo e aos bens e serviços classificados como essenciais, propiciou a existência de dois circuitos de produção, distribuição e consumo na sociedade urbana, o circuito superior e o circuito inferior, fator que colocaria o município de Ponta Grossa na condição de circuito inferior, conforme a definição de Milton Santos:

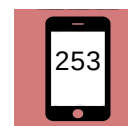
A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 1979, p. 29).

Cumprido destacar que é possível observar uma desigualdade na distribuição de renda, desemprego, embora, em consulta ao Periódico da (UEPG), observa-se a cidade de Ponta Grossa – Paraná, na contramão do desemprego, conforme asseverado pelo docente Osvaldo Callegari:

Para o professor Osvaldo Callegari, do Departamento de Administração da UEPG, a cidade se beneficia de uma estrutura industrial referência na região, algo que faz da cidade um polo primário de distribuição de renda, e assim beneficia periféricamente o setor de serviços que tende manter a geração de empregos, mesmo que volátil. “A indústria ajunta um montante [de dinheiro] significativo, que desloca uma cadeia produtiva para a manufatura de matéria prima. Isso mantém a oferta de empregos, que beneficiam o setor de serviços através da massa salarial deslocada urbanamente pela cadeia produtiva em torno da produção industrial. Toda essa estrutura impede que o desemprego generalizado atinja Ponta Grossa na mesma escala do âmbito nacional”, afirma o docente. (PERIÓDICO UEPG, 2019).

Na questão social, cita-se os conjuntos habitacionais que são periféricos (inferior), os indivíduos que lá residem, sofrem com a falta de estrutura básica, dentre elas podemos citar serviços básicos, equipamentos de saúde pública, falta de disponibilidade de horários de transporte público.

No setor da agricultura familiar, observa-se que essas famílias encontram dificuldade no escoamento da produção, bem como, na venda de seus produtos para o setor público municipal.



Tecendo comentários sobre a questão alimentar, destaca-se o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Ponta Grossa (CONSEA/PG), instituído pela Lei Municipal nº 11.646 de 21 de janeiro de 2014, que propõe em seu artigo 4º inciso I ampliar as condições de acesso a alimentação saudável por meio da agricultura tradicional e familiar, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e na distribuição. (PONTA GROSSA, 2014).

Nesse sentido, um dos fatores que poderia contribuir para o desenvolvimento da economia e geração de renda está centrado no fomento do agricultura familiar, agroecológica e economia solidária.

As considerações evidenciadas no presente estudo, está na formação e desenvolvimento dos circuitos da economia urbana na cidade de Ponta Grossa, que apresentam especificidades que de certo modo estão atreladas ao arranjo espacial, principalmente na formação dos centros urbanos e segregação socioespacial.

Nesse contexto, pode-se dizer que dentre essas particularidades foi a concentração do agronegócio que possibilitou um maior desenvolvimento das forças produtivas da cidade, fortalecendo o circuito superior, esse circuito possibilitou que grandes indústrias se instalassem na cidade.

Por fim, o estudo dos dois circuitos, nos leva a reflexão de que na medida que a vida urbana ganhava força através do circuito superior, o circuito inferior estava em formação. A concentração da riqueza e da pobreza no mesmo lugar é resultado do processo de urbanização sob o modelo econômica capitalista.

Referências

CERVO. Amado Luís; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica:** para uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

PONTA GROSSA. **Lei Municipal Nº 11.646, de 21 de janeiro de 2014.** Dispõe Sobre Os Componentes Municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, Define os Parâmetros para Elaboração e Implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras Providências. Ponta Grossa, 2014. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2014/1164/11646/lei-ordinaria-n-11646-2014-dispoe-sobre-os-componentes-municipais-do-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-define-os-parametros-para-elaboracao-e-implementacao-do-plano-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 out. 2020.

NASCIMENTO, Ederson do. **Espaços e desigualdades: Mapeamento e análise dinâmica de exclusão/inclusão social na cidade de Ponta Grossa (PR).** 2008, 172 p. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/499>>. Acesso em: 30 set. 2020.

MONASTIRSKY, L. B. **Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa**. 189 p. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

SAHR, S. L. L. **Favelas: um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa – PR**. 1990, 174 p. Trabalho apresentado ao curso de Pós-graduação em Geografia. Mestrado da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Campos Rio Claro, 1990.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, R. G; CLARINDO, M.F. **A (in) segurança alimentar no núcleo Ouro Verde em Ponta Grossa no ano de 2012**. Ponta Grossa: UEPG, 2012, 69 p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

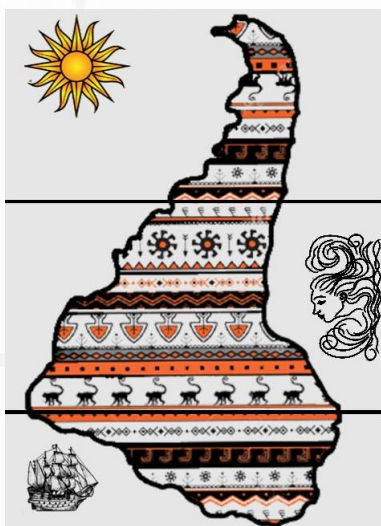
UEPG, **Periódico Redação de Mídia Integrada**. Dados colocam Ponta Grossa na contramão da economia nacional. Publicado em 31 de out. de 2019. Disponível em: <<https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/232-politica/1667-dados-colocam-ponta-grossa-na-contramao-da-economia-nacional-2>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

WLODARSKI, Regiane. **Os programas de referência de renda do município de Ponta Grossa: Benefício de prestação continuada – BPC e Bolsa Família, como ações de enfrentamento da pobreza**. 2007, 202 p. Dissertação [Mestrado] em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <<https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/270/1/REGIANEWLODARSKI2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2020.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Consumo Consciente, Sustentabilidade e Pandemia do Ano de 2020

Barbara Cristina Kruse

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
barbara@mkruse.com.br

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
cunhageo@uepg.br

O *second hand* (ou comércio de itens usados) no Brasil nunca esteve tão em voga quanto na atualidade. Os brechós, tal como já ouvimos falar na venda de itens usados, vêm tendo uma aceitação significativa, inclusive nas classes mais altas. A ideia de aliar o desapego com a sustentabilidade, tornou-se o assunto do momento. Essa nova modalidade de consumo, apela para os conceitos de “consciência ambiental”, “moda girar” e “consumo consciente”, acaba por influenciar também os padrões atuais de consumo no país. De uma maneira positiva, pode-se dizer que essa nova realidade social é, também, sustentável. Ademais, a Pandemia enfrentada no ano de 2020 pelo Coronavírus, demonstrou claramente que o consumo desenfreado e irracional tornar-se-ia cada vez mais insustentável ao Planeta Terra. Neste contexto, aviva também uma visão sistêmica e integralizadora do ser humano com a natureza, como adjunta das relações sociais modernas.

Introdução

A sustentabilidade é um dos grandes obstáculos dos tempos modernos. Isto porque, a ideologia de se consumir incessantemente é amplamente disseminada. A produção em grande escala e em série, necessita diariamente de novos consumidores. A premência é majoritariamente econômica, ou seja, de que é preciso avançar no consumo para a vencia

do lucro (HARVEY, 2007). Ora, a data de vencimento dos produtos, bem como a diminuição da sua durabilidade, é uma forma que as indústrias encontraram de fazer com que o consumo tenha sempre que existir. Evidentemente que não é só isso. A inovação tecnológica, a propaganda indutora de novidades e desejos de bens materiais, aliados a efemeridade da moda, também são formas de perenizar o consumo. Não é à toa que que vivemos na sociedade de consumo (BAUMAN, 2010).

Ocorre que, gradativamente, um novo comportamento social está se alastrando pela mentalidade brasileira. Trata-se de um outro padrão de consumo, dispersado especialmente pelas redes sociais, juntamente com o apelo de pessoas estratégicas. Celebridades, artistas, blogueiras, youtubers, dentre outras pessoas com influência social, que estão apoiando e encorajando seus seguidores, a consumir conscientemente, itens seminovos e “desapegados” por alguém. A ideia de que consumir itens usados era sinônimo de brega e voltado para pessoas sem condições financeiras, está dando lugar a uma nova moda.

Neste contexto, o objetivo desse resumo, é analisar o crescimento de consumo de itens usados, inter-relacionando-o com a sustentabilidade e o contexto atual. Para a confecção do resumo, utilizou-se a metodologia de revisão de literatura, aliada a análise de conteúdo qualitativa dos ditos brechós nas redes sociais. A pesquisa também se baseou na análise de jornais e matérias de revistas disponibilizadas online e recentes (2019 e 2020), afim de contextualizar o tema.

A importância do resumo se dá, porque de um lado temos a ideia de sustentabilidade, na medida em que se consome um produto já fabricado e que, portanto, dispensa novos impactos ambientais de produção. Além de que, a Pandemia vivenciada no ano de 2020, pelo Coronavírus, também colocou em cheque a visão de que a natureza deve ser usada primordialmente para suprir demandas econômicas. Logo, repensa-se se vale a pena tantos impactos ambientais em detrimento do efêmero, da moda, da ideologia de constante renovação.

Desenvolvimento

O consumismo desenfreado não é um assunto do século XXI. Na verdade, desde o século XX vários autores já sinalizavam os problemas que os produtos industrializados e a sua fabricação em série acabariam desembocando na super faturação de produtos. Uma solução, nesse sentido, seria estipular a data de validade dos produtos. A ideologia da constante renovação e necessidade de fazer a máquina do consumo girar acabou tomando conta do cenário mundial (BAUMAN, 2010). A moda, desta feita, é muito adepta a esta ideologia Consumista.

Isto porque a necessidade de constantemente ter novas coleções, novos *looks* diferentes, roupas combinando e, principalmente “estar fashion”, faz parte da indústria da moda. Essa poderosíssima indústria, gira grandes fortunas anualmente, sendo um dos grandes canalizadores de capital. Imensas fortunas são gastas diariamente para fomentar a necessidade de consumir sempre o atual. O desejo de consumo de todos, desta temporada, no próximo ano muito

possivelmente ficará esquecida no guarda-roupa por algumas décadas.

A ideologia de ser sempre *in* e não *out*, acarreta em problemas futuros que vão além da acumulação de capital. Questões econômicas, interferem grandemente nas tomadas de decisões. Entretanto, nos dias atuais, esse pensamento utilitarista da natureza (ou seja, de se utilizar a natureza conforme o as necessidades econômicas) está cada vez mais comprometido. Especialmente quando, da evolução da ciência mostra-se claramente que há um limite para os recursos naturais.

A questão ambiental, tão em voga no século XXI, é uma das grandes preocupações contemporâneas. O conflito que há de existir entre as questões econômicas *versus* a sustentabilidade, há de ser cada vez mais presente, na medida em que o ser humano está cada vez mais presenciando mudanças ambientais.

A situação delicada que a pandemia de 2020 deixou o mundo, restou claro que novas posturas humanas precisam urgentemente serem tomadas. No Brasil, a ascendência e o crescimento incrível de um comércio até pouco tempo não usual, traz esperanças de que a sustentabilidade é um caminho possível de trilhar. Trata-se do consumo de peças usadas, ou ainda, o denominado *second hand*.

Os brechós, tal como já ouvimos falar na venda de itens usados, vêm tendo uma aceitação significativa, inclusive nas classes mais altas. Existe um apelo de *marketing*, em pessoas com alta visibilidade tais como artistas, blogueiras e pessoas de classes mais abastadas. Em qualquer uma das situações, no entanto, o que se pondera são as vantagens de se comprar itens de segunda mão, em sites e brechós ditos como confiáveis e que só vendem itens originais.

O crescimento desse mercado *second hand*, chegou a 200% em 2019, segundo a reportagem da ISTOÉ, elaborada por Luisa Purchio. Os brechós de luxo, que só vendem grifes de maisons famosas de luxo (como por exemplo, Hermès, Chanel, Dior, Louis Vuitton e assim por diante), também estão tendo grande aceitação nas classes mais altas. A proprietária do Brechó Troca de Luxo que tem como carro-chefe, a venda de bolsas e comenta que: “Em um evento num clube da alta sociedade, uma senhora pegou uma bolsa que estava à venda. Quando falei que era usada, ela largou com repulsa. Hoje é o contrário, as pessoas querem tê-las” (PURCHIO, 2019, s.p).

O elevado faturamento de alguns brechós também é surpreendente. O brechó online “Troc”, por exemplo, conseguiu “um faturamento de R\$1 milhão em apenas 10 meses, a marca proporciona economia, consumo consciente e rotatividade das peças” (EMPREENDEDOR, 2020, s.p). Os proprietários do Troc, brechó de Curitiba, afirmam que grande parte do sucesso do *second hand* se dá tanto pelo apelo das celebridades e influenciadores digitais nesse comércio, juntamente com a economia financeira que se consegue fazer, eis que existem peças que chegam a custar 20% do valor original da loja. Dados recentes, lançados em 2020, afirmam que o Troc antes mesmo de completar 3 anos já faturou R\$ 10 milhões de reais (ANTONIELE, 2020).

Uma pesquisa realizada pela empresa ThredUp 2019, aponta que até 2028, o mercado da *second hand* ultrapassará o *fast fashion*, sendo que nesta previsão, é apontado uma diferença de US\$ 20 bilhões a mais no valor do mercado para os brechós, quando comparado ao padrão de consumo atual

(PURCHIO, 2019).

Vê-se, portanto, um novo padrão de consumo no brasileiro, que além de contar com um grande apelo de *marketing*, adere também a ideia de sustentabilidade. Um dos carros chefes dos brechós de luxo, por exemplo, é a bolsa. Dados recentes mostram que houve uma diminuição de 20% nos primeiros oito meses do ano de 2019, de pessoas (em especial o público feminino) consumindo bolsas, segundo uma pesquisa realizada pelo NPD Group e um dos motivos para a queda é o aumento nos brechós de luxo e, consequentemente no consumo de bolsas usadas (MARIA ESTEVÃO, 2019). Evidentemente que, tal diminuição acabará afetando na linha de produção das bolsas nos anos subseqüentes, o que também acabará por poupar uma série de impactos ambientais que derivam da sua produção.

A utilização de produtos *second hand*, é uma alternativa sustentável na medida em que se utiliza o que já existe. Logo, a mudança de padrão de consumo, tende a refletir até mesmo na quantidade de lixo, ou melhor, nas peças descartadas a cada coleção que muda. A re-utilização, é uma forma inteligente de descarte do que não se usa mais. Isto pois, o Planeta Terra possui um limite de capacidade, pois para ele, não existe jogar fora.

Considerações Finais

Se antes a ideia de sustentabilidade ainda estava caminhando em passos lentos, o COVID-19 veio para ajudar a impulsionar a visão integralizadora da natureza com a qualidade de vida humana. A visão sistêmica do homem com a natureza, nunca foi tão vivenciado no século XXI como no presente momento.

Pode se refletir assim, que o consumo consciente e de artigos “*second hand*” é um caminho sem volta. Isto porque, o ano de 2020 comprovou que nem só de lucro e pensamentos econômicos sobrevive o ser humano. A ideia de que o todo é indissociável e multidisciplinar conforme defende Edgar Morin (2003), tende a não entrar em esquecimento pelos próximos anos.

Referências

ANTONIELE, Luciano. **Advogada cria brechó online e fatura R\$ 10 milhões fazendo a moda circular.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/01/27/advogada-cria-brecho-online-e-fatura-r-10-milhoes-fazendo-a-moda-circular.htm>. Acesso em 14 dez. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 210 p.

EMPREENDEDOR. **Maior brechó online do Brasil fatura 1 milhão em 10 meses de funcionamento.** Disponível em: <https://empreendedor.com.br/noticia/maior-brecho-online-do-brasil-fatura-1-milhao-em-10-meses-de-funcionamento/>. Acesso em 28 dez. 2020.

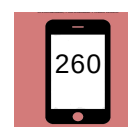
HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

Consumo Consciente, Sustentabilidade e Pandemia do Ano de 2020

LUISA PURCHIO. Istoé. **Brechó é chique**: moda chega ao mercado de luxo e vai ultrapassar o fast fashion. moda chega ao mercado de luxo e vai ultrapassar o fast fashion. 2019. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-10-06/brecho-e-chique-moda-chega-ao-mercado-de-luxo-e-vai-ultrapassar-fast-fashion.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARIA ESTEVÃO, I. **Entenda por que as mulheres têm deixado de comprar bolsas**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas-blogs/ilca-maria-estevao/entenda-por-que-as-mulheres-tem-deixado-de-comprar-bolsas>. Acesso em: 10 dez. 2020.

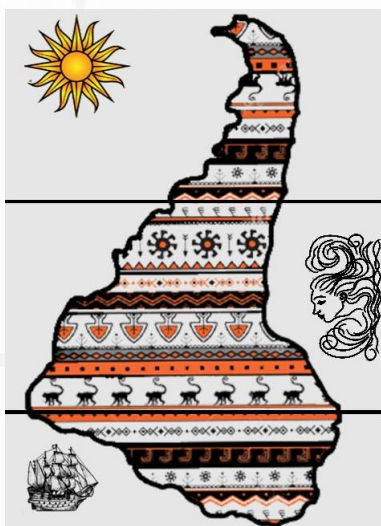
MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Economia Do Compartilhamento: 'Uberização' Ou Alternativa Sustentável?¹

Simone Koniski Guimarães

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
simonekoniski@gmail.com

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
llagc2@yahoo.com.br

Introdução

Este resumo discute a noção de economia do compartilhamento a partir de duas perspectivas distintas: a da uberização propiciada pela difusão do uso da internet e de *smartphones* e a da sustentabilidade resultante do uso flexível e fracionado de recursos e/ou espaços. O resumo foi elaborado a partir da seleção de referencial teórico sobre o assunto e faz parte da discussão teórica da tese da autora que aborda a economia para além da lógica de mercado tradicional.

A Economia do Compartilhamento

A economia do compartilhamento ou *sharing economy* é baseada no acesso ao invés da propriedade. A promessa desse modelo de negócio é reduzir os impactos ambientais gerados pelo consumismo ao fomentar o uso de recursos ociosos ou subutilizados e gerar renda para quem empresta, aluga ou compartilha esses recursos (SLEE, 2019). Não existe um consenso sobre quais práticas se inserem na economia do compartilhamento, pois, o consumo compartilhado não é algo novo (GERHARD; SILVA JÚNIOR; CÂMARA, 2019). Além disso, nem todas as práticas de compartilhamento envolvem a troca monetária. Empréstimos de livros em bibliotecas e de objetos diversos entre familiares e amigos são exemplos comuns de compartilhar que não envolvem dinheiro. Já o aluguel de casas, roupas sociais e carros, são exemplos que dependem do pagamento.

Economia Do Compartilhamento: 'Uberização' Ou Alternativa Sustentável?

Nos últimos anos, o que tem sido caracterizado como economia do compartilhamento é um movimento propiciado pela difusão do uso da internet e de *smartphones*. A internet propicia a conexão de mais pessoas interessadas em consumir com mais pessoas interessadas em compartilhar. Assim, a escalabilidade proporcionada por aplicativos e plataformas digitais e a falta de regulamentação para o uso dessas ferramentas fez com que a economia do compartilhamento se transformasse em um modelo de negócio altamente rentável simbolizado por grandes empresas como a *Uber* e a *Airbnb*.

A Economia do Compartilhamento é uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviço para trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, viagens de carro ou tarefas domésticas. Na crista desta onda estão *Uber* e *Airbnb*, cada um mostrando um crescimento vertiginoso para sustentar a alegação de que estão desbancando as indústrias tradicionais de transporte e hotelaria. (SLEE, 2019, p. 30).

Essa falta de regulamentação tem gerado diversos problemas sociais, dentre os quais se destacam a precarização do trabalho associada a plataformas de transporte como a *Uber*, a *Rappi*, a *iFood* e os efeitos negativos do turismo de massa associados a plataformas como a *Airbnb*.

Se a Economia do Compartilhamento é um movimento, é um movimento pela desregulação. Grandes instituições financeiras e fundos influentes de capital de risco estão vislumbrando, com ela, uma oportunidade para desafiar as regras formuladas pelos governos municipais democráticos ao redor do mundo — e para remodelar as cidades de acordo com seus interesses. Não se trata de construir uma alternativa à economia de mercado dirigida por corporações. Trata-se de expandir o livre mercado para novas áreas de nossas vidas. (SLEE, 2019, p. 52).

Dentre os efeitos negativos associados a plataformas como a *Airbnb* estão a expansão do turismo em cidades turísticas importantes e o consequente aumento do custo de vida para a população local aliado à sobrecarga das infraestruturas urbanas.

O *Airbnb*, [...] acabou por estimular que, em cidades turísticas importantes, como Barcelona, Paris e Amsterdã, as pessoas vendessem seus domicílios a empresas que operavam como se fossem indivíduos. Ao mesmo tempo, em muitas destas cidades o turismo se expandiu muito além dos limites da rede hoteleira. (ABRAMOVAY, 2019, p. 25-26).

No caso da precarização do trabalho, as plataformas de transporte alegam que os trabalhadores (motoristas, motociclistas e ciclistas) são apenas usuários que utilizam a plataforma para se conectar com clientes. Desse modo, não haveria vínculo empregatício e com isso os trabalhadores/usuários não têm direito a nenhuma segurança trabalhista.

A recusa da condição de empregador como estratégia de gestão e controle do

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Economia Do Compartilhamento: 'Uberização' Ou Alternativa Sustentável?

trabalho é um fenômeno praticado há décadas; porém, a utilização das TIC por plataformas e aplicativos vem potencializando e aprofundando exponencialmente esse processo. Isso ocorre tanto quando o discurso empresarial propaga a narrativa de que os trabalhadores/as seriam seus clientes (e, portanto, desprovidos de relações de trabalho efetivas), quando se utiliza destas novas ferramentas de processamento e transmissão de dados para subordinar, sujeitar e ampliar os níveis de exploração da força de trabalho; (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 29).

Essa forma de exploração do trabalho, caracterizada pela ausência de vínculo empregatício associada ao aumento do controle do tempo e da qualidade do trabalho propiciado pelos sistemas dessas plataformas e aplicativos vem sendo chamada de uberização. Em Abílio (2017) a uberização:

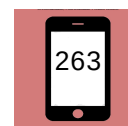
[...] refere-se a um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho. (ABÍLIO, 2017, s/p.).

Esse fenômeno tem potencializado a precarização do trabalho no Brasil e em outros países, já agravada pela reforma trabalhista sancionada pela Lei Federal nº. 13.467, de 13 de julho de 2017.

[...] o contexto atual do trabalho é de precarização a nível mundial. Esse processo de precarização ocorre como consequência de uma reestruturação do sistema capitalista, que teve início na década de 1970 após a crise estrutural do sistema que atingiu a economia de diversos países, e suas cujas características principais são a flexibilização das relações de trabalho e a desregulamentação das leis trabalhistas. Nesse contexto, a dinâmica do trabalho é alterada e, com o intuito de baratear os custos de produção e obter maiores lucros, os capitalistas passam a defender e fazer uso de novas modalidades de trabalho, marcadas pela instabilidade e precariedade para o trabalhador, tais como o trabalho informal e o trabalho terceirizado. (COELHO; SCRAMIM, 2018, p. 249).

Porém, a economia do compartilhamento não se restringe a grandes empresas, existem outras práticas econômicas e modelos de negócio baseadas na ideia de compartilhamento, com diferentes dimensões e finalidades.

E o curioso é que a tão badalada Economia do Compartilhamento inclui gigantes digitais como Uber, Lyft e TaskRabbit, mas nunca as cooperativas do sistema espanhol Mondragón, as inúmeras iniciativas de gestão comunitária de recursos ecossistêmicos comuns ou o que na América Latina se conhece como economia solidária. (ABRAMOVAY, 2019, p. 26).



Economia Do Compartilhamento: 'Uberização' Ou Alternativa Sustentável?

Alguns exemplos de modelos de negócio baseados no uso compartilhado, que vão além da economia solidária, estão relacionados ao uso flexível e fracionado de recursos e/ou espaços como os escritórios compartilhados ou coworking, as lojas colaborativas e os serviços de compartilhamento de bicicletas e patinetes.

Os escritórios compartilhados oferecem o aluguel de mesas de trabalho, salas de reunião, espaços de convivência e até serviços de atendimento aos clientes. Esse modelo de negócio começou a surgir no Brasil em 2011 e se expandiu em 2017. De acordo com o Censo *Coworking* Brasil 2019, o país tinha 238 escritórios compartilhados em 2015, 378 em 2016, 810 em 2017 e 1.194 em 2018. Em 2019 haviam 1.497 escritórios compartilhados distribuídos entre 195 municípios e 26 estados mais o Distrito Federal. O estado do Paraná tinha 87 escritórios compartilhados ocupando a 6º posição entre os estados e Curitiba tinha 44 ocupando a quinta posição entre os municípios com mais escritórios compartilhados (COWORKING BRASIL, 2019). Ainda existem poucas lojas colaborativas no Brasil, essas lojas oferecem o aluguel de salas e prateleiras a custos menores do que o aluguel de um ponto comercial. Já os serviços de compartilhamento de bicicletas e/ou patinetes são populares em grandes cidades. De acordo com Miotto (2019) esse serviço já estava disponível em 14 capitais brasileiras no ano de 2019.

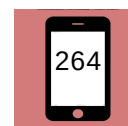
Considerações Finais

Nos últimos anos a difusão do uso da internet e de smartphones propiciou a popularização de propostas de consumo compartilhado e o surgimento de iniciativas com diferentes finalidades e dimensões. Em função da diversidade de propostas baseadas no consumo compartilhado ainda não há um consenso sobre a definição de economia do compartilhamento. Assim, a caracterização e a avaliação dos seus efeitos dependem das iniciativas em investigação. As duas perspectivas discutidas neste resumo apontam a necessidade de estudos aprofundados sobre os impactos da chamada uberização e das possibilidades propiciadas pelo uso flexível e fracionado de recursos e/ou espaços como uma alternativa econômica sustentável ambiental e social para o desenvolvimento local e regional. A respeito desse uso, a partir de uma pesquisa exploratória em escala local foram identificados alguns empreendimentos que surgiram nos últimos anos no município de Ponta Grossa (PR) como a primeira loja colaborativa inaugurada em 2019, para comercializar produtos feitos por mulheres e/ou a partir de matérias-primas sustentáveis de origem local/regional¹, o primeiro serviço de locação de bicicletas criado em 2020², além de cinco espaços de *coworking*⁴.

2 CASULO CASA COLABORATIVA. A Casa. Disponível em: <https://www.casulocasacolaborativa.com/sobre>. Acesso em: 01 fev. 2021.

3 WE Bike Shop. Disponível em: <https://www.facebook.com/We-Bike-Shop-525032557605440/>. Acesso em: 31 jan. 2021.

4 GOOGLE Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 31 jan. 2021.



Referências

ABÍLIO, L. C. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Passa Palavra, 19 fev. 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

ABRAMOVAY, R. Prefácio à edição brasileira. In: **SLEE, T. Uberização**: A nova onda do trabalho precarizado. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

COELHO, G. C. C.; SCRAMIM, G. R. M. Reforma trabalhista: precarização do trabalho feminino. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 23, 25 jan. 2018.

COWORKING BRASIL. **Censo Coworking Brasil 2019**. Disponível em: <https://coworkingbrasil.org/censo/2019/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

GERHARD, F.; SILVA JÚNIOR, J. T.; CÂMARA, S. F. Tipificando a Economia do Compartilhamento e a Economia do Acesso. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 795-814, out./dez. 2019.

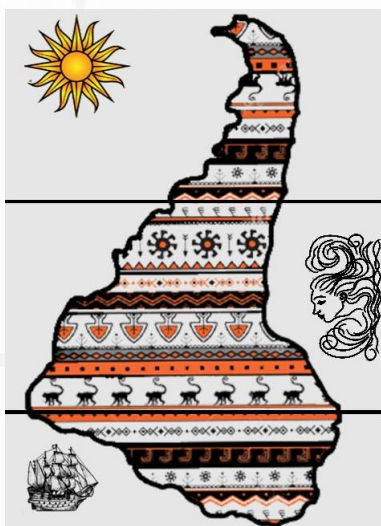
MIOTTO, R. 14 capitais contam com serviços de compartilhamento de bicicletas; patinetes chegam a 10. **G1 - Auto Esporte**. São Paulo, 24 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/carros/noticia/2019/03/24/14-capitais-contamcom-servicos-de-compartilhamento-de-bicicletas-patinetes-chegam-a-9.gh.html>. Acesso em: 31 jan. 2021.

SLEE, T. **Uberização**: A nova onda do trabalho precarizado. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Mulher Instrumentista em Espaços de Música Popular em Ponta Grossa (PR): Empoderamento e Resistência

Andria Jéssica Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
andria.rodriguez@gmail.com

Simone Koniski Guimarães
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
simonekoniski@gmail.com

Introdução

Este resumo consiste em um ensaio baseado em experiências da autora principal deste texto a partir de suas vivências pessoais e profissionais enquanto mulher instrumentista em espaços de música popular no município de Ponta Grossa (PR) que tem por objetivo contribuir com futuros estudos sobre o papel da mulher musicista¹ frente a ações de empoderamento e resistência.

Diversas barreiras são encontradas diariamente na atuação como musicista enquanto instrumentista em Ponta Grossa. A partir da vivência em diversos espaços musicais da cidade, pode-se observar que este contexto é predominantemente masculino. A luta por conquistar espaço² de maneira justa e igualitária tem se tornado cada vez maior devido à adesão de cada vez mais mulheres que atualmente passaram a se inserir no contexto musical e que antes não se sentiam aptas a competir profissionalmente neste ramo. Contudo, faz-se necessário uma coleta de dados sistemática para confirmar esses apontamentos, conforme descrito na seção de metodologia.

Sabemos que as mulheres têm papel fundamental na sociedade e são marginalizadas por um ou mais sistemas de opressão/subordinativos, como o patriarcado por exemplo. Na nova acepção feminista, Delphy (2009) diz que:

A Mulher Instrumentista em Espaços de Música Popular em Ponta Grossa (PR): Empoderamento e Resistência

[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”. (DELPHY, 2009, p. 173).

Quando evidenciamos a ausência de mulheres em espaços formais e informais relacionados à música (faculdade de música, escolas de música, palcos de bares, teatros, festivais, eventos particulares ou públicos em espaços como praças e centros culturais) como é possível observar na nossa cidade, constatamos que há uma marginalização das mulheres por serem mulheres. Deste modo, afirmamos que a ação de ocupar espaços relacionados à música é um movimento de empoderamento e resistência.

Metodologia

Este resumo apresenta parte do referencial teórico levantado para a elaboração de uma proposta de pesquisa qualitativa que tem por objetivo geral compreender as dinâmicas de marginalização e resistência das mulheres instrumentistas em Ponta Grossa (PR), através dos seguintes objetivos específicos: identificar as mulheres instrumentistas atuantes na cidade; explorar como se dá a formação musical destas mulheres; averiguar a ausência das mulheres em espaços relacionados à música; analisar a desigualdade de oportunidades e condições de trabalho entre homens e mulheres instrumentistas; e, entender como é a vivência da mulher musicista em meios musicais majoritariamente masculinos na cidade de Ponta Grossa.

Pretende-se na referida pesquisa (ainda em fase de planejamento) investigar o perfil dos músicos homens e mulheres atuantes em Ponta Grossa (PR), através da aplicação de um questionário on-line, a ser elaborado com auxílio da ferramenta *Google* Formulários, visando compreender as dinâmicas de marginalização e resistência das mulheres instrumentistas na cidade a partir do mapeamento das diferenças de oportunidades e condições entre homens e mulheres musicistas.

Empoderamento e Resistência

A palavra empoderamento vem do termo inglês *empowerment* que significa “dar poder a”, contudo, o ato de empoderamento tem mais a ver com a força interior gerada pelo próprio indivíduo, a fim de compartilhar este poder com seus semelhantes. Se esta sensação de liberdade não for um sentimento social e

1 A denominação musicista(s) pode ser usada para se referir a homens e a mulheres, porém, como a palavra músico costuma se referir a homens, e a palavra música se refere principalmente à composição de sons, utiliza-se a denominação musicista para se referir às mulheres que trabalham com música. (COELHO; SILVA; MACHADO, 2017).

2 O espaço é aqui entendido como proposto por Massey (2008), ou seja, como produto de inter-relações, esfera de possibilidade da existência da multiplicidade e sempre em processo de construção.

A Mulher Instrumentista em Espaços de Música Popular em Ponta Grossa (PR): Empoderamento e Resistência

utilizado para ajudar os outros a alcançar esta mesma liberdade, torna-se uma ação individualista que não contribui para a transformação global da sociedade (FREIRE; SHOR, 1986).

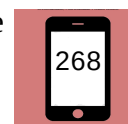
Segundo Scott (1989), as relações de poder sobre os sexos existem devido as construções culturais consolidadas ao longo do tempo, as quais contribuem para a permanência da invisibilidade das mulheres por serem baseadas em conceitos sexistas em detrimento do universo masculino. Estas construções sociais são criações inteiramente sociais, no que diz respeito a gênero, para determinar as atribuições específicas da mulher e as do homem, o que torna a mulher limitada a possibilidades, sendo uma delas a música. As relações de poder se mantêm na música, quando sua capacidade técnica é colocada à prova por ser mulher, ou por meio da objetificação, sexualização, ou mesmo o silenciamento.

De acordo com Rosa (2010), estas relações de poder geram a necessidade de questionar e problematizar a atual produção acadêmica, que tem uma inclinação a não problematizar a ocupação de diferentes espaços por mulheres e homens na sociedade, bem como naturalizar e homogeneizar esta ocupação. Apesar de ser evidente a ausência de mulheres ocupando espaços de música popular na cidade de Ponta Grossa (PR), especialmente as instrumentistas, cabe destacar alguns exemplos recentes de projetos femininos que conquistaram ou vêm conquistando espaço na região, como as bandas 'Catrinas', 'A Vera' e a 'MUM'.

Composta exclusivamente por um quarteto de mulheres, a banda 'Catrinas', foi criada em 2014, tocando todas as quartas-feiras em um bar da cidade no projeto intitulado “quarta é o dia delas”. Com um repertório diversificado logo passou a se apresentar frequentemente em bares, eventos e confraternizações dentro e fora da cidade, fazendo também tributos a vozes femininas. A vocalista da banda chegou a participar de um programa de televisão veiculado para todo o país, o *'The Voice Brasil'* em 2016, no mesmo ano em que a banda encerrou suas atividades.

A banda 'A Vera', composta por cinco mulheres, foi criada em 2017 e neste mesmo ano subiu ao palco do Cine Teatro Ópera no '30º Festival Universitário da Canção' onde foi premiada na etapa regional com a música autoral “Intermitência” que fala sobre a valorização da mulher. A banda abriu espaço para discussões e aqueceu debates sobre lutas raciais, feministas, femininas e LGBTQI+. No contexto musical, incentivou que mais mulheres ocupassem espaço nos palcos, nas produções, na arte em geral e no público. A banda se apresentou em bares, festivais, eventos públicos, particulares, beneficentes, teatros, centros culturais, universidades, programas de rádio, dentre outros, e foi premiada novamente no 'Festival Universitário da Canção' em 2019, nas etapas regional e nacional com a música “Maçã” que aborda problemas sociais vivenciados por mulheres e minorias. Também participou no mesmo ano de uma edição inédita do projeto “Sexta às Seis”, em que o palco foi ocupado majoritariamente por mulheres pela primeira vez, junto com a 'MUM'. Em 2020 a banda foi premiada pelo Edital de Reconhecimento da Trajetória de Grupos e Projetos da cidade, por meio da Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural. (GALVÃO *et al.*, 2019).

'MUM' é o nome artístico da cantora e compositora Gabriela Cordeiro de



A Mulher Instrumentista em Espaços de Música Popular em Ponta Grossa (PR): Empoderamento e Resistência

Paula. O nome 'MUM' vem da abreviação de “Mais Uma Mulher”, mas também tem mais dois significados ligados à escrita e sonoridade: mãe e lua, respectivamente “mum” e “moom” do inglês. A tríade: mãe, lua e mulher une três pontos-chaves nas composições da cantora, que começou a se apresentar em 2017. Em suas composições aborda temas como a representatividade gorda brasileira e também lançou um documentário sobre gordofobia intitulado “O corpo é obra prima”, em parceria com Millena Villanueva, na época, estudante de jornalismo. A produção foi aprovada pela seletiva de apoio a projetos de cinema, fotografia e vídeo, promovida pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por meio da Fundação Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural (ARTISTA, 2019). Em 2019 lançou seu primeiro EP: “Nebulosa”, disponível em todas as plataformas digitais. (LIMA, 2019). Estes exemplos reafirmam o questionamento de Coelho, Silva e Machado (2017):

[...] sendo a arte um meio de afirmação do feminino (Azerêdo, 2007), como se afirmar como musicista se, para cada mulher que se destaca por meio de sua arte, seja ela qual for (Chiquinha Gonzaga, Virginia Wolf, Simone de Beauvoir, Frida Kahlo, Adélia Prado, Mercês Bini, entre outras), “resta um exército de marmanjos”? (DUPRAT, 2008, p. 11). (COELHO; SILVA; MACHADO, 2017, p. 845).

Considerações Finais

A partir de vivências pessoais e profissionais enquanto mulher instrumentista em espaços de música popular no município de Ponta Grossa (PR) observa-se que existem muitas desigualdades no meio musical da cidade, no entanto, também existe um movimento de empoderamento e resistência mobilizado por musicistas que conquistaram ou vêm conquistando espaço na região, como as bandas citadas no resumo. Considerando a importância de realizar pesquisas sobre essa temática a autora principal deste texto tem a intenção de propor um projeto de mestrado a partir das discussões aqui apresentadas.

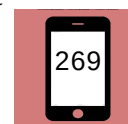
Referências

ARTISTA de PG lança documentário sobre gordofobia. **Diário dos Campos**, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://dcmais.com.br/brasil/artista-de-pg-lanca-documentario-sobre-gordofobia/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

COELHO, M. P.; SILVA, M. V.; MACHADO, M. N. M. Mulheres na Música: histórias que se cruzam. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 840-859, dez. 2017.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173.

FREIRE, P. SHOR, I. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de



A Mulher Instrumentista em Espaços de Música Popular em Ponta Grossa (PR): Empoderamento e Resistência

Janeiro: Paz e Terra, 1986.

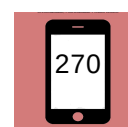
GALVÃO, A. *et al.* 'Noite das mina': presença feminina marca o penúltimo Sexta às Seis do ano. **Nova Pauta – Jornalismo UniSecal**, 4 out. 2019. Disponível em: <http://jornalismosecal.com/noite-das-mina-presenca-feminina-marca-o-penultimo-sexta-as-seis-do-ano/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LIMA, A. 7 Razões para conhecer MUM. **Revista Hilda**, 14 out. 2019. Disponível em: <https://www.revistahilda.com/post/conheca-mum>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ROSA, L. E se "humano" fosse no feminino?: contribuições das epistemologias feministas para pensar sobre músicas no plural. In: Encontro Regional da ABET Nordeste, 2, 2010, João Pessoa. **Etnomusicologia e Música Popular** [...]. João Pessoa: UPFB, 2010.

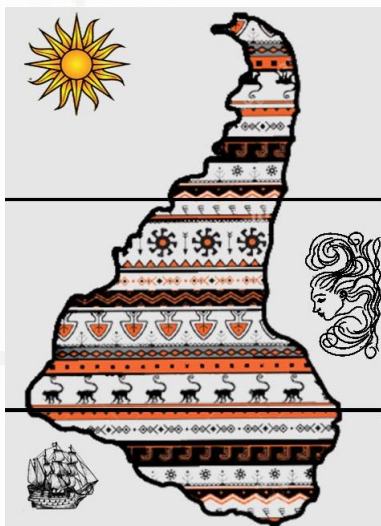
SCOTT, J. **Gender**: An Useful Category of Historical Analyses. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife, SOS Corpo.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Perfil Sócio-econômico-político dos Participantes da 2ª Parada Cultural LGBT+ dos Campos Gerais

Wilena Margraf

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
wika.margraf13@gmail.com

Brendo Francis Carvalho

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
brendofcarvalho@gmail.com

Introdução

As paradas do orgulho LGBT podem ser consideradas eventos de ordem política para seus participantes. Começaram nos Estados Unidos, na década de 1970 (CARTER, 2004), quando marchas políticas que denunciavam violência, criminalização e patologização de pessoas LGBT⁺¹. O evento cresceu em número e em prestígio, se espalhando de forma descentralizada para outras cidades do mundo, como o caso da cidade de São Paulo, que na 23ª edição reuniu cerca de três milhões de participantes.

Enquanto vários dos movimentos sociais notáveis nos anos 1980 experimentam um processo de crise, o movimento LGBT+ cresceu em quantidade de grupos e também aumenta sua visibilidade, sua rede de apoio e participação social. Dentre os mais atuantes interlocutores do movimento LGBT é possível destacar os movimentos de direitos humanos, de luta contra a AIDS, de “minorias”, o movimento feminista, agências governamentais, sindicatos, parlamentares e setores segmentados do mercado. A visibilidade do movimento se estabelece também a partir do debate público em torno de candidaturas e projetos de lei, pela menção mais “positiva” da mídia perante a temática e através da estratégia de eventos numerosos e massivos, como as paradas da diversidade e do orgulho LGBT (FACCHINI, 2009).

Conforme Pereira e Schimanski (2014), o gênero, a sexualidade e a identidade de gênero são fundamentos importantes para o pertencimento, ou seja, como o ser humano é

Perfil Sócio-econômico-político dos Participantes da 2ª Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais

benquisto e como a sociedade o enxerga e o aceita. Isso é essencial para a existência humana, visto que diferenças existem e as pessoas têm de criar relações para com o dissemelhante. Assim sendo, a discussão sobre a dominação do modelo heteronormativo, homem e branco, deve ser desdobrada para a compreensão da multiplicidade de sujeitos existentes na sociedade em geral.

O objetivo desta pesquisa foi investigar o perfil sócio-econômico-político dos participantes da 2ª Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais – Ponta Grossa – Paraná, ocorrida em novembro de 2019, a partir de demandas da organização do evento e uma parceria realizada com o curso de Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Para o alcance desse objetivo foi necessário fazer um levantamento bibliográfico a respeito dos movimentos sociais, do movimento LGBTQ e das paradas do orgulho enquanto eventos e protestos.

Foram recolhidos 71 questionários aplicados durante o evento e através de análise de conteúdo deu-se a reflexão dos resultados. Os dados mostram que o perfil que predominou no evento foi de homens e mulheres cisgênero, de 18 a 25 anos de idade, distribuídos entre gays, lésbicas e bissexuais, que recebem entre dois e três salários mínimos, não professam prática religiosa e se posicionam contrários a gestão do governo atual.

Desenvolvimento

A cidade de Ponta Grossa, encontra-se na região dos Campos Gerais do estado do Paraná, e possui uma população estimada de 351.736 pessoas (IBGE, 2021). No dia 25 de novembro de 2018, recebeu a primeira edição da Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais. O evento contou com a parceria e apoio de diversas instituições e entidades, reuniu em torno de 1.000 pessoas e mais de 20 atrações artísticas e culturais, de acordo com os organizadores.

Em 2019, em novembro, a cidade recebeu a segunda edição do evento, a qual, que reuniu aproximadamente 1500 participantes, segundo organizadores. Sua proposta teve como objetivo: a promoção de espaços de intervenção cultural produzidos por agentes culturais da cidade e região e pertencentes à comunidade LGBTQ+, com conteúdo voltado ao público alvo; promoção de espaços voltados ao debate político que envolve a comunidade LGBTQ+, levantar discussões a respeito da diversidade e luta contra o preconceito e homofobia, e ainda: estimular o turismo na região dos Campos Gerais; estimular a cultura na região dos Campos Gerais; promover empresas da região dos Campos Gerais que patrocinam o evento; promover artistas da região dos Campos Gerais e estimular o comércio na região central na data do evento (PARADA CULTURAL LGBTQ+ DOS CAMPOS GERAIS, 2019).

Para a pesquisa referente ao perfil dos participantes da Parada acontecida na cidade de Ponta Grossa no ano de 2019, foram aplicados ao todo 71 questionários durante o evento. Os questionários foram aplicados por uma equipe de três acadêmicos do curso de turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, parceira viabilizada pela equipe de Organização do evento e o curso de bacharelado em Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em seguida, os formulários preenchidos foram repassados posteriormente à

1 LGBTQ+ neste inclui pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais, assexuais, e outros grupos e variações de gênero.

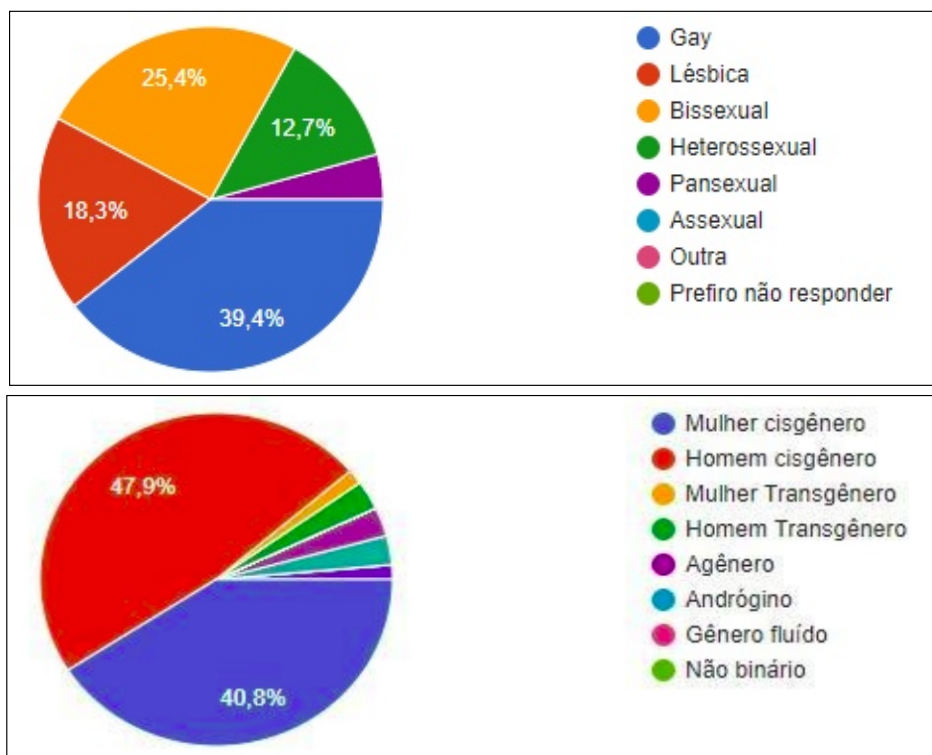
Perfil Sócio-econômico-político dos Participantes da 2ª Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais

comissão organizadora do evento e pesquisadores, que aqui apresentam parte do seu resultado. Optou-se por questões especificamente sobre o perfil econômico, político e social dos interrogados. As informações encontradas foram tratadas a partir de análise de conteúdo, a qual é composta por várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Assim, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) e que permitem a realização de inferência de conhecimentos (BARDIN, 2007). Os resultados são expostos na seção que segue.

Quanto à assiduidade do evento, 49,3% dos participantes da Parada de 2019 já haviam marcado presença no ano anterior, enquanto 50,7% não compareceram. No que se refere à cidade de origem dos participantes, 87,3% são da própria cidade de Ponta Grossa, e o restante se divide entre as cidades do entorno, como Castro, Carambeí, Palmeira e Curitiba. Outra questão relevante para o entendimento do perfil desse participante é a faixa etária, a maior parte dos participantes do evento registrou idades entre 18 e 25 anos (53,5%), seguido por pessoas de 26 a 35 anos (23,9%) e menores de 18 anos (18,3%).

A respeito da identidade e de gênero das pessoas inquiridas, que em maioria os presentes no evento foram homens e mulheres cisgêneros (que se identificam com seu gênero de nascença), também participaram, em escalas menores, mulheres e homens transgêneros (que fizeram a transição de gênero), e agêneros (que estão fora do binarismo de gênero e da cisonormatividade/não se identificam com nenhum dos gêneros), conforme está apresentado no gráfico 1 e 2.

Gráficos 1 e 2: Identidade de gênero e Orientação sexual das pessoas entrevistadas na 2ª Parada Cultural LGBTQ+ dos Campos Gerais



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Perfil Sócio-econômico-político dos Participantes da 2ª Parada Cultural LGBT+ dos Campos Gerais

Dessa forma, a orientação que predomina com 39,4% é a de gays, seguido por bissexuais (25,4%), lésbicas (18,3%) e heterossexuais (12,7%). Quanto à renda básica, 33,8% declararam receber 2 salários mínimos, 32,4% relataram receber três salários mínimos ou mais, 18,3% contabilizaram 1 salário mínimo e 11,3% não possuem renda. Também foi perguntado aos presentes se professam alguma prática religiosa, o resultado foi 64,8% de pessoas que não professam prática religiosa e 35,2% que professam. No tocante ao governo nacional atual, 85,9% se dizem contrários, 11,3% preferiram não responder e 2,8% se colocaram a favor.

Considerações Finais

O movimento LGBT, como visto no decorrer deste trabalho, luta diariamente e procura reflexionar sobre o negado e elementos não explicitados, frequentes na história da homossexualidade. Busca-se abrir espaço para compreender os processos de resistência social e construir o entendimento do significado e do peso de políticas de esquecimento e silenciamento a que estiveram sujeitos os coletivos LGBT por vários anos, para, depois, elaborar caminhos de superação e ultrapassagem dessas barreiras heteronormativas que andam no caminho contrário do respeito à diversidade.

Na análise do caso específico da cidade de Ponta Grossa, que diferente das grandes capitais, ainda está iniciando e consolidando a tradição anual de uma Parada LGBT, foi possível observar que o número de participantes aumentou da primeira para a segunda edição, e que a maioria são residentes em Ponta Grossa. Diante da pesquisa foi constatado que o perfil que predominou no evento foi de homens e mulheres cisgênero, de 18 a 25 anos de idade, distribuídos entre gays, lésbicas e bissexuais, que recebem entre 2 e 3 salários mínimos, não professam prática religiosa e são contra o governo nacional atual.

A produção desse trabalho contribui para compreender melhor o perfil, as características e olhares das pessoas que participaram e participam de Paradas da Diversidade e do Orgulho. Como sugestão de futura continuidade dessa pesquisa, propõe-se que se aproveite as demais questões existentes no questionário já aplicado, aperfeiçoando a análise sobre os participantes e sobre o evento.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007. 229 p.

CARTER, D. **Stonewall**: The Riots that Sparked the Gay Revolution. 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama da Cidade de Ponta Grossa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama>. Acesso em 11 de fev de 2021.

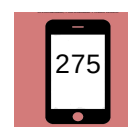
FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**. N. 04. 2009.

Perfil Sócio-econômico-político dos Participantes da 2ª Parada
Cultural LGBT+ dos Campos Gerais

Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300/1733>>.
Acesso em 17 de dezembro de 2019.

PARADA CULTURAL LGBT+ DOS CAMPOS GERAIS. **Linha do Tempo**.
Disponível em: <https://www.facebook.com/paradacamposgerais>. Acessado em
11 de fev de 2021.

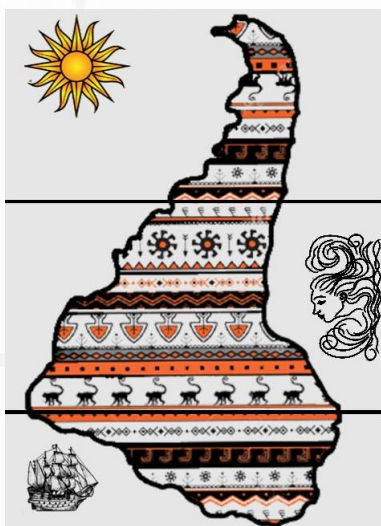
SCHIMANSKI, Édina; PEREIRA, Cláudia Moraes e Silva. Igualdade e diversidade de gênero: a família homoafetiva na contemporaneidade. *In*: FERREIRA, Aparecida de Jesus; JOVINO, Ione da Silva; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. **Um olhar interdisciplinar acerca de identidades sociais de raça, gênero e sexualidade**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Geo-História e a Obra de um Viajante no Início do Século XX

Aline de Kassia Malcher Lima
Universidade Federal do Pará - UFPA
alinemalcherlima@hotmail.com

Introdução

Os geógrafos ofereceram aos historiadores a inspiração para uma nova concepção do tempo histórico, a geo-história de Fernand Braudel esta atrelada ao movimento renovador da historiografia que deu origem a chamada “nova história”, uma historiografia em permanente diálogo interdisciplinar com outras ciências. Os geógrafos anteciparam a nova história apresentando problemas mais pertinentes a partir do ponto de vista da ciência social, como a relação entre as sociedades e o meio físico e biológico onde se situam, a geografia abre um grande espaço as economias e as sociedades, recortando seu objeto de estudo pela definição de um espaço.

Segundo Luís Corrêa Lima (2005), esta geografia elabora uma tríplice divisão: Raum (espaço), Wirtschaft (economia) e Gesellschaft (sociedade). Raum é o meio geográfico físico e biológico, o espaço com todas as suas características físicas, englobando o espaço terrestre, líquido e aéreo; três dimensões do homem com todas as suas possibilidades, riquezas e restrições. Para Braudel, Raum resume um complexo de fatores e de agentes geográficos. Ele permite designar, com uma só palavra, todas as inúmeras forças que fazem o determinismo geográfico e as une em um mesmo feixe. Wirtschaft em relação ao espaço a economia será o conjunto de conquistas de determinado grupo, relacioná-la aos aspectos sociais e a natureza. O último nome dessa tríplice divisão é o de Gesellschaft que se refere a uma geografia social onde pode ser usada para varias ocasiões.

Há uma tendência frequente no debate de quebrar o todo, fragmentá-lo, para examinar

as partes, minimizando sua influência. É o peso do todo que muitas vezes importa enxergar. Em relação ao espaço, a economia será o domínio do homem no seu conjunto ou mesmo o de um grupo, sua maneira mais ou menos ativa de conquistar e possuir; sem deixar de considerar a economia entre o social e a natureza. Braudel se propõe a mostrar como estas realidades variam umas em relação às outras na linha do tempo, como a ação oscila de um fator a outro e retorna ao seu passo ao longo dos anos e séculos, para depois oscilar novamente e retornar.

A economia modela o social e o espaço, o espaço comanda a economia e o social, e o social por sua vez comanda as duas outras realidades. É um mundo de ações, reações e interações, a sociedade na qual a geografia deveria estudar a ação sobre o solo, tendo já sofrido a ação deste mesmo solo. A geo-história, para Braudel, é a história que o meio impõe aos homens por suas constantes ou leves variações, sendo que muitas modificações são despercebidas ou negligenciadas pelo homem. A geo-história é a história do homem na apreensão do seu espaço, lutando contra ele ao longo de sua vida, conseguindo vencê-lo ou suportá-lo.

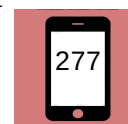
Desenvolvimento

Este trabalho analisa o relatório de viagem do inspetor espanhol de emigração Don Leopoldo D'Ozouville de Bardou y Cruz Alvarez enviado para a cidade de Belém, no intuito de verificar a situação dos imigrantes espanhóis residentes nos estados do Pará e Amazonas no ano de 1912. No relatório o inspetor apontou para a importância do meio geográfico em que os imigrantes estavam inseridos, elencando as dificuldades encontradas na instalação dos trabalhadores na região amazônica, sobretudo nas obras de construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

Oriundos em sua maioria da região da Galícia os imigrantes encontraram do outro lado do atlântico clima e solo completamente diferentes dos quais estavam acostumados a trabalhar, a insalubridade dos locais de trabalho elevava os índices de mortalidade dos imigrantes na região amazônica. A geo-história é o estudo de um duplo vínculo, da natureza ao homem e do homem à natureza.

A partir da obra de Leopoldo D'Ozouville (1916), podemos pensar no ingresso dos imigrantes na Amazônia e da sua relação com esta terra, de como eles reagiram com esses conflitos de espacialidade a que foram submetidos. Além disso, o inspetor destaca que as enfermidades comuns na Amazônia como a febre amarela, beribéri, tuberculose entre outras constituía uma verdadeira preocupação ao governo local e aos que imigravam, sobretudo a febre amarela que segundo os estudos levantados por D'Ozouville na época era mais comum a imigrantes e pessoas brancas, a insalubridade da cidade proporcionava aos imigrantes dificuldades na sua adaptação ao meio.

Este trabalho foi desenvolvido a partir da obra produzida por D'Ozouville (1916), designado pela Terceira Sessão do Conselho Superior de Emigração da Espanha, Leopoldo D'Ozouville foi um Inspetor de Imigração, enviado com a missão de verificar a situação dos trabalhadores espanhóis no Pará e no Amazonas especificamente nas áreas de instalação do imigrante e condições de



Geo-História e a Obra de um Viajante no Início do Século XX

trabalho na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. Sua viagem se iniciou em novembro de 1912 e se estendeu a janeiro de 1913.

No ano de 1916, o Conselho Superior de Emigração da Espanha publicou o livro intitulado “*Um Viaje al Brasil*” como uma recompensa pelos bons serviços prestados (LIMA, 2012, p.96). Nesta publicação sua fala remete a situação precária e aos conflitos que muitos imigrantes espanhóis vivenciaram ao se aventurarem nas Américas, ele veio avaliar a situação destes milhares de indivíduos que atravessaram o atlântico em um contexto de grandes mudanças na Europa e nas Américas, sua obra é uma rica percepção da situação dos imigrantes espanhóis na Amazônia.

É a partir da década de 1890 que ocorre uma significativa entrada de imigrantes vindos da Europa. Leopoldo D’Ozouville indica a entrada de cerca de 15.000 imigrantes espanhóis na década de 1890 no território Paraense. Contudo embora a entrada de imigrantes no Pará busca-se locá-los nas colônias agrícolas, muitos destes imigrantes permaneceram na cidade de Belém. Com o insucesso das colônias agrícolas e os altos índices de mortes de imigrantes no interior da floresta, o governo da Espanha impõe barreiras a emigração para o Brasil e envia um inspetor para avaliar a situação dos trabalhadores. Em 1900 o jornal paraense A Republica noticiava sob a epígrafe “Desastre Administrativo” a condição da colônia agrícola de Monte Alegre (interior da Província do Pará) alegando que a mesma estava em péssimas condições.

Segundo o Leopoldo D’Ozouville (1916) dos 15.000 imigrantes espanhóis que chegaram em 1890 na cidade de Belém em 1912 não ultrapassavam o número de 3.000, sendo que a maior parte destes se encontrava na cidade. O cônsul Román Ogarzun fez uma análise da situação destes imigrantes para a região Norte do Brasil¹. Das afirmações dele destaco a questão da contratação de espanhóis por grandes empresas responsáveis pela construção de ferrovias e outras obras de infraestrutura. Segundo Román, embora não tivesse dados específicos, apontava que o número de espanhóis que morriam nas obras de construção da ferrovia Madeira-Mamoré foram altos.

Milhares de trabalhadores eram vitimados pela disenteria, malária entre outras doenças tropicais durante as obras da ferrovia. Soma-se a esse fato as precárias condições em que viviam os trabalhadores. Em relação aos contratos com estas empresas Román fez advertências aos espanhóis que fizessem contratos de trabalho:

Há muitos compatriotas que trabalharam e ainda trabalham sob ordens de empresas de construção de ferrovias que, por um longo tempo (um ou dois anos), não pagam salários afetados por suas operações; várias dessas empresas ferroviárias estão hoje falidas ou em situações que muito se assemelham. Por tudo o que precede, os espanhóis devem vir ou tentar vir ao Brasil, tomar cuidado de fazer qualquer contrato com as empresas de construção ferroviária e outras obras de caráter semelhante, a menos que lhes sejam oferecidos todos os tipos de garantias sérias, sólidas e eficazes².

1 La Emigracion Española: Vida española en El extranjero. Revista quincenal de emigracion y colônias, 1915. Hemeroteca Digital da Espanha, p.3.

Belém era a porta de entrada para quem se destinava ao interior do território amazônico nesse sentido logo se constituía como porto de suma importância para o desenvolvimento da região amazônica. A passagem do inspetor de imigração da Espanha pelo Pará em 1912 ressoou na imprensa espanhola. Antes mesmo da publicação do seu relato de viagem em 1916, Leopoldo D'Ozouville destacou as péssimas condições dos trabalhadores espanhóis no norte do Brasil.

Em 1913 o *Noticiero* de Vigo publicou sob o título *La odisea de los obreros españoles en el Brasil* os relatos do inspetor, segundo o articulista Jaime Solá, mais de 12 mil “obrerros” se encaminharam para esta região onde a metade morreu e o restante retornou enfermo³. Como destaca Alexandra Lima da Silva em sua análise do relato feito por D'ouzoville, ao denunciar os flagelos vivenciados pelos espanhóis na Amazônia brasileira, o inspetor de imigração buscou evitar o contínuo fluxo de espanhóis a esta região, “vista como um lugar inóspito onde só se encontraria a morte” (LIMA, 2012, p.113).

Considerações Finais

As condições insalubres, a forte exploração dos trabalhadores, as doenças da floresta, em suma, uma série de fatores levaram a representações na Espanha de uma Amazônia como um território inóspito para emigrar. O tempo dos homens encontrou o atrito do espaço e a resistência do meio geográfico, obrigando-os a perceber o quanto são localizados, limitados e condicionados por circunstâncias objetivas. Neste sentido, conforme salientado por Alexandra Lima “denunciar os flagelos do meio seria o caminho para evitar que seus compatriotas emigrassem para o norte do Brasil” (LIMA, 2012, p.113) sendo esta a principal missão do viajante nas terras amazônicas.

Referências

CRUZ ALVAREZ, Leopoldo D'Ozouville de Bardou y. **Un viaje al Brasil**. Información acerca de la situación de los emigrados españoles en los estados de Pará, Amazonas y zona de trabajos del ferrocarril de Madeira-Mamoré. Publicaciones del Consejo Superior de Emigración. Madrid, 1916.

LIMA, Luís Corrêa. História, meio ambiente e cultura: a contribuição de Fernand Braudel. **Em Debate (PUCRJ. Online)**, Rio de Janeiro, RJ, n.2, p. 1-15, 2005.

RIBEIRO, Guilherme. Fernand Braudel e a geo-história das civilizações. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan.-mar. 2011.

SILVA, Alexandra Lima da. “Inhospitais Parajes”: representações da Amazônia no relato de viagem do inspetor espanhol Leopoldo D'Ozouville. **Revista Estudos Amazônicos**, v. VII, p. 95-116, 2012.

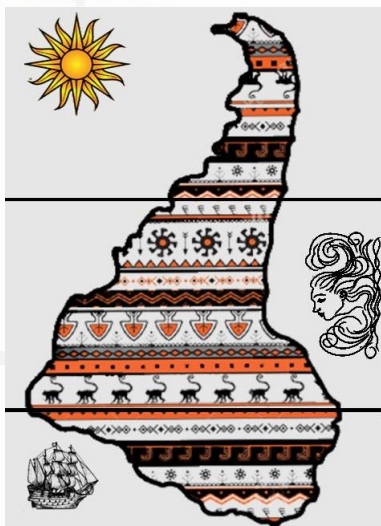
2 Idem.

3 *Noticiero de Vigo*: diario independiente de la mañana: Año XXVIII Número 11451 - 1913 fevereiro 19, p. 1.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Cemitério Harmonia: Uma Aproximação entre Arquitetura e Patrimônio Cultural no Município de Telêmaco Borba (PR)

Brunna Adla Ferreira
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
adlabrunna@gmail.com

Ingrid Cristina Ligoski de Avila
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ingridligoski@gmail.com

Introdução

Atualmente os estudos cemiteriais têm sido fonte de estudo para diversas áreas de conhecimento. Isso se deve ao fato de que os cemitérios carregam valores materiais e imateriais, e por isso devem ser considerados patrimônios histórico-culturais. Desta forma, o presente trabalho é referente ao Cemitério Harmonia, que se localiza no município de Telêmaco Borba (PR), o qual possui um papel fundamental para a memória social e cultural dos telemacoborbenses.

Com isso, nosso objetivo é realizar uma discussão sobre a importância patrimonial do Cemitério, a partir de resultados obtidos na elaboração do projeto – realizado pelo Grupo de Pesquisa Geografia e História: Patrimônio Cultural e Memória Social (CNPq/UEPG) – a partir de análises sobre o seu valor simbólico, representatividade, religiosidade, funcionalidade social e, também, sobre seu aspecto arquitetônico.

Cemitério Harmonia: História, Memória, Arquitetura e Patrimônio

Construído em 1940¹ e tendo seu último sepultamento na década de 1990, o Cemitério Harmonia, teve suas atividades encerradas devido ao crescimento da cidade de Telêmaco Borba, oficialmente elevado à categoria de município em 21 de março de 1964.

Durante cinquenta anos o “Cemitério recebeu sepultamentos de pessoas da comunidade, especialmente dos trabalhadores da Klabin” (LIGOSKI, 2019, p. 14). Sendo esse um ponto a ser destacado no que se refere ao seu potencial patrimonial, estando ligado à memória dos familiares dos inumados. E a memória, para Chauí (2000) pode ser considerada uma evocação ao passado, ou seja, “a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 2000, p. 158).

A partir dos anos 2000, a consequência do abandono do Cemitério culminou em seu mal uso, motivo que levou a iniciativa privada a cogitar seu desmonte. E em 2005, colaboradores da Klabin², buscaram contato com algumas famílias dos inumados no local, para informar acerca do encerramento total das atividades (incluindo visitas, pois, os corpos deveriam ser exumados e transferidos para os outros dois cemitérios do município).

Foi esse o estímulo necessário para moradores e principalmente familiares buscarem formas de impedir esse processo. A partir de então a Universidade Estadual de Ponta Grossa - especificamente o Grupo de Pesquisa Geografia e História: Patrimônio Cultural e Memória Social (CNPq/UEPG) -, por indicação do Setor do Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura (CPC/SEEC), foi convidada a realizar um estudo aprofundado da importância do Cemitério Harmonia para a população de Telêmaco Borba e sua caracterização como patrimônio cultural.

De acordo com Ligoski (2019) o patrimônio cultural, sobretudo cemiterial tem grande potencial, pois

[...] os cemitérios carregam valores que estão diretamente relacionados aos bens materiais e aos bens imateriais, pois é através dos aspectos e dos símbolos presentes nesses espaços que podemos identificar como somos e como nos organizamos socialmente. (LIGOSKI, 2019, p. 20)

Além disso, Pierre Nora (1983), afirma sobre a não existência de meios de memória, apenas lugares de memória, que nessa discussão pode ser entendida como o Cemitério, pois, sem a existência dele, a memória acerca do início de Telêmaco Borba poderia estar em um maior esquecimento.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a

1 Mesmo período de implantação da Indústria Klabin do Paraná Papel e Celulose S/A.

2 Responsáveis pela manutenção e advogado.

Cemitério Harmonia: Uma Aproximação entre Arquitetura e Patrimônio Cultural no Município de Telêmaco Borba (PR)

todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1983, p. 09)

Sendo assim, ao tratar de patrimônio cultural é necessário a compreensão de seus significados, sua dialética (entre materialidade e imaterialidade) e força simbólica (FERREIRA, 2019), portanto, o potencial patrimonial do Cemitério Harmonia, pode ser percebido através dessas três frentes, principalmente no que se refere a sua força simbólica.

Além disso, Ligoski (2019, p. 25) afirma que “por intermédio da arquitetura, escultura e artes decorativas, cristalizam-se elementos simbólicos que, quando interpretados, permitem uma compreensão da sociedade na qual estão inseridos”.

A arquitetura tumular é de grande importância para os estudos patrimoniais, pois permite que diversas áreas do conhecimento se encontrem e realizem diferentes discussões referentes ao tema cemiterial. Isso porque, estudar a morte é trabalhar sobretudo com a memória, e portanto, a morte deve ser estudada através de suas manifestações socioculturais, símbolos e espaços que as sociedades destinaram a ela.

O Cemitério Harmonia, mesmo sem uso e em condições de abandono, apresenta elementos arquitetônicos antigos (FIGURA 02 e 03), com técnicas de construção da parte intermediária do século XX, bem como o uso de materiais, que o classificam como um Cemitério singular (LIGOSKI, 2019).

Figura 01 - Portal de entrada do Cemitério



Fonte: LIGOSKI, I. C (2019).

Cemitério Harmonia: Uma Aproximação entre Arquitetura e Patrimônio Cultural no Município de Telêmaco Borba (PR)

Figura 02 - Túmulos do Cemitério Harmonia



Fonte: LIGOSKI, I. C (2019).

Neste sentido, o que faz um cemitério ser um local de memória é a arquitetura que ali se encontra representada, seja ela por túmulos, lápides, epitáfios e na maioria das vezes por artefatos religiosos. Portanto a relação entre cemitério, memória e patrimônio, se devem a esses elementos arquitetônicos, pois segundo Nogueira (2013, p. 32), “o monumento funerário destina-se, entre outras atribuições, prioritariamente a perpetuar a recordação no domínio em que a memória é particularmente valorizada”.

E com o intuito de justificativa para esse título de patrimônio cultural ao Cemitério, para o projeto, foi realizada uma pesquisa junto a população do município de Telêmaco Borba, para identificar esse (re)conhecimento. Nessa medida, houveram questionários fechados utilizando a plataforma online Google Forms, calculando assim 171 respostas evidenciando o Cemitério Harmonia (FERREIRA, 2019).

Considerações Finais

Desenvolver esse trabalho dentro de um projeto tão significativo, traz à tona alguns pontos relevantes de discussão, sobretudo pontos que denotam o Cemitério Harmonia como um patrimônio cultural, em primeiro lugar é sua participação na história de Telêmaco Borba e da indústria Klabin, além de características *sui generis*³ (FERREIRA, 2019).

Ao definir o processo de proximidade para com a população na aplicação dos questionários não foi levado em conta que mesmo abrangente, ele seria

3 Pois se localiza em um local de preservação florestal.

Cemitério Harmonia: Uma Aproximação entre Arquitetura e Patrimônio Cultural no Município de Telêmaco Borba (PR)

excludente, uma vez que pessoas sem acesso à internet não puderam expor suas opiniões acerca do Cemitério, porém, não houve influências no resultado final, uma vez que foram realizadas entrevistas no local com sujeitos que possuem familiares inumados no local.

Por meio do trabalho com a plataforma online, foi possível perceber ainda que o Poder Público Municipal caracteriza o Cemitério Harmonia como um patrimônio cultural a ser cuidado e mantido para que assim a memória desse local resista ao passar dos anos.

Sendo assim, o Cemitério, se apresenta como um lugar sagrado em que a população não quer mexer, pois “é quase unânime o respeito e o desejo das pessoas em manter o cemitério para que os restos mortais das pessoas inumadas fiquem em paz” (FERREIRA, 2019, p. 3). Além de que o Cemitério atrai muitos visitantes pelas suas lendas e histórias.

Referências

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Editora Ática, São Paulo, 2000.

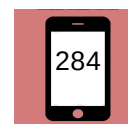
FERREIRA, Brunna Adla. Cemitério Harmonia: Patrimônio Cultural dos Campos Gerais e a Sociedade. In: Encontro Anual de Iniciação Científica, 28, 2019, Ponta Grossa. **ANAIS...** Ponta Grossa: UEPG, 2019. ISSN 1676-0093.

FERREIRA, Brunna Adla. **A relevância patrimonial da primeira experiência socialista no Brasil: Distrito de Tereza Cristina – Cândido de Abreu (PR)**. 2019. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

LIGOSKI, Ingrid Cristina. **Cemitério Harmonia: Patrimônio Arquitetônico e Cultural dos Campos Gerais (Paraná)**. 2019, 75 f. Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2019.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013, 128 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

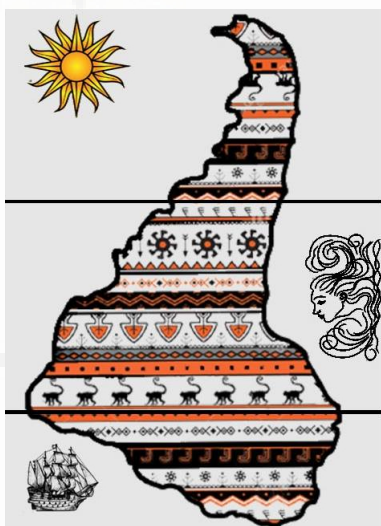
NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Les lieux de mémoire, (pp.28 – 42), 1984. Tradução de: Yara Aun Khoury, 1993.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Primeira Experiência Socialista no Brasil - Distrito de Tereza Cristina em Cândido de Abreu (PR) – E sua Relação com Mito de Lugar

Brunna Adla Ferreira
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
adlabrunna@gmail.com

Almir Nabozny
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
almirnabozny@yahoo.com.br

Introdução

A caracterização de um lugar pode se dar de inúmeras formas, Tuan (1983, p. 180) afirma que “muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente.”

Sendo assim, a proposta aqui é apresentar uma nova possibilidade/alternativa dentro de uma pesquisa mais ampla, a discussão de lugar como mito, ou mito de lugar - place myth, elucubrada por Rob Shields (1991), além de relacionar o conceito com a pesquisa de Ferreira (2019), a qual apresentou resultados acerca da relevância patrimonial do distrito de Tereza Cristina (PR) e foi realizada a partir de entrevistas com moradores do local.

Para mais, esse exemplo remete a mais caminhos dentro da Geografia Cultural, uma vez que ela pode ser considerada um capítulo da Geografia (SAUER, 1997) e está interessada em “obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica” (SAUER, 1997, p. 04). Essa característica é encontrada justamente pela singularidade da experiência socialista no Brasil, já também podendo ser considerado um lugar com pouca visibilidade, em acordo com a afirmação de Tuan (1983) ao início desse texto.

Contextualização: Surgimento da Colônia Agrícola Tereza Cristina

No ano de 1847, a 5ª Comarca da Província de São Paulo - que mais tarde se tornaria o Estado Paraná -, foi palco da primeira experiência socialista no Brasil, experiência essa que vigorou durante 11 anos, com seu idealizador Jean Maurice Faivre à frente.

Faivre, médico naturalista, originário da França, chega ao Brasil no ano de 1826, com o intuito de exercer sua profissão e à fez durante 14 anos (1826-1840), nesse período amadurece a ideia de fundar uma colônia de viés socialista, uma vez que no Brasil, existia a liberdade de criação de experiências alternativas.

De acordo com Fernandes (2006)¹ em 1846, Faivre retorna para França a fim de trazer famílias que simpatizassem com seu plano de implantação da Colônia Agrícola Thereza Christina, uma vez que seus ideais eram alinhados para com o socialismo utópico, o qual tem como um de seus precursores Charles Fourier (1772-1837). Contudo, isso foi antes mesmo da famosa obra “Manifesto do Partido Comunista” ser publicado por Karl Marx e Friedrich Engels e a noção do que temos a respeito de socialismo não existia. E assim, movido por seu sonho, Faivre volta ao Brasil em 1847 com 74 pessoas dispostas e tão sonhadores quanto ele.

A Colônia Agrícola foi implantada ao lado da foz que deságua o Rio Ivaí (FRANCO; SALIS, 2009), no ano de 1848. Sua organização era próxima à organização dos faxinais, que de acordo com Toledo e Campigoto (2010), são organizações de terras, dividindo-se entre plantações e criações de animais, tendo como principal característica o uso coletivo desses espaços. E sua semelhança pode ser demonstrada na descrição de Fernandes (2006) onde afirma que a Colônia foi separada em 3 áreas, a primeira onde se localizavam as casas, denominada de área “urbana”, a pastagem comunitária, destinada a alimentação e cuidado com os animais, chamada de rocio e a área destinada a plantação, localizada na margem oposta do Ivaí.

Após o início das atividades na Colônia, Faivre enxerga a necessidade de algumas normas para um melhor convívio de todos os moradores, uma vez que lá se reuniam pessoas de diversas origens e costumes. A principal regra era a proibição dos escravos nos limites da Colônia, pois, “entre eles não haverá primeiro nem último; todos eram iguais e ninguém seria desprezado por ignorância ou pobreza” (FERNANDES, 2006, p. 145); seguida de outras como por exemplo: todos os forasteiros que colocassem os pés dentro da Colônia deveriam ser bem recebidos e estar dispostos ao trabalho; cada residente era responsável pela limpeza dos pastos e plantação de auto sustento, além de que todas as crianças acima de 6 anos deveriam ir à escola, com o risco de multa aos pais que não cumprissem essa norma.

Assim, durante 11 anos a Colônia funcionou, com Faivre sempre auxiliando a todos no que fosse necessário, além de prestar seus serviços como médico aos moradores. Sua morte e como consequência o fim do pensamento socialista de sua experiência ocorreu em 1858, quando contrai malária. Sua

1 Obra utilizada como fonte de pesquisa.

Primeira Experiência Socialista no Brasil - Distrito de Tereza Cristina em Cândido de Abreu (PR) – E sua Relação com Mito de Lugar

falha foi não deixar sucessor alinhado aos seus ideais e, após seu falecimento, seu sobrinho, Gustavo Rumbelsperger assume a diretoria da Colônia e volta atrás com a principal regra com respeito aos escravos.

Rumbelsperger fica à frente do projeto por mais 10 anos, e nesse período institui novos equipamentos para a população, sendo eles, uma subdelegacia e um juizado da paz, além da tentativa de remoção dos índios mansos de Palmas comandados pelo Cacique Viri, que viviam nas proximidades (FERNANDES, 2006).

Passado esses anos, Gustavo Rumbelsperger, pede demissão de seu cargo, retornando ao Rio de Janeiro e deixando os residentes da Colônia sem rumo. Assim, todos os ideais pensados outrora por Faivre acabam por se perder. Hoje, a Colônia tornou-se distrito do município de Cândido de Abreu (PR), de acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com 1.737 habitantes, contudo “se arrasta com sonolência em direção ao porvir” (FERNANDES, 2006, p. 214) e está esquecida pelas autoridades, além de não existirem boas estradas que a ligue com outros municípios, mas mesmo assim, a população continua e resiste na região.

Distrito de Tereza Cristina: Mito de Lugar?

Ao partir da hipótese de que os moradores do Distrito de Tereza Cristina têm raras ou quase nenhuma lembrança da história da experiência socialista já explicitada na seção anterior e confirmada por Ferreira (2019), a partir de entrevistas com os moradores locais, pode-se afirmar que o distrito se torna um mito de lugar - place myth, considerado e caracterizado pelo agrupamento de imagens de um determinado lugar. (SHIELDS, 1991).

Nessa medida, de acordo com Sarmiento (2004), mitos podem ser um meio gerador do esquecimento, portanto

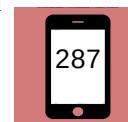
[...] um mito pode ser compreendido com uma representação da realidade, uma história largamente partilhada que muitas vezes é suficientemente ampla para abarcar muitas formas diferentes de crenças e valores, e que atribui significados a várias experiências. (SARMENTO, 2004, p. 47).

Contudo, as imagens, também precisam de um espaço nessa discussão, e para compressão total desta proposta

A imagem que um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos possuem sobre um lugar ou paisagem é assim construída através da soma de crenças, ideias e impressões que ele ou ela têm acerca de um lugar ou paisagem em particular. (SARMENTO, 2004, p. 46-47).

Além dessas impressões, Shields (1991), afirma que as imagens de lugares “nascem” tendo como base 03 processos: i) simplificação; ii) construção de estereótipos; iii) atribuição de rótulos. É nesse terceiro ponto que surge mais uma hipótese: será que a imagem que poucos conhecedores da história de Tereza Cristina têm, foram desenvolvidas justamente por esse conhecer?

Em um primeiro momento, pode-se afirmar que sim, pois os sujeitos conhecedores têm um olhar totalmente diferente para o lugar, que pode ser



Primeira Experiência Socialista no Brasil - Distrito de Tereza Cristina em Cândido de Abreu (PR) – E sua Relação com Mito de Lugar

confirmado em Ferreira (2019).

Explicitado e justificados esses fatos, é possível confirmar que o distrito de Tereza Cristina, palco da primeira experiência socialista no Brasil, é um mito de lugar? Aproximando toda a discussão e considerando a síntese feita no pensamento, sim, a hipótese tem grandes possibilidades de ser confirmada em um estudo mais amplo (dissertação de mestrado, por exemplo).

Pois, “even when the characteristics of a place change so radically that one would expect a change in the place-myth, this does not always take place.”² (SHIELDS, 1991, p. 256). Com isso, se concretiza mais uma justificativa, visto que, mesmo com a mudança física do distrito de Tereza Cristina, seu mito de lugar permanece e gera consequentemente silenciamento dos sujeitos. Uma vez que

[...] There is both a constancy and a shifting quality to this model of place-or space myths as the core images change slowly over time, are displaced by radical changes in the nature of a place, and as various images simply lose their connotative power, becoming 'dead metaphors', while others are invented, disseminated, and become accepted in common parlance. (SHIELDS, 1991, p. 61).³

Sendo assim, Tereza Cristina pode continuar nesse horizonte de pequenas e lentas mudanças, que o mito de lugar continuará a ser seu pertencente.

Considerações Finais

A proposta de um novo caminho para a pesquisa aqui planejada, no que se refere a esse evento singular que foi a experiência socialista em terras brasileiras e sobretudo paranaenses, pleiteada pelo médico naturalista francês Jean Maurice Faivre, remete a duas reflexões e perspectivas futuras.

A primeira é de que o objeto da pesquisa é histórico-geográfico (FERREIRA, 2019) e a segunda é a possibilidade de ampliação dessa discussão com abertura da argumentação acerca do silenciamento - já planejada para dissertação de mestrado.

Ademais, perceber alternativas a essa pesquisa é gratificante no sentido de não deixar um trabalho estagnado, além de demonstrar a grande força da Geografia Cultural para com essas discussões.

2 “Mesmo quando as características de um lugar mudam tão radicalmente que seria de se esperar uma mudança no mito do lugar, isso nem sempre ocorre.” (SHIELDS, 1991, p. 256. Tradução nossa).

3 “Há uma constância e uma mudança de qualidade neste modelo de lugar - ou mitos espaciais à medida que as imagens centrais mudam lentamente ao longo do tempo, são deslocadas por mudanças radicais na natureza de um lugar, e como várias imagens simplesmente perdem seu poder conotativo, tornando-se 'metáforas mortas', enquanto outras são inventadas, disseminadas e se tornam aceitas na linguagem comum.” (SHIELDS, 1991, p. 61. Tradução nossa).

Referências

FERREIRA, Brunna Adla. **A relevância patrimonial da primeira experiência socialista no Brasil: Distrito de Tereza Cristina – Cândido de Abreu (PR)**. 2019. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

FERNANDES, Josué Correia. **Saga da esperança**: socialismo utópico a beira do Ivaí. Sesquicentenário: Secretaria de Estado da Cultura, Imprensa Oficial do Paraná, 2006.

FRANCO, Ademir Antônio. SALIS, André Ulysses de. **Colônia Thereza Christina**: uma experiência socialista de Jean-Maurice Faivre no centro do Paraná. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. v. 1. Versão Online. UNICENTRO: 2009.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia Cultural. **Espaço e Cultura**, no 3, Rio de Janeiro, UERJ, 1997. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6706> Acesso em: 17 de nov. de 2020.

SHIELDS, Rob. **Places on the margin**: alternative geographies of modernity. Routledge, New York, 1991.

SARMENTO, João. **Representação, Imaginação e Espaço Virtual**: Geografias de Paisagens Turísticas em West Cork e nos Açores. 2004. DOI: 10.13140/2.1.4996.1765.

TOLEDO, Ilma Aparecida de. CAMPIGOTO, José Adilçom. A cultura no sistema faxinal - comunidade de Marmeleiro de Baixo, Rebouças/PR. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**. v. 1, n. 3, p. 71-91, 2010.

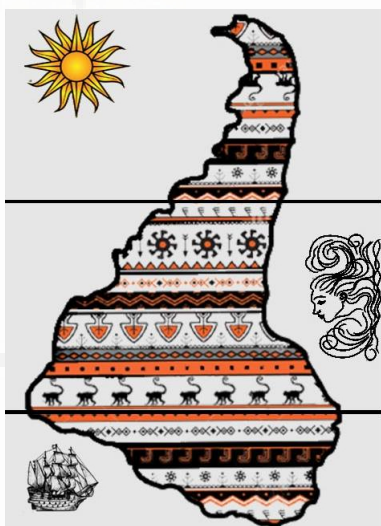
TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983

.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Produção do Espaço Urbano: A Verticalização do Bairro Oficinas – Ponta Grossa (PR)

Ingrid Cristina Ligoski de Avila
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ingridligoski@gmail.com

Edson Belo Clemente de Souza
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ebelo2003@yahoo.com

Introdução

O processo de verticalização constitui-se da apropriação do solo urbano, transformando-o em mercadoria, além disso, seus impactos refletem na organização espacial da cidade, alterando a paisagem urbana e a dinâmica social. Dessa forma, o presente trabalho justifica-se pelo interesse nos estudos relacionados a temática, tendo por objetivo trazer uma análise sobre a verticalização no Bairro Oficinas – Ponta Grossa – PR, a partir de uma abordagem analítica sobre a produção social do espaço urbano. Metodologicamente buscou-se uma revisão bibliográfica e posteriormente o uso de ferramentas cartográficas para a elaboração de um mapa da área de estudo.

A estrutura deste resumo expandido está organizado da seguinte maneira: além desta breve introdução se divide em mais duas seções, sendo que a primeira é a transformação do espaço urbano por meio da verticalização, a segunda seção trata da verticalização no Bairro Oficinas e, por último, as Considerações Finais.

A Transformação do Espaço Urbano através da Verticalização

Henri Lefebvre (2006) considera o espaço urbano enquanto condição, meio produto da reprodução das relações sociais. Espaço produzido sob o viés capitalista ao qual o chama de Produção do Espaço. O autor ainda ressalta que “a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modos de produção), segundo as épocas.” (LEFEBVRE, 2006, p. 40). A partir desse contexto, o processo de verticalização é uma dessas representações que resulta na modificação da paisagem urbana, além de contribuir com a segregação socioespacial do espaço urbano. Portanto, a seguir iniciaremos uma breve discussão sobre o conceito de verticalização e sua influência na (re) produção espacial das cidades.

Para Mendes (1992), a verticalização urbana ou edificação vertical, se define a partir de um edifício que possui quatro ou mais pavimentos. Sendo assim, a construção vertical consiste na produção de vários pavimentos em uma única parcela do solo urbano. Neste sentido, França e Almeida (2015), afirmam que o processo de verticalização está atrelado a um estágio avançado de apropriação do solo urbano. As mudanças sociais e econômicas são o resultado desse estágio, sendo esse, um marco revolucionário na paisagem urbana.

A verticalização urbana segundo Ramires (1998), representa sem dúvida, uma revolução na forma de construir, afetando a dinâmica de acumulação e reprodução do capital no setor da construção civil e do mercado imobiliário.

Atualmente, residir em edifícios se tornou um atrativo. A explicação para tal procura se deve pelo *status* social que os apartamentos representam. Além disso, a maioria deles possuem uma boa localização e acesso à infraestrutura urbana, e proporcionam principalmente o que as pessoas mais almejam: a segurança. Para consolidar essa reflexão, Santos *et al.* (2015) considera que,

[...] a verticalização seguirá certo padrão, localizando-se em áreas da cidade que apresentam a maior quantidade de bens e serviços, ou seja, locais que possuem maior infraestrutura e, assim, detém maior valorização do terreno, isso causa um adensamento da população com maior renda em um lugar específico da cidade (SANTOS *et al.* 2015, p. 2).

Além disso, o processo de verticalização para Souza (1994), segue primeiramente a direção determinada pelo deslocamento e expansão do local que reside a classe dominante, sendo essa executada em áreas onde a legislação permite a verticalização e num segundo momento se apossa das áreas de expansão da classe média. Neste sentido, os agentes produtores¹ do espaço urbano são os responsáveis pelo processo de verticalização. Para Corrêa (1995, p. 11), “a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano”, refletindo na mudança repressiva ou não, do conjunto social e econômico de determinadas áreas da cidade.

1 Corrêa (1995, p.12), define os agentes produtores do espaço urbano sendo: “os proprietários dos meios de produção; sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos”.

Produção do Espaço Urbano: A Verticalização do Bairro Oficinas – Ponta Grossa (PR)

Portanto, um dos agentes sociais que mais influencia na verticalização são os promotores imobiliários, estes quando realizam a especulação imobiliária fazem com que determinados terrenos da área central apresentem valores altíssimos, “[...] devido não somente a sua localização, mas também a sua escassez em determinados locais considerados ‘privilegiados’, necessitando-se, assim, de uma multiplicação de terras” (SANTOS *et al.* 2015, p. 2), permitindo, portanto, a sobreposição de várias unidades habitacionais de forma vertical em uma mesma parcela de terra.

Processo de Verticalização: O Caso do Bairro Oficinas em Ponta Grossa (PR)

O Bairro Oficinas localiza-se ao sul da área central do município de Ponta Grossa - Paraná. Historicamente com a chegada da ferrovia em Ponta Grossa, no final do século XIX, o bairro serviu para instauração das oficinas de locomotivas e vagões da Rede Ferroviária Federal. Por muitos anos o local foi habitado por familiares de funcionários da ferrovia, mas posteriormente se tornou área de interesse para trabalhadores das indústrias próximas, que quando chegavam de outras localidades se instalavam ali, resultado esse que atraiu cada vez mais moradores e comerciantes.

Atualmente Oficinas é considerado pelos agentes imobiliários, um dos melhores bairros para morar. Primeiramente tal afirmação está atrelada à sua infraestrutura e ao acesso fácil a supermercados, padarias, lojas e drogarias, além de possuir espaços de lazer, incluindo praças, restaurantes e bares. Outra razão se dá pela sua estratégica localização, que permite acesso de poucos minutos até a área central e também dá acesso à rodovia BR-376² (sentido Curitiba), ficando próximo ao Distrito Industrial, que abriga em seu complexo multinacionais e indústrias. E por fim, outro motivo que tem atraído o setor imobiliário fortemente, está relacionado aos grandes e luxuosos edifícios que estão modificando a paisagem urbana do Bairro Oficinas. Alguns desses empreendimentos estão localizados principalmente entre a Avenida dos Vereadores e a rua Dr. Leopoldo Guimarães da Cunha (FIGURA 01).

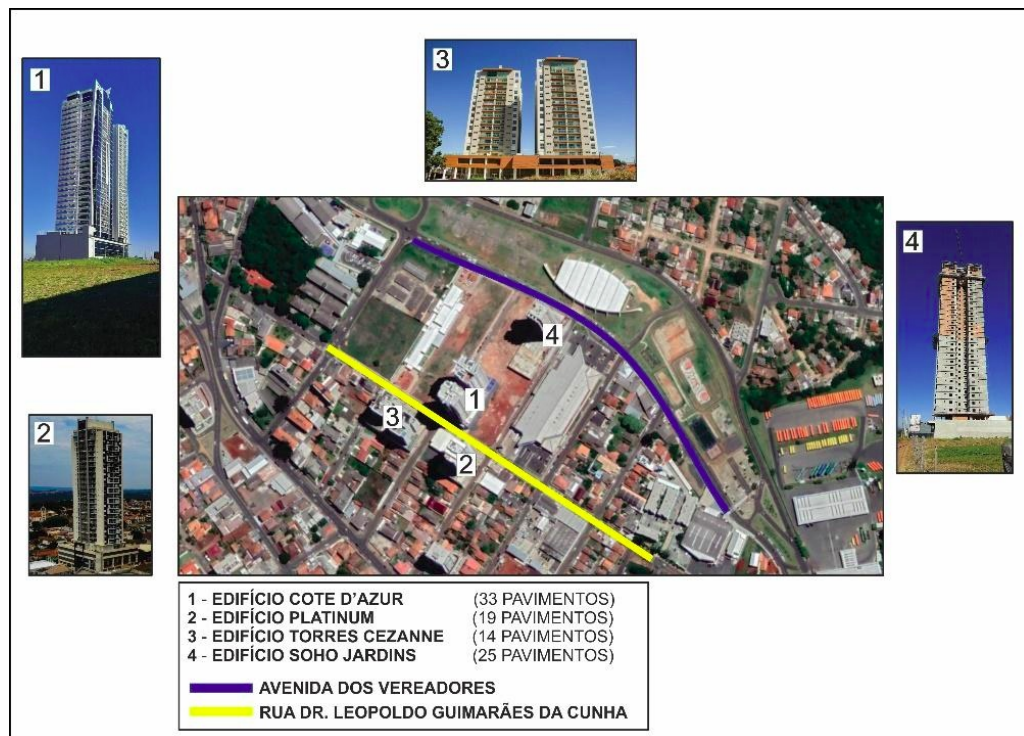
Para Madalozzo (2019), um dos fatores que incentivou a valorização do Bairro Oficinas, possibilitando então a construção de edifícios de luxo e de grande altura, se deu a partir da remoção de remanescentes ferroviários que até então impediam a expansão urbana em determinadas áreas centrais da cidade, “o que consequentemente criou espaços livres para a ocupação urbana onde antes havia espaços não edificáveis” (MADALOZZO, 2019, p. 240). Além disso, autora também ressalta que a partir do ano de 2009, com as mudanças promovidas por meio dos índices urbanísticos, através da Lei Municipal nº 10.105/2009³ (PMPG, 2009), muitos empreendimentos foram então propostos, e, portanto, a execução de diversos edifícios tem ocorrido desde então no entorno da antiga ferrovia.

2 Rodovia de extrema importância para escoar produtos de pecuária e indústria dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

3 LEI Nº 10.105, DE 29/12/2009. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2009/1011/10105/lei-ordinaria-n-10105-2009-altera-a-tabela-ii-indices-urbanisticos-da-lei-n-6329-de-16-12-1999?q=10105%2F2009>>. Acesso em 21 de jan. 2021.

Produção do Espaço Urbano: A Verticalização do Bairro Oficinas – Ponta Grossa (PR)

Figura 1: Localização da área de estudo – Bairro Oficinas



Fonte: Foto aérea *Google Earth*, 2021. Edição dos autores.

Podemos observar na figura acima que o número de pavimentos é significativo, ou seja, os empreendimentos estão sendo construídos cada vez mais altos. Essa questão está relacionada com a Lei Municipal nº 10.731/2011 (PMPG, 2011), a qual permite que em terrenos urbanos com área superior a 1.000m² situados na Zona Comercial, o número de pavimentos será livre com coeficiente de aproveitamento igual ao da Zona Central. Portanto, esse é mais um motivo para atrair os agentes imobiliários, sendo esses sujeitos ativos no processo de verticalização.

Considerações Finais

A verticalização é um dos principais fenômenos de apropriação do espaço urbano nas grandes e médias cidades representando desde do século XX uma revolução na forma de habitar. Ao estudar tal temática, observou-se que o espaço verticalizado não só representa uma evolução na forma de construir, mas tal fenômeno afeta a dinâmica de acumulação e reprodução do capital pelos agentes envolvidos nesse processo (promotores/incorporadores imobiliários), atestando que a verticalização tem como principal característica: o interesse no aumento de lucros e acumulação de capital.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

FRANÇA, Iara Soares de.; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de.; O processo de verticalização urbana em cidades médias e a produção do espaço em Montes

Produção do Espaço Urbano: A Verticalização do Bairro Oficinas –
Ponta Grossa (PR)

Claros/MG. **Boletim Gaúcho e Geografia**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 584-610, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MADALOZZO, Nisiane. **Rio e Ferrovia: A Produção Social do Espaço Urbano em Ponta Grossa - PR**. 2019, 318 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

MENDES, César Miranda. **O Edifício no Jardim: Um Plano Destruído. A Verticalização de Maringá**. 1992, 364 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

PONTA GROSSA. Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos. **Lei nº 10.731 de 11 de outubro de 2011**. Acrescenta § 6º ao Art. 28 da Lei nº 6.329, de 16/12/1999, que dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo das áreas urbanas do município de Ponta Grossa. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/p/ponta-grossa/leiordinaria/2011/1073/10731/lei-ordinaria-n-10731-2011-acrescenta-6-ao-art-28-da-lei-n-6329-de-16-12-1999-que-dispoe-sobre-o-zoneamento-de-uso-e-ocupacao-do-solo-das-areas-urbanas-do-municipio-de-ponta-grossa?fbclid=IwAR3wZF6L2aQzyknEXcSNyFfV8jC5UxQkUqC-FyoKTlZGXUNObiebMPG-Xg>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

RAMIRES, Júlio César de Lima. O Processo de Verticalização das Cidades Brasileiras. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 97-105, 1998.

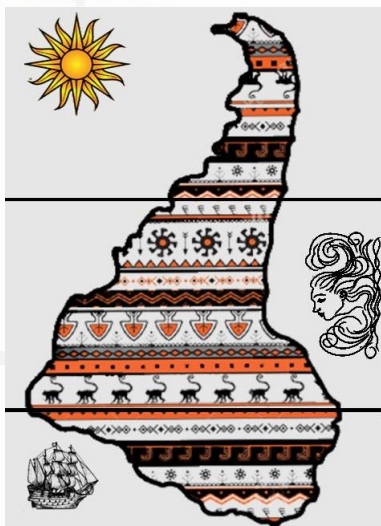
SANTOS, Leilson Alves dos *et al.* Impactos socioambientais resultados do processo de verticalização. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2015. p. 01-07.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec - Edusp, 1994.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Por uma Geografia Sensível: Uma Reflexão sobre Lugares e a Vida a partir da Experiência de uma Pessoa com Deficiência

Matheus Zatta Foratini

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
matheuszatta.foratini@gmail.com

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar de modo reflexivo a posicionalidade como sujeito (KATZ, 1994; ROSE, 1997) na geografia, porém sob uma nova perspectiva, ou seja, a partir das posicionalidades de uma pessoa com deficiência, posição essa bastante singular, uma vez que sou eu que possuo uma doença degenerativa, a distrofia muscular de duchenne (DMD). Portanto, construo na pesquisa uma análise geográfica que leva em consideração as relações com o lugar e o conjunto das espacialidades que atravessam minhas memórias, lembranças e também minhas vivências, meus sentimentos e emoções, ou seja, as minhas experiências diante do mundo. Bem como, discorro também sobre as metamorfoses (CIAMPA, 1987) como identidade humana, e considerando os processos sociais, históricos e de produção dos sentidos. E sobre minha condição de acamado, situação que me encontro atualmente, fiz relatos da minha rotina recente, de certo modo, minha vida cotidiana (cotidianidade). Isto é, construí uma cartografia da minha vida cotidiana.

Desenvolvimento

Para fins acadêmicos, explicarei metodologicamente como sistematizei a organização deste trabalho. A pesquisa foi dividida em duas seções, mais a conclusão. Na primeira seção realizei uma breve explicação sobre a Distrofia Muscular de Duchenne - DMD, relacionando-a com a geografia e, na segunda seção, em que considero minha mobilidade "corpórea-motora", como condição importante para pensar minha posicionalidade no mundo, considerando o meu nascimento no dia 15 de maio de 1998, e dividida em três "sub-seções" que foram:

- Infância-Andante (2002 - 2007) será uma reflexão analítica das minhas lembranças e memórias de infância, na primeira fase de desenvolvimento da Distrofia Muscular de Duchenne;
- Adolescência-Cadeirante (2008 - 2018) será uma reflexão analítica das minhas vivências como pessoa com deficiência cadeirante, segunda fase de desenvolvimento da Distrofia Muscular de Duchenne;
- Adulto - acamado (2019 - atualmente), será uma reflexão analítica, no qual explico o meu processo de internação e minha rotina cotidiana, terceira fase de desenvolvimento da Distrofia Muscular de Duchenne.

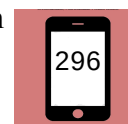
E através da minha posicionalidade - as minhas memórias, as minhas afetividades, as minhas vivências e sensibilidades. - analisar os lugares nos quais realizei e realizo minhas ações como ator social (sujeito/indivíduo/agente social), destacando as transformações (metamorfoses) que meu corpo passou em consequência da DMD, como isso afetou minhas espacialidades cotidianas.

Para escrever sobre minha infância e adolescência tive que fazer um exercício de memória, rever antigas fotos e relembrar as afetividades que compartilhei com meus familiares e amigos. Memórias como o Lugar que através dos meus sentidos e sentimentos (afetividades), ressignificam minha forma de perceber o espaço e o mundo. Considerando também, memória como sendo, "a capacidade que cada indivíduo possui de guardar tais acontecimentos, sejam eles individuais e/ou coletivos" (Santos, 2012, p. 2), e que contribuem na construção da identidade do sujeito, segundo Le Goff *apud* Santos (2012, p.2), "memória pode ser entendida como um registro recuperado (lembrança) e propriedade de conservar e recuperar registros". E sobre minha condição de acamado, situação que me encontro atualmente, fiz relatos da minha rotina recente, de certo modo, minha vida cotidiana (cotidianidade). Isto é, construí uma cartografia da minha vida cotidiana.

Considerações Finais

Como conclusão, é importante salientar que a DMD foi e é importante na minha cotidianidade, assim a dimensão geográfica e a reflexão espacial que as envolvem, são e me fazem compreender meu corpo e como ele se relaciona com os lugares (espaço) e com minha condição social

Penso que, nós, pessoas com deficiência, com toda nossa diversidade e pluralidade de corpos, temos que ser ouvidos e percebidos como possibilidade para a produção de conhecimentos, científico ou não. Espero que este trabalho fomente a discussão sobre a acessibilidade e a inclusão de pessoas com



Por uma Geografia Sensível: Uma Reflexão sobre Lugares e a Vida a partir da Experiência de uma Pessoa com Deficiência

deficiência na Geografia e no ensino superior.

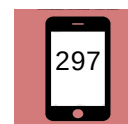
Após esses relatos sobre minha trajetória de vida, sobre minha posicionalidade de pessoa com deficiência (com Distrofia Muscular de Duchenne), posso concluir que a DMD é importante na minha cotidianidade, mas não é o que a define. A minha relação com meus pais e familiares (amigos), e minha relação com a Geografia, são importantes para a minha percepção (posicionalidade) como ator/sujeito social, principalmente a geografia me fez compreender meu corpo e como ele se relaciona com os lugares (espaço), e minha condição social.

Referências

KATZ, Cindi. **Jogando o Campo**: Questões do Trabalho de Campo em Geografia. Universidade de Nova York, 1994.

ROSE, Gillian. **Situando conhecimentos**: posicionalidade, reflexividades e outras táticas. Tradução livre por Marina Coelho de Souza e Lucas Wingler. Departamento de Geografia. Universidade de Edinburgh, 1997.

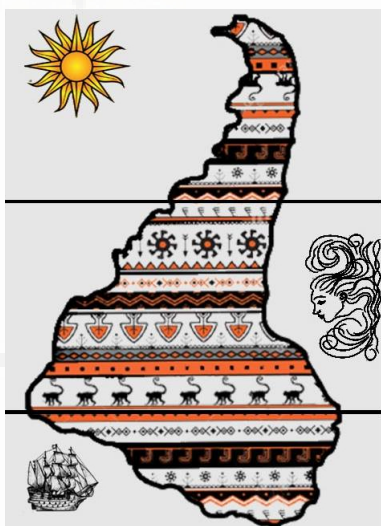
SANTOS, Mileide Borges. Memória e o ensino de história, educação e ensino de ciências humanas e sociais. **VI Colóquio Internacional**. São Cristóvão - SE. Setembro, 2012..



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Consequências Socioeconômicas da Pandemia: A Indústria no Município de Ponta Grossa - PR

Mariane Aparecida Gadowski
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Edson Belo Clemente de Souza

Gabandez
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
ebelo2003@yahoo.com.br

Introdução

A Crise pandêmica da Covid-19 no Brasil afetou a sociedade em todos os seus aspectos. Conscientes disso, vários trabalhos foram realizados para entender como ela afetou os mais diversos setores da sociedade (na saúde, nas relações sociais, no trabalho, na economia). Este resumo expandido tem como objetivo analisar os dados socioeconômicos, sobretudo aqueles que afetam a empregabilidade dos trabalhadores nas indústrias ponta-grossenses durante parte do período da pandemia da Covid-19.

Para isso, foram utilizados os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid-19) e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) sobre o emprego no Paraná durante os meses de maio a novembro de 2020; dados coletados em Ponta Grossa pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa (CDEPG) sobre o faturamento e emprego na indústria ponta-grossense entre abril e maio de 2020; dados coletados pelo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), sobre os empregos na indústria em 2020; e também os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Este resumo está estruturado em outras seções, além desta breve introdução. Na

Consequências Socioeconômicas da Pandemia: A Indústria no Município de Ponta Grossa - PR

primeira delas, a crise econômica numa abordagem mais geral, na segunda seção emprego e renda no Paraná. A terceira é a indústria ponta-grossense em maio de 2020 e suas perspectivas futuras. A quarta seção é a indústria no final de 2020, e, por último, as considerações finais.

A Crise Econômica

A contaminação pelo vírus da Covid-19 foi declarada uma pandemia mundial em 11 de março de 2020 (OMS, 2020). Neste mês, houve o início da mobilização dos governantes em mitigar a sua dispersão pela sociedade, com as medidas restritivas. Em Ponta Grossa, o decreto Nº 17.077, primeiro decreto sobre a Covid-19 no município, previa atitudes do poder público contra o vírus, e foi assinado em 16 de março de 2020, suspendendo atividades sujeitas à aglomeração na cidade (PMPG, 2020). Essa medida, considerada a melhor forma de diminuir o contágio pela Covid-19, também foi a medida que mais impactou na economia, já que, impedindo as atividades presenciais, muitas empresas diminuíram o seu faturamento.

A crise econômica dessa pandemia vem de um período de crises, pois já havia um processo de deterioração desde 2016 com o golpe do impeachment da Presidente Dilma Rousseff e se juntou com a crise de 2018 do capitalismo mundial. Segundo Heinen e Mattei (2020), há um cenário em que a própria estrutura econômica do país está ameaçada, mais do que nunca se desvela a incapacidade do mercado em oferecer soluções adequadas à degradação das condições de vida dos trabalhadores.

Sabendo dos impactos econômicos que o distanciamento social geraria, estudos começaram a ser feitos, acompanhando o desempenho econômico nesse período tão difícil. Dessa forma, o IBGE, por meio da PNAD, criou PNAD Covid-19, uma pesquisa realizada por telefone, onde os pesquisados responderam perguntas sobre emprego e renda, em sua maioria. Essa pesquisa foi feita de forma nacional, entre maio e novembro de 2020, e é analisada aqui de forma estadual, observando os dados do estado do Paraná (IPARDES, 2020). Além dela, na esfera municipal, uma pesquisa respondida pelos empresários de Ponta Grossa verificou a situação financeira das empresas da cidade, nos meses de abril e maio de 2020.

Emprego e Renda no Paraná

A partir do mês de maio de 2020, a primeira pesquisa da PNAD Covid-19 foi realizada, e mostrou como a pandemia diminuiu a procura por emprego e o rendimento médio dos trabalhadores paranaenses. Se no último trimestre de 2019 (outubro a dezembro), onde ainda não havia se instalado nenhuma medida contra a Covid-19, o nível de ocupação da população (que é a relação entre pessoas ocupadas e pessoas em idade de trabalhar) era de 59,8%, em maio ele caiu para 56,5%, e em julho para 54,2%, o menor valor na média histórica. Isso mostra que houve uma diminuição das pessoas da força de trabalho (composta pelas pessoas que trabalham ou que procuram emprego) durante os meses de maio a julho. Ainda assim, a partir de agosto, a procura por emprego voltou a crescer, e, em novembro de 2020, quando a última

Consequências Socioeconômicas da Pandemia: A Indústria no Município de Ponta Grossa - PR

pesquisa da PNAD Covid-19 foi realizada, o nível de ocupação era de 56,6%, valor maior que em maio. Isso mostra como o distanciamento social afetou na busca por emprego, pois os meses de maio a julho foram também os que tiveram mais medidas restritivas, que foram sendo amenizadas a partir de agosto.

Já com relação ao desemprego oculto (pessoas desocupadas que procuraram efetivamente por emprego, ou que não procuraram mas gostariam de trabalhar), houve um aumento significativo, passando de valores entre 11 e 13% entre 2018 e primeiro trimestre de 2020, para 20 a 24% a partir de maio a novembro de 2020. Mesmo que esses valores tenham melhorado depois de agosto, ele ainda é muito preocupante (PNAD Covid-19, 2020).

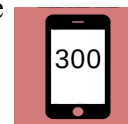
A Indústria Ponta-grossense em Maio de 2020 e suas Perspectivas Futuras

Com base nas pesquisas feitas com as indústrias de Ponta Grossa pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa (CDEPG) em abril e maio de 2020, pôde-se notar que as indústrias foram bastante afetadas pela crise, especialmente no período de maior restrição da circulação em abril. A queda média de faturamento das indústrias foi de 49% em abril, enquanto em maio, essa queda foi de 31%. Esse relatório também constatou que as empresas essenciais (que não fecharam com as medidas de distanciamento) mantiveram suas receitas, correspondendo a 33% das indústrias que responderam à pesquisa. Enquanto isso, 2,6% das indústrias pesquisadas não conseguiram enfrentar a crise e acabaram encerrando suas atividades até maio de 2020 (CDEPG, 2020).

Os principais desafios enfrentados pelas indústrias foram o aumento do preço dos insumos devido à baixa oferta, a dificuldade de conseguir comprá-los, além da logística, que foi afetada pelas medidas de distanciamento. A CDEPG também apresentou em seu relatório duas origens para a crise no Brasil: uma endógena (queda de demanda local), e uma exógena (queda de demanda externa dos produtos e queda da produção de bens importados). Quase metade das indústrias ponta-grossenses são exportadoras, e dessas, 50% tiveram queda no faturamento. Mesmo assim, apenas 8% delas relataram a queda na exportação como principal fator da queda do faturamento, enquanto que 39% das indústrias pesquisadas relataram a queda de demanda local como bastante influente na queda de faturamento. Isso mostra que, mesmo que a queda das exportações seja um fator influente na crise econômica, ela ainda não é o único e principal fator.

Quanto ao emprego, houve uma média de 12 demissões entre as indústrias pesquisadas, onde 33% delas já havia realizado alguma demissão. Quando questionadas sobre futuras demissões, 49% delas declararam que poderiam vir a demitir mais funcionários, chegando à média de 21 demissões por indústria.

As empresas também buscaram por políticas públicas de auxílio, para diminuir o impacto da pandemia em seu faturamento. Assim, 23% das indústrias não acessaram nenhuma medida de ajuda, provavelmente devido à dificuldade de acessá-las. Quanto às principais medidas efetivamente acessadas, as principais foram o adiantamento de férias (26,2%), adiamento de



Consequências Socioeconômicas da Pandemia: A Indústria no Município de Ponta Grossa - PR

impostos e tributos (14,8%), *home office* (13,1%), diminuição da jornada de trabalho (11,5%) e suspensão de contrato de trabalho (11,5%). Mesmo que essas tenham sido as principais medidas acessadas, a maior medida não concedida às empresas, mesmo com 55% dos pedidos das indústrias, refere-se a empréstimos para capital de giro e folha de pagamento, demonstrando a deficiência dessa política. As indústrias também responderam questionamentos sobre o que esperam dos incentivos governamentais do mês de maio em diante, onde 30% esperavam crédito (que é a medida mais difícil de ser acessada), 23% esperavam redução da carga tributária e 15% esperavam que os impostos fossem postergados. Além disso, os industriais sugeriram pontos que não estão nas políticas públicas, como redução ou até mesmo isenção dos impostos e tributos (CDEPG, 2020).

A Indústria no Final de 2020

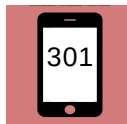
Ao contrário do que mostrou a pesquisa realizada com os industriais de Ponta Grossa em maio, a indústria ponta-grossense cresceu durante 2020, mesmo com a pandemia. A pesquisa realizada pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2020) mostrou que houve mais admissões do que desligamentos na indústria durante o ano, correspondendo a uma diferença de 6,31% entre eles. Entre junho e novembro, houve saldo positivo de contratações em todos os meses. A perspectiva pessimista sobre a indústria na pesquisa realizada pela Câmara Técnica de Comércio e Serviços se refletia na queda de faturamento apontada em abril e maio, mas que não se concretizou, já que houve um aumento na produção, na utilização da capacidade instalada nas indústrias, e, consequentemente, do emprego, a partir de junho (CNI, 2020).

No mês de novembro, a Confederação Nacional da Indústria indicou uma queda no faturamento e no índice de confiança dos empresários com relação à economia brasileira. Mesmo assim, ainda houve aumento na intenção de investimento, no emprego e nas exportações. Dessa forma, houve desaceleração no crescimento, mas o emprego continuou aumentando (CNI, 2020).

Considerações Finais

Com base nos dados encontrados para a indústria e trabalho, é notável como a pandemia da Covid-19 afetou muito negativamente o faturamento das indústrias ponta-grossenses no período de maior isolamento social, e como isso afeta na questão do trabalho como uma cadeia, já que os empregos que se perdem na indústria afetam todo um sistema econômico com diversos agentes. A partir da análise desses dados e relatórios, espera-se elucidar sobre a forma como a pandemia afetou a indústria, e como faltou para a indústria o suporte adequado do poder público.

No mês de janeiro de 2021 houve uma grande explosão de casos e mortes como não se havia visto antes na cidade, e isso é preocupante tanto para a saúde pública quanto para a indústria, pois como foi observado, os períodos de maior cuidado com a saúde (abril e maio) foram também os períodos de maior



Consequências Socioeconômicas da Pandemia: A Indústria no Município de Ponta Grossa - PR

perda de faturamento e de maior quantidade de demissões no setor. É necessário que o poder público dê maior atenção às necessidades e sugestões que o setor industrial tem para manter seu faturamento, e, conseqüentemente, seus empregos, para que, quando as coisas voltarem ao normal, com todos os ponta-grossenses imunizados contra a doença, a indústria do município também esteja forte para continuar gerando riqueza para a cidade.

Referências

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Estatísticas mensais de emprego Formal: Dezembro/2020.** Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/3-tabelas.xlsx . Acesso em 29 jan. 2021.

CDEPG: Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa. **Impactos da Covid-19 na Estrutura Econômica de Ponta Grossa: Abril de 2020.** Disponível em: <https://cdepg.org.br/wp-content/uploads/2020/04/RELATORIO-%E2%80%93IMPACTOS-DA-Covid-19-NA-ESTRUTURA-ECONOMICA-DE-PONTA-GROSSA-27042020.pdf>. Acesso em 22 jan. 2021.

CDEPG: Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa. **Impactos da Covid-19 na Estrutura Econômica de Ponta Grossa: Maio de 2020.** Disponível em: <https://cdepg.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Relatorio-Con.-des.-2-finalizado-1-2.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

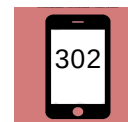
CDEPG: Conselho de Desenvolvimento Econômico de Ponta Grossa. **Impactos da Covid-19 na Atividade Industrial de Ponta Grossa.** Disponível em: <https://cdepg.org.br/wp-content/uploads/2020/06/impacto-industria-maio-de-2020-1-1.pdf>. Acesso em 22 jan. 2021.

CNI: Confederação Nacional da Indústria. **Termômetro da Indústria.** Disponível em: <http://termometro.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em 29 jan. 2021.

HEINEN, Vicente Loeblein. MATTEI, Lauro. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho financeiro. In **Brazilian Journal of Political Economy**. Vol.40, nº 4, São Paulo Oct./Dec. 2020.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **PNAD Covid-19: Paraná – Maio de 2020.** Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-12/PNAD_Covid_maio_2020_corrigido.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **PNAD Covid-19: Paraná – Julho de 2020.** Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/PNAD_Covid_julho_2020_corrigido.pdf



Consequências Socioeconômicas da Pandemia: A Indústria no
Município de Ponta Grossa - PR

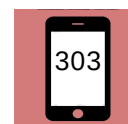
020-12/PNAD_Covid_julho_2020_corrigido.pdf. Acesso em 26 jan. 2021.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **PNAD Covid-19: Paraná – Novembro de 2020**. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2021-01/PNAD_Covid_novembro_2020.pdf. Acesso em 22 jan. 2021

SAÚDE. **Painel Covid-19 em Ponta Grossa**. Disponível em: <http://pg-covid.vgeo.com.br/covid-19>. Acesso em 29 jan. 2021.

OMS: Organização Mundial da Saúde. **WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on Covid-19 - 11 March 2020**. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em 29 jan. 2021.

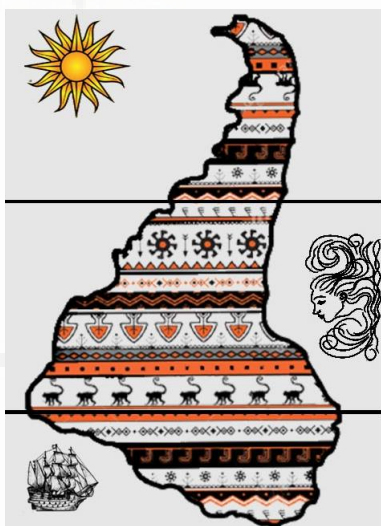
PONTA GROSSA. **Decreto nº 17.077, de 16 de março de 2020**. Dispõe sobre a suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas no âmbito do Município de Ponta Grossa, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Ponta Grossa. Edição nº 2.790, p. 4-5, 16 mar. 2020.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Periurbanização e Transporte Coletivo de Passageiros: Notas Iniciais sobre a Rodovia PA-370, Santarém-PA

Gabriel Augusto Nogueira dos Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
nogueira.gabriel01@gmail.com

Ricardo José Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
nogueiraricardo@uol.com.br

Giskele Luz Rafael
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM
giskele.rafael@ifam.edu.br

Introdução

O presente resumo é baseado na relação entre o urbano e o periurbano, definida como um colar ou uma zona de transição entre o urbano e rural, conforme são apresentadas por Vale e Gerardi (2007) e Gomes (2017). A reflexão inicial é oriunda da dissertação em andamento intitulada “Entre idas e vindas: dinâmicas de transporte coletivo na Região Metropolitana de Santarém – PA”, iniciada no ano de 2020 e com previsão de encerramento no ano de 2022, cujo objetivo principal é a compreensão da organização do sistema de transporte coletivo urbano e rural nos municípios integrantes da Região Metropolitana e seus impactos perante a metropolização do espaço.

Um dos aspectos vinculados a organização, produção e mutação desse espaço, é compreendida a partir dos processos de ocupação e seus agentes, conforme destaca Corrêa (2018). A partir dos processos de ocupação e uso do solo, as atuações dos agentes públicos e privados são vinculadas ao provimento de infraestrutura e projetos de desenvolvimento, desde a inserção de um capitalismo internacional por parte do agronegócio e a criação de

Projetos de Assentamentos na região, característica marcante na expansão urbana de Santarém a partir dos anos 1980, conforme destaca Oliveira (2008) e Gomes (2017).

O objetivo do trabalho é analisar a relação rural-urbano a partir da oferta de transporte e os diferentes agentes envolvidos no setor, desde a sua presença nos circuitos superiores e inferiores da Economia Urbana, sendo estas determinantes nas relações cultivadas na sua operação (sobrevivência e lucratividade), conforme Santos (2008). Com isso, é pensado a análise a partir das seguintes especificidades: análise da oferta e demanda do transporte e compreender a dinâmica empresarial nas áreas periurbanas de Santarém.

Metodologia

A metodologia estabelecida é de cunho concomitante, misturando técnicas participativas em âmbito qualitativo e técnicas quantitativas, a partir dos produtos cartográficos e do cálculo de estimativas em relação ao transporte coletivo na área de estudo. Para fins desse resumo, foram destacadas as seguintes comunidades: Cristo Rei, Estrada Nova, Jacamim, Murumurutuba e Santos da Boa Fé.

Portanto, a questão metodológica ficou substanciada nas seguintes etapas e procedimentos:

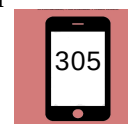
- 1 – Revisão e Sistematização de Literatura – transportes, Geografia Urbana e Geografia da Amazônia;
- 2 – Prática de Campo – observação participante nos principais eixos viários de Santarém e nas comunidades em questão;
- 3 – Sistematização das Informações – itinerários, frota e circulação;
- 4 – Elaboração de Produtos Cartográficos;
- 5 – Redação de Texto a partir da sistematização de literatura já realizada..

Resultados

No primeiro panorama apresentado em relação as áreas escolhidas, podemos destacar os contextos históricos e as modificações no espaço urbano de Santarém. Os novos processos, formas e funções da região ganharam notoriedade com suas novas funções perante as redes geográficas. Santos e Costa (2020) apresentam nesse cenário, a construção da UHE Curuá-Una em meados dos anos 1970 e a necessidade energética do município de Santarém, como fator de migração para rodovia, à época uma simplória estrada de barro e com uma estruturação inexistente.

Nesse sentido, as políticas de distribuição de terras e o fator de migração, presente em outras áreas fomentaram o surgimento de diversas comunidades, algumas vinculadas aos remanescentes quilombolas já habitantes nas áreas de terra firme e várzeas próximas de Santarém, também destacada por Gomes (2017). Com isso, as áreas em questão desenvolvem uma forte conexão com a cidade em modificação acelerada da paisagem. Contudo, ainda estão vinculadas as práticas tradicionais e as disputas em relação as necessidades de uso e ocupação do solo na cidade.

Com os fixos cada vez mais vinculados com estruturação urbana, a

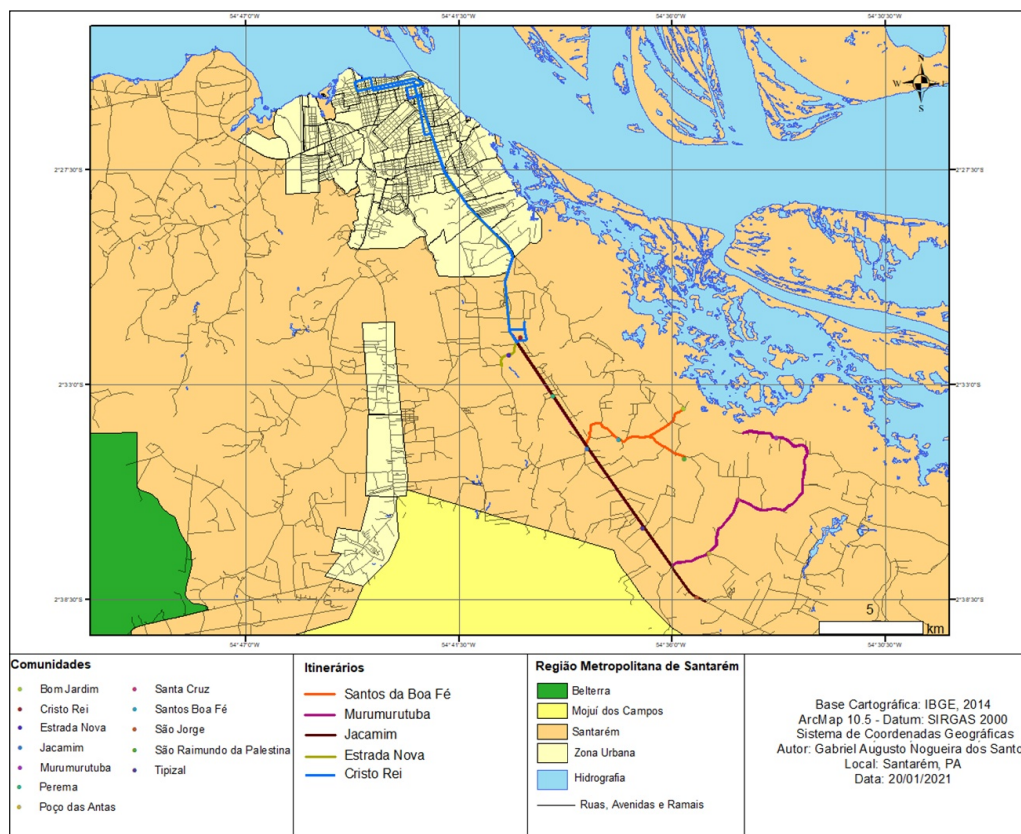


Periurbanização e Transporte Coletivo de Passageiros: Notas Iniciais sobre a Rodovia PA-370, Santarém-PA

necessidade de transporte se torna cada vez mais essencial. Além da utilização para os serviços essenciais na cidade, servem também de apoio ao escoamento da produção nas comunidades. Com isso, há o envolvimento dos agentes comunitários na oferta e demanda dos serviços, sobretudo nas relações campesinas existentes na região, desde as parcerias, quanto ao trabalho acessório, estes destacados por Nascimento (2016) como fonte de renda suplementar ao dono da frota ou até mesmo, ao morador que oferta o serviço na região.

É importante destacar nesse âmbito empresarial e também das relações comunitárias, a atuação do poder público a partir da concessão do serviço ou permissão para a atuação. Nesse sentido, é importante analisar quem são os agentes provedores do serviço e a sua relação com a comunidade, desde a inserção com os moradores ou uma vinculação informal, ou somente por via de determinação do órgão gestor, conforme visto abaixo.

Figura 1 – Itinerários de transporte nas comunidades em questão



Elaborado por: Santos (2021), com base em dados de campo.

Percebe-se uma configuração empresarial desde um monopólio no serviço a transições para empresas de maior capital. Destaca-se em primeiro momento, as comunidades Santos da Boa Fé e Murumurutuba, cujos operadores são considerados individuais. Essa configuração, segundo Henry (1999), é entendida a partir de uma razão social com poucos ônibus e serviços simplórios. Além disso, é destaque um forte vínculo com a comunidade, trazendo uma vinculação mais social a operação.

No caso das comunidades Cristo Rei e Estrada Nova, esse contexto fora

Periurbanização e Transporte Coletivo de Passageiros: Notas Iniciais sobre a Rodovia PA-370, Santarém-PA

visto anteriormente, é marcado a compra de espólios das empresas Bonfim e Viação Machado pela empresa M&P Transporte, cuja capacidade evolutiva e de capital se torna mais evidente. Com isso, a percepção da empresa se volta mais a expansão e lucratividade, além da garantia de um monopólio operacional, em que percebemos as diferenciações entre o Circuito Superior e Inferior, ambas inseridas em um mesmo cenário, mas com diferentes olhares, conforme visto abaixo.

Figura 01 - Portal de entrada do Cemitério



Fonte: LIGOSKI, I. C (2019).

A categorização dessas linhas, enquadradas como intraurbanas segundo a Prefeitura de Santarém, exigem uma dinâmica e viabilidade em relação a oferta do serviço. Nota-se, portanto, as relações vinculadas de compra e venda, atreladas a necessidade dos usuários para realizarem seus afazeres na sede municipal, quanto na relação com o transporte, de vetor de dispersão e desenvolvimento.

Considerações Finais

Como destacado esse recorte para o resumo, é percebido uma organização diferenciada nas comunidades, baseadas em duas vertentes: rotatividade e monopólio operacional, atreladas a uma relação trabalhista diferenciada, vinculadas a práticas ocorridas nos diferentes circuitos econômicos.

Nesse sentido, é importante relacionar o fator de uso e ocupação do solo como fator do surgimento de necessidade dos agentes empresariais. Entretanto, devido a questão de o estado não acompanhar a mudança na ocupação do solo urbano, omissões e um circuito que não atende as exigências se tornam cada vez mais desiguais a oferta do serviço, o que traz um questionamento vinculado a eficiência e operacionalidade do sistema.

Referências

CORREA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes;

Periurbanização e Transporte Coletivo de Passageiros: Notas
Iniciais sobre a Rodovia PA-370, Santarém-PA

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p.41-52.

GOMES, Taynara do Vale. **Santarém: uma articulação possível entre urbanização e natureza**. 2017. 114f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém.

HENRY, Etienne. OnibuCad, cadastramento tipológico e dinâmica de escala da viação. In: BRASILEIRO, Anísio. HENRY, Etienne (Org.). **Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p.233-282.

NASCIMENTO. Dilson Gomes. **Entre a terra e a água: modo de vida camponês no médio Rio Amazonas, Parintins-AM**. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

OLIVEIRA, Janete Maria Gentil Coimbra de. Expansão urbana e periferização em Santarém-PA, Brasil: questões para o planejamento urbano. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, 2008, Barcelona. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona**: Geocrítica, 2008.

SANTOS, André das Chagas; COSTA, Izaura Cristina Nunes Pereira. Território e povoamento na Amazônia: o caso da comunidade de Boa Esperança, Santarém (PA). **Amazônia Investiga**, v. 9, p. 52-63, 2020.

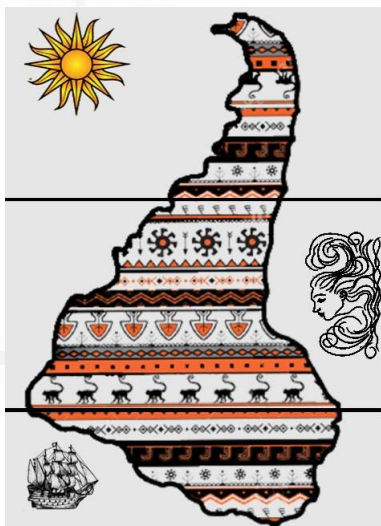
SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2008, 433 p.

VALE, Ana Rute do; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). In: Lucia Helena de Oliveira Gerardi; Pompeu Figueiredo de Carvalho. (Org.). **Geografia: ações e reflexões**. Rio Claro: AGETEO, 2007, p. 231-246.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Dinâmica Populacional da Região Imediata de Irati

Elmarilene Walk
GraduMG
elmarilene@yahoo.com.br

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
GraduaMG
cunhageo@uepg.br

Introdução

A estrutura da população tem reflexo em diversas áreas, dentre elas a econômica, a social e o meio ambiente, seu estudo serve de base para a elaboração de políticas públicas voltadas para o cenário em tela, integrando questões sociais, de educação, emprego e saúde.

O objetivo dessa pesquisa é conhecer a dinâmica populacional da região Imediata de Irati, e apresentar dados para a elaboração de material que serão futuramente utilizados em pesquisas e que servem como base para a elaboração de políticas públicas regionais.

Os dados aqui apresentados são parciais e representam um pequeno resumo da pesquisa que está sendo desenvolvida.

A geografia populacional estuda a demografia e seu processo dinâmico, através da qual conhecemos a estrutura da população de determinada região, para isso neste trabalho estão sendo apresentadas a estrutura etária da população da região, a taxa de envelhecimento, o número de óbitos e de nascimento, ou seja, o crescimento vegetativo.

Foi estabelecida a região imediata de Irati através da divisão elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, DE 2017. Os dados englobam as últimas 3 décadas, e para estabelecer o comparativo, foram usados os mesmos municípios.

A captação de dados para as análises se basearam em dados estatísticos, e levantamento bibliográfico sobre o tema.

Desenvolvimento

A dinâmica populacional, tem como componentes, segundo Damiani (2004), a mortalidade a migração e a natalidade. Seus procedimentos metodológicos apresentam variáveis como o aumento de escolaridade versus diminuição da taxa de nascimentos, a melhoria da saúde e de tecnologia com a taxa de mortalidade aumentando a expectativa de vida da população, e variam ainda conforme a localidade.

O crescimento da urbanização no Paraná, teve maior incidência na migração da população rural para área urbana, conforme estudos de Moura e Magalhães (1996), implicando na organização do espaço e na gestão das cidades, tendo novas e distintas demandas.

Com esse processo de urbanização o Índice de Desenvolvimento Humano das cidades se eleva pela oferta de serviço de saúde educação e mais empregos, mas a segregação também se torna elevada em lugares ficam privados desses serviços essenciais.

População Urbana e Rural

Conjunto de pessoas constituídas pela população residente, na data de referência.

Quadro 1: População da Região Imediata de Irati

	1991			2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Fernandes Pinheiro	1.873	4.339	6.212	1.965	4.403	6.368	2.094	3.838	5.932
Imbituva	6.454	10.116	16.570	14.781	9.715	24.496	17.888	10.567	28.455
Irati	31.278	17.686	48.964	39.306	13.046	52.352	44.932	11.275	56.207
Mallet	5.528	6.280	11.808	6.862	5.740	12.602	7.570	5.403	12.973
Rebouças	5.396	7.552	12.948	6.570	7.093	13.663	7.505	6.671	14.176
Rio Azul	3.206	9.200	12.406	4.334	8.689	13.023	5.012	9.081	14.903
Teixeira Soares	2.683	5.127	7.810	3.785	4.407	8.192	4.796	5.487	10.283

Fonte: Adaptado IBGE.

A população de Fernandes Pinheiro é predominantemente rural, sendo a única cidade em análise que apresentou um declínio no número de moradores.

Em Imbituva, merece destaque a urbanização entre 1991 e 2010 com um aumento de 54,91%, o aumento populacional foi de 47,83%, verifica-se que o grande aumento da população urbana ocorreu pelo oferecimento de emprego nas indústrias de madeira e calçados da cidade.

Entre 2000 e 2010, a população de Irati cresceu a uma taxa média anual de 0,71%. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 75,08% para 79,94%. Em Mallet na década de 1991, predominava a população rural sobre a urbana, já na década de 2000 e 2010, sua maioria estava concentrada na área urbana.

Rebouças teve uma elevação no grau de urbanização de 41,67% em 1991, para 52,94% em 2010, ou seja, uma elevação de 27%. O município de Rio

Dinâmica Populacional da Região Imediata de Irati

Azul, contempla uma predominantemente rural, apesar do grande aumento na população urbana de 56,33% entre 1991 e 2010. Teixeira Soares também tem como predominante a população rural, com destaque para o crescimento urbano de 78,75% em 2010 com relação a 1991.

Estrutura Etária da População

Quadro 2: Estrutura Etária da População da Região Imediata de Irati

	1991			2000			2010		
	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais	Menos de 15 anos	15 a 64 anos	65 anos ou mais
Fernandes Pinheiro	36,33%	59,56%	4,10%	33,92%	60,87%	5,21%	26,72%	66,81%	6,47%
Imbituva	32,36%	62,11%	5,53%	30,98%	63,99%	5,03%	26,64%	67,22%	6,14%
Irati	32,21%	62,83%	4,96%	28,52%	65,17%	6,31%	22,62%	69,45%	7,94%
Mallet	32,48%	60,42%	7,11%	28,59%	63,41%	8,00%	22,24%	68,98%	8,78%
Rebouças	34,58%	60,26%	5,17%	30,73%	63,10%	6,17%	25,01%	67,04%	7,96%
Rio Azul	35,53%	59,06%	5,41%	31,37%	61,84%	6,80%	24,80%	67,64%	7,56%
Teixeira Soares	36,29%	58,87%	4,84%	33,54%	61,45%	5,00%	26,92%	66,10%	6,98%
Paraná	33,31%	62,33%	4,36%	31,87%	62,62%	5,50%	23,09%	69,38%	7,53%

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Com base na tabela acima podemos observar que a taxa de envelhecimento da população tem mantido um crescimento constante, ou seja, a razão entre a população de 65 anos ou mais em relação a população total, tem aumentado com o passar dos anos, influência da melhoria da qualidade de vida e de saúde, prolongando a expectativa de vida nessa faixa etária.

O que nos leva a conclusão de que a população que antes tinha uma boa base jovem em sua composição agora tem uma predominância da faixa etária de adultos em idade economicamente ativa, diminuindo o grau de relação de dependência.

Taxa de Nascimento e Mortalidade da Região

O crescimento vegetativo ou crescimento natural tem por base o número de pessoas que nasceram em um determinado período comparado com o número de óbitos. Representa, então, a expansão natural da população em uma determinada localidade.

Quadro 3: Comparativo entre Crescimento Absoluto e Crescimento Vegetativo

	Crescimento 2000-2010	Crescimento vegetativo 2000-2010	Crescimento 2010-2019	Crescimento vegetativo 2010-2019
Fernandes Pinheiro	-436	684	-286	509
Imbituva	3.959	3.385	4.109	2.561
Irati	3.855	4.684	4.520	3.594
Mallet	371	837	657	544
Rebouças	513	1.305	723	936
Rio Azul	1.880	1.310	333	746
Teixeira Soares	2.091	977	2.084	685

Fonte: Elaborada pelo autor.

Dinâmica Populacional da Região Imediata de Irati

Os dados sobre o crescimento vegetativo tem início em algumas regiões a partir de 1996 e em outras somente a partir de 1997, dessa maneira será analisado o crescimento vegetativo a partir do censo de 2000, até a projeção de 2019.

O crescimento vegetativo maior que o crescimento absoluto nos municípios representa a emigração da população para outras localidades. Podemos observar que a taxa crescimento vegetativo está em queda em todas as cidades da região.

Considerações Finais

Conhecer a dinâmica populacional de uma região é essencial para a elaboração de políticas direcionadas ao seu desenvolvimento social, econômico, e ambiental, na região imediata de Irati podemos observar que o grau de urbanização tem aumentado no decorrer dos anos, isso requerer uma melhora na gestão das cidades, e projetos que incentivem a permanência de pessoas no campo.

O presente estudo apresentará um embasamento para futuras pesquisas sobre a região e norteará a possibilidade de adequação e da criação de novas políticas públicas voltadas a região.

O grau de envelhecimento da população vem aumentando, e isso tem reflexos que devem ser abordados pelos gestores para otimizar o decréscimo na mão de obra em atividade.

A taxa de crescimento foi sempre positiva na região, ou seja, o número de nascidos vivos, superou em todos os anos e em todos os municípios a taxa de óbito.

Destaque para as cidades que aumentaram a oferta de emprego e com isso atraíram mão de obra e crescimento no número de habitantes dos municípios, que farão parte de uma nova etapa da pesquisa para compreender se estes, apresentavam infra estrutura para absorver essas pessoas aumentando o desenvolvimento da região, ou se a população encontrou obstáculos e falta de infra estrutura adequada.

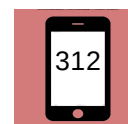
Referências

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: disponível em <https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/> Acessado em 17/10/20.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/todos-os-produtos-estatisticas.html>> Acessado em 25/10/20.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.phppg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=5&grupo_indic=2> Acessado em 17/10/20.

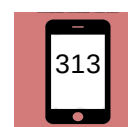


Dinâmica Populacional da Região Imediata de Irati

MOURA, Rosa. **Paraná**: Meio Século de Urbanização, Curitiba, n. 8, p. 33-44, 2004. Editora UFPR

MOURA, R.; MAGALHÃES, M. V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: Ipardes, n. 88, p.3-22, maio/ago. 1996.

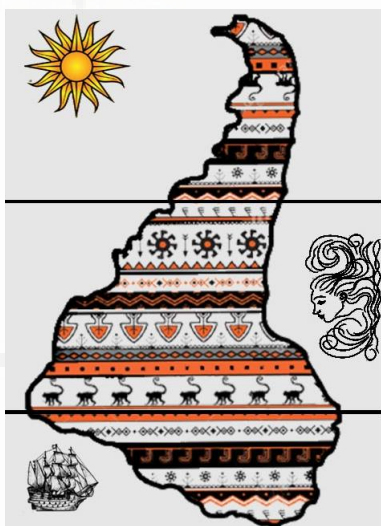
FONTANA, Raphael Luiz Macêdo *et. al* Teorias Demográficas e o Crescimento Populacional no Mundo. **Ciências Humanas e Sociais Unit**, Aracaju: periodicos.set.edu.br, v. 2, n.3, p. 113-124.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Peso da Forma do Solo Rural na Morfologia Urbana de Jussara e Japurá - PR

Jeane de Oliveira Souza
Universidade Estadual de Maringá - UEM
jeanymaciел@hotmail.com

Angela Maria Endlich
Universidade Estadual de Maringá - UEM
amendlich@hotmail.com

Introdução

A configuração urbana constantemente sofre alterações, de acordo com España (1991), existem etapas que descrevem o crescimento urbano rumo às áreas rurais, tais como o crescimento por anéis concêntricos, que primeiramente acontece quando a cidade cresce de forma compacta, alcançando os espaços mais próximos que então vão sendo integrado a uma economia urbana e, posteriormente, um avanço mais incisivo, alcançando áreas mais distantes. Estas áreas periféricas que até então poderiam ser identificadas como tipicamente rurais, tiveram sua essência modificada, e atividades urbanas começam a ser identificadas dentro destes novos espaços. O objetivo deste trabalho é estudar a espacialidade dos estabelecimentos rurais e a configuração urbana. O planejamento territorial brasileiro enfrenta o desafio de administrar os estabelecimentos rurais que se converteram em área urbana, o crescimento horizontal dessas cidades, exige do poder público novas estratégias de planejamentos e atuações como gestor do parcelamento do solo.

Desenvolvimento

De acordo com Campos Filho (2003), no quadro do capitalismo, a distribuição da população e das atividades econômicas no solo urbano segue a regra básica pela qual quem pode mais, em termos de poder aquisitivo, melhor se localiza na estrutura das cidades em relação ao emprego, à oferta de serviços urbanos, ao comércio e aos serviços em geral, especialmente os de cultura e lazer. Desse modo, as áreas centrais dessas regiões vão se tornando mais valorizadas, gerando a especulação imobiliária, essa especulação não acontece somente nas áreas centrais das cidades, acontece também nos estabelecimentos rurais próximas ao perímetro urbano.

No trecho a seguir, o autor sintetiza a especulação imobiliária:

A especulação imobiliária é um quadro do capitalismo, uma forma pela qual os proprietários de terra recebem uma renda transferida dos outros setores produtivos da economia, especialmente através de investimentos públicos na infra-estrutura e serviços urbanos, que são os meios coletivos de produção e consumo ao nível do espaço urbano. CAMPOS FILHO (2003).

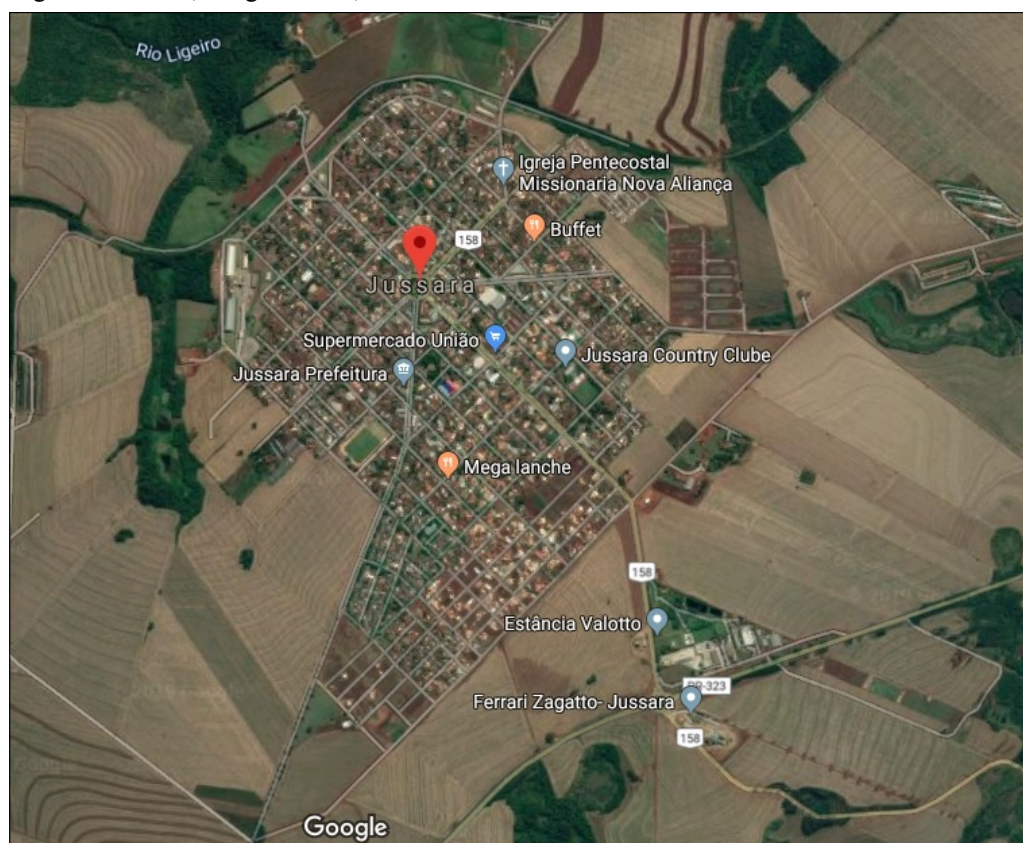
Campos Filho (2003), destaca que o crescimento urbano desigual valoriza os terrenos, o mercado de terras, especialmente o urbano, e é intrinsecamente monopolista, devido ao baixo índice de substituidade entre terrenos, tendo em vista a heterogeneidade essencial do tecido das cidades. Devido as políticas habitacionais, empresas loteadoras e a especulação imobiliária, os estabelecimentos rurais foram sendo adquiridos pelas empresas e construtoras e transformados em conjuntos habitacionais. Esses empreendimentos, de modo geral, não levam em consideração o plano inicial desenhado para essas localidades buscando uma coerência e continuidade de desenho, ocasionando, assim, uma descontinuidade no tecido urbano e gerando outros problemas.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi baseada nos estudos de Capel (1983 e 2002), buscamos compreender, através de imagens extraídas do *Google Earth* e do CAR (Cadastro Ambiental Rural), como essas áreas das pequenas localidades podem ser visualmente diferenciadas de acordo com períodos históricos diferentes de formação e produção. Essas pequenas localidades são conhecidas como cidades de pranchetas, ou seja, elas tiveram um mínimo de planejamento antes de sua implantação. O autor, em obra mais recente, afirma que o plano urbano é como um reflexo das etapas de crescimento da cidade e da sua evolução histórica (CAPEL, 2002). A diferenciação é visualmente perceptível tanto pelo plano urbano, como pela paisagem urbana. Capel (1983), quando trata da morfologia, dedica-se a cidades que viveram períodos históricos longínquos no tempo e que deixam registros diferenciados no espaço urbano (ENDLICH, 2019).

Comparando as imagens (1, 2, 3 e 4) dos municípios de Jussara e Japurá, podemos observar como os novos loteamentos têm o formato dos estabelecimentos rurais que ficam em torno da cidade. Isso traz implicações negativas rompendo com o desenho do núcleo inicial planejado e, de modo geral, resultam em áreas mal integradas no plano da cidade.

O Peso da Forma do Solo Rural na Morfologia Urbana de Jussara e Japurá - PR

Figura 1: Jussara, imagem aérea, 2020



Fonte: Google Maps, 2020.

Figura 2: Jussara, imagem aérea do CAR, 2020



Fonte: Google Maps, 2020.

Nas imagens 3 e 4 do município de Japurá - PR, observamos a descontinuidade de um desses empreendimentos imobiliários, o formato do loteamento segue o formato do estabelecimento agrário. Em muitos casos, essas descontinuidades dificultam o acesso da população residente aos serviços básicos como banco, escolas, comércio, entre outros. A maneira como esses lotes rurais têm sido implantados nas novas áreas urbanas, por proprietários de terras que vendem ou loteiam essas áreas, tem um impacto negativo no tecido urbano, pois a forma urbana vem sendo definida pela incorporação imobiliária.

O Peso da Forma do Solo Rural na Morfologia Urbana de Jussara e Japurá - PR

Figura 3: Japurá, imagem aérea, 2020



Fonte: Google Maps, 2020

Figura 4: Japurá, imagem aérea do CAR, 2020



Fonte: Google Maps, 2020

Segundo Endlich (2019), o resultado dessas políticas habitacionais apresentam características similares como áreas de autoconstrução por exemplo, são áreas sem continuidade urbana, em muitos casos distanciadas dos centros urbanos. O que as diferencia é a arquitetura repetitiva que ali se faz presente.

Considerações Finais

A conversão de terras rurais em urbanas acaba modificando a morfologia das cidades. Muitas vezes, os empreendimentos imobiliários localizam-se distantes dos centros urbanos, o formato dos lotes apresentam complexidades, pois não consideram o planejamento urbano inicial das cidades e sim o formato do estabelecimento rural ali existente. Esses empreendimentos imobiliários não consideram o deslocamento da população que irá residir neste local, nem o processo de segregação socioespacial que pode ali ocorrer. A expansão indevida do perímetro urbano em áreas rurais pode ocasionar o surgimento de loteamentos ilegais, que não possuem infraestrutura e nem saneamento básico necessários para o bem estar da população ali existente, podendo ocasionar, também, uma especulação imobiliária, cabendo ao Poder Público monitorar e controlar a relação de conversão de áreas rurais em áreas urbanas. Cabe ao Poder Público municipal repensar suas estratégias de planejamentos e atuações como gestor do parcelamento do solo e buscar a efetivação do Plano Diretor, que busca promover o desenvolvimento e expansão urbana socialmente justa e ambientalmente equilibrada.

O município tem a responsabilidade constitucional de legislar sobre os assuntos locais, regulamentando as formas de uso das terras do município, sua ocupação e parcelamento. É de responsabilidade do município buscar soluções para um melhor planejamento do território, aplicando as diretrizes do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor da melhor maneira possível, combatendo as desigualdades sociais tanto em áreas urbanas como nas áreas rurais.

Referências

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou o caos. São Paulo: Nobel, 1989.

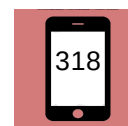
CAPEL, H. **Capitalismo y morfología urbana en España**. 4 ed. Barcelona: Amelia Romero, 1983, 142 p.

CAPEL, H. **La morfologia de las ciudades**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002, 544 p.

ENDLICH, A. M. Morfologia Urbana, Mercado imobiliário e cidades em processo de deformação. In: XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2019, Quito, Ecuador. **Anais do XVII Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Quito: PUCE, 2019. p. 1-11.

ESPAÑA, E. D. **La agricultura en espacios periurbanos en el municipio de Alboraya**. Valencia: Universidad de Valencia, 1991.

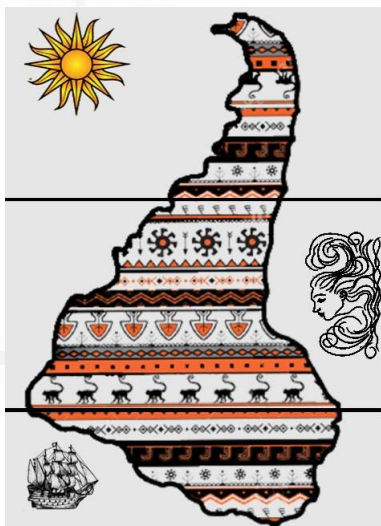
MARTINS, R. M. ; LIMA, C. M. Por que o Programa Minha Casa Minha vida não resolveu o déficit habitacional?": Reflexões sobre a questão da habitação no Brasil. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social, 2018, Vitória - ES. **Anais do XVI ENPESS**, 2018.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Pedagogia Urbana: A Possibilidade de uma Outra Discussão Urbana no Ensino de Geografia

Osmar Fabiano de Souza Filho
Universidade Estadual de Londrina - UEL
osmar.fabiano980@uel.br

Introdução

Este trabalho se coloca enquanto uma breve discussão teórica acerca da temática urbana e cidadina no ensino de Geografia. A proposta se justifica pela importância que tem as reflexões acerca do urbano e a cidade no conhecimento geográfico escolar, mas, que por regra, e pelo próprio paradigma da escola moderna, são abordados de maneira superficial e não problematizadora.

Apesar da reconhecida transformação paradigmática vivenciada pela Geografia, enquanto ciência, desde a sua sistematização na modernidade, têm-se por base que o seu ensino não acompanhou este processo de mudança (CASTELLAR & VILHENA, 2010). Neste contexto, a Geografia escolar, ainda hoje, acaba por se apresentar na forma de uma disciplina que não interage com os estudantes e nem problematiza temas presentes em suas relações sociais e espaciais

Com base nesta discussão, o objetivo deste trabalho é apresentar reflexões que contribuam para professores/as, estudantes, de Geografia a problematizarem, com uma outra perspectiva, no ensino escolar, temáticas que envolvem os problemas urbanos e citadinos. Ressalta-se a possibilidade deste novo modelo, com a incorporação de Pedagogia Urbana no ensino de Geografia frente a essas temáticas.

Neste sentido, a proposta ambiciona levantar como alternativa prática, o uso pelo ensino de Geografia, da Pedagogia Urbana, uma vez que, com ela torna-se possível promover discussões e construir um conhecimento geográfico sobre a cidade, visando a cidadania, o direito à cidade e uma maior autonomia.

A Problemática Urbana e o Ensino de Geografia: Reflexões e Análises

O planejamento do espaço é existente desde os tempos mais remotos da humanidade. O aferimento de significado ao espaço fez com que os homens se humanizassem, também, com este processo (SOUZA, 2006).

Com o surgimento da estrutura social da Modernidade no século XVI, o espaço passa a ter outros significados para o conjunto da sociedade, sobretudo europeia, mas que pelo colonialismo existente, tornou-se dominante. Se antes a dinâmica espacial era influenciada por fatores subjetivos, da dinâmica de diferentes povos com relação ao espaço, a racionalidade trazida pela modernidade preconizava o uso do espaço para melhor realização do capital (HARVEY, 2014).

Desta forma, o aparato social que estrutura essa modernidade acaba por influenciar diretamente as concepções dos seres, assim, suas concepções de tempo e de espaço passam a ser racionalizadas conforme os ditames propagados pela estrutura moderna. A sociedade passa a viver dentro desta lógica (HARVEY, 1992).

Vale ressaltar que a racionalização do espaço não se deu de maneira homogênea. Porém, pode-se distinguir que o planejamento urbano e do espaço na modernidade, é influenciado algumas ideias dominantes visando a dominação do espaço, a saber: higienização dos espaços; e infraestruturação do mesmo para acelerar o processo de circulação do capital (SOUZA, 2006).

Os exemplos mais contundentes de serem usados para ilustrar o processo de higienização do espaço se deu em Roma e em Londres, apesar de épocas diferentes, como também é possível aproximar esta discussão de cidades brasileiras como Rio de Janeiro e Brasília, além de infraestruturação visando beneficiar o sistema capitalista (SOUZA, 2006). Resguardadas as devidas proporções, estas cidades foram alvo de ações que visavam retirar do campo de visão, a podridão produzida pela desigualdade existentes, agravado por um olhar, também, racista, nos casos brasileiros, onde, sobretudo a população negra, era/é aquela excluída e retirada dos espaços que se tornaram importantes para o capital.

Esta racionalização do espaço, ratifica a afirmação de Harvey (2014), que a urbanização um fenômeno de classe. Deve ser lembrado que Engels (2015), anteriormente, já problematiza que a população acompanha o capital, isso justificava as aglomerações humanas em determinados espaços urbanos. Assim, o controle deste processo e a produção do espaço deste fenômeno, tinha/tem como classe dominante os detentores do capital e que nega ao conjunto da sociedade o direito à cidade, este entendido como o direito de cada ser humano em fazer a sua cidade conforme sua vontade (HARVEY, 2014).

Com todo este cenário em vista, torna-se possível refletir, por meio do ensino de Geografia, acerca das problemáticas vivenciadas nas cidades, seja brasileira ou não, deste fenômeno da urbanização promovida pela estrutura moderna, que formou grandes cidades hipertrofiadas, com um alto índice de desigualdade social e concentração de riqueza, e que é acometida com variados problemas de segregação espacial, falta de mobilidade e principalmente falta

Pedagogia Urbana: A Possibilidade de uma Outra Discussão Urbana no Ensino de Geografia

do direito à cidade.

O ensino de Geografia, em que o urbano e a cidade, são temáticas presentes no seu processo educativo, possuem o potencial para abordar as dinâmicas socioespaciais, que afetam, o cotidiano dos estudantes. Todavia, problematizações não são feitas na Geografia escolar, e por dois fatores: a racionalização do ensino de geografia e o material didático inadequado à essas problematizações (CASTELLAR & VILHENA, 2010).

Constituída enquanto ciência, com a modernidade, a Geografia constitui-se como ramo do conhecimento sob as vestes do racionalismo científico e das ciências parcelares. Apesar de ter-se transformado paradigmaticamente ao longo dos anos, com o surgimento da fenomenologia, o marxismo, o neopositivismo e até uma geografia que discute questões de uma autoproclamada “pós-modernidade”, o ensino da ciência geográfica não acompanhou este processo de transformação (CASTELLAR & VILHENA, 2010).

Infelizmente as praticadas sobretudo por professores/as em sala de aula, por regra, deixam a concepção dominante no ensino de Geografia ainda pautada no racionalismo científico. Nesta concepção de educação conteúdos importantes, como a problemática urbana, ficam restritos a um discurso descritivo, com preocupação voltada em descrever à explicar; inventariar à analisar; ler à interpretar (CASTELLAR & VILHENA, 2010).

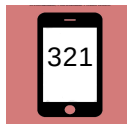
Por outro lado, o material didático dentro de sala de aula não colabora para uma mudança nem para cumprir a função social da Geografia Escolar (CAVALCANTI, 2010). Sendo parte também de uma instituição da modernidade, a escola, os materiais didáticos são formulados, muitas das vezes, sem trazer a problematização de temáticas e conteúdos presentes no cotidiano dos estudantes. Por regra, os livros didáticos trazem consigo conteúdos acessórios, que mesmo importantes e possuindo seu valor, não problematizam e não promovem reflexões que são fundamentais para o processo de formação do conhecimento e da cidadania (CAVALCANTI, 2010).

Dentro desta lógica, que serve aos interesses do capital e da manutenção do status quo, surge a urgência do ensino de Geografia problematizar estas questões, referentes a discussão urbana, por um outro viés, uma vez que essas reflexões podem contribuir para o desenvolvimento de uma noção de espacialidade, imperativo da Geografia escolar (CAVALCANTI, 2010).

Porém como fazê-lo? Qual pode ser a base para uma nova maneira de problematizar e trabalhar questões referentes à temática urbana no ensino de Geografia? A Pedagogia Urbana pode oferecer os recursos básicos para promoção pelo ensino de Geografia da construção de um senso crítico dos estudantes acerca do direito à cidade e da cidade.

Pedagogia Urbana e Ensino de Geografia: Uma outra Perspectiva para a Questão Urbana

Com discussões iniciadas por volta dos anos 1970, e muito influenciada pelos eventos de maio de 1968 onde a modernidade, suas instituições e o capitalismo, foram fortemente criticados, a pedagogia urbana surge no caldo



Pedagogia Urbana: A Possibilidade de uma Outra Discussão Urbana no Ensino de Geografia

deste momento histórico que problematiza as relações desiguais de poder (DE MEDEIROS NETA, 2010).

Possuindo base na crítica à modernidade, a pedagogia urbana busca problematizar a concepção de que, apesar de muito importante, não cabe apenas à instituição escola o processo de educação. Este processo educativo deve ser dar em conjunto com diferentes instituições e por meio delas, sendo uma destas a cidade (DE MEDEIROS NETA, 2010).

Pelo fato de os estudantes vivenciarem seu dia a dia e cotidiano na cidade, ou num ambiente urbano-industrial que hoje se apresenta, a cidade possui um papel educativo fundamental na construção da cidadania e dos processos de educativo (DE MEDEIROS NETA, 2010).

Neste sentido, problematizar criticamente estas relações sociais vivenciadas pelos/as estudantes possibilita a promoção de uma problemática urbana, no ensino de geografia, com um viés mais crítico, onde as pretensões sejam voltadas em explicar à descrever; analisar à inventariar; interpreta à apenas ler.

Refletir e problematizar temáticas, como as desigualdades socioespaciais, desigualdade de renda, a racionalização do espaço, e as relações de classe, leia-se de poder, que ajudam a formar, e estruturam, a configuração espacial do urbano que se apresenta, pode ser feita com outro viés se praticado com o auxílio da Pedagogia Urbana, prezando pelo desenvolvimento crítico e autônomo do cidadão (SOUZA, 2006). Neste sentido, por meio da aliança desta ao ensino de Geografia abre-se a possibilidade de romper com o estado de heteronomia, tão presente na modernidade, e fundar uma contracorrente de formação de uma cidadania autônoma que lute pelo direito à cidade (SOUZA, 2006).

Com isso em vista, cabe à Geografia, e seus professores, aliarem-se a Pedagogia Urbana para desenvolver materiais didáticos, e uma outra configuração de discutir as relações urbanísticas e cidadinas, que no conjunto promovam problematizações e seja um processo de construção do conhecimento de forma mais plural, dialogada, experienciada, e vivida na realidade urbana dos/as estudantes.

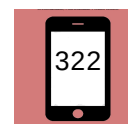
Referências

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **Anais do I seminário nacional: currículo em movimento–Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, p. 1-13, 2010.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia**. Cengage Learning, 2010.

DE MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. É possível uma pedagogia da cidade?. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 10, n. 40, p. 212-221, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Boitempo Editorial, 2015.

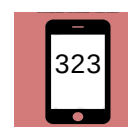


Pedagogia Urbana: A Possibilidade de uma Outra Discussão
Urbana no Ensino de Geografia

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: O Direito à Cidade e à Revolução Urbana**; tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins, 2014.

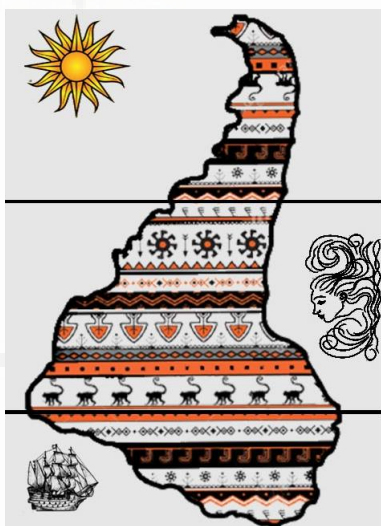
SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da redemocratização do planejamento urbano e da gestão das cidades** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



E se o Norte Fosse o Sul? Análise e Propostas sobre a Cartografia no Ensino de Geografia

Odir Taborda Correia Junior
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
odir.tcj@gmail.com

Leticia Wichinieski
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC RS
leticia.wichinieski@hotmail.com

Introdução

A ciência geográfica, a fim de registrar com precisão as informações constituídas na superfície da terra, faz uso de instrumentos e técnicas cartográficas como, por exemplo, os mapas. Assim, a cartografia pode ser compreendida “como a representação geométrica simplificada da superfície terrestre, esboçada através de mapas, cartas ou plantas” (IBGE, 2004, p.12).

Normalmente o mapa é considerado o signo do ensino de Geografia que, juntamente com a cartografia, formam campos do saber imprescindíveis para o ensino. No entanto, Batista et al. (2016), questiona a real efetividade do uso desse recurso, alegando que o uso inadequado da cartografia acaba não contribuindo para a efetivação da aprendizagem. A intenção deste estudo é propor o questionamento acerca dos mapas tradicionalmente eurocêntricos utilizados em determinados materiais didáticos, discutindo a importância da desconstrução do imaginário de superioridade dos países considerados desenvolvidos e propondo possibilidades metodológicas para a superação desse discurso em sala de aula.

Desenvolvimento

Quando recordamos o mapa mundi em nosso imaginário, é bem provável que a primeira imagem que se sobressaia seja aquela tradicional, que começa a surgir após as Grandes Navegações do século XV, na qual a Europa se encontra no meio do mundo, o Brasil está ao Sul, Estados Unidos ao Norte e o Oceano Atlântico centralizado no globo. É comum que essa seja a imagem padrão projetada, afinal, tais projeções se encontram em quase todas as representações presentes nos livros didáticos e produções cartográficas tradicionais. No entanto, um estudo cartográfico de maior abrangência e complexidade, apresenta a noção de que o mapa é repleto de intencionalidades, já que se trata de uma produção humana. Assim afirma Mônica Balestrin Nunes:

Os mapas podem conter imprecisões intencionais ou inconscientes, omitir informações (o silêncio dos mapas) e ainda definir hierarquias segundo um objetivo prévio. As distorções intencionais dos mapas geralmente servem à propaganda política e ideológica, impostas pelo governo ou por interesses particulares. O “silêncio” dos mapas consiste na omissão de determinadas informações com a finalidade de ressaltar outras características mais importantes do território. Por fim, a hierarquia pode ser utilizada como forma de atrair a atenção para pontos específicos (NUNES, 2016, p. 99).

Ao analisar a fala de Nunes, se torna evidente que os mapas possuem uma intencionalidade, que muitas vezes se expressa em erros e inconsistências cartográficas. Para exemplificar essa afirmativa, o mapa de Mercator (1587), produzido no auge das Grandes Navegações (IBGE, 2004), representa as massas territoriais do Norte em proporções muito maiores que as do Sul, ressaltando uma hierarquia intrínseca.

Figura 1. Projeção de Mercator



Fonte: IBGE, Atlas Geográfico.

E se o Norte Fosse o Sul? Análise e Propostas sobre a Cartografia no Ensino de Geografia

O mapa de Mercator, ainda ressalta outra característica, a prevalência de um mapa colonizado, no qual a Europa se encontra ao centro mundo, privilegiando assim uma visão e localização para dominação de outras regiões. Visto que durante a expansão marítima europeia, esse continente buscou ampliar seus domínios e, portanto, consolidar seu poder sobre outros povos, legando, sobretudo às futuras nações do hemisfério sul, todas as mazelas políticas, econômicas e sociais (GALEANO, 1971). Apesar das representações atuais não se utilizarem das distorções territoriais entre Norte e Sul propostas por Mercator, houve poucas mudanças significativas nas representações cartográficas.

As cartas utilizadas atualmente, como observado, são fruto de uma visão eurocêntrica do globo, o que significa que ela não é a única representação cartográfica da superfície terrestre. Desde os primórdios da humanidade os mapas são desenvolvidos a fim de representar a vida humana na superfície terrestre. Esse conjunto de técnicas se acentuou após o século XV, dessa forma inúmeros locais produziram seus próprios mapas, a exemplo do Japão, que em suas representações cartográficas se colocava no centro do globo.

Figura 2. Mapa geral do mundo, 1671, Japão



Fonte: Biblioteca Digital Mundial.

Igualmente problemática, a convenção Norte e sul pode gerar um grande debate, sobretudo quando se pensa na configuração do planisfério atual. Significa dizer que, ao considerarmos a lógica Norte e Sul como uma convenção criada por seres humanos, é possível considerar que se trata de uma criação permeada de intencionalidade política, ideológica, econômica e social. Tais motivações ideológicas legitimam as ações impostas pelo velho continente ao restante do globo, sobretudo aos povos “de baixo”.

Sobre estas breves análises, destaca-se a necessidade de questionamento das cartas, assim como um esforço para desconstruir a característica passiva dos mapas, para que seja possível entender as suas intencionalidades. Logo, esta discussão se mostra de extrema importância em sala de aula, já que, como afirmam os geógrafos Denis Richter, Fátima Marin e Mônica Decanini:

E se o Norte Fosse o Sul? Análise e Propostas sobre a Cartografia no Ensino de Geografia

A formação escolar dos indivíduos deve estar embasada na transmissão de saberes que contribua na construção de uma reflexão crítica e, principalmente, transformadora. De nada adianta participarmos da escola se essa instituição não fornece os elementos indispensáveis para que os alunos possam compreender o meio em que vivem, correlacionar os fatos e os fenômenos que interferem nas estruturas sócio-econômico-culturais, e construir bases para forjar a transformação (RICHTER. *et al*, 2010, p.164).

Assim uma Geografia crítica se faz necessária em sala de aula, ainda mais quando se leva em consideração que a cartografia pode ser utilizada como instrumento de poder e que a maioria dos planisférios utilizados nas escolas e nos livros didáticos, possuem essa configuração colonizadora (NUNES, 2016).

Sugestões de Atividades

Buscando realizar uma leitura crítica da cartografia, contrapondo a utilização apenas de cartas eurocêntricas, a seguir serão dispostas duas propostas de atividades, que visam a implementação de uma cartografia crítica em sala de aula, podendo ser adaptada com graus de complexidade dependendo da turma e níveis de escolaridade.

Análise crítica do mapa de Mercator:

Nesta atividade é indicado fornecer aos estudantes uma projeção de Mercator, um mapa mundi atualizado com proporções de extensão territorial mais próximas ao real e uma tabela contendo os quinze países com maior extensão territorial. Conduzindo uma análise crítica com a turma, o educador poderá despertar debates sobre qual mapa melhor representa a tabela, quais são as intencionalidades dos mapas, porque a Europa está no centro e por qual motivo o Norte está em destaque.

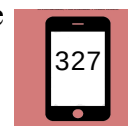
Análise de mapas do período moderno:

Durante esta proposta, o educador poderá mostrar diversos mapas produzidos durante o período moderno, como o mapa da figura 2, dentre muitos outros que estão disponíveis na Biblioteca Digital Mundial (<https://www.wdl.org/pt/>). Levantando questionamentos como: será que a Europa estaria representada “no centro” do mapa se a história de expansão e consequente dominação que conhecemos fosse outra? Se os povos indígenas latino-americanos impusessem seu poder sobre o velho mundo, a América Latina estaria no hemisfério sul?

Tais atividades e questões são apenas algumas propostas para se refletir junto aos estudantes, sobre as relações de poder da História que podem se manifestar na Cartografia e serem, por sua vez, analisadas pela Geografia.

Considerações Finais

De modo geral, a interpretação passiva dos modelos cartográficos criados no auge da expansão marítima europeia no século XVI, bem como das atualizações à esses modelos que surgiram posteriormente, faz com que



E se o Norte Fosse o Sul? Análise e Propostas sobre a Cartografia no Ensino de Geografia

tenhamos a falsa sensação de que tais representações da terra são livres de erros, distorções e intencionalidades, isto é, normalmente não se compreende o mapa como uma construção política ou como mecanismo de poder. Metodologicamente, em sala de aula, o ensino da Geografia está diretamente relacionado aos mapas. Portanto, compreendendo que a carta possui caráter subjetivo, é possível, com base em uma análise criteriosa, ler o mapa de modo a compreender sua subjetividade, exercitando com os estudantes leituras que extrapolam as convenções impostas pelo hemisfério norte.

Referências

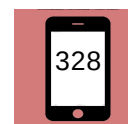
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas Geográfico Escolar**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

BATISTA, Natália Lampert; PIRES Viviane Regina; FERNANDES, Nadinne da Silva; [et al]. O Esporte orientação como possibilidade pedagógica no município de Quevedos, RS. OBSERVATORIUM: **Revista Eletrônica de Geografia**, v.7, n.20, p. 110-118, nov/2016.

NUNES, Mônica Balestrin. Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 65, p. 96-119, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rieb/n65/2316-901X-rieb-65-00096.pdf>>.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

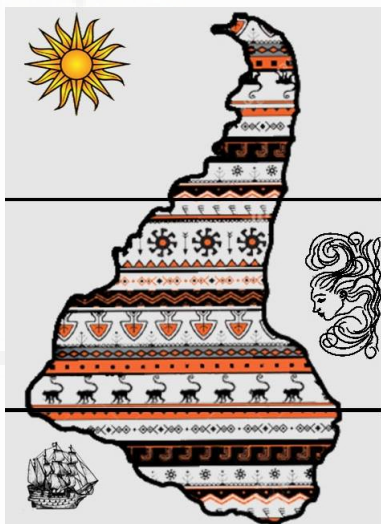
RICHTER, Denis. et al. Ensino de Geografia, Espaço e Linguagem Cartográfica. In: **Mercator** - volume 9, número 20, 2010: set./dez. 2010, p.163 - 178). Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/469>>.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Estratégias de Ensino: O teatro nas aulas de Geografia do 2º ano do Ensino Médio integrado ao Técnico do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

Sueley Luana da Silva Inácio
Universidade Federal de Goiás - UFG
sueley_luana@hotmail.com

Thatiany Santos de Santana
Universidade Estadual de Goiás - UEG
thatiany.santana321@gmail.com

Francyelly Alves Nunes Farias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IFGoiano
francyelly.nunes@gmail.com

Luana Leles de Amorim Silva Silva
Universidade Federal de Goiás - UFG
luanaleles25@gmail.com

Adma Viana Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IFGoiano
adelu.2010@gmail.com

Introdução

A presente discussão vem demonstrar como a peça teatral, enquanto uma estratégia pedagógica contribui para o processo de ensino e aprendizagem.

Destaca-se que esse artigo é produto de reflexões sobre o Projeto de Ensino desenvolvido no ano de 2019, nas aulas de Geografia, com os(as) alunos(as) do 2º ano do Ensino Médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Biotecnologia e Informática do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí.

Diante da falta de interesse e o pouco desenvolvimento que os alunos vêm

demonstrando pelos conteúdos ministrados na disciplina de Geografia, utilizamos o teatro como estratégia de ensino. Sobre o teatro, Koudela (1992, p.45) afirma que: “A criatividade dramática auxilia o pensamento criativo e desenvolvimento social”.

Diante disso, os jogos teatrais permitem resultados significativos para o entendimento e apreensão dos conteúdos da disciplina de Geografia.

Precisamos superar o ensino pedagógico tradicional pautado em aulas expositivas as quais se utiliza somente o livro didático, quadro e giz, adotando formas alternativas e criativas, levando em consideração a realidade da comunidade local.

De acordo com Libânio (2001, p.115): “As escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade”.

Assim, a escola e os(as) educadores(as) tem que estar abertos ao acolhimento de novas estratégias. É preciso considerar que o processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar se constrói através do desenvolvimento de habilidades e competências dos(as) educandos(as). Sobre isso, Garcia (2005, p.03) destaca que: “É preciso que a escola inclua entre as suas responsabilidades a de ensinar a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, e fazer diagnósticos”.

As competências pressupõem operações mentais, capacidades para usar as habilidades, que se constituem num conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões. Assim, os conteúdos geográficos, oferecem uma seleção de saberes e habilidades que auxiliam no desenvolvimento dos(as) educandos(as).

Desta feita, utilizou-se o teatro como estratégia de ensino dos conteúdos de Geografia e a interdisciplinaridade entre várias disciplinas para promover habilidades e competências reflexivas entre os alunos e professores no ambiente escolar.

No desenvolvimento das peças teatrais, além da participação ativa dos(as) alunos(as) e da comunidade escolar, muitos pais, mães e responsáveis foram prestigiar e incentivar o teatro, surgindo muitos comentários e elogios que acentuaram a relevância de novas estratégias de ensino fora e dentro da sala de aula, sempre almejando a aprendizagem dos(as) educandos(as).

Cabe salientar, que todos os objetivos propostos no Projeto foram alcançados, desse modo, destacamos os mesmos: Objetivo geral: proporcionar um ensino-aprendizagem satisfatório e prazeroso dos conteúdos da disciplina de Geografia.

Objetivos específicos: cultivar a reflexão do pensamento e a sensibilidade artística nas aulas de Geografia; repensar as práticas teóricas metodológicas aplicadas no ensino da Geografia na sala de aula; explorar o teatro como estratégia de ensino; demonstrar a importância do ensino da Geografia para a sociedade.

Os resultados foram significativos, tanto para os discentes quanto para os docentes envolvidos. Desse modo, almejamos a disseminação dos resultados obtidos no desenvolvimento do Projeto de Ensino, através desse artigo, na perspectiva de contribuir para o debate, junto ao ambiente escolar e a sociedade, sobre o teatro como estratégia de ensino nas aulas Geografia.

Estratégias de Ensino: O teatro nas aulas de Geografia do 2º ano do Ensino Médio integrado ao Técnico do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

Afinal, a escola é o lócus da produção do conhecimento, e não um aglomerado de vários conteúdos sem significados, visto que sua finalidade é a formação integral do ser humano, capaz de refletir do que está posto e imposto pela sociedade.

Desenvolvimento

Para o desenvolvimento desse projeto contamos com a parceria de vários discentes, técnicos administrativos e professores das áreas de Geografia, Português, Artes, Inglês, Física, Filosofia e Matemática do IFGoiano, Campus Urutaí.

A partir de quatro aulas expositivas e dialógicas de Geografia sobre os conteúdos: Urbanização, industrialização, metrópoles, conurbação, cidades globais, megalópoles, mega cidades e agricultura no mundo e no Brasil, os alunos desenvolveram uma peça teatral retratando tais temáticas estudadas em sala.

As peças foram baseadas na “Escolinha do Professor Raimundo”, protagonizada por atores brasileiros, sendo um programa criado e apresentado pela Rede Globo de Televisão. As apresentações foram definidas mediante sorteio e foi divulgado pelas mídias sociais, ocorrendo no dia no dia 14/11/2019.

Conforme Koudela (1992, p.45): “O jogo teatral na educação é importante forma de aprendizagem cognitiva, afetiva e psicomotora”. Assim, o teatro enquanto uma estratégia de ensino pode nos proporcionar resultados significativos, no entendimento de alguns conteúdos das disciplinas escolares, entre elas, a Geografia.

Observamos que o teatro a partir da dramatização pode facilitar a compressão e apropriação de alguns conteúdos geográficos de forma criativa e participativa.

Sobre a pedagogia teatral, Moraes (2011, p.45) afirma que o teatro possibilita: “Trabalho do aluno com seu próprio corpo, com sua imaginação e emoções”.

Em consonância com o autor, o teatro no ambiente escolar pode cultivar a reflexão do pensamento, atitudes e a sensibilidade artística, contribuindo para um melhor desempenho e desenvolvimento das habilidades dos discentes.

Ao desenvolver uma pesquisa sobre, teatralizando o ensino de Geografia, Soares (2013, p.66) destaca que: “O teatro surge como um aliado na busca por olhares diferentes sobre a realidade. Propõe uma abertura para a espontaneidade”.

Nesse viés de discussão, no que tange aos resultados obtidos no desenvolvimento do Projeto, podemos afirmar que ao produzir os roteiros, os alunos tiveram inicialmente contato com o conteúdo ministrado em sala, absorvendo os termos essenciais, aplicando suas práticas no desenvolvimento da produção teatral.

Reconhecemos que durante os ensaios os alunos cultivaram a reflexão do pensamento, atitudes, as habilidades artísticas e científicas, contribuindo para um melhor desempenho e desenvolvimento pessoal e intelectual.

A respeito da Geografia no ambiente escolar, Pontuschka (2007, p.38)

Estratégias de Ensino: O teatro nas aulas de Geografia do 2º ano do Ensino Médio integrado ao Técnico do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

contribui dizendo que: “A Geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que os alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social”.

Nesta perspectiva, devemos levar em consideração a grande importância do ensino da Geografia para a sociedade. Sobre isso, Cavalcanti (2008, p.97) relata que é “necessário tomar posições sobre as finalidades sociais da Geografia numa determinada proposta de trabalho”.

Após tal explanação, queremos demonstrar através dessa discussão a contribuição da peça teatral no ensino da Geografia. No entanto, o professor tem que saber explorar o teatro como estratégia de ensino, não somente utilizá-lo para demonstração de determinados conteúdos, mas sim como incentivo à interação, análise e a criticidade dos alunos sobre o tema exposto, que será demonstrado na apresentação da peça teatral.

Considerações Finais

A presente discussão vem incentivar o teatro na escola, demonstrar o potencial da disciplina de Geografia no ambiente escolar e a importância de buscar novas estratégias pedagógicas que vislumbre um processo de ensino-aprendizagem satisfatório. A utilização do teatro como estratégia de ensino na disciplina de Geografia possibilitou um trabalho coletivo e democrático. Muitos discentes que outrora demonstravam certa apatia e indiferença aos conteúdos de Geografia participaram na produção dos roteiros das peças teatrais, como também, desempenharam papéis.

Os(as) alunos(as) participativos e também os apáticos ao longo do processo conseguiram protagonizar de forma autônoma e criativa a produção do conhecimento, desenvolvendo capacidades e aptidões não apreendidas em aulas anteriores que possuíam como base o ensino tradicional, pautados no livro didáticos, quadro e giz.

Desta feita, o teatro nas aulas de Geografia do 2º ano do Ensino Médio, como estratégia didática e pedagógica possibilita um ensino satisfatório e prazeroso, tendo em mente que o ensino de Geografia para crianças e adolescentes deve pautar-se no despertar do raciocínio, senso crítico e criatividade.

Referências

CAVALCANTI, Lana de Souza. Formação inicial e continuada em Geografia: trabalho pedagógico, metodologias e (re) construção. In: ZANATTA, Beatriz Aparecida. SOUZA, Vanilton Camilo de. (org). **Formação de Professores: reflexão do atual cenário sobre o ensino de geografia**. Goiânia: NEPEG, 2008, p.43-63.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Competências e Habilidades: Você sabe lidar com isso?** Educação e Ciência On-line, Brasília; Ed. 2005. Disponível em:

http://miniweb.com.br/Atualidade/entrevistas/Profa_Lenise/competencias.pdf, acesso em 01/10/2019.

Estratégias de Ensino: O teatro nas aulas de Geografia do 2º ano do Ensino Médio integrado ao Técnico do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí

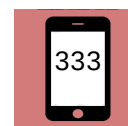
LIB NEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: Teoria e pratica. Goiânia. Editora Nacional, 2001.

MORAES, D.R de. **Teatro na escola da lei à vida**. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João Del Rei) Minas Gerais, 201.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.. NÚRIA, H. C. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2007.

KOUDELA, Ingrid D. **Jogos teatrais**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

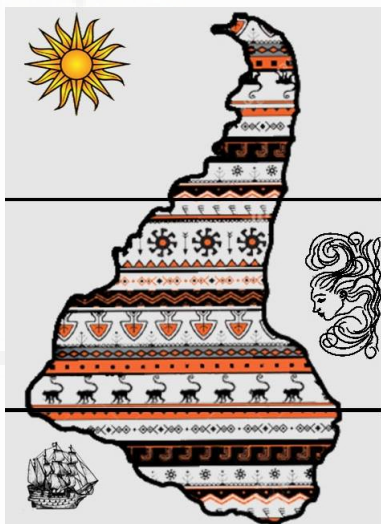
SOARES, Liana Macabu de Sousa. Teatralizando o Ensino de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 3, n. 5, p. 57-81, jan./jun., 2013.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Lúdico como Recurso Pedagógico na Disciplina de Geografia na Primeira Fase do Ensino Fundamental

Sueley Luana da Silva Inácio
Universidade Federal de Goiás - UFG
sueley_luana@hotmail.com

Thatiany Santos de Santana
Universidade Estadual de Goiás - UEG
thatiany.santana321@gmail.com

Introdução

A Pedagogia é uma Ciência ampla que engloba várias disciplinas que vem sofrendo modificações culturais, sociais e econômicas com o meio técnico científico informacional¹, afetando o ensino aprendizagem dos discentes. A falta de recursos didáticos inovadores acaba por produzir aulas pautadas no método tradicional de ensino utilizando-se apenas os livros didáticos, quadro e giz, tornando os conteúdos de algumas disciplinas desinteressantes como é o caso da disciplina de Geografia. Ao analisar o Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Geografia da primeira fase do ensino fundamental nota-se que a disciplina deve abordar principalmente questões relativas à relação sociedade X natureza, os grupos sociais e as paisagens existentes no espaço geográfico, aguçando a criticidade dos(as) educandos(as).

Diante disso, podemos compreender a responsabilidade do docente de geografia necessitando estar sempre bem atualizado trazendo o dinamismo as suas aulas com metodologias que visem melhor compreensão dos discentes, e um dos recursos pedagógicos de fácil acesso que podem promover aulas dinâmicas, motivando os discentes a produzir conhecimento é o lúdico. Pensando nisso, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar como o lúdico pode auxiliar no ensino aprendizagem facilitando o entendimento de Geografia no ensino fundamental visto que é nesta fase que os discentes estão aguçando a vontade de apreender. Sendo assim, a discussão a seguir é

O Lúdico como Recurso Pedagógico na Disciplina de Geografia na Primeira Fase do Ensino Fundamental

fruto de revisões bibliográficas sobre o ensino de geografia e o lúdico como recurso pedagógico, tendo como base: Callai (2005), Libâneo (2001), Piaget (1975), Vygotski (1984), dentre outros.

Desenvolvimento

Baseado na revisão bibliográfica, o presente trabalho procura promover uma reflexão acerca do seguinte questionamento: Como propor aulas que despertem a atenção dos discentes quando o docente tem meramente um livro didático, em que seus conteúdos não levam em consideração a realidade dos educandos? Diante da situação que a maioria das escolas brasileiras vivencia no seu dia a dia, reconhecemos que entre os recursos pedagógicos de fácil acesso que facilita o discente construir seu próprio conhecimento, passando ter papel ativo no processo ensino aprendizagem estão as atividades lúdicas.

Segundo Borba (2018)

Existem inúmeras possibilidades de incorporar a ludicidade na aprendizagem, mas para uma atividade pedagógica seja lúdica é importante que permita a fruição, a decisão, a escolha, as descobertas, as perguntas e as soluções por parte das crianças e adolescentes, do contrário, será compreendida apenas como mais um exercício. (BORBA, 2018, p.43).

Por meio do mesmo entendimento, Piaget (1975) na obra, “A representação do mundo na criança” contribui dizendo que a ludicidade como uma ferramenta pedagógica exerce uma função fundamental para o desenvolvimento da criatividade, iniciativa e autonomia, como também para a apropriação dos diversos saberes produzidos historicamente pela humanidade. Por esses relatos, educar a partir do lúdico é substituir a rigidez pelo entusiasmo de apreender. É fazer da escola um local de alegria, prazer, satisfação e desenvolvimento intelectual, motivando docentes e discentes. O lúdico é uma proposta pedagógica de grande importância para a aprendizagem, quando conciliado de forma coerente aos conteúdos ministrados. Entre as atividades lúdicas contribuintes para o ensino aprendizagem no ambiente escolar estão as brincadeiras. De acordo com Vygotsky (1984)

A brincadeira cria para as crianças uma “zona de desenvolvimento proximal” que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinando através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz. (VYGOTSKY, 1984, p. 97).

O brincar é uma das atividades lúdicas que favorecem a superação do egocentrismo e beneficia a autoconfiança, colaborando para a essência dos

1 De acordo com SANTOS (1994, p. 21): O meio técnico científico informacional se trata do momento em que, “a Ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidianos” dos seres humanos, facilitando a informação, interação e comunicação entre as pessoas a partir dos avanços tecnológicos.

O Lúdico como Recurso Pedagógico na Disciplina de Geografia na Primeira Fase do Ensino Fundamental

adultos, na perspectiva de convivência entre diversos grupos sociais. Considerando a realidade da disciplina de Geografia, compreendemos que uma discussão sobre o lúdico como recurso pedagógico nesta disciplina na primeira fase do ensino fundamental é necessária, diante do pouco desenvolvimento e pouco interesse que os discentes vêm apresentando pelos conteúdos geográficos. Neste viés, faz-se necessário reconhecer as competências da disciplina de Geografia que são contempladas pelas perspectivas de representação e comunicação; investigação e compreensão e contextualização sociocultural. Assim sendo, o Ministério da Educação (MEC) e o PCN aponta o papel da disciplina de geografia no ambiente escolar:

O documento de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos alunos, do ensino fundamental, de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. (MEC, 1998).

Ao analisar o PCN do ensino fundamental, a disciplina de Geografia é uma disciplina que exige dos(as) alunos(as) criatividade e capacidade de raciocínio sobre os problemas existentes no espaço geográfico que perpassa a relação Sociedade X Natureza. O lúdico tem a finalidade promover aulas descontraídas e participação de todos, propondo uma ligação dos conteúdos ministrados com a realidade dos discentes.

A seguir algumas atividades lúdicas no ensino de geografia e como elas podem contribuir com o processo de ensino – aprendizagem: jogos de pergunta e resposta: utilizados para ensinar e planejar estratégias diversas sobre o espaço urbano e rural; montagem de quebra cabeças de mapas de países, estados e municípios: conduz a aprendizagem; construção de maquetes e globos terrestres: criam situações adversas que fazem os(as) educandos(as) auto avaliar seu conhecimento, levando entendimento de alguns conceitos geográficos os quais os mesmos desconhecem; produção de desenhos: demonstra a percepção que os discentes tem de determinadas paisagens seja local ou global e a utilização de músicas: levam a compreensão de alguns problemas ambientais e sociais, estimulando a observação dos(as) alunos(as) a partir da letra musical.

A partir disto é importante que o educador planeje estratégias para que os discentes, através de aulas que possam visualizar a essência por trás da aparência dos fatos expostos. Em relação os procedimentos e as metodologias utilizadas em sala, Libâneo (2003) diz que:

Os professores preparados que tem clareza de seus objetivos e conteúdos, que focam planos de aula, que conseguem ativar os alunos, que utilizam metodologia e procedimentos adequados a matéria e as condições de aprendizagem dos alunos, que fazem avaliação com clareza, e prestam muita atenção nas dificuldades de cada aluno, é um educador de sucesso. (LIB NEO, 2003, p.302)

É preciso que os discentes possam compreender esta realidade na qual estão inseridos. De acordo com CALLAI (2005), a leitura de mundo é essencial a todos que vivem em sociedade, uma vez que podemos exercitar a cidadania

O Lúdico como Recurso Pedagógico na Disciplina de Geografia na Primeira Fase do Ensino Fundamental

através deste vislumbre de mundo. Ler o mundo é conseguir compreender o que está exposto no nosso cotidiano é desvendar a verdadeira realidade de determinadas paisagens que são produzidas a partir do econômico, cultural e político, esta leitura de mundo proporciona a identificação de algumas tradições e valores que une as pessoas.

A geografia enquanto disciplina escolar no ensino fundamental tem múltiplos objetos de estudo e, portanto, necessita de recursos pedagógicos de fácil acesso para ajudar na compreensão de alguns conteúdos. Neste contexto, podemos notar que as atividades lúdicas utilizadas como recurso pedagógico proporcionam aulas de Geografia mais dinâmicas motivando discentes a compreender de forma criativa e agradável, além de ser um recurso de fácil acesso aos educadores.

Considerações Finais

Devemos levar em consideração a grande importância do ensino da Geografia na primeira fase do ensino fundamental, uma vez que seus conteúdos podem contribuir para o desenvolvimento do senso crítico do discente, auxiliando-o na descoberta do espaço em que vive. No entanto, há uma preocupação em relação a forma como vem sendo trabalhados os conteúdos da disciplina de Geografia em sala de aula, sendo que a falta de um elo entre conteúdos e a realidade dos discentes tem causado desinteresse aos discentes. Percebe-se que uma das principais funções e desafios dos educadores na atualidade é, que a aprendizagem seja conquistada de forma prazerosa, instigando o discente a apreender a cada dia mais. Todavia, sabemos que tal prática é praticamente utópica diante das dificuldades estruturais, políticas e financeiras das escolas, que nem sempre dispõem de recursos tecnológicos que chama a atenção do discente.

Para tanto há recursos pedagógicos de fácil acesso, entre os quais destacamos as lúdicas, que auxiliam em diversas situações em sala de aula. Destarte, é necessário que os docentes estejam engajados e dispostos a adotar atitudes diferenciada em sala de aula, abstendo-se do tradicionalismo pedagógico. Portanto, é preciso considerar e compreender que as atividades lúdicas favorecem o pleno desenvolvimento das potencialidades e habilidades das crianças e adolescentes nas aulas de Geografia na primeira fase do ensino fundamental.

Referências

BORBA, Ângela Meyer. **O Brincar como um modo de ser e estar no mundo**. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/borba-%C3%A2ngela-m-o-brincar-como-um-modo-de-ser-e-estar-no-mundo/0>, acesso em 12/03/2018.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais: Ensino de quinta a oitava série**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

O Lúdico como Recurso Pedagógico na Disciplina de Geografia na Primeira Fase do Ensino Fundamental

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a Ler o Mundo: A Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, Vol.25, n 66, p.227-247, maio/Ago.2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

LIB NEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: Teoria e pratica. Goiânia. Editora Nacional, 2001.

PIAGET, Jean. **A representação do mundo na criança**. Rio de Janeiro. Record, 1975.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico científico- informacional. São Paulo, maio de 1994.

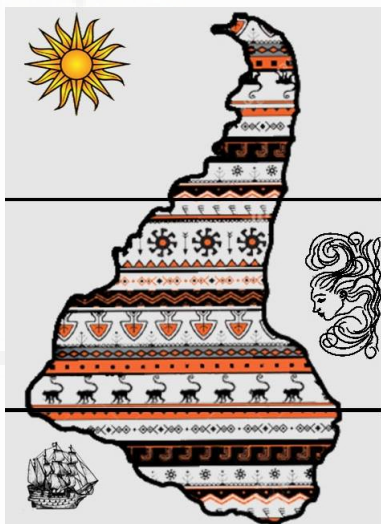
VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo. Martins Fontes, 1984.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Fotografia como Proposta Lúdica no Ensino Remoto de Geografia: Relato de Experiência em Tempos de Covid-19

Larice de Carvalho da Silva Ventury
larice.carvalho@hotmail.com

Jaqueline Cequella Fontes
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
jaque.fontes@gmail.com

Josmaria Lopes de Moraes
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
jlmorais@utfpr.edu.br

Introdução

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou situação de pandemia devido ao surto do Covid-19. Nesse contexto, reduzir a exposição ao vírus foi necessário para controlar/retardar a propagação da doença e seus impactos negativos. Desde então o Brasil tem enfrentado diversos desafios, não se limitando apenas a questões de saúde pública. Em detrimento às regras de distanciamento social as aulas presenciais precisaram ocorrer de modo remoto, e os meios tecnológicos foram fundamentais nessa mediação.

Diante da necessidade do ensino remoto a Geografia se deparou com alguns obstáculos no que tange ao seu ensino, como o distanciamento físico entre os estudantes e significativa alteração dos espaços onde constroem suas relações em sociedade. A prática cotidiana, as experiências e as espacialidades são questões essenciais para o ensino da Geografia. Além disso, no espaço escolar ocorre também a confluência de culturas, saberes científicos e cotidianos (CAVALCANTI, 2012). Neste sentido, evidencia-se o uso da imagem como instrumento de aprendizagem, uma vez que ela carrega uma

A Fotografia como Proposta Lúdica no Ensino Remoto de Geografia: Relato de Experiência em Tempos de Covid-19

determinada visão de mundo de sua sociedade. Segundo Monteiro (2006, p.12) a fotografia “é um fragmento escolhido pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc.”. A sua utilização caracteriza-se como uma manifestação da realidade, considerando-a como parte de um percurso de alfabetização visual.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma proposta lúdica aliada à tecnologia, refletir sobre uma estratégia utilizada no ensino de geografia a fim de favorecer a observação da natureza pelos estudantes, mesmo dentro de seus lares. Os relatos a seguir foram feitos por duas professoras que, indagadas pelo fato de que seus alunos estavam há muito tempo em distanciamento social e conectados a equipamentos tecnológicos, decidiram realizar a mesma atividade diferenciada e que não focasse apenas em vídeos e tarefas mecânicas. Algumas adaptações fizeram-se necessárias para cada uma das docentes, uma vez que trabalham com alunos de diferentes faixas etárias e bairro/localidade.

Desenvolvimento

O uso das tecnologias em sala de aula sempre se constituiu como um grande desafio a ser superado na realidade escolar, dificuldades estas advindas de várias questões: formação docente, infraestrutura das escolas, desconhecimento do uso desses artefatos tecnológicos, tanto por parte docente e discente, entre outras (ALVES, 2020). A proposta relatada neste trabalho não desconsidera esses fatores, mas parte do atual contexto em que se encontra o ensino público.

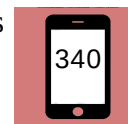
As professoras (primeira e segunda autora) planejaram uma atividade que além de lúdica fosse educativa e que valorizasse o cotidiano dos estudantes, diante disso Moran (2018, p. 38) afirma que:

A aprendizagem mais profunda requer espaços de prática frequentes (aprender fazendo) e de ambientes ricos em oportunidades. Por isso, é importante o estímulo multissensorial e a valorização dos conhecimentos prévios dos estudantes para “ancorar” os novos conhecimentos.

As atividades foram desenvolvidas de acordo com o entendimento de que tarefa de formação própria ao ensino de Geografia é a de contribuir para o desenvolvimento de um pensar geográfico, que inclui o modo de sentir e de pensar sobre a realidade que nos cerca. Ainda, de acordo com Cavalcanti (2012, p.45) em suas atividades diárias, “alunos e professores constroem geografia, pois, ao circularem, brincarem, trabalharem pela cidade e pelos bairros, eles constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios”.

O Encantamento dos Alunos: Anos Iniciais

A atividade lúdica ocorreu no mês de agosto de 2020, em uma turma do 4º ano do Ensino Fundamental de uma escola periférica da Rede Municipal de Curitiba. Ela foi proposta aos discentes através do aplicativo WhatsApp, meio de comunicação utilizado entre a turma neste período. A atividade foi de encontro com a percepção da professora sobre a constante troca de fotografias



A Fotografia como Proposta Lúdica no Ensino Remoto de Geografia: Relato de Experiência em Tempos de Covid-19

entre os discentes como meio de interação.

Inicialmente a professora perguntou aos alunos se eles gostariam de realizar um concurso de fotografia, a partir das respostas positivas a docente explicou como ocorreria a atividade, a qual consistia no envio pelo estudante de uma imagem de um elemento natural ou cultural, identificando estes no momento do envio. O conceito havia sido explicado durante uma aula de geografia através do Canal TV Escola Curitiba (https://www.youtube.com/channel/UCNJWZ_JXiSnkAeYenC6nT0g).

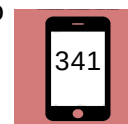
As imagens foram organizadas pela professora e, atribuídas a elas, um número, utilizado posteriormente para votação dos demais professores da turma. É importante salientar que o principal objetivo da proposta era fazer com que o estudante conseguisse relacionar o conteúdo teórico à sua realidade de forma lúdica, através das mídias.

No decorrer da proposta houve o envolvimento de parte da turma, conforme os estudantes iam enviando as fotos no aplicativo os outros colegas iam se inspirando e participando também. Junto com as imagens enviadas foram compartilhadas narrativas sobre as escolhas das fotografias, o que deixava a atividade mais significativa, pois acabava envolvendo momentos, lugares e elementos que a criança julgava importante para contar, valorizando suas singularidades.

A partir do envio das imagens ficou evidente o interesse da turma pelos elementos naturais, pois estes se mostraram presentes na maioria das fotografias, fator que gerou algumas conversas no aplicativo, como o plantio de sementes e cuidados com os vegetais. Após essas conversas, uma estudante teve a iniciativa de plantar uma semente de fruta, acompanhar seu crescimento e compartilhar com a turma sua experiência. Dessa forma, a atividade partiu de um conteúdo de geografia, e no seu decorrer contemplou outras disciplinas.

A Curiosidade dos Alunos: Anos Finais

A proposta foi realizada em setembro de 2020 por uma docente da rede pública do estado do Paraná em um colégio localizado em um bairro periférico de Curitiba/PR, com cinco turmas do 7º ano do Ensino Fundamental. A professora propôs o concurso “Um Olhar Natural”, que teve como objetivo estimular em seus participantes a observação da natureza e suas formas de expressão. Cada estudante poderia tirar uma foto de elementos da natureza presentes no ambiente de sua casa/apartamento com o celular: poderia ser dentro de casa, da janela, da sacada, do quintal ou do pátio do condomínio. Deveriam escrever o motivo pelo qual a registrou e o que mais lhe chamou a atenção, e enviá-la pelo Google Classroom – meio utilizado durante este período. É importante ressaltar que os conceitos de paisagens, elementos naturais e culturais foram trabalhados durante o período presencial e retomados em um dos encontros remotos. A professora selecionou cinco fotos de cada turma, conforme as normas do concurso, para a segunda fase. A segunda fase consistiu em mostrá-las a outros professores destas turmas, por meio de grupo de Whatsapp, em que somente uma foto de cada turma foi selecionada. A fase final do concurso foi realizada em encontro virtual pelo Google Meet, em que todos os alunos presentes puderam votar na sua foto



A Fotografia como Proposta Lúdica no Ensino Remoto de Geografia: Relato de Experiência em Tempos de Covid-19

preferida diante das apresentadas.

O período de participação foi marcado por muita expectativa por parte dos alunos, que se mostraram disponíveis para enviar várias fotos. Entretanto, a regra permitia apenas uma por aluno. A princípio não houve muita participação, mas conforme algumas fotos chegavam à professora ia comentando sobre – sem mostrá-la. Então, mais alunos foram aderindo. Ao enviar, os estudantes se mostravam entusiasmados em explicar o motivo de as terem registrado.

Esta atividade possibilitou um encontro e maior entendimento sobre o cotidiano dos alunos, suas sensibilidades, gostos e preferências, além da percepção de cada um sobre o que é a natureza. Muitos alunos ficaram espantados quando observaram a foto de colegas, com seus animais de estimação, pois não haviam percebido que estes também fazem parte da natureza. Para eles, a natureza antes remetia somente a árvores, pássaros e “ao verde”. Outro fator importante foi que muitos relataram que nunca tinham parado para observar algumas partes de sua casa, como a vista da janela de seu quarto, a beleza de seu gato descansando ao lado de uma planta, ou mesmo o pôr do Sol. Ao final, conversamos sobre a importância de observarmos mais o nosso entorno pelos nossos próprios olhos.

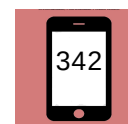
De acordo com MORAN (2018, p.50) “é necessário explorar o potencial de integração entre espaços profissionais, culturais e educativos para a criação de contextos autênticos de aprendizagem mediados pelas tecnologias”, o que a atividade buscou atingir.

Considerações Finais

Frente às narrativas e experiências com os estudantes, evidencia-se que aliar a tecnologia ao ensino, e propor atividades que contemplem as mais distintas realidades encontradas em sala de aula ou, vivenciadas no cotidiano dos alunos e de suas famílias, não deve ser encarado como algo longe de nosso alcance. Atividades simples e que já fazem parte dos hábitos dos estudantes e docentes, quando trabalhadas com objetivos pedagógicos buscando valorizar a familiaridade do aluno com o meio ao qual pertence, contribuem na aprendizagem e apropriação do conhecimento científico.

Neste caso, no contexto da pandemia, em que passamos a ficar mais em nosso lar, favoreceu a observação de elementos que por muitas vezes passaram despercebidos. Acredita-se que o grande interesse pela participação na atividade, nas duas experiências, com faixas etárias e comunidades distintas, se deu ao fato de que a proposta fez sentido para eles e partiu de sua realidade. Além disso, o celular é um equipamento tecnológico muito utilizado pelas crianças e adolescentes das duas práticas relatadas, e poder utilizá-lo para uma atividade escolar foi fator de grande entusiasmo.

Além do objetivo referente ao aprendizado discente, as professoras puderam observar, a partir das imagens e conversas com as famílias, algumas realidades das comunidades atendidas, trazendo características singulares que contribuirão para o planejamento de propostas futuras, embasadas nesses contextos, preferências e interesses.



A Fotografia como Proposta Lúdica no Ensino Remoto de Geografia:
Relato de Experiência em Tempos de Covid-19

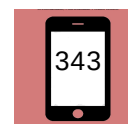
Referências

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas - Educação**. v.8, n. 3, p. 348 – 365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251> Acesso: 02 de fev. 2021.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **Métis: história & cultura**. v. 5, n.9, p.11 -23, 2006. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/781/545>. Acesso: 02 de fev. 2021.

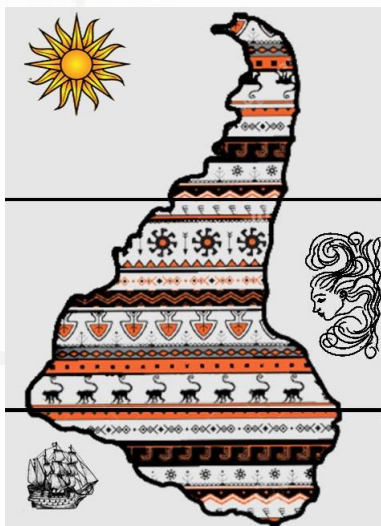
MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; Moran, José (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. São Paulo: Penso, 2018. p. 34 – 76.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Cultura, Currículo e o Ensino de Geografia na Rede Estadual do Paraná: Uma Análise da Implementação da BNCC no Ensino Fundamental

Henrique dos Santos Garcia
Centro Universitário Campos de Andrade - UNIANDRADE
henriquegarcia.geo@outlook.com

Ramon de Oliveira Bieco Braga
Centro Universitário Campos de Andrade - UNIANDRADE
ramonbieco@hotmail.com

Gabriele Ewílin de Oliveira Ribas
Centro Universitário Campos de Andrade - UNIANDRADE
gabriele.ribas@outlook.com

Introdução

A presente pesquisa problematiza ‘como a abordagem cultural compõe o currículo que normatiza o ensino de Geografia no estado do Paraná?’. Essa questão se apresenta consubstanciada a partir da análise do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) (PARANÁ, 2020), proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEEDPR), com vistas a adequação curricular da rede estadual de educação no Paraná, conforme normatizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018).

Nessa direção, acresce que o CREP (PARANÁ, 2020) se constitui enquanto fonte desta pesquisa, que foi desenvolvida como iniciação científica, no âmbito do curso de Licenciatura Plena em Geografia no Centro Universitário Campos de Andrade

Cultura, Currículo e o Ensino de Geografia na Rede Estadual do Paraná: Uma Análise da Implementação da BNCC no Ensino Fundamental

(UNIANDRADE), localizado no município de Curitiba, Paraná.

Salienta-se, que esta reflexão teórica se apresenta situada mediante a reforma curricular normatizada pela BNCC (BRASIL, 2018), que é amparada pelo artigo 214 da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), bem como pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional da Educação com vigência entre os anos 2014 a 2024.

Justifica-se que o recorte geográfico do estado do Paraná, se deve a quantidade de estudantes matriculados(as) na rede, pois, em 2019, segundo o Censo Escolar (BRASIL, 2020), 1.034.030 estudantes estavam matriculados(as) no sistema de ensino paranaense, o que indica que a elaboração de um currículo impacta diretamente na escolarização de todos(as) esses(as) estudantes.

Destaca-se ainda que as pesquisas tangentes a Geografia Cultural se justificam, na perspectiva de Corrêa e Rosendahl ([2003] 2011), por ser um importante elemento para se compreender a diversidade cultural da sociedade, bem como aos fatores importantes de ações remodeladoras ora transferidas pelas alterações constantes na paisagem, como também pelas influências e costumes praticados pelas pessoas, podendo ser identificadas espacialmente na paisagem de inserção.

Nesse contexto, Caetano e Bezzi (2011) salientam que a cultura possibilita a sua manifestação na paisagem, assim pode transmitir traços culturalmente adquiridos em sua comunidade ou grupo. Descrevem ainda, que seus costumes culturais se demonstram na paisagem pelo estilo arquitetônico de suas casas, músicas, vestimentas, religião, festas e sua arte.

Com base no exposto referente a cultura, verifica-se que o tema abordado fomenta o processo de formação das pessoas, em vista disso, no período escolar, esse tema deve ser visto com atenção e com vistas à formação cidadã, pois a compreensão espacial e temporal do(a) discente pode contribuir consideravelmente, explicitando assim, a presença desse tema entre os conteúdos propostos para o currículo de Geografia.

Posto isto, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como a abordagem cultural compõe o Currículo da Rede Estadual Paranaense (PARANÁ, 2020).

Operacionalização

Com base no método dedutivo, foi aplicado a técnica de análise de conteúdo, que conforme Lakatos e Marconi (2003), possibilita a classificação quantitativa de conteúdos relacionados. Com isso, utilizando o CREP (PARANÁ, 2020) como fonte de dados, atribuiu-se como critério para coleta de dados, o descritor ‘cultura’, objetivando a identificação dos conteúdos culturais que compõem o currículo proposto para a Geografia, da educação básica no Paraná.

Desse modo, após a identificação dos conteúdos culturais, elaborou-se uma tabela objetivando a análise, a qual é composta por: ‘ano do currículo’, ‘unidade temática’, ‘objetivos de aprendizagem’, ‘conteúdos’ e ‘trimestre recomendado’.

Análise da Abordagem Cultural no CREP e o Ensino de Geografia

A análise realizada do CREP (PARANÁ, 2020), demonstrou que a abordagem cultural compõe o ensino de Geografia em todos os anos do Ensino Fundamental. Destarte, conforme demonstrado na Tabela 01, dos 29 conteúdos identificados nesta pesquisa, 37,9% (11 conteúdos) compõe o currículo do ano 9 do Ensino Fundamental; 13,8% (04) compõe o ano 8; 10,3% (03) compõe respectivamente os anos 3, 4 e 6; 6,9% (02) compõe o ano 7; e 3,4% (01) compõe respectivamente os anos 1, 2 e 5.

Tabela 01: Quantidade de Conteúdos que Abordam Cultura no CREP e o Ensino de Geografia, por Ano e Porcentagem

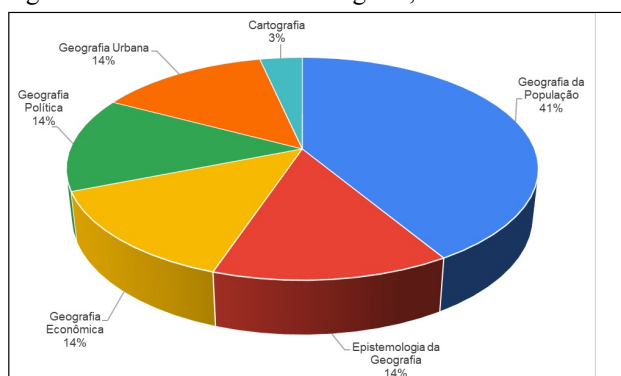
ANO	QUANTIDADE DE CONTEÚDOS	PORCENTAGEM
1	1	3,4 %
2	1	3,4 %
3	3	10,3 %
4	3	10,3 %
5	1	3,4 %
6	3	10,3 %
7	2	6,9 %
8	4	13,8 %
9	11	37,9 %

Fonte: Paraná (2020). Org.: Henrique S. Garcia e Ramon O. B. Braga (2021).

Quando esses dados são analisados por unidades temáticas¹, é possível verificar que 44,8% (13 conteúdos) corresponde a unidade ‘O sujeito e o seu lugar no mundo’; 27,6% (08) corresponde a ‘Conexões e escalas’; 20,7% (06) corresponde a ‘Formas de representação e pensamento espacial’; 3,4% (01) corresponde respectivamente as unidades ‘Mundo do trabalho’ e ‘Natureza, ambientes e qualidade de vida’.

No tocante a abordagem desses conteúdos, no ensino de Geografia, esses conteúdos foram analisados pela abordagem que embasa o ensino da Geografia na sala de aula. Assim, conforme pode ser verificado no Gráfico 01, 41,4% (12 conteúdos) dos conteúdos correspondem à abordagem da ‘Geografia da População’.

Gráfico 01: As Abordagens Temáticas no Ensino de Geografia, Normalizadas no CREP (Paraná, 2020)



Fonte: Paraná (2020). Org.: Henrique S. Garcia e Ramon O. B. Braga (2021).

1 As unidades temáticas que compõe o CREP (PARANÁ, 2020), apresentam-se consubstanciadas ao determinado pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). Portanto, na rede estadual do Paraná, as unidades temáticas foram determinadas pelo governo federal, nem sempre considerando a diversidade cultural presente no território paranaense.

Cultura, Currículo e o Ensino de Geografia na Rede Estadual do Paraná: Uma Análise da Implementação da BNCC no Ensino Fundamental

Nesta análise, os conteúdos que possibilitam a abordagem cultural são ‘Geografia da População’ (41%), ‘Epistemologia da Geografia’ (14%), ‘Geografia Econômica’ (14%), ‘Geografia Política’ (14%), ‘Geografia Urbana’ (14%) e ‘Cartografia’ (03%).

Essas abordagens temáticas² elucidam que no ensino de Geografia, a abordagem cultural compõe os estudos demográficos, do espaço urbano, da dinâmica econômica, dentre outras.

Considerações Finais

Considerando a questão central desta pesquisa, ‘como a abordagem cultural compõe o currículo que normatiza o ensino de Geografia no estado do Paraná?’, foi possível compreender que a abordagem cultural se apresenta circunscrita em todos os anos do Ensino Fundamental, sobretudo no último ano dessa modalidade.

No tocante ao currículo, os conteúdos se apresentaram sistematizados conforme normatizado pela BNCC (BRASIL, 2018) e em especial no ensino de Geografia, foi identificado que a abordagem da ‘Geografia da População’ se sobressai frente às outras abordagens temáticas.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf > Acesso em: 19/12/2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art214 > Acesso em: 19/12/2020.

BRASIL. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília/DF: Inep, 2020. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> > Acesso em: 19/12/2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. LDBEN. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm > Acesso em: 19/12/2020.

CAETANO, Jessica Nene; BEZZI, Meri Lourdes. Reflexões na geografia cultural: a materialidade e a imaterialidade da cultura. *In: Sociedade & Natureza*. Uberlândia/MG, v. 23, n. 03, p. 453-466, set/dez. 2011.

² Como esta comunicação científica é limitada em formato de resumo expandido, infelizmente não é possível elencar todos os conteúdos por abordagem. Esperamos em outra oportunidade poder socializar os resultados com mais detalhes.

Cultura, Currículo e o Ensino de Geografia na Rede Estadual do Paraná:
Uma Análise da Implementação da BNCC no Ensino Fundamental

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.). **Introdução à geografia cultural**. 5ª edição. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, [2003] 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2003.

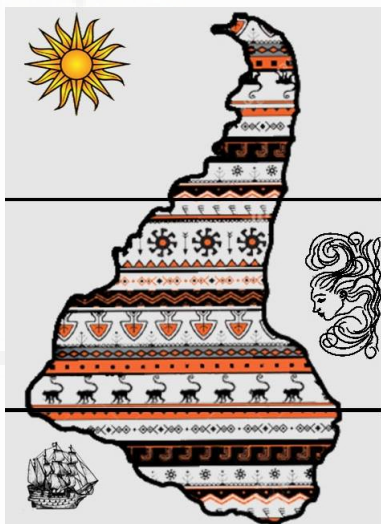
PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação do Paraná. **Currículo da Rede Estadual Paranaense**. 2020. Disponível em: <
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1669> > Acesso em: 19/02/2020.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Pedagogia de Projetos na Construção do Conhecimento Geográfico na Escola E.E.M Francisco de Almeida Monte, Alcântaras, CE

Jailson Lopes Albuquerque
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
albuquerquejailson5@gmail.com

Introdução

O ensino de Geografia na educação básica visa ajudar o educando no processo de compreensão de seu espaço vivido, bem como fortalecer o desenvolvimento enquanto cidadão crítico, atuante e participativo na sociedade.

Ao contrário do que foi mostrado anteriormente a nossa experiência mostra uma realidade diferente do que o ensino de Geografia idealiza, presenciou-se a realização de aulas de Geografia meramente expositivas, sem levar em consideração as relações com a realidade dos educandos.

Neste sentido, relata-se as observações acerca da Pedagogia de Projetos realizada na escola E.E.M Francisco de Almeida Monte, localizada na cidade de Alcântaras (CE), buscando entender sobre as transformações socioespaciais ocorridas no seu município.

Muitas vezes, os alunos não são colocados como alguém que percebe e compreende sua realidade em que vive, muitos dos conteúdos trabalhados em sala de aula são fragmentados e descontextualizado de sua realidade, limitando o seu olhar geográfico.

Vale ponderar que a Pedagogia de Projetos, tem como finalidade desenvolver no educando habilidades de um sujeito protagonista, despertando assim a curiosidades acerca da realidade na qual estes estão inseridos. Com isso os conhecimentos geográficos devem

ser articulados com a realidade local, considerando o espaço de vivência dos discentes.

Nesta perspectiva objetivamos compreender, como a Pedagogia de Projetos, permite correlacionar os conhecimentos geográficos/conteúdos com a realidade dos educandos, e trazendo suas experiências e vivências para sala de aula, a partir de uma problemática da realidade vivida e percebida pelo o educando.

O ensino de Geografia, atualmente requer a superação deste modelo ensino-aprendizagem tradicional. A Pedagogia de Projetos surge da necessidade de inserir abordagens metodológicas em sala de aula, para que os alunos possam compreender o seu local de vivência.

A Pedagogia de Projetos no Ensino de Geografia: Uma Contribuição no Ensino-Aprendizagem

O ensino de Geografia, muito discutido pelo seu método tradicional, em que apenas o livro didático é o principal recurso para o professor e a principal ferramenta metodológica. Pois muitas vezes os conteúdos apresentados no livro didático não têm relação com o cotidiano dos alunos.

Desse modo Vesentini (2004), afirma que um ensino critico nas aulas de Geografia não deve ser apenas uma renovação do conteúdo, com inclusão de temas e problemas sobre as lutas sociais, mas sim conduzir o aluno um ser autônomo e ativo sobre a realidade em que vive.

A escola deve acompanhar essas transformações, considerando o que alunos trazem consigo. (GOULART, 2013, pág. 395) salienta que, a “contemporaneidade precisa estar presente na escola para que seja possível a análise do espaço geográfico”, os problemas e as dúvidas dos discentes na atualidade, devem ser levadas em consideração.

A Pedagogia de Projetos que permeia para uma ação didática, na qual tem a intenção a partir de uma problemática da realidade vivida pelos os professores e alunos, mas sempre voltada para o cotidiano. (VEIGA, 2006, p.71) Afirma que: “o projeto decorre da necessidade do problema sugerido, do desejo existente e da previsão e da estruturação antecipada da ação”. Essa busca por uma problemática que o aluno adquiere conhecimento sobre sua realidade.

Neste sentido, a Pedagogia de Projetos na Geografia escolar, utiliza-se de uma ferramenta muito importante para tornar o aluno pesquisador, que é através da investigação.

Assim, visa-se com está pratica buscar respostas para seu espaço de vivência, sendo assim proporcionando uma ferramenta de aprendizagem. Segundo (GOULART & REGO, 2007, p.08) “a Pedagogia de Projetos utiliza a investigação como ferramenta para ir ao encontro dos interesses dos alunos”. Com isso é de suma importância, proporcionar interesse dos alunos para investigar os problemas que permeiam o seu cotidiano.

O desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica, foi realizado na disciplina de Estagio IV, para propor uma metodologia que possibilite aos alunos um instrumento capaz de permitir a sistematização de conhecimentos e que o educando possa estabelecer relações do espaço em que vive.

A referida atividade pedagógica, está fundamentada em alguns pressupostos

teóricos-metodológicos, bem como: realizar reflexões no que tange ao ensino do conceito Lugar em Geografia, a partir do espaço vivido pelos os próprios sujeitos da aprendizagem. As atividades pedagógicas realizadas foram embasadas no conceito geográfico: “Lugar”. Sua relevância está associada a leitura do lugar no mundo, com ênfase em fenômenos sociais que fazem parte da dimensão tempo e espaço.

Diante disso, possibilitou o desenvolvimento dos alunos para a realização do projeto, pois o tema do projeto foi direcionado sobre sua realidade, percebemos a importância da pedagogia de projetos, nesse processo de ensino-aprendizagem, para despertar a interatividade nos discentes mediante aos saberes geográficos.

Desse modo, os educandos conseguiram apresentar suas concepções sobre sua realidade vivida e percebida, compreenderam a articulação dos conhecimentos geográficos\conteúdos correlacionando com suas práticas vividas.

Os alunos mostraram uma melhor compreensão do seu lugar de vivência, podemos constatar que, o estudo do lugar de convivência dos alunos, contribui de forma significativa para uma abordagem teórico-metodológica que mais se aproxima de uma prática construtivista, vinculada a uma aprendizagem para o contexto social dos educandos.

É possível falar que a importância da Pedagogia de Projetos no ensino de Geografia, foi fundamental para os educandos pois proporcionou vivenciar os problemas existentes em seu Lugar, a apreensão de saberes de sua realidade e assim, possibilitando um posicionamento crítico. Os educandos relatam que o projeto foi bem aplicado, que com esse projeto conheceram melhor o seu lugar, os problemas que enfrentam diariamente e não tinham consciência como afetavam o seu cotidiano.

Considerações Finais

Neste trabalho, abordamos a importância da Pedagogia de Projetos no ensino de Geografia para auxiliar o educando no processo de ensino-aprendizagem. Concluímos que a geografia é uma disciplina para a compreensão da realidade em que vivemos.

Ao adquirir uma postura metodológico que envolva os conhecimentos geográficos\conteúdos, com o cotidiano dos alunos, propicia uma metodologia capaz de atender as necessidades presentes nessa contemporaneidade. A Pedagogia de Projetos é capaz de atrelar esse conhecimento adquirido em seu Lugar, para dentro da sala de aula.

Diante disso, para os educandos a Pedagogia de Projetos proporcionou, conhecimentos mais acurados sobre o seu lugar de vivência, trabalhando com conceito geográfico de “Lugar”, permitiu-se que os alunos foram construindo uma prática socio construtivista.

Concluímos que este trabalho, traz a necessidade em estarmos em constante processo de reinvenção em sala de aula, buscando práticas metodológicas, para tornar o ensino de Geografia mais atrativo para os educandos, com a Pedagogia de Projetos, trouxe um novo olhar para as aulas de Geografia.

Referências

GOULART, Lígia Beatriz; REGO, Nelson. Revisitando a Geografia: A Perspectiva Integradora da Pedagogia de Projetos. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, mar/jun 2007. **Anais...** Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GOULART. Lígia Beatriz. Pedagogia de Projetos em Geografia: deslocamentos que impulsionam ou imobilizam a construção de conhecimentos. In: ALBUQUERQUE, Maria Adailza de; FERREIRA, Joseane Abílio de Souza. **Formação, pesquisa e práticas docentes:** Reformas curriculares em questão, organizadoras. - - João Pessoa: Editora Mídia, 2013. 496p.

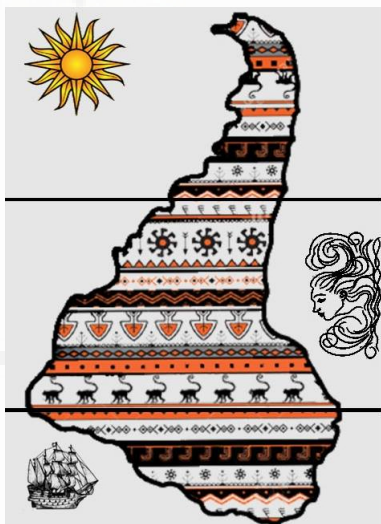
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto de ação didática:** uma técnica de ensino para inovar a sala de aula. Técnicas de ensino: Novos tempos, novas configurações. Campinas, Papirus, 2006.

VESENTINI. J. W. Realidades e Perspectivas do Ensino de Geografia no Brasil. In: VESENTINI, José William (org.). **O ensino de Geografia no século XXI.** São Paulo: Papirus, 2004.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Pensar Geográfico na Literatura Infantil de Monteiro Lobato

Filipe Rafael Gracioli
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Nacional - IPHAN
filipe-rg@hotmail.com

João Pedro Pezzato
Universidade Estadual Paulista - UNESP
jpezzato@rc.unesp.br

Introdução

Nossa escrita tem o propósito de apresentar ao leitor a relação entre um livro de lazer dirigido à infância leitora do início do século XX, a Geografia de Dona Benta (1935), de Monteiro Lobato e o seu empréstimo como livro escolar à época de sua publicação, situando-se como fonte para a história e historiografia da geografia escolar como um campo de saber afeto à escola e à ciência geográfica de referência.

Como hipótese investigativa, caminhamos no sentido de que Monteiro Lobato funda, para o campo da literatura infantil no Brasil e na América Latina com a sua narrativa literária de teor geográfico, uma maneira inovadora de situar a criança em sua experiência como leitora do espaço geográfico, trazendo-a para o centro desta tarefa e posicionando-a como criadora de sua própria experiência espacial, a partir de suas visões de mundo.

Justificamos nosso estudo com o entendimento de que uma investigação com teor aproximativo entre distintos campos de conhecimento seja necessária para trazer à luz algo jamais visto tanto para a literatura infantil, ao valer-se de elementos da imaginação e da subjetividade para se pensar conceitos até então científicos, rompendo com os cânones do fazer literário no país, quanto para a geografia escolar, ao instaurar um entendimento de espaço a partir de conceitos extra científicos, tangentes à subjetividade em sua constituição.

Buscar os Sinais: O Paradigma Indiciário como Referencial Metodológico

Nosso referencial metodológico apoia-se em Ginzburg (1999) com o 'paradigma indiciário', para quem a busca por sinais ou indícios ocultos numa obra de arte ou, em nosso caso, num texto narrativo, revela suas particularidades e nos conduz à solução de mistérios, tal como numa investigação criminal. Esta investigação nos permite compreender o espaço narrado a partir do ser-no-mundo: de nossa visão de mundo, extrapolar os limites canônicos da ciência e vagar pela dimensão mais aproximada possível do real: a do eu e suas possibilidades de versões sobre o espaço, admitindo que nosso olhar de leitores concebe a narrativa como o contar da própria experiência de leitura, à diferença do romancista, que conta a partir da experiência de outrem.

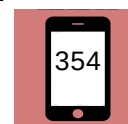
A Geografia de Dona Benta, de Monteiro Lobato

A Geografia de Dona Benta (1935) trata-se de uma narrativa que conta a viagem imaginária das personagens da obra Sítio do Pica-pau Amarelo pelos continentes do planeta Terra a bordo de um navio também imaginário. Nesta viagem, baseada em muita conversa, em resgate da oralidade, o modo de fazer Geografia destoa da tradição enciclopedista atribuída ao conhecimento geográfico de seu tempo.

Na trama desenvolvida, as personagens da narrativa viajam pelo mundo a partir do quintal do sítio de Dona Benta, em meio a prosas e viagens fantásticas, percorrendo itinerários imaginários pelos continentes do mundo, conhecendo culturas e modos de ser e estar no espaço. Não há limites de tempo nem mesmo de espaço; há apenas a imaginação, que as conduz por lugares e territórios onde a tônica se faz pelo pensamento de criatividade para contornar os desafios que se vão apresentando.

De uma construção dialógica, o texto de Lobato se pontua pela inserção do leitor como participante da trama, convidando-o a viajar junto das personagens. Organizados a partir de descrições topográficas introdutoras e breves, tais diálogos situam e inserem o jovem leitor na cena contada, representado pelas personagens que questionam, recortam e reinventam os olhares para os espaços por elas visitados, tal como revela o diálogo entre a boneca Emília, Dona Benta e Narizinho:

- Por que se chama Rio de Janeiro essa cidade?
- Por que os portugueses, quando descobriram a baía acharam-na com jeito de Estuário dum rio...
- Estuário? Que é isso?...
- Estuário quer dizer Foz de rio, isto é, o ponto onde um rio despeja no mar, mas uma foz que se alargou mais que o comum, formando uma espécie de baía. O Rio da Prata, por exemplo, é o estuário do Rio Paraná. Esses antigos portugueses, porém, se enganaram, visto que a Guanabara é baía e não estuário de rio nenhum. E como houvessem descoberto o falso estuário num dia do mês de janeiro, deram-lhe o nome de Rio de Janeiro, como quem diz “o rio descoberto em janeiro”.



O Pensar Geográfico na Literatura Infantil de Monteiro Lobato

Ali desembarcaram e ali começaram a conquistar a cidade que é hoje a capital do Brasil, com quasi dois milhões de habitantes. Narizinho apontou a luneta para a capital brasileira afim de ver as mil coisas lindas que ela apresenta. [sic.] (LOBATO, 1935, p. 61).

Este movimento nos remete à figura do narrador, pela qual Lobato se move “para cima e para baixo nos degraus de sua experiência [...]” (BENJAMIN, 1996, p. 215), movimento a partir do qual o autor resgata o conceito de artesanidade do conhecimento, chamando a responsabilidade do processo educativo para a própria criança leitora, seus familiares, amigos e para a própria sociedade, num momento da história em que a abertura democrática da escola abdicava para si a responsabilidade da formação humana que antes cabia à oralidade. Para Zilberman (2008) a literatura possui papel formativo de destaque, já que permite o desenvolvimento da oralidade e da abertura ao sensível, cujas experiências tecem relações entre o real e o imaginado.

O Livro Didático de Geografia

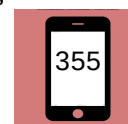
Segundo Oriá “[...] é consenso entre os historiadores da educação que se torna quase impossível termos uma definição concisa e, ao mesmo tempo, completa do que seja o livro didático, também conhecido como manual escolar.” (ORÍ, 2011, p. 45). Assim também compreende Bittencourt (1993), que aponta a respeito: “[...] trata-se de uma produção caracterizada por uma diversidade de textos, compêndios, cartilhas, livros de leitura que por vezes se confundem com a nascente literatura infantil e juvenil e por crescimento constante ocasionado pela multiplicação das disciplinas escolares.” (BITTENCOURT, 1993, p. 2-3).

À época da produção literária infantil de Monteiro Lobato, os livros escolares e de literatura orientada à juventude leitora obedeciam a uma lógica eurocêntrica, sobretudo, francesa. Huber (2001) aponta que em finais do século XIX e início do século XX predominava a cultura escolar dos abecedários e a Geografia, assim, era pretexto para se alfabetizar, e não era tomada como uma disciplina ou ciência distinta.

Contudo, não podemos concluir que a narrativa eleita para estudo se enquadre como livro didático, embora seu empréstimo como leitura corrente em escolas públicas do Brasil tenha se efetivado em períodos posteriores aos de sua produção. Neste sentido, entende-se que a Geografia de Lobato tenha desempenhado importância ímpar na construção de um conhecimento geográfico, inicialmente na escola e, posteriormente, na academia, especialmente pela forma como vieram se construindo ao longo da constituição do que hoje se denomina cultura escolar.

Segundo Boligian e Almeida (2011) parte dos conhecimentos geográficos surge na escola antes que na academia, para o que “verificamos que suas origens estão apoiadas em um tipo de saber erudito clássico, baseado no espírito das humanidades, os quais formaram o alicerce do ensino secundário em nosso país, antes da fundação das primeiras universidades.” (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2011, p. 88 – grifo dos autores).

Os autores de livros didáticos regionais do período estudado escreviam seus



O Pensar Geográfico na Literatura Infantil de Monteiro Lobato

compêndios com o intuito de promover o conhecimento a respeito de sua província, estado ou região e de fazer circular a cultura geográfica local e regional, em vista dos projetos nacionalistas que ganharão destaque com os romances literários do período. De modo que o Brasil carecia de uma identidade nacional, como fazer para se construir um sentimento de pertencimento ao mesmo território, desde o gaúcho ao indígena amazônico? Evidentemente, a alternativa mais adequada foi a união pela língua, “o que sobra quando nada mais agrega, quando nada reúne” (BARTHES, 2010, s./p.) em extensão à leitura e à escrita, estimuladas pela literatura infantil.

A subversão dos cânones literários promovida por Monteiro Lobato vem para contrapor-se ao movimento homogeneizante da literatura a sua época, fortemente amparada no modelo de lição de coisas, enciclopedista e acumulativo e, ainda que apoiado na temática da nacionalização e do ensino, revela ao jovem leitor de seu tempo uma possibilidade de se pensar um fazer literário e espacial outro.

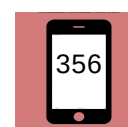
Considerações Finais

A Geografia de Dona Benta se insere na história da construção do pensamento geográfico e da geografia escolar no Brasil como ponto de partida para se pensar o espaço geográfico numa concepção que extrapola o racional, ao buscar na fantasia e no escape pela imaginação um modo outro de se experimentar esse espaço e, assim, inaugura uma possibilidade de geografia escolar que nos chega até os dias atuais.

Como os indícios na escrita de Lobato rumam para uma experiência leitora em Geografia a partir da construção de “livros onde se possa morar”, pode-se dizer que esta escrita se distancia da proposta dos livros didáticos contemporâneos a sua obra, elaborados, a princípio, para a qualificação instrumental do jovem estudante. Deste modo, sua obra assume relevância ao manifestar uma postura de crítica diante da situação política e econômica vivida pelo povo brasileiro e a sua passividade no sentido do agir em favor de uma pátria e de uma nação.

Se o livro didático ora passa a ser importante na fixação de conceitos, ora passa a ser auxiliar no desenvolvimento da formação do leitor, a Geografia de Dona Benta, que não tem o compromisso declarado do didático, dá o suporte para uma experiência leitora em Geografia que é imaginável e que se aproxima da expressão literária. Esta geografia iniciada por Lobato captura o conceito de geograficidade, o do ser e estar no mundo a partir da experiência vivida no espaço.

De modo que a literatura se faz uma linguagem universal, privada de liberdade senão somente pela limitação do pensamento e da língua do leitor, é ela o mecanismo mais concreto ao unir a imaginação ao real, em se permitindo criar mundos e espaços outros. Senão na literatura, onde mais o espaço geográfico poderia ser melhor criado?



Referências

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2010.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1993, 369p.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Novos rumos da cartografia escolar**. Currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, 2011.

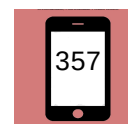
GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais** - morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

HUBER, Bernard. Les abécédaires géographiques du XIXe siècle: une “géographie-prétexte”. **Mappemonde**. n. 62, 2001, p. 42-47.

LOBATO, Monteiro. **Geografia de Dona Benta**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1935.

ORIÁ, Ricardo. **O Brasil contado às crianças**. Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961). São Paulo: Annablume, 2011, 274p.

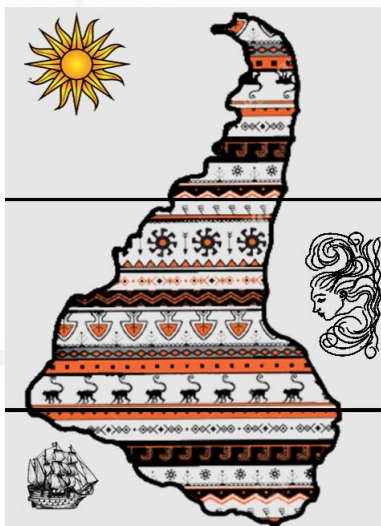
ZILBERMAN, Regina. **O papel da literatura na escola**. Via Atlântica. n. 14, 2008, p. 11-22.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Educação Ambiental no Contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bacacheri: Um Estudo de Caso com os Professores de Geografia

Laura Patrícia Lopes
Universidade Federal do Paraná - UFPR
laurapatricilopes@gmail.com

Marília Andrade Torales Campos
Universidade Federal do Paraná - UFPR
mariliat.ufpr@gmail.com

Valdir Nogueira
Universidade Federal do Paraná - UFPR
drvalnog@gmail.com

Este texto tem por objetivo descrever o lócus de uma pesquisa de doutorado em andamento. O objetivo geral da pesquisa trata da relação entre a formação dos professores de Geografia e o estudo das bacias hidrográficas como espaço de pesquisa e formação no campo da Educação Ambiental. O estudo enfoca a importância das práticas pedagógicas (aula, projeto e aula de campo) nas aulas de Geografia (1ª série EM) em relação aos problemas socioambientais na sub-bacia hidrográfica do rio Bacacheri, ou seja, como essas práticas contribuem para a construção de uma escola como espaço educador sustentável.

Introdução

Ao tratar da formação dos professores da área de geografia, partimos da crença de que ao desenvolver a Educação Ambiental no contexto da Bacia Hidrográfica – com os professores e alunos nas escolas, se desvela um caminho para, a partir da ação escolar, promover dinâmicas coerentes com a construção de uma sociedade mais sustentável no

A Educação Ambiental no Contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bacacheri: Um Estudo de Caso com os Professores de Geografia

que se refere aos problemas socioambientais, em especial nos temas e nas comunidades que vivem no entorno dos rios. Portanto, Educação Ambiental, Bacia Hidrográfica, Geografia e Escola (professores e alunos) estão conectados diretamente a essa questão, pois são campos que permitem (re)pensar a relação entre a sociedade e a natureza.

A Educação Ambiental no Contexto Bacia Hidrográfica

A EA não se constitui apenas como um conhecimento a mais no currículo formal, tendo em vista que este processo se alicerça a partir de um contexto complexo e dinâmico (CARVALHO, 2012), não só de conhecimentos, mas de práticas, temas e conceitos. Nessa perspectiva, a transição para uma escola como espaço educador sustentável, precisaria incluir o território da BH (PARANÁ, 2013).

Segundo Rosa (2015), com frequência a Educação Ambiental no espaço escolar é desenvolvida de maneira tradicional, fragmentada e pontual. Por isso, é primordial desenvolver práticas educativas inovadoras na área ambiental voltadas ao espaço geográfico da bacia hidrográfica – levando em consideração os problemas socioambientais da BH na qual a escola está inserida, e que, por vezes, desconhece a realidade. Por exemplo, a poluição hídrica por conta do esgoto doméstico; retirada da mata ciliar, impermeabilização; ocupação irregular entre outros (TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2020).

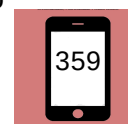
A bacia hidrográfica é uma unidade territorial que faz parte do espaço geográfico. De forma simplificada é composta por divisores de água, por um rio principal e pelos seus afluentes. Para Porto e Porto (2008) é na bacia hidrográfica que se desenvolvem as atividades humanas, ou seja, as áreas urbanas, industriais, agrícolas e de preservação ambiental.

A partir dessa compreensão, destaca-se que a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental no estado do Paraná (Lei nº 17.505/2013) por meio da Deliberação 04/2013, prevê: “a implementação da Educação Ambiental em todo o Estado, tomando como recorte territorial de atuação a bacia hidrográfica na qual a instituição está inserida (PARANÁ, 2013, p. 4)”. Essa orientação se desdobra em outras propostas, por exemplo: a) fortalecer a escola como espaço educador sustentável; b) superar a EA pontual, fragmentada e naturalista; c) transformação social e o controle social das políticas públicas na BH. E, é neste contexto das políticas públicas do estado do Paraná que esta pesquisa se define e dialoga com a realidade da bacia hidrográfica do rio Bacacheri.

A Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bacacheri: A Área de Estudo

A rede hídrica de Curitiba é composta por seis bacias hidrográficas, sendo: Belém, Passaúna, Barigui, Iguaçu, Ribeirão dos Padilhas e Atuba. A área de estudo é a sub-bacia hidrográfica do rio Bacacheri que faz parte da Bacia Hidrográfica do Atuba que está localizada a nordeste de Curitiba-PR (NUMES, 2007).

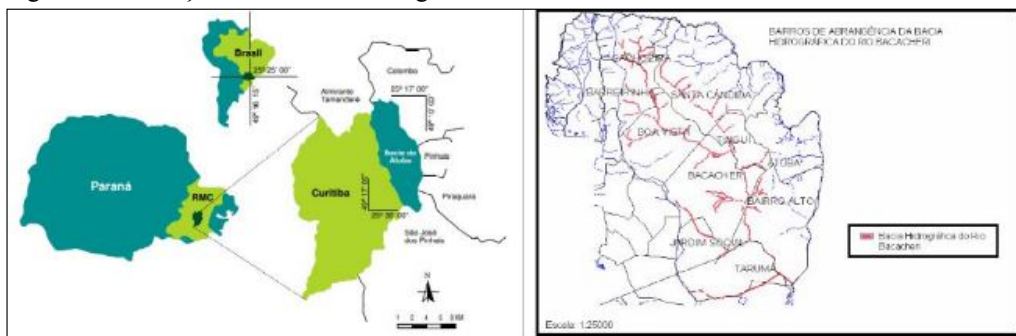
Na BH do Atuba o rio Bacacheri é o afluente principal, sua nascente é no



A Educação Ambiental no Contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bacacheri: Um Estudo de Caso com os Professores de Geografia

Bairro Cachoeira e a foz no rio Atuba (margem direita). O rio Bacacheri corta os bairros Bacacheri, Boa Vista, Santa Cândida entre outros. O relevo é composto por amplas planícies a partir do seu curso médio, característica física que contribui para a frequente inundação, problema ambiental que atinge diretamente a qualidade de vida da população (SAUER, 2007).

Figura 1: Localização da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bacacheri



Fonte: NUMES, 2007; SAUER, 2007.

A BH do Atuba, da qual o rio Bacacheri faz parte, é a segunda mais urbanizada de Curitiba, portanto os problemas socioambientais são vários, por exemplo: inundação, impermeabilização do solo, ocupação irregular, lixo, assoreamento do rio, qualidade da água é ruim falta da rede de esgoto entre outros (SAUER, 2007). A figura 2 representa parte do rio Bacacheri, possibilitando perceber a canalização, retificação, retirada da mata ciliar, o assoreamento do curso de água.

Figura 2: Sub-Bacia Hidrográfica - Rio Bacacheri



Fonte: a autora, 2021.

A pesquisa de doutorado em andamento tem como objetivo analisar a importância das práticas pedagógicas (aula, projeto e aula de campo) nas aulas de Geografia (1º série EM) referente aos problemas socioambientais na sub-bacia hidrográfica do rio Bacacheri, ou seja, como essas práticas contribuem para a construção de uma escola como espaço educador sustentável. A análise será por meio das fontes utilizadas para desenvolver o tema, bem como, a verificação dos documentos orientadores da escola e investigar a formação continuada dos professores de Geografia na área ambiental.

A Educação Ambiental no Contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Bacacheri: Um Estudo de Caso com os Professores de Geografia

Os participantes serão os professores de Geografia da 1ª série do Ensino Médio, a metodologia será qualitativa na perspectiva do estudo de caso. Há vários colégios estaduais (aproximadamente 20) na sub-bacia hidrográfica do rio Bacacheri, por isso, a princípio optou-se pelo CE Leôncio Correia; CE Papa João Paulo I e CE Dona Branca que estão no entorno (mais próximos) do rio Bacacheri.

Considerações Finais

Apresentamos de forma sumária a pesquisa de doutorado que está em construção. Algumas inquietações surgem com a pesquisa, por exemplo, os professores e estudantes tem conhecimento sobre qual BH a escola está inserida? Tem ciência dos problemas ambientais? Conhecem o Comitê da BH do Atuba? Quais são as práticas pedagógicas utilizadas nas escolas com foco na temática? Essa questão é abordada de forma pontual, fragmentada e livresca (livro didático) - sem conhecer e explorar a BH que a escola está inserida.

Referências

CARVALHO, I. DE M. **Educação Ambiental a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2012.

NUMES, F. G. **A influência do uso e ocupação do solo nas vazões de pico na bacia hidrográfica do Rio Atuba**. 2007. 175p. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curso de Pós-Graduação em Geologia Ambiental. 2007.

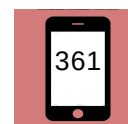
PARANÁ. **Deliberação CEE Nº 04/2013**. Estabelece as Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Diário Oficial do Paraná nº 9112, Curitiba, PR, 26 de dezembro de 2013b.

PORTO, M. F. do A; PORTO & PORTO, R. L. L. Gestão de Bacias Hidrográficas. In: **Estudos Avançados**, vol. 22, n. 63. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10292>>. Acesso novembro. 2020.

SAUER, C. **Análise de aspectos da legislação ambiental relacionados a ocupação urbana em áreas de preservação permanente através do uso de ortofotos: o caso do rio Bacacheri em Curitiba-PR**. 2007. 110p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná – Curitiba-PR. Curso de Pós-Graduação em Geografia. 2007.

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **A Água**. São Carlos, 2020. Disponível em: <https://sbhsf.com.br/wp-content/uploads/2020/08/novo_A_AGUA.pdf>. Acesso janeiro. 2021.

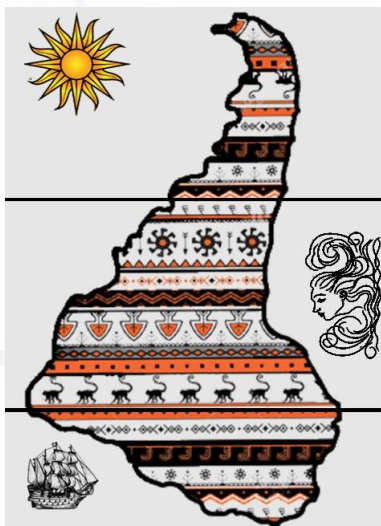
ROSA, M. A. Desafios da Educação Ambiental nas Escolas do Campo. 2015. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 26, p.258-276 set./dez. 2015. Disponível em <http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/>. Acesso janeiro. 2021.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Geografia e Literatura: O Uso das Obras Literárias no Estudo das Regiões Brasileiras

Adílio Teixeira Marques
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
adiliomarqs@gmail.com

Larissa Kristyne Campos dos Santos
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
lskristyne@gmail.com

Vanessa da Luz Oliveira
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
an.luz.oliv@gmail.com

Almir Figueira Filho
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
almir.figueira12@gmail.com

Emilly Cristina da Silva Lima
Universidade Federal do Amazonas - UFAM
emillycristinaufam@gmail.com

Introdução

A ação interdisciplinar é entendida a partir de uma visão de totalidade, cujas partes não podem ser diminuídas e quando somadas serão sempre iguais ao todo.

Para Silva (2008) a interdisciplinaridade é a relação de duas ou mais disciplinas do campo do conhecimento, que perpassa do individual para o coletivo, complementando-se a partir de um tema comum entre as áreas. Em linhas gerais, surge como resposta à necessidade de conciliar conceitos pertencentes às diversas áreas da ciência.

Geografia e Literatura: O Uso das Obras Literárias no Estudo das Regiões Brasileiras

No que concerne à Geografia, que busca compreender o espaço geográfico em sua totalidade, o lócus da relação sociedade e natureza, por isso permite correlacionar seus conteúdos com outros campos do conhecimento, como por exemplo, a história, arte, literatura, português, matemática, entre vários outros. Segundo Oliveira *et al* (2018) apresenta a importância das relações interdisciplinares na Geografia, quando afirma que:

Na abordagem interdisciplinar, os conceitos geográficos como espaço, lugar e paisagem, que ao serem contextualizados sob o viés de outras disciplinas faz com que o aluno perceba as mudanças ocorridas no espaço geográfico, despertando assim, o sentimento de buscar alternativas sustentáveis para contribuir para um mundo melhor (OLIVEIRA *et al*, 2018).

A disciplina de Geografia possui uma visão equivocada de que se aprende apenas decorando conteúdos, em razão disso a maioria dos estudantes não consegue correlacionar as abordagens do educador com o meio em que vivem, seja pela complexidade dos temas abordados, ou fatores externos, cabendo ao professor modificar e inovar suas práticas metodológicas.

Ao mesmo tempo, por meio da atual conjuntura que se encaminha a educação básica, nota-se os diversos desafios enfrentados pelos profissionais da educação para atenuar os modelos tradicionais do ensino, em um mundo que sofre constantes modificações por conta da globalização e das inovações tecnológicas. Logo, a educação escolar precisa acompanhar tal processo, inovando na maneira de ensinar e propondo formas de aprendizagens efetivas.

As práticas metodológicas inovadoras se tornam ferramentas didáticas importantes no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, a Geografia abrangendo uma interdisciplinaridade, contribui significativamente por meio de sua integração com a Literatura, estimulando o pensamento crítico e argumentativo dos estudantes, fazendo com que o processo de aprendizagem seja diferente daquele tradicional de “reprodução” do conhecimento.

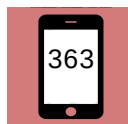
Diante do exposto, o trabalho pretende elaborar um plano de ensino didático-pedagógico, que visa a proposta da interdisciplinaridade, no caso a Geografia e Literatura, para explorar as principais características das Regiões do Brasil a partir de obras literárias de autores renomados.

Além disso, justifica-se por incentivar a melhoria do desempenho e ampliação do conhecimento do estudante, por meio da interdisciplinaridade, para que consiga correlacionar os conteúdos adquiridos com a realidade que está inserida, na perspectiva social, cultural e pessoal.

Neste sentido, o presente trabalho objetivou-se aplicar o uso de obras literárias para entender a história, a cultura e os pontos turísticos das regiões brasileiras, um conteúdo de suma importância da Geografia, para estudantes do ensino médio.

Desenvolvimento

Através do uso de obras literárias e de cartões com características regionais, o trabalho será realizado com os estudantes, na aula de geografia, no que tange as regiões brasileiras. Onde cada obra representará uma região específica, sendo escolhido entre seus trechos, citações que remetem ao tempo e espaço,



Geografia e Literatura: O Uso das Obras Literárias no Estudo das Regiões Brasileiras

para dar contexto a aula de geografia. É uma das formas de minimizar a fragmentação do conhecimento e também estimular a leitura de obras de fundamental importância para a literatura brasileira.

A atividade será realizada em grupos de estudantes que serão divididos conforme as regiões brasileiras e suas respectivas obras, com a responsabilidade de escolher trechos de obras literárias e confeccionar cartões que devem conter curiosidades acerca da história, cultura e pontos turísticos da região. Cabendo ao professor mediar a atividade e guiar de forma reflexiva a articulação das ideias.

A Região Norte será representada pela obra de Milton Hatoum “Dois Irmãos”, lançada em 2000, que conta a história de uma família libanesa que veio à Manaus em busca de ganhar a vida em meio ao período final da borracha. A Região Nordeste será abordada através do clássico “Vidas Secas”, escrito por Graciliano Ramos, em 1938, na qual aborda a triste vida de uma família que trabalha em uma fazenda, e a vida difícil no sertão.

A Região Sudeste terá como suporte o livro “O cortiço”, escrito em 1890 por Aluísio Azevedo, cuja história se passa em um cortiço, lugar que concentra inúmeros povos diferentes, no final do segundo reinado, no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro. A Região Sul terá como base o livro “O tempo e o Vento - O continente” lançado em 1949, por Érico Veríssimo, cuja história contada em três volumes relata a fundação do Rio Grande do Sul, e suas histórias passadas.

A Região Centro-Oeste terá como base a obra de Miguel Jorge “Veias e Vinhos”, escrita em 1981, que trata sobre o período do regime militar em Goiânia, as ações tomadas pelo estado e as consequências desse período na história da cidade.

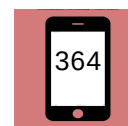
Utilizando essas obras é possível acessar parte da história e cultura de cada povo, de cada região, estimulando também nas crianças a sensibilidade acerca da literatura que se produz no Brasil, principalmente olhando para o passado, os clássicos que abriram as portas para o que é produzido atualmente. Aproximando os estudantes da realidade, possibilitando-os extrair na sala de aula o aprendizado básico e os tornando leitores do espaço geográfico.

Encorajados ao debate, e à exposição das opiniões em sala, o senso crítico do estudante será estimulado, pois a busca por assimilar o conteúdo de maneira reflexiva e conjunta, levará a integração dos saberes.

Espera-se que os estudantes possam compreender através dessa interdisciplinaridade entre a geografia e a literatura a respeito do contexto histórico, cultural e social do Brasil, por meio de obras literárias de diversos autores, que além de retratar o local, permite o leitor contextualizar a realidade de cada região, juntamente com os aspectos físicos e sociais contido nas obras.

Considerações Finais

A Geografia, sob a ótica interdisciplinar, permite o processo de comparação entre as diferentes realidades possibilitando o estudante a questionar e elaborar novas explicações. A partir desse exercício, o estudante desenvolve sua capacidade de argumentar, refletir, se inserir e inferir sobre sua determinada realidade.



Geografia e Literatura: O Uso das Obras Literárias no Estudo das Regiões Brasileiras

Práticas escolares interdisciplinares precisam visar à construção de conhecimentos globais que ultrapassem a separação de saberes. Para tanto, é importante que os docentes busquem ir além da integração de conteúdos.

O presente texto preocupou-se em mostrar a contribuição da Literatura no ensino de Geografia, especificamente o uso das obras literárias no estudo das regiões brasileiras, como uma ferramenta didática inovadora, para além de aparatos tecnológicos, auxiliando na aprimoração de seus conteúdos geográficos.

Quando procura-se utilizar novos meios didáticos para enriquecer os conteúdos, viabiliza-se o surgimento da interdisciplinaridade, como no caso da Geografia e Literatura. Portanto, busca-se que este trabalho possa contribuir na divulgação e ampliação do debate sobre a temática, e pensar em outras relações interdisciplinares, como o uso do cinema, a música, a arte etc. Nas pesquisas acerca do espaço geográfico.

Referências

AZEVEDO, A. **O cortiço**. Saraiva. São Paulo, 2017.

HATOUM, M. **Dois irmãos**. Companhia das Letras. São Paulo, 2006.

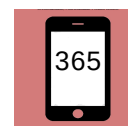
JORGE, M. **Veias e Vinhos**. São Paulo: Ática, 1982.

OLIVEIRA, L. A. A.; *et al.* A interdisciplinaridade e o ensino de geografia. **Anais do V CONEDU** – Congresso Nacional da Educação, V. 1, Campina Grande – PB, 2018. ISSN 2358-8829.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1938.

SILVA, L. V. L. **Interdisciplinaridade**: conceito, história e obstáculos para sua implementação na escola. Cadernos de Cultura e Ciência, Vol. 3. URCA – Universidade Regional do Cariri, 2008. ISSN 1980-5861.

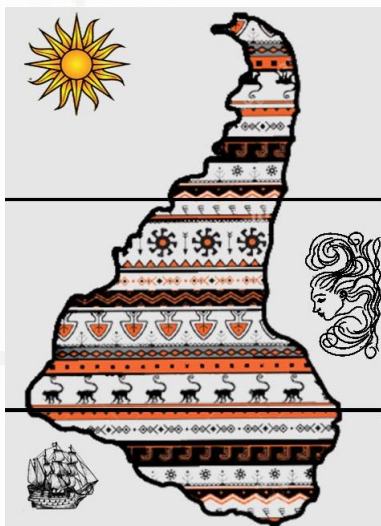
VERÍSSIMO, E. **O tempo e o Vento** - O continente. Companhia das Letras. São Paulo, 2013.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Concepção de Cidade para Pré-Adolescentes: Análise de Dados de Alunos do Ensino Fundamental em Escola de São Paulo/SP

Mariama Aina Ferreira Silva
Universidade de São Paulo - USP
mariamaferreira.di@gmail.com

Introdução

O presente estudo foi iniciado no desenvolvimento da disciplina de graduação “A Cultura Anti-urbana das cidades brasileiras” do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP) da Universidade de São Paulo em que a autora cursou como aluna especial ao longo do segundo semestre de 2019. Durante as discussões nas aulas houve um consenso de que existe uma visão negativa das pessoas sobre o espaço urbano e a partir disso, surgiu o desejo de estudar a percepção sobre cidades que indivíduos têm nos anos iniciais do ensino fundamental II, na tentativa de traçar a influência dos conceitos ensinados na escola sob o imaginário deles. Por cultura anti-urbana, entende-se como sendo o modelo de percepção sobre as cidades no Brasil como espaço instável, o qual não oferece qualidade de vida ou qualquer tipo de conforto para a construção de relações saudáveis (OLIVA; FONSECA, 2016). Dessa forma, buscou-se entender a origem dessa perspectiva na formação dos discentes na escola.

Para executar o planejado, pediu-se que, os alunos de sexto ano de uma escola particular na Zona Leste da capital do estado de São Paulo, discorressem por escrito acerca do que consideram como cidade. Especificamente, os alunos estavam, na época da coleta das repostas, na faixa etária entre dez e doze anos. A escola em questão não será identificada por pedido da coordenação institucional com a justificativa de preservar a

identidade dos discentes. Para executar o plano de categorizar as respostas por meio de análise de conteúdo, utilizou-se como referencial metodológico Bardin (2011), objetivando obter os pontos convergentes entre os elementos citados na tentativa de explorar as raízes da influência externa na construção individual do pensamento sobre o conceito de cidade.

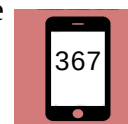
Nesse sentido, as respostas foram divididas em dois grupos: no primeiro ficaram as respostas restritas a elementos chaves, pontos turísticos ou relações pessoais, como “o lugar que moro”. No segundo grupo, foram agrupadas as questões que trouxeram a subjetividade para a análise e tornaram o trabalho de inferências mais complexo, pois surgiram outros temas como violência, desigualdade econômica e papel social dos moradores das cidades subentendidos em palavras como “lugar de prédios e favelas”. Por conseguinte, o estudo propõe o debate sobre a importância de se ensinar a cidade como componente social que pode ser explorado por trabalhos de campos, por exemplo, como visitas a espaços que contribuem para a reflexão sobre a produção espacial contemporânea para entender o papel de cada pessoa enquanto agente social capaz de agir conforme interesses que poderão lhe beneficiar. A principal premissa é que os alunos entendam a responsabilidade individual e coletiva enquanto atores de um palco que é modificado diariamente, chamado cidade.

Desenvolvimento

O encaminhamento do estudo foi ordenado pelas etapas descritas a seguir: a partir de uma inquietação durante as discussões na disciplina do Instituto de Estudos Brasileiros, houve a canalização das ideias no anseio em entender a origem sobre o imaginário da antiurbanidade presente nos territórios urbanos brasileiros. Por isso, o contato com a escola para dialogar com a turma de sexto ano ocorreu por entender que era uma faixa etária que não teria muitas influências no conteúdo geográfico ao conceituar a cidade. Diante disso, foi pedido para que os alunos escrevessem o que consideravam ser cidade.

As respostas foram recolhidas e categorizadas a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), que dentre outras questões atenta sobre debruçar com mais profundidade sobre o material coletado para possibilitar mais hipóteses, acerca do assunto. Dessa forma, pensou-se em dividir o conteúdo em dois grupos: o maior grupo de respostas citou palavras chaves como pontos turísticos e também, afirmando ser o local onde residem. Ao outro grupo foram agregadas as respostas divergentes, pois citaram elementos como fenômenos sociais, acontecimentos e reflexões. Posteriormente, houve algumas inferências acerca das respostas que serão explanadas ao longo do desenvolvimento deste texto.

Nessa parte inicial de resultados serão analisadas as respostas relacionadas ao primeiro grupo de respostas, categorizados pela proximidade na definição de cidades ao aparecem palavras e elementos comuns. Na parte posterior, haverá uma análise detalhada sobre as respostas que seguiram o caminho descritivo e subjetivo. Dentre as respostas do primeiro grupo, destaca-se a questão abordada por um discente como sendo a definição geográfica: “cidade é o lugar dentro dos estados”. Nesse ponto, pode-se inferir a capacidade de



A Concepção de Cidade para Pré-Adolescentes: Análise de Dados de Alunos do Ensino Fundamental em Escola de São Paulo/SP

assimilação do aluno sobre a unidade de classificação federativa, conteúdo referente a conexão e escala que é abordado no 5º ano seguindo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

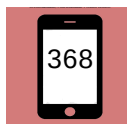
No Brasil, desde o Decreto nº 311 durante o Estado Novo de 1938, a cidade é definida por toda sede de município, independentemente das características e do tamanho da população. No campo acadêmico, existe uma série de definições sobre o que é cidade, um dos conceitos mais conhecidos é da geógrafa Ana Fani, o qual define a cidade como a relação do homem com a natureza, bem como a relação do homem com o homem (CARLOS, 2007). Essas relações produzem espaços em constante mudanças por disputas de interesse e políticas governamentais, que são acompanhadas de maneira inconsciente pelos moradores das cidades. Nesse sentido, dificilmente alguém definirá a cidade dessa maneira, mas grande parte das pessoas, até mesmo os adolescentes, têm conhecimento sobre a disputa de solo urbano em áreas valorizadas.

As respostas dos alunos que compõe o primeiro grupo estudado seguiram a perspectiva objetiva ao formular frases com palavras que remetem a objetos, lugares e acontecimentos presentes na paisagem urbana. No que tange às questões anti-urbanas, os pontos mais abordados foram a violência e a poluição. Sobre a violência, é fato sabido que as grandes mídias reforçam diariamente ocorrências de crimes nos programas policiais, instaurando uma cultura do medo. Um dos alunos chegou a citar na sua definição de cidade com o exemplo de favelas e bailes funk no Rio de Janeiro, ou seja, demonstrado que existe um estereótipo reproduzido da cidade carioca como sendo um espaço de desigualdade e potência cultural de gêneros musicais como o funk, tão forte na mente da população, que foi utilizado como conceito para a elaboração do aluno.

Somado aos estereótipos midiáticos, pode-se considerar como fundante da cultura anti-urbana, o projeto de cidades sem espaços de integração, baseada em uma “arquitetura hostil” termo criado por Ben Quinn (SOUZA; PEREIRA, 2018), que indica construções que excluem pessoas com arames, cercas e pontas de ferro. E, mais no livro “Geografia do Crime e Arquitetura do Medo”, o geógrafo Lira (2017) aborda justamente essa questão, afirmando que, mesmo o poder público, pode exercer essa função excludente. Tudo isso corrobora para que as pessoas se fechem cada vez mais em seus imóveis particulares, tornando as poucas áreas de convívio como sendo exclusivamente espaços de passagem.

Durante a análise das respostas, houve a percepção de reconhecimento e pertencimento dos alunos às cidades por respostas dadas, como “lugar que moro”, “lugar que nos sentimos confortáveis e que vamos visitar”. Por isso, desconsiderar o ensino que a cidade proporciona a essas crianças pode ser um dos equívocos que as escolas podem cometer ao não incluir elementos cotidianos na educação.

Se a cidade for vista como um projeto educativo, pode estimular o exercício da cidadania dos alunos, a fim de que se tornem seres autônomos e conscientes dos direitos e responsabilidades, o que Paulo Freire denominou como pedagogia da autonomia, sendo o modo de educar indivíduos tornando-os “criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e



A Concepção de Cidade para Pré-Adolescentes: Análise de Dados de Alunos do Ensino Fundamental em Escola de São Paulo/SP

persistentes” (Freire, 1997, p. 29). Essa ideia de uma educação cidadã está comprometida com o desenvolvimento de práticas questionadoras com relações humanas e que valorizem o direito à cidade, o qual foi definido por Lefebvre (1991) como sendo o próprio direito à vida, pois está relacionado em transformar a cidade em um espaço democrático com atividade intensa de apropriação dos espaços públicos. Assim, a apropriação acontece num contexto de identificação, visto que o indivíduo que se reconhece no espaço urbano tende a participar, interagir e construir uma vida ativa.

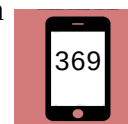
Considerações Finais

Diante desse panorama exposto, fica evidente que não basta ao docente ensinar na cidade, mas ensinar a cidade e discutir sobre as infinitas possibilidades de construção do espaço. Criar elementos para que os alunos se sintam parte é um caminho simbólico para a participação política. Como dito por um aluno em uma resposta “a cidade é um lugar com pessoas, as quais tem diferentes funções”, dessa forma, cada indivíduo pode se sentir parte do todo. Em suma, tanto da parte de percepções, quanto do que é ensinado, precisa ser revisto, para que a cidade seja ocupada efetivamente por seus cidadãos e cidadãs, visto que a maioria das respostas se alinhou em palavras chaves sobre locais e funções de um território urbano, especialmente de São Paulo, onde a escola está localizada.

O resgate político do espaço público das cidades por parte de discentes e docentes é a estratégia pedagógica que melhor poderá dar conta da recaptura do comum e da cidadania na melhoria das condições de vida dos agentes envolvidos na construção das cidades, condição de resgate, que por sinal está comprometida por falta da vontade de participação e ações de reivindicações para com o Estado de direito das condições da plena cidadania a ser conquistada na luta política por parte da maioria desses próprios agentes, produtores de espaço e construtores de novos saberes e melhorias para todos os municípios.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 8ª edição. Editora Contexto. São Paulo: 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 2ª edição. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo: 1997.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LIRA, P. S. **Geografia do Crime e Arquitetura do Medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2ª edição. Letra

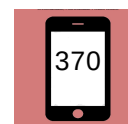


A Concepção de Cidade para Pré-Adolescentes: Análise de Dados de
Alunos do Ensino Fundamental em Escola de São Paulo/SP

Capital Editora. Rio de Janeiro: 2017.

OLIVA, J. T.; FONSECA, F. P. O “modelo” São Paulo: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** (IEB-USP). São Paulo: n. 65, dez. 2016 (p. 20-56).

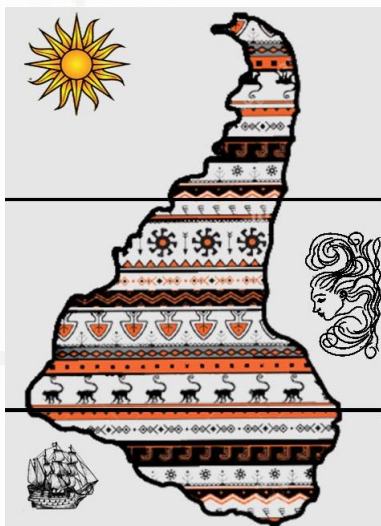
SOUZA, E.; PEREIRA, M. **Arquitetura hostil**: a cidade é para todos? 2018. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>. Acesso em: 01/12/2019.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Jogos de Tabuleiro e o Ensino de Geografia: Perspectivas Sobre o BIAM

Francisco Alves da Costa Neto

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
franciscoalves258@gmail.com

Introdução

Os jogos de maneira geral, constituem um importante mecanismo sociocultural na história da humanidade, e nos parece completamente infundado pensar em uma vivência em que a adoção lúdica de uma brincadeira ou um jogo não se fez presente na nossa formação. Jogar está inerente aos seres, possuindo na racionalidade humana um aspecto mais complexo, e sendo capaz de levar o indivíduo a desenvolver habilidades previamente planejadas.

Huizinga (2000) debruça seus estudos para entender a formação lúdica do homem, e para isso cumpre a complexa tarefa de definir o jogo, possuindo como características formais: (a) voluntariedade no contrato estabelecido em se jogar, (b) um sistema de regras preestabelecidos, (c) ocorrência delimitada em um espaço-tempo específicos, (d) evasão do mundo real. Essas características servem, antes de tudo, para que possamos nos nortear nos estudos que se seguem sobre os jogos.

Os jogos de tabuleiro, dentre cenário conceitual, apresentam uma potencialidade de locomoção, visto que, o tabuleiro que compõe a dimensão espaço-temporal constitui uma mobilidade intrínseca. Tal prerrogativa, nos leva a acreditar na capacidade que essa forma de jogo tem em se realizar em diferentes contextos, sejam eles físicos ou sociais, desse modo, chamando nossa atenção para o seu uso em sala de aula.

É inegável que a utilização de mecanismos lúdicos, brincadeiras e/ou jogos¹ é algo

371

bastante apropriado na educação, inclusive possuindo diversas visões contraditórias no decorrer da história. Propomos aqui, uma reflexão sobre o uso de jogos de tabuleiro como suporte de aprendizado para o ensino de Geografia, fazendo com que o estudante consiga mobilizar um conhecimento teórico, colocando-o em prática no cenário ficcional do jogo.

A pesquisa aqui desenvolvida, vai de encontro com uma necessidade cada vez mais constante de dinamizar o ensino, e de maneira específica o trabalho com a disciplina de Geografia, que constantemente é relatada como debatedora de conteúdos distantes da realidade dos estudantes, dificultando a visão de sua aplicação prática no cotidiano.

Regras

Para a efetivação desse trabalho, utilizamos uma pesquisa qualitativa que “não procura enumerar ou medir eventos estudados, nem prega referencial estatístico na análise de dados, os interesses vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve” (CHUEKE e LIMA 2012, p.65). De tal modo, compreendemos primeiro a necessidade do ensino de Geografia se inquietar constantemente e buscar, com isso, aproximar o aluno do conteúdo.

Faremos uso da pesquisa bibliográfica, para que possamos tecer considerações sobre os jogos e o ensino de Geografia, e assim construir uma base sólida para o produto final, que denominamos de Banco de Investimentos das Américas (BIAm) para trabalhar o conteúdo “Continente Americano”.

Modo de Jogar

Para que possamos entrar no campo do jogo, é relevante que possamos entender em qual cenário ele será utilizado, para tanto, caracterizamos inicialmente as especificidades da geografia escolar. A ciência geográfica, adentra no ambiente de sala de aula, evocando construção crítica do aluno e sua formação cidadã, em que Cavalcanti (1998) nos lembra de perpassar por uma consciência do espaço.

Partindo dessa premissa de desenvolver o lado crítico-reflexivo dos estudantes, encontramos nos objetos lúdicos, o fator potencial visando o desenvolvimento cognitivo do indivíduo acerca de um determinado conteúdo. Para tanto é importante entender qual a funcionalidade dos jogos como material didático na sala de aula, e como diz Verri (2009, p. 67):

O jogo vem como um estímulo tanto para melhor compreensão do conteúdo, quanto para o crescimento e o desenvolvimento intelectual do aluno é fundamental para atingir a responsabilidade e a maturidade. ... uma forma de aproximar o conteúdo aos alunos motivando-os a estudar de forma mais atrativa.

Percebemos então que tal atividade possui em si o aspecto de entretenimento, porém, ele não pode se resumir a isso, tem que ter parâmetros e diretrizes que levem o aluno a assimilar o conteúdo estudado e sirva de

1 Não buscaremos nos deter na distinção dos termos nesse trabalho.

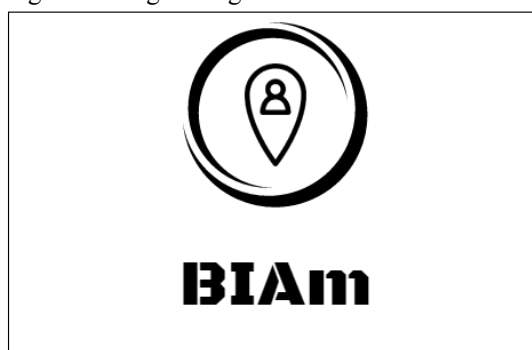
método diversificado de aprendizado, se isso não ocorrer o jogo se torna um passatempo sem sentido e utilidade prática.

Com base nisso, buscou-se criar um jogo que envolvesse todos os aspectos pedagógicos, e que fizesse com que ele se tornasse útil ao aprendizado do conteúdo selecionado, visando superar o aspecto engessado que por vezes ele apresenta, como decorar aspectos naturais e econômicos de países.

A opção pelo Jogo de Tabuleiros, se deu através de um breve apanhado conceitual, na qual destacamos Vanzella (2016), que nos rememora a concepção de Dom Afonso X, que coloca os jogos sentados (de tabuleiro) como sendo os mais acessíveis e adaptáveis que existem. Lembrando também de Caillois (2017) que define os jogos de tabuleiros ocupando os espectros do Agôn (jogos de estratégia) e da Aleia (jogos de destino), o que por si, possibilita um melhor desenvolvimento na condução harmônica da atividade.

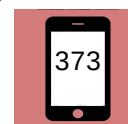
Para construir o jogo, a início se fez necessário um estudo da temática a ser abordada no produto, a posteriori, escolheu-se um recorte de um aspecto comum que mais chamou a atenção para se trabalhar no jogo que foi o fator econômico e suas potencialidades. Baseado então no tradicional jogo Banco Imobiliário, foi criado os parâmetros para a execução do Banco de Investimento das Américas (BIAm) com um intuito de relacionar as principais atividades econômicas dos países com seus contextos históricos, suas potencialidades e sua influência pelo capital externo, temas um tanto quanto complexos, mas que podem auxiliar os estudantes na leitura crítica dos fenômenos da atualidade.

Figura 1.1: Logo do Jogo Lúdico BIAm



O primeiro ponto para aplicação do jogo com os alunos se dá, através da construção do aporte teórico necessário para que eles pudessem entender qual a finalidade do jogo, e como funcionam as dinâmicas econômicas nas Américas, entendendo assim o mínimo do aspecto histórico e suas potencialidades na produção de determinados produtos. Como Caillois (2017) nos lembra o jogo, é em si inerte, portanto, a nada produz, sendo ele incapaz de produzir o aprendizado de forma isolada, porém, sendo capaz de aplicar o estudo prévio.

O tabuleiro é resultando de uma lista com as 22 principais atividades econômicas praticadas no continente, e proporciona uma variedade bastante interessante, como as reservas do Pré-sal no Brasil, as atividades variam desde a Triticultura no Uruguai, até as reservas de Bauxita na Jamaica, esses aspectos econômicos constituem as casas do tabuleiro, que se organiza em forma de círculo fechado, que possuem preços variados, baseados na importância de cada produto para o mercado externo dos países.



Além das áreas de exploração, o tabuleiro possuirá as chamadas 'áreas especiais' dentro do tabuleiro, com funções extremamente diversas, são elas os Bancos Americanos-Porto Rico, Zona do Canal-Panamá, Paraíso Fiscal e três áreas de Impostos do BIAm, cada uma com uma função diferenciada.

Após o aporte teórico firmado com os alunos, sugerimos a construção do tabuleiro do jogo em ambiente escolar, na qual será possível notar que durante o processo de produção os discentes recordando dos assuntos trabalhados pensando bem na forma que o tabuleiro iria apresentar e nos melhores locais para colocar os empreendimentos.

Com o jogo produzido é o momento de testar a sua aplicabilidade. Acreditamos que o jogo deve propiciar aos discentes a simulação de uma disputa de território, incentivando que os jogadores criem estratégias e se indaguem sobre determinadas colocações sobre os assuntos. Vislumbramos com isso que o jogo, pode propiciar nos alunos uma vivência do conteúdo de forma tranquila e lúdica, fazendo com que o ensino de geografia se torne potencialmente significativa.

Chegada (ou Não)

Diante do exposto, notamos que foi possível fazer uma breve reflexão como o proposto, apresentando ao final um produto capaz de mobilizar o ensino de Geografia. Ademais, visualizamos que o trabalho é um constructo inconcluso, pronto para novas partidas e novas estratégias para serem deliberadas por outros jogadores.

Referências

VERRI, Juliana Bertolino; ENDLICH, Ângela Maria. A utilização de jogos aplicados no ensino de geografia. **Revista Percurso**. Maringá, v. 1, n. 1, p. 65-83, 2009.

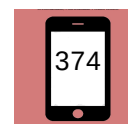
CHUEKE, Gabriel Vouga; LIMA, Manolita Correia. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l], v. 1, n. 128, p. 63-69, jan. 2012. Mensal.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CAILLOIS, Roger. **Os jogos e os homens**: a máscara e a vertigem. Petrópolis: Vozes, 2017.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Ciência geográfica e ensino de geografia. In: _____. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 11. ed. São Paulo: Papirus, 1998. Cap. 1. p. 15-28.

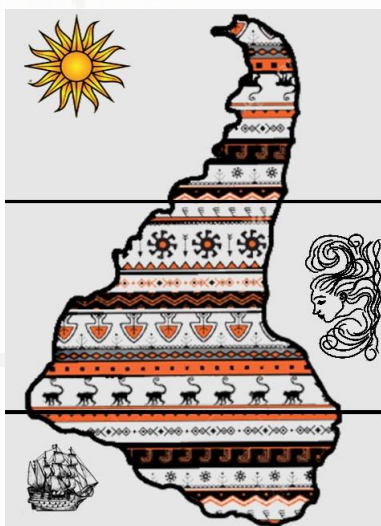
VANZELLA, Lila Cristina Guimarães. Jogos de Tabuleiro: análise na perspectiva histórica. In: KISHIMOTO, Tizuko Morchida; SANTOS, Maria Walburga dos (org.). **Jogos e Brincadeira**: tempos, espaços e diversidade. São Paulo: Cortez, 2016. Cap. 3. p. 77-96.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



O Ensino de Solo e o Livro Didático de Geografia

José Eudes Ferreira da Costa Filho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

eudes.filho0499@gmail.com

Antônio Fernando Oliveira Feitoza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

antoniofernandooliveirafeitos@hotmail.com

Francisco Alves da Costa Neto

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

franciscoalves258@gmail.com

Introdução

O solo, no decorrer dos tempos se apresenta como um recurso natural de suma importância para a sobrevivência humana, mesmo que de forma aparente sofra com uma negligência perante as ações antrópicas. Na antiguidade ele era utilizado para plantação e produção de alimentos e tampouco atentavam-se com o seu manejo e conservação. Consequentemente com o passar dos anos, com o início da ciência surgiu a necessidade de estudá-lo com mais atenção, e hoje os estudos pedológicos são de fundamental importância para a formação básica de indivíduos e para a sua convivência com o meio, sendo apresentado em diversas plataformas como em livros, revistas técnicas ou vias digitais. Segundo Lima, Lima e Melo (2007, p. 130): “o solo é um componente fundamental do ecossistema terrestre, pois é o principal substrato utilizado pelas plantas para o seu crescimento e disseminação. O solo fornece às raízes fatores de crescimento como suporte, água, oxigênio e nutrientes”.

Corroborando a esse conceito, podemos classificar o solo como um corpo onde se apresentam cinco horizontes fundamentais para entender a sua formação, a princípio podemos relatar: o horizonte O, constituindo-se como a camada mais superficial formada principalmente por restos orgânicos; o horizonte A, que é o horizonte mineral constituído pela acumulação do material do horizonte superior; o horizonte E, que proporciona solo de cores claras e partículas finas muito lixiviadas; o horizonte B, caracterizado como o horizonte mais argiloso; os horizontes C e o R, que se classificam como o C representado por matérias não consolidadas e o R como a rocha matriz responsável pela criação de todos os outros horizontes.

Dessa forma, nota-se a importância da discussão do tema na aplicação conceitual do assunto, bem como a sua reverberação nas ações cotidianas da sociedade. Sendo assim, entendemos que é importante o debate sobre o ensino de solo e suas temáticas adjacentes no ensino básico, possibilitando ao discente a compreensão sobre sociedade-meio de maneira mais clara.

O presente trabalho é fruto de experiências vivenciadas durante a disciplina de Pedologia, no curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) Campus de Pau dos Ferros (CAPF). Durante a realização desse componente curricular, nos foi possível a criação de um entendimento da relevância do ensino de solos. Buscaremos aqui, refletir sobre o conteúdo de solos presente em um livro didático do ensino médio, na qual a escolha da etapa de ensino foi motivada pela compreensão de que esse momento da educação escolar, favorece a reflexão crítica dos alunos.

Desenvolvimento

A pesquisa em tela, faz a opção pela abordagem qualitativa, na qual coadunamos da perspectiva de Godoy (1995, p. 58) ao identificar que essa abordagem “[...] não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”. Visto desse modo, faremos uma conceituação breve sobre o ensino de solos e posteriormente analisaremos a forma como o conteúdo é apresentado no livro de forma descritiva.

Podemos dizer que de certo modo, o ensino de solos não possui a devida valia que lhe é de direito, por vezes encontramos as práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade do aluno, como se as relações pedológicas só tivessem importância ao meio agrícola. Nesse sentido, compactuamos da ideia de Sousa e Matos (2012, p. 73) que diz que

O estudo de solos deve ser entendido no contexto dos sistemas dinâmicos. Nesse sentido, o solo é um elemento essencial à vida, tanto pela necessidade que temos do mesmo para a produção de alimentos, como também de outras atividades que desenvolvemos sobre o mesmo.

Notadamente, entendemos que o ensino de solos, deve ser voltado para um contexto mais abrangente e móvel, fazendo com que o aluno crie mecanismos reflexivos sobre a necessidade de cuidado e preservação dele para a sua sobrevivência natural.

O Ensino de Solo e o Livro Didático de Geografia

O livro didático analisado foi “Território e Sociedade no mundo globalizado”. Escrito por Eliana Alabe Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Claudio Mendonça pela editora Saraiva edição 2018, 2019, 2020, na qual fizemos o recorte do livro destinado a 1 série do ensino médio, onde a temática de solos aparece.

O conteúdo conceitual relativo a temática de solos vem aparecer somente na unidade II, onde o título é 'Terra: estrutura, forma, dinâmica e ação humana', no capítulo 6 ocorre a explanação dos assuntos de pedologia, relatando alguns conceitos essenciais para a compreensão do conteúdo.

Um dos tópicos relatados foi o relevo, que antecede a discussão sobre o solo, logo em seguida temas como intemperismo e clima são discutidos, porém, de forma bastante suscita, carecendo de uma melhor conceituação. Ainda na primeira topicalização notamos o relato sobre os horizontes do solo, onde logo abaixo mostra uma imagem bem didática e educativa dos perfis e ao lado vem abordar cada característica dos Horizontes que formam o perfil de um solo, acompanhado de uma breve explicação.

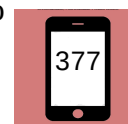
Prosseguindo a descrição, observamos que o material vem apresentar um assunto importante para entender como funciona a dinâmica pedológica, expondo sobre a classificação quanto a origem, trazendo o conceito dos solos Eluviais e Aluviais, os autores mostram logo em seguida a classificação zonal, ressalta que desde a Idade Média essa categorização já era utilizada, em uma tabela, mostra esse esquema de forma descritiva e sintética.

Outro ponto que nos chamou atenção, é sobre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SIBCS), apresentados em um texto descritivo e conceitual sobre as características pedogenéticas presentes no território Brasileiro, no fim acompanha um mapa do Brasil com esses tipos de solos e suas concentrações no território.

No conteúdo apresentando no livro, se orienta a importância vital dos solos, o quão importante a saúde deles e como se envolvem diretamente em nossas vidas. Salientando sobre técnicas que são utilizados para um melhor aproveitamento do solo, basicamente falando sobre um tema do livro denominado Técnicas para melhorar o solo. Por início ele relata maneiras e atividades para preservação do solo em meio a atividades extrativistas. Por exemplo:

- Nos solos pobres em nutrientes aplica-se adubo mineral ou orgânico, alterando em plantio de leguminosas;
- Corrigir a acidez do solo aplicando calcário;
- Usar máquinas agrícolas apropriadas ao solo;
- Manter ou introduzir seres vivos ao solo;
- Manter o solo coberto por vegetal, sendo cobertura viva ou morta;
- Plantio Direto;
- Rotação de cultura;
- Curvas de nível;
- Afolhamento.

Por fim, reiteramos aqui a valia do estudo dessas atividades para o



O Ensino de Solo e o Livro Didático de Geografia

manutenção e preservação do solo. Importante tema para apresentar aos alunos no ensino médio, quando falado anteriormente na importância dessa aprendizagem em meio a formação social desses alunos. O livro se apresenta como recurso de relevância no trato dessa temática, possuindo uma linguagem acessível de fácil compreensão, oferecendo possibilidade de uma aprendizagem significativa pelo discente e favorecendo o trabalho do professor.

Considerações Finais

Diante do conteúdo exposto acima, compreendemos que foi possível fazer uma análise de qualidade do livro explorado. A construção do livro, facilita o entendimento conceitual para o aluno, a presença de imagens e mapas favorece o aprendizado dentro da observação de fenômenos. Uma fragilidade apresentada pelo livro está na maneira sucinta com a qual ele aborda determinados conceitos, podendo se aprofundar em determinados aspectos.

No entanto, destacamos a importância do livro didático na formação dos alunos, sendo em alguns cenários o único recurso disponível ao acesso do professor e aluno. Ademais, entendemos que o estudo favorece ao futuro aprofundamento das questões relacionadas ao ensino de solos e o livro didático, sendo aqui uma apresentação breve da temática.

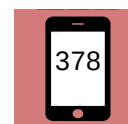
Referências

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995. Bimestral.

SOUSA, Helder Frances Tota; MATOS, Fabíola Silva. O ensino de solos no ensino médio: desafios e possibilidades na perspectiva dos docentes. Fortaleza: **Geosaberes**, v. 3, n. 6, p. 71-78, jul. 2012.

LUCCI, Elian Alabi; BRANCO, Anselmo Lazaro; MENDONÇA, Cláudio. **Território e Sociedade no Mundo globalizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

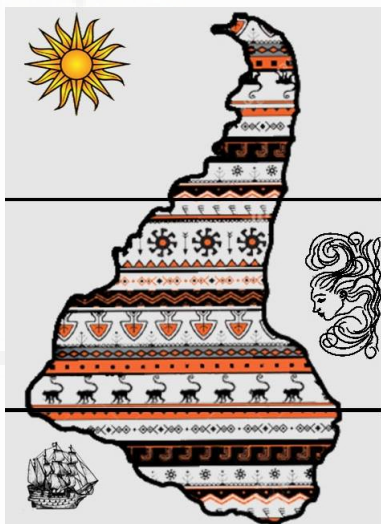
LIMA, Valmiqui Costa; LIMA, Marcelo Ricardo de; MELO, Vander de Freitas (Eds.) **O solo no meio ambiente**: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2007.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Ensino de Geografia: A Charge como Recurso Didático

Héllen Jamilly Benevides

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
hellenjamilly@hotmail.com

Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
rodrigoalmeida@alu.uern.br

Erik Albino de Sousa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
erikalbino2018@gmail.com

Gesson Brenner Moraes da Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
gessonbrenner@hotmail.com

Introdução

A disciplina de Geografia nos proporciona trabalhar com temas diversos e facilita adotar diferentes metodologias didático-pedagógicas. É possível notar, como em qualquer outra disciplina, alunos que não tem interesse em estudar ou aprimorar o conhecimento em determinados conteúdos da disciplina. Na tentativa de solucionar tal desinteresse, professores buscam inovar e chamar atenção dos alunos a fim de que estes participem no processo de ensino-aprendizagem.

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas

379

Ensino de Geografia: A Charge como Recurso Didático

nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças (BNCC, 2018, p. 359).

A metodologia didático-pedagógica em escolher o gênero textual charge, facilita a mediação do conteúdo com o aluno, aguçando a criticidade do mesmo e possibilitando a interdisciplinaridade. A Charge também proporciona uma aula muito mais interessante onde os próprios alunos que produzem e participam do processo de ensino, além de tornar-se uma aula mais divertida e contemporânea.

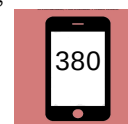
A Charge é um recurso para, nesta situação, trabalhar com temas atuais e importantes para a nossa sociedade, seja político, social, econômico e também com temas referentes ao meio ambiente. Problemas ambientais são vistos em todas as partes e integra o cotidiano das pessoas, mas que no dia a dia pode passar por despercebidos. Ao colocar o aluno na posição de observador da sua cidade, bairro, casa ou escola, e expor a sua opinião na elaboração da charge, ajuda no processo de tornar esse aluno um futuro cidadão mais crítico e mais consciente e sensibilizado com as questões ambientais.

Nessa perspectiva, objetiva no presente trabalho discutir a partir de trabalhos realizados na temática o uso das charges como recurso didático para o ensino de geografia. Para isso, será utilizada como finalidade metodológica a leitura e abordagens de cunho teórico a respeito das charges diante sua potencialidade e limitações para o ensino-aprendizagem em sala de aula.

Desenvolvimento

A disciplina de Geografia adota como principal recurso didático o livro. O livro retrata situações em que, em sua maioria, os alunos não vivenciam e os deixam fora de situações das quais poderiam estar motivados a conhecer, questionar, pesquisar e criticar. No entanto, o livro deveria ser apenas um auxiliar no processo de ensino. Para tornar o ensino da Geografia mais interesse, é preciso adotar metodologias desafiadoras e motivadoras que possam colocar o aluno como autor do seu próprio processo de ensino-aprendizagem e assim reconhecer a importância da disciplina de Geografia na formação cidadã do aluno.

O papel da Geografia no processo de ensino se constitui na adoção de condições pedagógicas, teóricas, metodológicas, entre outras, para que o aluno possa desenvolver e fazer a leitura do mundo, a partir da leitura do espaço; cuja compreensão possa se traduzir na percepção de que a dinâmica do espaço, nada mais é do que resultado da vida em sociedade e da inter-relação dos homens na busca de satisfazer suas necessidades (CALLAI, 2016 apud BOLOGNESE, 2016, p. 3-4).



Segundo Souza e Souza (2017) a charge é representada por caricaturas, além de contribuir para a formação de melhores leitores, pois além de contar com textos verbais o mesmo gera o disposição e até mesmo instiga o pensar sobre a situação posta na charge.

O gênero textual charge é uma proposta para trabalhar o tema ambiental na disciplina de Geografia, e relacionar a linguagem verbal e não-verbal, no qual, a charge contribui [...] para dar uma dimensão maior ao aluno que começa a entrelaçar o universo em que vive com os acontecimentos da região, do país e do mundo, ou seja, de uma visão fragmentada, sincrética, de um assunto, o aluno chega a uma visão global” (BOLOGNESE, 2016).

A charge proporciona a relação da linguagem verbal e não-verbal de forma lúdica, de forma divertida e irônica. Ao produzir e ler a charge é preciso ter boa interpretação, o que é um fator motivador. De acordo com Castellar (2011) o professor não deve ficar detido apenas a uma linguagem ou a uma tipologia textual, possibilitando a leitura crítica do aluno e confrontando as suas perspectivas acerca do que é apresentado a ele.

Assim, a inserção da charge na perspectiva geografia pode contribuir como forma direta e indireta para a leitura do espaço e as nuances devido a prática social, cultural, econômica, ideológica e política. Silva e Cavalcanti (2008) ressaltam a importância do uso de imagens e de outras linguagens como recurso para contribuir com as aulas, envolvendo os alunos ao maior interesse para o estudo na disciplina de geografia.

A contemporaneidade conta com a evolução rápida da internet, cada vez mais informações chegam para todos com uma diversidade de imagens, tiras, quadrinhos, cartuns e charges. Onde o local se torna global rapidamente pela força e rapidez da tecnologia, já os alunos se sentem estimulados por essa mesma dinâmica na troca de informações e mensagens. A charge surge não apenas como pronta e acabada, mas também pode ser realizada pelos estudantes de forma crítica e com intuito de manter o bom humor, estimulando a imaginação e a criação de conteúdos (MENDES, 2012).

De acordo com Silva e Cavalcanti (2008) a charge na era digital aparecem e são propagadas sem que haja uma contextualização, informações não aprofundadas que são dispersas e fragmentados pela internet ou na TV. Dessa forma, principalmente dentro da sala de aula, selecionar os elementos que se pretende trabalhar ou a qual perspectiva da ciência geográfica busca-se atender, ou seja, para que a construção do conhecimento ocorra os elementos que o compõe devem ser postos sob a “organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas” (MORIN, 2014, p. 16).

De acordo com Silva e Cavalcanti (2008) a charge é uma representação do imaginário e da ideologia do interlocutor, sendo capaz de convencer e influenciar. Para Mendes (2012) os limites expostos nas interpretações das charges são reproduzidas quando o aluno não consegue interpretar, mediante a leitura da mesma, as modificações realizadas no espaço geográfico e assim não conseguem expressar críticas.

Dessa forma, o professor torna-se fundamental na intermediação do conhecimento auxiliando a compreensão dos alunos, contribuindo para a formação de cidadã para lidar com questões sociais e com sua própria

Ensino de Geografia: A Charge como Recurso Didático

realidade, tornando-o mais consciente.

As possibilidades do uso da charge em sala de aula podem estar no livro didático, revistas, artigos, entre outros materiais utilizados pelo professor. Mas, também, podendo ser produzido pelos próprios alunos expondo a sua forma de ser no mundo ou de ver o mundo a partir do seu cotidiano, proporcionando o aprendizado múltiplo entre aluno e professor.

Assim, as charges demonstram o seu potencial em contribuir para a leitura crítica expressando contextos locais, regionais e global, além de se apresentar como um recurso didático-pedagógico importante para a educação. Podendo estar em diálogo com outras disciplinas e estar conectada com as experiências dos indivíduos e sua forma de perceber os acontecimentos que se dão a sua volta.

Considerações Finais

Cada vez mais se torna necessário a utilização de metodologias alternativas que ultrapassem os limites impostos ao ensinar. Isso deve-se, principalmente, a capacidade de transformação e evolução que a sociedade apresenta modifica a forma de agir dos seres humanos como de pensar.

Nada mais justo que fazer o uso da charge como uma alternativa importante para aprimorar a criticidade do sujeito enquanto cidadão ciente de suas práticas, dos seus direitos e deveres. Além de colaborar com a forma de percepção que o aluno tem sobre as diversas temáticas e, sobretudo, com a ciência geografia.

Sendo assim, o uso da charge no ensino de geografia possibilita a compreensão espacial do aluno a respeito dos fatores que alteram as relações sociais e espaciais dos indivíduos com o seu meio.

Referências

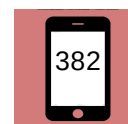
BOLOGNESE, Rosa Maria A. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Produções didático-pedagógicas. Volume II. Paraná: Cadernos PDE, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CASTELLAR, Sonia. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

MENDES, Francielle de França. Ensino de geografia: limites e possibilidades na utilização de charges. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT, v 2, n. 1, p. 86-100, 2012. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/geoaraguaia/index.php/geo/article/view/16>>. Acesso em: 30/01/2021.

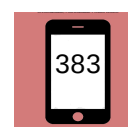
MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma. Reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2014.



Ensino de Geografia: A Charge como Recurso Didático

SILVA, Eunice Isaias da. CAVALCANTI, Lana de Souza. A mediação do ensino-aprendizagem de geografia, por charges, cartuns e tiras de quadrinhos. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, p. 141-155, 2008. Disponível em: <<http://nepeg.com/artigos/a-mediacao-do-ensino-aprendizagem-de-geografia-por-charges-cartuns-e-tiras-de-quadrinhos/>>. Acesso em: 20/01/2021.

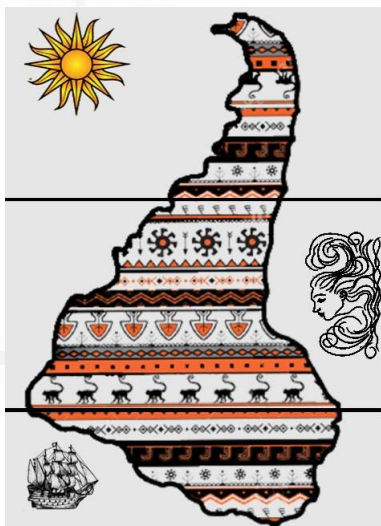
SOUZA, Vitor Ferreira de. SOUZA, Drielle Caroline Izaias Juvino. Praticando a interdisciplinaridade no ensino de geografia por meio das tiras em quadrinhos e cartuns. **Geografia** (Londrina), v. 26, nº 2, p. 128-144, 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/26462>>. Acesso em: 28/01/2021.



XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



A Educação e os Desafios das Aulas Remotas no Ensino de Geografia em Tempos de Pandemia no Bairro de Chã do Pilar - Alagoas

Nayara Barreto da Costa
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
nayara.costa@igdema.ufal.br

Introdução

O padrão de vida de uma nação é significativamente influenciado pela educação, destacando-se a relação que há entre o desenvolvimento social, cultural, político e econômico, logo “um povo com um modelo educacional de qualidade tem maiores condições de viver no país com um padrão de vida elevado” (BRUM, 2014, p. 2). No contexto pandêmico atual no Brasil, observa-se com mais veracidade que as múltiplas complexidades da sociedade globalizada do século presente têm levado ao enfrentamento de diversos desafios no âmbito da Educação, especificamente do ambiente escolar, o qual ver-se obrigado a recorrer às melhores formas de adaptações de modo que o curso do ensino e aprendizagem não seja afetado.

Mediante esta realidade, a comunidade escolar é a principal afetada, a qual é posta frente a uma vasta gama de dificuldades, que envolve desde os problemas de ordem socioeconômica até a adaptação a nova realidade de ensino imposta. Nesse sentido, os desafios a serem enfrentados vão para além do planejamento de ações voltadas para uma educação de qualidade e/ou para a condução do ensino de maneira mais adequada, como o ensino de Geografia, o qual a sua efetivação de forma eficiente é comprometida caso não haja a busca por medidas com vistas a enfrentar estas dificuldades, pois envolve outros fatores que dizem respeito não só a comunidade escolar, mas à política, o Estado e a

A Educação e os Desafios das Aulas Remotas no Ensino de Geografia em Tempos de Pandemia no Bairro de Chã do Pilar - Alagoas

sociedade civil (CASTRO, 2013).

Assim, o presente trabalho tem o objetivo de analisar os desafios da educação e do ensino de Geografia na modalidade remota de ensino imposta pelo cenário pandêmico da Covid-19, considerando-se as experiências vivenciadas numa escola da rede privada de ensino, localizada no bairro de Chã do Pilar, no município de Pilar do estado de Alagoas (AL).

Metodologia

Para a elaboração deste trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico, o qual resultou na leitura de artigos eletrônicos com temática voltada a qualidade da educação brasileira e os desafios no Ensino de Geografia em tempos de pandemia da COVID-19, os quais foram encontrados através dos sites de busca Google e Google Acadêmico. além disso, se considerará as experiências vivenciadas pela autora numa escola da rede privada de ensino quanto a modalidade de ensino remoto, na qual atua como professora de Geografia.

Resultados e Discussão

A qualidade da educação no Brasil

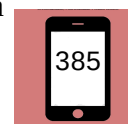
A educação brasileira, numa perspectiva desenvolvimentista, é ainda considerada como um entrave para o progresso da economia assim como para o desenvolvimento social do Brasil, uma vez que tem-se configurado um significativo retrocesso em seu âmbito, sobretudo no contexto pandêmico e conjuntura política e administrativa atual a qual se encontra o país, em que esta questão mostrou-se ainda mais preocupante, pois de forma insuficiente debateu-se sobre Educação, tornando aquilo que é constitucionalmente direito de todos, desqualificado.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) (2020), o Brasil possui ainda cerca de 11 milhões de habitantes que não sabem ler e escrever. Infelizmente, essa problemática é agravada com o passar dos anos e vem sendo refletida de geração em geração, e embora a qualidade da educação brasileira seja garantida pela Constituição Federal, o caminho a ser percorrido no processo de efetivação do direito à educação qualificada para todos os cidadãos brasileiros ainda é extenso (BRUM, 2014).

Entende-se que a educação é uma questão que envolve a política, uma vez que retrata prioridades da sociedade além de competir com outros gastos públicos (CASTRO, 2014), e esta enquanto de baixa qualidade constitui-se como um grande obstáculo não só para o desenvolvimento sustentável do Brasil, mas também como um empecilho que compromete a cidadania da população que vive mais à margem e que consequentemente contribui para o aumento do índice de pobreza no país.

O Ensino de Geografia e seus desafios na pandemia da COVID-19: vivências na Escola Ágape no bairro de Chã do Pilar (Pilar/AL)

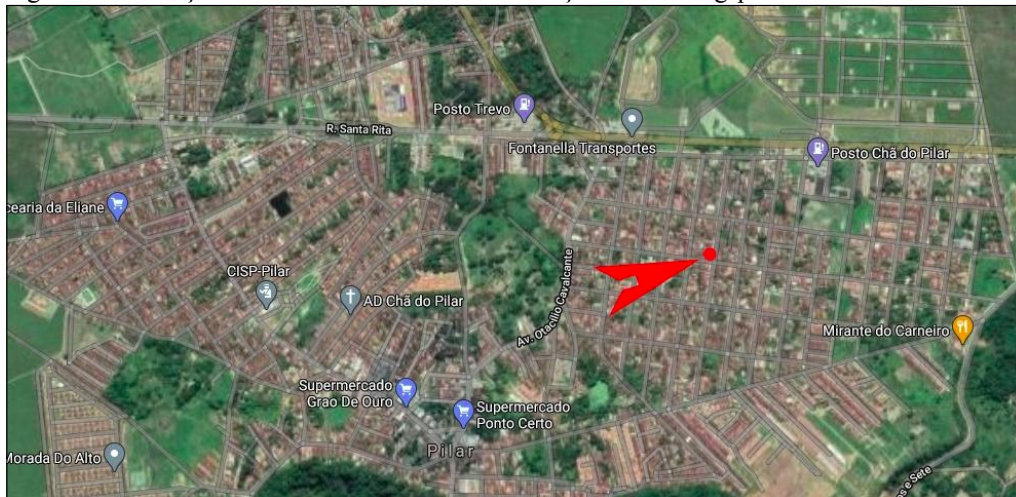
Em tempos de pandemia, a educação e o Ensino de Geografia podem contribuir para a resistência e a promoção da igualdade, da justiça e da



A Educação e os Desafios das Aulas Remotas no Ensino de Geografia em Tempos de Pandemia no Bairro de Chã do Pilar - Alagoas

aprendizagem (FREIRE, 2014). É nesse âmbito que as aulas remotas de Geografia aparecem como um caminho que abre espaços para novas possibilidades que visam a continuidade do processo de ensino e aprendizagem. Como exemplo, tem-se a escola Ágape, na qual a autora atua como professora de Geografia, que está situada no bairro de Chã do Pilar, no município de Pilar, no estado de Alagoas (Figura 1).

Figura 1. Delimitação do bairro de Chã do Pilar e localização da escola Ágape



Fonte: Google Maps, 2021.

A nova realidade de ensino, atribuída em função da pandemia, apresentou-se desafiadora para toda comunidade escolar, tanto de escolas de ensino básico e médio, como de universidades em todo o mundo. No que diz respeito as aulas remotas de Geografia, essa nova realidade mostrou-se ainda mais desafiadora, pois foi para além do cancelamento das aulas presenciais, como as aulas de campo e as aulas laboratoriais que tiveram que ser interrompidas, assim como outras disciplinas que também necessitam do exercício dessas práticas.

O Ensino de Geografia, no que tange as formas de globalização da sociedade atual e os problemas que as acompanham, tem evidenciado a necessidade de melhoria de suas condições. Tais problemas, que são principalmente de ordem socioambiental, os quais se intensificaram no período da pandemia do novo coronavírus iniciado em dezembro do ano de 2019, precisam ser melhor interpretados, sobretudo quanto às reflexões através do ensino de Geografia em tempos de pandemia da COVID-19 (CARVALHO FILHO E GENGNAGEL, 2020).

Observa-se que além da ausência do contato físico entre alunos e professores no ambiente da escola, surgiu também a necessidade da utilização de tecnologias educacionais que influenciou e vem influenciando o modo de ensinar e de aprender. É mediante a estas situações que surgem as indagações: O ensino de Geografia nesse modelo de ensino possibilita a aprendizagem? É possível o aluno desenvolver uma boa interpretação do Espaço Geográfico, nessa condição de ensino? As respostas foram dadas no decorrer das aulas remotas de Geografia.

As aulas de Geografia na escola Ágape, agora na sua forma remota, sofreram diversas modificações e foram nítidas as dificuldades, ainda maiores

A Educação e os Desafios das Aulas Remotas no Ensino de Geografia em Tempos de Pandemia no Bairro de Chã do Pilar - Alagoas

que as sentidas na forma presencial. Assim, Silva, Nascimento e Felix (2020, p. 2) destacam que “essas mudanças no cotidiano escolar trouxeram novos desafios ao processo de ensino-aprendizagem, desafios antes já questionados, tais como o que ensinar e como ensinar”. A referida escola dispõe de quatro turmas do ensino fundamental II, sendo 6º, 7º, 8º e 9º ano, respectivamente.

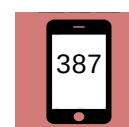
Embora o contexto pandêmico tenha sido sugestivo quanto ao papel da Geografia para a sua interpretação por parte dos alunos, parte destes, na mencionada escola, apresentou-se duvidosos em razão do isolamento social e de como agora tinham que lidar com as aulas remotas, além da exclusão digital de alguns alunos. Entretanto, apesar das inúmeras dificuldades para o desenvolvimento das aulas remotas de Geografia, tais como conteúdos que requer do aluno uma leitura de mundo que só é possível ser estabelecida se este estiver em contato com a comunidade em seu entorno, a qual ele faz parte; atividades que objetivam-se em desenvolver no aluno um sentimento de pertencimento do espaço onde vive e que ele é agente transformador deste, foi possível obter bons resultados quanto a processo de aprendizagem assim como um significativo desenvolvimento de uma interpretação crítica do Espaço Geográfico por parte dos alunos.

Para tanto, ações como a utilização de plataformas digitais como o Google Meet, Google Classroom, e a criação de grupos de estudo no WhatsApp para a socialização dos conteúdos e atividades foram adotadas pela escola em questão, e para trabalhar os conteúdos as atividades avaliativas de Geografia de forma mais eficaz, de modo a produzir no aluno um olhar mais crítico quanto ao espaço onde habitam, provocam transformações e estabelecem relações, foi utilizado o serviço de pesquisa Google Maps durante as aulas remotas de Geografia, para demonstração de mapas, imagens de satélite e imagens aéreas, o software Google Earth, além de alguns vídeos no Youtube e a gravação de vídeo-aulas.

Considerações Finais

Diante do exposto, torna-se válido afirmar que não é de agora que existe uma preocupação diante dos desafios educacionais que são impostos a sociedade brasileira, sobretudo às comunidades escolares, a qual se agravou em virtude da pandemia. Admite-se que essas mudanças têm ressignificado tanto o papel do professor como do aluno, uma vez que estes precisaram se adaptarem à nova realidade de ensino, em meio a inúmeras dificuldades, sobretudo as de ordem socioeconômica.

Ademais, com base na experiência vivenciada na escola, destaca-se que o compromisso com o Ensino de Geografia e o desenvolvimento de aulas na forma remota de ensino e de maneira que permita o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, se tornou ainda mais substancial. Apesar disso, é preciso unir forças e buscar sempre novas formas e estratégias para melhor conduzir o conhecimento geográfico de forma crítica e reflexiva.



A Educação e os Desafios das Aulas Remotas no Ensino de Geografia
em Tempos de Pandemia no Bairro de Chã do Pilar - Alagoas

Referências

BRUM, C. A qualidade da educação brasileira: realidade e preceitos constitucionais. **Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2003.

CARVALHO FILHO, O. R.; GENGNAGEL, C. L. Ensino de Geografia em tempos da Covid-19: tecnologias e uso de plataformas de educação para o ensino remoto em Ribeirão Preto/SP e em Passo Fundo/RS. **Ensaio de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2020.

CASTRO, C. M. **Os tortuosos caminhos da educação brasileira**: pontos de vista populares. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 232 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 141 p.

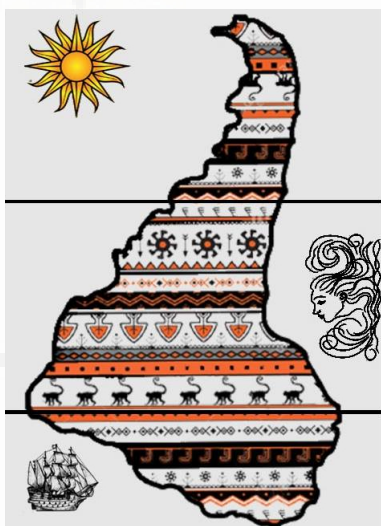
IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SILVA, M. J. S; NASCIMENTO, L. F. A; FELIX, P. W. S. A. Ensino remoto e educação geográfica em tempos de pandemia. In: Congresso Nacional de Educação, 7, 2020, Maceió. **Anais...** Edição Online. Maceió: Realize, 2020.

XXVII SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG

Decolonialidade, Posicionalidade e Ensino Remoto

ISSN: 2317-9759



Ensino de Geografia e Currículo: Um Olhar sobre a Proposta Curricular na Área de Geografia do Estado do Espírito Santo

Damião Amiti Fagundes

Secretaria da Educação Estado do Espírito Santo - SEDU
damiaogeofagundes@gmail.com

Introdução

Em 2009 iniciou-se no Estado do Espírito Santo uma discussão para a construção de um novo Currículo que contemplasse o estudo da geografia local, em uma tentativa de integrar os conteúdos trabalhados na educação básica.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é compreender o processo de implementação da Proposta Curricular de Ensino de Geografia, nomeada como Currículo Básico Comum (CBC) (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2009), no período desde que se inicia a implementação, em 2010 até o ano de 2016.

Os métodos adotados são: a revisão bibliográfica para a fundamentação teórica do estudo e uma pesquisa de campo instrumentalizada por entrevistas com os professores de Geografia de uma região do Estado do Espírito Santo para compreender como eles aderiram e como estão implementando a nova proposta.

O estudo se justifica pela necessidade de adesão dos professores de Geografia para a efetivação da CBC, cujos resultados depende do diálogo dialético entre a teoria e a prática docente.

Desenvolvimento

O ensino de Geografia passou por uma série de mudanças nos últimos anos, agregando novos estudos e mudanças na forma de se ensinar. A base teórica do presente estudo é

389

Ensino de Geografia e Currículo: Um Olhar sobre a Proposta Curricular na Área de Geografia do Estado do Espírito Santo

fundamentada em autores como Doll Jr. (1997) e Kimura (2010) para compreender o que é o Currículo e qual a sua relevância enquanto instrumento norteador dos processos pedagógicos.

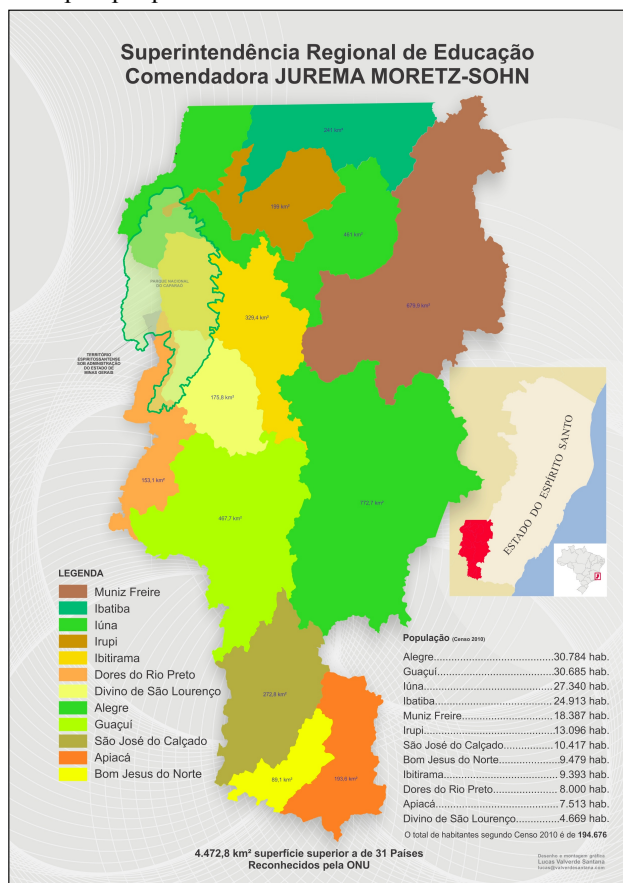
O estudo também traz em sua base teórica a visão de autores sobre o ensino de Geografia em si, que é o objeto de estudo, destacando o processo evolutivo do ensino da disciplina com base em autores como Rego (2007) e Moreira (2019).

Moreira (2012, p. 25) destaca que a “renovação atual não se diferencia, assim, das fases de renovação passadas”. A CBC é considerada no estudo como parte desse processo evolutivo.

É possível dizer que as renovações curriculares em Geografia são frutos das mudanças ocorridas ao longo da transformação do espaço geográfico e da ampliação do conhecimento do mundo contemporâneo e globalizado.

A presente pesquisa foi realizada com o intuito de verificar como a CBC foi aceita pelos professores de Geografia da rede pública na região do Caparaó Capixaba formada pelos municípios: Apiacá; Alegre; Bom Jesus do Norte; Dolores do Rio Preto; Divino de São Lourenço; Guaçuí; Muniz Freire; Irupi; Iúna; Ibitirama; Ibatiba e São José do Calçado, destacada no mapa da Figura 1.

Figura 1: Mapa elaborado pelo pesquisador Lucas Valverde Santana

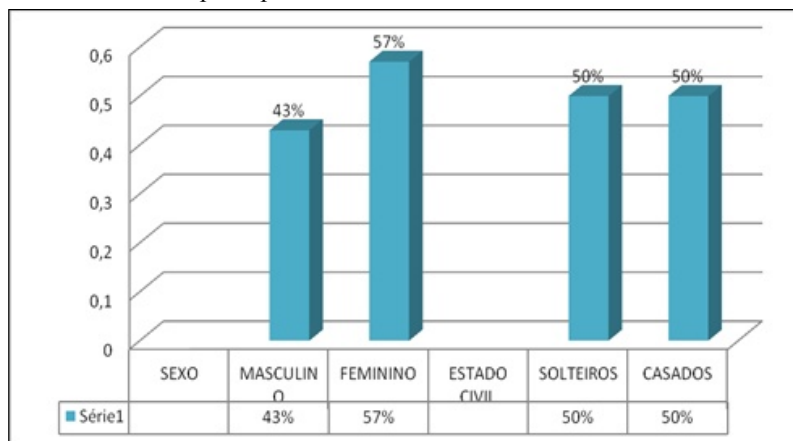


O instrumento de pesquisa utilizado é um questionário misto aplicado à amostra composta por 40 (quarenta) professores do Ensino Fundamental e Médio, perfazendo 80% do total de docentes de Geografia da região do Caparaó Capixaba.

Ensino de Geografia e Currículo: Um Olhar sobre a Proposta Curricular na Área de Geografia do Estado do Espírito Santo

Em relação ao perfil dos participantes, 43% são do sexo masculino e 57% do sexo feminino, evidenciando a feminização do magistério. Sendo metade deles solteiros e metade casados, conforme mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 – Perfil dos docentes participantes

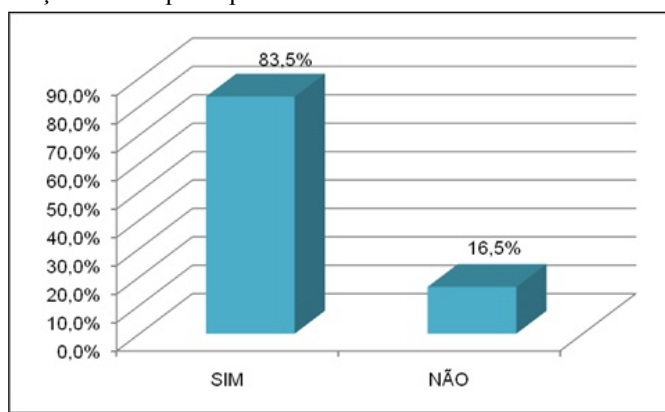


Quanto ao processo de ensinar Geografia, os professores participantes estavam buscando adequar a realidade geográfica local em cada município, em consonância com as diretrizes do CBC.

A novidade que o CBC trouxe é centrada nessa tratativa da realidade geográfica local integralizando o conteúdo a ser trabalhado em sala de aula. Muitos educadores revelaram em conversas ao longo da pesquisa, que a grande dificuldade era encontrar material didático para fazer as adaptações do conteúdo.

A pesquisa também revelou que 83,5% dos professores consideram que os conteúdos trabalhados pelo CBC de Geografia da escola estadual contribuem para a melhoria da prática docente. E 81% dos professores participantes afirmam que socializam suas práticas exitosas no momento semanal do planejamento coletivo, chamado de PL, como demonstra o gráfico 2:

Gráfico 2 – Contribuição do CBC para a prática dos docentes



Estes foram os principais resultados apresentados no estudo, muitos outros foram revelados, possibilitando dizer que embora ainda há muito a se aprender com os desafios propostos pelo CBC na relação ensino aprendizagem de Geografia e para ampliar no Estado do Espírito Santo as abordagens contemplando as questões locais e mundiais simultaneamente sem ser

Ensino de Geografia e Currículo: Um Olhar sobre a Proposta Curricular na Área de Geografia do Estado do Espírito Santo

simplista na forma de ensinar.

O fato é que muitos desafios foram lançados com a implementação do CBC, dentre eles fazer com que o professor não tenha o livro didático como o único recurso balizador de seus estudos e aulas e motivem os alunos na busca e construção do próprio conhecimento, tornando o processo de ensino e aprendizagem de Geografia mais prazeroso e prático tanto para os educandos como para os educadores.

Considerações Finais

Este resumo apresentou os principais resultados da pesquisa realizada para identificar a percepção e implementação da CBC na rede pública de ensino do Estado do Espírito Santo, demonstrando que houve uma boa aceitação e adesão dos docentes da disciplina e que a maior parte dos docentes tem buscado fazer as adaptações individual e coletivamente, e consideram que isto tem contribuído com o processo de ensinar Geografia.

O estudo revela também que é só o início de um caminho a ser percorrido para que as mudanças possibilitem efetivar uma nova forma de ensinar e aprender Geografia no Estado do Espírito Santo.

A CBC é a terceira proposta construída no Estado do Espírito Santo, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino e ampliar a reflexão sobre os princípios que possibilitam as ações propostas e valorizar o ensino de Geografia como Ciências Humanas, contribuindo para que os alunos sejam protagonistas de suas próprias ações no espaço geográfico e para a efetivação de uma geografia que contribua para uma escola mais inclusiva.

Referências

DOLL JR. Wilhiam E. **Currículo**: uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Ensino Médio**: área de conhecimento Ciências Humanas: Currículo Básico Escolar Estadual. Vitória: Secretaria de Educação, 2009.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis**: a presença do espaço na teoria prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2019.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André (Org.s). **Geografia**: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007.

